

Relatório final da actividade do Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas

Dezembro 2006

Pedro Guedes de Oliveira
Maria do Carmo Clímaco
Maria Antónia Carravilla
Cláudia Sarrico
José Maria Azevedo
José Fernando Oliveira

1. Introdução

O Grupo de Trabalho para a Avaliação das Escolas foi constituído por Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Educação ([Anexo 1.1](#)). A sua primeira reunião ocorreu no dia 11 de Janeiro, no Porto.

O primeiro período de actividade do grupo visou, sobretudo, a preparação da fase piloto de avaliação externa, que foi conduzida e concluída até ao final do ano lectivo e que teve duas vertentes: o estabelecimento dos termos de referência para a avaliação externa e a execução e avaliação do piloto de avaliação externa.

No segundo período de actividade foi feita a apresentação pública da execução e dos resultados do piloto. Em simultâneo desenvolveu-se um documento metodológico que visa estabelecer um conjunto de pontos comuns da auto-avaliação, necessários como preparação para a avaliação externa e no qual se sugere um conjunto de medidas de apoio ao desenvolvimento do processo de auto-avaliação. A experiência obtida aquando da execução do piloto de avaliação externa, acrescida dos comentários dos avaliadores e de uma análise dos resultados obtidos, levaram a uma revisão dos factores constantes do quadro de referência inicial e levaram também à necessidade de uma reflexão sobre a constituição dos painéis formados para as entrevistas nas escolas.

Para funcionar como interface entre a auto-avaliação e a avaliação externa foi também desenvolvido um documento para enquadrar a apresentação das escolas. A informação quantitativa, que será maioritariamente obtida junto do GIASE e outras fontes do Ministério da Educação, foi concentrada num outro documento.

Nesse segundo período de actividade, e por incumbência da Sr^a Ministra da Educação, o grupo de trabalho lançou ainda a 2^a fase de avaliação externa, a decorrer em 2007 sob responsabilidade da Inspeção-Geral da Educação.

2. Desenho inicial da organização e dos instrumentos de avaliação

Para estabelecer os termos de referência para a avaliação externa, o grupo começou por definir os objectivos específicos a atribuir à avaliação externa e respectivas visitas, a sua duração, a constituição base do painel de avaliadores e alguns aspectos fundamentais de que essas visitas se deveriam revestir. Os resultados foram os seguintes:

- i) Pareceu essencial garantir o carácter complementar da avaliação externa ao da auto-avaliação, pelo que se considerou desde o início que os dois processos deveriam ser fortemente articulados. Bem assim, foi considerado que, de acordo com o despacho que instituiu o grupo, também o processo de autonomia teria de ser articulado com estas questões de avaliação. A figura 1 esquematiza como o grupo pensa a articulação destas questões:

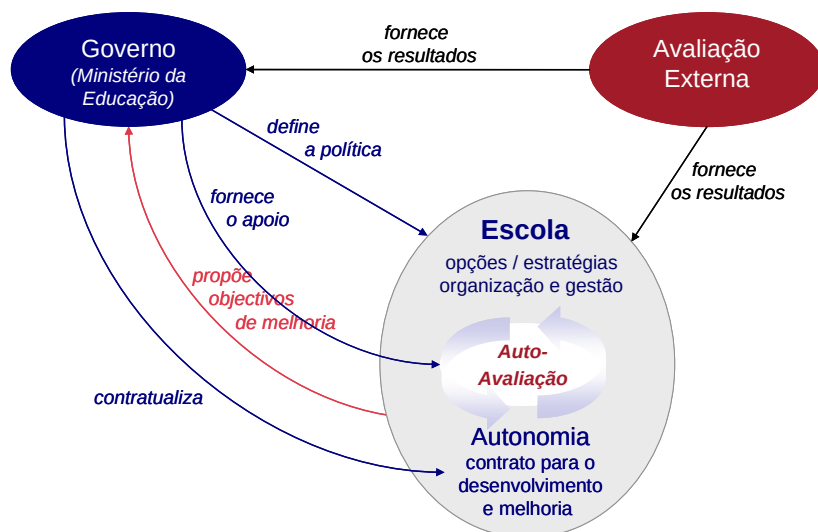


Fig.1

- ii) Foi considerado fundamental que as visitas de avaliação externa fossem curtas e que o painel fosse de dimensão reduzida, tendo em vista o objectivo de vir a estender o processo a todas as unidades de gestão do continente, com uma periodicidade que se propõe que seja de 4 anos. Optou-se por visitas de 2 dias (aos agrupamentos decidiu-se atribuir mais ½ dia para visita às escolas não sede) e por um painel de avaliação de 3 pessoas;
- iii) Quanto ao quadro de referência da avaliação externa, o grupo baseou-se, para o seu desenvolvimento, em experiências nacionais e internacionais, sendo particularmente relevante referir a Avaliação Integrada, desenvolvida pela Inspeção-Geral da Educação (IGE) nos anos de 1999 a 2002, a metodologia proposta pela EFQM e, finalmente, a metodologia desenvolvida no projecto "How Good is Our School" da Escócia.

Este quadro de referência, a ser dado a conhecer antecipadamente às escolas, visa definir detalhadamente o que se quer avaliar e em que termos se propõe fazê-lo.

O seu desenvolvimento deu-se à volta de 5 domínios que estão representados na figura 2 em que também se esquematiza a relação respectiva. São estes domínios que, em última instância, serão avaliados de acordo com uma tabela de classificações apresentada como [Anexo 2.1](#).

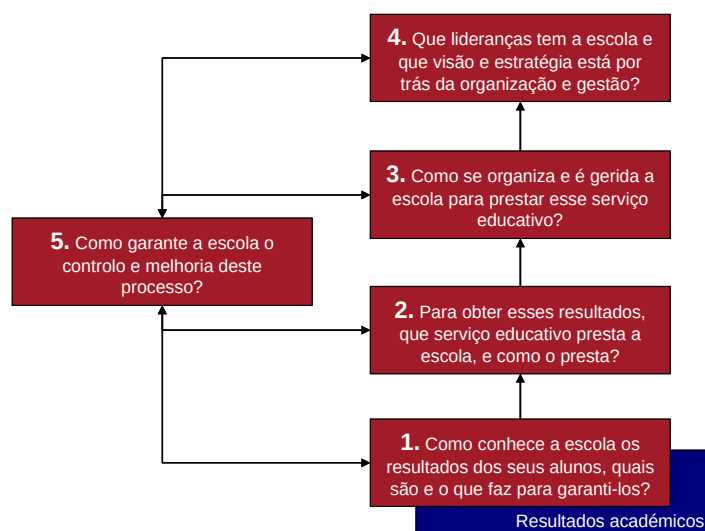


Fig.2

Cada um destes domínios é, por sua vez, suportado por um conjunto de factores, conforme indicado na primeira página do Quadro de Referência, apresentado como [Anexo 2.2](#).

Para habilitar as escolas a seguirem esses factores no seu processo de preparação para a avaliação externa, estabelecemos, para cada um deles, um conjunto de perguntas que apenas tinha o propósito de os ilustrar, não sendo necessário nem que todas tivessem resposta, nem que cobrissem todas as áreas relevantes para a escola. Esse conjunto de perguntas está expandido nas restantes páginas do quadro de referência.

3. Piloto de avaliação externa

- i) O processo do piloto de avaliação externa começou pelo envio de um convite às escolas, por parte do Ministério da Educação, dirigido a todas as unidades de gestão ([Anexo 3.1](#)). Esse convite foi enviado em 30/01/06 e a resposta das escolas devia ter data de correio até ao dia 21/02/06.

Foram recebidas cerca de 120 respostas de escolas e agrupamentos das quais, tendo em conta os critérios definidos no próprio convite, o Grupo de Trabalho seleccionou um grupo de 24, sendo 8 da DREN, 5 da DREC, 7 da DREL e duas de cada uma das Direcções Regionais do Alentejo e Algarve ([Anexo 3.2](#)). As escolas e agrupamentos foram informados da decisão em 03/04/06.

ii) A tarefa seguinte consistiu na organização das visitas quer do ponto de vista da constituição dos painéis de avaliadores, quer da preparação das escolas e agrupamentos, quer ainda da logística de suporte.

a. Tomada a decisão de organizar 6 painéis de avaliadores (4 visitas, portanto, para cada painel), cada um seria coordenado por um dos membros do grupo de trabalho, sendo os dois outros membros, desejavelmente, um com alguma ligação actual ou anterior ao ensino básico e/ou secundário e o outro oriundo de ambientes universitários ou de investigação, com experiência de avaliação. Esses avaliadores foram integrados no Grupo de Trabalho durante o período das visitas (mês de Maio) por despacho da Sra. Ministra da Educação ([Anexo 3.3](#)). Também aqui se atendeu à distribuição regional, pois foram escolhidos avaliadores do Norte, do Centro e de Lisboa.

b. Para a preparação das visitas, cada escola recebeu uma informação detalhada do processo bem como um guião para a apresentação inicial da escola/agrupamento, a cargo dos Conselhos Executivos (Anexos [3.4](#) e [3.5](#)). Receberam também uma lista dos órgãos e grupos da escola com quem a equipa de avaliação pretendia reunir, bem como o modo de representação de alguns desses grupos, demasiado grandes para poderem estar presentes na sua plenitude ([Anexo 3.6](#)).

c. O processo de preparação foi concluído com a realização de duas reuniões de trabalho, uma no dia 12 de Abril, no Porto, com os Avaliadores, e outra no dia 19 do mesmo mês, em Aveiro, com representantes das escolas e agrupamentos do piloto. A representação deveria ser assegurada pelo presidente do Conselho Executivo, pelo presidente da Assembleia de Escola e por um 3º representante da escolha da escola, eventualmente ligado ao processo de auto-avaliação.

Nessas duas sessões o processo foi extensivamente descrito e discutido e foi dada informação sobre a constituição de cada equipa de avaliação e as datas e locais de cada visita. Essa distribuição consta do documento indicado como [Anexo 3.7](#).

As equipas de avaliação tiveram, em geral, reuniões preparatórias em que foram mais bem esclarecidos alguns aspectos do guião e do quadro de referência e ajustados os detalhes e distribuição das tarefas, para as próprias visitas.

Foi com este cenário que, em Maio de 2006, foi possível levar a cabo as visitas previstas. O processo decorreu sem incidentes tendo a recepção por parte das Escolas/Agrupamentos sido, em todos os casos, cordial e bem organizada.

O desempenho e a colaboração dos avaliadores exteriores ao grupo inicial foram excelentes, não obstante o carácter extremamente exigente e desgastante do processo.

As visitas decorreram, na sua organização, de acordo com o programado, tendo sido realizadas audições a todos os órgãos e grupos previstos, de acordo com o que tinha sido estabelecido nos documentos enviados às Escolas.

iii) Ao longo do mês de Junho elaboraram-se os relatórios individuais, para cada uma das 24 unidades, de acordo com um formato previamente acordado. Nessa elaboração colaboraram todos os avaliadores envolvidos, tendo a coordenação de cada relatório e a responsabilidade pela redacção final ficado a cargo do coordenador da equipa.

Os relatórios ficaram concluídos e revistos no final do mês, tendo sido enviados às escolas e agrupamentos (a cada um, o relatório correspondente) no princípio de Julho, por correio electrónico e também por via postal. Em todos os casos, em carta que acompanhava os referidos relatórios, as escolas foram convidadas a, até ao dia 22 de Julho, exercerem o direito de contraditório.

O [Anexo 3.8](#) contém cópias de todos estes relatórios e o [Anexo 3.9](#) os contraditórios enviados pelas escolas que decidiram fazê-lo.

iv) Tendo em vista a análise e o aperfeiçoamento da organização e dos instrumentos de avaliação utilizados no piloto, foram elaborados dois inquéritos muito semelhantes (Anexos [3.10](#) e [3.11](#)), o primeiro a enviar às escolas e com a solicitação de que fosse preenchido pelos mesmos três elementos que haviam sido convidados para a reunião de 19 de Abril, em Aveiro, e o segundo, a ser preenchido pelos 13 avaliadores exteriores ao Grupo de Trabalho.

As respostas aos inquéritos das escolas encontram-se no [Anexo 3.12](#). Um resumo sintético dos aspectos mais relevantes das respostas e comentários dos avaliadores constitui o [Anexo 3.13](#). Um resumo das respostas às partes fechadas é apresentado, graficamente e para ambos os grupos, no [Anexo 3.14](#).

- v) O grupo de trabalho levou a cabo diversas acções de apresentação e divulgação dos resultados do piloto de avaliação externa, quer por solicitação do Ministério da Educação quer por iniciativa própria ou a convite de terceiros. Destas destaca-se a primeira apresentação pública dos resultados no Auditório do Conselho Nacional da Educação, a 9 de Outubro, a participação numa reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, em 17 de Outubro e a reunião com a 5ª Comissão Especializada Permanente do CNE - Análise e Acompanhamento Global da Educação, a 31 de Outubro. Uma breve descrição destas e de outras intervenções do grupo de trabalho na apresentação e divulgação dos resultados do piloto de avaliação externa, incluindo entrevistas nos meios de comunicação social, encontra-se no [Anexo 3.15](#). No [Anexo 3.16](#) encontra-se a apresentação que serviu de base às acções de divulgação levadas a cabo.
- vi) No despacho de criação do grupo de trabalho foi indicado que "É assegurado pela Direcção Regional de Educação do Norte, o apoio logístico e financeiro necessário ao funcionamento do grupo de trabalho, bem como a satisfação das despesas decorrentes da aplicação da alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do presente despacho." Na sequência desse despacho a DREN disponibilizou, para utilização exclusiva pelo grupo de trabalho, instalações no antigo liceu Rainha Santa Isabel. Foi também disponibilizado algum apoio local de secretariado.

A gestão da logística do piloto de avaliação exigia, no entanto, uma maior proximidade entre os elementos do grupo de trabalho e os responsáveis por essa gestão, devido ao número de equipas de avaliação no terreno e ao período curto em que as avaliações decorreram. Com vista a facilitar essa gestão foi assinado um protocolo entre a DREN e a FEUP ([Anexo 3.17](#)). No âmbito desse protocolo "a DREN encarrega a FEUP da execução do referido apoio logístico e financeiro". A organização dos transportes e alojamentos das equipas de avaliadores, foi garantida pelo INESC Porto, que fez a ligação entre a agência de viagens que reservou os alojamentos e os avaliadores, a quem garantiu o envio de toda a documentação necessária.

4. Auto-avaliação

O Grupo de Trabalho analisou extensivamente um naipe de alternativas quanto à posição a tomar sobre a auto-avaliação, desde as mais normativas a outras em que seria dada grande liberdade de acção às escolas e agrupamentos. Avaliada a situação no terreno, a diversidade de experiências e estádios de desenvolvimento do processo de auto-avaliação, bem como as práticas em curso a nível nacional e internacional, o Grupo de Trabalho optou por uma posição em que apenas solicita a produção de um documento de interface entre a auto-avaliação e a avaliação externa, comum a todas as escolas. Esse documento aspira a estabelecer uma base mínima de informação interna sobre as escolas e a introduzir alguma homogeneidade que permita fazer uma comparação inter-institucional. Sendo um texto de apresentação das escolas, esse documento faz parte integrante da versão revista dos instrumentos de avaliação e será descrito no capítulo 5. Este documento de apresentação é complementado por um "Perfil de Escola" onde se reúne a informação quantitativa sobre a escola, e que também é apresentado no capítulo 5 do presente relatório.

No restante, e quanto ao desenvolvimento do processo, o Grupo de Trabalho elaborou um documento metodológico designado "Auto-avaliação das escolas e Avaliação Externa — os pontos de intersecção" ([Anexo 4.1](#)) onde se tecem considerações sobre o que e como avaliar, bem como sobre o processo de organização da auto-avaliação. Este documento dirige-se sobretudo às unidades onde o processo esteja mais atrasado mas, por outro lado, visa estabelecer um conjunto de metas comuns, necessárias na preparação para a avaliação externa. O Grupo de Trabalho sugere ainda um conjunto de medidas de apoio ao desenvolvimento do processo de auto-avaliação, que passam pela constituição de meios fáceis e abertos de interacção e acesso a informação (baseados na Internet) e coloca a hipótese da intervenção do recém-criado Conselho das Escolas, para acompanhamento e apoio das unidades que dele possam necessitar.

Finalmente o Grupo de Trabalho reconhece a existência de muito vasta documentação pública sobre a auto-avaliação, que seria absurdo ignorar ou tentar resumir num único procedimento. O Grupo de Trabalho reconhece também que apoios públicos e privados têm permitido a muitas escolas e agrupamentos levar a cabo processos bem articulados e consequentes de auto-avaliação, aos quais não faz sentido pôr um fim, impondo a normalização de procedimentos de acordo com um modelo definido agora.

5. Revisão da organização e dos instrumentos de avaliação

- i) A experiência obtida aquando das visitas, acrescida dos comentários dos avaliadores e de uma análise dos resultados obtidos, levaram a uma revisão dos factores constantes do quadro de referência inicial. As modificações introduzidas resultaram, por um lado, da dificuldade de analisar e avaliar algumas das questões colocadas e de permitir uma adequada comparação interinstitucional—sentida pelos elementos do Grupo de Trabalho e corroborada pelos avaliadores externos que o exprimiram nos seus comentários—e, por outro, de uma cuidada análise dos resultados das classificações, em que uma elevada correlação positiva ou negativa, parecia indiciar ou redundância ou mistura de conceitos antagónicos. O novo quadro de referência é apresentado como [Anexo 5.1](#).
- ii) Procedeu-se também à análise da constituição dos painéis formados para as entrevistas nas escolas tendo em conta que, em vários casos, se verificou alguma redundância—em particular nas unidades mais pequenas em que as mesmas pessoas surgiam em várias entrevistas com “casacos” diferentes. Os próprios avaliadores exteriores ao grupo, nas respostas aos inquéritos, levantaram algumas questões pertinentes. Assim, o Grupo de Trabalho considera que a IGE poderá introduzir algumas alterações nestes painéis e sugere que os avaliadores possam, previamente à visita e em diálogo com cada unidade de gestão, afinar a sua constituição.
- iii) Para funcionar como interface entre a auto-avaliação e a avaliação externa, o Grupo de Trabalho decidiu substituir o anterior documento “Tópicos para a apresentação da Escola”, que servia de suporte à apresentação oral das escolas durante as visitas de avaliação, por um texto de apresentação que enquadre um conjunto de documentos, de forma a permitir às equipas de avaliação externa um primeiro conhecimento e uma reflexão sobre cada uma das instituições que irão avaliar. Este texto constitui um elemento de ligação entre a auto-avaliação e a avaliação externa pelas seguintes razões:
 - apresenta a escola, analisando a evolução e as melhorias verificadas no desempenho dos últimos 3 ou 4 anos, tendo em conta a informação e o conhecimento produzidos no âmbito da auto-avaliação;
 - descreve as evidências que sustentam as afirmações e a apreciação do desempenho e da sua evolução;
 - deve permitir, da sua leitura, uma imagem global do que, em cada lugar e contexto específico, têm constituído prioridades e metas de desenvolvimento, estratégias para as alcançar, pontos fortes e fracos da realização e dos resultados obtidos, bem como constrangimentos identificados e desafios que se perspectivam.

Para enquadrar este texto de apresentação, que também servirá de base à apresentação oral das escolas constante do guião das visitas, o grupo de trabalho desenvolveu um documento intitulado “Tópicos para a apresentação da Escola – Campos de análise de desempenho” ([Anexo 5.2](#)).

- iv) O desenvolvimento do documento «Perfil de Escola» ([Anexo 5.3](#)) surgiu da necessidade de dotar os avaliadores externos de informação mais quantitativa sobre a escola que estão a visitar. A escolha da informação resulta não só da experiência dos avaliadores externos, durante o piloto, mas também da análise da literatura sobre os factores que têm impacto sobre os resultados escolares e que é importante que os avaliadores conheçam para contextualizar esses resultados.

Sempre que possível, procurou utilizar-se dados que já existem na Administração, nomeadamente os que são recolhidos no início de cada ano lectivo, constituindo a série «Recenseamento Escolar», e no final de cada ano lectivo, constituindo a série «Estatísticas da Educação», ambas publicadas

pelo GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo). Ao nível dos resultados escolares dos alunos, estes são disponibilizados pela DGIDC (Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular) no seu sítio electrónico. Todos os dados já existentes na Administração não serão pedidos às escolas a avaliar. Estes campos encontram-se a sombreado no documento.

O maior problema relativamente à disponibilidade de dados põe-se quando a unidade estatística é o aluno e não a escola. A este nível, a Administração ainda não recolhe informação de forma sistemática. No entanto, como muitas escolas já o fazem, foi decidido que se pediria às escolas que fornecessem estes dados. Trata-se, sobretudo, de dados sobre o meio sócio-económico:

- 3.2 Serviços de Acção Social Escolar;
- 3.4 País de origem dos alunos; Outros Países;
- 3.5 Profissão dos Pais;
- 3.6 Escolaridade dos Pais;
- 3.7 Acesso às TIC;

e ainda, as classificações internas nas disciplinas do ensino secundário:

- 7.2 Classificações internas.

Assim, o documento «Perfil de Escola» permite aos avaliadores externos ter informação sobre a identificação da escola, a sua oferta educativa e respectiva frequência, meio sócio-económico, população escolar e resultados escolares e de exames, antes da visita à escola.

6. Lançamento da segunda fase de avaliação externa - 2007

- i) Em Julho de 2006, aquando da apresentação do relatório intercalar no qual se incluíam os resultados do piloto de avaliação externa, a Sr^a Ministra da Educação incumbiu o grupo de trabalho de lançar a 2^a fase de avaliação, a decorrer em 2007. Tendo aceite a incumbência, o grupo de trabalho propôs que fossem incluídas no grupo de escolas a avaliar em 2007 todas as escolas que se tinham candidatado a integrar o piloto de avaliação externa mas que não tinham sido seleccionadas, e ainda as escolas pertencentes ao grupo que, há um ano, se reuniu em Caparide e que tinham, em geral e desde essa data, demonstrado vontade de envolvimento no processo e criado algumas expectativas nesse sentido. Estes dois grupos perfazem um total de 115 escolas ou agrupamentos que foram, consequentemente, convidados. Após aceitação desta proposta pela Sra. Ministra da Educação, o grupo levou a cabo as actividades que seguidamente se descrevem.
- ii) Foi enviado por correio electrónico um convite às 115 escolas ([Anexo 6.1](#)), onde se pedia para manifestarem a sua vontade em integrar o grupo de escolas que seria avaliado em 2007. Destas, 103 responderam afirmativamente. No [Anexo 6.2](#) encontra-se uma análise à distribuição geográfica das escolas e no [Anexo 6.3](#) a lista das escolas que integrarão a segunda fase de avaliação externa, a decorrer em 2007.
- iii) No que diz respeito à auto-avaliação, a situação nesta segunda fase é extremamente heterogénea. Enquanto que para a fase piloto era um requisito que as escolas tivessem um processo de auto-avaliação formal e sistemático, nesta segunda fase encontram-se desde escolas que não têm qualquer processo de auto-avaliação (e que por isso não foram integradas no piloto) até escolas com sistemas de auto-avaliação muito desenvolvidos e que não foram integradas no piloto por questões de representatividade geográfica e/ou de níveis de ensino. Tornava-se pois imprescindível a utilização desde já do modelo de apresentação de escola baseado no documento “Tópicos para a apresentação da Escola – Campos de análise de desempenho” e o “Perfil de Escola” apresentados no capítulo 5 deste relatório.

Relativo a este último, e com vista a facilitar o preenchimento dos campos que competiam à escola, foi desenvolvido um documento Excel para ser preenchido por cada uma das escolas. Os dados sobre resultados de exames estão disponíveis em bases de dados Microsoft Office Access no sítio electrónico da DGIDC. Todos os outros dados a sombreado foram pedidos ao GIASE, que se comprometeu a enviá-los.

Depois de recebidos todos os dados solicitados às escolas, à DGIDC e ao GIASE, estes serão exportados para o documento «Perfil de Escola» correspondente a cada uma das 103 escolas sob avaliação em 2007.

- iv) Foi estabelecida a data limite de 20 de Janeiro de 2007 para o envio do documento de apresentação da escola, acompanhado de outros documentos considerados relevantes pela escola, e da informação do “Perfil de Escola” em que a recolha é da responsabilidade da escola. Na missiva, onde se prestavam estas informações concretas ([Anexo 6.4](#)), o grupo de trabalho informou ainda as escolas que a avaliação externa seria gerida pela Inspeção-Geral da Educação e que seria para as delegações regionais da Inspeção que os documentos deveriam ser enviados.
- v) Na sequência da atribuição das funções de avaliação externa à IGE, o grupo de trabalho iniciou o processo de transferência da gestão do programa para a IGE, colaborando com esta na preparação da segunda fase de avaliação, que decorrerá em 2007, incluindo a necessária formação dos avaliadores. Esta transição e colaboração próxima são muito facilitadas pelo facto de um membro do grupo de trabalho, José Maria Azevedo, ter sido nomeado Inspector-Geral da Educação.

7. Referências e fontes de inspiração

- i) Como já se afirmou noutros documentos produzidos no âmbito deste grupo de trabalho, a opção tomada foi a de não recomendar um modelo específico de auto-avaliação de escola, por diversas razões: primeiro porque todos os modelos são dinâmicos e nesse sentido vão evoluindo com vista a se adequarem às exigências de melhoria das próprias escolas, conforme a sua realidade e, depois, porque qualquer opção resultará de um acordo entre os vários membros de uma comunidade educativa concreta, que actua dentro de um contexto próprio, isto é, que é condicionada pelos seus interesses, pela sua cultura e também pela informação de que dispõe ou a que tem acesso.

Apesar da diversidade dos modelos, existem aspectos que são transversais a todos, como:

- A análise detalhada dos resultados das aprendizagens dos alunos,
- O enfoque no trabalho desenvolvido em sala de aula, com destaque para o modo como os alunos trabalham,
- O clima e o ambiente educativos
- A organização e gestão da escola e dos seus recursos.

Enquanto nos anos 90 a investigação sobre os factores da qualidade escolar privilegiou um tipo específico de informação e de discurso centrado na eficácia e na eficiência educativa, condicionando os modelos de avaliação interna e externa e as métricas da qualidade educativa, reduzindo-as a instrumentos de gestão, na presente década a avaliação externa e em especial a auto-avaliação apresentam-se cada vez mais como complementares, e têm-se caracterizado por uma maior ênfase nas questões qualitativas do processo das aprendizagens dos alunos e na atenção aos aspectos estratégicos da optimização e da melhoria. Daí que a preocupação com a “prestação de contas” incida menos na disponibilização de dados – tendo-se por adquirido que os meios tecnológicos hoje existentes permitem a produção e o acesso fácil à informação estatística – mas mais na resposta fundamentada à interpelação que os diferentes parceiros fazem aos responsáveis pelas políticas de escola sobre o seu desempenho educativo.

- ii) Foram várias as fontes que o Grupo de Trabalho consultou e onde se inspirou para desenvolver a arquitectura da avaliação das escolas. Por um lado, para além do quadro conceptual produzido pela Lei 31/2002, privilegiaram-se os trabalhos e a reflexão desenvolvidos em Portugal no campo da auto-avaliação e da avaliação externa das escolas, aproveitando a experiência adquirida no âmbito das intervenções de avaliação da IGE quer com o modelo da “Avaliação Integrada das Escolas”, quer com os projectos de “Aferição da Efectividade dos Primeiros Anos da Escolaridade Básica” e de “Aferição da Efectividade da Auto-Avaliação das Escolas”, ou de outras intervenções como o “Projecto Piloto Europeu para a Auto-avaliação das Escola” e os seus desenvolvimentos posteriores, o modelo da “Gestão da Qualidade Total” ou o modelo da Fundação Europeia para a Qualidade da Gestão (EFQM), que tem funcionado como matriz para outros desenvolvimentos da auto-avaliação

quer na Administração Pública, como o modelo CAF (*Common Assessment Framework*), quer em organizações privadas.

Depois procurou-se informação internacional produzida por diversas entidades responsáveis pela avaliação externa das escolas, como é o caso das diversas Inspeções da Educação europeias, e da SICI (Conferência Permanente das Inspeções de Educação), quer em termos de descrição de modelos, quer em termos de análise crítica.

Foi igualmente importante a consulta de vários textos sobre a gestão educativa, em especial das escolas, e sobre as políticas de avaliação conduzidas internacionalmente, como os publicados pela OCDE, ou textos de investigação sobre a melhoria das escolas e os efeitos da avaliação.

- iii) De entre as diferentes fontes de informação, merecem referência alguns dos modelos em uso nas Inspeções da Educação dos países do Reino Unido, em especial na Escócia, pela enorme popularidade que desfruta em toda a Europa e pela dinâmica educativa que tem promovido ao dar às escolas a responsabilidade e os instrumentos de interpelação quanto ao conhecimento que tem da sua própria qualidade. O segundo destaque refere-se ao modelo de auto-avaliação seguido na Irlanda do Norte, pela forma como é apresentada no âmbito de uma estratégia nacional de melhoria da educação, onde se integra a avaliação das escolas, a avaliação e a melhoria do currículo e da prestação do serviço educativo nos diferentes níveis de ensino, a melhoria dos padrões de qualidade da formação inicial e contínua dos professores e a renovação das metodologias inspectivas no sentido de contribuir para a garantia da qualidade.

No site escocês www.hmie.gov.uk/documents/publications pode aceder-se à versão do manual de auto-avaliação "*How good is our school*" revisto em 2002 e reeditado em 2005 incorporando a escala de avaliação de 6 níveis (edição de 29/6/2005), bem como a sua nova versão de Março de 2006, que tem como subtítulo "*Exploring Excellence*" e que, como os autores referem, apresenta um "modo de olhar as diferentes dimensões do desempenho escolar com maior rigor e exigência" e se destina a todos "aqueles que decidem que não lhes basta ser bons e querem ser excelentes". Enquanto as versões anteriores de "*How Good is our School*" são excelentes apoios para quem se inicia nestes processos, pela clareza dos conceitos e pelo carácter formativo da descrição do modelo e dos critérios de avaliação, a versão "*Exploring Excellence*" é mais elaborada e introduz elementos que facilitam o *benchmarking* interno, ao estabelecer a comparação entre um desempenho "Bom" e um "Excelente", numa perspectiva de mais exigência.

O Departamento da Educação da Irlanda do Norte (www.deni.gov.uk) publicou, em 2001, no âmbito dos textos de apoio ao projecto "*Together Towards Improvement*", um opúsculo com o título "*A process for self-evaluation*" destinado às escolas no sentido de apoiar e desenvolver uma cultura de auto-avaliação, de forma articulada com o seu plano de desenvolvimento e com a avaliação externa. Neste documento chamou-nos a atenção o modo como se apresenta a avaliação como parte da gestão do desenvolvimento das escolas e a simplicidade como descrevem os diferentes passos a percorrer: a selecção das áreas chave e dos indicadores de desempenho e, especificamente, as orientações às escolas no sentido de se organizarem e prepararem para a avaliação, de forma de otimizar o processo em termos de desempenho global, e minimizar os efeitos negativos que todas as avaliações podem trazer.

No site www.sici.org.uk encontra-se informação sobre endereços e outros modelos em uso, bem como a descrição do projecto ESSE (*Effective School Self-Evaluation*) da própria SICI, que tem como objectivo avaliar a consistência da auto-avaliação das escolas, o qual tem sido adaptado em vários países, incluindo Portugal.

8. Conclusão

- i) É possível tentar, desde já, tirar algumas conclusões do processo desenvolvido ao longo do corrente ano, pelo grupo de trabalho. Sem pretender ter um carácter exaustivo nem condicionar futuras evoluções, os pontos abaixo apresentados reflectem, apenas, a visão que o grupo extraiu da experiência obtida.

- O modelo de avaliação externa das escolas, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, reconhece os pontos fortes tanto como aponta os pontos fracos. A avaliação, devendo constituir um processo exigente para as instituições, não se deve limitar a identificar as suas dificuldades e lacunas, antes deve valorizar as suas realizações e potencialidades, proporcionando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido pelas escolas.
- As consequências da avaliação constituem um factor determinante da utilidade de qualquer modelo, seja para cada escola, seja para a administração. Nesta perspectiva, a relação entre a avaliação e a celebração de contratos de desenvolvimento e autonomia abre perspectivas de sequência ao processo de avaliação.
- O trabalho conjunto de avaliadores mais próximos e mais distantes das escolas, com diferentes sensibilidades, parece uma aposta ganha. Ao ser acolhido na IGE, importaria que o projecto, na constituição das equipas e no acompanhamento, mantivesse esta dimensão da participação externa à organização responsável pela avaliação.
- O acesso a informação sistemática sobre as escolas, a sua população, os seus resultados e o seu contexto, é uma condição imprescindível e deverá ser um dado à partida, pelo que é necessário o envolvimento e compromisso da própria Administração em disponibilizar atempadamente esta informação de base.
- Ora, todos os anos é pedido às escolas que preencham e enviem electronicamente dados que, entre outros, dão origem às séries «Recenseamento Escolar» e «Estatísticas da Educação». Parece-nos essencial que os dados que as escolas fornecem à Administração estejam facilmente acessíveis às entidades responsáveis pela avaliação, e possivelmente a todos os interessados, nomeadamente através da Internet. Aliás, isso já acontece relativamente aos resultados dos exames, que estão disponíveis no sítio electrónico da DGIDC.
- Parece-nos essencial a existência de dados estatísticos, de recolha sistemática, ao nível do aluno, nomeadamente de carácter sócio-económico. Sabendo-se que, em parte, os resultados escolares são função das características sócio-económicas dos alunos, seria importante ter elementos que permitissem calcular, com algum rigor, os valores esperados para esses resultados, para cada escola, para se poder comparar com o valor atingido.
- Seria também importante guardar os resultados escolares, em provas de aferição ou exames nacionais, nomeadamente de final de ciclo (4º, 6º, 9º e 12º anos), por aluno, de forma a poder calcular-se medidas de valor acrescentado da escola. Este tipo de medidas também ajudaria os avaliadores externos a formar julgamentos mais objectivos sobre os resultados alcançados por cada escola.
- Parecer-nos-ia muito importante que a Administração promovesse um estudo com vista a encontrar uma métrica comum e transparente que permitisse tornar os resultados comparáveis e que tivesse em conta todo o complexo conjunto de elementos que é necessário colocar em jogo.
- Importará estudar a forma de selecção das escolas a avaliar nos anos seguintes. Se, por um lado, a avaliação externa será obrigatória, por outro, conviria continuar a dar lugar à manifestação de vontade das escolas, combinando “voluntárias” e não voluntárias de acordo com o número de candidatas e com a necessidade de equilíbrio da selecção. Esta combinação é tanto mais necessária quanto se defende este processo como uma estratégia de melhoria do desempenho e está em causa a celebração de contratos de autonomia.
- O processo de avaliação deverá ser continuamente acompanhado e avaliado, tanto pelas escolas e avaliadores como pela IGE, mas justificar-se-á que o mesmo seja alvo de uma avaliação externa no fim do ano lectivo de 2007-08, ou seja, no fim do primeiro ano de generalização do processo.
- A divulgação pública dos resultados da avaliação é uma forma de prestação de contas tanto das escolas como dos avaliadores e, de forma especial, é um contributo para a qualificação do debate público sobre a educação e um incentivo a uma maior participação social nas escolas.

- ii) O Grupo de Trabalho pensa ter cumprido cabalmente todas as atribuições que lhe foram acometidas pelo despacho conjunto de constituição, nomeadamente no tocante aos referenciais para a auto-avaliação e a avaliação externa, à realização do piloto de avaliação e ao lançamento das fases subsequentes. Apenas não produziu recomendações para uma eventual revisão do quadro legal porque, em nenhuma circunstância verificou ser a actual legislação inibidora do processo de avaliação e, no tocante às questões de autonomia, não só o grupo não se considerava em situação de o poder fazer de modo cabal, como essa tarefa foi acometida a um outro grupo.
- iii) O Grupo de Trabalho não pode deixar de enaltecer a excelente articulação com o Ministério e o Gabinete da Senhora Ministra, assegurado sempre de modo particularmente fácil e eficaz pela Dra. Ana Paula Gravito.

Quer também agradecer institucionalmente ao INESC Porto e à FEUP a colaboração material, prestada a título gracioso, à actividade do grupo ao longo do ano de 2006, assim como a Lucília Fernandes (INESC Porto) e Ricardo Barbosa (FEUP), sem cuja dedicação, competência e empenho o trabalho do grupo não teria chegado a bom porto.

Deseja, finalmente agradecer à Dra. Paula Durão (DREN) o trabalho realizado na fase de prestação de contas.

Dezembro, 2006

ANEXOS

1.	1.1	Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Educação	A-1
2.	2.1	Tabela de classificações	A-3
	2.2	Quadro de Referência	A-5
3.	3.1	Convite dirigido a todas as unidades de gestão	A-11
	3.2	Escolas e agrupamentos seleccionados para o Piloto.....	A-13
	3.3	Despacho da Ministra da Educação que integra os restantes avaliadores no Grupo de Trabalho	A-15
	3.4	Documento para as escolas.....	A-17
	3.5	Guião para a apresentação inicial da escola/agrupamento, a cargo dos Conselhos Executivos ..	A-19
	3.6	Agenda das visitas e regras para a constituição dos painéis	
		Agenda das visitas de Escolas Secundárias e Escolas Básicas integradas	A-21
		Agenda das visitas de Agrupamentos Verticais	A-23
		Agenda das visitas de Agrupamentos Horizontais	A-25
		Regras para a constituição dos painéis	A-27
	3.7	Datas, locais e equipas de avaliação de cada visita.....	A-29
	3.8	Relatórios de avaliação das escolas e agrupamentos	
		Escolas Secundárias	
		Escola Secundária Eça de Queirós, Póvoa do Varzim, DREN	A-31
		Escola Secundária de Caldas das Taipas, Caldas das Taipas, DREN	A-43
		Escola Secundária João da Silva Correia, S. João da Madeira, DREN.....	A-53
		Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos, DREN	A-65
		ES/3 Qta. das Palmeiras, Covilhã, DREC.....	A-75
		ES/3 DR. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, DREC	A-85
		Escola Secundária Quinta do Marquês, Oeiras, DREL.....	A-95
		Escola Secundária de Dona Luísa de Gusmão, Lisboa, DREL.....	A-105
		Escola Secundária da Rainha Santa Isabel, Estremoz, DRE Alentejo.....	A-115
		Escola Secundária de Pinheiro e Rosa, Faro, DRE Algarve	A-125
		Agrupamentos	
		Agrupamento de Escolas de Gondifelos, V.N. Famalicão, DREN	A-137
		Agrupamento de Escolas de Miragaia, Porto, DREN	A-147
		Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, Porto, DREN	A-161
		Agrupamento Cavado Sul, Barcelinhos, DREN	A-171
		Agrupamento de Escolas de Colmeias, Colmeias, DREC.....	A-181
		Agrupamento de Escolas de Vouzela, Vouzela, DREC	A-195
		Agrupamento de Escolas de Nery Capucho, Marinha Grande, DREC	A-205
		Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora, DREL	A-217
		Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Mem Martins, DREL.....	A-233
		Agrupamento de Escolas de Mem-Ramires, Santarém, DREL.....	A-245
		Agrupamento Matilde Rosa Araújo, S. Domingos de Rana, DREL	A-255
		Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, Charneca de Caparica, DREL.....	A-265
		Agrupamento de Escolas de Portel, Portel, DRE Alentejo.....	A-277
		Agrupamento Vertical de Escolas de Algoz, Algoz, DRE Algarve	A-287

3.9	Contraditórios enviados pelas escolas	
	Contraditório da Escola Secundária das Taipas	A-301
	Contraditório da Escola Secundária de D. Luísa de Gusmão	A-305
	Contraditório da Escola Secundária Eça de Queirós	A-309
	Contraditório da Escola Secundária Gonçalves Zarco	A-317
	Contraditório da Escola Secundária Pinheiro e Rosa	A-319
	Contraditório do Agrupamento Vertical Ferreira de Castro	A-341
3.10	Inquérito aos avaliadores	A-343
3.11	Inquérito às escolas	A-345
3.12	Respostas das escolas ao inquérito	
	Escolas Secundárias	
	Escola Secundária de Caldas das Taipas, Caldas das Taipas, DREN	A-347
	Escola Secundária João da Silva Correia, S. João da Madeira, DREN	A-363
	Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos, DREN	A-367
	ES/3 Qta. das Palmeiras, Covilhã, DREC	A-371
	ES/3 DR. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, DREC	A-375
	Escola Secundária Quinta do Marquês, Oeiras, DREL	A-379
	Escola Secundária de Dona Luísa de Gusmão, Lisboa, DREL	A-389
	Escola Secundária de Pinheiro e Rosa, Faro, DRE Algarve	A-397
	Agrupamentos	
	Agrupamento de Escolas de Gondifelos, V.N. Famalicão, DREN	A-401
	Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, Porto, DREN	A-405
	Agrupamento Cavado Sul, Barcelinhos, DREN	A-417
	Agrupamento de Escolas de Colmeias, Colmeias, DREC	A-421
	Agrupamento de Escolas de Nery Capucho, Marinha Grande, DREC	A-435
	Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora, DREL	A-443
	Agrupamento de Escolas de Mem-Ramires, Santarém, DREL	A-445
	Agrupamento Matilde Rosa Araújo, S. Domingos de Rana, DREL	A-449
	Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, Charneca de Caparica, DREL	A-455
3.13	Resumo das respostas dos avaliadores ao inquérito	A-461
3.14	Resumo gráfico das partes fechadas dos inquéritos	A-473
3.15	Intervenções do Grupo de Trabalho na apresentação e divulgação dos resultados do piloto	A-475
3.16	Documento de apresentação do piloto	A-483
3.17	Protocolo entre a DREN e a FEUP	A-499
4.	4.1 Auto-avaliação das escolas e Avaliação Externa — os pontos de intersecção	A-503
5.	5.1 Quadro de Referência, revisto	A-509
	5.2 Tópicos para a apresentação da Escola – Campos de análise de desempenho	A-515
	5.3 Perfil de Escola	A-519
6.	6.1 Convite às 115 escolas, para a 2ª fase da avaliação externa	A-529
	6.2 Análise à distribuição das escolas da 2ª fase da avaliação externa	A-531
	6.3 Lista das escolas que integrarão a segunda fase de avaliação externa	A-533
	6.4 Mensagem electrónica enviada às escolas que integrarão a 2ª fase de avaliação externa	A-537

3.6 — Fixação dos quantitativos de ajudas de custo para não funcionários ou agentes.

3.7 — Visto em requisições e contas de despesa sujeitas ao visto do Ministro de Estado e das Finanças.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Agosto de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito das competências ora delegadas e subdelegadas, tenham sido praticados pelos subdirectores-gerais do Orçamento.

6 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Despacho (extracto) n.º 9655/2006 (2.ª série):

Ana Paula de Sousa Tavares de Abreu, Maria de Fátima Gomes Pereira Afonso, Maria Graciete Alexandre Rosa, Laura Odete Moleirinha Calaio, Maria de Jesus Azevedo Alberto Monteiro, Maria Hortense de Assunção Mateus, Ernesto Tavares Dias, Meherbanu Kassamali Mamade Pirbhai, Maria Inês Serra Matias, Alda Maria da Fonseca Gonçalves, Maria Helena da Cruz Cardoso Relvas, Carla Sofia Bastos de Sousa Marques, Sónia Cristina da Ascensão Algarvio, Maria do Céu Andrade da Costa Teixeira, Maria Vilma Ferreira de Oliveira Bispo da Silva, Arminda da Conceição Cavaco Pica Calheiros, Cláudia Alexandra Alves Aleixo, Fedra Mara Lagarteira de Arêde, Fernanda Cristina Pires Trigo, Ana Bela Antunes Vasconcelos, Irene Maria Bento António Costa, Helena Margarida de Moura Sengo, Maria de Lurdes Marques Santos Quitério, Anabela Almeida Rosado, Luís Miguel Ferreira Vieira Martins dos Reis, Susana Maria da Silva Oliveira, Maria João do Carmo Teixeira Madeira, Maria Emília da Silva Dias Riquezo Antunes, Sílvia Cristina Ribeiro Mendes dos Santos, Carla Maria de Fátima Martinho Pombo, Inês Patrícia Hilário Moraes Mendes de Assunção, Maria do Rosário Guerreiro Alves, Rosa Maria Rodrigues Mourato Cândido, Sandra Maria Garcez Tavares de Melo Mendes Rodrigues, Paula Cristina Ramalho do Carmo Guia, Eloísa Maria da Silva Neves e Maria de Lurdes Dias Ferreira Liz, assistentes administrativos do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), Maria Lúcia Cambundo Gomes, Maria Aparecida Teixeira Silvestre e Lúcia Maria Farinha Novo de Oliveira, assistentes administrativas do quadro de vinculação do distrito de Lisboa do Ministério da Educação, Maria Luísa de Sousa Lúcio Caldeira de Oliveira, assistente administrativa principal do quadro do pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lídia Maria da Costa Monteiro Sousa, assistente administrativa do quadro da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa, e Maria de Fátima Pôs de Mina Rosa Guerreiro e Maria de Lurdes Carvalho, assistentes administrativas principais do quadro do Centro Nacional de Pensões — nomeados, precedendo concurso, assistentes administrativos principais do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

4 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 9656/2006 (2.ª série):

Maria Inês Franco Pinto de Castelo-Branco Duarte, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento — transferida com a mesma categoria para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 17 de Abril de 2006.

17 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Rectificação n.º 637/2006. — Para os devidos efeitos se rectifica a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 23 de Fevereiro de 2006 — despacho (extracto) n.º 4353/2006 — referente à transferência de técnico superior de serviço social de 1.ª classe. Assim, onde se lê «do quadro de pessoal do Instituto Politécnico

de Santarém» deve ler-se «do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Santarém».

12 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 370/2006. — A avaliação dos estabelecimentos de educação e ensino constitui um importante instrumento para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Nesse pressuposto, e apesar de não se verificar em Portugal uma prática regular e sistemática de avaliação de escolas, têm sido desenvolvidos nos últimos anos diversos projectos no âmbito da auto-avaliação e da avaliação externa de escolas como o Observatório da Qualidade da Escola, o Projecto Qualidade XXI, o Programa de Avaliação Integrada das Escolas, o Modelo de Certificação de Qualidade nas Escolas Profissionais, o Programa AVES — Avaliação de Escolas Secundárias, o Projecto Melhorar a Qualidade ou a aferição da Efectividade da Auto-Avaliação das Escolas. Estes projectos têm permitido acumular um conhecimento e uma experiência que se revelam fundamentais para uma acção consequente nesta matéria.

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, definindo as bases da auto-avaliação, de carácter obrigatório, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, e da avaliação externa dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, a realizar no plano nacional ou por área educativa.

O Programa do XVII Governo Constitucional assumiu como um dos seus objectivos prioritários, em matéria de política educativa, a adopção de medidas com vista a enraizar a cultura e a prática da avaliação em todas as dimensões do sistema de educação e formação, designadamente através do lançamento de um programa nacional de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Assume-se também, explicitamente, uma relação estreita entre a avaliação e o processo de autonomia das escolas, cujo desenvolvimento pressupõe a responsabilização, a prestação regular de contas e a avaliação.

Para a concretização desta prioridade, importa proceder à constituição de um grupo de trabalho com o objectivo de estudar e propor os modelos de auto-avaliação e de avaliação externa dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e definir os procedimentos e condições necessários à sua generalização, tendo em vista a melhoria da qualidade da educação e a criação de condições para o aprofundamento da autonomia das escolas.

Assim, determina-se:

1 — É criado um grupo de trabalho com as seguintes atribuições:

- Definir os referenciais para a auto-avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, identificando um conjunto de variáveis e parâmetros comuns às diversas práticas de auto-avaliação desenvolvidas nos últimos anos e sugerindo outros parâmetros que cada escola possa escolher, em função dos seus projectos e das suas condições específicas;
- Definir os referenciais para a avaliação externa dos estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta que do processo de avaliação deverão resultar:

Classificações claras dos estabelecimentos de educação e ensino;

Recomendações que permitam preparar a celebração de contratos de autonomia, designadamente através da identificação das áreas em que essa autonomia pode ser atribuída ou da eventual necessidade de uma intervenção programática com vista à melhoria de áreas mais deficitárias;

- Aplicar os referenciais de auto-avaliação e avaliação externa a um número restrito de unidades de gestão (entre 20 e 30), seleccionadas em articulação com os serviços do Ministério da Educação e contemplando a avaliação presencial por peritos indicados pelo grupo de trabalho;
- Definir os procedimentos, o calendário e as condições necessárias à generalização da auto-avaliação e da avaliação externa aos restantes estabelecimentos de educação e ensino;
- Produzir recomendações para uma eventual revisão do actual quadro legal, tanto em matéria de avaliação como de autonomia dos estabelecimentos de educação e ensino.

2 — O grupo de trabalho tem a seguinte composição:

Prof. Doutor Pedro Guedes de Oliveira, que coordenará.
Prof.ª Doutora Cláudia Sarriço.

Prof. Doutor José Fernando Oliveira.
Prof.ª Doutora Maria Antónia Carravilla.
Doutora Maria do Carmo Clímaco.
Mestre José Maria Azevedo.

3 — Os membros do grupo de trabalho auferem senhas de presença cujo valor é fixado em 20 % do índice 100 da escala salarial do regime geral da função pública.

4 — O disposto no número anterior é aplicável na medida em que não seja prejudicado pelos regimes jurídicos gerais ou especiais de acumulação de funções e de remunerações relativos aos titulares de cargos dirigentes e demais trabalhadores da Administração Pública.

5 — O grupo de trabalho pode convidar especialistas para apresentação de propostas, promoção de estudos ou para se pronunciarem sobre as matérias em estudo.

6 — Os serviços centrais e regionais do Ministério da Educação — designadamente a Inspeção-Geral da Educação, o Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, o Gabinete de Avaliação Educacional, o Gabinete de Gestão Financeira e as Direcções Regionais de Educação — deverão, no âmbito das suas competências, colaborar com o grupo de trabalho, disponibilizando os elementos por ele solicitados no âmbito da sua missão e apoiando a eventual recolha de informação que se mostre necessária.

7 — É assegurado pela Direcção Regional de Educação do Norte, o apoio logístico e financeiro necessário ao funcionamento do grupo de trabalho, bem como a satisfação das despesas decorrentes da aplicação da alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do presente despacho.

8 — O grupo de trabalho, dotado de autonomia técnico-científica e funcional, tem um mandato de um ano, devendo apresentar, até 31 de Dezembro de 2006, um relatório final.

9 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2006.

5 de Abril de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 9657/2006 (2.ª série). — Considerando que se encontra vago um lugar de inspector-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Financeiros (IAMF);

Considerando que urge assegurar, através dos recursos humanos qualificados existentes na Inspeção-Geral da Defesa Nacional, a actividade inspectiva prevista para a IAMF, que se considera prioritária, durante o ano de 2006;

No uso das competências próprias constantes na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o NII 90269, capitão-de-mar-e-guerra de administração naval Rafael Sardinha Mendes Calado para desempenhar as funções de inspector-coordenador da IAMF, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 2.º grau.

Autorizo o nomeado a optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a contar de 2 de Janeiro de 2006, anulando e substituindo o meu despacho da mesma data, publicado sob o n.º 747/2006 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 12 de Janeiro de 2006.

17 de Abril de 2006. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Despacho n.º 9658/2006 (2.ª série). — Considerando que um dos lugares de inspector-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Materiais (IAMM) se encontra vago, em virtude da nomeação do anterior titular para o cargo de inspector-director da supracitada Inspeção;

Considerando que urge dar continuidade e conclusão, nas condições consideradas mais adequadas, à actividade inspectiva prevista para a IAMM, até ao final do ano de 2005;

No uso das competências próprias constantes na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o coronel ENGAER 023207-G,

João António Casimiro de Oliveira Carvalho, para desempenhar as funções de inspector-coordenador da IAMM, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 2.º grau.

Autorizo o nomeado a optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a contar de 1 de Novembro de 2005, anulando e substituindo o meu despacho de 21 de Outubro de 2005, publicado sob o n.º 22 771/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 4 de Novembro de 2005.

17 de Abril de 2006. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Despacho n.º 9659/2006 (2.ª série). — Considerando que o lugar de inspector-director da Inspeção da Administração dos Meios Financeiros (IAMF) se encontra vago;

Considerando que urge dar continuidade, nas condições consideradas mais adequadas, à actividade inspectiva prevista para a IAMF durante o ano de 2006;

No uso das competências próprias constantes na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o capitão-de-mar-e-guerra de administração naval, na situação de reserva na efectividade de serviço, Miguel Ângelo Rainho Cambraia Duarte para desempenhar as funções de inspector-director da IAMF, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 1.º grau.

Autorizo o nomeado a optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a contar de 7 de Fevereiro de 2006, anulando e substituindo o meu despacho da mesma data, publicado sob o n.º 4043/2006 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2006.

17 de Abril de 2006. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Despacho n.º 9660/2006 (2.ª série). — Considerando que o lugar de inspector-director da Inspeção de Análise de Programas e Sistemas (IAPS) se encontra vago;

Considerando que urge dar continuidade, nas condições consideradas mais adequadas, à actividade inspectiva prevista para a IAPS durante o ano de 2006;

No uso das competências próprias constantes na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o coronel ADMIL, na situação de reserva na efectividade de serviço, Jaime Manuel Rodrigues das Neves para desempenhar as funções de inspector-director da IAPS, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 1.º grau.

Autorizo o nomeado a optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a contar de 7 de Fevereiro de 2006, anulando e substituindo o meu despacho da mesma data, publicado sob o n.º 4044/2006 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro de 2006.

17 de Abril de 2006. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Despacho n.º 9661/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 19 de Abril de 2006:

Rui Jorge Fernandes Arsénio, técnico de informática do grau 1, nível 3, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Defesa Nacional — nomeado, mediante concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, técnico de informática do grau 2, nível 1, escalão 1, índice 470, do mesmo quadro, ficando exonerado do lugar que vem ocupando em 18 de Abril de 2006. Esta nomeação produz efeitos a partir de 19 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Abril de 2006. — O Inspector-Geral, *António Manuel Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Escala de avaliação

Níveis de classificação e seu significado

Muito Bom – No critério considerado, a escola revela predominantemente pontos fortes, isto é, o seu desempenho é mobilizador e revela uma acção intencional sistemática, com base em procedimentos bem definidos que lhe dão um carácter sustentado e sustentável no tempo. Alguns aspectos menos conseguidos não afectam a mobilização para o aperfeiçoamento contínuo.

Bom – No critério considerado, a escola revela bastantes pontos fortes, isto é, o seu desempenho revela uma acção intencional frequente, relativamente à qual foram recolhidos elementos de controlo e regulação. Alguns dos pontos fracos têm impacto nas vivências dos intervenientes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem frequentemente do empenho e iniciativa individuais.

Suficiente – No critério considerado, a escola revela situações em que os pontos fortes e os pontos fracos se contrabalançam, revelando frequentemente uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco determinada e sistemática. As vivências dos alunos e demais intervenientes são empobrecidas pela existência dos pontos fracos e as actuações positivas são erráticas e dependentes do eventual empenho de algumas pessoas. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo.

Insuficiente – No critério considerado, a escola revela situações em que os pontos fracos ultrapassam os pontos fortes e as vivências dos vários intervenientes são generalizadamente pobres. A atenção prestada a normas e regras tem um carácter essencialmente formal, sem conseguir desenvolver uma atitude e acções positivas e comuns. A capacidade interna de melhoria é muito limitada, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco consistentes ou relevantes para o desempenho global.

Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos

I- Os 5 domínios chave

1. Resultados
2. A prestação do serviço educativo
3. A organização e gestão escolar
4. Liderança
5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

II - Factores que contribuem para estes domínios

1. Resultados

- 1.1 Sucesso académico
- 1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem
- 1.3 Comportamento e disciplina
- 1.4 Participação e desenvolvimento cívico

2. A prestação do serviço educativo

- 2.1 Articulação e sequencialidade
- 2.2 Diferenciação e apoios
- 2.3 Abrangência do currículo
- 2.4 Oportunidades de aprendizagem
- 2.5 Equidade e justiça
- 2.6 Articulação com as famílias
- 2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar

3. A organização e gestão escolar

- 3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade
- 3.2 Gestão dos recursos humanos
- 3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos
- 3.4 Ligação às famílias

4. Liderança

- 4.1 Visão e estratégia
- 4.2 Motivação e empenho
- 4.3 Abertura à inovação
- 4.4 Parcerias, protocolos e projectos

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

- 5.1 Auto-avaliação
- 5.2 Sustentabilidade do progresso

III – Perguntas ilustrativas do entendimento dos factores

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

- Em que áreas se pode demonstrar que se observam progressos nas aprendizagens e nos resultados? Que elementos se revelaram os principais determinantes dos casos de sucesso? E de insucesso?
- Como se comparam os resultados da escola com os de outras escolas? Como se comparam os resultados da avaliação interna com os da avaliação externa?
- O abandono escolar tem diminuído? Como se compara com o de outras escolas? As ameaças de abandono são precocemente detectadas? Como é que a escola tenta contrariar essas ameaças?
- Como se garante a confiança na avaliação interna e nos resultados? Como é que os professores procuram calibrar testes e classificações?

1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem

- Como se estimula, nos alunos, a valorização do conhecimento e se incute a importância da aprendizagem contínua?
- Como se cultiva nos alunos e em todos os que trabalham na escola o respeito pelos outros, o espírito de solidariedade, a responsabilidade pelo bem estar dos outros e a convivência democrática? Como se estimula e se valoriza os pequenos e grandes sucessos individuais?
- Como é que as aulas laboratoriais, projectos específicos ou outras actividades são utilizados para fomentar uma atitude positiva face ao método científico?
- Como se procura a adopção, pelos alunos, de critérios de profissionalismo, de exigência, de obrigação de prestar contas, a todos os níveis?

1.3 Comportamento e disciplina

- Os alunos têm, em geral, um comportamento disciplinado? Conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola? Os casos mais problemáticos são tratados de forma a não afectar, em geral, os outros alunos e a aprendizagem?
- Existe um código de conduta que, explicita ou implicitamente, contribui para um clima tranquilo e propício à aprendizagem?
- Há um bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários, com respeito e atenção pelos direitos e deveres mútuos? Há um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade?

1.4 Participação e desenvolvimento cívico

- Os alunos são envolvidos, em função do seu nível etário, na discussão do projecto educativo e na programação das actividades da escola, tal como os outros membros da comunidade educativa?
- Os alunos são consultados e, na medida do possível, co-responsabilizados nas decisões que lhes dizem respeito?
- Que tipo de responsabilidades concretas na vida da escola são atribuídas aos alunos?
- Os alunos têm uma forte identificação com a escola? Que iniciativas toma a escola no sentido de fomentar essa identificação e como a observa?

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

- Há uma forte articulação intra-departamental, com coordenação e consolidação científica? Há metas e objectivos de excelência quer ao nível dos processos quer dos resultados? Quais os departamentos com maior taxa de sucesso, nos sentidos expressos?
- Como é feita a coordenação pedagógica ao nível de cada disciplina e estimulada a interacção entre os vários professores que a ministram? E entre as unidades que integram o agrupamento?
- Como se garante a sequencialidade entre os ciclos de aprendizagem e, de forma especial, entre as unidades que constituem o agrupamento?

- Que liderança pedagógica efectiva assumem as coordenações de grupo e departamento?
- Na transição entre ciclos, há um especial apoio aos alunos e suas famílias, orientando-os nas opções a tomar, nas dificuldades a enfrentar e na preparação prévia aconselhável?

2.2 Diferenciação e apoios

- Como é que a escola promove o levantamento das necessidades educativas de cada aluno?
- Como é maximizada a resposta às necessidades educativas especiais e às dificuldades de aprendizagem?
- Como é feita a personalização do ensino, atendendo às diferentes capacidades e aptidões dos alunos?

2.3 Abrangência do currículo

- Como é que a oferta educativa tem em conta as componentes activas ou experimentais, bem como as dimensões culturais e sociais?
- Há uma forte aposta no incentivo a uma prática activa na aprendizagem das ciências?
- Há uma atenção particular à dimensão artística?
- Há um despertar para os saberes práticos e as actividades profissionais?

2.4 Oportunidades de aprendizagem

- A relação desenvolvida entre os alunos e entre estes e os professores é considerada na constituição das turmas e na atribuição do serviço docente?
- Como se fomenta a assiduidade e a pontualidade como componentes de educação?
- Que coerência entre práticas de ensino e avaliação?

2.5 Equidade e justiça

- Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas pautam-se por princípios de equidade e justiça? Procuram, para cada caso, as soluções específicas mais adequadas? Evitam recorrer a soluções fáceis, simplesmente como forma de evitar conflitos?
- As oportunidades são efectivamente iguais para todos os alunos, na escolha de horários, inserção em turmas, no acesso a experiências escolares estimulantes, etc.?
- Como se manifesta uma política activa de inclusão sócio-escolar das minorias culturais e sociais, ou dos que têm problemas de aprendizagem, emocionais ou outros?

2.6 Articulação com as famílias

- As famílias conhecem como se trabalha na escola e são apoiadas para trabalhar com os alunos em casa?
- Há uma política da escola para os TPC?
- Há uma articulação com as famílias no desenvolvimento de estratégias de envolvimento dos alunos?

2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar

- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas?
- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares nos professores e na sua satisfação?
- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares nas famílias e nas suas expectativas e necessidades?
- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares na comunidade local?

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

- O planeamento da actividade tem como principal objectivo as grande linhas orientadoras do Projecto Educativo de Escola/Agrupamento?
- Qual a intervenção das entidades internas e externas na definição e revisão dos planos da escola?
- Como é planeado o ano e feita a distribuição de actividades e tarefas, quer de natureza estritamente pedagógica quer de outra?
- Os professores são elementos activos na organização das actividades?
- Como são planeadas e atribuídas as tarefas transversais, como a Área de Projecto?

3.2 Gestão dos recursos humanos

- A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e tem-nas em conta na sua gestão?
- Como é feita a afectação dos professores às turmas e às direcções de turma?
- Há uma avaliação do desempenho dos professores, procurando-se apoiar e orientar aqueles que revelem um desempenho insuficiente? São identificadas acções de formação que possam ajudar a colmatar algumas das dificuldades detectadas?
- Há algum plano e acções específicas para a integração dos professores novos na escola?
- Como é que a escola avalia a dotação, experiência, qualificações e competência do seu pessoal não docente? Como é que a gestão da escola organiza o pessoal não docente e promove a sua formação e avaliação?
- Qual a capacidade de resposta dos serviços de apoio administrativo às necessidades da escola?

3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos

- As instalações, espaços e equipamentos da escola são adequados, mormente os recursos de informação? Há, a todos os níveis, preocupação com manutenção, segurança e salubridade? As condições laboratoriais são adequadas? Existem salas específicas para as actividades de formação artística e ginásio?
- Os recursos, espaços e equipamentos (nomeadamente cantina, laboratórios, biblioteca e outros recursos de informação) estão acessíveis e bem organizados? Há um adequado acompanhamento?
- No caso dos agrupamentos, como se garante o acesso das diferentes unidades que integram o agrupamento a professores, instalações, TIC, projectos nacionais e internacionais, etc., para garantir melhor educação?
- O uso dos recursos financeiros disponíveis está alinhado com os objectivos do projecto curricular de escola? A escola consegue captar verbas significativas para além das provenientes do OE?

3.4 Ligação às famílias

- Até que ponto a escola é acessível e integradora das famílias?
- Até que ponto a escola tem uma política de relacionamento com as famílias dos alunos?
- Até que ponto os pais ou as famílias são um elemento fundamental na procura de soluções para os problemas dos alunos e da escola?

4. Liderança**4.1 Visão e estratégia**

- A gestão hierarquiza e calendariza os seus objectivos, bem como a solução dos problemas da escola, por forma a ter metas ambiciosas mas atingíveis?
- Que critérios determinam a definição da oferta educativa da escola? A escola tem uma política de diferenciação que lhe permita ser conhecida e reconhecida, i.e. há áreas de excelência reconhecidas interna e externamente?
- A escola pretende ser conhecida e procurada por docentes, discentes e funcionários por ser uma referência pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo?

4.2 Motivação e empenho

- Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas conhecem bem a sua área de acção, têm uma estratégia e estão motivados?
- A gestão promove uma articulação entre órgãos por forma a que se reconheça, por um lado, o princípio da subsidiariedade e, por outro, se procure a mais valia que pode aportar a sua diferente natureza e tipo de responsabilidade? Há, p.ex., casos em que a intervenção da Assembleia de Escola tenha levado à resolução de algum problema dificilmente tratável a nível do Conselho Executivo?
- Os órgãos de gestão são incentivados a tomar decisões e responsabilizarem-se por elas?

- A gestão monitoriza eventuais casos de absentismo e tem uma política activa para a sua diminuição? Com que resultados?

4.3 Abertura à inovação

- Existe abertura à inovação e capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente?
- Perante os problemas persistentes, procuram-se novos caminhos e novas soluções?
- A escola procura novas oportunidades que lhe permitam trilhar caminhos de excelência?

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

- Existem parcerias activas e outras formas de associação em áreas que favorecem ou mobilizam os alunos?
- Procuram-se ligações e articulações com outras escolas?
- A escola / as diferentes unidades do agrupamento têm envolvimento em diferentes projectos nacionais e internacionais como forma de responder a problemas reais da educação local e divulga as acções e os seus resultados?
- Em particular, existem projectos do Ciência Viva ou outras iniciativas semelhantes?

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-avaliação

- A auto-avaliação é participada, envolvendo activamente a comunidade educativa?
- A informação recolhida é sistemática, tratada e divulgada?
- Os mecanismos de auto-avaliação são um instrumento de melhoria da organização, ou seja, a auto-avaliação tem impacto no planeamento e na gestão das actividades, na organização da escola e nas práticas profissionais?
- A auto-avaliação é progressiva, pois consolida e alarga novos campos de análise?

5.2 Sustentabilidade do progresso

- Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos educadores e dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e da relação com a comunidade e o desempenho da liderança garantem que a escola realiza um progresso sustentado?
- A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas, na organização escolar?
- Como se fomenta a capacidade de prestar melhor serviço educativo?
- Que autonomia gostaria de ter para a sua escola? E para responder, concretamente, a que dificuldades? Que caso ou casos muito concretos pensa que poderia ter resolvido melhor se dispusesse de autonomia numa ou noutra função?

ASSUNTO: Projecto Piloto de Avaliação Externa das Escolas e Agrupamentos de Escolas

O Ministério da Educação vai lançar, ainda no corrente ano, um processo de avaliação externa de um grupo limitado de escolas e agrupamentos, com vista a estabelecer um procedimento extensível a todas as unidades de gestão da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Neste contexto, procedeu-se, através de despacho da Senhora Ministra da Educação à constituição de um grupo de trabalho, com o objectivo de estudar e propor modelos de auto-avaliação e avaliação externa das escolas e criar condições para o aprofundamento sustentado da autonomia das escolas.

O grupo de trabalho, coordenado pelo Professor Doutor Pedro Guedes de Oliveira, tem como principais atribuições:

- a) Definir os referenciais para a auto-avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- b) Definir os referenciais para a avaliação externa dos estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta que do processo de avaliação deverá resultar:
 - . classificações claras dos estabelecimentos de ensino;
 - . recomendações que permitam preparar a celebração de contratos de autonomia.
- c) Aplicar os referenciais de auto-avaliação e avaliação externa a um número restrito de unidades de gestão (entre 20 e 30), contemplando a avaliação presencial por peritos designados pelo grupo de trabalho;
- d) Definir os procedimentos, o calendário e as condições necessárias à generalização da auto-avaliação e da avaliação externa aos restantes estabelecimentos de educação e ensino;
- e) Produzir recomendações para uma eventual revisão do actual quadro legal, tanto em matéria de avaliação, como de autonomia das escolas.

Para esse efeito, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Educação de convidar as escolas e agrupamentos, que já tenham desenvolvido um processo formal de auto-avaliação, a apresentar uma candidatura a esta fase piloto de avaliação externa das unidades de gestão, para o que devem fazer chegar ao grupo de trabalho, até 21/02/06, a expressão dessa candidatura, contendo os resultados da auto-avaliação, bem como a enumeração de

um grupo de pontos fortes e outro de pontos fracos que hajam identificado e, em relação aos últimos, a estratégia, plano e acções que se propõem pôr em prática para os superar.

A candidatura deverá ser remetida por correio normal ou electrónico para:

Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas

E-mail: gt-aval@inescporto.pt

Rua António Carneiro, 8

4349-003 Porto.

A selecção do grupo de escolas/agrupamentos sobre o qual recairá a avaliação externa em sede deste projecto piloto, terá em conta os termos e dados da candidatura bem como critérios de diversidade da amostra, no tocante aos aspectos regionais, contextos sócio-económicos, níveis de educação e ensino e dimensão das unidades de gestão.

Com os meus melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Maria José Morgado)

Escolas e agrupamentos seleccionados para a fase piloto

Escolas Secundárias

Escola Secundária Eça de Queirós	Póvoa Do Varzim	DREN
Escola Secundária de Caldas das Taipas	Caldas Das Taipas	DREN
Escola Secundária João da Silva Correia	S. João Da Madeira	DREN
Escola Secundária João Gonçalves Zarco	Matosinhos	DREN
ES/3 Qta. das Palmeiras	Covilhã	DREC
ES/3 DR. Joaquim de Carvalho	Figueira Da Foz	DREC
Escola Secundária Quinta do Marquês	Oeiras	DREL
Escola Secundária de Dona Luísa de Gusmão	Lisboa	DREL
Escola Secundária da Rainha Santa Isabel	Estremoz	DRE Alentejo
Escola Secundária de Pinheiro e Rosa	Faro	DRE Algarve

Agrupamentos

Agrupamento de Escolas de Gondifelos	V.N. Famalicão	DREN
Agrupamento de Escolas de Miragaia	Porto	DREN
Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade	Porto	DREN
Agrupamento Cavado Sul	Barcelinhos	DREN
Agrupamento de Escolas de Colmeias	Colmeias	DREC
Agrupamento de Escolas de Vouzela	Vouzela	DREC
Agrupamento de Escolas de Nery Capucho	Marinha Grande	DREC
Agrupamento de Escolas de Alfovelos	Amadora	DREL
Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	Mem Martins	DREL
Agrupamento de escolas de Mem-Ramires	Santarém	DREL
Agrupamento Matilde Rosa Araújo	S. Domingos De Rana	DREL
Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica	Charneca De Caparica	DREL
Agrupamento de Escolas de Portel	Portel	DRE Alentejo
Agrupamento Vertical de Escolas de Algoz	Algoz	DRE Algarve

DESPACHO Nº 05/ME/2006

O Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação, de 5 de Abril de 2006, que cria o denominado «Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas», prevê a aplicação de um processo de avaliação externa a um número restrito de unidades de gestão, contemplando, designadamente, uma avaliação presencial a ser promovida por peritos indicados pelo grupo de trabalho.

Nesse âmbito, importa, agora, designar os peritos que vão integrar o projecto piloto de avaliação externa dos estabelecimentos de educação e ensino, previsto na alínea c) do n.º 1 do referido Despacho Conjunto.

Assim, determina-se:

1 – De acordo com a indicação fornecida pelo grupo de trabalho, são designados os seguintes peritos para integrarem o projecto piloto de avaliação externa:

José Luís Santos, Professor Associado na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Manuel Carlos Serrano Pinto, Professor Catedrático Convidado na Universidade de Aveiro
Maria João Pires da Rosa, Professora Auxiliar Convidada na Universidade de Aveiro
Óscar Gonçalves, Professor Catedrático na Universidade do Minho
Patrícia Moura e Sá, Professora Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Susana Martins, Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Pedro Abrantes, Investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Helena Roque, Directora do Centro de Formação João de Deus, Porto
Maria Judite Cardoso, Directora do Centro de Formação da Maia
Álvaro Almeida dos Santos, Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária c/3.º ciclo Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, Valadares
Filomena Cravo, Professora destacada na Direcção Regional de Educação de Lisboa - Coordenação dos Apoios Educativos do concelho de Oeiras.
Ana Paula Curado, Professora requisitada na Reitoria da Universidade de Lisboa
Noémia Neves Félix, Assessora da Direcção no Centro de Formação António Sérgio

2 – Durante o período de desenvolvimento do projecto-piloto de avaliação externa e a fim de assegurar uma melhor articulação, eficácia e operacionalidade no desempenho das respectivas tarefas, os peritos acima referidos consideram-se como integrando o «Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas».

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os peritos acima identificados não auferem senhas de presença

4 – O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Lisboa, em 10 de Abril de 2006

A MINISTRA DA EDUCAÇÃO



(Maria de Lurdes Reis Rodrigues)

Mensagem às Escolas e Agrupamentos

Caros Presidentes do Conselho Executivo das Escolas e Agrupamentos do grupo piloto para avaliação,

Depois da informação da selecção de escolas e agrupamentos para esta fase experimental e de uma mensagem em que pedi a confirmação dos endereços de correio electrónico (para a qual ainda não recebi todas as respostas) esta é a nossa primeira comunicação.

Gostaríamos de deixar claro que os objectivos que estão no documento que vos foi enviado pelo Gabinete da Sra. ME aquando do convite para apresentação de candidaturas, são o de começar a montar um sistema de avaliação que possa vir a estender-se a toda a educação básica e ensino secundário. A auto-avaliação e a avaliação externa são elementos estruturantes da gestão dos meios e dos desempenhos escolares, da capacidade de decisão e acção e, consequentemente, da responsabilização pelos níveis de consecução dos objectivos e metas estabelecidos. Esperamos contribuir para que estes factores de desenvolvimento se tornem, a médio prazo, comuns a todo o sistema educativo Português.

Gostaríamos também de vos dizer que aceitámos esta missão com entusiasmo, mas que estamos não só cientes das suas dificuldades, como também da dimensão e complexidade dos problemas, da sua natureza multifacetada, de uma situação, enfim, em que os resultados não aparecem de imediato: mas é essencial começar rapidamente, conseguir saltar etapas e promover as melhorias que são essenciais.

Visamos, também, nesta mensagem, dar-vos algumas indicações preliminares:

1. As visitas às escolas durarão dois dias e aos agrupamentos, dois dias e meio.

Em todas elas, a primeira manhã destinar-se-á a que a escola faça uma apresentação de, no máximo, 60 min. em que, para além de aspectos que ache pertinente enfatizar, deve seguir um guião de acordo com o texto em anexo (**Tópicos para a apresentação da Escola**). Este guião contém os itens de abordagem obrigatória, igual para todas as escolas a avaliar, para haver alguma comparabilidade no que vamos ver e ouvir.

Seguir-se-á um período de discussão para melhor compreensão de alguns aspectos, para que a própria escola possa desenvolver e sustentar com evidências algumas das afirmações feitas e clarificar pontos específicos que os avaliadores considerem relevantes.

É de esperar que, nessa apresentação, possam participar ou estar presentes mais membros da comunidade escolar e, no caso dos agrupamentos, elementos de outros estabelecimentos de ensino que não a sede do agrupamento. Do nosso lado, a equipa de avaliação será constituída por 3 elementos, um do Grupo de Trabalho (GT) e dois convidados para o efeito. Num ou noutro caso poderão estar presentes mais elementos do GT.

A esta exposição seguir-se-á uma visita à escola, de acordo com um itinerário e com os contactos que a escola pense serem mais pertinentes. O grupo pretende ter uma visão global da escola e suas instalações gerais e específicas (laboratórios, salas de computadores, ginásio, etc) bem como do ambiente vivido na escola. Será normal que aqui e ali se estabeleça diálogo com os presentes.

A tarde do 1º dia e o 2º dia serão destinados a uma sucessão de entrevistas entre a equipa de avaliação e as várias entidades da escola/agrupamento, a começar, evidentemente, pelo seu Conselho Executivo. Contudo, representantes da Assembleia de Escola, do Conselho Pedagógico, de Departamentos, das Direcções de Turma e sua Coordenação, dos alunos, dos Pais e de Funcionários não docentes, serão também ouvidos. O modo, as datas

e horas, um guião dos enfoques do questionamento e observação dos avaliadores ser-vos-ão fornecidos na reunião que iremos ter e que já vos foi anunciada para o dia 19 p.f.

No caso dos agrupamentos, a manhã do 3º dia será usada para visitar algumas das outras unidades do agrupamento cuja escolha competirá aos próprios. A ideia é ter uma percepção da globalidade e diversidade do grupo.

2. A propósito da reunião do dia 19, podemos agora precisar que se realizará na Universidade de Aveiro, no Anfiteatro do Departamento de Ambiente e que durará das 14 às 18 horas. Seria mesmo necessário começar às 14h pelo que seria óptimo que as pessoas pudessem estar um pouco mais cedo.

Oportunamente ser-vos-á enviada a agenda da reunião, para a qual convidamos três pessoas por escola ou agrupamento, designadamente o Presidente do CE, o Presidente da Assembleia de Escola e um terceiro elemento, à escolha da escola, e que tanto pode ser outro dirigente como o coordenador de algum grupo de auto-avaliação.

Aproveito para apresentar os meus melhores cumprimentos,

Pedro Guedes de Oliveira
Coordenador do GT

Tópicos para a apresentação da Escola*

A apresentação da escola pelos seus dirigentes marcará o início do trabalho, na escola, da equipa de avaliação externa.

Esta apresentação será preparada com base nos documentos orientadores da escola e nos resultados da auto-avaliação. É desejável que a apresentação contemple, entre outros, os tópicos gerais que se enunciam de seguida, embora os elementos que os ilustram não sejam mais que sugestões. Não se pretende um inventário exaustivo, mas a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos e das questões estratégicas, de acordo com a reflexão desenvolvida pela escola.

A equipa de avaliação externa terá previamente acesso a informação sobre a população escolar, os resultados escolares e os recursos humanos da escola.

A apresentação da escola terá a duração máxima de 60 minutos e deverá ser acompanhada pela entrega, à equipa de avaliação externa, de informação complementar.

* Por *escola* entende-se aqui unidade de gestão, seja agrupamento de escolas, seja uma escola singular.

1. Condições físicas e sociais

Quantidade e qualidade, conservação, apetrechamento e segurança de instalações, laboratórios, etc.

Enquadramento da escola no meio envolvente e condições sócio-económicas.

2. Supervisão global dos percursos e resultados escolares

Formas de observação do aproveitamento escolar das diferentes turmas nas diversas disciplinas, detecção de alunos com insucesso escolar, medidas de acompanhamento e de intervenção e sua adequação aos grupos específicos e às necessidades pessoais.

Mecanismos formais e sistemáticos de detecção de situações potenciais de abandono escolar, medidas de prevenção e medidas de recuperação de alunos em risco de abandono.

3. Organização da escola

Relação entre os diversos órgãos de direcção e de coordenação da escola (grau de autonomia, articulação, responsabilização, reporte, transparência).

Meios e instrumentos de coordenação pedagógica. Execução e avaliação dos projectos curriculares.

Os meios e as práticas de informação e comunicação (interior do agrupamento, alunos, professores e demais funcionários, estruturas, famílias).

Processos de avaliação e de desenvolvimento dos profissionais.

Capacidade de resposta dos serviços administrativos.

	1º dia	2º dia
8h45	Chegada à escola	
9h00	Apresentação da escola pelo Conselho Executivo	Reunião com as estruturas de orientação e serviços de apoio educativo
10h00	Discussão com a equipa de avaliação	Reunião com alunos delegados de turma
11h00		
12h00	Visita à escola (sede de agrupamento)	Reunião com Directores de Turma
13h00	Almoço (1h30)	Almoço (1h30)
14h30		Reunião com os Coordenadores de Departamento
15h30	Reunião com Conselho Executivo	
16h30		Reunião com o Conselho Executivo e membros do Conselho Pedagógico
17h30	Reunião com funcionários não docentes	Reunião com o presidente e membros da Assembleia de Escola
18h30	Reunião com a Direcção da Associação de Pais e pais representantes de turma	Encerramento da avaliação
19h30	Encerramento do 1º dia	

	1º dia	2º dia	3º dia
8h45	Chegada à escola		Chegada a uma outra escola do agrupamento
9h00	Apresentação do agrupamento pelo Conselho Executivo	Reunião com as estruturas de orientação e serviços de apoio educativo	
10h00	Discussão com a equipa de avaliação	Reunião com alunos delegados de turma	Visitas a outras escolas do agrupamento
11h00	Visita à escola (sede de agrupamento)	Reunião com Directores de Turma	
12h00			Reunião com o Conselho Executivo e membros do Conselho Pedagógico
13h00	Almoço (1h30)	Almoço (1h30)	Encerramento da avaliação
14h30	Reunião com Conselho Executivo	Reunião com os Coordenadores de Departamento	
15h30		Reunião com funcionários não docentes	
16h30		Reunião com o presidente e membros da Assembleia de Escola	
17h00		Encerramento do 2º dia	
17h30	Reunião com os Coordenadores dos estabelecimentos de ensino que não são sede de agrupamento		
18h30	Reunião com a Direcção da Associação de Pais e pais representantes de turma		
19h30	Encerramento do 1º dia		

	1º dia	2º dia
8h45	Chegada à escola	Chegada a uma outra escola do agrupamento
9h00	Apresentação do agrupamento pelo Conselho Executivo	
10h00	Discussão com a equipa de avaliação	Visitas a outras escolas do agrupamento
11h00	Visita à escola (sede de agrupamento)	
12h00		Deslocação de novo até à sede de agrupamento
13h00	Almoço (1h30)	Almoço (1h30)
14h30	Reunião com Conselho Executivo	Reunião com estruturas de orientação e serviços de apoio educativo
15h30		Reunião com funcionários não docentes
16h30		Reunião com o Conselho Executivo e membros do Conselho Pedagógico
17h00	Reunião com os Coordenadores dos estabelecimentos de ensino que não são sede de agrupamento	Reunião com o presidente e membros da Assembleia de Escola
17h30		
18h30	Reunião com a Direcção da Associação de Pais e pais representantes de turma	Encerramento da avaliação
19h30	Encerramento do 1º dia	

Regras para a constituição dos painéis representativos dos diversos corpos da escola ou agrupamento.

NOTA:

Solicita-se aos CE a máxima atenção para a importância de gerirem ao detalhe o tempo, durante estes dois dias, nomeadamente informando todas as pessoas envolvidas do local e das horas onde decorrem as sessões das entrevistas. Devem ainda ser todos informados de que devem munir-se dos documentos ou suporte de informação que entendam ser convenientes para ilustrar ou demonstrar as suas opiniões.

Agrupamentos Verticais

Apresentação do agrupamento - esta é a sessão onde se justifica a abertura a uma participação mais alargada, a gerir pelo Conselho Executivo, no respeito pelo princípio geral da menor perturbação possível da vida da escola, em especial das actividades com os alunos.

Reunião com coordenadores dos estabelecimentos – em agrupamentos que integram até 10 estabelecimentos estes poderão participar todos; se forem mais que 10 [temos um caso de 28], deverá haver uma amostra de 8 a 10, que combine escolas do 1º ciclo e jardins de infância, estabelecimentos mais próximos e mais distantes da sede, estabelecimentos grandes e estabelecimentos pequenos.

Reunião com Pais – presença de representantes das Associações de Pais e EE existentes no agrupamento e de representantes de pais dos diversos níveis de educação.

Reunião com estruturas de orientação e serviços de apoio educativo - cada unidade de gestão poderia informar a equipa de avaliação das estruturas/serviços existentes e esta faria a respectiva programação.

Reunião com delegados de turma - 6 a 8 alunos (3 ou 4 do 6º ano + 3 ou 4 do 9º ano). Os do 4º não só não estão (na maioria dos casos) na sede, como deverão ser ouvidos de modo mais informal.

Reunião com Directores de Turma - Coordenador dos DT + 6 DT (3 do 6º ano + 3 do 9º ano).

Reunião com funcionários não docentes - Chefe dos Serviços Administrativos + dois funcionários administrativos (o mais novo e o mais antigo na escola) + dois auxiliares (o mais novo e o mais antigo na escola).

Poderão ainda estar presentes 3 ou 4 funcionários de outras categorias que possam ser relevantes na escola, como pessoal técnico, animadores, pessoal do SASE, técnicos de saúde, pessoal da cantina, a pessoa (não docente) que atende ou acompanha os alunos na biblioteca, ludoteca ou mediateca, etc.

Visitas a outras escolas – no mínimo uma EB1 e um JI. O CE faz uma proposta à equipa de avaliação.

Escolas Singulares

EBI

Apresentação da escola - esta é a sessão que tem mais sentido abrir a uma participação mais alargada, a gerir pelo Conselho Executivo, no respeito pelo princípio geral da menor perturbação possível da vida da escola, em especial das actividades com os alunos.

Reunião com Pais – presença de (até) 3 representantes da Associação de Pais e EE e de representantes de pais de turmas do 4º, do 6º e do 9º ano.

Reunião com estruturas de orientação e serviços de apoio educativo - cada unidade de gestão poderia informar a equipa de avaliação das estruturas/serviços existentes e esta faria a respectiva programação.

Reunião com delegados de turma - 8 alunos (2 do 4º ano + 3 do 6º ano + 3 do 9º ano).

Reunião com Directores de Turma - Coordenador dos DT + 6 DT (3 do 6º ano + 3 do 9º ano).

Reunião com funcionários não docentes - Chefe dos Serviços Administrativos + dois funcionários administrativos (o mais novo e o mais antigo na escola) + dois auxiliares (o mais novo e o mais antigo na escola).

ES3

Reunião com Pais – presença de (até) 3 representantes da Associação de Pais e EE e de 3 representantes de pais de turmas do 9º e 3 do 12º ano.

Reunião com delegados de turma - 8 alunos (2 delegados de cada um dos anos do 9º ao 12º, inclusive).

Reunião com Directores de Turma - Coordenador dos DT + 8 DT (2 DT de cada um dos anos do 9º ao 12º, inclusive).

ES

Reunião com Pais – presença de (até) 3 representantes da Associação de Pais e EE e de representantes de pais de 2 turmas de cada ano: 10º, 11º e 12º ano.

Reunião com delegados de turma - 6 a 8 alunos (delegados de 2 turmas de cada ano: 10º, 11º e 12º ano).

Reunião com Directores de Turma - Coordenador dos DT + 6 DT (2 de cada ano).

Agrupamentos Horizontais

Apresentação do agrupamento - esta é a sessão onde se justifica a abertura a uma participação mais alargada, a gerir pelo Conselho Executivo, no respeito pelo princípio geral da menor perturbação possível da vida da escola, em especial das actividades com os alunos.

Reunião com coordenadores dos estabelecimentos – em agrupamentos que integram até 10 estabelecimentos estes poderão participar todos; se forem mais que 10 [temos um caso de 28], deverá haver uma amostra de 8 a 10, que combine escolas do 1º ciclo e jardins de infância, estabelecimentos mais próximos e mais distantes da sede, estabelecimentos grandes e estabelecimentos pequenos.

Reunião com Pais – presença de representantes das Associações de Pais e EE existentes no agrupamento e de representantes de pais dos jardins de infância e do 1º ciclo. No caso de haver um elevado número de associações, estas devem escolher entre si entre 10 e 12 representantes.

Reunião com estruturas de orientação e serviços de apoio educativo - cada unidade de gestão poderia informar a equipa de avaliação das estruturas/serviços existentes e esta faria a respectiva programação.

Reunião com funcionários não docentes - Chefe dos Serviços Administrativos + dois funcionários administrativos (o mais novo e o mais antigo na escola) + dois auxiliares (o mais novo e o mais antigo na escola).

Visitas a outras escolas – no mínimo uma EB1 e um JI. O CE faz uma proposta à equipa de avaliação.

Semana 1					Semana 2					Semana 3					Semana 4									
1	2	3	4	5	F/S	8	9	10	11	12	F/S	15	16	17	18	19	F/S	22	23	24	25	26		
Equipa	A (+MAC+JMA) ES/3 Eça de Queirós Póvoa do Varzim	Equipa Escola Local	ES/3 João Gonçalves Zarco Matosinhos	B (+JMA) ES/3 Caldas das Taipas Guimarães	Equipa Escola Local	ES/3 João Gonçalves Zarco Matosinhos	A ES/3 João da Silva Correia S. João da Madeira	Equipa Escola Local	A (PGO substitui JFO) AV de Escolas de Gondifelos Gondifelos - Famalicão	Equipa Escola Local	Equipa Escola Local	A AV de Escolas do Cávado Sul Barcelinhos	Equipa Escola Local	B AV de Escolas do Cávado Sul Barcelinhos	Equipa Escola Local	C AV de Escolas de Alfornelos Alfornelos - Anadora	Equipa Escola Local	D (MSP) ES/3 Quinta das Palmeiras Covilhã	Equipa Escola Local	D (MSP) AV de escolas de Mem-Ramires Santarém	Equipa Escola Local	E AH de Portel Portel	Equipa Escola Local	F AV Escolas de Algoz Algoz - Silves
Equipa	C (+PGO) EB23 Prof. Alberto Nery Capucho Marinha Grande	Equipa Escola Local	ES/3 João Gonçalves Zarco Matosinhos	B (+JMA) ES/3 Caldas das Taipas Guimarães	Equipa Escola Local	ES/3 João Gonçalves Zarco Matosinhos	A ES/3 João da Silva Correia S. João da Madeira	Equipa Escola Local	A (PGO substitui JFO) AV de Escolas de Gondifelos Gondifelos - Famalicão	Equipa Escola Local	Equipa Escola Local	A AV de Escolas do Cávado Sul Barcelinhos	Equipa Escola Local	B AV de Escolas do Cávado Sul Barcelinhos	Equipa Escola Local	C AV de Escolas de Alfornelos Alfornelos - Anadora	Equipa Escola Local	D (MSP) ES/3 Quinta das Palmeiras Covilhã	Equipa Escola Local	D (MSP) AV de escolas de Mem-Ramires Santarém	Equipa Escola Local	E AH de Portel Portel	Equipa Escola Local	F AV Escolas de Algoz Algoz - Silves
Equipa	D (MSP) (+CS) ES/3 DR. Joaquim de Carvalho Figueira da Foz	Equipa Escola Local	ES/3 João Gonçalves Zarco Matosinhos	B (+JMA) ES/3 Caldas das Taipas Guimarães	Equipa Escola Local	ES/3 João Gonçalves Zarco Matosinhos	A ES/3 João da Silva Correia S. João da Madeira	Equipa Escola Local	A (PGO substitui JFO) AV de Escolas de Gondifelos Gondifelos - Famalicão	Equipa Escola Local	Equipa Escola Local	A AV de Escolas do Cávado Sul Barcelinhos	Equipa Escola Local	B AV de Escolas do Cávado Sul Barcelinhos	Equipa Escola Local	C AV de Escolas de Alfornelos Alfornelos - Anadora	Equipa Escola Local	D (MSP) ES/3 Quinta das Palmeiras Covilhã	Equipa Escola Local	D (MSP) AV de escolas de Mem-Ramires Santarém	Equipa Escola Local	E AH de Portel Portel	Equipa Escola Local	F AV Escolas de Algoz Algoz - Silves

MEMBROS DAS EQUIPAS

A	José Fernando Oliveira (JFO)	Óscar Gonçalves	Helena Roque
B	Maria Antónia Carravilla (MAC)	José Luís Santos	Judite Cardoso
C	Cláudia Sarriço (CS)	M ^a João Pires da Rosa	Álvaro Santos
D	Pedro Guedes de Oliveira (PGO)	Patrícia Moura e Sá (PMS) e Manuel Serrano Pinto (MSP)	Filomena Cravo
E	José Maria Azevedo (JMA)	Susana Martins	Ana Paula Curado
F	Maria do Carmo Clímaco (CC)	Pedro Abrantes	Noémia Felix

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico Eça de Queirós, concelho da Póvoa do Varzim, realizada nos dias 2 e 3 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A ES/3 Eça de Queirós (ESEQ) situa-se na cidade da Póvoa do Varzim, no concelho do mesmo nome. Antigo Liceu, a comemorar já o centenário da sua fundação, a Escola funciona num edifício construído de raiz, nos anos 50, que se mantém num excelente estado de conservação. A concepção arquitectónica do edifício parece favorecer um ambiente de disciplina e de trabalho, sendo surpreendente o baixo nível de ruído que se verifica, mesmo nos intervalos. A Escola possui aquecimento central e a construção em pedra garante uma temperatura adequada no Verão. A Escola tem ginásio, biblioteca, salas de estudo, sala de convívio para os alunos e todos os laboratórios necessários ao ensino experimental das ciências. Os espaços exteriores são vastos e estão bem cuidados.

Dos cerca de 1000 alunos que frequentam o ensino secundário, cerca de 90% frequenta cursos para prosseguimento de estudos (Gerais e Científico-Humanísticos) e 10% cursos tecnológicos. O 3º ciclo é frequentado por aproximadamente 80 alunos, sendo a abertura da Escola ao 3º ciclo motivada pela disponibilidade de instalações. 10% dos alunos são apoiados pelo SASE, metade dos quais no escalão A. O número de alunos que ingressa em cursos com médias de entrada elevadas (e.g. Medicina e Arquitectura) é assinalável (e.g. no ano transacto 21 alunos entraram em Medicina) e a Escola orgulha-se disso. A Escola tem cerca de 125 docentes e 50 funcionários não docentes.

A oferta educativa da Escola é pouco variada e o peso dos cursos tecnológicos bastante reduzido. Esta é uma opção consciente da Escola, alinhada com a sua tradição de liceu e com a vocação assumida de preparação de alunos para prosseguimento de estudos no ensino superior. Esta opção está também alinhada com o ambiente social dos alunos que frequentam a Escola, que são numa elevada percentagem da classe média e média-alta.

No ensino secundário a ESEQ apresenta taxas de transição que a colocam perto do percentil 50, no universo das escolas secundárias do país. Também no abandono escolar a ESEQ posiciona-se no percentil 50. No que diz respeito aos resultados dos exames nacionais do 12º ano, e quando consideradas as 4 disciplinas com mais exames realizados na Escola, os alunos da ESEQ apresentam resultados que em média estão 2 a 3 valores acima da média nacional.

Finalmente, a Escola é reconhecida pela comunidade como uma escola onde se cultiva a exigência e com resultados académicos relevantes, e existe uma grande orgulho da comunidade em geral e dos alunos e antigos alunos na sua escola. Esta tem sido a força motriz para o desenvolvimento da Escola.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

Os resultados académicos da ESEQ são bastante positivos, apresentando a Escola resultados nos exames nacionais do 12º ano, para as quatro disciplinas com mais exames realizados, que ficam entre 2 e 3 valores acima da média nacional. O problema do abandono escolar é também muito bem abordado na ESEQ.

Há uma valorização dos saberes e da aprendizagem, embora a valorização dos saberes que não são alvo de avaliação em exames nacionais, como por exemplo a experimentação científica, cujo grau de intensidade depende da vontade e iniciativa de cada professor, pudesse ser maior.

O bom comportamento e a disciplina são outros dos pontos muito fortes da Escola, existindo processos que explicitamente os favorecem e incutem.

A participação e desenvolvimento cívico dos alunos são bastante incipientes e não ocupam o centro das preocupações da comunidade escolar.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A articulação e sequencialidade do processo pedagógico é apenas satisfatória. Particularmente débil é a articulação intra-departamental, não existindo uma efectiva e eficaz coordenação e liderança científicas. Também ao nível de cada disciplina não parecem existir sistemas eficazes e sistemáticos de coordenação, para além dos sistemas informais de comunicação.

Por outro lado, um dos aspectos mais positivos da prestação do serviço educativo reside nos apoios educativos e na oportunidade de aprendizagem que a Escola representa para os seus alunos, num ambiente de justiça e equidade.

A abrangência do currículo oferecido é pequena, mas deriva da vocação da Escola para os cursos de prosseguimentos de estudos. No entanto, dentro desta finalidade, oferece cursos que vão das áreas exactas até às artes. Pode-se portanto afirmar que apesar de algumas limitações, há uma boa abrangência do currículo.

As oportunidades de aprendizagem para os alunos da ESEQ são garantidas fundamentalmente pela existência de regras claras e justas na constituição das turmas e na distribuição do serviço docente, associada a um baixo nível de absentismo dos docentes, resultando num ponto bastante forte desta Escola. O sentido de equidade e justiça também se manifesta muito positivamente na ESQ, nomeadamente na forma como alunos pertencentes às mais diversas minorias são integrados na Escola.

A articulação com os pais e encarregados de educação é uma preocupação de toda a comunidade escolar mas, apesar dos esforços já desenvolvidos, ainda não foi encontrado um nível satisfatório para todos. Por outro lado, com toda a comunidade escolar centrada na valorização do prosseguimento de estudos,

a Escola vê os resultados e impacto da sua acção demasiado dependente de variáveis exógenas e do sucesso dos seus melhores alunos no ingresso no ensino superior.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O aspecto mais positivo deste domínio-chave do desempenho educativo é a qualidade e acessibilidade dos recursos que se revelou muito boa. A capacidade de resposta dos serviços de apoio e administrativos é também muito boa.

Na gestão dos recursos humanos há um conhecimento efectivo das competências pessoais e profissionais de todos os funcionários, docentes e não docentes, e este é usado na afectação às tarefas. No entanto, este conhecimento e esta acção estão centralizados no Conselho Executivo e muito em particular no seu presidente, não funcionando devidamente as estruturas de gestão intermédias. Na ligação às famílias, por um lado a Escola está positivamente reactiva aos pais mas, por outro lado, não incentiva a sua pro-actividade.

Outro aspecto pouco positivo é o do planeamento e desenvolvimento da actividade, que apenas agora começa a estar em linha com o Projecto Educativo. Por outro lado, o Projecto Educativo não foi ainda assumido pela comunidade educativa, que tem estado pouco envolvida na sua concepção.

4. Liderança

Bom

Um dos pontos mais fortes da Escola reside na sua liderança de topo, extremamente motivada e empenhada, e na visão clara que esta tem para a Escola, que por sua vez é partilhada por toda a comunidade educativa e pela comunidade alargada onde a Escola se insere.

No entanto, dado esta visão assentar fundamentalmente na continuidade de uma missão e acção já centenárias, não são induzidas na comunidade escolar atitudes de inovação e mudança, quer em termos de projecto educativo quer em termos de metodologias pedagógicas. Fica pois prejudicada a abertura à inovação e a procura activa de novos projectos ou parcerias enquanto elementos mais centrais do processo de ensino/aprendizagem.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Bom

Se é verdade que existe um processo sistemático de auto-avaliação, no que aos resultados diz respeito, é no entanto pouco clara a forma como as diferentes estruturas da comunidade educativa têm reflectido sobre os resultados desta avaliação e a têm utilizado de um modo sistemático na alteração das suas práticas.

Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e da relação com a comunidade e o desempenho da liderança garantem um ambiente de boa estabilidade na Escola e um progresso sustentado no rumo que escolheu.

No entanto, a capacidade de resposta da Escola a futuras conjunturas mais adversas, quer internas quer externas, parece ser limitada.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

A aferição dos resultados da ESEQ parece ter como base, formal ou informalmente, os seguintes parâmetros: resultados da avaliação interna; resultados da avaliação externa; colocação dos alunos em cursos de elevada selectividade; abandono escolar. Deste modo a avaliação do sucesso/insucesso está essencialmente centrada nos resultados das avaliações académicas e, em muito menor grau, noutras dimensões do projecto educativo.

Diga-se que, tomando em conta estes parâmetros mais tradicionais de sucesso académico, os resultados parecem ser bastante satisfatórios, ficando, no entanto, pouco clara qual a dimensão de valor acrescentado que a Escola oferece a uma população já de si privilegiada em termos socio-económicos e culturais. Ainda neste âmbito mais restrito do sucesso académico, existe o conhecimento sobre quais as áreas onde os alunos da Escola têm mais sucesso e aquelas em que os resultados são menos positivos. No entanto, não há conhecimento das razões que causam este desequilíbrio nos resultados e o conhecimento das áreas em que os resultados são mais negativos não induz uma atitude sistemática de procura de melhoria. Os determinantes do sucesso parecem residir na forte aposta feita pela Escola na preparação para as provas de avaliação, nomeadamente, para os exames nacionais. Pelo contrário, o insucesso parece estar mais associado a situações de alunos ou grupos de alunos pouco interessados no investimento académico, provenientes de um meio socio-económico e cultural menos diferenciado.

Ainda do ponto de vista do sucesso académico, a Escola conhece a sua situação face a outras escolas e está consciente da diferença entre as classificações internas e externas (12º ano). No sentido de garantir alguma calibração dos resultados e ganhar a confiança dos pais e alunos nas classificações internas, existem regras aprovadas em Conselho Pedagógico que garantem ao aluno no mínimo o resultado da média ponderada dos vários elementos de avaliação, sendo os pesos anunciados previamente. A valorização das atitudes e comportamentos apenas poderá ser usada para subir esta classificação, nunca para a descer. São elaboradas matrizes para os testes para homogeneizar o seu grau de dificuldade. Apesar de tudo não se pode afirmar que exista um método sistemático de aferição e calibração dos testes e classificações.

Assim, a ESEQ posiciona-se claramente como uma escola essencialmente vocacionada para o prosseguimento de estudos, procurando diferenciá-la das outras escolas que lhe são próximas pelos resultados de colocação de alunos no ensino superior. Neste sentido, a comunidade escolar parece orgulhar-se da sua posição nos “rankings” nacionais e do número de alunos que coloca em cursos de elevada selectividade (ex. medicina, arquitectura, etc.).

O abandono escolar não parece ser muito significativo (no ensino secundário varia entre os 3% e os 13%, dependendo do agrupamento e do ano curricular) havendo, no entanto, algum cuidado, sobretudo da parte do Serviço de Psicologia e Orientação, na monitorização e acompanhamento sistemático destes processos de abandono, tendo vista a sua recuperação ou reorientação. Apesar do contexto socio-económico da população desta Escola não ser favorável ao abandono, existem de facto procedimentos montados e sistemáticos que garantem a sua detecção precoce. A Escola tem uma Assistente Social e uma Psicóloga e todos os alunos novos na Escola preenchem um questionário de índole socio-económica que permite despistar casos potencialmente problemáticos. Esses casos são comunicados aos Directores de Turma e são alvo de um acompanhamento mais próximo. Todas as situações de três ou mais níveis negativos são despistadas logo no primeiro período e as famílias sistematicamente contactadas. O abandono também é tratado ao nível da orientação vocacional através de contactos com os alunos que reprovam por faltas ou anulam a matrícula, no sentido de lhes apresentar as alternativas formativas, nomeadamente as tecnológicas e as profissionalizantes, disponíveis no concelho. Há evidência de casos de sucesso nesta área.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

Existe, entre os diversos elementos da comunidade educativa, um discurso centrado na procura da excelência académica, do trabalho e da disciplina. Ainda que a valorização da cidadania faça parte quer do projecto educativo, quer do plano de actividades, o que transparece de uma forma clara ao nível de comunidade educativa é um discurso de valorização do sucesso académico. Coloca-se um grande ênfase na preparação dos alunos para os exames nacionais do 12º ano e, conseqüentemente, no cumprimento dos programas, não dando muito espaço a estratégias de auto-aprendizagem que, foi afirmado, levaria ao não cumprimento dos programas.

O sucesso e o mérito são sempre sublinhados, seja na área intelectual, física ou artística. Para além de um quadro de valor e excelência, existe a prática de sublinhar qualquer destaque especial de um aluno, funcionário ou professor através de um louvor e agradecimento públicos, lido em todas as aulas.

Mais de metade dos alunos da Escola são da área de ciências e tecnologias, pelo que parece existir uma valorização do conhecimento e método científico, estando a Escola particularmente bem equipada em termos laboratoriais. Os alunos são encorajados na realização de actividades de natureza laboratorial, embora a orientação para a experimentação dependa sobretudo da iniciativa de cada professor. No dizer do Conselho Executivo, as condições existem mas nem todos os professores estão especialmente

vocacionados para a experimentação. Tal é também explicado pelo próprio sistema de acesso ao ensino superior, objectivo principal para o qual a Escola se orienta, que não privilegia essa componente.

1.3 Comportamento e Disciplina

Os alunos têm, de um modo geral, um comportamento disciplinado existindo da parte da comunidade educativa, sobretudo através do Conselho Executivo, um discurso de “tolerância zero” (sic.) para situações de indisciplina, quer dentro quer fora da sala de aula.

Neste sentido, o ambiente da Escola é, claramente, de ordem e disciplina, não existindo situações de vandalismo das instalações escolares nem ocorrências significativas de agressão física e/ou verbal entre os diferentes membros da comunidade educativa.

As situações de indisciplina são resolvidas ao nível da aula e, nos casos mais graves, ao nível do Conselho Executivo, que parece agir com celeridade e eficácia.

Nos casos de indisciplina mais sistemáticos (caso de turmas problemáticas) parece existir, uma vez mais, um papel central dos Serviços de Psicologia e Orientação, no acompanhamento de alunos e preparação dos professores para lidarem de modo pronto e eficaz com estas situações. Os professores e funcionários foram alvo de acções de formação internas sobre como lidar e gerir situações de indisciplina, particularmente as relacionadas com a adolescência. Estas acções de sensibilização para o fenómeno da violência foram mesmo desenvolvidas com os alunos de uma turma particularmente problemática.

De um modo geral, a Escola parece proporcionar um clima de bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários, com respeito e atenção pelos direitos e deveres mútuos e com um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Como foi dito anteriormente, o cerne do trabalho dos alunos é na actividade académica curricular, não parecendo existir uma participação generalizada e efectiva na definição do projecto educativo e no planeamento das actividades.

Ainda que pareçam existir alguns esforços da parte do Conselho Executivo para promover o envolvimento dos alunos nos vários níveis de decisão e planeamento, esta parece efectivamente não acontecer.

Os alunos estão efectivamente representados na Assembleia de Escola e no Conselho Pedagógico, ainda que a sua efectiva contribuição seja pequena. Associação de Estudantes tem uma actividade reduzida.

Apesar do reduzido envolvimento nas diferentes estruturas da comunidade educativa parece permanecer uma forte identificação dos alunos com a Escola. Existe um grande orgulho em ser-se aluno da ESEQ. O prestígio da Escola é grande e assenta numa longa tradição como liceu. Mais do que fomentar o prestígio e o sentido de identidade com a Escola, a Escola vive destes.

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A coordenação e articulação intra-departamental, ao nível científico e da consolidação de processos pedagógicos e resultados académicos, é desigual entre os vários Departamentos. Alguns Departamentos limitam-se a fazer a planificação das disciplinas e, nalguns casos, a verificar a execução dessa planificação, e em fazer matrizes para os exames. Noutros Departamentos os testes são elaborados em conjunto ou cruzados entre professores. Noutro caso ainda, perante um programa novo para uma disciplina, promoveram-se reuniões quinzenais de articulação. A situação parece ser muito diversa e sobretudo dependente da vontade do coordenador de Departamento e dos professores que o constituem. Tal reflecte-se, por exemplo, na heterogeneidade nos critérios de avaliação de uma mesma disciplina, em particular na consideração ou não de elementos complementares de avaliação como os TPC, os trabalhos extra-curriculares, etc.

Também ao nível de cada disciplina não parecem existir sistemas eficazes e sistemáticos de coordenação, para além dos sistemas informais de comunicação (ex. sala dos professores), daí que a articulação e sequencialidade resultem empobrecidas.

Na transição de ciclo há uma preocupação clara, no que diz respeito às necessidades socio-económicas dos alunos. O SPO, através da psicóloga e assistente social, procura apoiar os alunos na transição de

ciclo, seja em termos de opções curriculares, seja na organização de recursos pessoais e pedagógicos. No entanto, nada foi reportado no que diz respeito à articulação pedagógica dessa mesma transição.

A ausência de uma real liderança intermédia, ao nível dos coordenadores de Departamento, é um dos pontos mais negativos desta escola. Por um lado o Conselho Executivo assenta a coordenação pedagógica e científica da Escola nos Departamentos e nos seus coordenadores, mas por outro estes não a exercem efectivamente. O resultado é uma escola onde as boas práticas acontecem com base na iniciativa e no empenhamento dos seus professores, mas sem quaisquer garantias de generalidade, de continuidade ou de sustentabilidade. O Conselho Executivo incentiva os Coordenadores a fazerem tutoria e supervisão dos outros professores, em particular dos menos experientes, mas tal não acontece, não havendo realmente controlo do processo educativo ao nível do que acontece com cada professor em cada disciplina. Os Directores de Turma, que em primeiro lugar percebem esses problemas, tentam abordar em primeiro lugar o professor em causa e em seguida redireccionam o problema para o Conselho Executivo, não usando a figura de Coordenador de Departamento. A ideia geral que foi transmitida é que, não escolhendo a Escola os seus professores, perante uma actuação incompetente pouco ou nada se pode fazer.

2.2 Diferenciação e Apoios

Existe um processo bem organizado e intencional na sinalização e resposta a necessidades especiais, sejam elas dificuldades de aprendizagem, estudantes estrangeiros, deficiência, etc. Há evidências de alunos com necessidades especiais terem tido um tratamento diferenciado e tal ter sido explicado aos colegas. Novamente o trabalho da Psicóloga e da Assistente Social são a charneira para esta educação. Depois de sinalizadas, as situações especiais são objecto de avaliação e encaminhadas para os respectivos recursos de apoio com planos individualizados de acompanhamento.

A Escola tem duas salas de estudo, abertas a todos os alunos, com professores em permanência e horários afixados, indicando as disciplinas e professores que estão nas salas de estudo em cada hora. O apoio educativo incorpora várias modalidades e os alunos com necessidades de apoio são sinalizados no fim do ano lectivo anterior. Os resultados do apoio educativo são alvo de relatório e são avaliados em Conselho de Turma.

É pois de realçar o excelente trabalho desenvolvido pela docente de apoio educativo e pelo Núcleo de Apoio Educativo (NAE) no seu todo, quer com os alunos oriundos dos países estrangeiros, quer nas das salas de estudo.

Não há qualquer personalização ou diferenciação do ensino para os alunos com capacidades especiais ao nível cognitivo, artístico, físico ou de outro tipo.

2.3 Abrangência do Currículo

A ESEQ tem a maior parte dos seus alunos nas áreas científico-tecnológicas, daí que sejam claramente privilegiadas as aprendizagens nestas áreas. No entanto, e pese embora esta especialização, parece existir uma atenção suficiente às dimensões sociais, culturais e artísticas. São a única escola do concelho a oferecer cursos para prosseguimento de estudos em Arquitectura e Belas-Artes.

Posicionando-se preferencialmente como uma escola voltada para o prosseguimento de estudos, é secundarizada a dimensão mais profissionalizante e de formação prática.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A Escola privilegia a continuidade pedagógica na distribuição do serviço docente, não tendo sido invocada por nenhum interveniente na avaliação da Escola qualquer situação de quebra de igualdade de oportunidades ou de cedência a pressões externas para influenciar a distribuição do serviço docente. É preservada a necessidade de monitorizar ponto a ponto a relação pedagógica para que se possa proceder às necessárias alterações das turmas.

Há uma ênfase insistente na assiduidade, parecendo ser meramente residuais os problemas de absentismo na Escola.

A constituição das turmas segue os princípios da continuidade, isto é, alunos oriundos de uma mesma turma são mantidos na mesma turma, mas é sobretudo ditada pelas escolhas de disciplinas feitas pelos alunos, tendo sido afirmado que não havia qualquer tipo de favorecimento ou discriminação.

2.5 Equidade e Justiça

Ainda que a Escola seja relativamente homogênea em termos socio-económicos e culturais, parece existir uma política de equidade e justiça, sendo desenvolvidos esforços para a inserção e a não discriminação de alunos provenientes de minorias sociais, culturais e com dificuldade especiais, tendo a Escola organizado, junto de docentes e discentes, actividade de sensibilização à diferença. Há um grande sentido de pertença à Escola que facilita os processos de integração, que são encarados como tarefa de todos.

2.6 Articulação com as Famílias

As famílias, através dos pais e encarregados de educação, estão representadas e envolvidas aos mais diversos níveis, existindo uma Associação de Pais activa e dinâmica.

A articulação com as famílias parece ser uma preocupação da gestão da Escola e dos Directores de Turma. Há processos sistemáticos para o seguimento das reclamações dos pais que são apresentadas nas reuniões trimestrais destes com os Directores de Turma e que merecem sempre menção em relatório específico. Há um esforço para que exista mais informação a ser veiculada dos professores para os pais. Os horários de atendimento aos pais são bastante flexíveis.

Os pais, no entanto, queixam-se de alguma defensividade da Escola e professores à sua participação mais alargada.

Apesar do envolvimento existente por parte dos pais, a articulação entre estes e a escola parece não estar ainda suficientemente agilizada.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Toda a comunidade académica parece estar centrada na valorização das aprendizagens académicas como condição de prosseguimento dos estudos e é neste sentido que a Escola se orienta, sendo que a satisfação de alunos, professores e famílias resulta do progresso verificado em termos académicos, mormente nos resultados da candidatura ao ensino superior.

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Até 2005 parecia existir um desfasamento entre o projecto educativo e o planeamento de actividades. O plano de actividades parece resultar mais da justaposição de projectos sugeridos pelos diferentes elementos da comunidade educativa, sem uma ligação entre si e sem qualquer propósito visível de articulação com o projecto educativo. Assim, os resultados do projecto educativo tornaram-se dificilmente mensuráveis.

O projecto educativo actualmente em discussão, propõe já uma maior articulação entre princípios e actividades sendo de antever uma melhoria da articulação projecto educativo – plano de actividades bem como uma mais eficaz avaliação dos seus indicadores no decurso dos próximos anos lectivos.

O projecto educativo é elaborado por uma comissão restrita, sendo posteriormente colocado à discussão de toda a comunidade. Dá ideia que esta estratégia “cima-baixo” tem dificultado o comprometimento dos vários elementos da comunidade educativa com o projecto. É significativo verificar que, a poucas semanas da sua aprovação, os diferentes corpos revelam uma ignorância quase generalizada das grandes linhas do projecto educativo actualmente em discussão.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O Conselho Executivo exerce um controlo próximo de todo o funcionamento da Escola, exercendo as suas funções com autoridade e proximidade ainda que de um modo centralizado. Com efeito, o Conselho Executivo, sobretudo através do seu presidente, constitui elemento central da gestão de todos os processos escolares, sendo a estrutura a que professores, alunos, funcionários e pais recorrem com frequência, em claro detrimento de outras estruturas de gestão intermédia (direcção de turma, coordenação de departamento, etc.)

A afectação dos professores por turma parece ter sobretudo em conta a continuidade pedagógica, sendo as direcções de turma essencialmente distribuídas em termos de conveniência de organização de horários (ainda que tendo em conta situações de comprovada inadequação à função).

Não existem mecanismos sistemáticos de avaliação do desempenho dos professores nem um plano estratégico ou individual de ajuda aos problemas científicos e pedagógicos dos docentes. A Escola privilegia a ideia de que é sobretudo responsabilidade dos próprios a melhoria da competência científica e pedagógica.

Tratando-se de uma escola com grande estabilidade docente, o número de professores novos a ingressar anualmente é meramente residual. Estes relatam de um modo geral serem bem recebidos e há uma fácil socialização na cultura escolar ainda que sem a existência de uma estratégia sistemática e formal voltada para a integração de novos professores.

De um modo geral, os vários utentes relatam satisfação com os serviços de apoio administrativo, que demonstram organização, celeridade e eficácia na interface com pais, professores, alunos e Conselho Executivo.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

As instalações, espaços e equipamentos da Escola são adequados e de qualidade, havendo uma grande preocupação com a sua manutenção, segurança e salubridade.

Existem recursos de apoio às diversas actividades de natureza laboratorial, artística, desportiva, mantidos de forma adequada. A Escola parece bem dotado informaticamente, dispondo de uma boa biblioteca e de salas de apoio ao estudo e acompanhamento individual dos alunos.

Parece existir um fácil acesso dos diferentes elementos da comunidade educativa às instalações e equipamentos em horário escolar e extra-escolar. Adicionalmente, a preocupação com a manutenção dos equipamentos parece ser transversal a professores, funcionários e alunos.

A Escola parece utilizar de um modo adequado as verbas na manutenção das instalações e do seu equipamento, havendo um esforço para a captação de verbas exteriores ao OE tendo em vista a realização dos diversos investimentos de manutenção e desenvolvimento.

3.4 Ligação às Famílias

Como foi dito anteriormente, a Escola é de fácil acesso às famílias havendo disponibilidade dos professores (habitualmente o director de turma) para receber os pais em horários convenientes e flexíveis. O Conselho Executivo mantém uma monitorização próxima dos contactos dos directores de turma com os pais, através de análise dos relatórios destes encontros.

No entanto, em termos de um envolvimento das famílias em níveis mais comprometedores do planeamento escolar e educativo, parece não existir uma estratégia organizada, estando a participação e envolvimento das famílias mais dependente do voluntarismo dos pais, materializável em acções e actividades mais ou menos esporádicas.

Em particular, as famílias valorizariam um contacto mais directo e próximo com os vários professores de cada turma e não apenas com o respectivo Director de Turma.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A Escola posiciona-se, de um modo claro, como uma escola de ensino secundário voltada para a continuação de estudos. O número de alunos do 3º ciclo do básico é residual, embora o Conselho Executivo veja com bons olhos o seu aumento no futuro como condição de diversificar a sua oferta educativa. O mesmo já não se pode dizer em relação aos cursos profissionais e tecnológicos que, de um modo geral, são reconhecidos como não sendo centrais ao projecto educativo da Escola.

Neste sentido a Escola procura ser reconhecida, e parece efectivamente sê-lo, com uma instituição vocacionada para colocar alunos nos diversos cursos de ensino superior qualquer que seja o seu grau de selectividade. Estes objectivos parecem ser partilhados por todos os elementos da comunidade educativa bem como pelo meio no qual está inserida.

Esta opção estratégica, ainda que claramente definida e assumida, parece ser pouco flexível, quer no que refere à abrangência do projecto educativo (orientado para a entrada no ensino superior) quer em termos das metodologias pedagógicas (privilégio de uma pedagogia tradicional orientada docimologicamente). Concluindo, a estratégia principal parece ser a da manutenção da situação actual.

4.2 Motivação e Empenho

A gestão parece ser essencialmente responsabilidade do Conselho Executivo com diluição de responsabilidade de outras estruturas intermédias. Esta é uma gestão empenhada, motivada, que age e se responsabiliza pelo resultado das suas acções. Não se deve daí deduzir, no entanto, a existência de uma gestão autoritária. Pelo contrário, parece existir uma fluência comunicacional de e para o Conselho Executivo. Resulta daqui a ideia que, em grande parte, a dinâmica da Escola é reflexo da dinâmica do seu Conselho Executivo. O Conselho Executivo monitoriza com bastante proximidade todo o funcionamento da Escola resolvendo com eficácia, no âmbito das suas competências e limitações, os problemas laborais e/ou disciplinares que surgem.

A acumulação do cargo de Presidente do Conselho Executivo e Presidente do Conselho Pedagógico favorece a articulação entre estes dois órgãos. No entanto, como aspecto menos positivo salienta-se a intervenção quase nula da Assembleia de Escola na vida da Escola, considerando-se esta um mero órgão consultivo.

4.3 Abertura à Inovação

Ainda que realizando com eficácia grande parte das suas tarefas pedagógicas, trata-se de uma escola pouca dada à inovação, quer em termos de metodologias do ensino/aprendizagem, quer no âmbito da sua acção pedagógica.

A Escola está efectivamente bem organizada para o objectivo estratégico a que se propõe, sendo no entanto problemática a sua capacidade para adaptação a modificações de natureza curricular ou de metodologia pedagógica que lhe venham eventualmente a ser exigidas no futuro.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Existe algum envolvimento da Escola em parcerias activas com instituições locais e nacionais com vista à realização de diferentes actividades do projecto educativo. Será de realçar a articulação com outras escolas na procura de alternativas de formação para alunos que não se integraram bem no percurso formativo oferecido pela ESEQ. As articulações com as outras escolas são no entanto mais informais que sistemáticas. Os projectos em que a Escola está envolvida são bastante valorizados pelos alunos.

No entanto, e uma vez mais, este envolvimento parece ocupar um papel secundário em relação à prioridade dada ao trabalho curricular e da sala de aula.

5. Capacidade de Auto-Regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

Há um esforço considerável da Escola nos processos de auto-avaliação que se espelha sobretudo na sua candidatura e envolvimento nas diversas experiências e projectos de avaliação disponibilizados até ao momento. Adicionalmente, há uma recolha sistemática e exaustiva dos resultados da avaliação interna e externa de sucesso escolar. Esta auto-avaliação assenta no trabalho da Secção de Análise Descritiva dos Resultados das Aprendizagens (SADRA). Criado em 2001, a SADRA tem gerado consistentemente análises estatísticas relativas ao aproveitamento escolar dos alunos. Existe bastante informação, completa e bem trabalhada, que é disponibilizada ao Conselho Pedagógico e aos Departamentos.

Apesar de todos referirem existir reflexão sobre esses resultados não há evidência que ela seja realmente usada no sentido da melhoria das aprendizagens dos alunos. A auto-avaliação não é ainda um objectivo partilhado por todos os intervenientes no processo educativo nem participada por todos. A Escola planeia alargar os seus instrumentos de auto-avaliação, nomeadamente através da realização sistemática de inquéritos de satisfação aos utentes da Escola.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e da relação com a comunidade e o desempenho da liderança garantem um ambiente de boa estabilidade na Escola e um progresso sustentado no rumo que escolheu.

A Escola revela capacidades para incrementar a sua autonomia, em particular na gestão dos recursos materiais e humanos. As debilidades no estado actual do processo de auto-avaliação são compensadas

por uma grande estabilidade e experiência do corpo docente e pelo excelente clima que se vive na Escola e que facilita o funcionamento dos canais informais de comunicação e de gestão. Na gestão curricular há ainda algumas debilidades importantes, mas a gestão da Escola também não coloca a autonomia nesse campo como fundamental para o melhor funcionamento da Escola.

No entanto, como foi dito anteriormente, a Escola dispõe de uma reduzida flexibilidade nas suas opções estratégicas que, a par de uma depreciação de sistemas de gestão intermédia, tornam a Escola bastante vulnerável em face de alterações que lhe sejam impostas externamente (âmbito de ensino ou de metodologias de aprendizagem) ou internamente (alterações ao nível do Conselho Executivo).

V – Considerações finais

Esta escola caracteriza-se por um conjunto de pontos fortes que claramente suplantam os pontos fracos.

De entre os pontos fortes destaca-se:

- A imagem de rigor, disciplina e de qualidade na sua área de intervenção, que é partilhada não só por toda a comunidade educativa, com um forte sentido de pertença, mas também pela comunidade alargada onde a Escola se insere.
- A motivação e empenho do Conselho Executivo e do seu presidente, que de uma forma motivada e empenhada dão corpo a um conceito de escola que a comunidade procura e onde se revê.
- A qualidade e estado de manutenção das instalações e restantes recursos educativos.
- O trabalho da psicóloga e da assistente social da Escola e, de uma forma geral, a forma como são apoiados os alunos com alguma necessidade de acompanhamento, académico ou de outro tipo.

A estes pontos fortes contrapõem-se algumas debilidades, das quais as mais importantes são:

- A quase ausência de intervenção, empenho e motivação da gestão intermédia da Escola, em particular dos Coordenadores de Departamento, que se reflecte principalmente na implementação do processo pedagógico na Escola.
- A personalização da liderança no presidente do Conselho Executivo que, se por um lado, agiliza processos e dá coerência à acção, por outro lado não lança raízes para a sustentabilidade da gestão.
- A incipiente utilização dos resultados da auto-avaliação como factor de melhoria dos processos e de progresso. O próprio processo de auto-avaliação ainda não toca todos os domínios necessários e não é suficientemente partilhado pela comunidade escolar.

Finalmente, e relativamente ao futuro, a Escola poderá encontrar conjunturas adversas, face às quais terá muito dificuldade em reagir, em particular se:

- Os pais e alunos começarem a valorizar menos a tradição e renome da Escola. Há já sinais ameaçadores relativamente à ocorrência deste cenário: este ano a ESEQ teve apenas 11 turmas do 10º ano, contra 15 no ano anterior, provavelmente pelo efeito conjugado da oferta, numa escola pública vizinha, de horários no turno da manhã para o 10º ano e da abertura de uma escola privada no concelho.
- Existir uma maior valorização financeira do ensino tecnológico e profissional por parte da tutela.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária Caldas das Taipas, concelho de Guimarães, realizada nos dias 4 e 5 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Secundária de Caldas das Taipas está situada na Vila com o mesmo nome e pertencente ao concelho de Guimarães. A Escola foi criada em 1986 e entrou em funcionamento no ano lectivo de 1987/1988. O projecto dos edifícios segue um modelo oficialmente tipificado como ES24, previsto para acolhimento de 24 turmas em regime normal, podendo funcionar em desdobramento com 36 turmas e onde actualmente funcionam 45 em regime de desdobramento. Os espaços exteriores são adequados e bem cuidados mas, para além da falta de salas que impede o funcionamento em regime normal, a Escola carece de um pavilhão gimno-desportivo e de um auditório.

Dos perto de 1100 alunos que frequentam a Escola em regime diurno, aproximadamente 18% frequentam o 3º ciclo, 51% o secundário geral e 32% cursos tecnológicos. Há também aproximadamente 220 alunos a frequentar o Ensino Recorrente Nocturno, 26% dos quais no 3º ciclo. A Escola tem 111 professores, 66% dos quais do Quadro de Nomeação Definitiva, e 31 funcionários não docentes.

Nos exames nacionais de 12º ano realizados em 2005, a média para as duas disciplinas com maior número de alunos inscritos foi 5% acima da média nacional em Matemática e 16% acima da média em Português B.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação**1. Resultados****Bom**

A escola define como objectivo central a aproximação entre os resultados nos exames nacionais e as classificações internas e vários interlocutores enfatizaram o facto de ser “a melhor do ranking no concelho de Guimarães”. Os resultados dos alunos são monitorizados de perto e são alvo de reflexão que incide na comparação entre turmas e disciplinas e ainda no cotejo com outras escolas com ofertas educativas semelhantes. A Escola valoriza a experimentação mantendo laboratórios de Ciências Físico-Químicas e de Biologia razoavelmente equipados e fomentando a existência de múltiplas actividades extra-curriculares. Com o quadro de honra a escola pretende reconhecer os alunos que se destacaram nas actividades curriculares. Não há problemas de indisciplina, devido à combinação de uma gestão próxima e muito determinada com a procura de bom ambiente humano. O Conselho Executivo fomenta activamente a participação de toda a comunidade escolar na vida da Escola, o que foi ilustrado pela divulgação e pelo convite à participação na sessão de apresentação da Escola realizada no âmbito da visita de avaliação externa. Os alunos são envolvidos nas decisões que lhes dizem directamente respeito, tais como a definição das medidas a tomar face a situações de indisciplina, e empenham-se nas eleições para a Associação de Estudantes.

2. Prestação do serviço educativo**Bom**

A articulação é feita essencialmente no nível dos directores de turma, assumindo o respectivo coordenador um papel de relevo na organização pedagógica. A articulação intra-departamental é débil e as questões que surgem são resolvidas principalmente ao nível das secções. O levantamento das necessidades educativas de cada aluno é feito no início do ano lectivo. Os alunos com dificuldades económicas e outros alunos em situações de risco já chegam sinalizados à Escola; outras situações entretanto detectadas são encaminhadas para os serviços de psicologia e para os serviços de acção social, cuja resposta é limitada devido ao facto de a psicóloga só estar na escola 2 dias por semana. Para além dos cursos científico-humanísticos, a Escola tem apostado em cursos tecnológicos mais tradicionais, como Informática, Acção Social, Administração e Comunicação. A essa oferta de base juntar-se-á, no próximo ano lectivo, o Curso Profissional de Técnico de Termalismo e, eventualmente, uma oferta diversificada de cursos de nível 3, com que a Escola pretende substituir a actual oferta em ensino recorrente. Os horários são construídos pensando nos alunos e na realidade da sobrelotação da Escola. Procura-se manter a continuidade pedagógica na atribuição do serviço docente e, na constituição inicial das turmas, são seguidos critérios de homogeneização. Os encarregados de educação são informados das regras de funcionamento da escola e dos critérios de avaliação. Os alunos podem aceder a recursos informáticos em quantidade apreciável. Existe uma Associação de Pais activa e dinâmica e a articulação com as famílias é uma preocupação da gestão da escola e dos directores de turma. Há diversos mecanismos desenvolvidos para que exista mais informação a ser veiculada dos professores para os pais e encarregados de educação.

3. Organização e gestão escolar**Bom**

O Conselho Executivo faz um planeamento minucioso de toda a actividade escolar, envolvendo outros agentes educativos. A sobrelotação da Escola implica a necessidade da rotação dos alunos pelos espaços, inviabilizando uma presença mais prolongada, e origina uma grande dificuldade na implementação de espaços de estudo acompanhado e na organização por áreas temáticas. Há preocupação em garantir a continuidade pedagógica das turmas e das direcções de turma, mas é dada prioridade máxima à atribuição das turmas de 12º ano. O facto de o corpo docente ser predominantemente do quadro de escola cria condições para um empenhamento mais efectivo. Os docentes novos são bem recebidos, ainda que não exista uma estratégia sistemática e formal voltada para a integração de novos professores. Entre os funcionários não docentes é claro o apreço pela política da direcção da Escola, mas é notória a redução do seu número nos últimos anos, o que poderá comprometer o desenvolvimento de acções de carácter administrativo e de apoio à actividade escolar. As instalações são limpas, arranjadas e não têm vestígios de vandalismo. Dada a sobrelotação da escola, há uma grande falta de salas e de espaços para arquivo e arrumo, de um pavilhão gimno-desportivo e

de um auditório. A Biblioteca é um espaço moderno, funcional e com acesso às novas tecnologias da informação. É também de referir a quantidade e diversidade de publicações escolares e, a outro nível, a plataforma Moodle, que funciona como um dinâmico veículo de informação entre professores, funcionários, alunos e pais.

4. Liderança

Bom

A escola posiciona-se, de um modo claro, como uma escola de rigor, que pretende ser agente de educação no processo de qualificação sócio-cultural da região em que se insere. A gestão é essencialmente responsabilidade do Conselho Executivo, que investe nas lideranças intermédias, em especial nas direcções de turma e na sua coordenação. A acumulação do cargo de Presidente do Conselho Executivo e Presidente do Conselho Pedagógico favorece a articulação entre estes dois órgãos e a Assembleia de Escola, embora mantendo relações muito cordiais com os restantes órgãos, tem um papel limitado na definição das linhas estratégicas da escola e na articulação com a comunidade. O Conselho Executivo pretende criar uma escola ágil e facilmente adaptável à formação necessária em cada momento pela comunidade envolvente, recorrendo fortemente à informática e às tecnologias da informação e comunicação. A Escola está orientada para a procura de projectos e parcerias estruturantes que potenciem a sua acção educativa e proporcionem uma forma adicional de financiamento das actividades.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Muito Bom

A avaliação, interna e externa, é considerada estruturante para a melhoria contínua do serviço educativo. Nesse sentido, a Escola tem procurado todas as oportunidades para contrapor uma visão externa do seu desempenho àquela que resulta duma análise interna. O seu auto-conhecimento baseia-se em informação e reflexão sistemáticas, embora a recolha de informação e a análise sejam ainda predominantemente centradas no trabalho das direcções de turma e da respectiva coordenação. A Escola tem a percepção do seu papel relevante no seio da sociedade local, daí o esforço dos agentes educativos para criar e sustentar uma boa imagem institucional. Existe, no entanto, um outro factor externo que assegura no curto/médio prazo uma actividade escolar no nível actual ou mesmo superior: a evolução demográfica local, elevada relativamente à média nacional, permite assegurar um fluxo contínuo e crescente de alunos para a Escola. Esta é uma oportunidade que permite à Escola pensar em planos educativos ambiciosos e sustentáveis.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Um objectivo da Escola consiste em aproximar as classificações internas das obtidas em exames nacionais. Esse é um indicador do rigor que o Conselho Executivo quer incutir em todos os processos internos à Escola. O facto da Escola ser “a melhor do ranking no concelho de Guimarães” foi enfatizado por vários intervenientes. Este aspecto deve ser mais salientado considerando a realidade sócio-económica envolvente, à partida menos favorável aos bons resultados académicos. Os níveis de insucesso e de abandono têm diminuído nos últimos anos. Os resultados dos alunos são monitorizados de perto e são alvo de reflexão que incide na comparação de turmas, de disciplinas e ainda com outras escolas com ofertas educativas semelhantes. Essa reflexão é patente também nos relatórios que são produzidos anualmente no âmbito dos procedimentos de auto-avaliação.

Os cursos tecnológicos de informática têm resultados inferiores aos dos outros cursos devido especialmente à desadequação entre expectativas e realidade curricular (os alunos esperam trabalhar com computadores e têm que estudar algoritmia). Estes cursos têm também habitualmente taxas de insucesso elevadas noutras escolas.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A Escola tem laboratórios de Ciências Físico-Químicas e de Biologia razoavelmente equipados. Para além das actividades curriculares existem outras oportunidades, como, por exemplo, a participação no Clube de Astronomia, com as quais se pretende fomentar nos alunos uma prática dos métodos científicos.

Os Directores de Turma têm no seu horário uma hora semanal para apoio e orientação educativa (AOE). Essa hora é habitualmente muito participada, e as actividades realizadas dependem do nível dos alunos em causa: enquanto no 10º ano o objectivo prioritário é o acompanhamento da inserção dos alunos na Escola no 9º ano é feito aconselhamento e orientação vocacional.

1.3 Comportamento e Disciplina

A Escola não tem problemas de indisciplina, resultado da combinação do seguinte conjunto de factores: procura de bom ambiente humano, gestão próxima e determinada e ausência de grupos especialmente perturbadores.

Logo no início do ano lectivo, nas reuniões com os encarregados de educação, os directores de turma apresentam as regras de conduta da escola. Há também um código de conduta implícito que é rapidamente adquirido: “se sujarem, limpam e arrumam sempre as cadeiras antes de saírem das salas”. Como tal, o espaço da escola é limpo, arranjado, asseado e sem vestígios de vandalismo.

Os problemas de mau comportamento detectados pelos funcionários, embora poucos, “porque já são mais velhos e o meio é pacato”, são levados directamente ao Conselho Executivo.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

O Conselho Executivo fomenta activamente a participação de toda a comunidade escolar. A visita de avaliação externa, por exemplo, foi amplamente divulgada, havendo informações afixadas em diversos locais convidando a comunidade escolar a assistir à sessão inicial de apresentação da Escola. Com o objectivo de envolver os alunos nas decisões que lhes dizem directamente respeito, face a situações de indisciplina, os próprios alunos são auscultados sobre as medidas a tomar.

É cultivada a responsabilização, o respeito pelos outros e o espírito de solidariedade, através da interiorização de regras de conduta dentro e fora da sala de aula e das muitas actividades em que os alunos se envolvem, com apoio do Conselho Executivo. Durante o período da visita estava a decorrer uma campanha de recolha de roupa interior para crianças, totalmente organizada por um grupo de alunos. Um outro grupo de alunos mantinha um projecto de recolha selectiva de resíduos.

Existe material audiovisual em cada um dos blocos e também alguns computadores portáteis que os alunos podem pedir emprestados para preparação de apresentações em aula.

As eleições para a Associação de Estudantes são bastante disputadas, sendo-lhes dado um lugar de destaque nas publicações escolares. A Associação envolveu-se no último ano num projecto ambicioso que implicou a remodelação do polivalente e a aquisição de diverso material audiovisual.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A articulação intra-departamental é débil (“uma realidade organizacional em criação”) e as questões que surgem são resolvidas sobretudo ao nível das secções dos departamentos. Uma excepção é a coordenação curricular e a articulação do ensino e da avaliação no Departamento de Línguas. Os coordenadores de departamento não assumem uma liderança efectiva dos professores do departamento. Por exemplo, se for detectado um possível problema de incompetência científica ou pedagógica de um professor, os alunos são convidados a falar directamente com esse professor, dado que “é muito complicado falar com um colega e igual sobre estes problemas”.

A articulação é feita essencialmente no nível dos directores de turma, assumindo o respectivo coordenador um papel de relevo na organização pedagógica. No entanto, a sequencialidade entre ciclos de aprendizagem não é garantida e a ligação entre o 3º ciclo do básico e o secundário é muito ténue. São, por exemplo, os coordenadores de secção que, no fim de cada ano lectivo, se deslocam às EB23 da região com o objectivo de esclarecer os alunos sobre as várias opções que podem seguir no ensino secundário.

2.2 Diferenciação e Apoios

Os alunos com dificuldades económicas e outros alunos em situações de risco já vêm sinalizados das escolas de origem. Outras situações novas são detectadas pelos funcionários não docentes, directores de turma e professores, que analisam comportamentos dentro e fora da sala de aula, e são encaminhadas para os serviços de psicologia e para os serviços de acção social. A principal dificuldade consiste no facto da psicóloga, com contrato de prestação de serviços correspondente a dois dias por semana, suportado por financiamentos próprios da escola, não se poder dedicar à escola em tempo integral, como seria desejável numa escola com esta dimensão.

O levantamento das necessidades educativas de cada aluno é feito pelos directores de turma, com base, entre outros, em inquéritos lançados no início do ano lectivo.

A resposta às necessidades educativas especiais e às dificuldades de cada aluno é feita com recurso à sala de estudo acessível a todos os alunos e onde está permanentemente um professor. O Coordenador dos Directores de Turma recolhe o registo das presenças na sala de estudo, trata-o e divulga-o trimestralmente.

2.3 Abrangência do Currículo

Para além dos cursos científico-humanísticos, a Escola tem apostado em cursos tecnológicos mais tradicionais, como Informática, Acção Social, Administração e Comunicação. Está em preparação um novo curso de Termalismo, aproveitando o facto da Escola estar localizada numa zona termal e, portanto, com acesso a equipamentos e profissionais experientes. O curso profissional de Técnico de Termalismo possibilitará saídas profissionais nos clubes de saúde que têm vindo a ser criados no país.

Actualmente a Escola tem duas turmas de ensino recorrente, uma de básico e uma de secundário. Tendo em consideração que esta modalidade de ensino vai acabar, o Conselho Executivo pretende que essa oferta seja substituída, num prazo curto, por cursos de nível 3 com uma resposta o mais diversificada possível.

Há inúmeros projectos em curso, com os quais se pretende criar nos alunos competências diversificadas, tais como projectos integrados na "oficina de comunicação" ("Rádio ESCUTA", Jornal "Notícias do Trigo"), um "club de astronomia" e ainda uma iniciativa ligada aos livros e à literatura - "Ao sabor dos livros".

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

O Presidente do Conselho Executivo, ao fazer a atribuição do serviço docente, procura manter a continuidade pedagógica. Na constituição inicial das turmas são seguidos critérios de equilíbrio. Os alunos acham os horários óptimos e a dimensão das turmas adequada, mas consideram que têm aulas a mais.

A assiduidade é controlada pelos directores de turma e as faltas são comunicadas, com a maior brevidade possível, aos encarregados de educação. Na reunião de início do ano lectivo, estes são alertados para a necessidade de assiduidade e de pontualidade dos alunos.

Sendo necessário, os professores dão aulas suplementares para que sejam cumpridos os programas. Os alunos afirmam que os resultados são bons.

2.5 Equidade e Justiça

Não existe discriminação positiva ou negativa na elaboração das turmas, tendo-se percebido que os horários são construídos pensando nos alunos e na sobrelotação da Escola, e não nas conveniências dos docentes. Os alunos consideram que existe transparência e justiça no modo como são tratados e avaliados. Os alunos e seus pais e encarregados de educação são informados das regras de avaliação logo no início do ano lectivo.

A sala de estudo está aberta todos os dias e existe sempre um professor disponível. Há bastantes computadores ligados à Internet e de acesso livre aos alunos. Em cada um dos edifícios da Escola existe equipamento audiovisual disponível (portáteis e projectores de vídeo), tanto para as aulas como para serem requisitados pelos próprios alunos para prepararem e realizarem apresentações.

2.6 Articulação com as Famílias

A Associação de Pais é activa e dinâmica, embora a participação das famílias seja dificultada pela baixa escolarização média dos pais, e pela realidade sócio-económica envolvente, onde é evidente a existência

de problemas económicos (fenómeno cíclico), com os consequentes fenómenos da pobreza envergonhada e do retorno à emigração. A Escola esforça-se por encontrar processos que possibilitem a comunicação com as famílias afectadas por este tipo de problemas, no sentido de minimizar tanto quanto possível os reflexos no aproveitamento escolar dos alunos envolvidos.

A articulação com as famílias é uma preocupação da gestão da Escola e dos directores de turma. Há processos sistemáticos para o seguimento das reclamações dos pais, que são sempre alvo de menção em relatório específico. Há um esforço para que exista mais informação a ser veiculada dos professores para os pais, quer através das várias publicações periódicas quer através da plataforma Moodle. Informação mais específica, tal como regras de avaliação, é enviada aos encarregados de educação por carta registada e as faltas são comunicadas por qualquer meio, incluindo o contacto por telemóvel.

Não existe uma política geral da escola para os TPC, embora a sua realização seja sempre controlada pelos professores.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

O facto da Escola ser “a melhor do ranking no concelho de Guimarães” foi enfatizado em especial pelos alunos, sendo um motivo de orgulho para todos os que valorizam a vertente de prosseguimento de estudos.

Os encarregados de educação, na sua maioria, expressam expectativas baixas face à escola e às aprendizagens dos seus educandos.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A Escola está dotada de documentos orientadores claros, concisos e com uma hierarquia bem definida. Assim, o Projecto Educativo estabelece os fundamentos da acção da Escola e define os objectivos gerais a atingir e as orientações para a acção; dele decorrem o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades. Este Plano organiza-se com base nas acções propostas pelos departamentos, pela biblioteca e centro de recursos, pelos serviços de apoio e complemento educativo e pelos projectos, oficinas e clubes, ilustrando a riqueza da vida da Escola. Os planos anuais e respectivas actividades são objecto de avaliação final.

Refira-se ainda que Projecto Educativo não tem referência temporal e prazo de vigência previsto e, nos planos anuais de actividade, faltarão a definição de objectivos específicos e de metas para o ano em causa.

A organização da actividade escolar é marcada por dois factores essenciais: a dedicação do Conselho Executivo, a ponto de terem somente uns dias de férias no ano, e a sobrelotação da Escola, resultado das suas 45 turmas quando não deveria ter mais de 36. O primeiro factor proporciona um planeamento minucioso de toda a actividade escolar, envolvendo outros agentes educativos. O facto do Presidente do Conselho Executivo ser também o Presidente do Conselho Pedagógico permite uma perspectiva e acção integrada na Escola. A sobrelotação da Escola implica a necessidade da rotação dos alunos, inviabilizando uma presença mais prolongada em espaços próprios. Origina também uma grande dificuldade na implementação de espaços de estudo acompanhado e por áreas temáticas, um reparo expresso pelos pais e encarregados de educação dos alunos.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O facto do corpo docente ser predominantemente do quadro de escola e de a grande maioria residir nas redondezas possibilita condições para um empenhamento mais efectivo. No entanto, a mobilidade docente continua a dificultar a continuidade e o aprofundamento de algumas apostas da Escola. O Conselho Executivo faz a seguinte apreciação dos docentes: 30% mostram total disponibilidade para acções na Escola, 40% grande disponibilidade e 30% estão porventura aquém do que seria normal exigir (a este último valor está provavelmente associado um certo grau de absentismo). Esta distribuição é globalmente favorável ao dinamismo da Escola. Os docentes novos são bem recebidos, sendo facilmente socializados na cultura escolar, ainda que sem a existência de uma estratégia sistemática e formal voltada para a integração de novos professores.

Há, por parte do Presidente do Conselho Executivo, responsável pelos horários e pela atribuição das direcções de turma, a preocupação de garantir a continuidade pedagógica das turmas e direcções de

turma. No entanto, é dada prioridade máxima à atribuição das turmas de 12º ano, mas não são descuradas situações como as de 3 turmas de repetentes do ensino básico que foram atribuídas a professores com maior experiência de leccionação. Ainda relativamente às direcções de turma, foi recentemente organizada uma formação direccionada apenas para esta função.

Relativamente aos funcionários não docentes, é claro o apreço pela política da direcção da Escola e empenhamento dos seus agentes directos, que consideram como exemplos a seguir. É notória a redução do número de funcionários nos últimos anos, o que poderá comprometer o desenvolvimento de acções de carácter administrativo e de apoio à actividade escolar. Os funcionários administrativos e auxiliares consideram que deviam ter mais oportunidades de formação contínua.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

O espaço de Escola não tem identidade arquitectónica, mas é limpo, arranjado, e não tem vestígios de vandalismo. Foi salientada por diversas vezes a necessidade de um maior número de salas, dada a sobrelotação, e a necessidade de um pavilhão gimno-desportivo e de um auditório.

De entre as infra-estruturas, salienta-se o espaço da Biblioteca, moderno, funcional e com acesso às novas tecnologias da informação (onde funcionam exposições temporárias). Também os Serviços Administrativos, em regime de espaço aberto, funcionam de forma articulada e eficiente. Constatou-se também a evidente falta de espaço para a concretização de um arquivo com estrutura moderna e funcional. Os laboratórios estão razoavelmente equipados, em larga medida com apoio do programa Ciência Viva. A cantina tem a estrutura clássica, sendo explorada por contrato.

3.4 Ligação às Famílias

Um aspecto significativamente diferenciador desta Escola é o nível de veículos de comunicação para o interior e exterior do espaço educativo. É de referir a quantidade e diversidade de publicações escolares de que se salientam: revista Impressões (anual), Notícias do Trigal (editado em cada trimestre lectivo e vencedor do 1º concurso de jornalismo escolar), Anuário (fotos das turmas, resultados escolares, actividades, etc.), Infoescola (mensal). A um outro nível, a plataforma Moodle funciona como um dinâmico veículo de informação entre professores, funcionários, alunos e pais. Deverá também ser salientado o Núcleo de Astronomia da Escola, reconhecido nacionalmente pela sua qualidade, que alimenta uma interessante e educativa página na Internet.

Como foi dito anteriormente, a escola é de fácil acesso às famílias, havendo disponibilidade dos directores de turma para receber os pais em horários convenientes e flexíveis. O Coordenador de directores de turma mantém uma monitorização próxima dos contactos dos directores de turma com os pais, através de análise dos relatórios dessas reuniões.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A escola posiciona-se, de um modo claro, como uma escola de rigor, que pretende ser agente de educação no processo de qualificação sócio-cultural da região em que se insere. A oferta educativa centra-se especialmente no ensino secundário, abrangendo tanto a oferta para prosseguimento de estudos como cursos profissionais, de que é exemplo o Curso Técnico de Termalismo, que foi desenvolvido em parceria com as termas locais e que se iniciará no próximo ano lectivo. O número de turmas de ensino básico é residual e, dada a sobrelotação da Escola e as necessidades de formação da população que a escola serve, a opção da Escola vai no sentido do abandono da formação básica e da dedicação a uma oferta muito diversificada de nível secundário e pós-secundário.

4.2 Motivação e Empenho

A acumulação do cargo de Presidente do Conselho Executivo e Presidente do Conselho Pedagógico favorece a articulação entre estes dois órgãos.

A gestão é essencialmente da responsabilidade do Conselho Executivo, que conta com a colaboração das lideranças intermédias, em especial as direcções de turma. Estas são, por sua vez, coordenadas de forma motivada e interventiva.

A Assembleia de Escola, que mantém relações muito cordiais com os restantes órgãos, tem um papel limitado na definição das linhas de orientação da Escola e na articulação com a comunidade.

4.3 Abertura à Inovação

O Conselho Executivo pretende criar uma escola ágil e facilmente adaptável à formação necessária em cada momento pela comunidade envolvente. Essa agilidade seria obtida recorrendo fortemente à informática e às tecnologias da informação e comunicação. Ao longo dos últimos anos foram criados bastantes postos de trabalho com acesso à Internet e a plataforma Moodle é usada de forma intensiva para disponibilização de conteúdos pedagógicos, avaliações, legislação, actas de reuniões dos vários órgãos e notícias gerais da escola.

A participação activa em vários projectos tem fomentado ligações da escola com a Universidade.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola está orientada para a procura de projectos e parcerias estruturantes que potenciem a sua acção educativa. A opção por um determinado projecto baseia-se tanto na sua solidez ao longo do tempo como nos contributos directos para a estratégia da escola. A participação em projectos é também vista como uma forma adicional de financiamento das actividades. A Escola recorre a várias parcerias com entidades e instituições do meio ou de âmbito nacional para dinamizar cursos profissionais, estágios e apoio a projectos.

Estão activos projectos relacionados com o espaço Biblioteca, com o Núcleo de Astronomia, com as actividades de Rádio e Teatro, assim como projectos que envolvem iniciativas de comunicação, tais como as publicações escolares “Impressões”, “Trigal”, “Anuário” e “Infoescola”. A Escola participa também em diversos projectos Ciência Viva. A quase ausência de projectos internacionais é uma debilidade reconhecida. Seguindo uma tradição da Escola, são procuradas parcerias locais para a realização de estágios em empresas/instituições para alunos de cursos profissionalizantes.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

Para a Escola, a avaliação interna e externa é considerada estruturante para o sucesso de um esforço contínuo de melhoria. Nesse sentido, a Escola tem procurado todas as oportunidades para contrapor visões externas do seu desempenho com a visão que resulta duma análise interna. São exemplos desta aposta a participação no projecto AVES, desde 2002/2003, e a candidatura a este piloto de avaliação externa. O auto-conhecimento é baseado em informação e reflexão sistemáticas, embora a recolha de informação e a análise sejam ainda predominantemente centradas no trabalho das direcções de turma e da respectiva coordenação.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A Escola tem a percepção do seu papel relevante no seio da sociedade local, daí o esforço dos agentes educativos para criar e sustentar uma boa imagem institucional.

No que concerne à sustentabilidade do progresso evidenciado pela Escola, uma ameaça reside no facto da liderança ser forte mas muito centrada na pessoa do Presidente do Conselho Executivo. Um outro factor potencialmente limitativo do progresso qualitativo da Escola é externo e resulta da relativamente débil estrutura social da comunidade local onde a Escola recruta os seus alunos. Este aspecto foi sintetizado pela afirmação “falta mundo à Escola”. No entanto, a Escola tem assumido esta dificuldade como um desafio à sua capacidade de resposta e como um critério de reconhecimento do valor acrescentado que o seu trabalho proporciona à comunidade em que está inserida.

Um outro factor externo assegura no curto/médio prazo uma actividade escolar no nível actual ou mesmo superior: a evolução demográfica local assegura um fluxo contínuo e mesmo crescente de alunos para a escola. Este facto, documentado com estudos demográficos, é um seguro de vida para a escola, o que lhe permite pensar em planos educativos ambiciosos e sustentáveis.

A Escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

V – Considerações finais

A Escola apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- A diversificação da oferta formativa;
- O empenhamento e a determinação do Conselho Executivo;
- A prática persistente de monitorização dos resultados escolares;
- As lideranças intermédias empenhadas;
- O bom clima no relacionamento e o cumprimento de regras;
- A participação dos alunos na vida da Escola;
- O acesso alargado a equipamentos laboratoriais, informáticos e à biblioteca e centro de recursos;
- a riqueza dos meios de comunicação entre a comunidade escolar.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- A articulação frágil e insuficiente com as escolas do ensino básico de origem dos alunos;
- A dificuldade de inserção do 3º ciclo na “cultura predominantemente secundária da escola”, agravada pela selecção alheia dos alunos que recebe no 7º ano de escolaridade;
- A sobrelotação que implica desdobramento e ausência de espaços para salas de apoio e outras actividades;
- A debilidade na organização e funcionamento dos departamentos;
- O elevado absentismo de alguns docentes;
- A falta de um gabinete de psicologia a tempo inteiro;
- A falta de um técnico para manutenção do parque informático;

A Escola apresenta algumas oportunidades de desenvolvimento futuro:

- Excelente imagem na comunidade local;
- Criação de novos cursos tecnológicos e de outras ofertas de formação capazes de responder às necessidades da região;
- Aprofundamento do processo de auto-avaliação com envolvimento generalizado da comunidade escolar.

Contudo, poderá vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- A não resolução do problema da selecção dos alunos que lhe são enviados para o 7º ano de escolaridade;
- Dificuldades de articulação entre os ensinos básico e secundário;
- A definição muito tardia da rede, que não permite uma preparação adequada;
- Aumento da toxicodependência em zonas envolventes exteriores à escola pode implicar aumento da insegurança.

A abrangência da oferta é uma questão estratégica para a Escola: por um lado, tem de definir a justeza da continuidade do ensino básico e, em caso afirmativo, encontrar formas de regular a selecção dos alunos que ingressam nesta Escola no 7º ano de escolaridade; por outro lado, a variedade de cursos disponibilizados permite à população local aceder uma gama de opções alargada, mas constitui um desafio muito exigente à capacidade de concertar objectivos e recursos. O trabalho conjunto com as escolas vizinhas e com outras instituições com responsabilidades na formação permitiria orientar a oferta para áreas para as quais a Escola se sente mais vocacionada e está melhor apetrechada.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DA SILVA CORREIA

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico João da Silva Correia, concelho de S. João da Madeira, realizada nos dias 9 e 10 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto do trabalho sobre avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este trabalho, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis. (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A ES/3 João da Silva Correia situa-se na cidade de S. João da Madeira, no concelho do mesmo nome. Esta é uma região de forte crescimento demográfico, que tem como consequência a sobrelotação das 3 escolas secundárias de S. João da Madeira. A Escola, antigo liceu, funciona num edifício único, complementado por um pavilhão construído em 1994, que favorece a sensação de escola pequena e familiar que perpassa toda a comunidade escolar. A Escola tem ginásio, polivalente, cantina e biblioteca, sendo os espaços exteriores algo exíguos, consequência directa da construção do mencionado pavilhão. Os laboratórios estão razoavelmente equipados, embora os equipamentos sejam às vezes demasiado antigos (e.g. muitos dos computadores à disposição dos alunos). A Escola tem globalmente um aspecto cuidado e arranjado.

A Escola tem um total de cerca de 600 alunos, distribuídos igualmente entre o 3º ciclo e o ensino secundário. Neste último cerca de dois terços dos alunos frequentam cursos para prosseguimento de estudos (Gerais e Científico-Humanísticos) e um terço cursos tecnológicos. Cerca de 90 alunos são apoiados pelo SASE, metade dos quais no escalão A. A Escola tem cerca de 75 docentes e cerca de 30 funcionários não docentes.

A oferta educativa da Escola é variada e os alunos distribuem-se equilibradamente pelas várias ofertas. Os cursos tecnológicos inserem-se nas áreas onde a Escola oferece os cursos Gerais e Científico-Humanísticos e tiram partido de parcerias com organizações da comunidade local.

As taxas de transição, no 3º ciclo, situam-se ao nível das 25% melhores escolas do país, sendo o abandono virtualmente nulo. No ensino secundário as taxas de transição não são tão boas, rondando o percentil 50 das escolas do país com ensino secundário, no agrupamento 1, mas com valores ao nível das 5% melhores escolas, no agrupamento 4. A taxa de abandono repete o padrão anterior, com melhores resultados no agrupamento 4. No que diz respeito a exames nacionais, nas provas de aferição do 9º ano os alunos da Escola apresentaram resultados claramente acima da média nacional, quer a Matemática quer a Língua Portuguesa. Nos exames nacionais de 12º ano, quando consideradas as 4 disciplinas em que no ano de 2005 mais alunos fizeram exame (Português B, História, Biologia e Psicologia), os resultados situam-se cerca de 3 valores acima da média nacional, com excepção de História onde a Escola ficou 2 valores abaixo da média nacional.

Finalmente, a Escola é reconhecida pela comunidade como uma escola segura, de carácter familiar e que presta um bom serviço educativo.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

A Escola, ainda que possuidora de um projecto educativo abrangente, está centrada nas aprendizagens escolares. Os resultados estritamente académicos são bons. No 3º ciclo os resultados das provas de aferição a Língua Portuguesa e Matemática estão cerca de meio desvio-padrão acima da média nacional (embora a Matemática a média dos resultados seja negativa). No secundário os resultados também se comparam muito positivamente com outras escolas, quer ao nível regional quer nacional: consideradas as quatro disciplinas com mais exames realizados, os resultados dos exames nacionais vão desde 2 valores abaixo da média nacional (História) até cerca de 3 valores acima da média nacional (disciplina de Biologia). Nos cursos tecnológicos os resultados são menos positivos. Também ao nível do abandono os resultados são bons, em particular no 3º ciclo, embora não seja evidente a existência de uma estratégia que sistematicamente combata o abandono, para além da importante intervenção dos Directores de Turma. Ainda do lado dos aspectos mais positivos encontra-se a elevada confiança da comunidade escolar nas classificações internas.

Um aspecto muito positivo é o comportamento e disciplina dos alunos. Não sendo exemplar para todos os alunos, os casos mais problemáticos não são de índole a afectar o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem ou a prejudicar os resultados dos alunos. O relacionamento entre professores, alunos e funcionários é bastante bom.

No que diz respeito à participação e desenvolvimento cívico dos alunos, sendo a atitude dos alunos bastante passiva, há uma preocupação da Escola com a situação e algumas medidas concretas de envolvimento dos alunos na elaboração e execução do Projecto Educativo começam já a dar alguns frutos.

Bastante menos positiva é a valorização dos saberes e da aprendizagem. São sinais negativos a não existência de quadro de mérito e excelência e o reduzido nível de actividade dos clubes em funcionamento na Escola.

2. A prestação do serviço educativo

Bom

Um dos aspectos mais positivos da prestação do serviço educativo reside no sistema montado de articulação e coordenação pedagógica com estruturas ao nível do conselho de turma, direcção de turma, coordenadores dos directores de turma, coordenadores de departamento, coordenador de estruturas de orientação pedagógica, coordenador dos cursos tecnológica, em articulação com o Conselho Pedagógico e o conselho executiva. Falta generalizar a efectiva assumpção da liderança pedagógica e de gestão de recursos humanos por parte dos coordenadores de departamento. Extremamente positivo é a inclusão no projecto educativo de metas quantitativas para os resultados escolares, a assiduidade e a disciplina, baseadas num bom conhecimento da situação actual e dos valores de referência nacionais e de regiões com índices de desenvolvimento social similares.

Também boa é a forma como a Escola tenta maximizar as oportunidades de aprendizagem dos seus alunos, nomeadamente na constituição das turmas, afectação do serviço docente e na coerência entre ensino e avaliação. Esta acção é levada a cabo com equidade e justiça, levando a Escola a cabo acções concretas que complementam os apoios sociais oficiais.

A articulação da Escola com as famílias, no que diz respeito à prestação do serviço educativo, embora seja uma preocupação da gestão da Escola e da Associação de Pais, precisa ainda de ser muito trabalhada uma vez que os pais em geral têm sido muito pouco participativos.

Bastante menos positiva é a prestação de apoios aos alunos. Embora a Escola possua várias estruturas de apoio, não possui espaços para o seu bom funcionamento nem recursos humanos estáveis. Alguma falta de processos formais é compensada pela pequena dimensão da Escola, que facilita a detecção de situações problemáticas e o seu acompanhamento individualizado. Também a abrangência do currículo é pequena, devendo ser mais valorizadas as componentes experimentais e a aprendizagem activa das ciências. Do ponto de vista da dimensão artística, será de salientar positivamente a aposta na expressão dramática. O despertar dos saberes práticos e as actividades profissionais não são também uma prioridade da Escola.

Um ponto claramente negativo é a articulação entre o 3º ciclo e o ensino secundário. Os professores do 3º ciclo têm uma grande rotatividade, o que se por um lado explica a desarticulação, mesmo numa escola pequena, por outro torna imprescindível o estabelecimento de procedimentos formais de articulação.

3. A organização e gestão escolar

Muito Bom

A organização e a gestão escolar é um dos pontos mais fortes da escola João da Silva Correia. É de destacar pela positiva a forma participada como o Projecto Educativo é elaborado, a coragem de lhe associar metas quantitativas exigentes e o acompanhamento de que a sua execução é alvo.

Também a gestão dos recursos humanos é muito positiva, conhecendo a gestão muito bem as competências pessoais e profissionais dos seus funcionários, docentes e não docentes.

A qualidade das instalações é boa, sendo percebida como muito boa, pela comunidade escolar, a tipologia arquitectónica da Escola. O aspecto menos positivo é o da qualidade dos recursos laboratoriais e informáticos, um aspecto claramente a melhorar e uma área a necessitar de investimento urgente.

A ligação da escola às famílias é uma preocupação da gestão da Escola e da muito activa e dinâmica Associação de Pais, mas a resposta individual de cada pai e encarregado de educação é fraca, mantendo-se a generalidade dos pais afastados da Escola.

4. Liderança

Muito Bom

No domínio chave relacionado com a liderança a Escola apresenta muitos mais pontos positivos que negativos e os primeiros parecem assentar em processos e culturas que ultrapassam já os actores concretos que lhes dão corpo.

O Conselho Executivo tem um controlo efectivo da gestão, procurando responder às necessidades do quotidiano, mas planeando a médio prazo, com objectivos e metas claras. É praticada uma gestão eficaz, participativa e motivadora do envolvimento, comprometimento e responsabilidade dos diferentes órgãos da Escola e dos seus agentes. Deste modo, todos os órgãos da Escola são incentivados a tomar decisões e a responsabilizarem-se por elas, conseguindo fazê-lo em articulação saudável com o Conselho Executivo.

A Escola parece estar suficientemente aberta à inovação, embora a oferta educativa pareça ser mais reactiva do que proactiva, isto é, responde às exigências que lhe são colocadas mais do que ao planeamento de diferenciação de áreas de excelência.

A Escola está bem inserida na comunidade, mantendo parcerias activas com várias e diversificadas instituições da comunidade, e com as outras escolas, que lhe permitem responder às várias tarefas decorrentes do projecto educativo bem como a realização dos estágios da área tecnológica.

5. Capacidade de Auto-Regulação e progresso da escola

Muito Bom

A capacidade de auto-regulação e de progresso sustentado da Escola é muito grande. A auto-avaliação é muito participada e os seus resultados são instrumento para a melhoria da Escola. A gestão participada promovida pelo Conselho Executivo, e o estilo de liderança de proximidade e envolvimento praticado pela sua Presidente, resultam numa grande capacidade de auto-regulação e numa razoável independência dos resultados face aos actores concretos dos processos.

O aspecto menos positivo neste domínio-chave reside na ameaça à sustentabilidade que a reduzida abrangência curricular representa. No entanto, a Escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

A Escola, ainda que possuidora de um projecto educativo abrangente, está centrada nas aprendizagens escolares, sobretudo voltada para a continuação de estudos, com menor ênfase na formação tecnológica. Neste sentido, a Escola possui um elevado nível de eficácia ao nível do 3º ciclo, com um nível reduzido de retenções. Há uma grande preocupação de todas as estruturas da Escola com os alunos do ensino básico. Há, no entanto, alguma dificuldade na transição para o secundário com a existência de um número significativo de alunos a serem sinalizados pela existência de dificuldades ao nível de disciplinas como a Físico-Química e a Matemática.

A Escola parece ter bons resultados em comparação com as outras escolas (seja em termos regionais, seja em termos nacionais), havendo uma grande consistência entre os resultados da avaliação interna e externa. De um modo geral, os alunos do curso tecnológico são referenciados como experimentando maiores dificuldades em termos de progressão académica. Os professores tendem a interpretar este facto como resultado da deficiente preparação e motivação dos alunos, ao passo que estes tendem a encontrar justificação na reduzida preparação da Escola para as disciplinas tecnológicas específicas. De um modo geral, a Escola é percebida por pais e alunos como de elevada exigência, sobretudo quando comparada com outras escolas da região.

Parece existir um processo atento de monitorização do insucesso ao nível do conselho de turma, com sinalização de casos de insucesso superiores a 50%, e consequente definição de estratégias individuais de remediação. Gráficos trimestrais são produzidos a partir da informação gerada pelos Conselhos de Turma e analisados pelos departamentos, que procuram, deste modo, estabelecer processos de aferição do sucesso e insucesso. Este processo de acompanhamento e tutoria parece estar associado à promoção do sucesso, sendo que, como foi dito anteriormente, o insucesso parece estar mais associado aos problemas de transição de ciclo e ensino tecnológico.

Não parece existir abandono significativo (no ensino básico é nulo), concentrando-se no ensino secundário, sobretudo nos cursos tecnológicos. A acção da PSP – Escola Segura tem sido fundamental na detecção precoce das situações de potencial abandono. Não é evidente, no entanto, a existência de uma estratégia sistemática de sinalização e acompanhamento dos casos de abandono escolar.

Não surgem queixas evidentes em relação à confiança na avaliação interna dos resultados, assistindo-se a um esforço para calibrar as classificações ao nível do conselho de turma, do grupo disciplinar e, em menor grau, ao nível departamental.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A Escola não parece ter uma estratégia suficientemente mobilizadora ao nível da promoção de atitudes de aprendizagem para além das actividades curriculares tradicionais. Ainda que existam na Escola alguns clubes (teatro, rádio, línguas, desporto, etc.) a sua expressão e impacto em termos da vida escolar parece ser reduzida, passando quase despercebidos nos relatos de professores, alunos e famílias. As famílias parecem privilegiar o espaço extracurricular para realização de outras actividades de enriquecimento.

Existe um plano cuidadoso e bem articulado de desenvolvimento cívico ao longo dos três anos do terceiro ciclo ainda que sem continuidade ao nível do secundário.

A Escola não possui um discurso centrado na promoção da excelência nem possui mecanismos sistemáticos de valorização individual dos sucessos (e.g., não dispõe de quadro de honra e excelência ou qualquer outros sistema de valorização individual dos alunos).

Os alunos participam em algumas actividades laboratoriais, tendo existido um projecto ligado ao programa “ciência viva”, ainda que a desactualização dos equipamentos laboratoriais não permita realizar sequer algumas das experiências previstas curricularmente.

De um modo geral, a atitude dos alunos parece ser essencialmente passiva, sem uma estratégia sistemática para a assunção de responsabilidade pelo processo de aprendizagem, exigência e profissionalismo.

1.3 Comportamento e Disciplina

Não parecem existir problemas significativos e generalizados de indisciplina, sendo os casos sistemáticos objecto de uma acção estratégica ao nível da turma. O comportamento e a disciplina são genericamente bons, mas tal parece resultar de uma vigilância aturada. Não há uma sensação de repressão.

Há algum cuidado em distribuir as direcções de turma tendo em conta as características específicas de cada grupo de modo a prevenir situações mais problemáticas de indisciplina.

É reconhecida por toda a comunidade educativa a existência de uma participação muito benéfica do projecto Escola Segura, com uma óptima inserção dos agentes da PSP na comunidade escolar, contribuindo para a prevenção e resolução de alguns problemas disciplinares.

Há efectivamente a ideia de bom relacionamento entre os diferentes membros da comunidade educativa com uma compreensão das obrigações e deveres mútuos.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Na avaliação do anterior projecto educativo, foi detectada a existência de um desconhecimento generalizado dos órgãos de gestão, pelo que a Escola desenvolveu, no âmbito do actual projecto, uma estratégia específica que parece começar a surtir os primeiros efeitos. Os alunos participaram na avaliação do anterior projecto educativo e participaram através dos seus representantes no Conselho Pedagógico e Assembleia da Escola em propostas para o actual projecto educativo.

Há a procura de envolvimento dos alunos na vida da Escola por parte do Conselho Executivo, ainda que este envolvimento pareça ser ainda relativamente limitado. Os próprios alunos reportam que há ideias e iniciativas deles que são incluídas no Projecto Educativo e no Regulamento Interno. Há casos concretos de acções propostas pelos alunos, aprovadas em Conselho Pedagógico e em que estes foram depois responsabilizados pela sua execução.

Existe uma grande identificação dos alunos com a Escola.

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Existe um sistema montado de articulação e coordenação pedagógica com estruturas ao nível do conselho de turma, direcção de turma, coordenadores dos directores de turma, coordenadores de departamento, coordenador de estruturas de orientação pedagógica, coordenador do curso tecnológico, em articulação com o Conselho Pedagógico e Conselho Executivo. O Conselho Executivo procura valorizar estas estruturas de gestão intermédia, procurando, em articulação com o Conselho Pedagógico, escolher direcções de turma eficazes e valorizando a autonomia e responsabilidade dos coordenadores de departamento. Adicionalmente, a Escola dedica um período semanal (4ª feira à tarde) sem actividades lectivas, para que estas estruturas de coordenação possam reunir.

Apesar da racionalidade da estrutura de coordenação, há queixas de algumas dificuldades de articulação ao nível intradepartamental e interdepartamental. No entanto, já ao nível do grupo disciplinar e, sobretudo, entre professores que leccionam o mesmo nível, existe uma mais eficaz coordenação. Directores de turma e, sobretudo, coordenadores de departamento sentem alguma dificuldade de autoridade na relação com os seus colegas em situações potencialmente mais problemáticas (e.g. absentismo).

Assim, embora as coordenações de Departamento estejam, no geral, atribuídas a professores com experiência, não é visível uma liderança pedagógica efectiva por parte destes, apesar de lhes ser atribuída a responsabilidade da análise e resolução dos problemas de índole pedagógica.

Como foi afirmado, anteriormente, há um problema na articulação entre o 3º ciclo e o secundário, sobretudo para disciplinas como a físico-química, estando a coordenação pedagógica correntemente envolvida na definição de estratégias de compensação que permitam reduzir o insucesso e/ou abandono a este nível.

Existe um sistema de apoio, através da orientação vocacional, à transição e escolhas para o ensino secundário, embora os resultados verificados permitam perceber que os sistemas de orientação e reorientação não tenham sido completamente eficazes na resolução dos principais problemas a este nível.

É de realçar que o projecto educativo inclui metas quantitativas para os resultados escolares, a assiduidade e a disciplina, tomando como ponto de partida a média dos últimos 3 anos e tomando como referencial o valor esperado para escolas em concelhos com IDS4. Isto revela um bom conhecimento da situação actual e a existência de uma cultura de auditoria e melhoria dos processos e resultados.

2.2 Diferenciação e Apoios

A Escola tem várias estruturas de apoio pedagógico, que inclui uma coordenadora, uma psicóloga e uma professora do ensino especial e, semanalmente, uma enfermeira. A Escola possui ainda uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA). Sublinhe-se que a psicóloga se encontra contratada precariamente, com uma incidência da sua actividade (por obrigação contratual) na orientação vocacional, restando pouca disponibilidade para actividades de avaliação e acompanhamento psicológico.

Os professores, habitualmente através da direcção de turma, enviam os alunos para avaliação pelas estruturas de apoio educativo, onde são definidos planos individuais de acompanhamento psico-educativo, ensino individualizado ou tutorial, ou enviados para estruturas de acompanhamento especializado na comunidade.

Dada a reduzida dimensão da Escola, torna-se relativamente fácil detectar eventuais casos para apoio do SASE, para além daqueles que já haviam sido sinalizados à partida. Não parece existir um sistema próprio de detecção precoce de eventuais situações problemáticas, sendo a actuação dos serviços de apoio mais de tipo remediativo do que preventivo. Não há uma monitorização sistemática dos resultados do apoio individualizado.

Ainda do lado dos aspectos menos positivos está a ausência de uma sala específica para funcionar em permanência como sala de estudo. Esta funciona rotativamente em salas que estejam livres e estão anunciadas nos horários. Novamente, foi mencionado um programa específico de apoio à disciplina de Físico-Química no 10º ano, o que se por um lado revela uma atitude positiva da Escola na detecção e resolução das situações problemáticas, por outro, ao incluir alunos que eram da própria escola no 3º ciclo, revela dificuldades de articulação entre o ensino básico e o ensino secundário.

Os serviços de apoio educativo estão pouco dotados humanamente e não dispõem de uma estrutura profissionalizada capaz de fazer um planeamento, a montante, que permita a organização de uma estratégia preventiva. A sobrecarga com tarefas de orientação vocacional dificulta a extensão dos apoios a problemas psicossociais ou de aprendizagem.

2.3 Abrangência do Currículo

Trata-se de uma escola essencialmente voltada para o prosseguimento de estudos e com algumas limitações na abrangência curricular, sobretudo no domínio das áreas artísticas. Há algum incentivo no domínio das ciências ainda que as limitações dos equipamentos laboratoriais tornem limitadas as possibilidades para a existência de uma prática laboratorial mais activa.

A Escola oferece um curso tecnológico de Acção Social e, embora aberta a um maior investimento nos cursos profissionais e tecnológicos, parece estar limitada, pela exiguidade das instalações e pelo perfil dos seus professores, na sua capacidade de resposta curricular às especificidades da formação na componente mais profissionalizante. É de salientar a aposta consistente na expressão dramática, que é opção de escola no 3º ciclo e um dos clubes mais activos da Escola.

Finalmente, os comentários à Área-Projecto são generalizadamente negativos, dando a ideia que a Escola não utiliza a potencialidade deste espaço curricular para aumentar a eficácia da abrangência curricular.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A distribuição de turmas é feita pelos coordenadores de departamento de acordo com as linhas orientadores do Conselho Pedagógico, tendo em conta particularmente as especificidades de cada turma,

com as turmas mais difíceis a serem atribuídas aos docentes mais experientes, e privilegiando a continuidade.

A assiduidade e pontualidade são valorizadas ainda que com algum grau de tolerância, sobretudo para os primeiros tempos da manhã devido às necessidades de deslocação de alguns alunos. Surgem alguns problemas de assiduidade no corpo docente (por vezes com alguma gravidade) que não constituem bons modeladores para promover os princípios de assiduidade e pontualidade junto dos alunos.

Parece existir uma adequada relação entre as práticas de ensino e os métodos de avaliação, com algumas experiências interessantes (e.g. Inglês) de negociação dos critérios de avaliação com os alunos. Há a prática de os Departamentos recolherem os testes e confrontarem-nos com as planificações.

2.5 Equidade e Justiça

A Escola parece ter uma política generalizada de equidade e justiça, seja na distribuição dos alunos por turma e horários, seja na resolução dos problemas sociais e disciplinares.

Embora sem uma política activa de integração de alunos com problemas económicos, culturais, psicológicos, aprendizagem ou de saúde, há uma procura de acompanhamento caso a caso, bem como de articulação com estruturas da comunidade.

Situações de necessidade de apoio social não cobertas pelo SASE são asseguradas pela própria escola, muitas vezes com o apoio da Associação de Pais que se revela um parceiro fundamental na resolução destes problemas. A este nível a acção é ainda articulada com a Santa Casa da Misericórdia e com o Hospital de S. João da Madeira.

Alunos, professores e pais relatam uma inserção normal de alunos de diferentes condições e, embora a Escola seja por vezes referenciada na comunidade como uma referência de elite sócio-cultural, a verdade é que parece existir suficiente diversidade na população escolar.

2.6 Articulação com as Famílias

A Escola faz uma recepção a todos os encarregados de educação no início do ano e as reuniões habituais com o director de turma em Outubro e no final dos trimestres. O Conselho Executivo entrega aos pais um folheto onde é apresentada a Escola e as suas actividades.

Embora exista uma Associação de Pais e os pais participem nos órgãos de gestão da Escola (Conselho Pedagógico e Assembleia) não existe um envolvimento claro e efectivo que vá muito para além da função fiscalizadora. Se por um lado a associação de pais é chamada a contribuir para necessidades económicas da Escola (e.g. pagamento da psicóloga), por outro lado existe um reduzido envolvimento dos encarregados de educação ao nível do planeamento das diversas actividades educativas, seja pela pouca iniciativa dos próprios, seja pela inexistência de uma estratégia de envolvimento divisada pela própria escola.

Há sinais positivos de envolvimento dos pais, nomeadamente com alguns casos de ida à sala de aula trabalhar temas específicos, mas globalmente a sua participação em iniciativas da Escola é muito baixa, apesar do esforço dos órgãos da Escola e da própria Associação de Pais.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Não existe uma intencionalidade muito clara das aprendizagens educativas para além daquelas que são valorizadas no âmbito do sucesso académico. Mesmo este último não parece ser valorizado de um modo muito explícito, para além do aspecto instrumental do acesso ao ensino superior. Os cursos de índole tecnológica ainda não são vistos como uma vantagem competitiva real para a entrada no mercado de emprego.

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A construção do projecto educativo resulta de um trabalho bastante sistemático de avaliação trienal (centrada nos resultados do projecto educativo) e bianual (centrada na monitorização do plano de actividades).

Uma professora, coordenadora do projecto educativo, procede à avaliação da implementação deste junto de todos os elementos da comunidade educativa e da comunidade envolvente. Esta professora assume

funções de provedora do projecto educativo, por um lado lembrando a todos a necessidade de contribuir para a implementação do projecto e pedindo contributos para tal, e por outro lado aferindo se as actividades propostas estão alinhadas com o projecto educativo. Esta auscultação permite ainda a elaboração participada do projecto com contributos de professores, pais, alunos, funcionários e estruturas da comunidade.

No projecto educativo para 2005-2008 surgem áreas de intervenção prioritária, definindo metas específicas para cada objectivo, bem como as respectivas estratégias e avaliação.

Há portanto uma boa articulação entre o plano de actividades e o projecto educativo, sendo clara a relação entre as actividades propostas anualmente e os objectivos prosseguidos no plano educativo. Para a total articulação acresce o facto de a coordenadora do projecto educativo ser a coordenadora da Área de Projecto.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A direcção da Escola parece estar bastante atenta às competências e características individuais de cada um dos professores, tomando estas em conta na distribuição do serviço docente (turmas, apoio, direcção de turma, etc.).

Como referido anteriormente, a afectação dos professores por turma e por direcção de turma tem como ponto de partida a avaliação efectuada pelos coordenadores de departamento das características individuais de cada docente e as necessidades específicas de cada turma, procurando favorecer, simultaneamente, critérios de especificidade e continuidade na distribuição do serviço. Existem alguns problemas pontuais com alguns professores, que não foram resolvidos com a celeridade necessária. O facto de o corpo docente no 3º ciclo não ser maioritariamente do quadro da Escola tem obrigado a atribuir Direcções de Turma a professores novos na Escola, mas estas situações são monitorizadas e tenta-se, à partida, atribuir-lhes turmas sem problemas relevantes.

As acções de formação são planeadas tendo em conta necessidades gerais do corpo docente e do projecto educativo, não existindo uma estratégia de formação individualizada de modo a responder a necessidades específicas de um professor ou como resposta a um problema de uma turma ou de um grupo disciplinar.

Os novos professores são facilmente integrados na Escola, através dos seus departamentos, com fornecimento adequado de informação acerca da Escola, do seu projecto e das características específicas dos alunos da turma.

O pessoal não docente parece ter uma boa integração na Escola, sentindo-se justamente avaliado e valorizado na sua função e na estrutura da comunicação com os outros elementos da comunidade educativa. Realizam-se reuniões mensais com os funcionários não docentes, por sectores, onde é discutida a organização dos serviços e possíveis melhorias no seu funcionamento. Os funcionários não docentes são alvo de formação profissional sistemática, quer no Centro de Formação quer na própria Escola.

A Escola disponibiliza, via Internet, um acesso aos serviços administrativos da Escola que pode facilitar a eficácia e celeridade dos respectivos serviços.

De um modo geral, o Conselho Executivo pratica uma gestão consistente e de proximidade com uma forte valorização das estruturas de gestão intermédia onde procura valorizar os saberes e as características específicas de cada membro.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Trata-se de uma escola pequena que, ao longo dos anos, tem feito um esforço sistemático de investimento nas instalações e equipamentos, ao nível de conservação e expansão, no qual se incluem uma biblioteca, uma cantina e uma estrutura polivalente. As instalações estão razoavelmente mantidas, com adequada segurança e salubridade. A avaliação das instalações é, pois, claramente positiva, apesar da sobrelotação que induz dificuldades na realização dos horários e impede a existência de salas de estudo "fixas". Existe uma interessante distribuição de espaços por departamento, cabendo a cada um espaço que inclui sala de aula, sala de apoio e laboratório.

Há alguma desactualização em termos de equipamentos laboratoriais e informáticos, e com carências de equipamentos para a formação artística e tecnológica. Embora existam computadores de livre acesso para os alunos, eles são bastante antigos, sendo esta a queixa mais vezes ouvida por parte dos alunos.

A Escola dispõe de um sistema de quiosque electrónico para acesso, através de carregamento de cartão, aos respectivos serviços.

O Orçamento de Estado parece ser largamente insuficiente para a realização das diversas actividades, captando a Escola alguns recursos, quer junto da Associação de Pais quer, sobretudo, através das receitas do bar. A noção de asfixia financeira foi sistematicamente reiterada à Comissão de Avaliação Externa em todas as reuniões efectuadas com os vários órgãos e membros da comunidade escolar.

3.4 Ligação às Famílias

Como foi dito anteriormente, a Escola possui um bom relacionamento com as famílias, ainda que o papel das famílias surja mais ao nível da fiscalização e apoio económico supletivo do que na procura de soluções sistemáticas para os problemas dos alunos na escola.

A participação dos pais, individualmente, não parece ser muito generalizada, sendo maior no 3º ciclo do que no ensino secundário. A Associação de Pais é vista e vê-se como parceira na resolução de muitos problemas. No entanto, há espaço para um envolvimento dos pais, nomeadamente através da sua associação, em questões mais estratégicas, como por exemplo a oferta formativa da Escola. É relevante que a Associação de Pais se veja como o veículo privilegiado na ligação da Escola à sociedade.

Em resumo, existe uma grande dicotomia entre a atitude e o empenhamento dos pais, individualmente, e da Associação de Pais.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

O Conselho Executivo tem um controlo efectivo da gestão, procurando responder às necessidades do quotidiano, mas planeando a médio prazo, com objectivos e metas claras.

A oferta educativa da Escola situa-se ao nível do 3º ciclo e secundário, sendo bastante limitada em termos de cursos tecnológicos. A oferta educativa parece ser mais reactiva do que proactiva, isto é, responde às exigências que lhe são colocadas, mais do que ao planeamento de diferenciação de áreas de excelência. No entanto, as questões relacionadas com a oferta educativa são discutidas em sede de Assembleia de Escola, tendo sido sintomático que, perante uma questão relacionada com este tema, tenha sido uma funcionária não docente, membro da Assembleia de Escola, a prontamente responder.

A Escola posiciona-se como uma escola bem gerida e organizada que retira benefício do clima de aprendizagem e comunicação possibilitado pelas suas reduzidas dimensões. Falta-lhe, no entanto, alguma estratégia diferenciadora, para além da que passa pela complementaridade de oferta face às outras escolas do concelho.

4.2 Motivação e Empenho

Aos diferentes níveis, os responsáveis da Escola conhecem bem a sua área de acção, têm uma estratégia de gestão e parecem estar suficientemente motivados para as tarefas específicas de gestão e planeamento.

Como assinalado anteriormente, é praticada uma gestão eficaz, participativa e motivadora do envolvimento, comprometimento e responsabilidade dos diferentes órgãos da Escola e dos seus agentes. Deste modo, todos os órgãos da Escola são incentivados a tomar decisões e a responsabilizarem-se por elas, conseguindo fazê-lo em articulação saudável com o Conselho Executivo. A competência, dedicação e empenho do Conselho Executivo são unanimemente reconhecidos por toda a comunidade escolar. A Assembleia de Escola é um órgão efectivo na Escola, com um grande dinamismo. Sintomática é a iniciativa dos alunos membros da Assembleia que reúnem trimestralmente com os alunos delegados de turma.

Subsistem problemas localizados de absentismo que constituem uma preocupação dos órgãos de gestão, que procura resolvê-los de uma forma activa ainda que com as limitações resultantes do quadro legal.

4.3 Abertura à Inovação

A Escola parece estar suficientemente aberta à inovação, sobretudo a decorrente das propostas que vão surgindo no sistema educativo, ainda que limitada na capacidade de introduzir profundas modificações no sistema de ensino/aprendizagem ou de gestão pedagógica.

No entanto, a Escola está atenta a oportunidades que lhe são abertas pelo sistema educativo e pelas necessidades da comunidade, respondendo a estas com prontidão.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola está bem inserida na comunidade, mantendo parcerias activas com várias e diversificadas instituições da comunidade que lhe permitem responder às várias tarefas decorrentes do projecto educativo bem como a realização dos estágios da área tecnológica (autarquia, ciência viva, centro de saúde, PSP, etc.). Será de realçar a parceria com a Santa Casa da Misericórdia, cujo representante tem assento na Assembleia de Escola, concretizada no apoio à leccionação e aos estágios do curso tecnológico oferecido.

Parece existir um bom relacionamento com as outras escolas da região, embora não sendo clara a existência de parcerias que possibilitem sinergias na realização dos respectivos projectos educativos.

Globalmente, não só a comunidade envolvente é um recurso da Escola como também a Escola é recurso da comunidade e contribui para esta, para além dos aspectos estritamente curriculares. Será de realçar o facto de as primeiras salas do Museu da Chapelaria de S. João da Madeira terem sido montadas pela Escola, com equipamentos que eram seus.

5. Capacidade de Auto-Regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

Como foi referido anteriormente, a Escola tem desenvolvido um sistema bem coordenado de auto-avaliação que envolve a participação de toda a comunidade educativa, incluindo estruturas locais.

De um modo regular (bianualmente para o plano de actividades e trienalmente para o plano educativo) é recolhida e tratada informação de auto-avaliação, sendo deduzidas implicações claras em termos da melhoria do sistema de ensino-aprendizagem e da gestão.

Existe uma equipa de auto-avaliação e elementos dessa equipa integram a equipa de coordenação do projecto educativo. A auto-avaliação tem sido progressiva, evolui sustentadamente e parece ter impacto enquanto instrumento de melhoria da Escola.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos educadores e dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e da relação com a comunidade e o desempenho da liderança garantem que a Escola realiza um progresso sustentado.

A Escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

Poderão existir algumas ameaças à sustentabilidade resultantes da limitada oferta educativa, embora exista um esforço de maior abrangência curricular, nomeadamente através do planeamento da oferta de novos cursos tecnológicos e profissionais.

Os órgãos executivos reclamam a necessidade de, por um lado, uma maior autonomia financeira para que sejam agilizadas as decisões da gestão, mas também uma autonomia que lhes permita uma maior coordenação das estruturas de gestão intermédia (e.g. coordenação de departamento).

Colocada a questão da sustentabilidade da situação actual num quadro de ausência da actual Presidente do Conselho Executivo, e apesar do grande reconhecimento à sua acção, unanimemente os vários membros da comunidade escolar declaram tal ser natural, desde que não houvesse uma saída generalizada de toda a equipa de gestão. Esta sensação, se bem que talvez demasiado optimista, revela bem os efeitos positivos de uma verdadeira gestão partilhada que esta equipa pratica, que responsabiliza, envolve, mas também fiscaliza, sendo também um sinal da qualidade do actual Conselho Executivo e, em particular, da acção da sua Presidente.

V – Considerações finais

Esta escola caracteriza-se por um conjunto de pontos fortes que claramente suplantam os pontos fracos.

De entre os pontos fortes destaca-se:

- Os bons resultados académicos e os baixos níveis de abandono, aliados a uma grande confiança por parte de pais e alunos nas classificações internas. Estes resultados estão associados a uma percepção de rigor e exigência, por parte da comunidade educativa.
- A existência de processos com o objectivo de garantir a articulação e coordenação pedagógicas.
- A forma como o projecto educativo é elaborado, e a monitorização que é feita da sua implementação (o projecto inclui metas quantitativas claras), com uma grande relação entre a actividade e o projecto. É de salientar a existência e acção da figura da provedora do projecto educativo.
- A gestão eficaz, participativa e motivadora do envolvimento, comprometimento e responsabilidade dos diferentes órgãos da Escola e dos seus agentes, que é praticada. Resulta naturalmente uma grande articulação do funcionamento dos vários órgãos da Escola, incluindo a Assembleia de Escola. A gestão dos recursos humanos é particularmente cuidada.
- A auto-avaliação é muito participada e os seus resultados são instrumento para a melhoria da Escola.
- O dinamismo e empenho da Associação de Pais, que se constitui parceira importante da gestão da Escola na resolução de alguns problemas da Escola.
- A grande confiança dos pais e alunos no ambiente da Escola, que consideram seguro, disciplinado, associada a uma grande identificação dos alunos com a Escola e o seu orgulho nesta. Este aspecto está directamente ligado à relativamente pequena dimensão da Escola, que a torna mais gerível e lhe dá uma ambiente mais familiar.

A estes pontos fortes contrapõem-se algumas debilidades, das quais as mais importantes são:

- A pouca valorização que na prática é feita dos saberes e da aprendizagem, que se reflecte por exemplo na ausência de um quadro de mérito e excelência ou na pouca participação dos alunos nos clubes que a Escola oferece. Faltam também equipamentos adequados nos laboratórios e computadores mais modernos para uso dos alunos, que incentivem a experimentação e o gosto pelas ciências e pela tecnologia.
- A não assumpção da liderança pedagógica e de gestão de recursos humanos por parte dos Directores de Departamento. Este nível de liderança é ainda bastante incipiente.
- Os apoios aos alunos, e os processos de detecção da necessidade desses apoios, são um aspecto claramente a melhorar, embora a causa principal para esta debilidade possa assentar em factores exógenos à gestão da Escola, nomeadamente a ausência de salas e de recursos humanos devidamente qualificados.
- O currículo é muito pouco abrangente.
- A participação dos alunos e dos pais, individualmente, na vida da Escola e o seu desenvolvimento cívico.
- Os recursos financeiros são demasiado exíguos.

Finalmente, e relativamente ao futuro, a Escola poderá encontrar conjunturas adversas, face às quais terá dificuldade em reagir, em particular se:

- Existir uma maior valorização financeira do ensino tecnológico e profissional por parte da tutela.

Por outro lado, poderá ser uma oportunidade importante de melhoria para a Escola:

- Uma futura involução demográfica, que diminua a sobrelotação da Escola, libertando recursos físicos que permitam uma melhor prestação do serviço educativo.
- A aposta numa diferenciação clara face às outras escolas do concelho, apostando em áreas específicas com uma atitude de procura de excelência. Esta aposta contraria e dificultaria uma potencial ameaça de encerramento.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, concelho de Matosinhos, realizada nos dias 8 e 9 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este processo, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis. (Anexo 4)

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Secundária João Gonçalves Zarco está situada na freguesia e cidade de Matosinhos. A Escola foi criada em 1955 como Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, posteriormente passou a chamar-se Escola Secundária nº 1 de Matosinhos e actualmente é a Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

O edifício, de tipologia 51, foi projectado para ter aproximadamente 50 turmas. Na sequência da comemoração dos 50 anos, em 2005, foi construída uma Biblioteca num edifício independente e no edifício original foi construído um auditório e um museu. Os edifícios originais e os restantes espaços exteriores estão bastante degradados dado que desde a sua criação, há 50 anos, não foram alvo de intervenções de manutenção do piso exterior e das fachadas e caixilharias.

Dos perto de 1700 alunos que frequentam a Escola, aproximadamente 7,5% são abrangidos pela acção social. Os alunos repartem-se entre ensino diurno e nocturno na proporção de 60% e 40%. Dentro dos alunos de ensino diurno, 30% são alunos do básico e 70% do secundário. No ensino nocturno a proporção é de 15% no básico e 85% no secundário. A escola tem 215 professores, 85% dos quais do Quadro de Nomeação Definitiva e 50 funcionários não docentes, dos quais 14 nos serviços administrativos e SASE e 36 auxiliares de apoio educativo.

Os resultados da Escola nas provas nacionais aferidas de 2005 (9º ano do ensino básico) estão 3% abaixo da média nacional em Língua Portuguesa e 9% em Matemática. Relativamente aos exames nacionais de 12º ano realizados em 2005, a média para as 2 disciplinas com maior número de alunos inscritos foi 2% abaixo da média nacional em Matemática mas 21% acima da média em Português B.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação**1. Resultados****Bom**

O sucesso académico está acima da média nacional no regime normal. No entanto, no regime nocturno a Escola tem um significativo nível de abandono e/ou insucesso. Existem na Escola bons recursos informáticos e laboratoriais, que são usados de forma consciente para fomentar uma cultura científica e o quadro de valor e excelência é usado como reconhecimento e estímulo para intervenções activas na escola e na sociedade. Existe um bom ambiente na escola, em particular nas relações entre alunos docentes e funcionários. O envolvimento dos alunos e a sua intervenção cívica são obtidos através da participação em projectos e clubes.

2. Prestação do serviço educativo**Bom**

A articulação e a sequencialidade do ensino é razoável, ocorrendo especialmente a nível de grupo disciplinar e de conselho de turma. No que respeita à diferenciação e apoios, a Escola tem uma prestação de nível elevado, consubstanciada no enquadramento adequado dos alunos através de estudo acompanhado, de tutorias e do apoio proporcionado pela Psicóloga. Os alunos com ambições de prosseguimento de estudos em cursos de difícil acesso são também enquadrados através de um projecto especial. O passado como Escola Comercial e Industrial proporciona as infra-estruturas necessárias à criação e manutenção de cursos tecnológicos e de educação e formação, dos quais a Escola oferece um leque apreciável, a par dos cursos científico-humanísticos, mais vocacionados para o prosseguimento de estudos. A Escola revela uma cultura de inclusão, acolhendo crianças de todos os extractos sociais e proporcionando mecanismos para contrariar de raiz o absentismo dos alunos e consequentemente o abandono. Os alunos têm todos acesso às várias actividades extra-curriculares proporcionadas pela Escola. Os critérios de avaliação são dados a conhecer no início do ano lectivo, fomentando assim a transparência e a justiça. A articulação com as famílias é razoável, mas o seu envolvimento na Escola tem tendência a diminuir do 7º ao 12º ano, apesar de alguns esforços por parte da Escola e, em particular, dos Directores de Turma.

3. Organização e gestão escolar**Bom**

O planeamento das actividades é razoável embora seja apenas realizado a nível de grupos disciplinares e de conselhos de turma. Os métodos e critérios de avaliação são fixados no início do ano e os Directores de Turma elaboram, no final do ano lectivo, relatórios com a caracterização das suas turmas. A gestão dos recursos humanos é razoável, embora o grande número de docentes da Escola limite o conhecimento que o Conselho Executivo possui de cada um. Os processos de acolhimento são informais e realizados a nível de grupo disciplinar. A partida de um número significativo de funcionários administrativos no ano lectivo passado levou a que essas funções sejam actualmente asseguradas por funcionários com contratos precários. Na Escola existem amplos espaços exteriores para práticas desportivas e usufruto dos alunos, um bar moderno e funcional e uma cantina gerida pela Escola. A Biblioteca, inaugurada na semana anterior à visita, tem óptimas condições e um modelo de funcionamento moderno e bem suportado em meios informáticos. É no entanto evidente a necessidade urgente de reparação de todas as fachadas e janelas dos edifícios da Escola, do piso e dos espaços verdes exteriores e a falta de acessos em situações de emergência. A Escola tem vindo a criar condições para atrair as famílias e para as manter informadas sobre o percurso escolar dos seus filhos.

4. Liderança**Bom**

Há uma liderança forte exercida pelo Conselho Executivo, que tem uma visão clara do que pretende para a Escola. Essa visão manifesta-se na capacidade de inovar e de dar uma resposta rápida a solicitações internas e externas, particularmente em projectos que possam trazer mais valias para a Escola. Isso apesar da evidente falta de colaboração entre o Conselho Executivo e a Assembleia de Escola, que se limita a cumprir estritamente as suas funções de acordo com os normativos legais. Há uma falta de articulação e de responsabilização dos vários níveis de gestão e o funcionamento da escola baseia-se

principalmente em canais informais e no empenho e motivação de alguns funcionários não docentes e de um conjunto de professores muito experientes e estruturais.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Bom

A Escola tem a percepção da importância da avaliação interna e externa como factor estruturante para o seu progresso, e como agente de regulação do desempenho das suas políticas educativas, consciente da existência de um longo caminho a percorrer no sentido da criação e sistematização de procedimentos e da reflexão e definição subsequente de acções a desenvolver. Em todos os processos em que a Escola está envolvida é clara a importância determinante do Conselho Executivo. Contudo, existem condições de manutenção dessa trajectória considerando o lastro histórico da Escola e a qualidade do seu corpo docente. Esta é uma vantagem significativa relativamente a escolas de menor dimensão.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O sucesso escolar está acima da média Nacional no regime normal. No regime nocturno a situação é mais complexa, debatendo-se a Escola com um significativo nível de abandono e/ou insucesso. Situação semelhante acontece com o ensino recorrente. No global, estes dois universos de alunos correspondem a uma percentagem, que é elevada, de cerca de 40% dos alunos da Escola. A partir de 2005 foi introduzido o regime tutorial de acompanhamento dos alunos, orientado para a melhoria do sucesso escolar. Aliás o aspecto do acompanhamento dos alunos foi um dos denominadores comuns entre todos os agentes escolares no que concerne aos aspectos positivos da Escola.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

Existem na escola substanciais recursos informáticos e os laboratórios de Ciências Físico-Químicas estão bem equipados. Várias candidaturas submetidas a projectos Ciência Viva, em Físico-Química, Geografia, Biologia e Sistemas Digitais, têm vindo a financiar esses equipamentos, que são utilizados nas aulas experimentais para fomentar uma atitude positiva face ao método científico.

O sucesso ou o êxito são reconhecidos, tendo sido instituídos quadros de valor e excelência. Para que os alunos obtenham esses prémios é necessária excelência a nível académico e também contribuição para a Escola. Desta forma o quadro de valor é em simultâneo um reconhecimento e um estímulo para o empenho dos alunos nas actividades escolares.

Há muito projectos e clubes que envolvem a participação dos alunos, que consideram “agradável trabalhar com colegas, professores e funcionários”. Com essas actividades procura-se desenvolver nos alunos competências diversas e também a intervenção cívica.

1.3 Comportamento e Disciplina

Algo que foi consensual entre todos os membros da comunidade educativa foi o excelente ambiente na Escola entre alunos, docentes e funcionários. Na entrevista com os funcionários foram muito curiosas duas constatações: vários funcionários conhecem praticamente todos os alunos pelo seu nome próprio; foi explicitado que o que faz viver a Escola, e em última análise o que garante o emprego dos funcionários, é a Escola ter alunos, daí a importância que lhes é dada. Os funcionários não deixam no entanto de salientar que “os alunos são complicados” e que “entre as 08h30 e as 10h00 estão mais nervosos”. Detectando os funcionários algum problema de disciplina de um aluno, esse aluno é repreendido e, caso não acate a repreensão, a situação é apresentada ao Director de Turma.

Foi enfatizado pelos alunos que não existem grupos fechados na Escola, ao contrário do que é indicado existir em Escolas próximas. Este facto foi por eles referido ser resultante da solidariedade que existe na Escola entre todos os agentes educativos, sendo realçado o papel essencial dos funcionários.

Os representantes dos pais salientaram o bom relacionamento entre os alunos e também o bom acompanhamento dos alunos que é feito pelos órgãos da Escola

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

A participação e o desenvolvimento cívico dos alunos são estimulados através da participação em clubes (de leitura, de música, de desporto, etc.), em projectos de apoio social e voluntariado, e em projectos internacionais de que são exemplo os projectos Comenius, "Olhares Cruzados", que visa a criação de parcerias entre escolas europeias, e "A Sinfonia das Línguas", que visa a promoção da aprendizagem das línguas.

A Feira Pedagógica é organizada anualmente com o objectivo de dar a conhecer a Escola aos alunos dos estabelecimentos de ensino básico. O lema da Feira Pedagógica é "de fora cá dentro" e a sua preparação tem contado com a participação activa dos alunos da Escola. A comemoração dos 50 anos da Escola, que ocorreu em 2005, também foi um momento alto de participação de toda a comunidade escolar.

Há no entanto uma baixa participação dos alunos nos órgãos de gestão da escola. Actualmente não existe Associação de Estudantes devido à desmotivação dos seus membros ao longo do ano. O Conselho Executivo frisou que "se gastaram todos os alunos para o Conselho Pedagógico e para a Assembleia de Escola" não havendo alunos disponíveis para manter a Associação de Estudantes.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Nos Departamentos foi instituída a rotatividade dos respectivos coordenadores. Esse facto evidencia que a Escola e os Departamentos não consideram o coordenador como uma segunda linha na gestão da Escola mas apenas como uma figura que tem que existir para cumprimento de normativos legais. Esse facto, aliado ao elevado número de docentes em cada um dos Departamentos, faz com que toda a articulação da Escola seja feita ao nível dos coordenadores de grupos disciplinares e das direcções de turma. Os Coordenadores de Departamento salientaram mesmo que "não é ao nível dos Departamentos que é feito o tratamento das informações ou a análise das actividades", enquanto que os Directores de Turma afirmaram que "o projecto curricular de turma e a definição de critérios de avaliação são espaços para articulação curricular entre professores". Não existem, no entanto, mecanismos que facilitem o planeamento conjunto e articulado dentro e entre departamentos, ou a sequencialidade de estratégias e metodologias.

Relativamente à articulação vertical, para os alunos que fizeram o 3º ciclo do Ensino Básico na Escola, a articulação com o Secundário é mais efectiva comparativamente a alunos com outro trajecto escolar. O fluxo de alunos das várias Escolas EB23 da zona, e também de alunos que, por diversas razões, não foram aceites na Escola Augusto Gomes (antigo liceu de Matosinhos), cria uma pressão muito grande na Escola relativamente ao Serviço Educativo que necessita de ser prestado no 10º ano, de forma a não subir substancialmente a taxa de retenção nesse ano. A pressão é também evidente nos alunos, tendo-se constatado que uma percentagem elevada de alunos teve depressões, possivelmente resultantes, em larga medida, dessa situação.

Com o objectivo de orientar as escolhas dos alunos das escolas básicas quanto às ofertas existentes no secundário, todos os anos é organizada uma Feira Pedagógica. As orientações dos alunos do Secundário quanto às opções para o ensino superior são dadas em sessões organizadas pela Psicóloga ao longo do ano.

2.2 Diferenciação e Apoios

Os alunos com dificuldades económicas e outros alunos em situações de risco já vêm sinalizados à partida. Outras situações novas são detectadas pelos funcionários não docentes, pelos Directores de Turma e outros professores e são encaminhadas para os Serviços de Apoio Social. Neste ponto deverá ser enfatizado que a Escola tem um Serviço de Apoio Social de elevado nível. Nele destaca-se a Psicóloga que é uma referência incontornável pela sua atitude permanente de apoio profissional. A Psicóloga faz intervenções com turmas e também garante apoio individual. Actualmente, e dadas as pressões sentidas pelos alunos do 10º ano, são desse ano a maioria dos 27 alunos que recorrem a esse apoio.

Em articulação com a direcção de turma foram instituídas tutorias para alunos com problemas emocionais e afectivos e que revelam dificuldades na organização do seu percurso escolar, de integração na escola ou na turma, ou comportamentos desviantes.

Para os casos de alunos com dificuldades de aprendizagem foi criada a possibilidade de estudo acompanhado por um professor numa sala preparada para o efeito. Em certos casos pontuais o estudo acompanhado pode ser realizado através da plataforma de aprendizagem electrónica Moodle nas salas de computadores ou em casa. O desenvolvimento de conteúdos para o estudo acompanhado na plataforma Moodle tem vindo a ser realizado no âmbito de um projecto de aprendizagem electrónica. Com o objectivo de assegurar aos alunos que pretendam seguir cursos com notas elevadas de acesso em Portugal (por exemplo Medicina ou Arquitectura) uma alternativa de estudo no estrangeiro, foi criado o Projecto Pós-Zarco, recentemente candidatado ao Programa Comenius. O Projecto Pós-Zarco, desenvolvido em parceria com a Universidade de Santiago de Compostela, consiste na criação de um percurso escolar a partir do 9º ano, que permita obter uma preparação adequada para o acesso às Universidades Espanholas.

2.3 Abrangência do Currículo

Devido ao seu passado como Escola Industrial e Comercial, a Escola tem oficinas equipadas que lhe permitem proporcionar cursos profissionalizantes de índole mais clássica, tais como mecânica, electrotecnia e contabilidade, e outros mais virados para novas necessidades tais como informática, hotelaria ou comércio. A qualidade destes cursos é reconhecida pelos agentes económicos locais que absorvem uma significativa fracção dos alunos que os concluem. É de salientar o curso profissionalizante de Desporto, no qual os alunos adquirem competências ao nível do desporto lúdico e profilático de saúde, para idosos enquadrados por instituições de apoio social.

Atendendo à tendência actual, relacionada com a enorme necessidade do País ao nível da formação tecnológica intermédia, considerando o histórico da Escola e a sua situação presente, o ensino profissionalizante tecnológico constitui uma grande oportunidade que a Escola tem vindo a aproveitar.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Ao longo dos últimos anos os critérios usados para elaboração dos horários evoluíram. Os horários começaram por ser construídos com base apenas nas preferências dos professores, a seguir passou a ser usada uma lista ordenada de docentes e, actualmente, a comissão é constituída por membros do executivo, por delegados de grupo e por um elemento da comissão de horários. No futuro pretende-se que seja apenas o conselho executivo a construir os horários, assumindo também totalmente a atribuição de serviço docente nos vários níveis de ensino.

Todos os professores são obrigados a fornecer os critérios de avaliação no início do ano lectivo, fomentando a transparência e justiça na avaliação. Os alunos consideram que existe coerência entre o que é ensinado nas aulas e o que é avaliado nos testes.

Com o objectivo de contrariar logo de raiz o absentismo dos alunos, que pode levar a situações de abandono, no ano lectivo passado foi instituído na escola o seguinte procedimento: Os professores da primeira aula da manhã assinalavam os alunos que tinham faltado e comunicavam essas faltas a uma funcionária que contactava imediatamente as famílias, avisando das faltas dos alunos. Esse procedimento foi eficaz na redução das faltas, estando prevista a sua implementação também no próximo ano lectivo.

2.5 Equidade e Justiça

Os pais consideram que a Escola acolhe crianças de todos os extractos sociais e que não há exclusão. Referiram também que a Escola não recusa nenhum aluno, que os mais necessitados têm um acompanhamento especial, e que para estes não existe discriminação no que concerne à sua colocação nas turmas.

No início do ano é elaborada uma ficha com a caracterização da situação económica de cada aluno. Aos alunos com carências económicas são mensalmente acrescentados 10€ ao cartão com o qual são pagas todas as despesas no interior da escola. Essa quantia deverá ser usada para pagar as refeições. Os serviços de acção social verificam, através da consulta na Internet à conta corrente de cada cartão, nomeadamente se os 10€ foram realmente gastos em “alimentação saudável”.

Com o objectivo de enquadrar alunos com carências de vários tipos foi criada a figura de tutor, um adulto que não avalia mas que é um bom elo de ligação com a escola. As detecções de necessidades de tutores são feitas pelos Directores de Turma ou pela Psicóloga. Os tutores são docentes, têm horas atribuídas para essa função e cada tutor tem no máximo 3 tutorados.

Na elaboração dos horários são tidas em conta as outras necessidades dos alunos e às quartas-feiras à tarde não são marcadas aulas.

2.6 Articulação com as Famílias

A Associação de Pais existe desde 1992 e inclui actualmente alguns membros que foram também alunos da Escola. É uma associação muito activa, com contactos a nível elevado na hierarquia do Estado, e que usa esses contactos para obter as mais-valias para a Escola que a própria associação considera prioritárias.

Em geral, o envolvimento das famílias na Escola tem tendência a diminuir do 7º ao 12º ano, apesar de alguns esforços de envolvimento por parte da Escola e, em particular, dos Directores de Turma.

Não há nenhuma política da Escola relativamente aos trabalhos de casa e, segundo os alunos, há bastantes professores que dão TPC's, mas os alunos só os fazem se quiserem. A coordenação dos TPC's no âmbito de cada turma é feita pelos professores em conversas informais.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A valorização do impacto das aprendizagens é grande nos alunos e nos professores mais empenhados. As famílias, por seu lado, valorizam o empenho da Escola no lançamento de actividades de cariz lúdico e cultural.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Os Coordenadores de Departamentos e o Conselho Pedagógico não se consideram responsáveis por assegurar que são seguidas as grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo. Por outro lado, a Assembleia de Escola, em evidente conflito com a Comissão Executiva, tem a preocupação forte de demonstrar a falta de comunicação institucional entre os dois órgãos, e não cria ela própria uma visão estratégica para a Escola.

No início do ano são acordados métodos e critérios de avaliação, que são posteriormente dados a conhecer aos alunos e aos encarregados de educação. Os Directores de Turma elaboram relatórios com uma caracterização da turma, os reprovados e os aprovados, motivos para o abandono e problemas detectados. Fomos, no entanto, informados que esses relatórios não são formalmente trabalhados e que não há reflexão sobre os dados.

A primeira prioridade na elaboração de horários é a manutenção das equipas pedagógicas. Foi afirmado que os níveis e os anos são distribuídos considerando em primeiro lugar o documento com as preferências dos professores, em segundo lugar a continuidade, em terceiro lugar que nenhum professor fica com mais de três níveis e finalmente é considerada a hierarquia, por antiguidade, dentro do grupo disciplinar. Tenta-se manter a continuidade nas direcções de turma tanto no básico como no secundário.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O Conselho Executivo considera que existem na Escola duas franjas no espectro dos docentes no que respeita à motivação. 10% são extremamente motivados e 10% muito desmotivados, "porque têm mais idade e estão cansados, porque não gostam de ser professores ou porque são jovens e não têm formação". O grande número de docentes da Escola limita o conhecimento que o Conselho Executivo possui de cada um.

Estão instituídos procedimentos informais, ao nível dos grupos disciplinares, para recepção dos novos docentes. Contudo os professores mais jovens são os que faltam mais e não há um processo de chamada de atenção formal por parte da gestão. Por outro lado, no caso de ser detectado que um professor não tem perfil para um determinado serviço docente, o respectivo coordenador de grupo fala com ele no sentido de melhorar a sua prestação.

O número de funcionários não docentes é bastante reduzido. No ano lectivo passado um número elevado de funcionários administrativos abandonou a Escola, para o quadro da Segurança Social, obrigando mesmo ao encerramento dos Serviços Administrativos por um período alargado. Actualmente a maioria dos funcionários administrativos tem um vínculo precário e ficou a percepção de que a capacidade de resposta destes serviços está no limite, o que pode constituir um factor limitativo da acção escolar.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Na Escola existem amplos espaços exteriores para práticas desportivas e usufruto dos alunos, um bar moderno e funcional e uma cantina gerida pela Escola.

Especial realce deverá ser dado à Biblioteca, inaugurada na semana anterior à visita, com óptimas condições e um modelo de funcionamento moderno e bem suportado em meios informáticos. O Museu da Escola também deve ser singularizado. No contexto das comemorações dos seus cinquenta anos, que tiveram lugar em 2005, a Escola construiu, aproveitando o espaço do sótão do edifício, um museu que evidencia as grandes transformações que ocorreram na Sociedade Portuguesa durante este período. No âmbito das mesmas comemorações foi também construído um bom auditório.

Várias destas infra-estruturas tornaram-se possíveis devido à acção da Autarquia, que tem apoiado a Escola de forma significativa. Aliás, o pavilhão gimnodesportivo, acessível a partir da Escola, é propriedade autárquica. Este relacionamento positivo entre as duas instituições é uma mais valia para a Escola que lhe permite realizações fora do esquema da tutela oficial que passa pela Direcção Regional.

É evidente a necessidade urgente de reparação de todas as fachadas e janelas dos edifícios da Escola, do piso e dos espaços verdes exteriores. Desde a sua inauguração os edifícios e os espaços exteriores não foram alvo de manutenção. O Curso de Empregado de Mesa tem aulas práticas a decorrer num espaço com muitas infiltrações e com ambiente extremamente bafiento. O Laboratório de Biologia/Geologia, também necessita de ser reestruturado e localizado num espaço mais adequado.

A falta de acessos em situações de emergência e a ausência na escola de pessoal habilitado a ministrar primeiros socorros foram salientados como pontos fracos dos recursos da Escola.

3.4 Ligação às Famílias

A sala dos Directores de Turma está dotada de separadores em vidro, sendo possível o atendimento em simultâneo, com privacidade, de vários encarregados de educação. No entanto, é difícil à Escola atrair as famílias, essencialmente as que têm filhos nos anos mais adiantados.

O sistema de cartões recarregáveis que foi implementado na Escola, permite que os pais sejam informados, através da Internet, dos consumos dos seus filhos.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

Resulta claro da visita à Escola que existe uma liderança forte por parte do Conselho Executivo. O Presidente do Conselho Executivo, que assumiu o cargo há 12 anos, e a restante equipa, têm uma visão clara do que pretendem para a Escola. Essa visão manifesta-se numa grande agilidade e capacidade de resposta rápida a solicitações internas e externas, particularmente em projectos que possam trazer mais valias para a Escola. Existem sempre segundas linhas informais, constituídas pelos 10% de professores de diversas áreas disciplinares, que estão muito motivados e que garantem o funcionamento dos inúmeros projectos em que a Escola se envolve.

Para além de uma oferta directamente focada no prosseguimento de estudos, a Escola pretende ser especialmente reconhecida pelo leque de cursos tecnológicos e de educação e formação que oferece.

4.2 Motivação e Empenho

É evidente nesta Escola a falta de colaboração entre o Conselho Executivo e a Assembleia de Escola, em especial ao nível dos seus presidentes. Sendo estes organismos centrais na Escola, torna-se imperioso que esta situação seja ultrapassada e que a Escola beneficie da interferência construtiva resultante da sua acção colaborativa. Actualmente a Assembleia de Escola apenas assume como incumbência aprovar a revisão do regulamento interno, preparar os actos eleitorais e discutir e aprovar o projecto educativo e os planos de actividades, dos quais não fazem avaliação no fim de cada ano lectivo.

A acumulação dos cargos de Presidente do Conselho Executivo e Presidente do Conselho Pedagógico favorece a articulação entre estes dois órgãos. No entanto, há uma falta de articulação e de responsabilização dos vários níveis de gestão. Apesar disso, a organização funciona bem, embora o seu funcionamento seja baseado em canais informais e no empenho e motivação de alguns funcionários não docentes e de um conjunto de professores muito experientes e estruturais.

4.3 Abertura à Inovação

Na Escola João Gonçalves Zarco é evidente a abertura à inovação. É uma Escola onde fervilham ideias e projectos, que esta vai agarrando e desenvolvendo. Falta, no entanto, uma reflexão estratégica e uma selecção de intervenções baseada nessa reflexão.

É exemplo dessa abertura à Inovação o Projecto Pós-Zarco, já foi referido anteriormente, e que visa, através da facilitação de percursos alternativos para o ensino superior, atrair para a Escola mais alunos com potencialidades fortes para o prosseguimento de estudos.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola está fortemente vocacionada para um envolvimento em projectos nacionais e internacionais, de que são exemplo o Projecto Ciência Viva, os Projectos Comenius, o projecto Pós-Zarco e também diversos projectos de intervenção cívica e actividades de enriquecimento e complemento curricular adequadas ao contexto escolar e aos interesses dos alunos.

São também mantidas parcerias estreitas com várias empresas, com a autarquia, com a Biblioteca Florbela Espanca, com os museus do Conselho e ainda com a unidade local de saúde, o centro de emprego, diversas escolas e a Universidade.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

A Escola tem a percepção da importância da avaliação interna e externa como factor estruturante para o seu progresso, e como agente de regulação do desempenho das suas políticas educativas, consciente da existência de um longo caminho a percorrer no sentido da criação e sistematização de procedimentos e da reflexão e definição subsequente de acções a desenvolver.

Citando o Presidente do Conselho Executivo, na carta que acompanhou a candidatura ao Piloto de Avaliação Externa: "As práticas de auto-avaliação desenvolvidas pela escola também não têm sido sistemáticas e coerentes nem têm obedecido a uma planificação continuada. As sugestões decorrentes destas avaliações não foram implementadas na sua totalidade, nem se traduziram em práticas efectivas de mudança".

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Nesta Escola é clara a importância determinante do Conselho Executivo, que inequivocamente assumiu com espírito de missão as suas responsabilidades. Coloca-se no entanto a questão da sustentabilidade da trajectória de progresso da Escola num cenário de alteração da equipa directiva. Contudo, a percepção com que se fica é a de que existem condições de manutenção dessa trajectória, considerando o lastro histórico da Escola e a qualidade do seu corpo docente. Esta é uma vantagem significativa relativamente a escolas de menor dimensão.

Foi claramente afirmado que um certo grau de autonomia, orientado para a adequação da prática educativa às situações específicas que ocorrem na Escola, beneficiaria a acção escolar. Além disso, seria desejável algum controle sobre o pessoal docente e não docente que trabalha na Escola, apesar de ser reconhecido que este aspecto da autonomia é bem mais complexo. Relativamente a questões financeiras, foi indicado que esta vertente não é demasiado importante, para além obviamente da necessidade de desburocratizar processos relacionados com a gestão de verbas próprias geradas pela participação da Escola em projectos ou em outras actividades.

V – Considerações finais

A escola apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- Uma Escola com história e com identidade arquitectónica;
- Amplos Espaços exteriores;
- Um Conselho Directivo motivado e com capacidade de inovação;
- Uma percentagem significativa dos docentes pertence ao Quadro de Escola;
- Um gabinete de Psicologia exemplar e uma acção social próxima e atenta.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Uma evidente falta de coordenação entre a Assembleia de Escola e o Conselho Executivo;
- Progressivo “desaparecimento” dos pais, do 7.º para o 9.º ano e do 10º para o 12º;
- Deficiente fluxo de informação entre os vários agentes educativos;
- Falta de lideranças intermédias formais;
- Capacidade de resposta dos Serviços Administrativos no limite;
- Dificuldades na manutenção dos equipamentos informáticos;
- Instalações a necessitar de intervenção alargada e profunda.

A Escola apresenta algumas oportunidades de desenvolvimento futuro:

- O número de alunos tem vindo a crescer, lenta mas sustentadamente;
- Relação muito próxima com a autarquia;
- Elevado reconhecimento social da Escola;
- A Escola é atractiva para os alunos do meio envolvente, em especial os candidatos ao ensino profissionalizante tecnológico.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Alguma envolvimento social (bairros sociais);
- Necessidade de obras de restauro significativas; manutenção do jardim;
- Acessos de emergência à Escola;
- Falta de pessoal para o Gabinete Médico;
- Falta de funcionários.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DAS PALMEIRAS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária com 3º CEB Quinta das Palmeiras – Covilhã, levada a cabo nos dias 23 e 24 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este processo, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis. (Anexo 4)

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Quinta das Palmeiras está situada numa área residencial de expansão urbana da cidade da Covilhã, na antiga «Quinta das Palmeiras». A escola entrou em funcionamento no ano lectivo 1987/88, mantendo-se sempre apenas com o 3º CEB, havendo outras duas escolas secundárias na Covilhã que absorviam a totalidade dos alunos ao nível do ensino secundário. Só a partir de 2003 é que entra em funcionamento o ensino secundário, estando este ano lectivo 2005/06 a funcionar o 12º ano pela primeira vez.

A escola está em bom estado de conservação e possui muito boas instalações: biblioteca, videoteca, exploratório, sala de estudo, laboratórios de ciências, multimédia, línguas, matemática e informática, pavilhão desportivo, campo de jogos ao ar livre, refeitório e bar, auditório, sala de informática, de professores, de directores de turma, da associação de estudantes, da associação de pais, de convívio dos alunos, e de pessoal não docente. Os espaços exteriores são amplos e estão bem cuidados, sendo as entradas vigiadas.

A escola tem cerca de 750 alunos, aproximadamente 65% no 3º CEB e 35% no ensino secundário, dos quais cerca de 20% com apoio social escolar. A nível dos recursos humanos, a escola possui cerca de 100 docentes, e cerca de 40 funcionários não docentes, incluindo uma psicóloga e docentes com especialização no ensino especial. Há grande estabilidade do pessoal, tanto docente, como não docente. A escola oferece ao nível do 3º CEB: Arte e Design, Artes e Ofícios, e Dança, ao nível do secundário a escola, nos cursos científico-humanísticos, oferece o Curso de Ciências e Tecnologia, e o Curso de Ciências Sociais e Humanas; nos cursos tecnológicas, oferece o Curso de Multimédia.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação**1. Resultados****Muito Bom**

Neste critério, a escola revela predominantemente pontos fortes. Há uma prática intencional sistemática de reflexão sobre os resultados escolares dos alunos, no sentido de procurar estratégias de forma a melhorá-los. A escola é reconhecida, aliás, pelos seus bons resultados junto da população que a procura.

A escola valoriza diversos saberes e a aprendizagem, dinamizando vários projectos e actividades, no sentido de fomentar uma atitude positiva face ao método científico, adopção de critérios de rigor, exigência, prestação de contas, e espírito cívico.

A escola não tem problemas de comportamento e disciplina. Todos se sentem seguros e vive-se um clima de respeito mútuo, com um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade.

Os alunos têm uma participação efectiva no funcionamento da escola, participando pró-activamente e sendo ouvidos relativamente às actividades desenvolvidas na escola.

2. Prestação do serviço educativo**Muito Bom**

Há uma forte articulação do trabalho docente, ao nível da disciplina, entre disciplinas do mesmo departamento, e ainda entre departamentos. Por outro lado, existe uma preocupação ao nível da sequencialidade entre anos de escolaridade.

Existe uma preocupação evidente em responder às necessidades educativas de cada aluno, tanto atendendo às dificuldades de aprendizagem como às diferentes capacidades e aptidões dos alunos. A escola tem vindo a ser reconhecida pelo trabalho que desenvolve com alunos portadores de deficiência. Os alunos sentem-se tratados com equidade e justiça, acreditando que a escola oferece oportunidades a todos, preocupando-se em «fazer bons alunos».

A escola, pela diversidade de actividades e projectos que leva a cabo, e pela utilização que faz dos seus equipamentos, demonstra preocupar-se com a abrangência do currículo, para além do cumprimento estrito dos programas.

As famílias são informadas sobre o funcionamento da escola e criaram-se processos sistemáticos de articulação com estas. As aprendizagens são valorizadas pelos professores, alunos e suas famílias, havendo uma preocupação para que elas tenham impacto e sejam visíveis para a comunidade.

3. Organização e gestão escolar**Muito Bom**

A escola revela um grande esforço de concepção, planeamento e desenvolvimento de actividades no sentido de levar a cabo o seu projecto educativo. Os professores são elementos activos nestes processos, havendo claramente uma cultura de trabalho em equipa.

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais de docentes e funcionários não docentes, levando-as em linha de conta na distribuição de cargos e tarefas. Há uma preocupação efectiva com o desempenho do pessoal, e há mecanismos de correcção quando o desempenho fica aquém do esperado. A escola valoriza a inovação e adequa a formação do pessoal às necessidades novas que advêm da mudança.

A escola possui óptimos recursos, bem conservados e dinamizados, conseguindo angariar fundos de forma inovadora junto da comunidade local, mas também através de candidaturas a projectos específicos.

A escola tem conseguido envolver os pais e a comunidade, tendo uma política de desenvolvimento do relacionamento entre a escola e as famílias.

4. Liderança**Muito Bom**

A escola tem um projecto educativo claro, e mostra um percurso no sentido de o atingir; é liderada por uma equipa de gestão de topo forte, apoiada em equipas de gestão intermédia, incluindo não docentes, eficazes.

A escola vê um processo de autonomia acrescida como o seu próximo desafio, capaz de manter e dinamizar a motivação e o empenho de toda a escola.

Todos os auscultados, alunos, docentes, e não docentes, são unânimes na afirmação que a escola é um sítio onde se trabalha com afinco, mas também aonde há vontade de estar e trabalhar. Este empenho leva a que a escola procure estar sempre na vanguarda, procurando projectos inovadores e soluções para os problemas com que se vai defrontando. A este nível, há um grande contributo da existência de parcerias activas entre a escola e outras entidades locais, nacionais, e internacionais.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Muito Bom

Existe uma prática de auto-avaliação participada, envolvendo activamente a comunidade educativa, na recolha, análise e discussão sistemática de informação relevante. Há evidência que a auto-avaliação tem tido impacto no planeamento e organização das actividades, no sentido da melhoria contínua. Apesar de ainda não ser seguido nenhum modelo abrangente de avaliação organizacional, a sua implementação está planeada.

A escola tem sabido maximizar a autonomia que tem para gerir da melhor forma os recursos disponíveis, demonstrando um progresso sustentado ao longo da sua existência. A escola acredita que poderá fazer ainda melhor se tiver autonomia acrescida.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Há vários anos que existe nesta escola uma prática de reflexão sobre os resultados escolares. Analisam-se não só as taxas de sucesso, mas também a qualidade do sucesso. Formou-se um grupo de trabalho para estudar os resultados dos exames do 9º ano a Português e Matemática, que conclui-se que os resultados a Português estavam muito acima da média nacional e superiores aos resultados internos, o que foi ao encontro das expectativas da escola. Os resultados de Matemática, apesar de acima da média nacional, ficaram aquém dos resultados internos e goraram as expectativas da escola. Do estudo dos resultados, resultaram dados utilizados para redefinir estratégias no ensino da Matemática.

A escola praticamente não tem abandono escolar. Tem uma política de fazer com que o aluno venha à escola, goste de estar na escola, e fique. Não existe abandono escolar no secundário, mas, dado que a escola só recebeu alunos do secundário há dois anos, ainda não há tempo suficiente para fazer uma avaliação continuada.

Nos últimos 10 anos, passou de escola de 3ª opção, para escola de 1ª opção. Inicialmente, recebia alunos com dificuldades, fossem elas académicas, fossem alunos com deficiência. A escola apostou no trabalho com estes alunos, evidenciou-se por isso, e hoje é reconhecida como «uma escola feita para formar bons alunos, e não só a escola dos bons alunos», na opinião dos alunos ouvidos.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola estimula a valorização do conhecimento concedendo prémios aos melhores alunos. Essa iniciativa tem grande sucesso. Na opinião dos alunos ouvidos «são estímulos e dão gozo ganhar». O executivo faz questão de ir à sala de aula informar não só quem ganhou os prémios, mas também os que não os tendo ganhado tiveram uma prestação muito boa, próxima dos que ganharam o prémio.

Na escola valoriza-se a participação e responsabilização dos alunos. As eleições para a Associação de Estudantes são muito participadas. Nas últimas eleições, houve seis listas. A escola desenhou um processo com todos os passos necessários à eleição de uma associação, desde a formalização da candidatura, programa eleitoral, campanha, dias de reflexão e eleição. A campanha inclui debates sobre vários temas e os programas propostos. O conselho executivo monitoriza o plano de acção da Associação de Estudantes.

A assembleia de delegados de turma reúne regularmente com o executivo para discutir as preocupações dos alunos. A escola tem uma prática sistemática de diálogo com os alunos, reunindo o executivo regularmente com a assembleia de delegados e a associação de estudantes. Acarinha-se os projectos

dos alunos, que são vários, mas que têm de ser devidamente fundamentados para poderem ter o apoio da escola. Alguns exemplos de projectos levados a cabo pelos alunos são: pintura do pavilhão, rádio escolar, instalação de matraquilhos, torneios desportivos de final de período.

A escola tem uma aposta clara no ensino das ciências e no ensino experimental, tendo aulas laboratoriais, em laboratórios muito bem equipados. Participa, ainda, em 3 projectos do Ciência Viva, projectos em parceria com a UBI, projecto «Pense Indústria» e outros.

1.3 Comportamento e Disciplina

O regulamento interno e da biblioteca é dado a conhecer aos alunos e é, em geral, respeitado por eles. Praticamente não há problemas de indisciplina na escola. Nota-se que alguns alunos quando chegam à escola são mais indisciplinados, mas tendem a integrar-se na cultura da escola ainda durante o 1º período. Até à data nunca houve um processo disciplinar na escola. Tenta lidar-se com os alunos problemáticos através do diálogo, tendo inclusive sido feita formação específica para os auxiliares de acção educativa. A escola está limpa e não se fuma na escola.

As diferentes partes ouvidas são consensuais em que existe um bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários. Os alunos reconhecem um relacionamento próximo entre eles e os docentes, mas respeitando sempre a autoridade destes.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

A assembleia de delegados é consultada de forma sistemática sobre o funcionamento da escola. Os alunos são incentivados a propor e desenvolver projectos, tendo de os apresentar e defender no auditório da escola. Um grupo de alunos da escola ganhou o jogo nacional Hemiciclo – Jogo da Cidadania.

Os alunos sentem que a escola existe para eles, o que na sua opinião também acarreta uma responsabilização dos alunos.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Na escola existem equipas para construção do projecto curricular a três anos. A articulação faz-se não só ao nível da disciplina, mas também entre disciplinas do mesmo departamento e de departamentos diferentes. No sentido de melhorar os resultados a Matemática, algumas aulas são dadas por dois docentes. A Educação Física tem uma prática de articulação com as Ciências e a Educação Visual. A História articula-se com o Português e a Filosofia. A Matemática articula-se frequentemente com a Físico-Química, para resolver problemas de desarticulação dos programas. São definidos critérios para as classificações, práticas decorrentes da gestão flexível dos currículos, em que a escola participou desde a primeira hora, e há uma partilha de testes e/ ou a sua realização em conjunto.

Apesar de não haver reuniões formais com as escolas a montante, a existência de uma psicóloga comum facilita a sequencialidade entre os ciclos, e o apoio aos alunos e suas famílias na transição. Para além disso, há um estudo sistemático dos processos dos alunos que chegam à escola.

A jusante da escola, há um sentimento informal de que os alunos que saem da escola no 9º ano têm um bom desempenho nas escolas para onde vão. A escola tem, no entanto, um projecto para construir uma base de dados de ex-alunos no sentido de ter um processo formal de acompanhamento do trajecto dos alunos que saem da escola. Há ainda uma parceria estreita com a Universidade da Beira Interior ao nível de vários projectos, em diversas áreas.

As reuniões de acolhimento aos alunos do 7º ano mobilizam a maioria dos pais. No 9º ano, a reunião com os pais, com a presença da psicóloga que faz a orientação vocacional dos alunos, também é muito concorrida.

2.2 Diferenciação e Apoios

No sentido de promover o levantamento das necessidades educativas de cada aluno, a escola faz um estudo sistemático dos processos dos alunos que chegam à escola. Este trabalho é facilitado pela existência de uma psicóloga comum entre esta escola e a escola de 2º ciclo que lhe fornece a maioria dos alunos. As estruturas de apoio (docente de apoio, psicóloga, unidade de surdos) têm capacidade de resposta face às necessidades da escola.

A escola, desde o seu início, tem uma prática de acolher alunos com necessidades educativas especiais, físicas ou mentais. A escola tem, ainda, um programa de apoio a alunos com dislexia, um programa de ensino da língua gestual, um projecto interactivo de ciência para alunos com necessidades educativas especiais, e estágios de transição para a vida activa destes alunos.

É feito um esforço para desmistificar o ensino tecnológico e profissional junto dos alunos e das famílias, de forma a encaminhar os alunos para a oferta educativa mais próxima das suas capacidades e aptidões. A escola, apesar de, actualmente, não ter alunos considerados sobre-dotados, faz parte da rede da Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação, de cujas actividades beneficiam alguns alunos.

2.3 Abrangência do Currículo

A escola tem muito boas condições para desenvolver a componente experimental da ciência. Para além disso, consegue aliar o conhecimento científico a outras vertentes da oferta educativa, como por exemplo com o ciclo de conferências organizado pelo grupo da Filosofia sobre a ética na ciência. A escola participa em vários projectos do programa Ciência Viva e tem um projecto de Laboratório de Ideias, Exploratório de Ciência com Ecoteca e Laboratório de Palavras.

A oferta educativa é diversificada, com projectos nas mais diversas áreas: ciência, ligação à indústria, ensino pré-universitário, dança, línguas, língua gestual, escrita criativa, museu da escola, ludoteca, clube da matemática, desporto escolar (ténis de mesa, atletismo, andebol, futsal, ginástica acrobática, dança, basquetebol) teatro, empreendedorismo, horta pedagógica, ski, fotografia, jornal «As Palmeiras», informática, intercâmbios nacionais e internacionais de alunos e professores, projecto EDUCAR de produção de conteúdo em-linha, e outros.

Na opinião dos alunos, não se formam só bons alunos, mas aposta-se também na «cultura geral». A escola tem uma oferta diversificada de visitas de estudo, em Portugal e no estrangeiro, tendo a preocupação de dar a oportunidade de participar ao maior número de alunos possível. Tem havido uma mobilização dos alunos na venda de rifas, para que os alunos com mais dificuldades económicas também possam participar nas visitas de estudo mais caras.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Existe um programa de recuperação para alunos com negativas. Existe, também, um programa de ensino pré-universitário em colaboração com a Universidade da Beira Interior. A escola dinamiza ainda grupos de nível, seja para recuperar os alunos com pior aproveitamento, seja para desenvolver actividades de enriquecimento para alunos com mais aptidão para determinadas disciplinas.

A biblioteca tem um horário alargado, de forma a que todos a possam aproveitar ao máximo, independentemente das condições de estudo que tenham em casa.

Todos os alunos têm aulas de manhã, e em algumas tardes. Existem, assim tardes livres (nomeadamente, a quarta-feira à tarde é livre para todos), com variadíssimas actividades extra-curriculares que cobrem as dimensões científicas, culturais, artísticas e sociais. A escola convida pessoas de diferentes áreas para vir à escola. Desenvolve ainda parcerias com empresas, ao abrigo da lei do mecenato, no sentido de providenciar estágios remunerados a alunos com currículos alternativos.

2.5 Equidade e Justiça

No acesso à escola, dá-se prioridade aos alunos com deficiência motora ou mental (sede de ensino especial), e aos alunos da Covilhã. Na opinião dos alunos, a escola procura criar condições para os alunos serem tão iguais quanto possível. Apesar de todos serem unânimes quanto à postura inclusiva da escola, o facto de esta ter passado a ser a escola secundária de 1ª opção na cidade, e de ter mais candidatos a alunos do que vagas, levanta a questão da selecção dos alunos à entrada. Não parece haver um processo claro para o fazer.

A inserção dos alunos nas turmas respeita o princípio da continuidade da turma. Paralelamente, a escola formou grupos de nível no sentido de melhorar o desempenho dos alunos.

A escola procura de forma sistemática que todos tenham acesso às visitas de estudo organizadas na escola, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

2.6 Articulação com as Famílias

Procura-se comunicar aos pais como funciona a escola, e no início do ano há reuniões dos pais com o director de turma para discutir o plano curricular de turma. Quando a escola comunica com os pais é o presidente do conselho executivo que o faz em nome pessoal, e que assina pessoalmente as cartas enviadas. A escola acha que este gesto é importante para os pais e que fomenta o diálogo com as famílias.

Existe uma política de informação dos pais sobre os trabalhos para casa e os testes, tendo os pais de assinar na caderneta dos filhos, confirmando que estão informados.

A associação de pais existe há 15 anos e tem um papel activo na escola. No entanto, os pais envolvem-se mais na escola nos primeiros anos de escolaridade dos filhos, indo a participação esmorecendo com o passar dos anos: na opinião de vários interlocutores porque confiam na escola, ou porque os filhos vão ficando mais velhos e mais responsáveis. Ainda assim, é opinião dos pais que os pais frequentam cada vez mais a escola, seja para se informarem do percurso dos alunos, seja para participarem em actividades.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A escola tem uma prática activa de reconhecimento dos seus talentos. Recentemente, apoiou o lançamento de um livro de poesia de uma aluna da escola. As notícias de desempenhos relevantes nas mais diversas áreas da escola, bem como trabalhos de pessoas da escola são afixados nas paredes. A escola, divulga ainda os seus sucessos na página na Internet (a qual já ganhou um prémio), e em notas enviadas à imprensa.

Os professores revelam ser motivados pelas aprendizagens dos alunos. Um bom exemplo é o de haver aulas de matemática leccionadas a dois, cuja recompensa para o segundo professor é a satisfação resultante da melhoria na aprendizagem dos alunos.

A escola desenvolve frequentemente actividades abertas à comunidade, e também actividades em espaços públicos no sentido de procurar o reconhecimento da escola por parte da comunidade local.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Há reuniões no início, a meio e no final do ano para planear, distribuir e monitorizar as actividades. Os professores são activos na concepção de actividades, e a escola acredita ter uma prática de trabalho continuado. Este trabalho inclui não só as actividades disciplinares como as não disciplinares.

Elementos da escola participaram no curso de administração e gestão escolar, leccionado no Instituto Nacional de Administração. Esta formação potenciou um trabalho continuado de concepção, planeamento, desenvolvimento e avaliação das actividades da escola.

Cada director de turma, no início do ano, recebe um dossier com a caracterização da turma, que é feito por uma equipa multidisciplinar: psicóloga, professora de apoio e pessoal docente experiente. Baseados nos processos individuais dos alunos, compilados no final do ano, constituem as turmas e fazem a sua caracterização. A designação dos directores de turma é realizada em função da caracterização de cada turma.

Nos serviços administrativos está em funcionamento a gestão de processos. Há uma apresentação aos alunos e aos docentes do funcionário responsável pelo seu processo. A escola já tem em funcionamento o POC-educação, tendo sido a primeira escola a implementá-lo.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A escola admite que a gestão dos recursos humanos é uma área difícil, atendendo à especificidade de cada pessoa, e ao esforço necessário para manter todos alinhados em torno de objectivos comuns.

A afectação de pessoas a cargos está condicionada à definição do perfil de competências necessárias para cada cargo. A escola fez este trabalho ainda antes da aprovação do regime de autonomia, administração e gestão das escolas (Decreto-Lei n.º 115/98, de 4 de Maio). Assim, os cargos nunca são rotativos ou meros complementos de horário. Mesmo em cargos por eleição tem-se em conta o perfil apropriado, e tenta-se manter alguma continuidade das pessoas nos cargos.

Quando se julga que as pessoas não estão a ter o desempenho mais correcto, há uma prática de reunir com elas no sentido de corrigir o problema. Esta prática aplica-se tanto a funcionários docentes como

não docentes. Faz-se, ainda, o diagnóstico das necessidades de formação, e havendo os necessários formandos, a formação faz-se, frequentemente, na própria escola, através de parcerias (por exemplo, com a UBI e o IPCB), e normalmente creditada pelo centro de formação local. Quando a escola começou a ter ensino secundário, fez-se formação específica para assegurar uma boa transição.

O quadro da escola é muito estável, mas há uma preocupação de integrar convenientemente os novos professores, que são cerca de 10 por ano. Há um atendimento personalizado de cada novo professor. Mostra-se-lhe a escola, e apresenta-se-lhe o projecto educativo.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A escola está muito bem equipada a todos os níveis, e foi pioneira ao nível da segurança, tendo feito o primeiro plano de segurança escolar do país. A escola tem ainda como objectivo a construção de uma piscina e de um edifício para gabinetes dos professores e para salas de apoio a projectos.

Os funcionários são suficientes para as necessidades da escola. Por vezes, há picos de trabalho em determinados serviços (por exemplo, reprografia), que são colmatados pela re-afecção pontual de pessoal. Os horários dos funcionários também são adaptados às necessidades dos utentes dos serviços, como é o caso da reprografia e da biblioteca. A escola não tem pessoal de vigilância próprio, mas tem, actualmente, três funcionários do centro de desemprego a realizar essa tarefa. Estes funcionários estão integrados e sentem-se como funcionários da escola.

A escola tem conseguido captar verbas significativas com o aluguer dos espaços, aluguer de fatos feitos na escola para diversas representações teatrais, arraial anual, e outras actividades. Para além disso, a escola tem uma sala de ocupação de tempos livres para alunos que não são da escola, em regime de voluntariado, o que para além do aspecto social, é uma fonte de receita.

3.4 Ligação às Famílias

Muitos pais vêm à escola frequentemente, apesar de poderem controlar muito do que se passa com os filhos através do sistema informático da escola, ao qual têm acesso através de uma palavra-passe. A escola desenvolve muitas actividades abertas aos pais e à comunidade em geral, tal como o arraial, feiras, representações teatrais, e outras actividades, nalgumas das quais os pais não são meros espectadores, mas também participantes. Para além disso, vários projectos da escola são abertos à comunidade, sendo por vezes organizados em espaços exteriores à escola, o que motiva os pais e os leva a participar.

Em geral, os pais são interessados e há um acompanhamento efectivo do percurso escolar dos alunos. O executivo participa regularmente nas reuniões da associação de pais, nas quais se procura resolver alguns problemas da escola. O facto do executivo ser convidado a participar nas reuniões leva, na opinião dos pais, a uma participação acrescida dos pais nas reuniões. Esta associação promove um programa de prémios para os melhores alunos da escola.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A escola está envolvida em variadíssimos projectos. No entanto, para cada projecto proposto, interna ou externamente, faz-se um balanço entre o trabalho envolvido e o retorno para a escola, e avalia-se a sua adequação ao projecto da escola.

A escola tem procurado diferenciar-se em algumas áreas de excelência: o ensino experimental, o trabalho com deficientes, os projectos extra-curriculares com parceiros externos, e o ensino pré-universitário.

Para o sucesso da escola, contribui a continuidade dos órgãos de gestão de topo, mas também os órgãos de gestão intermédia, onde o papel dos funcionários não docentes também parece ser efectivo. É de notar que os auxiliares de acção educativa não vestem a tradicional bata, mas se apresentam com a sua própria roupa, tal como todos os outros funcionários da escola. Todos os órgãos de gestão procuram ter uma liderança motivadora, o que «faz com que as coisas aconteçam».

A escola assume-se como uma referência, tendo passado de escola de 3ª opção na cidade, para a escola de 1ª opção para docentes e alunos.

A autonomia alargada é vista pela escola como a sua próxima aventura, para manter o ritmo e o dinamismo.

4.2 *Motivação e Empenho*

Em geral, as pessoas sentem-se felizes por trabalhar na escola, a integração dos que chegam pela primeira vez é bem feita e o quadro é muito estável.

Os diferentes órgãos da escola parecem motivados e articulados. A assembleia de escola tem um papel activo, diferenciado dos outros órgãos. A assembleia reúne regularmente, e tem a participação efectiva de elementos exteriores à escola. Teve a iniciativa de se articular com a autarquia para promover a remodelação dos espaços envolventes à escola, no sentido de resolver um problema de segurança nas suas imediações.

Um bom exemplo da motivação das pessoas, na escola, foi a introdução da gestão de processos nos serviços administrativos, que foi feita voluntariamente pelos funcionários; tendo eles procurado estudar o exemplo de uma escola de Oliveira de Azeméis, pioneira nesta iniciativa. No início do ano, o funcionário responsável por cada turma é apresentado aos alunos, que tipicamente acompanha do 7º ao 12º ano.

Os auxiliares de acção educativa também se dizem motivados, pelo clima da escola e pelas lideranças. No entanto, a falta de uma carreira para os auxiliares de acção educativa é um factor de desmotivação.

A escola tem uma política que todos têm de avisar a escola quando faltam. Nesta escola o absentismo não tem sido um problema, e a ocupação dos alunos quando um docente falta já era feita mesmo antes de haver a obrigatoriedade das aulas de substituição. No entanto, a quem falta mais por conta das férias, tipicamente docentes que não estão estáveis na escola, é atribuído mais trabalho no final das actividades lectivas.

4.3 *Abertura à Inovação*

A escola tem uma história consistente de participação em vários projectos inovadores, conseguindo mobilizar alunos, docentes, funcionários, famílias, e a comunidade em geral, e procurando sempre novas oportunidades. A escola, na opinião de alguns «está sempre em cima do acontecimento», «vai a todas», relativamente a iniciativas inovadoras, tal como esta do piloto de avaliação externa.

A escola faz parte da associação REME (Rede de Escolas para a Modernização Educativa), que tem por finalidade fomentar o processo de modernização educativa das escolas, através do estudo e pesquisa das práticas educativas nas diferentes escolas associadas. Foi no âmbito desta associação que se fomentou a gestão de processos e o atendimento personalizado nos serviços administrativos, entre outros.

O núcleo de estágios é, frequentemente, fonte de inovação, porque promove a reflexão sobre as aulas, a assistência a aulas por outros colegas, e as aulas co-adjuvadas. Permite ainda uma avaliação da escola por pessoas exteriores à escola.

4.4 *Parcerias, protocolos e projectos*

Existem, na escola, várias parecerias activas: com a Universidade da Beira Interior (UBI), várias entidades e empresas no âmbito dos estágios para alunos com currículos alternativos, Centro de Formação Associação de Escolas do Concelho da Covilhã, Instituto de Emprego e Formação da Covilhã, Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE), Associação dos Centros Tecnológicos de Portugal, Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação (ANEIS), entre outras.

A escola participa em grupos de trabalho com outras escolas, nomeadamente através de projectos coordenados pela DREC, e no âmbito da associação REME.

5. **Capacidade de auto-regulação e progresso da escola**

5.1 *Auto-Avaliação*

Existem equipas de controlo das actividades desenvolvidas na escola. Existem avaliações formais de 3 em 3 anos, para além daquelas que ocorrem anualmente. A escola tem procurado fazer formação na área da avaliação, desenvolvendo-se critérios e grelhas de avaliação para a avaliação dos grupos disciplinares. Os resultados dos exercícios de avaliação são divulgados e analisados em sede própria, havendo uma coordenação do conselho pedagógico. As reuniões do conselho pedagógico não seguem um calendário fixo; são convocadas sempre que é necessário discutir e reflectir sobre algum problema.

As avaliações da escola têm tido impacto sobre o seu funcionamento. Por exemplo, o horário da reprografia e da biblioteca foi alterado em consequência da avaliação ao seu funcionamento. Ao nível da auto-avaliação, é ainda de referir a prática da assistência de aulas por colegas e a docência co-adjuvada. Não parece existir ainda uma comparação sistemática com outras escolas, e referenciais externos. Por outro lado, não é utilizado nenhum modelo abrangente de avaliação organizacional. No entanto, estão a ser dados os primeiros passos para a utilização do modelo CAF.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A escola parece ter uma gestão eficaz e eficiente e um corpo docente, discente e de funcionários aculturado à dinâmica da escola. A escola mostrou capacidade, ao longo do tempo, de melhorar consistentemente o serviço educativo prestado.

A escola acredita que tem capacidade e quer, progressivamente, mais autonomia para a realização das suas actividades, nomeadamente ao nível pedagógico, mas também administrativo e financeiro. A este nível considera benéfica a delegação de competências da DREC para os conselhos executivos da escola, que tem vindo a ser feita.

O responsável pelos serviços administrativos da escola, licenciado em gestão de empresas tem boa capacidade de liderança. Existe evidência de progresso sustentado ao nível dos serviços administrativos. Houve uma implementação bem sucedida da gestão de processos e do POC-educação, sendo já possível medir indicadores de eficiência e eficácia da escola.

Na opinião da escola, é importante que a escola tenha flexibilidade para realizar alterações orçamentais, que se acabe com a cativação de verbas próprias, e se tenha autonomia para as gerir, e que a escola tenha um plafond para contratar determinados docentes e não docentes.

A escola vê com bons olhos a progressão na carreira de acordo com o desempenho, para funcionários docentes e não docentes, e acredita que existe capacidade na escola para fazer a avaliação do desempenho das pessoas, de forma justa.

V – Considerações finais

A Escola Secundária com 3º CEB Quinta das Palmeiras apresenta muitos pontos fortes, donde se destacam os seguintes:

- Uma liderança de topo forte, que mobiliza lideranças intermédias, funcionários, alunos, famílias e a comunidade para a prossecução do projecto educativo da escola.
- Desenvolvimento de projectos e parcerias que trazem recursos adicionais à escola, promovem a inovação e a solução de problemas.
- Capacidade de atrair docentes, funcionários não docentes e alunos, com motivação e empenho para trabalharem arduamente no projecto de escola.

A escola poderá reforçar a sua capacidade de auto-avaliação, utilizando um modelo mais abrangente e sistemático de avaliação organizacional, que potencie ainda mais a gestão do seu desempenho organizacional, nas suas várias vertentes, no sentido da melhoria contínua.

A imagem de excelência que a escola tem vindo a construir, e a sua inserção em redes de boas práticas (por exemplo, Associação REME), é uma oportunidade para que possa fazer um *benchmarking* do seu desempenho e das suas práticas de forma mais sistematizada e continuada.

Sente-se que a escola necessita de autonomia acrescida para manter o dinamismo pelo qual se tem pautado, e para poder avançar para o horizonte que traçou, correndo o risco de esmorecer, caso isso não aconteça.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOAQUIM CARVALHO

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária com 3º CEB, Dr. Joaquim Carvalho — Figueira da Foz, realizada nos dias 4 e 5 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho está situada na freguesia de Tavarede, Figueira da Foz e foi fundada em 1969, primeiro como o Liceu Novo, depois, a partir de 1974, como Escola Secundária nº 2 e, finalmente, a partir de 1987, com o nome que tem hoje.

O edifício da escola é composto por um corpo central e por um pavilhão gimno-desportivo, para além de um conjunto de pavilhões pré-fabricados. O pavilhão necessita de obras de beneficiação e os pré-fabricados destoam significativamente e não têm as melhores condições ambientais. O edifício principal, pelo contrário, está bem conservado e oferece, em geral, boas condições. Os espaços exteriores são adequados e estão bem cuidados.

Dos mais de 1300 alunos que frequentam o agrupamento, aproximadamente 25% frequentam o 3º CEB, e os restantes 75%, o ensino secundário, dos quais perto de um terço em ensino recorrente. Tem quase 140 professores e perto de 50 funcionários não docentes.

Além da oferta de cursos científico-humanísticos, a nível do secundário, a escola oferece ainda um curso tecnológico de informática e está envolvida num conjunto de projectos de desenvolvimento educativo.

Os resultados da Escola nos exames de Matemática e Português do 9º ano foram bastante bons, e as taxas de transição, para todos os anos, colocam-se nos percentis mais elevados (quase sempre nos 95%). Nos exames do 12º ano, os resultados são, em termos relativos, melhores na Matemática, Física e Língua Inglesa, do que em Português, quer A quer B.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Muito Bom

Tem havido progressos nas aprendizagens e nos resultados e o índice de sucesso é, em termos relativos, bastante elevado, com uma forte aposta no ensino experimental das ciências, nomeadamente na Física. Cultiva-se o respeito pelos outros e há um bom relacionamento entre os professores, os alunos e o pessoal não docente.

Embora os estratos sócio-culturais dos alunos sejam elevados, a escola não se deixa adormecer, estimulando a valorização do conhecimento. Contudo, a reacção dos alunos, quanto às componentes extra-escolares, não foi homogénea.

Os casos de indisciplina são muito reduzidos e há um claro código de conduta e uma boa relação com a autoridade. A gestão procura envolver os alunos nas decisões, embora estes digam que, geralmente, são apenas consultados através de inquéritos. Há, contudo casos, como o da semana cultural, em que os alunos assumem a liderança e responsabilidade de eventos e é claro que há uma forte identificação dos alunos com a escola e uma forte auto-estima.

2. Prestação do serviço educativo

Muito Bom

A escola apresenta uma boa articulação e interacção entre docentes e, nos momentos de transição entre ciclos é disponibilizado apoio aos alunos e aos seus encarregados de educação. Há uma liderança pedagógica forte, a nível das turmas, mas a liderança científica é menos clara e mais fraca a articulação e coordenação intra-departamental.

O acompanhamento e detecção das situações a requererem intervenção é feito e a equipa de apoio é diversificada, competente e com capacidade de intervenção. Contudo, a situação de trabalho da equipa não é a melhor e influencia a sua acção, já que a afasta de professores e alunos.

Há uma forte aposta no incentivo a uma prática activa na aprendizagem das ciências bem como uma atenção particular à dimensão artística, sendo a acção da escola muito positiva.

A relação entre os alunos e entre estes e os professores é considerada na formação das turmas e é fomentada a assiduidade e a pontualidade, havendo uma preocupação permanente com os factores que podem ser relevantes na criação de oportunidades de aprendizagem.

A escola tem uma população inserida numa classe média alta, não tendo demasiados problemas a resolver e não se detectaram quaisquer situações de favorecimento de grupos. Há uma boa articulação com as famílias dos alunos com vista ao estabelecimento de estratégias para o seu envolvimento.

Os alunos são, em geral, motivados, havendo uma procura das ciências e das áreas potencialmente conducentes à entrada no curso de medicina, com elevada percentagem de prosseguimento de estudos para o ensino superior. Todo o ambiente comunga de uma elevada auto-estima com um forte reconhecimento do papel dos órgãos responsáveis pela escola.

3. Organização e gestão escolar

Bom

As actividades são bem planeadas e a actividade de gestão, a nível de topo, tem qualidades indiscutíveis, mas com bastante intervenção directa. Os órgãos de articulação, como o Conselho Pedagógico ou a Assembleia de Escola poderiam ser mais interventivos.

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores mas não há evidência de avaliação do seu desempenho científico que se traduza num apoio programado de formação. Já o pessoal não docente parece suficiente e a sua formação tem sido feita de modo adequado.

Os espaços são quase todos adequados às funções, sendo de destacar as áreas laboratoriais. Verificam-se, porém, dificuldades de acessibilidade no caso dos alunos portadores de deficiências motoras. Há uma boa dotação de meios informáticos cujas redes estão convenientemente montadas e geridas. O esforço da escola para se juntar a projectos internacionais é meritório mas o seu impacto nos alunos não parece tão significativo.

A interacção da escola com as famílias faz-se com muita empatia, mas mais numa base sentimental do que interveniente.

4. Liderança

Muito Bom

A liderança da escola é forte, eficiente e eficaz, com assunção de objectivos, metas e calendários. Apenas a apontar que poderia haver uma estratégia científica mais eficaz, nomeadamente através de uma mais interveniente acção dos departamentos.

Os responsáveis da escola estão muito motivados e a gestão é ouvida e respeitada. Apesar de parecer, por vezes, centralizadora, dá margem de acção para as estruturas intermédias. Contudo, os coordenadores dessas estruturas nem sempre evidenciaram estratégias claras relativamente à sua área de intervenção.

Verifica-se abertura à inovação embora, em alguns casos, esteja pouco consolidada, sendo confundida com suficiência de recursos tecnológicos. Além disso, o seu controlo não se faz nas coordenações departamentais cuja acção poderia ser uma alavanca para promover metas mais ambiciosas.

Existem parcerias e várias formas de associação e a escola está envolvida em projectos internacionais que, contudo, não parecem ter um impacto muito generalizado nos alunos.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Muito Bom

A auto-avaliação da escola é efectiva, existindo um conhecimento dos dados e sua relevância, pelo menos a nível da gestão. Não nos parece seguro, porém, que a informação atinja todos os docentes e outras estruturas, bem como a generalidade dos alunos.

A escola atingiu já um nível em que o progresso passa pelo estabelecimento de metas e objectivos científicos generalizados, muito focados na excelência a todos os níveis, nomeadamente dos alunos o que, apesar de uma sólida e competente prestação do serviço, ainda exige um considerável esforço.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

A escola demonstrou que se verificam progressos nas aprendizagens e nos resultados e os índices de sucesso são muito elevados, nomeadamente quando comparado com outras escolas desta fase piloto. A escola usa instrumentos de análise, mas que precisam de ser aferidos com os da IGE. Há uma preocupação de calibração de testes e classificações. Há uma forte aposta no ensino experimental das ciências, nomeadamente da Física. Reconhece-se, porém, uma dificuldade significativa no Inglês que tem sido difícil de superar. O abandono é bastante baixo e há um forte e precoce controlo das situações. Existe uma intervenção muito forte dos directores de turma. Contudo, a coordenação dos departamentos não se apresenta ao mesmo nível de prestação, não parecendo haver uma clara estratégia com vista à evolução do ensino, à inovação dos processos e abordagens.

No nível de sucesso já atingido, parece que um salto significativo poderá ser difícil sem uma mais forte estratégia departamental.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

Cultiva-se, em geral, o respeito pelos outros e há um bom relacionamento entre os professores, os alunos e o pessoal não docente. Os estratos sócio-culturais dos alunos são elevados mas a escola não se deixa adormecer.

Há também uma forte aposta na componente laboratorial do ensino. É estimulada a valorização do conhecimento, mas os sinais dos alunos, quanto a este aspecto, não foi homogéneo, nomeadamente nas componentes extra-escolares. Contudo, a semana cultural é uma iniciativa interessante e participada, parecendo haver uma divisão das classes de ciências e artes/humanidades, em vários aspectos, nomeadamente nas notas obtidas (melhores nas ciências do que nas artes que parecem ser mais escolhidas por rejeição das ciências do que por opção própria) e intervenção neste tipo de iniciativa (maiores nas turmas de artes). Não houve evidência clara de uma estratégia para fomento da autonomia dos alunos, havendo indicações pontuais mas não sistemáticas.

1.3 Comportamento e Disciplina

Este é um dos aspectos em que alunos, pais, professores e funcionários estão de acordo em que não só são muito reduzidos e esporádicos os casos de indisciplina como há um claro código de conduta, uma boa relação com a autoridade, uma atitude educada e cuidadosa perante professores, funcionários e colegas. Há um bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários, com respeito e atenção pelos direitos e deveres mútuos. A nossa própria observação reforçou esta impressão.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Esta é uma área com algumas indicações contraditórias: a gestão acha que envolve significativamente os alunos nas decisões, mas estes dizem que são geralmente consultados através de inquéritos. Há, contudo oportunidades (como é o caso da semana cultural), em que os alunos assumem a liderança e responsabilidade de eventos, mas não parece ser uma prática sistemática. Talvez recaia, nesta diferença de perspectivas, a dificuldade dos professores em serem convincentes na indicação de estratégias visando uma maior autonomia dos alunos, remetendo mesmo para as famílias uma parte da responsabilidade, através de uma certa hiper-protecção que coarctas este tipo de desenvolvimento. Há, contudo, uma forte identificação dos alunos com a escola e uma forte auto-estima.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

O controlo das matérias a nível científico e pedagógico é diverso. Parece haver uma boa articulação e uma clara preocupação com a interacção entre docentes. Não parece haver hiatos entre matérias e as decisões para o ensino são participadas. Nos momentos de transição entre ciclos, é disponibilizado algum apoio aos alunos e aos seus encarregados de educação, embora não se explorem de forma tão intensa quanto seria possível, os recursos existentes na escola, nomeadamente as estruturas de orientação e apoio educativo. Há uma liderança forte, a nível das turmas.

Contudo, a liderança científica é menos clara e mais fraca a articulação e coordenação intra-departamental (com um elevado número de departamentos, às vezes praticamente mono-disciplinares) que é, sobretudo, não homogénea, não parecendo ter sido encarada pela escola como uma matéria essencial.

2.2 Diferenciação e Apoios

Há um muito claro esforço de acompanhamento e detecção das situações a requererem intervenção. A equipa de apoio é diversificada, competente e com capacidade de intervenção. A sua acção é articulada com as direcções de turma e famílias, havendo evidência de sucessos. Como aspecto negativo, a situação física destes departamentos (situados num anexo) que lhes dá uma externalidade que parece não só não corresponder à visão que é apresentada, como também influencia claramente a sua acção, já que a afasta de professores e alunos.

2.3 Abrangência do Currículo

Há uma forte aposta no incentivo a uma prática activa na aprendizagem das ciências com acesso a recursos e motivação dos alunos e verificou-se uma atenção particular à dimensão artística. Este é um aspecto em que a acção da escola é muito positiva, com estratégia e acção consequente. A forte aposta na Física parece muito bem articulada e conseguida. Contudo, não são descurados outros aspectos, nomeadamente de carácter cultural. A aquisição de conhecimentos práticos não parece ser uma tão

grande preocupação da comunidade escolar e é menos evidente o esforço de articulação com actividades profissionais.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Na constituição das turmas e na atribuição do serviço docente tem-se em conta a relação desenvolvida entre os alunos e entre estes e os professores e é fomentada a assiduidade e a pontualidade.

A escola controla muito bem factores que podem ser relevantes na criação de oportunidades de aprendizagem. A constituição das turmas é feita de modo cuidado, tendo em conta a sensibilidade dos alunos e a sua melhor ou pior inserção a nível pessoal ou de grupo e, bem assim, é cuidada a atribuição do serviço docente. Há uma taxa de absentismo muito baixa que torna as aulas de substituição um “não-problema” e o facto de haver uma elevada percentagem de docentes nos escalões mais elevados liberta muito tempo para actividades não docentes, que são encaradas com naturalidade. Vários sectores indicaram que a percentagem de docentes reticentes ou mesmo renitentes, é muito reduzida. A coordenação intra e interdisciplinar é eficaz e os conselhos de turma, para a promover, gastam o tempo necessário, bem acima do estritamente estabelecido.

2.5 Equidade e Justiça

A escola tem uma população inserida numa classe média alta, razoavelmente homogénea. Não tem demasiados problemas a resolver e não detectámos quaisquer situações de favorecimento de grupos. Aliás, têm a preocupação de inserir os alunos que chegam para o 10º ano, vindos de fora (quase 50%) de modo distribuído pelas turmas, procurando evitar a criação de guetos. Esta percepção é partilhada pela generalidade dos alunos com quem falámos que, aliás, o fizeram com uma grande abertura.

2.6 Articulação com as Famílias

Tivemos a oportunidade de falar com representantes dos pais e encarregados de educação, em várias instâncias. As famílias conhecem como se trabalha na escola e os directores de turma articulam-se com elas criando-se estratégias de envolvimento dos alunos. A participação dos pais faz-se (como é natural) mais no 3º ciclo do que no secundário mas, contudo, esta parece existir sempre que necessário.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Os próprios professores confessam que os alunos são, em geral, motivados. Há uma procura interessante das ciências e das áreas potencialmente conducentes à entrada no curso de medicina. Há uma elevada percentagem de prosseguimento de estudos para o ensino superior. Todo o ambiente comunga de uma elevada auto-estima com um forte reconhecimento do papel dos órgãos responsáveis pela escola. A escola considera relevante o impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas famílias, mas não demonstrou, porém, tão grande preocupação relativamente à comunidade local.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A capacidade de planeamento manifesta-se de forma mais notória em aspectos como a requalificação dos espaços e a segurança na escola, não se tornando tão evidente nas áreas de carácter pedagógico ou na formação do pessoal docente e não docente. Não ficou demonstrada a intervenção das entidades externas e internas na revisão dos planos da escola. Embora os professores surjam como elementos activos na organização de diversas actividades, parece haver uma estratificação da acção dos vários corpos da escola: há, por um lado, uma componente pedagógica bem articulada ao nível da turma e da coordenação dos Directores de Turma e, por outro, há uma actividade de gestão, a nível de topo, com qualidades indiscutíveis, mas com muita intervenção directa. Os órgãos de articulação, como o Conselho Pedagógico ou, a nível mais estratégico e de relação exterior, como a Assembleia de Escola, parecem menos interventivos do que seria desejável. É, portanto, um aspecto em que pode haver claras melhorias.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e tem-nas em conta na sua gestão, nomeadamente na selecção dos directores de turma quer nas funções destes em relação às suas turmas. Não há, porém, evidência de avaliação do seu desempenho pedagógico e científico que se traduza num apoio programado aos que revelem insuficiências com a prossecução de acções de formação que possam ajudar a colmatar as suas dificuldades.

O pessoal não docente parece suficiente. A formação tem sido feita de modo adequado, nomeadamente a nível dos serviços administrativos, cuja resposta é boa. Há pessoal auxiliar com algum nível de especialização, nomeadamente para apoio laboratorial.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Os espaços são quase todos adequados às funções e estão bem tratados. Há uma correcta manutenção, as áreas laboratoriais estão bem instaladas, há uma boa dotação de meios informáticos, cujas redes estão convenientemente montadas e geridas.

Há uma intervenção necessária no pavilhão desportivo e os anexos pré-fabricados são inconvenientes quer do ponto de vista das condições térmicas quer pela utilização para funções que nos parecia vantajoso estarem mais integradas com as funções regulares da escola (estruturas de orientação e apoio educativo). Verificam-se, também, dificuldades de acessibilidade no caso dos alunos portadores de deficiências motoras, mormente ao nível da mobilidade. A biblioteca podia ser dotada de mais meios, mas os que existem estão acessíveis e são utilizados.

O esforço da escola para se juntar a projectos internacionais é meritório, mas não parece ter ainda um impacto tão significativo, a nível dos alunos, quanto poderia ser conseguido.

Finalmente, o esforço da escola para angariação de meios financeiros é notavelmente bem sucedido e a sua aplicação faz-se, indiscutivelmente, de modo alinhado com os grandes objectivos e projecto educativo.

3.4 Ligação às Famílias

A interacção da escola com as famílias faz-se com muita empatia e não merece reparos. Os pais parecem conhecer bem as normas e regras da escola, acham-na exigente mas muito boa. Vários pais manifestaram orgulho em terem sido alunos da escola e terem lá, agora, os filhos.

Contudo, esta adesão (no sentido da adesão das famílias à escola dos filhos) faz-se numa base mais sentimental do que interveniente. Mesmo sabendo que isto corresponde mais a uma postura cultural do que à acção da escola, compete-lhe, contudo, ter iniciativas que a promovam e reforcem, nomeadamente procurando que as famílias tenham iniciativas autónomas.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A liderança da escola é forte, eficiente e eficaz. Há uma clara assunção de objectivos, metas e calendários. Os problemas são atempadamente identificados e resolvidos. Há simultaneamente, um conjunto de escolhas (nomeadamente por uma forte intervenção laboratorial e, muito em particular por uma intervenção na área da Física) que dão uma vocação clara à escola e fazem com que seja procurada pelos alunos. A gestão pensa e programa a intervenção da escola. Como único ponto menos conseguido apontamos a estratégia científica que, em algumas áreas, nos parece que poderia ser melhorada, nomeadamente através de uma mais interveniente acção dos departamentos.

4.2 Motivação e Empenho

Os responsáveis da escola estão muito motivados e conhecem, genericamente, a sua área de acção. A gestão é ouvida e respeitada mas, apesar de parecer, por vezes, centralizadora, há margem de acção para as estruturas intermédias (caso já citado é o das direcções de turma). Os coordenadores dessas estruturas, porém, nem sempre evidenciaram ideias claras, nem estratégias definidas relativamente à sua área de intervenção.

Contudo, nem sempre é claro o relevo dado à articulação entre órgãos e à mais-valia da complementaridade de diferentes responsabilidades: parece haver um certo apagamento do Conselho

Pedagógico cuja acção mais enérgica e independente poderia ser importante numa visão de médio prazo da escola.

4.3 Abertura à Inovação

Verifica-se abertura à inovação, embora ela esteja, em alguns casos, pouco consolidada, sendo confundida com suficiência de recursos tecnológicos; o seu controlo não jaz nas coordenações departamentais (mesmo quando certas áreas disciplinares o conseguem fazer – caso da Física, por exemplo). Aliás, o número de departamentos parece grande correspondendo alguns deles a entidades quase monodisciplinares. Questionamo-nos se uma maior integração e uma mais activa operação dos departamentos não poderia ser uma alavanca para manter metas mais ambiciosas, já que a escola se revela capaz de mobilizar apoios exteriores e procura posicionar-se bem perante os desafios e obtenção de resultados. Há uma política clara de “estar à frente”.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Existem parcerias e várias formas de associação e a escola está envolvida em projectos internacionais (Socrates/Comenius), nomeadamente, na área das línguas estrangeiras. Contudo, como já foi frisado, estas iniciativas não parecem ter um impacto muito generalizado nos alunos. Há muitas actividades tais como olimpíadas várias (Matemática, Física), colaboração em eventos nacionais e colaboração em programas e projectos diversos.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

A auto-avaliação da escola é efectiva e permanente. Existe um grande conhecimento dos dados e sua relevância, pelo menos a nível da gestão. Não ficámos, porém, totalmente convencidos de que a informação atinja todos os docentes e outras estruturas, bem como a generalidade dos alunos. Há, contudo, uma forte reflexão da escola sobre si própria, feita com cabeça —embora com muita paixão e uma justificada auto-estima—, que poderá vir a integrar novos campos de análise evitando focar-se demasiadamente em áreas que já têm vindo a ser privilegiadas.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A escola atingiu já um nível em que o progresso, para se obter, com clareza, teria de corresponder a um salto qualitativo, só possível com metas e objectivos científicos generalizados, muito focados na excelência a todos os níveis, nomeadamente dos alunos. Este é um processo que ainda exige um considerável esforço.

Contudo, a prestação do serviço é muito sólida e competente. A autonomia é possível em muitas vertentes, se bem que a escola não pareça considerar que muito de novo viria a ser viabilizado que não o seja desde já. Como principal desiderato foi solicitada alguma autonomia em questões de carácter curricular e considerada importante a possibilidade de manter, na Escola, os professores que tenham feito um trabalho de qualidade e merecedor de continuidade.

V – Considerações finais

A Escola apresenta um conjunto de pontos fortes, muito relevantes, entre os quais se destacam:

- Uma direcção com objectivos claros e capacidade de liderança, de fazer escolhas e de as prosseguir com persistência;
- Um corpo docente muito estável e muito motivado;
- Uma boa articulação entre as várias estruturas, com disponibilidade para uma colaboração activa;
- Uma inserção no meio ambiente bem articulada, prestigiada e geradora de uma forte auto-estima em toda a comunidade;

- Uma forte aposta nas ciências (nomeadamente na componente laboratorial) e em particular na Física;
- Bons resultados académicos.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Uma menor capacidade de intervenção a nível dos departamentos (em grande número e muito atomizados) sem uma estratégia pedagógico-científica consequente;
- A nível do Conselho Pedagógico e da Assembleia de Escola, seria de esperar uma maior capacidade autónoma de influenciar estratégias e visão de médio/longo prazo;
- Existência de alguns problemas de instalações físicas, nomeadamente no pavilhão gimno-desportivo e nas construções provisórias existentes no exterior.

A Escola apresenta argumentos sólidos para um desenvolvimento sustentado:

- Um corpo docente estável, motivado e competente;
- Uma forte aposta sectorial (nas ciências) sem descurar outras áreas culturais e artísticas;
- Uma gestão dinâmica e inovadora;
- Uma boa articulação com a comunidade envolvente;
- Um corpo discente motivado, exigente e com expectativas significativas.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Um corpo docente maioritariamente nos últimos escalões, que necessita de uma renovação para assegurar o futuro de médio prazo;
- Para progredir, dado o nível de qualidade em que já se coloca, a escola carece de uma estratégia científica com maior intervenção das estruturas associadas às áreas disciplinares, nomeadamente dos departamentos.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA DA QUINTA DO MARQUÊS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária da Quinta do Marquês - Oeiras, levada a cabo nos dias 8 e 9 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Secundária Quinta do Marquês (ESQM) situa-se na área metropolitana de Lisboa, no concelho e na freguesia de Oeiras, caracterizados por uma forte taxa de crescimento demográfico e por uma elevada densidade populacional. A população residente, que trabalha maioritariamente em Lisboa, apresenta um nível de qualificações bastante superior à média nacional, sendo mais de 80% empregada no sector terciário.

Tendo sido criada em 1993, em resultado da unificação de duas escolas, a ESQM tem nos seus quadros e, em especial, nas estruturas dirigentes, professores provenientes dessas duas escolas de origem. Os 111 docentes são maioritariamente do quadro da escola e o pessoal não docente totaliza 42 pessoas.

A ESQM integra, em 2005-06, 40 turmas, sendo 21 do 3º ciclo de ensino básico, com 579 alunos, e 19 do ensino secundário, com 451 alunos, todas a funcionar em regime diurno. No ensino secundário predomina a oferta de cursos gerais/científico-humanísticos, na área das ciências exactas e tecnológicas (maioritária), artes, humanidades e ciências económicas e sociais. A escola oferece ainda um curso tecnológico de arte e multimédia.

A ESQM encontra-se razoavelmente conservada, com relvados e espaços abertos bem tratados e três pavilhões de dois andares. O espaço interior encontra-se tão bem mantido como o exterior. A escola dispõe de laboratórios de Física e Química e de Ciências, de salas de Desenho e de Informática. Dispõe também de uma biblioteca/centro de recursos inserida na rede de Bibliotecas Escolares. A cantina e o ginásio são partilhados com a escola de 2º ciclo que lhe é vizinha.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação**1. Resultados****Bom**

Existe na escola uma prática consistente de monitorização dos resultados com vista à concretização de estratégias de melhoria, face aos dados da avaliação interna e externa dos alunos. Centrando os seus esforços na excelência académica, a escola valoriza as diversas áreas do saber e não descarta a promoção da cidadania e da solidariedade social. As regras de comportamento e de disciplina são interiorizadas pelos alunos e reconhecidas pelos encarregados de educação e as situações de indisciplina são sinalizadas e combatidas. A participação e o desenvolvimento cívico da comunidade escolar são elevados. Apesar destes aspectos positivos, a escola apresenta ainda amplas margens de progresso no que respeita aos resultados académicos, designadamente quando expressos nos exames nacionais.

2. Prestação do serviço educativo**Muito Bom**

A escola promove uma adequada sequencialidade entre os ciclos de ensino, valoriza as aprendizagens e oferece apoios educativos diversos e eficazes. Existe uma boa articulação entre a escola e as famílias. O serviço educativo caracteriza-se pela qualidade e pela abrangência, proporcionando diferentes oportunidades de aprendizagem e garantindo a equidade e a justiça.

3. Organização e gestão escolar**Bom**

A escola tendo vindo a prosseguir, de forma sistemática e intencional, estratégias de melhoria das condições de trabalho e de aprendizagem. É estimulado o desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente e são dominantes, entre os vários actores da comunidade escolar, a motivação, o empenho e a abertura à inovação. Existem, no entanto, deficiências na qualidade, disponibilidade e acessibilidade dos equipamentos e recursos.

4. Liderança**Muito Bom**

A escola dispõe de muito boas lideranças de topo e intermédias, com determinação, continuidade e capacidade de mobilização. O Conselho Executivo tem combinado as vantagens da experiência com a promoção de processos inovadores. Os órgãos de administração e gestão desempenham as suas funções de forma solidária, no respeito pelas respectivas competências. O envolvimento em projectos em novas áreas do conhecimento e das expressões e a organização para o aperfeiçoamento contínuo são marcas distintivas desta escola.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola**Muito Bom**

A escola desenvolve uma prática participada de auto-avaliação, de forma a corresponder às elevadas expectativas da população que serve. A capacidade de auto-regulação que tem revelado decorre de um processo organizacional progressivo, que tem proporcionado um aperfeiçoamento contínuo. A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

IV – Análise dos factores por domínio**1. Resultados***1.1 Sucesso académico*

A ESQM apresenta, no geral, uma série de bons resultados, tanto nas avaliações internas, como nas provas de aferição externa. Tratando-se de uma escola situada num contexto socio-económico em que

as expectativas das famílias se dirigem para o prosseguimento de estudos, tem assegurado a resposta a essas expectativas, com mais de 75% dos alunos a entrarem nos estabelecimentos de ensino superior e nos cursos de primeira opção. Todos os anos, o Conselho Pedagógico analisa o posicionamento da escola nos resultados dos exames que vão sendo publicados, a fim de identificar pontos fracos e desenhar estratégias de melhoria. Existe um processo sustentado de análise dos resultados e de acompanhamento dos alunos, iniciado na década de 1990 com os questionários incluídos no programa PEPT (Programa Educação para Todos) e prosseguindo com a aplicação sistemática dos questionários preconizados pela EFQM (European Foundation for Quality Management).

Ao contrário de outras escolas do concelho ou de concelhos limítrofes, não se regista abandono escolar no 3º ciclo. Segundo os serviços de apoio e orientação, “esta escola não tem abandono porque previne o abandono, está muito atenta aos problemas e estão criados os canais e as circunstâncias para tal”.

Na ESQM, a diferença entre avaliações internas e externas não é muito acentuada, o que, na perspectiva dos pais, constitui um indicador de qualidade da escola. Pese embora os aspectos positivos identificados, há uma grande margem de progresso em vertentes como a do ensino da Matemática no 3º ciclo e a taxa de conclusão do 12º ano.

1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem

Embora centre os seus esforços na excelência académica, a ESQM não descarta a promoção da cidadania, que é o segundo vector da sua actuação. Isso permite que todos os alunos, incluindo os do 12º ano, participem em visitas de estudo e actividades associativas, desportivas e culturais. Nos critérios gerais de avaliação da ESQM, as atitudes e competências sociais têm um peso de 30% no ensino básico e de 20% no ensino secundário.

Uma das características da ESQM é a existência, desde a sua génese, de muitos clubes, todos sob um tema integrador, que procuram desenvolver competências de ordem cognitiva, social, organizacional, cultural e artística e que vão desde as áreas disciplinares – Línguas, Matemática, Física – até ao teatro e à participação em torneios desportivos. A nova organização dos tempos de actividade não lectiva dos professores levou ao aumento da oferta de clubes e projectos de apoio aos alunos mais necessitados, que inclui, entre outros, a sala de estudo, o Clube Europeu, o SOS Filosofia/Circuito Filosófico, o SOS Matemática, o Clube Italiano, Clube da Ciência, Oficina de Teatro ...

A ESQM segue a política de sequência pedagógica tanto de professores como de directores de turma, do 7º ano ao 12º ano, sempre que possível e aconselhável. A integração dos alunos no 7º ano é facilitada porque grande parte deles é proveniente da escola de 2º ciclo que partilha com a ESQM as instalações desportivas e a cantina. A integração no 10º ano é facilitada pela continuidade pedagógica dentro da escola.

A ESQM tem um quadro de excelência, que não traduz apenas o mérito em termos académicos, mas também a capacidade de intervenção no meio escolar e em acções de solidariedade social. Em parceria com a Junta de Freguesia, publicou este ano um livro de contos de Natal escritos pelos alunos da escola. Os trabalhos dos alunos são expostos na “Semana das Interculturas”, período em que as aulas não param, pois os professores integram as suas actividades lectivas na programação da “Semana”.

Os alunos da ESQM utilizam o computador para apresentarem os seus trabalhos nas aulas e acedem regularmente à Internet como fonte de informação.

1.3 Comportamento e disciplina

O Regulamento Interno é distribuído no início do ano aos pais e encarregados de educação e aos alunos, que assinam um documento declarando que o conhecem bem. No 7º ano, há um cuidado especial na divulgação das regras. Na opinião de alunos, professores, pais e pessoal não docente, as normas são, em geral, seguidas, sendo enfatizado por todos o carácter “humano” da escola. A assiduidade e a pontualidade dos alunos são comportamentos incutidos desde o 7º ano.

A escola pauta-se por um bom ambiente. Quando são sinalizadas situações de indisciplina, fazem-se relatórios e informam-se os pais. As medidas disciplinares centram-se no trabalho cívico e de manutenção da qualidade dos espaços; a suspensão está prevista para casos de indisciplina grave. O projecto curricular de turma é um instrumento importante no combate à indisciplina.

1.4 Participação e desenvolvimento cívico

Embora a ESQM centre os seus esforços na excelência académica, a promoção da cidadania não é descuidada. Isso permite que todos os alunos participem em visitas de estudos e actividades associativas,

desportivas e culturais. A sua participação activa é também assegurada nos órgãos de gestão da escola. Os pais valorizam positivamente o envolvimento dos alunos em actividades de cooperação e de participação cívica.

Na ESQM, os alunos participam na discussão do projecto educativo e na programação das actividades da escola, sendo consultados e co-responsabilizados nas decisões que lhes dizem respeito. A associação de estudantes é muito participativa.

Os alunos revelam uma forte identificação com a escola, manifesta nas respostas que dão quando consultados, nas actividades curriculares e extra-curriculares em que se empenham e no movimento associativo que animam.

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A sequencialidade entre os ciclos de aprendizagem é garantida pela aplicação do critério da sequência pedagógica dos professores e dos directores de turma. A transição de ciclos é facilitada pelo facto de os alunos continuarem na mesma escola. A ESQM considera, na formação das turmas do 7º ano, as recomendações da escola de origem e a articulação entre as duas escolas é feita de modo regular, designadamente através dos serviços de apoio e orientação.

O papel dos directores de turma parece ser crucial no sentido de garantir a coerência dos planos curriculares de turma com o projecto educativo e curricular da escola. No Conselho Pedagógico existe um grupo de trabalho centrado na articulação dos conteúdos do ensino básico.

Na “Semana das Interculturas”, há visitas à ESQM de alunos do 1º ciclo da zona. Nessa altura, os alunos mais velhos da ESQM são monitores das actividades experimentais desenvolvidas no âmbito da Festa da Ciência. Essa semana constitui, do ponto de vista da escola, uma “celebração da interdisciplinaridade”.

Os departamentos curriculares apresentam algumas deficiências de articulação, embora em grau diverso. Para procurar ultrapassar estas insuficiências, que têm sido identificadas em todas as avaliações internas, a escola instituiu o papel de “assessor dos coordenadores de departamento”, como solução organizacional para a devida consideração das disciplinas. No entanto, o papel institucional dos coordenadores de departamento não se encontra totalmente definido.

2.2 Diferenciação e apoios

Os alunos entram no 7º ano já devidamente sinalizados pela escola de origem, de modo a que os apoios educativos se mantenham. Existe coordenação entre as escolas tanto a nível de directores de turma como de serviços de orientação e apoio. A escola segue uma política de integração dos alunos com necessidades educativas especiais, com a psicóloga a desempenhar um papel que, no entender dos directores de turma, é crucial na sua função de orientação vocacional e de apoio psicológico a alunos e famílias. Nos casos mais graves, a psicóloga articula-se com os serviços especializados do Serviço Nacional de Saúde.

Os professores de apoio fazem atendimento individual a alunos e famílias e acompanham os alunos na sala de aula. A ESQM organizou salas de estudo e “SOS disciplinas” para apoiar os alunos mais necessitados. Para além dos apoios educativos, existe uma estratégia de recuperação dos alunos, que pode passar por aulas adicionais para compensar a ausência prolongada de um professor. Alguns clubes existentes na escola contribuem para a integração dos alunos com necessidades educativas especiais. Para além disso, estes dispõem de um reforço de apoios em Matemática e Português.

Os professores de apoio trabalham em conjunto com os professores da turma e a psicóloga, que desenvolve igualmente um meritório trabalho de orientação vocacional para o ensino superior. A principal dificuldade consiste na instabilidade permanente dos professores de apoio e no facto de a psicóloga não se poder dedicar à escola em tempo integral.

2.3 Abrangência do currículo

A ESQM centra a sua oferta educativa nos cursos que preparam directamente para a entrada no ensino superior, por considerar que “não serviríamos a população da comunidade escolar se oferecêssemos mais cursos tecnológicos ou profissionais”. São oferecidos “SOS” nas disciplinas em atraso, o que, segundo os pais, constitui um aspecto indicativo da boa organização para a melhoria das aprendizagens.

Centrando-se nos bons resultados académicos, a escola não descarta a promoção da cidadania, da solidariedade e das competências sociais.

A transversalidade da Língua Portuguesa é assegurada, fazendo parte integrante dos critérios gerais de avaliação. Os laboratórios apresentam-se bem equipados e a ESQM tem-se candidatado a vários projectos “Ciência Viva”. A ESQM fomenta também a integração europeia dos seus alunos, tendo participado ao longo do tempo em vários Projectos COMENIUS.

2.4 Oportunidades de aprendizagem

A relação desenvolvida entre os alunos e entre estes e os professores é considerada na constituição das turmas e na atribuição do serviço docente. A assiduidade e a pontualidade são fomentadas como componentes da educação e procura-se promover uma coerência entre práticas de ensino e de avaliação, através dos planos curriculares de escola e turma e da definição de critérios de avaliação, gerais e por departamento. Situações particulares de crise, como foi o conhecimento dos resultados dos exames de Matemática do 9º ano, dão azo a reuniões especiais do Conselho Pedagógico para desenhar estratégias adequadas.

As “aulas de substituição”, tanto no ensino básico como no ensino secundário, foram organizadas com empenho e as regras foram discutidas e aplicadas: “primeiro um professor da turma, depois um professor da disciplina, etc”. Desde o início que os pais estiveram de acordo com estas aulas, embora reconheçam que houve, à entrada, “alguma tensão entre professores e alunos”. Os próprios alunos, no geral, parecem considerar que o processo, tendo começado mal, “hoje em dia já corre bem”, embora alguns dos seus delegados pensem que as aulas ainda são “mal organizadas e sem sentido”. Na opinião dos directores de turma, é positivo o professor substituto ser um professor da turma. Para evitar as faltas, pratica-se correntemente o sistema de troca de aulas.

2.5 Equidade e justiça

Os responsáveis da ESQM e das diferentes estruturas pautam-se por princípios de equidade e justiça, procuram as soluções específicas mais adequadas e seguem o princípio de não recorrer a soluções fáceis para evitar conflitos.

Os esforços para assegurar a igualdade de oportunidades têm a sua expressão mais eloquente na organização dos apoios educativos e na integração dos alunos com necessidades educativas especiais permanentes.

Os horários são organizados de modo a que não haja “turmas da manhã” e “turmas da tarde”.

2.6 Articulação com as famílias

As famílias conhecem como se trabalha na escola e são apoiadas para acompanhar os alunos em casa. Está definida uma política para os TPC, que são incluídos nos critérios gerais de avaliação. Nos casos de maior necessidade, existe uma articulação com as famílias no desenvolvimento de estratégias de envolvimento dos alunos, através do trabalho conjunto da direcção de turma e dos SPO.

A participação dos pais nas reuniões convocadas pela escola é elevada e a opinião expressa é muito favorável: “a ESQM é melhor que muitas escolas particulares”.

2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar

A ESQM apresenta uma série sustentada de bons resultados, tanto ao nível das avaliações internas, como ao nível das provas de aferição externa. Tratando-se de uma escola situada num contexto socio-económico em que as expectativas das famílias se dirigem para o prosseguimento de estudos, tem-se assegurado a resposta a essas expectativas, com mais de 75% dos alunos a entrarem nos estabelecimentos de ensino superior e nos cursos de primeira opção.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O planeamento das actividades enquadra-se nos princípios orientadores do Projecto Educativo de Escola, considerado como “Carta de Qualidade”. Os planos anuais de actividade hierarquizam os objectivos de vários níveis, planificam as actividades de concretização e definem critérios de avaliação, a que faltará a

definição de algumas metas quantificadas. Os professores são elementos activos na organização das actividades e, com alunos, pais e representante da autarquia, participam na definição e revisão dos planos da escola. As visitas de estudo são planeadas no âmbito curricular, o mesmo acontecendo com a “Semana das Interculturas”. Procura-se promover uma coerência entre práticas de ensino e de avaliação, através dos planos curriculares de escola e de turma e da definição de critérios de avaliação, gerais e por departamento. O Plano Curricular de Turma é encarado como elemento que agrega o trabalho dos directores de turma e como um espelho do trabalho da turma perante a comunidade, “ajudando os pais dos alunos a perceberem o que se faz e constituindo um motor de confiança na escola”.

A ESQM tem seguido desde sempre uma política de abertura aos estágios da formação inicial de professores, por considerar que tal representa uma mais-valia para a escola.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e tem-nas em conta na sua gestão, afectando os professores às turmas e às direcções de turma, sempre que possível, segundo o critério da sequência pedagógica. Um estudo publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian mostra que, dentro dos limites exíguos da legislação vigente, existe uma prática de avaliação do desempenho dos professores, procurando-se distinguir aqueles que mais se empenham no trabalho colectivo da escola.

A integração dos professores novos é preocupação dos directores de turma e, sobretudo, dos coordenadores de departamento.

A ESQM promove as qualificações e competências do seu pessoal não docente, incentivando-o a realizar tarefas para além das suas características funcionais e promovendo a sua formação (biblioteca e centro de recursos, gestão administrativa por processos). Os serviços de apoio administrativo funcionam segundo o sistema da gestão por processos, dando resposta às necessidades da escola. No entanto, o facto de não haver condições que assegurem a privacidade no atendimento no âmbito do SASE pode ser visto como uma dificuldade da escola.

A escola não tem meios de controlar a colocação de docentes que anualmente “fazem a rotação” de certas disciplinas, nomeadamente no grupo de Economia, no ensino secundário.

3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos

As instalações, espaços e equipamentos parecem aproveitados ao máximo. Há, a todos os níveis, preocupação com manutenção, segurança e salubridade. As condições laboratoriais são adequadas. A ESQM não dispõe de ginásio nem de cantina, usando os equipamentos da escola vizinha.

O Centro de Recursos/Biblioteca Escolar parece demasiado pequeno face à procura e à importância dos objectivos que persegue.

Os alunos não dispõem de uma verdadeira sala de convívio coberta.

No entender dos directores de turma e dos coordenadores de departamento, a utilização dos meios informáticos poderia ser mais racionalizada, dando-lhes maior rotatividade.

O uso dos recursos financeiros disponíveis parece estar alinhado com os objectivos do projecto curricular de escola. A ESQM consegue captar verbas significativas para além das provenientes do OE, através de parcerias com a Câmara, a Estação Agronómica, a Junta de Freguesia e outras. Em compensação, poderia abrir mais os seus recursos à comunidade, nomeadamente em fins de semana e/ou após o tempo de actividade lectiva.

3.4 Ligação às famílias

A ESQM desenvolve uma política deliberada de relacionamento com as famílias dos alunos e os pais ou encarregados de educação são um elemento fundamental na procura de soluções para os problemas. Os pais ou encarregados de educação consideram estar bem informados sobre a avaliação e comportamento dos seus filhos, realçando igualmente o trabalho de orientação escolar e vocacional.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

Na definição da missão, a escola pretende continuar a construir uma identidade própria, “alicerçada em valores de cidadania e com uma dinâmica pedagógica de qualidade”. Os critérios que determinam a definição da oferta educativa prendem-se com as expectativas educativas do meio envolvente, o que leva a que a maior parte da oferta se centre nos cursos orientados para o prosseguimento dos estudos. Permanece a questão de saber se a escola não poderia utilizar ainda melhor os seus espaços e recursos, estendendo a sua influência à oferta de espaços e formações alternativas, dirigidas a outros públicos.

Na perspectiva dos dirigentes da escola, a ESQM sente-se conhecida e reconhecida por ter áreas de excelência, como o rigor e qualidade académica, a organização, a relação interpessoal, a promoção da cidadania, as actividades extra-curriculares, o Centro de Recursos, o Sector Administrativo.

4.2 Motivação e empenho

Os órgãos de gestão são incentivados a tomarem decisões e a responsabilizarem-se por elas. Existe preocupação com o funcionamento institucional da escola, procurando-se ultrapassar as questões pessoais no respeito pelas competências de cada órgão: “A escola funciona democraticamente porque os assuntos são discutidos nos órgãos próprios, o que dá segurança às pessoas e provoca bom clima. A escola foi construída por todos”.

A gestão monitoriza os casos de absentismo docente, esperando que este ano, com a prática de substituição de professores, aplicada do 7º ao 12º ano, o absentismo possa diminuir, em virtude da maior “visibilidade das faltas”.

4.3 Abertura à inovação

Desde a sua fundação que, na ESQM, existe abertura à inovação e capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente, procurando-se novos caminhos, novas soluções e novas oportunidades. Esta abertura manifesta-se pela participação em variadíssimos projectos e programas - Ciência Viva, COMENIUS, Animadores Culturais, Bibliotecas Escolares, Modernização Administrativa, Modernização da Gestão ... - bem como na organização de respostas adequadas aos problemas de insucesso escolar. Destaca-se ainda a ideia de organizar uma “bolsa de directores de turma”.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Existem parcerias activas e outras formas de associação em áreas que favorecem ou mobilizam os alunos, seja projectos e programas, seja através de parcerias como as estabelecidas com a Câmara, a Junta de Freguesia ou a Estação Agronómica.

É sistemática a articulação com a escola do 2º ciclo e promove-se a Feira das Profissões para fazer a ligação aos estabelecimentos de ensino superior onde a maioria dos alunos poderá ir estudar no final do ensino secundário.

Não têm sido estabelecidas ligações e articulações com outras escolas das regiões limítrofes, de modo que as boas práticas pudessem ser discutidas, divulgadas e disseminadas.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-avaliação

O processo de auto-avaliação, desenvolvido desde há anos, tem sido sustentado e participado. A informação recolhida é tratada e divulgada sistematicamente, com reflexos no planeamento e na gestão das actividades e na organização da escola. A Assembleia de Escola desempenha neste aspecto um papel relevante, participando nos balanços periódicos e analisando a necessidade de ajustes. Segundo o seu presidente, praticamente todas as reuniões incluem um ponto sobre avaliação, interna ou externa.

O processo de auto-avaliação tem sido progressivo, consolidando e alargando os campos de análise. A ESQM começou por utilizar os instrumentos do PEPT para monitorizar os resultados e os processos e mais tarde tomou contacto com o modelo de Gestão de Qualidade Total, tendo sido desenhado um conjunto exaustivo de instrumentos sobre todas as vertentes da gestão, aplicados anualmente, consoante as prioridades estabelecidas.

5.2 Sustentabilidade do progresso

Em conclusão, pode-se afirmar que, na ESQM, os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e da relação com a comunidade e o desempenho das lideranças garantem que a escola realiza um progresso sustentado.

A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar. No entender do Conselho Executivo, essa autonomia serviria para afectar melhor os recursos humanos, designadamente os professores para apoio a alunos com necessidades educativas especiais e os orientadores de estágio, para permitir a flexibilidade dos horários e a troca de aulas, a codocência em certas disciplinas e uma gestão financeira mais relacionada com a implementação do projecto educativo.

V – Considerações finais

O Agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- A excelência da liderança, atestada pela determinação, coesão e criatividade do Conselho Executivo, pelo dinamismo das lideranças intermédias e pela solidariedade institucional entre os órgãos de gestão e administração;
- A monitorização dos resultados escolares;
- A abrangência das competências desenvolvidas;
- A diversidade e personalização de respostas dos apoios educativos;
- A articulação e a sequencialidade entre ciclos e níveis de ensino e continuidade pedagógica,
- A proficiência dos serviços de psicologia e orientação.

Apresenta também algumas debilidades, designadamente:

- Os resultados escolares aquém das expectativas nos exames do 9º ano e na taxa de conclusão do 12º ano;
- A insuficiência de equipamentos e recursos;
- A instabilidade dos professores de apoio;
- A dificuldade de definição do papel institucional dos coordenadores de departamento.

A escola enfrenta uma opção estratégica, entre a continuidade da resposta a uma procura consolidada e a diversificação da oferta de nível secundário, criando novas formações para novos públicos.

O reconhecimento da qualidade pedagógica e organizacional através de formas aprofundadas de autonomia poderá constituir uma oportunidade e um incentivo para o desenvolvimento de um projecto educativo que se pretende que seja uma Carta de Qualidade.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA D. LUÍSA DE GUSMÃO

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária de D. Luísa de Gusmão, Concelho de Lisboa, realizada nos dias 9 e 10 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Secundária de Dona Luísa de Gusmão embora situada na freguesia da Penha de França, em Lisboa, pertence à junta de freguesia dos Anjos. Foi inaugurada como Escola Industrial Feminina em 1958, passando a Escola Industrial/Comercial em 1970 e, em 1975, a Secundária, na sequência da política educativa de não discriminação entre Escolas Técnicas e Liceus. A partir de então, a oferta mais profissionalizante foi-se diluindo na oferta tradicional.

Embora a Escola se tenha adaptado às sucessivas reformas, manteve a formação nas áreas de economia, gestão, contabilidade e secretariado, bem como a oferta de Ensino Recorrente Nocturno.

Dos perto de 1150 alunos que frequentam a Escola, aproximadamente 30% estão no 3º CEB, 35% no ensino secundário e outro tanto no ensino recorrente, nocturno. Cerca de 30% dos alunos são apoiados pelo SASE, mas há indicação de que o número seria maior, não fosse o caso de alguns pais não terem a sua situação regularizada ("não têm papeis"). O corpo docente é de cerca de 180 professores e é muito estável, estando quase 65% nos 9º e 10º escalões.

Para além do currículo comum, a nível do 3º CEB, a Escola oferece Cursos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas e de Ciências Sociais e Humanas, havendo uma oferta de Teatro como disciplina de opção curricular. Tem ainda 3 cursos tecnológicos (Administração, Acção Social e Marketing) bem como ensino recorrente nocturno, quer a nível do Ensino Básico quer do Ensino Secundário.

Os resultados da Escola nos exames do 9º ano foram fracos em Matemática mas francamente melhores em Português. Contudo, as taxas de transição são bastante fracas, colocando a Escola perto dos percentis mais baixos (só cerca de 5% das escolas apresentam taxas tão baixas) e o abandono é elevado. A nível do 12º ano, a nota média de Matemática é praticamente igual à média nacional, mas em Português B é cerca de 10% inferior.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Suficiente

Os resultados académicos são insuficientes e têm gerado uma preocupação com o reforço das aprendizagens, havendo uma elevada percentagem dos alunos com planos de recuperação. Há, porém, resultados interessantes na Educação Física e nas Ciências Naturais. O abandono escolar é elevado mas a escola tem tomado medidas para o prevenir, nomeadamente com a abertura de cursos tecnológicos.

A política da escola para a valorização dos saberes é incipiente, não havendo um plano global. Existem, contudo, alguns departamentos com boas práticas que se reflectem nos resultados.

Há alguns problemas de indisciplina e parece não haver um claro código de conduta sem uniformidade no modo como os professores adoptam mecanismos de autoridade.

Os alunos não participaram na discussão/elaboração do Projecto Educativo havendo, contudo, um esforço por parte do Conselho Executivo em contactar directamente com os alunos.

2. Prestação do serviço educativo

Suficiente

Não há uma articulação significativa entre departamentos, que são muito desiguais em termos de liderança, organização e práticas. Há algum apoio aos alunos e famílias na transição entre ciclos, promovido pela orientadora escolar. Contudo, as relações a montante, com escolas do 3º CEB têm sido difíceis.

A política de inclusão da escola nem sempre tem sido clara, mas também não se detectaram problemas dignos de registo. Há estratégias de diferenciação mas não há uma estratégia global ao nível de escola. Os apoios são a principal prática de combate ao insucesso, mas os resultados são bastante decepcionantes.

Há uma cultura dominante de reduzir o currículo ao cumprimento dos programas disciplinares, desvalorizando as áreas curriculares não disciplinares, mas há uma oferta de cursos tecnológicos e CEFs (a iniciar-se em 2006/2007). Os primeiros sofrem de uma excessiva vertente teórica mas os segundos parecem poder fornecer uma resposta relevante.

A organização das turmas procura promover alguma estabilidade nas relações entre alunos e entre estes e professores, mas não há, na distribuição do serviço docente, uma estratégia que dê atenção ao desempenho dos professores. Há, contudo uma clara excepção, na estratégia da Educação Física.

Há um grande esforço da Comissão Executiva na promoção de igualdade nas oportunidades de acesso.

A escola tem feito o acolhimento aos pais no princípio do ano lectivo, mas a articulação dos pais com a escola é irregular e informal, promovida pelo Conselho Executivo e pela Orientadora Escolar mas sem uma grande evidência de resultados.

As aprendizagens escolares são pouco valorizadas, quer para os docentes, quer mesmo para os alunos, prevalecendo a ideia de que, numa comunidade desfavorecida e com fraca auto-estima, a grande maioria não terá possibilidades de chegar ao ensino superior.

3. Organização e gestão escolar

Suficiente

O projecto educativo é muito descritivo e genérico, faltando, claramente, uma visão partilhada, e o Projecto Curricular de Escola é um documento relativamente pobre.

Há uma cultura que leva a privilegiar a antiguidade em detrimento de critérios de competência e avaliação de desempenhos e a capacidade de acção do Conselho Executivo é muito limitada, carecendo de autoridade efectiva.

A gestão do pessoal não docente apresenta dificuldades quer a nível dos auxiliares, quer a nível da secretaria em que o pessoal considera ser pouco ouvido.

As instalações, espaços e equipamentos são adequados, havendo uma preocupação permanente com a sua manutenção, segurança e melhoramento. Há, porém, algumas dificuldades, nomeadamente com o Centro de Recursos ou as salas de trabalho dos professores. Há também alguns espaços de excelência, como o Ginásio, a Cozinha e o Refeitório, que foram pensados para uma apropriação por parte da comunidade educativa, promovendo a facilitação dos processos e o bem-estar.

A questão da ligação às famílias levanta aqui, como em muitos outros sítios, os problemas do costume: os mais carenciados de ligação, são os mais difíceis de atingir. Não existe, porém, de modo claro, uma estratégia de relacionamento e cooperação com as famílias, embora a Associação de Pais seja activa e empenhada, bem como bastante crítica, embora optimista com a mudança operada pela actual gestão.

4. Liderança

Suficiente

A gestão da escola herdou uma situação de instabilidade sendo o esforço actual, visível e, até certo ponto, bem sucedido, polarizado pela necessidade de reequilíbrio e estabilização.

A Assembleia de Escola apresenta algumas iniciativas inovadoras, mas o seu papel ainda é pouco activo nos aspectos mais centrais da vida da escola. Porém, o Conselho Pedagógico parece conformado com os hábitos de respeito pela antiguidade e inimizabilidade entre pares.

A inovação e a excelência surgem apenas em alguns nichos, projectos e espaços. O Conselho Executivo tem procurado uma melhoria da qualidade da escola e parece capaz de reconhecer e de se apoiar nestes nichos mas, até ao momento, não de promover a sua criação e desenvolvimento.

A participação em projectos pedagógicos locais, nacionais e internacionais é prática de apenas um grupo minoritário dos professores e departamentos, notando-se, nos cursos tecnológicos, a ausência de ligação ao mundo do trabalho. Em contrapartida, há ligações e cooperação com outras entidades, nomeadamente a nível da gestão do património e da segurança dentro e em volta da escola.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Bom

Um grupo de professores da escola tem levado a cabo um trabalho regular de auto-avaliação, que tem vindo a melhorar progressivamente os seus instrumentos de recolha e tratamento de informação bem como a alarga-lo a novos campos de análise.

Porém, a escola atravessou um período de grande instabilidade, pelo que os progressos ao nível dos resultados e mesmo dos processos, não têm sido consistentes. O ambiente da escola é de manifesta desmotivação e mesmo desconfiança quanto a uma real possibilidade de evolução positiva. Ainda assim, há indicadores que apontam para uma progressiva normalização e as dinâmicas de auto-avaliação podem levar a um progresso efectivo da escola.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O grupo de auto-avaliação realizou recentemente um estudo sobre o sucesso académico na escola concluindo que "a escola se situa claramente abaixo do esperado". Há a consciência interna deste facto e há uma preocupação com o reforço das aprendizagens havendo uma elevada percentagem dos alunos com planos de recuperação. Há, porém, resultados interessantes na Educação Física e nas Ciências Naturais e para os alunos que chegam ao 12º ano, embora constituam uma minoria, os resultados nos exames nacionais situam-se já num nível intermédio face às escolas da zona. O abandono escolar é elevado mas a escola tomou algumas medidas para o prevenir: apoios educativos, orientação escolar, abertura de alguns cursos tecnológicos, reuniões de orientação com os professores, no início do ano. Há também uma estratégia de criação de percursos alternativos.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A política da escola, a este nível, é incipiente e a escola não funciona como um todo. As decisões são remetidas para cada departamento, não havendo um plano combinado. Existem, contudo, alguns departamentos com boas práticas, como os de Educação Física, Ciências Humanas ou Ciências Naturais, o que, como se disse acima, se reflecte nos resultados. Contudo, em geral, não há uma preocupação clara em criar nos alunos uma perspectiva de trabalho avaliado continuamente (estudam para o imediato/testes).

1.3 Comportamento e Disciplina

O Conselho Executivo e a Orientadora Escolar têm feito um trabalho continuado neste domínio, o que, reforçado pela diminuição do número de alunos parece contribuir para uma progressiva prevenção e acompanhamento dos casos graves. Parece, contudo, não haver um consenso sobre um código de conduta e as regras estabelecidas no Regulamento Interno não são trabalhadas por todos os professores da mesma forma: alunos e pais referem a existência de alguma arbitrariedade no modo como os professores adoptam mecanismos de autoridade, o que é reconhecido como um obstáculo para uma melhoria dos níveis de disciplina necessários ao crescimento dos níveis de sucesso.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos não participaram na discussão/elaboração do Projecto Educativo (embora se trate de uma escola com ensino secundário e recorrente em que o nível etário dos alunos o justificaria) sendo, contudo, de salientar o esforço progressivo por parte do Conselho Executivo em contactar directamente com os alunos e as iniciativas de, por exemplo, os incluir na discussão sobre o Regulamento Interno. Embora haja uma Associação de Estudantes, não lhes são atribuídas responsabilidades ao nível das estratégias de acção junto dos alunos. Estes, por seu lado, queixam-se de que no corrente ano há coisas que estão piores mas é claro que parte da sua inquietação é transmitida pelos professores, reflexo da sua própria insatisfação (facto confirmado pelos próprios professores). Contudo, os alunos movimentam-se e focaram como uma vitória importante terem conseguido impor fila única no acesso à cantina. Há algumas actividades que promovem a auto-estima e favorecem a identificação com a escola, nomeadamente através do grupo de Educação Física e do desporto escolar.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Não há uma articulação significativa entre departamentos, nem entre os grupos disciplinares que os compõem. Os departamentos são muito desiguais, em termos de liderança, organização e práticas. É porém evidente que o departamento de Educação Física tem uma política de planeamento de actividade e intervenção, com vista ao sucesso dos alunos (política essa que é também evidente para todos os grupos ouvidos) e que o de Ciências Naturais parece ter uma cultura de trabalho continuado e em grupo que assegura um nível razoável de articulação e sequencialidade. A Orientadora Escolar realiza um trabalho interessante de apoio aos alunos e famílias na transição entre ciclos, tendo todos os alunos um relatório personalizado, nomeadamente no fim da escolaridade básica (9º ano). Contudo, as relações a montante (com a Escola Nuno Gonçalves de onde recebem quase todos os alunos) parecem difíceis, nomeadamente porque tendem a receber alunos-problema. Há uma grande carência de lideranças intermédias, nomeadamente a nível dos departamentos e o Conselho Pedagógico não ajuda na mudança da escola; as tentativas de inovação/mudança são muito individuais e personalizadas.

2.2 Diferenciação e Apoios

A escola tem uma considerável diversidade quer a nível étnico quer de nacionalidades. A política de inclusão não é clara mas também não se detectaram problemas dignos de registo, eventualmente resultante, sobretudo, de boas vontades. Há estratégias pontuais de diferenciação mas não há uma estratégia ao nível de escola. Os apoios são apresentados como a principal prática de combate ao insucesso, mas todos os actores reconhecem que, apesar dos recursos mobilizados, os resultados são bastante decepcionantes; o Apoio Educativo personalizado apenas se encontra no ensino recorrente. O projecto das Tutorias é apresentando como uma nova estratégia lançada (apreciada e bem-vinda, pelos

pais dos alunos) mas é ainda demasiado recente para que os resultados sejam mensuráveis. O Centro de Recursos Educativos (CRE) não possui um plano de intervenção estruturado em função das necessidades dos alunos ao nível da recuperação/enriquecimento das aprendizagens, mas há um apoio aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que é feito em estreita colaboração entre a orientadora escolar e a professora da educação especial. A ausência da Psicóloga (de baixa há dois anos) é muito sentida por todos os corpos da escola.

2.3 Abrangência do Currículo

A resposta da escola é irregular: há uma cultura dominante de reduzir o currículo ao cumprimento dos programas disciplinares, desvalorizando as áreas curriculares não disciplinares; contudo, há uma oferta de cursos tecnológicos e CEFs. Se os primeiros sofrem ainda de uma excessiva vertente teórica (reconhecida pelos alunos e professores que, portanto, parecem disponíveis para a sua correcção), os segundos parecem poder fornecer uma resposta importante em certas circunstâncias, tendo sido apenas aberto um na área de informática (outros, propostos, careciam de meios humanos adequados). As condições laboratoriais oferecidas são pobres mas, ainda assim, o grupo de Ciências Naturais realiza algum trabalho no âmbito do ensino experimental das ciências. Há também um professor que trabalha a área do teatro e alguns projectos interessantes na área da Educação Física e Desporto Escolar. O carácter prático e profissionalizante das ofertas educativas parece ser uma aposta de alguns dos elementos que actualmente dirigem a escola, mas não é assumida pela totalidade do corpo docente, parecendo mesmo haver fortes resistências internas.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Ficámos com a convicção de que, sempre que possível, a organização das turmas procura promover alguma estabilidade nas relações entre alunos e entre estes e professores, atribuindo, nomeadamente, a responsabilidade por todas as áreas curriculares não disciplinares ao director de turma. Os resultados desta política não são claros e são mesmo questionados por algumas das estruturas que ouvimos.

Fora disso, porém, não parece ser dada muita importância à continuidade pedagógica e os conselhos de turma apenas deixam, na última acta, algumas considerações no que se refere à constituição das turmas (sem considerações mais detalhadas relativamente aos perfis e desenvolvimento dos alunos).

Não há, na distribuição do serviço docente, uma estratégia que dê atenção ao desempenho dos professores (nem os Directores de Turmas nem o Conselho Pedagógico pretendem interferir neste aspecto) sendo a antiguidade o parâmetro principal. Diga-se que a estratégia da Educação Física é totalmente diferente, interventiva e determinada.

O Conselho Pedagógico parece ser bastante ausente como órgão coordenador e mobilizador das boas práticas, da sua difusão e respectiva avaliação, tendo sido expresso pelos representantes da Associação de Pais e encarregados de educação com quem falámos, o carácter pouco fidedigno das avaliações dos professores ("pouco rigor dos professores; absentismo; ausência de regras comuns").

2.5 Equidade e Justiça

Há um grande esforço da Comissão Executiva na promoção de igualdade nas oportunidades de acesso. Há, além disso, boas práticas do grupo de orientação escolar e apoios educativos especiais. Contudo, os resultados parecem escassos e não identificámos um idêntico empenhamento de outros órgãos, nomeadamente do Conselho Pedagógico. Mais uma vez, o comportamento dos departamentos não é homogéneo, havendo algumas iniciativas concertadas, nomeadamente na Educação Física.

2.6 Articulação com as Famílias

A escola tem feito o acolhimento aos pais no princípio do ano lectivo, mas o processo não tem uma continuidade planeada. A Associação de Pais é crítica e envolvida mas não parece conseguir dinamizar muito os pais, cuja aproximação tem como finalidade quase única a melhoria dos resultados, sobretudo no secundário. Em geral, a articulação dos pais com a escola é irregular e informal, promovida pelo Conselho Executivo e pela Orientadora Escolar mas sem uma grande evidência de resultados. A relação estabelecida pelos directores de turma não parece eficaz.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

As aprendizagens escolares são pouco valorizadas, quer para os docentes, quer mesmo para os alunos. Prevalece a ideia de que, numa comunidade desfavorecida e com fraca auto-estima, a grande maioria não terá possibilidades de chegar ao ensino superior. O acesso a cursos tecnológicos tem de ser feito no exterior da escola, pois a oferta destes cursos pela escola é ainda insuficiente e muitos alunos saem directamente para o mercado de trabalho. A situação do ensino recorrente, neste aspecto como em outros, é mais favorável. Há um forte empenhamento docente e os maiores problemas advêm até da dificuldade de os alunos manterem a frequência.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O projecto educativo é demasiado descritivo e genérico para contribuir eficientemente para o planeamento. Há muitos projectos, mas soltos, professor a professor, sem coordenação (nem conhecimento efectivo) da própria escola. Falta, claramente, uma visão partilhada. O Projecto Curricular de Escola, por exemplo, é um documento pobre.

O conselho pedagógico não se considera órgão de cúpula, remetendo uma parte significativa das suas responsabilidades para os departamentos e não funciona como liderança intermédia falhando, por isso, na sua intervenção no planeamento e na gestão pedagógica da escola. As áreas curriculares não disciplinares são todas atribuídas aos Directores de Turma, sem critérios definidos.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

Ao nível dos recursos docentes, parece existir uma cultura instalada que privilegia a antiguidade em detrimento de critérios de competência e avaliação de desempenhos, na afectação dos professores às turmas. A capacidade de acção do Conselho Executivo é muito limitada, carecendo de autoridade efectiva. Contudo, nas direcções de turma tem havido alguma capacidade de colocar pessoas com maior envolvimento e disponibilidade, embora os resultados não sejam entusiasmantes; nos departamentos e nas restantes estruturas, porém, a atribuição não obedece a critérios claros e não corresponde a uma política coerente.

Não há Plano de Formação de Escola, fazendo-se apenas levantamentos pontuais de necessidades (mais por vontades pessoais do que resultante de uma estratégia de intervenção) e o desempenho dos professores é apenas avaliado de acordo com a legislação em vigor.

A gestão do pessoal não docente apresenta dificuldades quer a nível dos auxiliares em que se verificaram queixas da disciplina, quer a nível da secretaria em que o pessoal considera ser pouco ouvido e trabalhar em condições físicas muito difíceis.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

As instalações, espaços e equipamentos são adequados, havendo uma preocupação permanente com a sua manutenção, segurança e melhoramento. Há ainda lacunas como o Centro de Recursos ou as salas de trabalho dos professores, mas estão bem identificados e são compensados por alguns espaços de excelência, como o Ginásio, a Cozinha e o Refeitório, muito bons e com acompanhamento adequado dos responsáveis docentes e não docentes. Em geral, estes espaços são pensados para uma apropriação por parte da comunidade educativa, promovendo a facilitação dos processos e o bem-estar. A escola preocupa-se com a segurança (sistemas de vídeo-vigilância, cartões de entrada e saída, simulações de planos de evacuação, ligação à Escola Segura). A nível dos laboratórios das ciências experimentais, contudo, as condições são escassas e os recursos insuficientes.

3.4 Ligação às Famílias

A questão da ligação às famílias levanta aqui, como em muitos outros sítios, os problemas do costume: os mais carenciados de ligação, são os mais difíceis de atingir. Não existe, porém, nos documentos de gestão da escola (embora apareça como objectivo do PE), uma estratégia de relacionamento e cooperação com as famílias. Quanto à Associação de Pais é activa e empenhada, bem como bastante crítica. Queixa-se dos anteriores executivos, tendo-se, contudo, mostrado optimista com a mudança. Com efeito, nota-se um empenhamento do Conselho Executivo na articulação com os pais e a acção da Orientadora Escolar, é de

realçar, embora a Associação de Pais considere que não tem havido uma política sistemática para o sucesso dos alunos (definição de normas, perfil dos Directores de Turma, atenção ao desempenho dos professores).

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

O actual Conselho Executivo herdou uma situação (recente) de grande instabilidade na gestão da escola e parece estar principalmente polarizado, de momento, no reequilíbrio e estabilização (o esforço é visível e, em certo sentido, bem sucedido), embora manifeste preocupação na hierarquização dos seus objectivos, principalmente a partir da auto-avaliação (melhor conhecimento dos resultados reais dos alunos levou a considerar o insucesso das aprendizagens e a identificação dos seus factores como 1º objectivo). Contudo, carece ainda de uma visão clara e autónoma para muitas das questões. Outras, porém, estão consolidadas e bem elaboradas como é o caso da aposta sustentada na Educação Física e no Desporto Escolar —sendo este último um fortíssimo elemento de identidade e auto-estima da escola e seus alunos— bem como em novas ofertas educativas a nível de CEFs, ensino recorrente ou de cariz mais profissionalizante como via de qualificação e modernização da escola.

4.2 Motivação e Empenho

A nível de órgãos de topo, a Assembleia de Escola é bem dirigida, com algumas iniciativas inovadoras mas com um papel ainda pouco activo nos aspectos mais centrais da vida da escola; o Conselho Pedagógico está muito conformado com os velhos hábitos de respeito pela antiguidade e inimizabilidade entre pares; o Conselho Executivo manifesta grande empenhamento na mudança e no envolvimento dos diferentes órgãos da escola e está determinado em combater os aspectos mais negativos. Porém, como os próprios reconhecem, a articulação entre estes três órgãos nem sempre é conseguida. Quanto às estruturas intermédias (Directores de Turma e Coordenadores de Departamento) o seu comportamento não é homogéneo e muitos docentes demonstram altos índices de desmotivação, que nos foi patente e que, no dizer dos alunos, lhes são passados.

4.3 Abertura à Inovação

A inovação e a excelência surgem em alguns nichos, projectos e espaços, sendo o departamento de Educação Física aquele que mais próximo parece estar de o tornar uma prática sistémica. O Conselho Executivo, com a cooperação do grupo de autoavaliação, visa uma melhoria da qualidade da escola e parece capaz de reconhecer e de se apoiar nestes nichos mas, até ao momento, não de promover a sua criação e desenvolvimento. Não se pode assim dizer que a abertura à mudança faça parte da cultura da escola enquanto organização, já que o colectivo dos Directores de Turma não é muito dinâmico, o Conselho Pedagógico é estático, e obstaculizador da mudança. Contudo, o Conselho Executivo procura inovar e conta com uma Associação de Pais com vontade de se comprometer na reflexão, cooperação, discussão dos problemas.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A participação em projectos pedagógicos locais, nacionais e internacionais é prática de apenas um grupo minoritário dos professores e departamentos. Não há ligação, nem articulações ao nível das estratégias comuns com outras escolas da comunidade, nomeadamente com aquelas de que são provenientes os seus alunos. As parcerias são, efectivamente, um dos pontos fracos da escola que é muito criticada pela sua ausência ao nível dos cursos tecnológicos na ligação com o mundo do trabalho. Em contrapartida, há ligações e cooperação com outras entidades, nomeadamente a nível da gestão do património e da segurança dentro e em volta da escola.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

O trabalho de auto-avaliação tem sido um interesse continuado de um grupo de professores da escola, que levou à Assembleia de Escola os seus resultados, com vista a promover uma reflexão sobre os

mesmos. O grupo tem vindo a melhorar progressivamente os seus instrumentos de recolha e tratamento de informação bem como a alarga-lo a novos campos de análise. Os diferentes órgãos da escola reconhecem que os mecanismos da auto-avaliação poderão levar a escola a mudar as práticas até agora seguidas (algumas opiniões vão no sentido de afirmar que "isto já começou a mexer com a escola"). No entanto, não se pode ainda dizer que a auto-avaliação seja um processo que envolva a comunidade educativa e a mobilize globalmente.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A escola atravessou, ao longo dos últimos anos, uma grande instabilidade, pelo que os progressos ao nível dos resultados e mesmo dos processos, não são ainda visíveis nem, muito menos, sustentáveis. Há demasiados pontos fracos (resultados, desmotivação dos professores, fraca participação da comunidade educativa, mau clima interno) para poderem ser ultrapassados pela vontade e empenhamento de apenas parte da comunidade. Ainda assim, há indicadores que apontam para uma progressiva normalização e as dinâmicas de auto-avaliação podem levar a um progresso efectivo da escola.

V – Considerações finais

A Escola apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- Há um grande empenhamento da equipa directiva (particularmente da presidente do Conselho Executivo) e a equipa partilha os seus objectivos;
- Grupo de Educação Física muito forte, com sucessos significativos a nível do desporto escolar, muito importante para a auto-estima da escola;
- Existência de um grupo de auto-avaliação, com trabalho continuado;
- Boas instalações e, em geral, bom material e espaços educativos.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Apresenta uma grande instabilidade a nível da gestão, ao longo dos últimos anos;
- Tem uma população discente com graves problemas sócio-económicos;
- Há uma forte desmotivação de uma parte significativa do corpo docente, com grande dificuldade de acatar a autoridade da gestão;
- Ausência de cooperação interna, e os conflitos são, em geral, mal dirimidos;
- As lideranças intermédias têm grande dificuldade e resistência a assumirem o seu próprio protagonismo;
- Dificuldade em instituir uma cultura de escola

A Escola apresenta alguns argumentos para um desenvolvimento sustentado:

- Um grupo de Educação Física muito organizado e motivado, capaz de constituir uma importante âncora para a escola;
- A existência de cursos profissionais que podem significar uma saída para uma parte importante do seu corpo discente;
- Importância do ensino recorrente como uma forma de ligação à comunidade envolvente;
- A disponibilidade do actual executivo de dar continuidade ao trabalho encetado.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Um corpo docente muito céptico e crítico;
- Uma população desmotivada, sem expectativas nem ambições;
- Dificuldades em gerar consensos e em obter a cooperação dos diferentes intervenientes.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA SANTA ISABEL

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária Rainha Santa Isabel - Estremoz, levada a cabo nos dias 11 e 12 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a Escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz (ESRSIE) tem 894 alunos matriculados no presente ano lectivo. A distribuição desses efectivos tem maior expressão no secundário, com 492 alunos, pois é a única oferta para este patamar de ensino no concelho de Estremoz e serve ainda alguns concelhos limítrofes; no 3º ciclo do ensino básico estão inscritos 297 alunos; o ensino recorrente tem 105 alunos, sendo 15 no ensino básico e 90 no ensino secundário. A Escola conta com 111 docentes e 45 outros funcionários.

A oferta escolar é muito diversificada, seja no nível do 3º ciclo do ensino básico (Curso regular, Cursos de Educação e Formação e Ensino Recorrente), seja no nível do ensino secundário (Cursos Científico-humanísticos, Cursos Tecnológicos, Cursos Profissionais e Ensino Recorrente).

A ESRSIE foi construída em 1962 e é a herdeira da Escola de Artes e Ofícios, fundada em 1924, tornada escola industrial, na década de 30, e escola industrial e comercial, na década de 60. A oferta diversificada no âmbito dos cursos tecnológicos e profissionais é de algum modo subsidiária desta herança.

A escola está a viver um processo de reestruturação dos seus espaços e equipamentos, com a construção de um elevador central, um auditório e respectivos acessos e um novo campo de jogos descoberto. É ainda de registar as boas condições nos laboratórios, bem como no equipamento informático.

A perda de efectivos da ESRSIE verificada nas duas últimas décadas deve-se à transformação da Escola Preparatória de Estremoz em EB23 e à evolução demográfica. De facto, Estremoz tem conhecido uma diminuição progressiva da população, a que se associa quebra na natalidade e progressivo envelhecimento.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação**1. Resultados****Suficiente**

A escola tem revelado mais capacidade de promover o sucesso escolar no ensino básico que no secundário. No primeiro, tem recorrido, de forma persistente, ao trabalho de equipa e à concretização de medidas inovadoras que têm contribuído para uma melhoria contínua; no segundo, tem havido menor capacidade para contrariar os elevados níveis de insucesso.

A oferta de formação é muito diversificada, em especial no nível secundário, o que torna mais exigente a aplicação de medidas de melhoria dos resultados académicos. Os alunos podem enriquecer as suas aprendizagens com a participação em projectos e actividades curriculares e extra-curriculares. A escola apresenta um ambiente de disciplina e um clima de bom relacionamento entre os vários actores envolvidos.

2. Prestação do serviço educativo**Bom**

A sequencialidade pedagógica e educativa interna é um ponto forte, que tem como contraponto a debilidade da articulação com as escolas de onde provêm os alunos. No que respeita à abrangência curricular e às oportunidades de aprendizagem, a escola apresenta um bom desempenho quer pela oferta da gama diversificada de áreas e de modalidades de formação em que se inscrevem as actividades escolares, quer pela promoção da autonomia dos alunos. Verifica-se um esforço de coerência entre práticas educativas e a avaliação.

A escola pauta-se por princípios de equidade e de inclusão social na prestação do serviço educativo. As famílias são, em geral, informadas sobre as políticas e orientações da escola. As baixas expectativas de muitas famílias a que acrescem as baixas expectativas de alguns professores prenunciam um impacto negativo nas aprendizagens dos alunos.

3. Organização e gestão escolar**Bom**

Os documentos orientadores da escola constituem efectivas linhas de orientação das suas actividades, tanto na vertente de concepção como na de planeamento. A gestão dos recursos humanos é informada e agilizada de acordo com as competências e as limitações conhecidas. A preocupação com a melhoria contínua da qualidade e da acessibilidade dos espaços e recursos escolares é um dos pontos fortes da gestão escolar. Do ponto de vista organizacional, os pais participam pouco na vida escolar, embora tenham sido envolvidos na auto-avaliação da escola. A multiplicidade de vias formativas, uma riqueza da escola, tem dificultado a organização dos horários escolares para os alunos e limitado as oportunidades de trabalho em grupo dos professores.

4. Liderança**Bom**

A escola dispõe de boas lideranças, com uma prática persistente e determinada. Os órgãos de administração e gestão actuam de acordo com as suas atribuições, numa perspectiva de cooperação institucional, embora a Assembleia não seja suficientemente envolvida em matérias importantes para a vida da escola, como seja a auto-avaliação. Os resultados escolares, associados a desmotivação entre alguns professores, constituem os factores mais preocupantes da prestação educativa da escola.

A escola procura ter uma atitude inovadora para enfrentar os problemas e enriquece as suas actividades com os recursos de parcerias e projectos. A falta de colaboração com as escolas de onde provêm os alunos é um ponto fraco a realçar.

5. Capacidade de auto-regulação e de progresso da escola**Bom**

O processo de auto-avaliação tem vindo alargar e aprofundar os campos de aplicação e constitui um bom contributo na definição de prioridades estratégicas para o funcionamento escolar e para a prestação do serviço educativo. A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na perspectiva do desenvolvimento dos seus projectos educativos e da sua organização.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A ERSIE tem melhorado os resultados no 3º ciclo do ensino básico, investindo no reforço curricular nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática no 9º ano, na codocência da Área de Projecto e do Estudo Acompanhado, e, sobretudo, no projecto “TurmaMais”, que se tem revelado inovador e eficaz. Este projecto, que começou com o intuito de combater o elevado insucesso no 7º ano, alargou-se posteriormente ao resto do ensino básico, com resultados positivos tanto no que respeita à diminuição do insucesso, como na qualidade do sucesso, pois aumentou a percentagem de níveis 4 e 5. Por outro lado, a escola tem gerado medidas diversificadas de apoio e compensação, como sejam as aulas específicas de informática para os alunos do 7º ano, os Cursos de Educação e Formação e as aulas de português para estrangeiros. Assim, os valores médios da taxa de retenção nos três anos do 3º ciclo foram de 27% em 2001/02, 23% em 2002/03 e 17% em 2003/04; já o abandono situou-se no 1%.

O mesmo não se pode dizer do ensino secundário, onde persistem elevados valores de insucesso e de abandono. De facto, a taxa de retenção atingiu os valores médios de 26%, em 2001/02, 28% em 2002/03 e 21% em 2003/04; o abandono aumentou nestes anos de referência, atingindo os valores médios de 8%, em 2003/04, destacando-se o 10º ano de escolaridade, com 13%. Como acontece na maioria das escolas com resultados mais baixos nos exames do 12º ano, a discrepância média entre as classificações internas e as classificações de exame é acentuada. De forma especial, a Matemática apresentou nos últimos anos um desvio próximo dos oito pontos.

A opção pela oferta muito variada de cursos e modalidades de formação, justificada pelo facto de esta ser a única escola secundária que serve cinco concelhos, leva a uma dispersão de esforços, que torna mais exigente a definição de medidas para a melhoria dos resultados académicos.

O projecto educativo aponta como “Visão: a ERSIE pretende ser reconhecida como a referência regional dos estabelecimentos de educação do Alentejo no combate ao sucesso e abandono”. De facto, tal poderá vir a acontecer no ensino básico, na medida em que o projecto “TurmaMais” vai ser aplicado em mais quatro escolas da área da Direcção Regional de Educação do Alentejo. Já no que respeita ao ensino secundário, a análise de resultados, considerados “preocupantes”, levou apenas, enquanto estratégia explícita de promoção do sucesso, ao reforço da carga horária de algumas disciplinas, medida que se tem revelado insuficiente para ultrapassar os problemas detectados.

A escola adoptou e tem vindo a desenvolver dispositivos de informação e monitorização minuciosa dos resultados escolares, designadamente no âmbito do processo de auto-avaliação.

1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem

A escola faculta múltiplas actividades extra-curriculares, como sejam o Clube dos Direitos Humanos, o Projecto Serra d'Ossa, o Projecto de Educação para a Saúde, o Desporto Escolar, os Clubes do Azulejo, da Poesia e das Ciências, o Laboratório de Matemática e o Jornal Escolar. Por sua vez, a Biblioteca/Centro de Recursos, inserida na Rede de Bibliotecas Escolares, oferece possibilidades de apoio académico e cultural a todos os alunos. De destacar ainda o Clube de Robótica, com enquadramento no Programa “Ciência Viva” e que desenvolveu um protótipo que ganhou um prémio num concurso nacional.

A escola tem investido fortemente na sua informatização, dispondo de ligações em rede entre o Centro de Recursos, a Sala de Professores, a Sala da Área de Projecto, a Sala de Geografia e as Salas TIC. A maioria dos computadores tem ligação à Internet.

A oferta escolar é diversificada, incluindo o espanhol como língua curricular, dispondo ainda de laboratórios relativamente bem equipados (em parte com recurso ao financiamento do Programa Ciência Viva) e recorre-se ao ensino experimental das ciências como estratégia de aprendizagem. Já as condições de que a escola dispõe para o ensino das artes não reúnem o consenso das apreciações.

1.3 Comportamento e disciplina

Os alunos têm, em geral, um comportamento disciplinado, conhecendo e cumprindo as regras de funcionamento da escola. Na percepção dos diversos actores, a Escola não tem problemas graves de insegurança nem de indisciplina; os casos mais problemáticos são tratados de forma a não afectar a

aprendizagem dos outros alunos. Há um bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários, com respeito e atenção pelos direitos e deveres mútuos.

A ERSIE aboliu os toques de campainha, com resultados que, para muitos, foram “surpreendentemente positivos”, na medida em que revelou capacidade de auto-regulação por parte dos alunos, embora alguns pensem que seria útil haver um relógio em cada sala de aula. Os pais também se congratulam pelos resultados verificados.

1.4 Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos não são muito envolvidos na discussão do projecto educativo e na programação das actividades da escola: por exemplo, o horário das reuniões do Conselho Pedagógico coincide com tempos lectivos de representantes de alunos. No entanto, em sede de avaliação interna, os alunos foram chamados a dar a sua opinião, em resposta a questionários, tendo-se revelado “o grupo mais crítico em relação a quase todas as questões levantadas”, nomeadamente em relação à capacidade da escola promover a auto-estima e o “respeito pelos outros”. Neste sentido, alguns dos clubes constituem, para um número limitado de alunos, espaços de participação cívica e de abertura às questões mais prementes da sociedade local e global.

A participação associativa acontece sobretudo quando há eleições, reduzindo-se a intervenção das direcções associativas à realização de actividades desportivas.

2. A prestação do serviço educativo

2.1. Articulação e sequencialidade

A ERSIE tem vindo a realizar um esforço de identificação de ligações entre as disciplinas, nos vários anos de escolaridade e em cada turma. Esse esforço é patente no Plano Curricular de Escola, onde a identificação das áreas de articulação se encontra muito mais desenvolvida no 3º ciclo do ensino básico que no ensino secundário. Mas, mesmo neste, essa preocupação começa a ganhar alguma evidência. A transversalidade da Língua Portuguesa é uma preocupação da escola, expressa enquanto critério global de avaliação.

Quanto à organização por departamentos, verifica-se um recuo progressivo, de tal forma que, se no início havia 4 departamentos, mais tarde passou para 8 e no ano de 2005/06 para 9, o que traduz uma lógica disciplinar, explicada por uma necessidade de trabalho que a organização em departamentos supostamente não integra.

A sequencialidade pedagógica é assegurada, sempre que possível, aplicando-se esse critério tanto para a continuidade dos professores como para a dos directores de turma. Na transição de ciclos, quando interna à escola, há um trabalho concertado.

Onde existe uma manifesta lacuna é no processo de transição entre o 6º e o 7º ano, ou entre o 9º e o 10º ano, quando os alunos vêm de outras escolas, mesmo as da mesma cidade. As dificuldades de relacionamento pessoal e institucional afectam o rigor de monitorização dos percursos escolares.

2.2 Diferenciação e apoios

Para além das medidas referidas em 1.1., o insucesso e o abandono escolares têm vindo a ser combatidos pelo reforço de horas nas disciplinas requeridas pelos pais ou pelo Conselho de Turma e pela organização de apoios educativos, dentro e fora da sala de aula. A resposta da escola tem sido mais eficaz no ensino básico que no secundário, pois proporciona ao primeiro respostas mais diversificadas, na forma de organização e nos métodos utilizados.

Os alunos em risco chegam à escola devidamente sinalizados pela professora de apoio e procura-se que haja um acompanhamento personalizado; em certos casos, os alunos são orientados para outras modalidades de formação, com base na articulação entre o trabalho dos directores de turma e os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO).

2.3 Abrangência do currículo

A escola oferece uma grande diversidade de actividades extra-curriculares, como foi ilustrado em 1.2. Acresce ainda que a Biblioteca/Centro de Recursos, inserida na Rede de Bibliotecas Escolares, oferece a todos os alunos possibilidades de apoio académico e cultural, disponibilizando materiais em suporte de papel, vídeo e informático. De destacar algumas iniciativas que têm lugar na Biblioteca, como a “Feira do

Livro”, a “Semana da Leitura”, o “Dia do Livro” e a presença de escritores para a dinamização de sessões.

2.4 Oportunidades de aprendizagem

As “aulas de substituição” foram consideradas no quadro da Coordenação da Ocupação das Aulas de Substituição (CAOS). Existem materiais e instrumentos pedagógicos e educativos que constituem recursos para essas aulas. No entanto e no dizer dos delegados de turma, as aulas de substituição, sobretudo quando são aulas de mera ocupação com actividades alternativas, têm resultado em tempos e espaços de pouca aprendizagem.

Do ponto de vista da caracterização socioeducativa, 21% da população do concelho de Estremoz não atingiu qualquer nível de escolaridade e só 22% tem mais que o ensino básico (2001), o que indicia dificuldades acrescidas na aquisição de recursos e competências mobilizáveis na sociedade de informação. Neste contexto, o relevo dado pela Escola às tecnologias de informação e comunicação tem impacto no acesso e alargamento de oportunidades escolares e sociais dos jovens.

2.5 Equidade e justiça

Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas pautam a sua acção por princípios de equidade e justiça. Verifica-se uma política activa de inclusão sócio-escolar de minorias culturais e de segmentos da população social e economicamente desfavorecidos, bem como dos que têm problemas de aprendizagem, emocionais ou outros, embora, como já foi assinalado, haja um longo caminho a percorrer em matéria de diferenciação pedagógica. O insucesso e o abandono escolares têm vindo a ser combatidos, em especial no ensino básico.

2.6 Articulação com as famílias

De forma geral, as famílias conhecem o trabalho desenvolvido na escola e tendem a considerar equilibrada a forma como se gerem os trabalhos de casa, cujos critérios estão inscritos na avaliação da escola. Em casos de maior necessidade, há uma articulação com as famílias na escolha e aplicação de estratégias de envolvimento dos alunos, com base no trabalho conjunto dos órgãos de direcção da escola e dos SPO.

2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar

Às baixas expectativas de muitas famílias e às condições sociais desfavoráveis, juntam-se a desmotivação e as baixas expectativas manifestadas por uma parte dos professores, expressas, como ponto fraco, no processo de auto-avaliação iniciado há anos. Face a estes indicadores, o desafio do Projecto Educativo de tornar a escola uma referência regional no combate ao insucesso e ao abandono parece ter já alguma resposta positiva no ensino básico, na medida em que o projecto “TurmaMais” se revelou um recurso educativo de grande potencial. No entanto, no ensino secundário, as taxas de abandono e insucesso escolares são, ainda, muito elevadas.

Os cursos de educação e formação têm constituído uma alternativa eficaz para alunos de insucesso persistente e em risco de abandono e com expectativas de um acesso próximo ao mercado de trabalho.

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

Os documentos orientadores da vida da escola não evitam a enunciação dos problemas e procuram a coerência interna e externa. O Projecto Educativo destaca o problema dos resultados escolares e o Plano Curricular de Escola revela que o esforço de articulação está mais avançado no 3º ciclo que no ensino secundário, embora não haja evidências da sua efectiva aplicação.

A escola tem procurado planear as actividades da componente não lectiva dos professores, de forma a enriquecer as actividades e os apoios aos alunos. Por outro lado, as “aulas de substituição” foram organizadas dando prioridade à substituição do professor da mesma disciplina e possibilitando o funcionamento de um sistema de troca de aulas entre os professores.

Do ponto de vista da organização escolar, a multiplicidade de vias formativas tem dificultado a organização dos horários escolares e o acesso dos alunos a recursos e actividades promovidas pela Escola.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A direcção da escola tem em conta as competências pessoais e profissionais dos professores, afectando-os a turmas e a direcções de turma, segundo o critério da sequência pedagógica, sempre que possível. A integração dos professores mais novos na Escola efectua-se através das coordenações intermédias. No início do ano lectivo, distribui-se uma agenda com múltiplas informações úteis para os professores, incluindo calendário escolar, dias de reunião, notas obtidas no exame do 12º ano pelos alunos da escola ou clubes e projectos existentes, o que pode ser considerado como uma boa prática de integração de novos docentes.

A ERSIE promove as qualificações e competências do seu pessoal não docente, incentivando-o a realizar tarefas para além das suas rotinas funcionais e promovendo a sua formação. Os serviços de apoio administrativo funcionam segundo o sistema da gestão de processos.

A instabilidade do corpo docente é reconhecida como principal problema da Escola, em matéria de gestão de recursos humanos. Um outro problema identificado é a existência de docentes com competências nas tecnologias de informação muito rudimentares, embora tal tenha um peso cada vez mais reduzido no universo dos professores desta Escola.

3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos

A ERSIE tem vindo a fazer um esforço concertado de melhoria e alargamento dos espaços escolares. As condições laboratoriais são adequadas e a escola orgulha-se de “promover o ensino experimental das ciências”. Existem salas específicas para as actividades de formação artística e a educação física conta com um ginásio e campos descobertos, pois a escola não dispõe de pavilhão gimnodesportivo.

Os recursos, espaços e equipamentos, nomeadamente cantina, laboratórios, biblioteca e outros recursos de informação, estão acessíveis, bem organizados e têm um acompanhamento adequado. O uso dos recursos financeiros disponíveis parece estar alinhado com os objectivos do Projecto Educativo. A Escola consegue captar verbas significativas, para além das provenientes do Orçamento de Estado, através de projectos e de parcerias com a Câmara Municipal e com outras instituições.

A Escola disponibiliza os seus recursos, tanto materiais como humanos, para satisfazer necessidades da comunidade, como é o caso das aulas de português como 2ª língua. Os espaços encontram-se abertos à comunidade também no início da noite, quando decorrem as actividades do ensino recorrente. Está a ser criado no espaço da Escola um “pólo de formação”, que agregará um centro de reconhecimento, validação e certificação de competências.

3.4 Ligação às famílias

Apesar de só um grupo reduzido de pais e encarregados de educação participar habitualmente na vida da escola, houve índices satisfatórios de resposta aos questionários aplicados no âmbito do processo de avaliação interna. Os pais e encarregados de educação são informados dos critérios de avaliação sumativa aplicados aos seus educandos.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

A direcção hierarquizou e calendarizou os seus objectivos e enunciou as estratégias para a resolução dos problemas da Escola, a partir do processo de avaliação interna lançado em 2001. A par do progresso verificado nos resultados académicos dos alunos no ensino básico, a ERSIE tem tido dificuldade em superar alguns maus resultados persistentes no ensino secundário. A análise de resultados considerados “preocupantes” levou, enquanto estratégia explícita de combate ao insucesso, ao reforço do tempo curricular de algumas disciplinas.

Para responder à diversidade da procura da população da área de influência, a ERSIE optou por diversificar a sua oferta de formação, tanto ao nível do ensino básico como do secundário, incluindo cursos científico-humanísticos, tecnológicos, profissionais, de educação e formação e ensino recorrente. A coexistência na mesma organização de modalidades tão diversas constitui um desafio muito exigente à capacidade de articular as condições de especificidade de cada formação com a concertação de objectivos, recursos e energias.

4.2 Motivação e empenho

Como já se referiu, o processo de auto-avaliação identificou, enquanto pontos mais fracos, as baixas expectativas e a desmotivação manifestadas por alguns professores.

Os responsáveis da Escola e das diferentes estruturas parecem conhecer a sua área de acção e as respectivas competências. A Assembleia de Escola tem tido uma participação limitada em matérias como a auto-avaliação ou a definição dos documentos orientadores.

Os casos de absentismo dos professores são devidamente monitorizados, sendo mesmo incluídos nas estatísticas da Escola constantes do respectivo projecto educativo, apesar dos órgãos de gestão considerarem ser limitada a sua capacidade de intervenção.

4.3 Abertura à inovação

Nesta escola existe abertura à inovação e capacidade de mobilizar os apoios necessários para garantir a sua aplicação e continuidade. A estratégia seguida consiste em “participar nos projectos inovadores que são propostos, na perspectiva de que, dessa forma, a escola será beneficiada”. Esta abertura manifesta-se pela participação da ERSIE na oferta de múltiplas modalidades de formação, bem como em variados projectos e programas: Ciência Viva, COMENIUS, Animadores Culturais, Bibliotecas Escolares, Modernização Administrativa, Prodesis (sumários digitais).

A “TurmaMais” constitui um outro projecto inovador da ERSIE no combate ao insucesso escolar no ensino básico. A sua pertinência foi reconhecida e fundamentada por uma avaliação externa realizada pelo Departamento de Pedagogia da Universidade de Évora.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Como se referiu anteriormente, a ERSIE construiu e beneficia de parcerias activas e outras formas de associação, seja no âmbito de projectos e programas como o Ciência Viva, Comenius, Animadores Culturais, Bibliotecas Escolares, seja sob a forma de parcerias com Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, empresas e entidades culturais, designadamente no âmbito dos cursos de educação e formação.

Em contraponto, a ligação às escolas do 2º e 3º ciclo de onde vêm os alunos que entram na ERSIE é praticamente inexistente.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da Escola

5.1 Auto-avaliação

O processo de auto-avaliação, desenvolvido desde há anos, tem sido realizado por uma equipa expressamente designada para o efeito. Embora a constituição de uma equipa responsável possa ser considerada uma vantagem, a forma como se processou levou a que, no início, grande parte da comunidade escolar tivesse sentido essa avaliação como algo externa. Com o tempo, essa atitude de distanciamento está a esbater-se.

A informação recolhida ao longo de processo de auto-avaliação tem sido tratada e divulgada, com reflexos no planeamento e na organização da Escola. Assim, o processo permitiu à escola delinear prioridades de intervenção como o aumento da formação para a actualização dos professores, quer a nível científico quer a nível pedagógico, o reforço de recursos como a biblioteca escolar/centro de recursos, o alargamento da TurmaMais e dos Cursos de Educação e Formação. De forma mais detalhada, e de acordo com o que foi declarado na apresentação da Escola, pretende-se “trabalhar a desmotivação” dos professores nos departamentos, bem como fomentar a participação dos pais, nomeadamente pela criação do “dia do encarregado de educação” (preenchido com colóquios e seminários). Procura-se, ainda, fixar o insucesso escolar abaixo dos 10%, meta válida para o 3º ciclo e para o secundário. Para este último, que se encontra mais distante dessa meta, pretende-se reforçar o estudo acompanhado e o apoio a algumas das disciplinas com mais insucesso.

A Assembleia de Escola não teve um papel relevante no processo. Em termos metodológicos, o inquérito por questionário e as entrevistas a actores privilegiados foram as técnicas de recolha de informação mais usadas.

5.2 Sustentabilidade do progresso

Os resultados alcançados e o desempenho da liderança são os factores que mais permitem afirmar que a ERSIE realiza um progresso sustentado. Para alguns sectores da escola, a aplicação das mudanças constantes no quadro legislativo e normativo tem prejudicado o progresso institucional, ao despoletar fenómenos de desmotivação nos vários actores, por não dar tempo para enraizar as mudanças e avaliar os respectivos resultados.

A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

V – Considerações finais

A escola apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- a diversidade de projectos e actividades com impacto na vida escolar dos alunos e, em certos casos, na comunidade local;
- a diversidade de oferta educativa e o esforço de adequação curricular;
- um clima disciplinado, de que o funcionamento sem “toques de campainha” é um sintoma;
- o projecto “TurmaMais”, ambicioso e inovador no combate ao insucesso escolar no ensino básico;
- o acesso alargado a equipamentos laboratoriais, informáticos e à biblioteca e centro de recursos;
- a determinação da direcção da escola, conhecedora do potencial educativo da escola;
- as parcerias alargadas, nomeadamente com as autarquias locais;
- a continuidade da aposta na auto-avaliação.

Apresenta também algumas debilidades, designadamente:

- os resultados escolares no ensino secundário;
- a articulação frágil e insuficiente com as escolas do ensino básico de onde provêm os seus alunos;
- as baixas expectativas e desmotivação de alguns professores;
- a debilidade na organização e funcionamento dos departamentos;
- as dificuldades na organização da vida escolar, expressas na qualidade dos horários dos alunos do ensino secundário.

Com a diminuição da população em idade escolar, parece constituir uma “janela” de oportunidades a incorporação, por parte da escola, de uma visão ampla da formação e da educação, tanto para a formação das crianças e dos jovens como para a formação ao longo de toda a vida, sendo os cursos do Ensino Recorrente, Educação e Formação e o Pólo de Formação, em criação, bons indicadores de adaptação aos novos tempos.

A abrangência da oferta constitui uma questão estratégica para a escola: se, por um lado, a variedade de cursos disponibilizados permite uma gama de opções alargada a uma população com poucas alternativas educativas, por outro, constitui um desafio muito exigente à capacidade de articular as condições de especificidade de cada formação com a concertação de objectivos, recursos e energias, sem repercussões negativas na organização de horários dos alunos e na possibilidade de trabalho em equipa dos professores. O trabalho conjunto com as escolas de concelhos vizinhos e com outras instituições com responsabilidades na formação podia beneficiar uma reorientação da oferta escolar de forma mais focada em áreas para quais a escola se sente mais vocacionada e está mais apetrechada.

O aprofundamento do processo de auto-avaliação, com um envolvimento mais alargado da comunidade escolar, a começar pela Assembleia de Escola, constitui uma oportunidade decisiva para a melhoria do serviço educativo e para o incremento da autonomia da escola.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA PINHEIRO E ROSA

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária Pinheiro e Rosa, em Faro, realizada nos dias 9 e 10 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este processo, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis. (Anexo 4)

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A escola foi criada em 1994/95 como escola secundária com o 3º ciclo e instalada em edifício construído de raiz e apetrechada com os equipamentos básicos em termos de salas de aula, laboratórios, oficinas e biblioteca. Actualmente por alteração da demografia, funciona como escola secundária com ofertas de formação de nível 2 e 3 nas áreas tecnológicas.

O edifício apresenta-se bem cuidado, sendo evidente a atenção prestada à sua manutenção, sem sinais de degradação ou vandalização, apesar da sua localização periférica e das características da população que tem servido, predominantemente de estratos sociais económica e culturalmente débeis. Progressivamente as instalações têm sido alargadas e melhoradas, tendo sido providenciada a construção de instalações desportivas, novos laboratórios (física, química, biologia e informática), salas de aula e de trabalho, bem como um auditório confortável. Para além das oficinas para madeiras e construção civil, devem ser mencionados a biblioteca escolar e o centro de recursos, pelo seu nível de qualidade. No que se refere aos recursos informáticos destacam-se o acesso generalizado à Internet de banda larga, a vulgarização do uso do computador por alunos e professores (a escola dispõe de cerca de 150 computadores e 15 servidores), bem como a informatização dos serviços administrativos, e a formação generalizada de todo o pessoal em TIC.

Os diferentes departamentos curriculares partilham salas de trabalho e computadores para professores e os directores de turma dispõem de espaços próprios para receber encarregados de educação com privacidade.

Neste momento a oferta educativa é essencialmente centrada em cursos do ensino secundário (científico-humanísticos e tecnológicos em regime diurno e ensino recorrente nocturno), sendo também oferecidos cursos profissionais, cursos de especialização tecnológica (CET) e cursos de educação e formação (CEF), níveis 2 e 3, nas áreas da construção civil e informática, em regime diurno e nocturno.

A população escolar é de cerca de 800 alunos, tendo cerca de 115 professores, na sua larga maioria do quadro de nomeação definitiva e 48 funcionários não docentes. A escola não dispõe de Serviço de

Orientação e Psicologia próprio, dispondo apenas de um dia por semana do apoio de um técnico de orientação, que é partilhado por outras escolas. Para apoio aos alunos foi criado um Gabinete de Apoio ao Jovem, o GAJ.

Devido à oferta educativa, a população escolar duplicou nos últimos três anos lectivos, abrangendo alunos provenientes do concelho de Faro, bem como de outros concelhos do Algarve, que procuram os cursos tecnológicos e CEFs. Tal facto é tanto mais significativo, quanto nas outras escolas secundárias da cidade, a população escolar diminuiu para cerca de metade.

Estes novos cursos têm oferecido significativas experiências de sucesso escolar – 90% dos alunos obtêm sucesso.

No entanto, em diversas turmas dos cursos do ensino secundário, nomeadamente no 10º e 12º anos, as taxas de abandono e de insucesso (classificações inferiores a 10 valores) são superiores a 25% em algumas disciplinas. No 12º ano chama a atenção a elevada percentagem de alunos que anula a matrícula em disciplinas e turmas específicas

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Suficiente

Neste domínio a escola revela situações em que os pontos fortes e fracos se contrabalançam, revelando frequentemente desempenhos muito positivos e uma acção mobilizadora, intencional e sistemática em áreas parcelares da vida e do funcionamento da escola, sobretudo no que se refere a ofertas curriculares alternativas orientadas para a inserção no mundo do trabalho. Esta é uma área que a escola gostaria de desenvolver e expandir, tendo em conta o tipo de alavancas do sucesso que tem vindo a construir. Porém, no que se refere aos cursos regulares do ensino secundário a escola tem sido menos sucedida, existindo um desencanto progressivo com os cursos tecnológicos, que se orientam menos para a vida activa e não se diferenciam suficientemente dos cursos gerais em termos de exigência académica. Decorrente do próprio enunciado do PEE, são mais valorizados os factores que afectam o clima emocional e afectivo da escola e o bem-estar dos alunos, do que o sucesso académico. Uma faixa importante da população, mal caracterizada, parece não o conseguir alcançar, transitando com muitas disciplinas em atraso, apesar da escola ter criado diferentes tipos de apoio aos alunos nestas condições e desenvolvido uma política de reconhecimento e incentivo ao mérito e ao sucesso. A diferença entre as médias das classificações internas e as médias obtidas nos exames nacionais é muito elevada.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A escola revela bastantes pontos fortes, nomeadamente no que se refere à articulação entre áreas curriculares, à organização de apoios e à diferenciação de percursos escolares, ainda que o controlo da eficácia dos mesmos não pareça sistemático nem baseado em indicadores objectivos. Apesar da actividade lectiva, em grande número de disciplinas, ser conduzida de uma forma centrada no professor e tradicional, a actividade educativa, planeada anualmente, revela uma visão abrangente e criativa de um currículo não formal, reflectida no grande número de actividades, competições e projectos, procurando diferentes oportunidades de sucesso, de modo a estimular nos alunos o gosto de aprender, competir e ganhar. A escola dispõe de um conjunto de professores muito competente e comprometido com a equidade e justiça do serviço educativo. Por isso, para além de orientar a sua acção no sentido do reforço da motivação dos alunos e da sua auto-estima, desenvolveu formas de trabalho cooperativo para encontrar respostas que melhorem o desempenho dos alunos e aumentem a confiança nos resultados da escola, embora, muitas vezes por força do empenho e iniciativa individuais.

3. Organização e gestão escolar

Bom

Neste critério a escola revela muitos pontos fortes, na medida em que de uma forma sistemática e intencional tem vindo a prosseguir uma estratégia de melhoria de condições de trabalho, de reorganização e modernização dos espaços e dos recursos, com base em procedimentos bem definidos e mobilizadores. Contudo, ainda não foram encontradas soluções para a gestão de recursos humanos que

melhorem a eficácia global da escola, correspondendo a uma estratégia bem definida e realizada com determinação. A atribuição das direcções de turma não segue critérios que evidenciem uma estratégia clara, não havendo uma selecção de acordo com perfis previamente definidos.

4. Liderança

Muito Bom

Com destaque para o carisma do presidente do Conselho Executivo que demonstra ter visão e uma estratégia para a escola que a torne uma mais valia para o sistema educativo na região, a escola dispõe de muito boas lideranças de topo e intermédias, que de forma sistemática e intencional desenvolvem uma acção mobilizadora, com procedimentos bem definidos que lhes dão um carácter sustentado e sustentável no tempo. Alguns elementos que não se enquadram nesta apreciação não apagam a abertura à inovação que predomina, nem o envolvimento em projectos mobilizadores para novas áreas do conhecimento e das expressões artísticas e desportivas, nem a mobilização para o aperfeiçoamento contínuo revelado por excelentes equipas de professores.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Bom

Neste critério a escola apresenta muitos pontos fortes sobretudo no que se refere ao progresso da escola, considerando a acção sistemática e intencional com que tem vindo a responder aos desafios de oferecer melhor educação e garantir capacidade de resposta às populações que serve. A capacidade de auto-regulação que tem revelado decorre mais da capacidade individual de diagnóstico e de reflexão do que de um processo sistemático organizacional consolidado. Considerando a capacidade de aperfeiçoamento contínuo que tem sido demonstrada, os procedimentos de auto-avaliação iniciados poderão contribuir para desenvolver uma estratégia de melhoria sistémica sustentada, com efeitos múltiplos na qualidade do funcionamento e dos resultados, menos dependentes de esforços individuais, por vezes fragmentados.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Na percepção dos responsáveis da Escola e da comunidade educativa regista-se uma melhoria global no sucesso escolar dos alunos, com destaque para os Cursos CEF, onde se registam taxas de 90% de sucesso. Tal facto contribui para que a escola tenda a medir o seu sucesso pela procura e resultados que esta oferta específica tem tido.

No que se refere aos cursos gerais e tecnológicos do ensino secundário regular, há um elevado número de alunos com disciplinas em atraso, altas taxas de insucesso e de abandono ou anulação de matrícula, sobretudo em disciplinas específicas, independentemente da dimensão da turma. A comunidade educativa tem uma noção imprecisa de sucesso, ainda não confrontada com um trabalho de análise e reflexão sobre o mesmo, incidindo e comparando disciplinas, turmas ou mesmo outras escolas com ofertas educativas semelhantes.

Apesar de ter diminuído a diferença entre as classificações internas e as notas de exame nacional do 12º ano, que chegou a ser de 6 valores, essas diferenças mantêm-se elevadas. Os resultados escolares nos cursos secundários, comparados com os referentes nacionais, colocam a escola no grupo das que se situam abaixo da mediana nacional.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola presta muita atenção a factores que considera determinantes do sucesso, como o bom ambiente, o conforto, a empatia, o trabalho cooperativo e a articulação curricular, e tal é reconhecido por toda a comunidade educativa.

O sucesso ou o êxito são reconhecidos, tendo sido instituídos quadros de valor e prémios de mérito em várias áreas de actividade, que actuam não só como reconhecimento mas também como estímulo das várias expressões do sucesso, do trabalho e do empenho.

Existem diversas iniciativas e muito bons projectos para despertar o gosto pelo saber e estimular as aprendizagens, sobretudo a níveis de maior exigência, envolvendo outras escolas concelhias da região, e outras instituições como as Universidades do Algarve ou de Aveiro. São exemplo a organização das olimpíadas da matemática, da física, da química e do ambiente, as “pinheiradas,” neste caso envolvendo diferentes áreas do saber e das expressões artísticas e desportivas, ou os diversos clubes, da Astronomia aos Trilhos da Arte, do Jornal da Escola ao Sítio na Internet.

Estão organizados diversos clubes complementares das aprendizagens das várias disciplinas, com destaque para a multimédia e TIC, e é assegurada a participação em diversos projectos nacionais e internacionais, destinados a promover o intercâmbio entre escolas geminadas, a divulgar a educação científica, as humanidades e expressões artísticas, envolvendo professores e alunos ao longo do ano.

1.3 Comportamento e Disciplina

Apesar de existirem pequenas bolsas de alunos marcados por experiências e percursos escolares negativos, o comportamento e a atitude dos alunos face à escola e ao estudo são muito bons, sobretudo junto daqueles que encontraram alternativas, tendo-se verificado uma diminuição de situações de indisciplina. A acção junto dos que se encontram menos motivados e menos sucedidos tem contribuído para resolver problemas, o que pode ser considerado um dos pontos fortes desta escola. Merece destaque o trabalho das tutorias junto de alunos que acumulam problemas emocionais decorrentes de relações familiares difíceis.

Os alunos conhecem bem a articulação hierárquica na escola.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Existe grande preocupação em promover um espírito de corpo e sentido de pertença em todos os membros da comunidade educativa, nomeadamente criando situações de festa, convívio e competição, sendo evidente, como ponto forte, o bom clima e o relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes, mesmo quando se registam algumas observações dissonantes.

É notória a aceitação da autoridade e a participação com orgulho nas iniciativas da escola. Todavia a participação como estratégia educativa para uma vida cívica activa e responsável será menos conseguida quer em termos da discussão ou mesmo do conhecimento dos instrumentos estruturantes da vida da escola. Os alunos, tal como os encarregados de educação, não participaram na discussão, ou desconhecem mesmo, o projecto educativo, o plano anual de actividades ou o regulamento interno e as suas normas de conduta. Apenas os docentes mostraram conhecer bem e ter estado envolvidos em processos sistemáticos de consulta e decisão desses instrumentos.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Verifica-se que existe, como estratégia programada, a articulação curricular entre alguns departamentos, nomeadamente entre Português e Filosofia e entre Física e Biologia, o que pode ser considerado um ponto forte desta escola, nomeadamente enquanto expressão de uma abordagem interdisciplinar e experimental.

Existem boas iniciativas individuais de articulação entre professores, mas para além da tentativa de uniformização de critérios de actuação, nomeadamente para diagnóstico de conhecimentos e de competências em todas as turmas, no início de cada ano, não existem mecanismos que facilitem o planeamento conjunto e articulado dentro e entre departamentos. Constitui, neste campo, um constrangimento, a mobilidade dos docentes (cerca de 30%), a não continuidade do par professor / turma dentro do ciclo de estudos, a não existência sistemática de trabalho cooperativo (aleadamente por dificuldades de horário e de espaços de trabalho), bem como a atribuição da direcção de turma sem obedecer a critérios de selecção adequados, constituindo, assim, um ponto fraco.

É de destacar que o departamento de Física, perseguindo uma estratégia educativa de médio a longo prazo, desenvolve um projecto em parceria com as escolas locais do primeiro ciclo no âmbito do estudo do meio físico e social que tem como objectivos desenvolver a aprendizagem experimental e o espírito

científico nas crianças, tendo sido formadas equipas diversificadas para acompanhar as crianças, o que se considera um ponto forte do serviço educativo.

Releva-se a grande atenção prestada à organização de um considerável número de clubes e projectos, ainda que nem sempre seja visível a sua articulação com o currículo formal ou com o ensino regular em sala de aula.

2.2 Diferenciação e Apoios

Devido ao elevado número de alunos com disciplinas em atraso, a escola presta grande atenção à constituição de turmas, de modo a viabilizar a frequência das aulas por níveis diferenciados ou por regimes intensivos, iniciativa que torna mais complexa a organização da escola, obrigando a rentabilizar espaços e tempos, mas cujos resultados compensam o esforço.

São iniciativas muito positivas a organização de diferentes estratégias de apoio aos alunos, nomeadamente as de tipo APA ou de “recuperação” para os que revelam mais dificuldades de aprendizagem ou têm matérias em atraso, tendo sido criado um serviço específico no âmbito da Biblioteca Escolar e do Centro de Recursos. Em paralelo, são também organizados apoios de preparação para exame final. Destaca-se, ainda, o apoio no ensino específico do português destinado aos alunos estrangeiros.

No que se refere às necessidades de orientação e apoio psicológico, a escola conta apenas com a disponibilidade de um dia de trabalho semanal de um técnico orientador disponibilizado pelo SPO em que está integrada, o que se revela manifestamente insuficiente e, apesar das diligências para dispor de um serviço próprio e autónomo, não tem obtido resposta das entidades competentes. Para colmatar esta deficiência foram criados dois gabinetes de apoio ao jovem, um com finalidades de prevenção e acompanhamento de comportamentos de risco e de informação sobre questões relacionadas com a educação para a saúde (GAJ), cujo impacto inicial se tem vindo a reduzir, e outro orientado para a informação e orientação para o mercado de trabalho e a vida activa (GAIVA), que se tem revelado muito importante considerando os índices de procura e o leque de acções desenvolvidas.

Em articulação com a direcção de turma, foram instituídas tutorias para alunos com problemas emocionais e afectivos e que revelam dificuldades na organização do seu percurso escolar, de integração na escola ou na turma, ou comportamentos desviantes

Não se dispõe de apoios adequados para alunos com necessidades educativas de carácter permanente.

2.3 Abrangência do Currículo

Apesar dos constrangimentos ao sucesso nos cursos secundários regulares já identificados, a escola desenvolve uma muito boa oferta educativa complementar, ou integrada nos planos de estudo, em que se valorizam as componentes activas e experimentais das ciências e as dimensões culturais e sociais, com particular destaque para as diferentes expressões artísticas, do teatro à música, da pintura à dança e às artes manuais.

Neste âmbito, merece referência o programa de trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Jovem na área da Educação para a Saúde que abrange várias componentes, da sexualidade à vida saudável. Na luta contra o tabagismo, a escola aderiu a um projecto de “escolas sem fumo”, tendo-se verificado uma redução dos fumadores e do consumo de tabaco entre jovens e adultos, que ficou restrito aos espaços exteriores à vedação da escola, no passeio público.

De referir, ainda, a preocupação em alargar as fronteiras da escola abrindo-se à colaboração com outras instituições, actores e espaços, preparando e organizando visitas de estudo que os alunos e os professores pagam, convidando palestrantes e estabelecendo protocolos e parcerias. Estas estratégias contribuem largamente para um relacionamento professor / aluno muito positivo e aberto.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Sempre que “possível e entendido recomendável”, procura-se manter a continuidade pedagógica, fixando os alunos e os professores às turmas, sobretudo nos CEFs. Nos cursos do ensino secundário regular não existe essa preocupação.

Existe a preocupação em estimular a assiduidade e a pontualidade, tendo sido instituídos prémios para os alunos, docentes e funcionários que nunca faltam. O absentismo está circunscrito a grupos de alunos, nos quais há vários que perdem o direito à frequência por ultrapassarem o limite legal de faltas.

Os alunos consideram que existe transparência e justiça na avaliação das suas aprendizagens e coerência entre o que é ensinado nas aulas e avaliado nos testes. Muitos professores discutem com os

alunos os seus critérios de avaliação e promovem a auto-avaliação. Se for preciso, os professores dão aulas suplementares para que sejam cumpridos os programas. Os alunos, tal como os encarregados de educação, acreditam que existem bons resultados e uma "cultura de exigência", mesmo que não saibam defini-la, nem conheçam com precisão quais os níveis de sucesso da escola por ano ou nos exames. Existe a consciência de que, apesar do trabalho desenvolvido com os professores e da evolução gradual que se tem observado, as práticas lectivas não se terão alterado, mantendo-se o padrão da aula centrada no trabalho do professor, por força da extensão dos programas e da pressão dos exames. Os dirigentes da escola têm a noção de que "as pedagogias activas têm que ser discutidas e implementadas" e que se torna necessário trabalhar e apoiar a actividade em sala de aula, para dar o salto que se impõe.

2.5 Equidade e Justiça

Os alunos consideram que existe transparência e justiça no modo como são tratados e avaliados, com regras que dizem conhecer.

A escola, de um modo geral, pauta-se por critérios de equidade e justiça, procurando encontrar soluções diferenciadas que conduzam à dignificação dos resultados. A diminuição dos casos de indisciplina e o sucesso de certas ofertas educativas são evidências significativas.

2.6 Articulação com as Famílias

Existe pouca articulação com as famílias que, em muitos casos, não revelam muita disponibilidade para vir à escola. Apesar de sublinhado que os "Directores de Turma são a cara da escola" a estratégia seguida na sua selecção não favorece o prosseguimento de uma política consistente e segura de articulação com as famílias, que não se sentem envolvidas nem na discussão nem na solução de problemas que afectam os seus educandos, em especial no que se refere ao funcionamento dos CEF. Os pais não conhecem os documentos estruturantes da organização e da vida da escola. O sistema de informação e comunicação escola / família constitui um ponto fraco apontado.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Os mecanismos de reconhecimento do valor e do mérito têm um efeito muito positivo no moral de todos os actores da escola.

O sucesso da iniciativa CEF contribuiu para reforço da auto-estima de todos os intervenientes e para alterar a auto-imagem, bem como a imagem pública da escola.

Apesar de um relacionamento menos conseguido com as famílias, estas valorizam o empenho da escola em encontrar melhores soluções educativas para os alunos, orientando-os para a vida activa e dando um sentido de importância e utilidade à escola e à educação. Estabelecem muitas comparações, com outras escolas e com esta escola nos seus primeiros quatro anos de funcionamento, para pôr em evidência as diferenças e o salto qualitativo que se pode observar

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A escola dispõe dos três documentos estruturadores do seu funcionamento e actividade educativa. O projecto educativo, elaborado para o triénio 2003/2006, parte de uma caracterização genérica da escola e do seu contexto e dos resultados de um inquérito de opinião sobre o grau de satisfação da comunidade escolar. É constituído por um longo enunciado de objectivos gerais e de linhas de actuação, sem definição de metas, cuja operacionalização e avaliação se tornará difícil e menos realista.

Os Planos Anuais de Actividade procuram responder aos objectivos e linhas de actuação enunciados indicando um conjunto de acções e projectos a desenvolver pelos Departamentos curriculares, com maior ou menor articulação com as actividades curriculares de sala de aula, ou por coordenadores nomeados para o efeito.

O planeamento curricular é da responsabilidade dos conselhos de turma, que desenvolvem um trabalho significativo na preparação do ano lectivo, mas que manifestam a sua dificuldade em gerir com eficácia os projectos curriculares de turma.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O Conselho Executivo dividiu entre si os diferentes pelouros da gestão da escola, de modo a rentabilizar as competências e as características individuais de cada um dos seus membros, que constituem verdadeiros motores de toda a actividade.

Apesar do nível de mobilidade de professores atingir cerca de 30%, a escola dispõe de um bom núcleo de professores estáveis, muitos dos quais em exercício desde a criação da escola, o que tem permitido que a eleição dos coordenadores de departamento tenha recaído em professores dinâmicos e competentes, o que constitui um dos pontos fortes da escola. No sentido de reforçar estas lideranças intermédias e de reforçar a sua responsabilidade, foram agrupados diferentes grupos disciplinares em departamentos e reforçado o seu poder de decisão.

Não foi identificada qualquer estratégia para distribuição do serviço docente, tal como não existe um plano de formação de docentes, para além das iniciativas individuais de gestão da própria carreira, que responda às necessidades da escola, apesar da consciência clara de que o trabalho de sala de aula precisa de apoio. A iniciativa de partilha de materiais através do Projecto Acessus pode constituir um ponto forte neste campo, se tiver continuidade e for explorado como plataforma interactiva institucional. Não existe uma estratégia para atribuição de direcção de turma, que dispõe de três horas semanais para o exercício de funções. Os Directores de turma "não se sentem preparados para gerir o Projecto curricular de turma".

Os serviços administrativos são bem geridos, estão motivados, estão bem equipados e têm uma boa capacidade de resposta.

O pessoal auxiliar da acção educativa é dedicado e responde bem, mas sente falta de formação específica, que valorize as suas funções.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Os espaços e instalações são adequados, havendo muito bons recursos informáticos, quer em número de computadores, quer em equipamentos multimédia, ainda que as formações promovidas e o índice de utilização acentue que ainda seria necessário mais investimento. A existência de vários servidores permitiu ligações em rede com outras escolas e o desenvolvimento de projectos comuns com forte participação dos alunos.

Os espaços estão limpos e há manifesta preocupação com sua manutenção, segurança e salubridade, estando em dia as vistorias às instalações. Foi promovida uma auditoria alimentar por iniciativa da escola e desencadeadas acções de formação para o pessoal nesta área.

Existem planos de emergência e têm sido realizadas simulações de operações de salvamento e resgate, com colaboração de organizações sociais e humanitárias locais e do programa "Escola Segura".

Os laboratórios estão bem equipados, com todo o equipamento e produtos rotulados e guardados em armários fechados, existindo regras de utilização em segurança escritas e visíveis. A utilização intensiva foi tornada possível com o patrocínio e colaboração de entidades locais, que forneceram materiais básicos para a actividade laboratorial.

Todos os espaços dispõem de boa acessibilidade.

Existe muito boa capacidade de gerir o orçamento, concorrer a diferentes fontes de financiamento e angariar patrocínios e colaborações.

3.4 Ligação às Famílias

Existe uma Associação de Pais activa e interessada, com assento na Assembleia de Escola e no Conselho Pedagógico, mas sem grande participação directa nas decisões fundamentais da escola, nomeadamente em áreas onde considera que poderia ajudar a resolver alguns problemas de funcionamento, como horários e estágios dos CEF.

O Conselho Executivo revela a maior disponibilidade para atender todos os encarregados de educação, embora não seja clara a política institucional de relacionamento com os mesmos, não existindo um comportamento comum. Deste facto resultam mais atendimentos individuais para resolução de problemas dos educandos do que mobilização das famílias, quer através da Associação, quer através dos pais representantes de turma, cuja participação na vida da escola é fraca. O sistema de informação escola / família revela-se pouco eficaz.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

É clara a liderança do Conselho Executivo, que, tendo mantido a continuidade da sua presidência, tem sabido relacionar-se muito bem com a Administração local e regional, e desenvolvido um bom plano de desenvolvimento progressivo, nomeadamente, numa primeira fase, no campo da ampliação e adequação das instalações, reapetrechamento e organização dos espaços, criando uma infra-estrutura funcional e com capacidade de resposta, e numa segunda fase na abertura de áreas de formação mais práticas, que respondam a necessidades e interesses sociais e dos alunos com inadaptação ao ensino regular.

Toda a comunidade escolar está sensibilizada para os problemas de integração na escola e existe a convicção de que as dimensões emocionais e afectivas são condicionantes do desenvolvimento intelectual e cognitivo. Os alunos reconhecem esta característica, nomeadamente nos cursos CEF, onde tem melhorado o desempenho escolar.

A escola tem promovido diversas iniciativas e organizado competições escolares em áreas científicas envolvendo outras escolas do concelho ou da região, estimulando a aprendizagem e a comparação com outros referentes. Porém, no ensino secundário regular, e em especial nos cursos tecnológicos, a estratégia de melhorar o ensino e as aprendizagens tem sido menos conseguida, sendo muito elevado o número de alunos desmotivados e com fraco sucesso.

4.2 Motivação e Empenho

O Conselho Executivo é muito empenhado na solução de problemas, estimulando as lideranças intermédias e a responsabilidade individual.

Existe uma grande identificação com a escola por parte de toda a comunidade escolar e orgulho nos sucessos alcançados, que têm transformado a escola nos últimos anos. A enorme quantidade de projectos em que a escola está envolvida traduzem a motivação e empenho dos professores que fazem as respectivas propostas que apresentam ao Conselho Pedagógico e mobilizam os alunos. O arranjo dos canteiros e o arranjo das flores nas jarras em todos os gabinetes são um exemplo do cuidado com que os funcionários não docentes tratam do ambiente de trabalho.

4.3 Abertura à Inovação

Em muitos aspectos se pode dizer que a abertura à mudança constitui um ponto forte da escola, determinada por três factores essenciais:

- O recurso sistemático às TIC, cujo departamento tem muita dinâmica e capacidade de motivar e influenciar, estando a escola integrada na rede europeia de escolas inovadoras. Destacam-se, para além de outras iniciativas mais comuns, a criação de um banco de recursos educativos de apoio aos novos currículos, essencialmente orientado para professores, construído a partir de materiais e descrições de actividades de ensino e de aprendizagem bem sucedidas, em diferentes áreas curriculares (Projecto Acessus) com materiais próprios e com referência ao recurso sistemático das TIC e da Internet em sala de aula. Este projecto está aberto neste momento também a professores de outras escolas que querem participar e desenvolver uma cultura colaborativa.
- O envolvimento em projectos experimentais, promotores de uma atitude face à aprendizagem e ao desenvolvimento de novas competências e conhecimentos. Para além do trabalho com os alunos do ensino secundário, merece destaque o Projecto Despertar para a Ciência, desenvolvido com os alunos do 1º ciclo das escolas do concelho de Faro e com uma equipa de professores dinamizadores.
- A participação em projectos nacionais e internacionais inovadores que têm aberto a escola a outras posturas profissionais, ainda que o seu impacto seja, por enquanto, restrito a grupos de professores e alunos. Merecem destaque o Clube de Astronomia e as suas actividades, mesmo fora dos períodos lectivos, e a sua ligação ao Projecto PARTNeR, desenvolvida em colaboração com as agências espaciais NASA e INTA (Espanha) no campo da radioastronomia, orientado para estudantes.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A escola encontra-se envolvida num conjunto de projectos em parceria com diferentes instituições, nomeadamente de carácter educativo. Tem tido mais dificuldade em estabelecer protocolos com entidades exteriores, da sociedade civil, para encontrar as respostas complementares da acção da escola, especificamente no que se refere a estágios para os cursos CEF.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

A escola revela um auto conhecimento mais empírico do que baseado em informação e reflexão sistemáticas.

O procedimento de auto-avaliação foi iniciado no ano activo de 2004/05 e o relatório respectivo só foi concluído recentemente, pelo que não foi ainda circulado e discutido pela comunidade educativa. Este é um procedimento de investigação ambicioso, cuja abrangência e nível de tratamento de dados explica a demora em os disponibilizar, tornando-se por isso menos útil como instrumento de trabalho e de gestão e perdendo visibilidade.

Os resultados dos alunos estão disponíveis por turma, mas esta constitui, por enquanto, a secção do relatório menos analisada e, portanto, menos indutora de uma reflexão consequente.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A escola mostra uma evolução positiva nos últimos anos. Destacam-se dois factores que mais têm contribuído para essa evolução:

- O clima de escola, a motivação dos professores, a atitude generalizada de empenho e a convicção de que a escola está a responder às necessidades da comunidade educativa;

- A procura que a escola tem tido nos últimos anos, ao mesmo tempo que as outras escolas secundárias têm diminuído a sua população escolar, o que indicia que as ofertas educativas respondem à necessidade social. É um ponto forte a divulgação que tem sido feita junto de todos os alunos que frequentam o 9º ano nas escolas do concelho e concelhos limítrofes.

Os êxitos que se verificam, nomeadamente com a organização dos CEF, obrigarão brevemente a escola a confrontar-se com a necessidade de garantir estágios e integração no mercado de trabalho, o que não dependendo da escola, poderá vir a afectar a continuidade da procura.

No que se refere aos cursos do ensino secundário, as necessidades de melhorar os índices de sucesso não são sustentadas por uma estratégia identificável, uma vez que os dispositivos desencadeados de apoio às disciplinas em atraso e a preparação para exames não parecem ser suficientes ou adequadas aos alunos que mais precisam. A atitude de desencanto dos alunos dos cursos tecnológicos, sobretudo face ao que sucede nos CEF, torna urgente um plano de relançamento daqueles cursos de nível secundário.

V – Considerações finais

Esta escola caracteriza-se por um conjunto de pontos fortes donde se destacam:

- o Conselho Executivo que é dinâmico, experiente e dispõe de uma larga base de apoio;
- o empenho e a mobilização da comunidade escolar
- um bom grupo de coordenadores de departamento curricular criativos, dinamizadores dos seus grupos disciplinares, empenhados em desenvolver uma educação e uma experiência escolar rica e diversificada, atentos às exigências do currículo nacional
- as iniciativas no campo dos complementos educativos e do enriquecimento curricular
- a atenção à integração de professores e alunos e o cuidado em melhorar as condições de trabalho quer em termos de recursos e infra-estrutura, quer em termos relacionais e afectivos.
- a especial atenção que o apetrechamento, divulgação e utilização das TIC merecem, em termos materiais, de recursos humanos e das inovações que têm sido introduzidas;
- a estratégia de reconhecimento do mérito e do valor, abrangendo toda a comunidade escolar.

Constituem áreas de maior debilidade:

- os baixos níveis de sucesso alcançado nos cursos regulares do ensino secundário, nomeadamente em disciplinas específicas, sendo de sublinhar o absentismo e as elevadas taxas de abandono em disciplinas terminais de ciclo;
- a menor relevância do desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos como meta e como prioridade, face à valorização do bem estar e do desenvolvimento emocional e afectivo;
- a fraca integração das famílias na discussão e na solução de problemas em que poderiam ser mediadoras com a sociedade civil.
- o modo como são atribuídas e geridas as direcções de turma, pouco envolvidas na gestão dos respectivos projectos curriculares e sem capacidade de liderança dos respectivos conselhos;

- a não existência de um plano de formação de professores centrado nas necessidades da escola, especificamente nas questões do ensino e da aprendizagem no ensino secundário, que ajude a gizar uma estratégia bem sucedida que as iniciativas compensatórias ou de remediação não têm conseguido.

Podem constituir verdadeiras oportunidades ou alavancas de progresso, nesta escola,

a qualidade profissional de um grupo numeroso de docentes, capaz de introduzir práticas de trabalho cooperativo; a vontade de afirmação da escola como uma instituição especializada em vias certificadas de educação secundária orientadas para a inserção na vida activa; os dispositivos de recolha e tratamento de informação que permitem passar de um diagnóstico de necessidades baseado em percepções para uma análise objectiva e um planeamento estratégico; a qualidade da sua infra-estrutura, a rede de contactos e articulações, que existe formal e informalmente com outras escolas da região.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GONDIFELOS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Gondifelos, Concelho de V.N. de Famalicão, levada a cabo nos dias 16, 17 e 18 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas de Gondifelos está situado nas freguesias de freguesias de Outiz, Cavalões e Gondifelos do concelho de V.N. de Famalicão. A Escola de Gondifelos foi criada em 1991 como secção da Escola Preparatória Júlio Brandão, de Famalicão, tendo desde sempre funcionado como Escola Básica Integrada (EBI). Em 1997 é, finalmente, criada a EBI123 de Gondifelos e em 2000 é constituído o Agrupamento Vertical de Escolas de Gondifelos que, para além da escola sede, tem 3 escolas de 1º CEB (Anta e S.Gonçalo, em Cavalões e Estação, em Outiz) e 4 Jardins de Infância (Igreja, em Gondifelos, Anta e S.Gonçalo, em Cavalões e Outeiro, em Outiz). O edifício da EBI, de construção recente, tem características pouco usuais em instalações escolares e apresenta excelentes condições.

Dos cerca de 720 alunos que frequentam o agrupamento, aproximadamente 15% estão na educação pré-escolar, 35% frequentam o 1º ciclo, 20% o 2º e 30% o 3º. Tem 67 professores e educadores e perto de 40 funcionários não docentes.

Inserido numa preocupação de promoção do nível cultural dos alunos, o agrupamento organiza, com frequência, a sua deslocação a eventos diversos, nomeadamente teatro, música e exposições de arte. O

agrupamento promove também uma forte ligação ao exterior, quer através de colaborações com entidades como o CITEVE quer em cooperação transfronteiriça, nomeadamente com uma escola da Galiza.

Os resultados da EBI nos exames de Matemática e Português do 9º ano, não foram particularmente brilhantes, havendo em Matemática, uma significativa diferença entre as notas internas e externas. Quanto a taxas de transição, embora a escola se tenha colocado nos percentis mais elevados (entre 75% e 95%), a situação é melhor no 3º CEB do que no 2º.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

Nos exames nacionais a EBI situou-se ligeiramente acima da média nacional mas não parece haver uma percepção global dos resultados e as estratégias compensatórias parecem mais orientadas para casos individuais do que para a alteração de metodologias visando a sua melhoria.

Há um significativo investimento na promoção de actividades culturais e uma preocupação sistemática com a valorização pública do agrupamento e procura-se um envolvimento dos alunos na aprendizagem, usando estratégias inovadoras. Não há indisciplina significativa e, também neste aspecto, procura-se intervir, quando necessário, com medidas inovadoras e que têm suscitado boa reacção por parte dos alunos. Estes são envolvidos em diversos aspectos da vida da escola e participam na resolução dos principais problemas através de ideias e opiniões.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A sequencialidade intraciclo é procurada a nível dos conselhos de turma, mas entre o 1º e 2º ciclo o envolvimento dos departamentos numa articulação vertical das matérias é débil, não havendo um controlo científico e pedagógico das várias disciplinas.

Os casos com necessidades de apoio educativo adicional e especializado são, em geral, sinalizados e avaliados pelo SPO e objecto de planeamento educativo especializado. Contudo, há carências técnicas nos serviços e nos professores de apoio que, apesar da dedicação demonstrada, coarctam uma resposta eficaz à multiplicidade das questões que lhes são colocadas.

Há uma real valorização de actividades culturais e o interesse pela História, Ciências, Pintura, ou TIC e Ambiente são estimulados. Embora haja alguma preocupação com o ensino experimental, não parecem suficientemente analisadas e valorizadas as melhores experiências.

A constituição das turmas e a atribuição da sua direcção são feitas de modo criterioso e só são limitadas pela instabilidade do corpo docente. Há uma interessante prática de gestão do tempo (sem toques para entrada das aulas), com efeitos positivos sobre os alunos, mas é preocupante a falta de assiduidade do corpo docente, aparentemente em agravamento.

Há uma grande preocupação de equidade e igualdade de acesso e os JI e as escolas do 1º ciclo estão também bem equipadas de material didáctico. Há uma atitude muito positiva em relação à inclusão de alunos de minorias sociais e culturais ou com problemas socio-emocionais e de aprendizagem.

O envolvimento das famílias não é muito grande, mas os pais parecem satisfeitos e apoiam as iniciativas do agrupamento.

A importância e impacto das aprendizagens é variável de corpo para corpo da comunidade escolar: se as iniciativas de abertura cultural parecem colher bem nos alunos, não parecem envolver muito as famílias. Nos professores, há um grupo muito entusiasta mas a grande instabilidade do corpo docente torna difíceis os resultados de médio prazo.

3. Organização e gestão escolar

Muito Bom

O Projecto Educativo resulta do trabalho efectuado por um núcleo designado para o efeito pelo Conselho Pedagógico e, embora haja envolvimento das entidades externas em projectos, a sua participação na definição dos mesmos, é escassa.

A gestão do agrupamento manifesta-se competente e inovadora na gestão de recursos humanos. As condições físicas a nível da escola sede do agrupamento são excepcionais, inovadoras e indutoras de um ambiente enriquecedor. Já as instalações dos JI são frequentemente inadequadas e um pouco melhores as do 1º ciclo.

A ligação às famílias é uma preocupação expressa, mas nem sempre bem conseguida, tendo-se provado difícil atrair os Pais à escola. Há, contudo, um comportamento heterogéneo, muito melhor a nível dos JI e 1º ciclo, do que posteriormente.

4. Liderança

Muito Bom

Há uma clara ambição para o agrupamento e a gestão promove um ambiente criativo e inovador, embora as estratégias encontradas nem sempre pareceram as mais adequadas para uma eficaz acção junto dos pais e comunidade.

É patente a forte motivação e empenhamento de um grupo de professores do quadro da escola, procurando-se motivar os restantes docentes e envolvê-los nas estruturas de gestão intermédia, embora persista um problema de absentismo.

Trata-se de um agrupamento que privilegia o papel da inovação e criatividade na resolução dos seus problemas, com grande abertura a novos projectos nascidos dentro ou fora da escola. Foi estabelecido um número de parcerias significativo quer a nível de órgãos autárquicos, quer de empresas, centro de saúde, associações culturais, etc. e mesmo de nível internacional.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Bom

A escola tem uma equipa de autoavaliação com a missão de acompanhar o desenvolvimento de plano de melhoria e contribuir para uma reflexão sobre as práticas educativas. Contudo, não é claro em que medida o esforço de auto-avaliação produz um efectivo impacto na alteração da organização e prática educativa.

A criação do Agrupamento trouxe mais valias ao território educativo e tem vindo a realizar um progresso sustentado, produto essencialmente de uma liderança eficaz e duma atitude de inovação.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Os resultados dos exames nacionais e provas de aferição situam-se ligeiramente acima da média nacional sendo, contudo, fracos na Matemática. Na Língua Portuguesa são mais satisfatórios, havendo, contudo, alguma discrepância entre resultados da avaliação interna e externa. Não parece haver uma percepção global, clara, dos resultados, sendo as estratégias compensatórias mais definidas para casos individuais do que pela alteração de metodologias para ensino/aprendizagem.

O abandono escolar parece ser residual, mas apesar disso há procedimentos sistemáticos de prevenção, procurando-se soluções alternativas através de intervenções articuladas dos Directores de Turma, SPO, segurança social, serviços de saúde, famílias e Conselho Executivo (que assume tutoria directa desses alunos).

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A elevação do nível cultural dos alunos e famílias (em geral baixo, correspondendo a baixos níveis de escolarização, embora não se registem grandes carências económicas) é um objectivo expressamente assumido. O agrupamento investe na promoção de actividades culturais (idas ao teatro e à ópera, visitas a museus, contactos com escritores,...), havendo sempre uma preocupação com a valorização pública da escola, nomeadamente pela demonstração de uma imagem de civismo. Esta valorização pública faz-se também ao nível dos resultados obtidos pelos alunos através de um quadro de honra.

Há um envolvimento dos alunos na aprendizagem com o desenvolvimento de competências de gestão pessoal do tempo (ausência de toques de entrada) e de espaços educativos, com áreas dedicadas às ciências, artes, história ou desporto onde se realizam actividades de enriquecimento curricular nas aulas de substituição. Infelizmente, e pese embora a importância e generosidade deste projecto que constitui um dos aspectos mais distintivos da escola, há ainda um grande número de alunos que opta mais por actividades de menor intencionalidade educativa.

Adicionalmente, algumas medidas disciplinares adoptadas são utilizadas para valorizar actividades de responsabilidade individual (ex., trabalhar na limpeza) e colectiva (ajudar no bar ou no refeitório)

1.3 Comportamento e Disciplina

Não há indisciplina significativa e quando algum caso se manifesta verifica-se uma pronta intervenção do Conselho Executivo. Sempre que há alguma ocorrência, procura-se que haja um adulto (professor, funcionário, psicólogo, encarregado de educação) que estabeleça um vínculo próximo com o aluno, acompanhe as medidas educativas disciplinares e exerça junto dele uma acção de tutoria. Foi instituído um sistema de pequenas sanções (designadas por “vitaminas” e “antibióticos”, conforme a sua gravidade), sistema que parece ser eficaz e suscita boa reacção por parte dos alunos. Contudo, alguns pais referiram desconhecerem-nas, parecendo que há, por vezes, problemas de comunicação entre os pais e a escola a propósito de questões disciplinares. Contudo, o ambiente geral é de bom relacionamento entre os diferentes elementos da comunidade educativa.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Apesar de se tratar de um agrupamento do ensino básico, existe uma Associação de Estudantes (que é apoiada pelo Conselho Executivo), com campanhas eleitorais dinâmicas e cujas actividades passam pela organização de eventos que envolvem os vários elementos da comunidade educativa (alunos, pais e professores). Os alunos são envolvidos em diversos aspectos do funcionamento e vida da escola e em alguns dos seus órgãos e participam na resolução dos principais problemas através das suas ideias e opiniões. Três situações exemplificativas: o envolvimento dos alunos na definição de uma estratégia para redução do ruído no refeitório; a definição de uma estratégia alternativa às tradicionais aulas de substituição; a existência, no refeitório, de painéis onde os alunos são convidados a afixar as suas sugestões. A Associação de Pais relaciona-se bem com o Conselho Executivo e colabora na resolução de alguns problemas (transportes, segurança das escolas, etc.), mas há queixas de falta de participação dos pais (com excepção dos JI e do 1º CEB).

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A sequencialidade entre ciclos é assegurada por reuniões, em Setembro, entre Conselhos de Turma e Directores de Turma (na transição entre o 1º e o 2º ciclo) ou entre Directores de Turma na passagem do 2º para o 3º. No primeiro caso, os finalistas fazem ainda uma visita à escola sede. Embora haja experiências pontuais positivas, na escola sede, de colaboração entre professores do 1º e 2º ciclos (vantagens da integração?), não são potenciadas nem assumidas pelo colectivo, não havendo qualquer envolvimento dos departamentos numa articulação vertical das matérias. Parece ser mais próxima e positiva a relação entre o JI e o 1º CEB, com a realização de actividades conjuntas.

A articulação e sequencialidade intraciclo é procurada a nível dos conselhos de turma (com especial ênfase sobre os alunos com dificuldades) bem como pela continuidade dos Directores de Turma. A articulação a nível departamental — embora se procure a definição de critérios de avaliação específicos e se proceda a uma troca pontual de testes — é claramente mais débil, não havendo um controlo científico e pedagógico das várias disciplinas nem sendo evidente uma real reflexão sobre os casos de sucesso/insucesso. Um exemplo foi a patente motivação e sucesso dos alunos nas Ciências Naturais (com viva referência à existência de trabalhos laboratoriais) que não conseguimos ver reflectida nem a nível dos coordenadores de departamento nem do Conselho Pedagógico. É, aliás, patente a ausência de reconhecimento de autoridade do coordenador de departamento ou mesmo do director de turma sobre os demais colegas. Contudo, nas disciplinas de Matemática e de Línguas Estrangeiras houve uma reflexão conjunta e propostas de intervenção no sentido da melhoria dos resultados.

2.2 Diferenciação e Apoios

Para além de casos dos alunos sinalizados à partida pela existência de dificuldades económicas, inserção cultural ou linguística, bem como por deficiências várias, os professores e, sobretudo, os directores de turma, através de indicadores académicos, disciplinares ou socio-emocionais, procedem a uma sinalização de outros casos com necessidades de apoio educativo adicional e especializado. Os casos sinalizados são avaliados pelo SPO e objecto de planeamento educativo especializado em articulação com outras estruturas assistenciais da comunidade.

Contudo, há carências técnicas nos serviços e nos professores de apoio que, apesar da dedicação demonstrada, coarctam uma resposta eficaz à multiplicidade das questões que lhes são colocadas. A resposta aos problemas é sobretudo remediativa, carecendo de programas que permitam treinar professores e outros agentes educativos na organização e planeamento de estratégias que previnam o aparecimento de problemas de aprendizagem e comportamento.

2.3 Abrangência do Currículo

Este é, indiscutivelmente, um ponto forte do Agrupamento. Há uma real valorização de actividades culturais (visitas de estudo a instituições e eventos culturais), há uma preocupação com o ensino experimental, promove-se o interesse pela História, Ciências, Pintura, ou TIC e Ambiente —fomentado nas actividades de enriquecimento curricular com que preenchem aulas de substituição—, há os projectos com o CITEVE e a abertura internacional com a Galiza, há inglês (já havia), música e actividades desportivas nos JI e escolas do 1º ciclo, etc. E há, claramente, o reflexo desta actuação no comportamento e atitude dos alunos.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A constituição das turmas e a atribuição da sua direcção, bem como do serviço docente, em geral, são feitas de modo criterioso e só são limitadas pela instabilidade do corpo docente. Há uma interessante prática de não usar toques para entrada das aulas, competindo aos alunos (e professores) a gestão do tempo. Não só é relevante o carácter pedagógico da medida, como é geral a opinião de que “funciona”. Já é mais preocupante a falta de assiduidade do corpo docente, aparentemente em agravamento. Para além dos efeitos nocivos, neste agrupamento, em que há, como já foi indicado, uma importante iniciativa de enriquecimento curricular associada às substituições, o seu número elevado limita muito o alcance daquela iniciativa.

2.5 Equidade e Justiça

Embora seja difícil dar acesso aos recursos da escola sede, a todos os alunos do agrupamento, há uma grande preocupação de equidade e igualdade de acessos que leva a sentir como uma limitação grave a inexistência de transportes que facilitem a sua mobilidade. Contudo, os JI e as escolas do 1º ciclo estão também bem equipadas de material didáctico. Há uma atitude muito positiva em relação à inclusão de alunos de minorias sociais e culturais ou com problemas socio-emocionais e de aprendizagem. As questões do SASE são tratadas com discrição e nenhum aluno é privado de participar em actividades por razões económicas.

2.6 Articulação com as Famílias

Embora pareça não haver um grande envolvimento das famílias nas actividades das escolas nem na definição das suas políticas e regras de funcionamento, os pais parecem satisfeitos e apoiam as iniciativas do agrupamento. A situação a nível dos JI é, porém, diferente: não só os pais e encarregados de educação parecem estar mais próximos da escola como nos foi dado ver um forte envolvimento em actividades em que as famílias foram convidadas a colaborar.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A importância e impacto das aprendizagens é variável de corpo para corpo da comunidade escolar. Se as iniciativas de abertura cultural parecem colher bem nos alunos, não parecem envolver muito as famílias. Já no tocante aos professores, há um grupo muito sensível e entusiasta mas a grande instabilidade do corpo docente torna difíceis os resultados de médio prazo.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O Projecto Educativo (PE) resulta do trabalho efectuado por um núcleo designado para o efeito pelo Conselho Pedagógico, núcleo esse que ausculta os diferentes membros da comunidade educativa. Há um vasto conjunto de projectos e actividades, mas a sua articulação com o PE parece mais ser uma construção *a posteriori* do que uma sua resultante.

As entidades externas são envolvidas em diversos projectos, mas a sua efectiva participação na sua definição é escassa (como é, aliás, no caso dos pais e mesmo dos alunos).

Procura-se garantir a continuidade pedagógica das turmas e Directores de Turma ou, pelo menos, de as atribuir a professores mais ou menos estáveis e de acordo com o perfil dos alunos. Porém, a grande rotatividade de docente é altamente limitativa desta estratégia.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

Esta é uma área em que a gestão do agrupamento se manifesta competente e inovadora. Como já foi dito, há uma preocupação na atribuição de serviço (e em particular dos Directores de Turma) por forma a garantir continuidade e estabilidade (na medida do possível, perante um corpo docente com forte rotatividade). Os docentes são incentivados a um enriquecimento profissional, na sua formação, e os novos professores são condignamente recebidos e enquadrados. A nível de pessoal não docente verifica-se uma rentabilização dos recursos na lógica de Agrupamento, permitindo-se a rápida substituição de um funcionário que falte em qualquer estabelecimento do agrupamento. A atribuição, a Auxiliares da Educação, de tarefas de elevada complexidade na gestão e apoio aos alunos quando não têm aulas (na biblioteca, laboratórios, salas TIC, corredores, segurança, etc.) revela-se altamente estruturante, estimulante e bem sucedida.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

As condições físicas a nível da escola sede do agrupamento são excepcionais, inovadoras e indutoras de um ambiente enriquecedor; as instalações estão muito bem tratadas e mantidas. A escola possui um importante centro de recursos educativos e culturais, susceptíveis de representar um importante potencial para a comunidade e dispõe de bons recursos em tecnologias de informação, laboratórios e biblioteca.

Quanto ao agrupamento, as instalações dos JI são frequentemente inadequadas, um pouco melhores as do 1º ciclo. Contudo, o Conselho Executivo tem uma estratégia clara de concentração com a construção de um centro para o 1º ciclo, estratégia que tem construído com perseverança e em articulação com as autarquias.

As dificuldades a nível de transportes escolares são limitativas do acesso de toda a comunidade às facilidades da escola sede, mas a articulação com empresas da zona tem, por vezes, obviado estes problemas.

3.4 Ligação às Famílias

Este é um domínio em que entre as intenções e as realizações há uma distância considerável. Há um reconhecimento, por parte da gestão do agrupamento (e da própria Associação de Pais), da dificuldade de atrair os pais às escolas, mas também os pais, mesmo os mais envolvidos na AP, manifestam que a informação nem sempre circula do modo mais adequado. Este comportamento é heterogéneo, sendo que é muito melhor a nível dos JI e 1º ciclo, do que posteriormente.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

Há uma clara ambição para o agrupamento, no tocante ao seu papel de promoção cultural e a gestão promove um ambiente criativo e inovador, com a procura de soluções próprias para os problemas educativos. Contudo, as estratégias encontradas nem sempre pareceram as mais adequadas para uma eficaz acção junto dos pais e comunidade.

4.2 Motivação e Empenho

É patente a forte motivação e empenhamento de um grupo de professores do quadro das escolas, procurando-se motivar os restantes docentes e envolvê-los nas estruturas de gestão intermédia. A Assembleia de Agrupamento coordena as suas funções com as dos restantes órgãos, mas o seu papel na definição de uma política educativa e na articulação com a comunidade é limitado. Há um persistente problema de absentismo que não tem sido possível colmatar e coarctar o alcance de uma estratégia inteligente e inovadora para as aulas de substituição.

4.3 Abertura à Inovação

Trata-se de um agrupamento que privilegia o papel da inovação e criatividade na resolução dos seus problemas, com grande abertura a novos projectos nascidos dentro ou fora da escola e que esta vai agarrando e incluindo no seu plano de actividades — ainda que sem a integração desejável. A atitude aberta que foi geralmente demonstrada torna a escola adaptável à mudança e progresso.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O número de parcerias estabelecidas pelo agrupamento é significativo quer a nível de órgãos autárquicos, quer de empresas, centro de saúde, associações culturais, etc. e mesmo de nível internacional, como com uma escola da Galiza. Porém, a articulação entre as diferentes escolas do agrupamento não tem ainda realizado o seu efectivo potencial, já que não tem sido possível providenciar a todos os alunos do agrupamento condições equivalentes àsquelas de que beneficiam os alunos da Escola EB12.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

O agrupamento tem uma equipa de autoavaliação com a missão de acompanhar o desenvolvimento de plano de melhoria — quer em aspectos da gestão quer de funcionamento do Agrupamento—, bem de como contribuir para uma reflexão sobre as práticas educativas. Este grupo tem recorrido a consultores externos que o têm apoiado neste esforço, mas parece existir ainda alguma dissociação entre os resultados da auto-avaliação e a definição de acções estratégicas operacionais, não sendo claro em que medida o esforço de auto-avaliação produz um efectivo impacto na alteração da organização e prática educativa.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A criação do Agrupamento trouxe mais valias ao território educativo ao nível da gestão de recursos humanos e equipamentos e tem vindo a realizar um progresso sustentado, produto essencialmente de uma liderança eficaz e duma atitude de inovação. O Agrupamento tem boas perspectivas de sustentabilidade quer em termos de população residente, quer em termos organizacionais e de liderança do Conselho Executivo, apesar da volatilidade do seu corpo docente — que constitui uma das principais ameaças ao seu progresso. No entanto, a criatividade e a flexibilidade dos mecanismos pedagógicos e de gestão escolar e o envolvimento dos seus profissionais, asseguram condições para que o agrupamento possa incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

V – Considerações finais

O agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes muito relevantes, entre os quais se destacam:

- Uma direcção muito dedicada, imaginativa e inovadora;
- Uma estratégia para o agrupamento, montada em articulação com a comunidade e com a tenacidade e visão de médio prazo;
- Excepcionais instalações, a nível da EBI;

- Uma perspectiva de intervenção cultural muito acentuada;
- Existência de uma cultura de reflexão colectiva;
- Liderança partilhada;
- Preocupação com a monitorização dos processos e com a auto-avaliação;
- Organização e funcionamento geral da escola sede, gestão dos serviços administrativos e, em geral, do pessoal de apoio do agrupamento;
- Gestão de parcerias (Fundação António de Almeida, empresas locais, IEPF, saúde, escola profissional);
- Reconhecimento e a valorização do sucesso individual ou colectivo;
- Acção disciplinar eficaz ("vitaminas" e "antibióticos").

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Rotatividade excessiva do corpo docente, sobretudo no 3º ciclo;
- Um parque escolar (particularmente no pré-escolar) a precisar de urgente intervenção;
- Insucesso nas Línguas Estrangeiras e na Matemática;
- Inexistência, por vezes, de uma percepção global, clara, dos resultados;
- Estratégias compensatórias mais definidas para casos individuais do que pela alteração de metodologias para ensino/aprendizagem;
- Deficiente articulação curricular vertical e horizontal, em particular entre o 1º e 2º ciclo;
- Carências técnicas nos serviços e nos professores de apoio;
- Fraco envolvimento e participação real e efectiva dos pais.

O agrupamento apresenta fortes argumentos para um desenvolvimento sustentado e de qualidade:

- Um corpo docente com elementos entusiastas, inovadores e dedicados, a nível dos vários ciclos;
- Uma forte articulação com a comunidade;
- Uma visão de desenvolvimento do agrupamento bem inserida nas condições reais do território.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Se perder, a nível dos órgãos directivos, o equilíbrio entre visão, inovação, entusiasmo e uma capacidade de colocação, no terreno, dos processos delineados;
- Se, a nível da gestão intermédia (nomeadamente a nível dos departamentos) não for capaz de avaliar e valorizar experiências e aproveitar os seus aspectos positivos;
- Se não houver um progresso efectivo nos resultados académicos, em especial na Matemática e Línguas Estrangeiras.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRAGAIA

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Agrupamento de Escolas de Miragaia, concelho do Porto, realizada nos dias 23, 24 e 25 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas de Miragaia tem a sua sede na EB2,3 de Miragaia, escola instalada num edifício construído de raiz há nove anos de acordo com um projecto especial de arquitectura adaptando a tipologia da escola à topografia da escarpa sobre o rio Douro, no centro histórico do Porto. Apesar da construção recente o edifício, que tem alguns erros de concepção (problemas de acústica, dificuldades de aquecimento) apresenta já um certo grau de degradação, estando a decorrer obras de conservação.

A área de influência do agrupamento estende-se a três freguesias: Miragaia, S. Nicolau e Vitória, sendo o Agrupamento constituído por 3 jardins-de-infância (um por freguesia) e três escolas do 1º CEB igualmente distribuídas pelas três freguesias. Uma das escolas – a de S. Miguel na freguesia da Vitória – será encerrada no próximo ano lectivo.

Frequentaram o Agrupamento em 2003 cerca de 780 alunos, oriundos na sua maioria de estratos socioeconómicos e culturais baixos; este número, porém, tem vindo a decrescer. Cerca de 50% dos alunos é abrangido pelo SASE, 90% dos quais no escalão A.

As taxas de transição no 2º e 3º ciclos colocam a escola nas 25% inferiores, quando considerado o universo das escolas destes níveis de ensino do país, mas o abandono escolar é nulo. Nas provas de aferição do 9º ano os alunos do Agrupamento obtiveram resultados bastante inferiores à média nacional.

A oferta educativa do Agrupamento dirige-se fundamentalmente a alunos do ensino básico abrangidos pela escolaridade obrigatória e a alunos em risco de abandono ou mesmo a jovens que tendo abandonado a escola, retomem o estudo. Daí que o Agrupamento procure resposta para esta população na diversificação de oferta formativa alargando a Planos Integrados de Educação Formação de nível 1 (PIEF) ou Cursos de Educação Formação nível 2 (CEF).

Prestam serviço neste Agrupamento cerca de 100 docentes que, apesar de se tratar de uma escola do centro do Porto, registam uma elevada rotatividade anual (cerca de 50%) e 40 funcionários administrativos e de apoio educativo.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Suficiente

Este domínio-chave apresenta-se como o mais débil do Agrupamento. O sucesso académico, atestado pelas taxas de transição, pelos resultados em provas nacionais e pela própria percepção da comunidade escolar, é claramente insuficiente. Com problemas graves ao nível da disciplina e do comportamento, campo onde também a escola-sede do Agrupamento enfrenta grandes dificuldades e onde os resultados ficam muito aquém do desejável, os professores tendem naturalmente a valorizar os sucessos comportamentais e a não colocar a ênfase nos sucessos académicos.

Mais positiva é a valorização dos saberes e da aprendizagem, em relação à qual, apesar do contexto adverso, tem sido feito esforço, pelo Agrupamento. No mesmo sentido vai a participação dos alunos na escola e o desenvolvimento cívico onde, apesar da existência de pontos negativos, há sinais positivos e algumas acções concretas para estimular a aquisição destes valores, por parte dos alunos. O aspecto mais positivo deste domínio-chave reside numa taxa de abandono nula, resultado de uma persistente política de inclusão.

2. A prestação do serviço educativo

Bom

A abrangência do currículo é um aspecto em que o Agrupamento apresenta um desempenho muito positivo. Com uma oferta centrada na população que serve, começam a ser visíveis resultados positivos desta política.

Também na diferenciação da prestação do serviço educativo aos alunos com mais problemas, o Agrupamento tem um bom desempenho, embora haja dificuldades em dar resposta adequada aos alunos com percursos curriculares normais, que poderiam ter resultados superiores.

Como aspectos menos positivos, a nível do Agrupamento, temos a articulação entre ciclos, e intra-departamental (na EB2,3) que são incipientes, ao contrário da muito boa articulação entre jardim-de-infância e 1º ciclo, ou intra 1º ciclo. Relativamente ao sentido de equidade e justiça, se por um lado as oportunidades são, à partida, iguais para todos, por outro, os alunos que têm menos problemas acabam por ser prejudicados nos recursos que lhes são afectados.

Do ponto de vista da articulação com as famílias, algumas boas práticas, com resultados, misturam-se com uma certa apatia por parte da escola. Fortemente penalizada pelo meio social é também a avaliação da valorização e impacto das aprendizagens que é manifestamente insuficiente.

3. A organização e gestão escolar

Suficiente

O serviço prestado pelo Agrupamento é melhor do que a organização para a sua prestação. De facto, neste domínio-chave, destaca-se uma razoável gestão dos recursos humanos onde, apesar da elevada

rotatividade dos professores, há preocupações com a sua formação e desempenho. Não há, porém, mecanismos sistemáticos de avaliação para a detecção precoce dos problemas. Apesar do défice de formação de base do pessoal não docente, a gestão procura melhorar o seu desempenho e tem uma actuação que é avaliada como justa.

Em todos os outros factores os aspectos positivos convivem com aspectos negativos: a concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade, muito centrada nos Conselhos de Turma, não tem o devido mapeamento nos Departamentos; às boas instalações das escolas de 1º ciclo, contrapõe-se um edifício da EB2,3 com muitos problemas; os recursos da EB2,3 não são devidamente partilhados com as EB1e, também na ligação às famílias, a situação é bastante desigual.

4. Liderança

Muito Bom

Este é o domínio-chave em que, globalmente, o Agrupamento tem melhor desempenho. Numa encruzilhada de estratégias e num momento de mudança dos órgãos de gestão, as equipas de gestão apresentam-se muito motivadas e empenhadas, bem mais do que a média dos professores. Com uma Assembleia que funciona e procura ter uma palavra a dizer em aspectos decisivos da vida do Agrupamento, a visão de um Agrupamento orientado para a valorização da população estudantil e a consciência da importância da escola como factor de promoção humana e social da população, é partilhada por todos. Há, porém, alguma indefinição e diversas opiniões internas sobre a estratégia a seguir para implementar esta visão. As muitas parcerias, protocolos e projectos, em curso, relevantes para os alunos, são outro ponto forte do Agrupamento.

5. Capacidade de Auto-Regulação e progresso do agrupamento

Suficiente

Este é um domínio-chave onde no futuro o Agrupamento poderá, com alguma facilidade, apresentar um melhor desempenho. A experiência de auto-avaliação levada a cabo no ano de 2003/2004 foi muito rica, mas não teve seguimento nem provocou as desejadas acções de melhoria. Também a sustentabilidade do progresso poderá ser maior quando o Agrupamento encontrar um rumo estratégico e ultrapassar as divisões que os momentos de decisão sempre acarretam.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O sucesso académico, na EB2,3, é reduzido. Dadas as características sociais dos alunos do Agrupamento, com muitos e graves problemas ao nível comportamental, a Escola centra a sua atenção prioritariamente nas componentes comportamentais e nas atitudes dos alunos. Os resultados académicos são, ainda assim, muito diferenciados e dependentes do professor concreto e da turma, o que induz a ideia da não existência de processos sistemáticos para abordar esta questão. Há no entanto acompanhamento e monitorização dos resultados.

Globalmente, no 2º e 3º CEB, as taxas de transição estão bastante abaixo da média nacional, particularmente no 7º ano. No entanto, o abandono escolar é nulo, para o que concorre a oferta de CEFs, que têm sido fundamentais no progresso dos alunos que neles estão integrados, havendo casos de mudança radical nos comportamentos, ao fim de algum tempo de frequência dos cursos.

No 2º e 3º CEB o centro nevrálgico do combate ao insucesso é o Conselho de Turma, estando esta estratégia alinhada com a concepção de currículos adaptados à turma, que o Conselho Executivo defende e extensivamente promove.

A disparidade de classificações é um facto, sobretudo numa escola onde a maior ou menor valorização das componentes comportamentais e de atitudes faz uma grande diferença. A preocupação é que, dentro da mesma turma, os critérios sejam afinados e aplicados de forma homogénea, não sendo a

homogeneidade entre turmas um objectivo. Contudo, os Departamentos procuram definir critérios de avaliação, mas cada professor faz a sua interpretação destes critérios.

Os resultados das provas de aferição no 9º ano comprovam as dificuldades do Agrupamento: quer na prova de Língua Portuguesa, quer na de Matemática, a Escola EB2,3 de Miragaia apresenta resultados claramente inferiores à média nacional. A diferença entre as classificações internas e as externas só confirmam o grande peso aos comportamentos e atitudes, em detrimento dos conhecimentos e, se tivermos em linha de conta que a maioria dos alunos da EB2,3 provém de escolas do próprio agrupamento, estes resultados caracterizam-no, globalmente.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

O alargamento das experiências educativas a outros contextos diferentes das aulas curriculares, está previsto no Plano Anual de Actividades, contemplando propostas de complemento e enriquecimento curricular. No entanto, algumas destas actividades ou não estão activas no momento presente, (caso da rádio apesar do belíssimo equipamento ou da horta que pareceu abandonada), ou não mobilizam os alunos. A excepção são as actividades artísticas ou de levantamento do património. Os clubes funcionam em paralelo com a componente lectiva, mas também eles parecem seguir a lógica de programa a cumprir.

A aprendizagem da cidadania é claramente uma área privilegiada pela escola. mas não foi possível identificar estratégias claras e sistemáticas para atingir este objectivo.

A componente experimental e científica não é enfatizada nem pareceu estrategicamente desenvolvida pelo departamento das ciências; os laboratórios não funcionam e são espaços pouco apelativos e relativamente mal apetrechados, servindo normalmente de espaço para outras aulas de várias disciplinas.

As actividades desportivas e da educação física pareceram estar mais estruturadas e desenvolvidas colectivamente por todos os docentes ainda que sendo visível a necessidade de melhorar as estruturas ao ar livre e o apetrechamento.

1.3 Comportamento e Disciplina

O Agrupamento, e em especial a EB2,3, apresenta grandes dificuldades na área comportamental e na disciplina.

No meio social onde o Agrupamento se insere, expulsar um aluno ou mandá-lo para casa não contribui para resolver o problema já que, normalmente não tem para onde ir e volta com as mesmas atitudes. Ainda assim, a escola procura agir disciplinarmente nos casos mais extremos

Os funcionários são maioritariamente da zona onde o Agrupamento se insere o que, por vezes lhes limita a autoridade, mas noutras ocasiões é facilitador da comunicação.

Embora se diga que, no 1º ciclo, não há problemas de disciplina, tal não pareceu assim, durante a visita efectuada a estas escolas. A continuidade pedagógica e a mono-docência são invocadas para justificar essa melhor disciplina. Porque a mudança para um espaço novo, aliada à multiplicidade de professores, tende a provocar roturas em alunos que vivem em equilíbrios frágeis, foram feitas propostas para atacar este problema como manter o 5º ano nas escolas de 1º ciclo e serem os professores a deslocarem-se mas essas propostas não foram aprovadas em Conselho Pedagógico.

Os pais e a sua associação caracterizam o ambiente da EB2,3 como muito mau, com grande falta de segurança e muitos alunos com comportamentos desviantes. Os pais dos alunos do 4º ano têm medo de os colocar na EB2,3 (mais de metade, não vão para lá) e esta tem vindo a perder alunos de uma forma sistemática. Na opinião dos pais, a Escola vive num ciclo vicioso em que os CEFs e os PIEFs afastam os alunos do 2º ciclo, tornando necessário aumentar o número de alunos dos CEFs e PIEFs para justificar a existência da escola e defendem que estes cursos deveriam ser apenas para os alunos da própria escola que necessitem de currículos alternativos.

Contudo, o comportamento dos alunos dos CEFs, em ambiente de trabalho durante os estágios, é reportado como sendo exemplar, o que pode ser explicado, em parte, por não serem, maioritariamente, do mesmo bairro. Afirmções como "A escola a 20 metros de casa não facilita a alteração de comportamentos face à rua" ou "Deslocá-los para outros ambientes tem sempre resultado em comportamentos civilizados" exemplificam este sentir. Vista pelo lado dos alunos, a indisciplina existe, resultando em grande parte de rivalidades entre grupos que passam de fora para dentro da escola e vice-versa.

Em resumo, pode-se dizer que a abordagem à indisciplina (variável, nos tipos, nos momentos e nas épocas) é pedagógica e integradora, mas pouco firme, o que não resulta num bom ambiente.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

A escola procura uma relação forte com a comunidade, desdobrando-se em parcerias e procurando contribuir para a qualificação do ambiente envolvente. Contudo, isso levou a que, nas palavras da Presidente do Conselho Executivo, a escola se tenha *guetizado*, fechando-se sobre si e sobre o próprio tecido socio-cultural da comunidade e levando a uma imagem negativa, que poderá explicar, também, os 50% de rotatividade anual do corpo docente. Apesar deste estigma negativo e do abandono a que esteve votado o centro histórico, a luta da escola tem sido a de desenvolver um projecto educativo de valorização e elevação da comunidade, levando os alunos a conhecer e respeitar melhor o seu património, a promover a sua relação com as instituições locais como os lares de idosos ou outras de apoio a crianças.

No entanto, não parece existir qualquer envolvimento dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes do Agrupamento ou da EB2,3, nem, tão pouco, a nível do Projecto Curricular de Turma. Por outro lado, os clubes surgem das disponibilidades de horas dos docentes e não dos interesses dos alunos. Também não há, actualmente, Associação de Estudantes.

Há no entanto algumas tentativas de criar algum sentido de responsabilidade nos alunos e de ouvir as suas sugestões, como por exemplo, fazer os alunos do 5º ano deixarem as mochilas nos cacifos, sendo estes depois responsabilizados por irem buscar os cadernos para a disciplina que vão ter no bloco seguinte, ou anuir ao seu pedido de, no curso CEF de IRC e em aulas de TIC, ouvir música quando trabalham, e que melhorou o comportamento dos alunos.

A reunião com alunos delegados de turma confirmou as dificuldades de contexto com que o Agrupamento se depara. Genericamente os alunos apresentaram um discurso muito pouco estruturado, uma linguagem pobre, e ausência de sentido cívico ou social.

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A gestão flexível do curriculum, ao nível de turma, é um paradigma mais teórico do que prático. A articulação ao nível da turma não é grande, apesar de existirem reuniões mensais dos Conselhos de Turma (nos CEFs e PIEFs são mesmo semanais). Os Directores de Turma funcionam mais como facilitadores das relações do que como coordenadores pedagógicos da turma, função para a qual não lhes é reconhecida autoridade pelos colegas. Foi referido que há professores que não absorvem o espírito da Escola e insistem nos currículos standard, ignorando as aprendizagens anteriores (ou a falta delas).

A coordenação e a articulação entre os ciclos são reconhecidas como uma lacuna importante. Há algumas boas práticas, tais como a existência de reuniões entre os professores das turmas do 4º ano com os Directores de Turma dessas turmas no 5º ano, ou o planeamento integrado de actividades entre o 1º CEB e o pré-escolar ou ainda o acolhimento dos meninos do 5º ano pelos alunos do 9º. Contudo, na transição, a informação transmitida é sobretudo de carácter comportamental/disciplinar e menos sobre as aprendizagens.

Como pontos negativos pode-se apontar a ausência de articulação fora das mudanças de ciclo, não existindo a prática de os professores do 2º e 3º ciclos apoiarem os professores titulares no 1º ciclo.

A articulação departamental é feita através de reuniões periódicas, normalmente antes ou depois das reuniões do Pedagógico, também com objectivo de veicular informações. A articulação ao nível das disciplinas é bastante facilitada pelo facto de ser uma escola pequena, com relativamente poucos professores em cada disciplina/nível. Os Departamentos, porém, trabalham geralmente de forma estanque e a síntese é feita ao nível dos Conselhos de Turma e, embora as coordenadoras dos Departamentos sejam professoras antigas na escola, ainda não assumem a orientação pedagógica e científica dos colegas.

2.2 Diferenciação e Apoios

O Agrupamento preocupa-se muito com as necessidades educativas dos seus alunos e pensa estratégias para ir ao encontro delas. O Conselho Executivo propôs a criação de uma turma só com alunos com

necessidades muito específicas (alguns mesmo em tratamento clínico, psicológico, ou a fazer medicação), descriminando-os positivamente e afectando-lhes todos os apoios disponíveis, com base mesmo no voluntariado de professores. Este projecto não foi aprovado pela administração por ser considerado discriminatório. Na opinião da gestão, a inserção numa turma normal não foi a melhor solução.

Por outro lado, a diferenciação positiva, dos alunos com especiais capacidades, é extremamente prejudicada por todos os recursos da escola estarem voltados para os 20% da população mais problemáticos. Contudo, pela primeira vez, este ano, foram montados planos de desenvolvimento para os bons alunos.

A gestão do Agrupamento é claramente favorável à constituição de turmas diferenciadas que permitam o estabelecimento de percursos diferenciados tão cedo quanto possível.

Os serviços de Apoio constituem um dos pontos fortes deste Agrupamento. É feita a sinalização precoce dos alunos carenciados de qualquer forma de apoio, desde o socioeconómico, ao psicológico e ao relativo ao processo de ensino / aprendizagem. O levantamento das necessidades educativas de cada aluno parte da escuta activa das educadoras e dos professores titulares, dos Directores de Turma ou mesmo de funcionários, sendo desencadeados mecanismos e recursos da escola aos primeiros sinais de alerta. Há um trabalho muito articulado da professora coordenadora dos apoios com os professores e com a psicóloga (que trabalha todas as escolas do Agrupamento). Esse acompanhamento dos alunos, desde o pré-escolar, permite a sua integração em turmas mais adequadas à sua socialização e com professores mais experientes; reajustam-se ainda, permanentemente, os planos curriculares dentro e fora da sala de aula.

As técnicas e os professores de apoio falam com muito orgulho e dedicação dos seus casos especiais e mais complicados e conseguem recursos específicos para eles. Para estes alunos a selecção da turma, do Director de Turma e mesmo do currículo é extremamente cuidada. No entanto, a maioria dos alunos não está incluída neste grupo e tem poucos apoios.

Atenta aos resultados dos exames nacionais, a EB2,3 introduziu 45 minutos extra no horário a Português e Matemática no 9º ano, para os tentar melhorar.

A escola tem uma psicóloga mas não tem Assistente Social. A psicóloga trabalha com as várias escolas do Agrupamento.

2.3 Abrangência do Currículo

Este é um ponto forte do Agrupamento. Há uma real valorização de actividades culturais e de enriquecimento curricular de âmbito musical, desportivo, literário, científico, bem como actividades comemorativas de efemérides e outros eventos que se desenvolvem ao longo de todo o ano lectivo e que visam proporcionar aos alunos oportunidades de aprendizagem alternativas à sala de aula.

A abrangência do currículo é grande e bastante adaptada ao meio socio-económico onde o Agrupamento se insere. Há uma oferta significativa de CEFs e são ainda oferecidos PIEFs. Tem existido o cuidado de, ao longo dos anos, diversificar as áreas de formação para facilitar as saídas profissionais (operador informático, instalador e reparador de computadores, auxiliar de infância e idosos, empregados de mesa, etc.). O curso de empregados de mesa parece ser um sucesso, dados os progressos a todos os níveis que os alunos têm feito. A EB2,3 pretende diversificar mais ainda a oferta ao nível dos CEF, que nesta escola são de dois anos, pelo que normalmente só ao nível do 8º ano os alunos são encaminhados para eles.

O Agrupamento viu aprovada a sua candidatura a Centro de Reconhecimento de Competências, inserido numa estratégia de trazer os pais dos alunos para a escola.

O impacto mais negativo desta estratégia de diversificação da oferta curricular é a diversidade de idades, sobretudo causada pelos PIEFs, que poderá levar os pais a não colocarem os seus filhos do 5º ano nesta escola.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A EB2,3 de Miragaia tem uma grande rotação de professores. Este é aliás um dos maiores obstáculos à disseminação de uma cultura própria, que a escola afirma ter, entre os seus professores. Assim, é difícil considerar a relação entre alunos e professores na sua afectação às turmas.

A assiduidade e a pontualidade fazem sistematicamente parte dos critérios de avaliação, mas a forma como são valorizadas depende de cada professor.

Globalmente, parece haver uma grande coerência entre o ensino e a avaliação, uma vez que valorizando-se muito as atitudes e comportamentos, estes têm um grande peso na avaliação, em detrimento dos conhecimentos curriculares.

2.5 Equidade e Justiça

A sensação geral que perpassa das várias entrevistas realizadas no Agrupamento é que a preocupação com os alunos com mais problemas é tão grande, e são neles concentrados tantos recursos e tanta atenção, que a injustiça parece advir para os alunos com percursos curriculares normais.

Do ponto de vista dos horários, eles são iguais para todos os cursos, anos e turmas, terminando todos os dias às 16h30. Este esquema de horários é percebido pelos pais como gerador de alguma conflitualidade ao juntar de manhã os alunos de todos os ciclos. Foi defendida uma estratégia em que os ciclos funcionassem em períodos alternados, diminuindo a sobreposição de faixas etárias muito diferentes.

Relativamente à equidade na aplicação da justiça, a opinião de alguns encarregados de educação é de que há alunos que não respeitam nada nem ninguém, com comportamentos graves, e que não são devidamente penalizados.

Os jardins-de-infância e as escolas do 1º ciclo estão bem equipados de material didáctico, mas nem todas as Juntas de Freguesias contribuem para o orçamento do Agrupamento da mesma maneira ou seguem com a mesma sensibilidade o Plano de Actividades do Agrupamento.

Do ponto de vista pedagógico há uma atitude muito positiva em relação à inclusão de alunos de minorias sociais e culturais ou com problemas emocionais e de aprendizagem. As questões do SASE são tratadas com discrição e nenhum aluno é privado de participar em actividades por razões económicas.

2.6 Articulação com as Famílias

As famílias não conhecem bem o que se faz na escola, muitas vezes porque elas próprios não passaram por estes níveis de escolarização. Esta é uma dificuldade real para o envolvimento os pais. A dificuldade aumenta ainda quando muitos dos encarregados de educação são avós, moradoras na zona, uma vez que os pais trabalham e moram na periferia da cidade. No entanto, quando, por exemplo, lhes foi solicitada a participação na resposta a um inquérito de autoavaliação, cerca de 200 em 330 responderam, sendo possível verificar que os pais acompanhavam os trabalhos escolares dos filhos, tendo uma imagem positiva da escola.

Também no 1º ciclo as famílias não vêm muito à escola, embora haja uma interacção muito directa entre os professores titulares da turma e os pais. No pré-escolar há um envolvimento muito maior dos pais, que vão mesmo às salas fazerem actividades. Quer no jardim-de-infância quer no 1º ciclo, os pais vêm quase todos às festas da escola ou às festas da freguesia, colaborando mesmo na própria festa.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A valorização e impacto das aprendizagens no desenvolvimento da comunidade escolar não parece ser proporcional ao investimento e ao esforço desenvolvido pelos professores e órgão de gestão. Algumas famílias revêem-se na escola e reconhecem o esforço da diversificação da oferta, embora pareça estar a emergir alguma conflitualidade com a direcção da Associação de Pais que rejeita a opção pelos PIEF ou CEF para alunos que não sejam oriundos da comunidade escolar; sentem esse alargamento como uma ameaça à segurança dos filhos, responsabilizando-a pela degradação do ambiente escolar. Se as iniciativas de abertura cultural parecem colher bem nos alunos, não parecem envolver muito as famílias. Já no tocante aos professores, há um grupo muito sensível e devotado à escola, mas a grande instabilidade do corpo docente torna difíceis os resultados de médio prazo.

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O Projecto Educativo, o Plano Anual de Actividades e o Regulamento Interno resultaram do trabalho efectuado por um núcleo designado para o efeito pelo Conselho Pedagógico. Na sua elaboração foram auscultados os diferentes membros da comunidade educativa e foram postos a consulta e aprovados. Há

um vasto conjunto de projectos e actividades, porém, a sua concepção e desenho não parecem ser uma consequência nem um instrumento ao serviço da concretização do Projecto Educativo.

A nova Presidente da Assembleia acredita que é possível definir uma estratégia para o Agrupamento e linhas orientadoras da sua acção coerentes e articuladas que constituam uma resposta eficaz aos problemas diagnosticados, o que passa naturalmente pela articulação com o Conselho Executivo e com os outros parceiros locais (centros paroquiais, zona jovem da Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico, Museu Soares dos Reis, Biblioteca Almeida Garret, Alfândega, CRAT) aproveitando as suas dinâmicas e rentabilizando sinergias.

Nos 2º e 3º ciclo quase toda a actividade é organizada e gerida ao nível do Conselho de Turma, que é o centro nevralgico da sua concepção, planeamento e desenvolvimento. A Área Projecto é planeada em Conselho de Turma e alinhada com o Projecto Curricular de Turma. O Estudo Acompanhado é usado a fazer os trabalhos de casa. Estas áreas não curriculares são também usadas para aumentar a capacidade dos alunos de interpretar aquilo que lêem, causa importante de insucesso em todas as disciplinas.

Pedra de toque na organização das actividades na EB2,3, e ponto de discussão dentro da comunidade escolar, são os horários que este ano entraram em funcionamento: 3 blocos de 90 minutos de manhã, com apenas um intervalo de 30 minutos a meio, e apenas duas tardes ocupadas até às 16h30. Estes horários tinham como objectivo facilitar a articulação entre os professores, mas são avaliados pelos Directores de Turma como muito negativos para o rendimento dos alunos e mesmo para os próprios professores, uma vez que as manhãs se tornam extremamente cansativas. Curiosamente, os alunos gostam muito dos horários, por saírem às 16h30, e dizem não se ressentir dos 3 blocos da manhã.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

Como já foi dito, há, na medida do possível, uma preocupação na atribuição de serviço (e em particular das Direcções de Turma) de forma a garantir continuidade e estabilidade. É ainda de referir a preocupação de estruturar um plano de formação centrado na procura de respostas concretas para os problemas da escola. Regista-se ainda a preocupação com a inclusão dos novos professores, de modo a explicar-lhes o contexto e os princípios orientadores do Projecto Educativo.

Não há avaliação explícita de desempenho dos professores mas perante evidências de desempenhos negativos, pedagógicos ou científicos, os Coordenadores de Departamento agem, em particular, em conversas a dois. Há situações em que os professores aceitam a orientação e as coisas melhoram, e há situações em que os professores acabam por meter atestado médico. Foi ainda afirmado que os professores têm muita relutância em coordenar-se com os colegas e muitas vezes nem sequer conseguem aceitar ajuda ou colaboração de professores mais experientes.

O critério da afectação dos professores às turmas é o das preferências dos professores e os horários. A distribuição do serviço é feita na Comissão de Horários, segundo as preferências dos professores, e o Conselho Pedagógico não estabeleceu regras para isso. A prática tem sido garantir os anos terminais de ciclo com os professores do quadro do Agrupamento.

A nível de pessoal não docente verificou-se a existência de um conflito entre os elementos do pessoal administrativo e o novo chefe de serviços, não estando a ser bem aceites pela equipa o seu modo de organizar e gerir os serviços.

Quanto ao pessoal de apoio educativo, é constituído por gente nova, oriunda em muitos casos da comunidade envolvente o que, para alguns sectores da escola, é visto como problema acrescido face ao que percebem de “cumplicidade” e demasiada “proximidade” na relação com alguns alunos mais problemáticos. Foi identificada a necessidade de formação para este pessoal ao nível do atendimento a jovens, da gestão de conflitos e das relações interpessoais.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

As instalações dos jardins-de-infância são regra geral adaptadas e integradas nas escolas do 1º ciclo, duas das quais receberam obras de beneficiação recentes. Uma das escolas será encerrada no próximo ano lectivo mercê da fraca qualidade das suas instalações e do número pequeno de alunos.

Todos os JI e escolas são apoiados por refeitórios com serviço de “catering” ou, no caso de uma delas, apetrechada com cozinha própria adjudicada. Têm razoáveis espaços de recreios (trata-se de edifícios antigos “entalados” em área de grande densidade urbana) e todas estão apetrechadas com pequenas bibliotecas e com alguns computadores.

Quanto à escola sede apresenta características que são geradoras de controvérsia. Trata-se de um projecto de arquitectura único que permitiu a construção da escola na escarpa do Passeio das Virtudes sobre o rio Douro. No entanto, e apesar dos seus nove anos de idade, o edifício já está degradado e os espaços exteriores pouco cuidados. Os corredores e espaços de circulação são amplos mas muito frios e a acústica do polivalente e do refeitório é muito má. Só muito esparsamente se vê reflectida na decoração e ocupação do espaço da Escola alguma actividade curricular ou pedagógica. A Escola não é vedada e está inserida num espaço público, o que provoca algumas quebras de segurança pois permite a saída não controlada das crianças e a entrada de estranhos na escola. A EB2,3 tem ginásio, refeitório e biblioteca, embora esta última pareça mal equipada, mas não tem um sistema de vigilância que, neste caso, pareceria muito importante.

A acessibilidade dos recursos da escola sede às restantes escolas, não é grande. Não há colaboração dos professores do 2º ciclo com as escolas EB1, apesar de estas a pedirem, todos os anos, e já ter acontecido noutros anos, nomeadamente com as disciplinas de Inglês, Música, EVT e Educação Física. Actualmente a colaboração reduz-se praticamente à Educação Física.

Os alunos da EB2,3 não têm acesso livre aos computadores. Os da biblioteca apenas podem ser usados para trabalhos, com uma declaração dos professores.

O Agrupamento não consegue captar verbas significativas fora do Orçamento de Estado. Mesmo o pavilhão é alugado à Junta de Freguesia pelo valor simbólico de 100 euros por mês. Os CEFs, via PRODEP, tem garantido algum reforço financeiro.

3.4 Ligação às Famílias

Nos jardins-de-infância e no 1º ciclo a identificação das famílias com a escola e os professores é maior do que na EB23, para o que pode ajudar a estabilidade do corpo docente. Uma única escola (da Bandeirinha) tem Associação de Pais; nesta escola 50% das crianças residem fora da área da escola, mas os pais trabalham próximo (no Tribunal ou no Hospital) sendo mais escolarizados e cultural e economicamente mais favorecidos; depois das aulas o ATL de uma instituição religiosa vizinha apoia o prolongamento; em regra estas crianças não seguem o seu percurso escolar na EB2,3, estando este fenómeno a agravar-se nos últimos anos com perda de alunos no agrupamento. O mesmo se não verifica nas outras duas escolas do 1º ciclo, em que muitas crianças estão sob a tutela dos avós em virtude de pais presos ou ausentes (os processos do SASE evidenciam estas situações).

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

Toda a escola e o seu Projecto Educativo estão orientados para a valorização da população estudantil, em particular do ponto de vista dos valores, comportamentos e atitudes. O estigma da escola, como uma escola difícil, dificulta a integração de novos públicos estudantis de outros níveis socio-económicos, contribuindo para a fama negativa da escola e para a manutenção do *gueto*. Por outro lado, a gestão tem a convicção de que a inserção destes alunos noutras escolas mais heterogéneas diminuiria a sua auto-estima e dificultaria ainda mais a sua valorização. Há uma visão clara sobre o papel da escola na valorização social dos alunos.

Toda a comunidade escolar tem consciência destes problemas graves, que se reflectem na falta de atractividade para professores e alunos, numa imagem social de escola degradada, etc. A opção tomada de abertura aos CEF está a revelar-se positiva e constitui uma estratégia de adequação às necessidades locais e um instrumento de promoção da escola e de combate ao insucesso e abandono escolares. No entanto, é necessária ainda uma cuidadosa avaliação de eventuais efeitos negativos da inclusão na Escola de alunos estranhos à comunidade. É, também, necessário saber se a estratégia delineada é realmente uma estratégia de intervenção e melhoria da comunidade ou apenas de sobrevivência da escola e dos seus recursos humanos.

De qualquer modo o Agrupamento parece viver um momento crucial de reflexão sobre o seu futuro próximo e de médio prazo, para o qual é essencial um Projecto Educativo identificado com e pela comunidade, capaz de dar visibilidade ao Agrupamento e de fazer dele um motor de desenvolvimento comunitário e de mudança social.

4.2 *Motivação e Empenho*

Os elementos do Conselho Executivo do 1º ciclo e do pré-escolar são muito activos e determinantes na articulação da gestão com os outros estabelecimentos do agrupamento. O seu desempenho é percebido como muito positivo pelos Coordenadores de Estabelecimento, que são também elementos muito empenhados e motivados para as funções.

A elaboração do Projecto Educativo, Regulamento Interno e Plano de Actividades foi participada pela Assembleia de Escola, que também discutiu a abertura dos CEFs e dos PIEFs. Teve ainda intervenções decisivas junto da Junta de S. Nicolau para que esta cumprisse as suas obrigações de financiamento das escolas.

A Assembleia de Escola tem uma constituição nova e a Presidente tomou posse 8 dias antes da visita da equipa de avaliadores externos, na presença dos 3 Presidentes da Junta abrangidas por este agrupamento. Há uma grande motivação desta nova equipa, que afirma que a anterior Assembleia valorizou o papel deste órgão e que aponta como objectivo principal para o mandato a consolidação do funcionamento do Agrupamento como tal. A Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica vai ser convidada para a Assembleia que está a preparar o Regulamento do Quadro de Mérito e Excelência, a introduzir pela primeira vez na escola. Será adaptado à realidade da escola, promovendo as várias competências.

A gestão, contudo, não parece muito partilhada e, por vezes, é percebida como um pouco autocrática e gerindo o Agrupamento de dentro do gabinete.

Apesar da motivação dos órgãos de direcção e gestão, há um elevado absentismo entre os professores e o Conselho Executivo sente-se sem enquadramento legal e capacidade para poder agir.

4.3 *Abertura à Inovação*

Trata-se de um agrupamento que procura a resolução dos seus problemas na abertura a novos projectos nascidos dentro ou fora da escola e a novas iniciativas e estratégias que visem minorar e combater os grandes problemas de insucesso, absentismo e abandono escolar com que se debate. Esta atitude aberta que foi geralmente demonstrada torna a escola adaptável à mudança e ao progresso, sendo no entanto difícil de perceber, por ausência de monitorização e controlo, se as opções feitas são as mais adequadas e /ou se estão a ser conduzidas da melhor maneira, tendo em conta os seus objectivos

4.4 *Parcerias, protocolos e projectos*

O número de parcerias estabelecidas pelo agrupamento é significativo quer a nível das três autarquias, quer de empresas (os alunos dos CEF de informática ou hotelaria fazem estágios com sucesso em empresas diversas), centro de saúde, associações culturais, FPCEUP, Centro de Formação, etc. Por exemplo, a produção do Projecto Curricular de Escola, as estratégias para o Estudo Acompanhado e o projecto de autoavaliação resultaram de uma parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto (FPCEUP). Porém, a articulação entre as diferentes escolas do agrupamento não tem ainda realizado o seu efectivo potencial, quer na gestão dos recursos materiais e humanos quer do processo de ensino / aprendizagem.

No 1º ciclo tiveram um projecto Ciência Viva, que partilharam com o jardim-de-infância.

5. **Capacidade de Auto-Regulação e progresso do agrupamento**

5.1 *Auto-Avaliação*

O Agrupamento desenvolveu um projecto de autoavaliação, no ano lectivo de 2003/2004, em resultado de uma formação apoiada pela FPCEUP, com a missão de acompanhar o desenvolvimento do Projecto Educativo, tendo construído instrumentos para a recolha de informação e tratamento de dados. Todavia este projecto não teve sequência e alguns docentes lamentam não ter ficado uma cultura de autoavaliação; sentem a falta de apoio para o desenvolvimento do “observatório da qualidade” então pensado e criado na escola. Assim, apenas alguns aspectos sectoriais são objecto de relatórios finais de ano pelos seus responsáveis, não tendo ficado claro em que medida é que esse esforço de auto-avaliação produziu um efectivo impacto na alteração da organização e prática educativa.

O exercício de auto-avaliação, se bem que ao nível do Agrupamento, foi pois pontual e não deu origem a estratégias de melhoria.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A criação do Agrupamento não produziu ainda as mais valias necessárias à sua plena identificação com a comunidade educativa. A escola sede vive momentos de incerteza quanto ao seu futuro, perdendo anualmente alunos do ensino regular, perda que vai colmatando com a abertura de novas ofertas formativas.

Todavia a dificuldade de controlar problemas disciplinares e de criação de ambientes de trabalho favoráveis à realização de aprendizagens, a integração de jovens com pesadas histórias de vida e percursos escolares de insucesso acumulado, mais velhos e provenientes de outros territórios educativos parecem ser os ingredientes constitutivos de uma ameaça à sustentabilidade, progresso e equilíbrio de forças do Projecto Educativo deste Agrupamento.

O processo eleitoral para o Conselho Executivo em curso no Agrupamento no momento desta avaliação, com existência de duas listas com origem no actual Conselho Executivo, bem como uma certa clivagem da Associação de Pais relativamente ao Conselho Executivo e alguma desorientação entre o Pessoal Administrativo, indiciam a existência de clivagens no seio desta comunidade escolar tradutoras de diferentes filosofias e modelos de intervenção pedagógica bem como no que concerne às grandes opções a tomar quanto à oferta formativa e ao papel do Agrupamento no território envolvente.

V – Considerações finais

No Agrupamento de Escolas de Miragaia algumas realidades muito positivas convivem com aspectos mais negativos, mas ambos muito condicionados pela realidade socio-económica onde se insere. Se os aspectos negativos podem ser causados pelo contexto, também os aspectos fortes são motivados pela necessidade de dar resposta a problemas complexos causados por esse mesmo contexto.

De entre os pontos fortes do Agrupamento destaca-se então:

- A integração entre o jardim-de-infância e o 1º ciclo.
- A prestação de apoios aos alunos com problemas complexos e a tentativa da sua integração na escola e na sociedade.
- A oferta de currículos alternativos, na tentativa de dar resposta às dificuldades da comunidade onde o Agrupamento se insere.
- A visão, empenho e motivação das lideranças do Agrupamento, faltando apenas uma estratégia mais clara de acção.

A estes pontos fortes contrapõem-se algumas debilidades importantes, das quais as mais relevantes são:

- Os resultados académicos, que se manifestam, nomeadamente, nas taxas de transição e nos exames nacionais do 9º ano.
- O ambiente de indisciplina que se sente latente na EB2,3, para o qual seria necessária uma actuação concertada de toda a comunidade escolar.
- A não endogeneização de uma prática de auto-avaliação no Agrupamento.
- Uma ligação às famílias pouco uniforme, com pais extremamente intervenientes na escola e outros, a maioria, completamente ausentes.

Por outro lado, representa uma oportunidade importante no futuro desenvolvimento do Agrupamento:

- O promissor dinamismo da Assembleia de Agrupamento e as parcerias estabelecidas.
- A evolução demográfica das freguesias que serve que, a médio prazo, poderão vir a inserir extractos sócio-económicos mais favorecidos, equilibrando uma população com muitos problemas e falta de motivação..

Finalmente, e relativamente ao futuro, o Agrupamento poderá encontrar conjunturas adversas, face às quais terá dificuldade em reagir, em particular se:

- Se acentuar o declínio no número de alunos no 2º e 3º ciclos, podendo a EB2,3 transformar-se numa escola exclusivamente de currículos alternativos, com a inevitável *guetização*.
- Não for capaz de ultrapassar divisões internas e estabelecer uma estratégia forte, partilhada por todos, relativamente ao seu futuro.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE EUGÉNIO DE ANDRADE

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento Vertical Eugénio de Andrade, freguesia de Paranhos, cidade do Porto, realizada nos dias 23, 24 e 25 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento Vertical Eugénio de Andrade, está situado na freguesia de Paranhos da cidade do Porto. O agrupamento foi constituído em 2002, e é formado por 4 escolas: a EB23 de Paranhos (sede de agrupamento), a escola Básica do 1.º Ciclo Augusto Lessa, a Escola Básica do 1.º Ciclo com jardim de infância do Covêlo e Escola Básica do 1.º Ciclo de Costa Cabral.

Dos perto de 1400 alunos que frequentam o agrupamento apenas 24 são alunos dos jardins de infância e os restantes dividem-se igualmente entre o 1º ciclo e os 2º e 3º ciclos do ensino básico. O Agrupamento tem um total de 192 professores, dos quais 1 no ensino pré-escolar e 32 para o ensino especial. Tem também 49 funcionários não docentes, incluindo uma psicóloga.

A escola sede tem umas instalações sem identidade arquitectónica e com necessidade de obras de conservação. Tem, no entanto, uma característica muito interessante e agradável: amplos espaços, com muitas árvores de espécies diversificadas, apelativos à actividade de aprendizagem e de lazer. Os estabelecimentos do agrupamento que leccionam o pré-escolar e o 1º ciclo, têm umas instalações com boa qualidade.

Os resultados do Agrupamento nas provas nacionais aferidas de 2005 (9º ano do ensino básico) estão cerca de 10% acima da média nacional em Língua Portuguesa e perto de 20% em Matemática. Em

2004/2005, a taxa de sucesso até ao 9º ano foi de 85%. Nesse mesmo ano, a taxa de transição de ano no Agrupamento foi superior a 90%, com uma taxa de abandono inferior a 1%.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

O Agrupamento tem uns resultados razoáveis, acima da média nacional nas provas nacionais aferidas de 2005, embora se saiba que as médias nacionais são baixas. As taxas de transição são elevadas e o abandono é quase inexistente. O insucesso no primeiro ciclo é muito baixo. Neste Agrupamento não há quadro de honra, mas há menções de mérito para alunos especiais. O Agrupamento dinamiza um conjunto de projectos orientado para a formação integral dos alunos, com a designação genérica de Oficinas de Aprendizagem, que incluem poesia, o jornal escolar, a horta ecológica e a reciclagem. Os vários agentes escolares salientaram a não existência de casos complexos de indisciplina. Os alunos gostam da escola, identificam-se com ela e são envolvidos em iniciativas diversas. As actividades propostas pelos alunos ao Conselho Executivo, se bem fundamentadas, são sempre aceites. A criação da oficina de reciclagem e ambiente é uma forma de o Agrupamento envolver os pais através dos alunos. O Agrupamento organiza também, com a colaboração da Associação de Pais, sessões especiais sobre educação sexual e prevenção para o consumo de drogas.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

Este Agrupamento é de gestão relativamente fluida pelo facto do número de estabelecimentos ser reduzido e, também, pela proximidade geográfica entre eles. Foi evidente o benefício desta integração para os alunos, já que se tornou substancialmente mais simples a articulação e sequencialidade dos percursos escolares do pré-escolar até ao 3º ciclo. Há agora uma colaboração estreita entre as escolas de 1º ciclo, anteriormente concorrentes. No entanto a organização em departamentos ainda não foi enraizada. A articulação horizontal é feita apenas a nível de conselho de turma e das Oficinas. Relativamente à articulação vertical, ela é muito intensa entre o jardim de infância e o 1º ciclo. Por sua vez os professores de 1º ciclo vão à EB23 fazer a preparação da entrada dos seus alunos e a preparação da transição para o secundário é feita com o apoio dos Directores de Turma e da Psicóloga. Os casos de potencial insucesso escolar são detectados precocemente e o Serviço de Apoio Educativo passa a coordenar todas as acções tendentes à resolução da situação. No próximo ano lectivo estão previstas novas medidas, tais como o ensino tutorial, salas de estudo temáticas e oficinas de apoio às disciplinas. As escolas do Agrupamento têm uma longa tradição de serviço educativo a deficientes, particularmente a surdos, sendo uma referência nesta área. A abrangência do currículo é substancial, particularmente quando se consideram as possibilidades que o Agrupamento oferece no ensino especial (dirigido, não só a surdos como a outros deficientes), sem dúvida uma imagem de marca da instituição. No outro extremo está o ensino profissionalizante, aparentemente sem um enquadramento muito nítido e efectivo. É no entanto de salientar a forma como foram implementados, no Agrupamento, os prolongamentos de horário, que mereceu elogios sistemáticos. Os critérios de avaliação são divulgados aos alunos e encarregados de educação, no início do ano lectivo, e os alunos afirmam conhecê-los e consideram que há justiça e equidade no tratamento ao longo do ano e também na avaliação.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O Agrupamento beneficia da existência de uma liderança efectiva ao nível do seu Conselho Executivo e das Coordenações de Estabelecimentos. Dispõe também de um corpo docente motivado, de funcionários zelosos e cumpridores e situa-se numa envolverência social não demasiado problemática. A organização por Departamentos não está ainda interiorizada, estando-se a tentar manter os aspectos positivos da associação por grupos de disciplinas dentro de cada Departamento. Os conselhos de turma reúnem no princípio do ano lectivo para elaboração do projecto curricular de turma e detecção de problemas. As turmas mantêm-se ao longo dos anos e, se possível, mantêm os mesmos professores. A construção das turmas de 5º ano é feita em reuniões entre a Presidente do Conselho Executivo e os professores

titulares de turma e o objectivo é a criação de turmas equilibradas. A elaboração dos horários da EB23, a atribuição de serviço docente e a designação dos directores de turma, são tarefas da exclusiva responsabilidade da Presidente do Conselho Executivo. A gestão dos recursos humanos é muito boa, não foram percepcionados problemas graves de assiduidade. A escola sede não tem identidade arquitectónica e o estado de conservação dos edifícios e dos espaços exteriores é fraco. Relativamente aos Estabelecimentos do Agrupamento que leccionam o pré-escolar e o 1º ciclo, as instalações têm uma qualidade elevada. O Agrupamento é de fácil acesso às famílias, havendo disponibilidade dos professores para receber os pais em horários convenientes e flexíveis e a informação circula para os pais de forma eficiente. A boa recepção aos alunos no primeiro dia de aulas foi especialmente salientada pelos pais.

4. Liderança**Muito Bom**

A liderança do Agrupamento é muito forte e, embora o Conselho Executivo e em especial na sua Presidente tenham um papel central, é distribuída por um conjunto grande e empenhado de lideranças de 2º nível. É também de salientar a posição da Assembleia de Agrupamento, que mantém um bom relacionamento com os outros órgãos e que tem vindo a evoluir e a assumir o papel central que lhe é devido. É também notória a capacidade do Agrupamento de pensar e implementar projectos interessantes e importantes para a instituição, alguns deles paradigmáticos e exemplares do ponto de vista social. O Agrupamento dinamiza também um outro tipo de projectos, mais virado para o interior e orientados para a formação integral dos alunos, com a designação genérica de Oficinas de Aprendizagem.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento**Bom**

A auto-avaliação do Agrupamento está ainda a dar os primeiros passos. No início deste ano lectivo foi formalmente criado um grupo de auto-avaliação que iniciou o seu trabalho com a elaboração de um documento com uma análise SWOT ao funcionamento do Agrupamento, seguido de um outro com o plano de acção para o ano lectivo. Este processo será progressivamente alargado às outras escolas do agrupamento. A estabilidade do corpo docente é um factor fundamental que contribui para o bom funcionamento das escolas do Agrupamento. Esse facto origina a emergência natural de lideranças intermédias, auto-motivadas e dinâmicas, com uma perspectiva pró-activa da vivência escolar e que arriscam expor-se.

IV – Análise dos factores por domínio**1. Resultados***1.1 Sucesso Académico*

O Agrupamento englobava, à data da visita, um universo de 1431 alunos, 192 docentes e 49 funcionários. Situa-se na Freguesia de Paranhos, no Porto, numa envolvência social diversificada, que integra as classes média-alta, a classe baixa e também um número reduzido de minorias (cigana, essencialmente, mas também da Europa de Leste e da China). Esta realidade mapeia-se nos alunos que integram o Agrupamento.

Os resultados do Agrupamento nas provas nacionais aferidas de 2005 (9º ano do ensino básico) estão acima da média nacional (cerca de 10%) em Língua Portuguesa e perto de 20% em Matemática e não existe discrepância entre as avaliações internas e externas. As prestações médias são no entanto relativamente baixas. A fraca prestação dos alunos no exame nacional em Matemática deu origem a uma reflexão nos conselhos de turma, nos grupos disciplinares e nos departamentos, tendo-se implementado medidas de combate ao insucesso. O insucesso em inglês, disciplina em 3º ou 4º lugar no ranking do insucesso, também foi analisado, tendo sido definidas medidas a tomar, a nível de departamento. Em 2004/2005, a taxa de sucesso até ao 9º ano foi de 85%. Nesse mesmo ano, a taxa de transição de ano no Agrupamento foi superior a 90% e a taxa de abandono inferior a 1%. O insucesso no primeiro ciclo é muito baixo devido, entre outros, à aferição de critérios de avaliação e à partilha de trabalho entre os professores.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

O Agrupamento dinamiza um conjunto de projectos, orientados para a formação integral dos alunos, com a designação genérica de Oficinas de Aprendizagem, que incluem poesia, o jornal escolar, a horta ecológica e a reciclagem.

Neste Agrupamento não há quadro de honra, mas há menções de mérito para alunos "especiais". Essas menções de mérito são propostas pelos conselhos de turma e embora não exijam que o aluno, para se ser proposto, tenha 5 a todas as disciplinas (nem tal é, também, critério suficiente), tem é que se ser uma "pessoa especial".

1.3 Comportamento e Disciplina

Os diversos estabelecimentos do Agrupamento não evidenciam sinais de vandalismo, antes pelo contrário, eram claros os sinais de participação cívica e de responsabilização (limpeza das instalações, hortas ecológicas, etc.). Também, os vários agentes escolares salientaram a não existência de casos complexos de indisciplina. Os funcionários consideram também que os alunos estão mais bem comportados desde o início das aulas de substituição e também devido a uma presença mais forte dos pais.

Há alguns anos foram detectados diversos problemas de relacionamento entre alunos e funcionários na EB23. Para ultrapassar esses problemas, foi lançada uma campanha "um funcionário, um amigo" e, em simultâneo, foi feito um acompanhamento periódico aos funcionários, com o objectivo de melhorar as suas atitudes. A campanha, a formação e também a saída da escola dos funcionários mais velhos mudou comportamentos e actualmente o relacionamento é muito bom.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos gostam da escola e identificam-se com ela. Estão envolvidos em diversos órgãos e participam em iniciativas como, por exemplo, o jornal da escola, recolhendo textos e realizando entrevistas. As actividades propostas pelos alunos ao Conselho Executivo, se bem fundamentadas, são sempre aceites, o que tem ajudado na criação de um ambiente favorável. São exemplo disso o desfile de moda, o arraial, o baile de finalistas e os torneios de basquete. A criação da oficina de reciclagem e ambiente é uma forma de o Agrupamento envolver os pais através dos alunos. O Agrupamento organiza também, com a colaboração da Associação de Pais, sessões especiais sobre educação sexual e prevenção para o consumo de drogas.

No vasto leque de projectos do Agrupamento, deverá ser salientado um projecto enquadrado pela Estabelecimento de Costa Cabral com a designação Ler nos Joelhos do Tempo. Neste projecto, ainda em curso, procura-se a interacção entre as crianças do 1º ciclo e os idosos de uma instituição de solidariedade social, com resultados inesperados pelo seu impacto: Estabeleceu-se uma relação de grande afectividade entre as crianças e os idosos, que desencadeou esperança nestes e sentido de vida para os primeiros.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Como foi já referido, este Agrupamento é de gestão relativamente fluida pelo facto do número de estabelecimentos ser reduzido e, também, pela proximidade geográfica entre eles. Foi claro que no início do processo existiu alguma resistência dos Estabelecimentos dependentes relativamente ao conceito de Agrupamento, em face da inevitabilidade da perda dum certo grau de identidade e de autonomia administrativa. No entanto, estas reservas foram ultrapassadas, não só pelo passar do tempo, mas também, e muito principalmente, pelos benefícios que decorrem do facto de existir uma realidade mais vasta e com outra capacidade interventiva. Além disso, foi evidente a constatação do benefício desta integração para os alunos, já que se tornou substancialmente mais simples a articulação e sequencialidade dos percursos escolares do pré-escolar até ao 3º ciclo. Exemplo disso, é o facto de os alunos das outras escolas visitarem regularmente a escola sede com o objectivo de tornar relativamente fluida a transição entre os ciclos escolares. Por outro lado há agora uma colaboração estreita entre as escolas de 1º ciclo, anteriormente concorrentes: os três coordenadores de 1º ciclo reúnem habitualmente para aferir metodologias e as escolas, por exemplo, partilham camionetas nos passeios escolares.

Os representantes de disciplina têm uma hora em comum para as poderem articular, dentro de cada departamento. A articulação horizontal, para o exterior do departamento, é feita a nível de conselho de turma e a nível das Oficinas de Aprendizagem. A organização em departamentos ainda não foi enraizada e os professores afirmam sentir “nostalgia dos tempos das disciplinas” e consideram que, desta forma, “as disciplinas passaram para segundo plano”.

Relativamente à articulação vertical, a educadora partilha com a escola de 1º ciclo a informação sobre os alunos. Por sua vez os professores de 1º ciclo vão à EB23 fazer a preparação da entrada dos seus alunos. A preparação da transição para o secundário é feita com o apoio dos Directores de Turma e da Psicóloga. No início do 9º ano a Psicóloga divulga os serviços de orientação vocacional e no fim do ano lectivo são organizadas visitas às feiras pedagógicas das escolas secundárias. Dado que o percurso dos alunos do agrupamento segue habitualmente para a Secundária Filipa de Vilhena, é com essa escola que a articulação é mais forte e o agrupamento tem recebido um retorno positivo do percurso dos alunos.

2.2 Diferenciação e Apoios

A envolvimento social diversificada do agrupamento, mapeia-se nos alunos que o integram. É ainda de salientar que as escolas do agrupamento têm uma longa tradição de serviço educativo a deficientes, particularmente a surdos, sendo uma referência nesta área, não só pelo corpo docente especializado que possuem, mas também pelo significativo número de alunos que, com essa e outras deficiências, encontram no agrupamento um espaço de aprendizagem humanizado e com qualidade técnica.

Os casos de potencial insucesso escolar são detectados precocemente pelos professores/director de turma. A partir desta fase, os pais são contactados e o Serviço de Apoio Educativo passa a coordenar todas as acções tendentes à resolução da situação. Nos casos de potencial insucesso escolar devido a problemas extremos de pobreza familiar, os Serviços Sociais são alertados e são procuradas medidas correctivas. Para além dessas situações, os estabelecimentos do agrupamento são sistematicamente solicitados pelo poder judicial para proporcionarem formação escolar a crianças que foram retiradas aos pais por maus-tratos e abusos de todo o tipo. Este tipo de crianças exige metodologias de aprendizagem diferentes e mais exigentes e o agrupamento tem um empenhamento profissional e emotivo relativamente a estes casos, que deverá ser realçado e valorizado.

Para ultrapassar dificuldades de aprendizagem dos alunos, evidentes nos resultados escolares, serão implementadas no próximo ano lectivo diversas medidas tais com ensino tutorial, salas de estudo temáticas e oficinas de apoio às disciplinas.

2.3 Abrangência do Currículo

A abrangência do currículo é substancial, particularmente quando se consideram as possibilidades que o agrupamento oferece no ensino especial, dirigido a surdos e a outros deficientes, sem dúvida uma imagem de marca da instituição. No outro extremo está o ensino profissionalizante, aparentemente sem um enquadramento muito nítido e efectivo. Não ficou claro qual a estratégia da escola relativamente a esta vertente do sistema educativo, que é sempre importante para a percentagem significativa dos alunos que não prosseguem os estudos após o 9º ano e pretendem integrar o mercado de trabalho.

Um aspecto salientado pelos encarregados de educação foi a forma como foram implementados no agrupamento os prolongamentos de horário. Os elogios foram sistemáticos, sendo realçado que, a partir dum contexto não muito favorável (instalações, recursos humanos, pouco tempo disponível para a sua conceptualização e implementação, etc.), foi conseguido um modelo que funciona e que tem conseguido cativar o interesse e disponibilidade dos alunos. Este sucesso estende-se desde a escola sede até aos outros estabelecimentos do agrupamento.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

No caso de alunos deficientes, particularmente alunos surdos, os critérios para a aferição do sucesso escolar terão necessariamente de ser diferentes. A percepção que passou é de que este agrupamento está humana e tecnicamente apetrechado para conseguir o melhor possível, neste domínio, na linha do que historicamente tem vindo a ser feito na Escola Aurélia de Sousa, que inicialmente, enquadrava a escola sede.

A prestação do serviço educativo no caso de turmas com necessidades educativas especiais é alvo de um cuidado particular. Para estes casos são escolhidos directores de turma com características que permitam otimizar as possibilidades de sucesso escolar. Também, os horários lectivos são feitos tendo esse objectivo em linha de conta.

Há bastantes faltas de pontualidade à entrada, especialmente no caso de crianças que vivem fora do Porto e que os pais levam à escola. No caso da EB1 de Costa Cabral, com os seus 3 portões de acesso e nenhum guarda, esses atrasos são bastante penalizadores para as actividades da escola.

2.5 Equidade e Justiça

Os critérios de avaliação, definidos por ano escolar, são divulgados no início do ano lectivo aos alunos e aos encarregados de educação. Os alunos sentem-se informados e afirmam que conhecem os critérios de avaliação e consideram que há justiça e equidade no tratamento ao longo do ano.

O agrupamento é frequentado por um número não residual de alunos estrangeiros, chineses, ucranianos, moldavos, indianos, dos PALOP e portugueses de etnia cigana e essa presença já se reflecte nos planos curriculares de turma, mas ainda não no Projecto Educativo nem nos planos de actividades. Da visita ficou bem viva a imagem de professores surdos, que foram já alunos da escola sede, a ensinarem uma nova geração de alunos surdos, materializando assim um percurso de esperança e de inclusão.

2.6 Articulação com as Famílias

Os pais afirmam que são chamados frequentemente para se pronunciarem sobre políticas educativas, mas isso não tem incluído a sua eventual participação numa política para os TPC's. Nas reuniões de início de ano lectivo, os directores de turma apresentam e clarificam critérios de avaliação. A afluência dos pais a essas reuniões é bastante grande e, em geral, eles participam muito. São também promovidas reuniões individualizadas para conhecer melhor a situação familiar das crianças.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A valorização do impacto das aprendizagens é grande nos alunos e nos professores. Os alunos, em especial, valorizam muito a escola e as actividades em que participam. Há também, por parte dos pais, um reconhecimento do esforço do agrupamento no sentido de criar um clima de calma e segurança e propício à aprendizagem: "A EB23 é tranquila devido, com certeza, ao esforço de alguém".

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Este agrupamento beneficia da existência de lideranças efectivas ao nível do seu Conselho Executivo e das Coordenações de Estabelecimentos, condição necessária para a implementação eficaz dum esquema organizativo e de gestão do espaço e actividades escolares. O agrupamento dispõe também de um corpo docente motivado, de funcionários zelosos e cumpridores e situa-se numa envolvência social não demasiado problemática.

Na escola sede existem cinco Departamentos, de constituição difícil face ao lastro histórico da organização curricular por grupos de disciplinas. Esta mudança não está, no entanto, ainda interiorizada, estando-se a tentar manter os aspectos positivos da associação por grupos de disciplinas dentro de cada Departamento. Novamente aqui a questão das lideranças intermédias é essencial para a construção adequada desta nova estrutura organizativa, e a escola está em boas condições para conseguir Departamentos funcionais e operativos na sua missão de coordenação curricular do processo educativo. Os conselhos de turma reúnem no princípio do ano lectivo para elaboração do projecto curricular de turma e detecção de problemas. Habitualmente há uma nova reunião de balanço em Novembro, e em Dezembro a reunião de avaliação. As turmas mantêm-se ao longo dos anos e, se possível, mantêm os mesmos professores. A construção das turmas de 5º ano é feita em reuniões entre a Presidente do Conselho Executivo e os professores titulares de turma e o objectivo é a criação de turmas equilibradas. A elaboração dos horários da EB23 é uma tarefa desde há 15 anos da exclusiva responsabilidade da Presidente do Conselho Executivo, devido à necessidade de se conseguir horários de funcionamento lectivo articulados e adequados a uma boa prática do processo educativo. O facto de, dada a sobrelotação da escola, esta ter que trabalhar em regime duplo, aliado ao grande número de alunos integrados em regimes especiais de aprendizagem, obriga a que se tenha especial cuidado na sua elaboração.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A atribuição do serviço docente e a escolha dos directores de turma é feita pela Presidente do Conselho Executivo. Os professores consideram que “é muito bem feita porque conhece muito bem os docentes”. Os directores de turma são sempre professores do quadro de escola e uma direcção de turma nunca é entregue para “completar horário”. No próximo ano lectivo os horários e atribuição de serviço docente serão elaborados de forma a permitir que, se um docente faltar, as suas aulas sejam asseguradas por outros.

Não são percepcionados problemas graves de assiduidade, embora os pais considerem que “os professores deslocados faltam sempre mais”. Algum problema mais grave é tratado logo que possível: no ano lectivo passado um docente faltou muito e no ano lectivo seguinte foram criadas aulas suplementares para essa turma. Por outro lado foi-nos reportada uma situação de aposentação compulsiva de um docente cientificamente incompetente.

No sentido de adequar as prestações dos funcionários não docentes, há alguns anos foi lançada a já referida campanha “um funcionário, um amigo”, que incluiu o acompanhamento periódico aos funcionários com o objectivo de melhorar as suas atitudes.

Quanto aos serviços administrativos, parecem estar no limite de capacidade, mas respondem às necessidades básicas do agrupamento.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A escola sede tem umas instalações tipo, do início dos anos 80, semelhantes às que se encontram espalhadas pelo País. Não tem pois identidade arquitectónica, proporcionando, contudo, condições infraestruturais razoáveis para a prática educativa. Nesta vertente tem, no entanto, uma característica muito interessante e agradável: amplos espaços, com muitas árvores de espécies diversificadas, apelativos à actividade de aprendizagem e de lazer. A biblioteca da EB23 está integrada na Rede das Bibliotecas Escolares, proporcionando excelentes condições técnicas para o estudo e reflexão, incluindo modernos meios informáticos. Relativamente aos estabelecimentos do agrupamento que leccionam o pré-escolar e o 1º ciclo, a impressão global foi muito positiva em vertentes variadas que vão desde a qualidade das instalações (com a excepção da cantina da Escola do Covelo e da questão dos portões na Escola de Costa Cabral), até ao ambiente de cumplicidade educativa (talvez até maternal) que se percebe.

Em alguns casos há no entanto falta de acessibilidades para deficientes motores, não há aquecimento na EB23, e o estado de conservação dos edifícios e dos espaços exteriores é fraco: “chove no polivalente”, “os pavimentos exteriores estão deteriorados”, “as canalizações necessitam de reparações urgentes”, “os jardins não são mantidos” e “há falta de segurança durante a noite” .

3.4 Ligação às Famílias

O agrupamento é de fácil acesso às famílias, havendo disponibilidade dos professores para receber os pais em horários convenientes e flexíveis. O Conselho Executivo “mantém sempre a porta aberta” e sempre que se deslocam à escola, os pais são bem recebidos.

A informação circula, para os pais, na caderneta das crianças e sempre que é mais importante é acompanhada de uma carta com o destacável para assinarem. Sempre que necessário os pais são também contactados pelo telefone, telemóvel ou por e-mail. O sistema de cartões recarregáveis que foi implementado na EB23, permite que os pais sejam informados, através da Internet, dos consumos dos seus filhos.

Os pais são muito preocupados com os seus filhos, especialmente no 1º ciclo, nível em que há, também, um forte espírito de entreajuda e os pais quotizam-se para que todas as crianças possam participar nas actividades programadas.

Foi especialmente focado, pelos pais, a boa recepção aos alunos no primeiro dia de aulas, que são recebidos pela sua própria Associação, pelos professores e pelos funcionários.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A liderança do agrupamento é muito forte e, embora o Conselho Executivo (e em especial na sua Presidente) tenha um papel central, esta é distribuída por um conjunto grande e empenhado de

lideranças de 2º nível. Há várias orientações estratégicas que o agrupamento tenta seguir, tais como dar relevância à importância da escola Pública, promover uma cultura preventiva de sucesso baseada na igualdade, na equidade e na inclusão, centrar a importância da língua materna, responsabilizar a todos os níveis, implementar uma atitude equilibrada e sadia de auto-estima, etc..

4.2 Motivação e Empenho

Tornou-se claro, ao longo da visita, que o agrupamento não tem problemas de liderança em 1º e 2º linhas, respectivamente Conselho Executivo e lideranças dos Estabelecimentos de 1º ciclo. Complementarmente, o agrupamento tem um conjunto qualificado de recursos humanos que assumem uma liderança intermédia, com experiência e competências diversificadas, e capacidade de pensar e implementar projectos para fazer evoluir o espaço escola. É também de salientar a posição da Assembleia de Agrupamento, que mantém um bom relacionamento com os outros órgãos e que tem vindo a evoluir e a assumir o seu papel central.

4.3 Abertura à Inovação

Dado o risco de o agrupamento perder alunos, devido à deslocalização para a periferia da cidade das habitações da classe média, estão a ser analisadas novas formas de comunicação com pais e alunos, através da criação de uma página do agrupamento e da utilização da plataforma Moodle. A adesão consistente a múltiplos projectos nacionais e internacionais é também um sinal de abertura à inovação.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Foi também notória a capacidade do agrupamento de pensar e implementar projectos interessantes e importantes para a Instituição, alguns deles até paradigmáticos e exemplares do ponto de vista social. No que concerne a projectos que se podem qualificar de normais e virados para o exterior, podem-se apontar projectos Ciência Viva, Comenius, com a Fundação Ilídio Pinho e com as Águas do Douro e Paiva, entre outros. Esta área de actividade é coordenada pela responsável da Biblioteca. A um outro nível deve ser salientado a existência de projectos de núcleos de estágio em articulação com a ESE, FLUP e FCUP.

O agrupamento dinamiza também um outro tipo de projectos, mais virado para o interior e orientados para a formação integral dos alunos, com a designação genérica de Oficinas de Aprendizagem (poesia, jornal escolar, horta ecológica, reciclagem). Talvez o mais inesperado destes projectos seja a Oficina Riscos, onde se procura despertar a construção da consciência individual e colectiva.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

A Assembleia de agrupamento analisa os planos de actividades e avalia o seu grau de execução. O insucesso é analisado ao nível do Conselho Pedagógico, dos departamentos e dos grupos disciplinares, e são implementadas medidas para o seu combate. No início do ano lectivo foi formalmente criado um grupo de auto-avaliação do agrupamento, que iniciou o seu trabalho com a elaboração de um documento com uma análise SWOT ao funcionamento do agrupamento, seguido de um outro com o plano de acção para o ano lectivo. Há portanto um processo de auto-avaliação em curso, com alguma reflexão e que será progressivamente alargado às outras escolas do agrupamento.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Um factor fundamental que contribui para o bom funcionamento das escolas do agrupamento está na estabilidade do seu corpo docente (na sua maioria do quadro do agrupamento), por um lado, e por outro na qualidade, motivação e empenho de uma fracção significativa desse mesmo corpo docente. As consequências desta realidade são variadas, desde a elevada assiduidade às aulas, até à capacidade de conceber e implementar actividades curriculares e extra-curriculares muito interessantes e catalisadoras de um bom ambiente escolar, que se traduz naturalmente no sucesso. Uma outra consequência que resulta da qualidade do corpo docente está na emergência natural de lideranças intermédias, auto-motivadas e motivantes, com uma perspectiva pró-activa da vivência escolar e que arriscam expor-se. É o caso das Coordenadoras das escolas do Covelo e Augusto Lessa, do Coordenador da Escola de Costa

Cabral, da Directora da Biblioteca (que gere um espaço humanizado, apelativo e com excelentes condições técnicas), das Coordenadora dos projectos Ler nos Joelhos do Tempo, Riscos e do Concurso de Poesia Eugénio de Andrade, entre outros.

Similarmente com o que acontece com outros agrupamentos, no caso presente a escola sede reporta à DREN, enquanto os restantes Estabelecimentos têm a tutela da Câmara do Porto em tudo que respeita às infra-estruturas educativas. Por si só, esta tutela bicéfala é negativa para a operacionalidade do agrupamento, realidade que é agravada pelo facto da Câmara do Porto ter uma acção distante e tardia, provavelmente pela dimensão do parque escolar que tem a seu cargo. Ficou também claro que o relacionamento entre a escola sede e a DREN não é fluido, tendo a DREN, neste agrupamento em particular, uma intervenção algo desfasada das necessidades.

Apesar dessas contrariedades externas, o agrupamento revela fortes capacidades para incrementar a sua autonomia pedagógica (adaptações dos curricula e gestão do tempo), bem como autonomia na gestão de recursos humanos: afectação parcial de professores de 2º e 3º ciclo ao 1º ciclo, possibilidade de manutenção de professores que tiveram boas prestações e autonomia na gestão das receitas próprias.

V – Considerações finais

A escola apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- Conselho Executivo consistente, eficiente e com atitude pró-activa;
- Excelente articulação com a Assembleia do agrupamento
- Agrupamento maneável e consolidado;
- Uma cultura de ensino a deficientes, em especial surdos;
- Docentes em grande maioria do Quadro do agrupamento;
- Associação de Pais muito interventiva;
- Implementação bem sucedida dos Prolongamentos.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Falta de segurança nocturna e ausência de acessibilidades para os deficientes em alguns estabelecimentos;
- Falta de segurança nos acessos ao Estabelecimento de Costa Cabral;
- Instalações da escola sede a necessitarem de intervenção de requalificação;
- Funcionamento em regime duplo na escola sede.

A escola apresenta algumas oportunidades de desenvolvimento futuro:

- Localização numa grande cidade em região não muito problemática;
- Proximidade geográfica dos vários estabelecimentos.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Falta de articulação entre a Autarquia (1º ciclo) e a DREN (2º, 3º ciclo); tutela bicéfala;
- Deficiente apoio material e formal por parte da autarquia;
- Existência de minorias étnicas (ciganos, outras nacionalidades).

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE CÁVADO SUL

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento Vertical Cávado Sul, concelho de Barcelos, realizada nos dias 16, 17 e 18 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento Vertical de Escolas Cávado Sul está situado no concelho de Barcelos, distrito de Braga, num território onde o rural e o urbano se misturam. O Agrupamento foi constituído a 6 de Junho de 2001 e entrou em funcionamento a 6 de Julho, sendo inicialmente constituído por 28 estabelecimentos. No ano lectivo de 2003/2004 foi alargado para 31 estabelecimentos, um dos quais dista 13 km da escola sede. Actualmente, o agrupamento abrange 9 jardins-de-infância, 6 escolas integradas com jardim-de-infância e 1º ciclo, 15 escolas básicas de 1º ciclo e a EB2,3 Rosa Ramalho, sede do Agrupamento. No próximo ano lectivo serão extintas 3 escolas do 1º ciclo e serão fundidos dois estabelecimentos da educação pré-escolar num único edifício, passando o Agrupamento a integrar 28 estabelecimentos.

Dos perto de 2400 crianças e jovens inscritos no Agrupamento, 21% frequentam os jardins-de-infância, 47% são alunos do 1º ciclo do ensino básico, 18% do 2º ciclo e 14% do 3º ciclo. Aproximadamente 23% dos alunos do 1º ciclo são abrangidos pela acção social e 42% no 2º e 3º ciclos. Há perto de 160 alunos com medidas de regime educativo especial. O Agrupamento tem um total de 180 professores, dos quais 22 na educação pré-escolar, 62 do 1º ciclo, 81 do 2º e 3º ciclos e 15 para os apoios educativos; a rotação anual de professores é da ordem dos 50%. O Agrupamento conta ainda com 82 funcionários não docentes, sendo 15 da educação pré-escolar, 30 do 1º Ciclo, 21 do 2º e 3º ciclos, 9 administrativos, 6 operários e guardas-nocturnos e uma psicóloga.

A EB2,3 Rosa Ramalho tem instalações sem identidade arquitectónica, mas com aspecto asseado e sem sinais de vandalismo. É uma escola que foi inicialmente projectada para 500 alunos, mas que agora tem perto de 750. Relativamente aos outros estabelecimentos do Agrupamento, as condições físicas não são adequadas, pois alguns dos edifícios necessitam de reparações urgentes e há estabelecimentos sem aquecimento, sem cantina, sem campo de jogos e sem sala para actividades extra-curriculares.

Os resultados do Agrupamento nas exames nacionais do 9º ano, em 2005, estão 7% abaixo da média nacional em Língua Portuguesa e 4% em Matemática. No que concerne à taxa de retenção, é de salientar a redução dos seus valores (no 2º ciclo: 13,9% em 2004, 8,4% em 2005; no 3º ciclo: 17,8% em 2004, 12,3% em 2005). Outro indicador com evolução muito positiva é o do abandono escolar, que tem diminuído consistentemente nos últimos anos.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

Apesar da tendência para os melhores alunos se transferirem para a Escola Secundária de Barcelos e da elevada mobilidade do corpo docente, a taxa de retenção do agrupamento é inferior à média nacional e tem vindo a diminuir. Outro indicador com evolução muito positiva é o do abandono escolar. A prestação do serviço educativo é razoável, a escola sede tem um laboratório de Matemática razoavelmente equipado mas pouco usado, tal como o Laboratório de Físico-Química, e não existe Laboratório de Biologia/Geologia. O bom desempenho dos alunos é publicamente elogiado e todos os anos há uma cerimónia pública para atribuição de quadro de valor e excelência. Os alunos são bem comportados e disciplinados e há um bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes. Há um bom envolvimento dos alunos nas actividades do Agrupamento.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A existência do Agrupamento tem permitido coordenar as actividades curriculares, avaliações e planos de actividades desde a educação pré-escolar até ao 3º ciclo, dentro das balizas dos programas nacionais. Ao longo do ano lectivo a articulação entre ciclos é feita nos sub-departamentos. A elaboração do projecto curricular de turma é, por sua vez, uma oportunidade de articulação horizontal. O Agrupamento está muito bem preparado para garantir a diferenciação e apoios às crianças e é uma referência na região no acompanhamento de alunos com multi-deficiência. Para alunos com dificuldades mais ligeiras foi recentemente criada uma sala de estudo e um dispositivo de tutoria. O currículo é abrangente, sendo proporcionados aos alunos percursos alternativos profissionalizantes, e há diversas actividades extra-curriculares para potenciar o gosto pela leitura ou o desenvolvimento do raciocínio lógico. A autarquia tem vindo a financiar o ensino do inglês no 1º ciclo. São fomentadas a assiduidade e a pontualidade e há transparência e justiça na avaliação. Neste Agrupamento os valores da equidade e justiça são praticados no dia-a-dia, proporcionando aos alunos uma estruturante formação moral e cívica complementar da formação curricular oficial. É claro o envolvimento das famílias ao nível dos jardins-de-infância e também no 1º ciclo. No 2º e 3º ciclos, procura-se também atrair as famílias, convocando os encarregados de educação para reuniões no início de cada ano lectivo e muito em especial na transição entre o 1º e o 2º ciclo do ensino básico.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O planeamento do ano escolar inicia-se com uma série de reuniões envolvendo o Conselho Executivo e Coordenadores de todos os Estabelecimentos; posteriormente essas reuniões estendem-se às juntas de freguesia e à Câmara Municipal. É também realizada uma reunião geral com os pais e encarregados de educação onde são apresentados os objectivos centrais para o ano lectivo. A organização em Agrupamento tem sido muito positiva permitindo o funcionamento em rede, com partilha de experiências, recursos e metodologias de aprendizagem e o sentimento de pertença e de amparo por parte dos estabelecimentos mais pequenos, dispersos e sem massa crítica. A mobilidade do corpo docente condiciona o nível de aproveitamento escolar e cria uma enorme pressão nos outros 50% de

docentes residentes. Os professores ou funcionários não docentes com prestação exemplar são elogiados publicamente e todos afirmam unanimemente que “dá muito trabalho trabalhar neste agrupamento”. A passagem a agrupamento foi vista como uma oportunidade pelos Serviços Administrativos, que consideram ter agora menos trabalho. A EB2,3 tem instalações sem identidade arquitectónica, sobrelotadas mas com aspecto asseado. Relativamente aos outros estabelecimentos do Agrupamento, as condições físicas não são adequadas, alguns dos edifícios necessitam de reparações urgentes e não dispõem de infra-estruturas elementares. Há muita participação, mesmo financeira, dos pais nas actividades realizadas nos jardins-de-infância e no 1º ciclo.

4. Liderança

Bom

A visão e a estratégia deste Agrupamento resultaram dum processo colectivo baseado numa participação reflexiva na concepção de documentos orientadores, construídos com base em equipas de trabalho e lideranças partilhadas. É crucial o papel desempenhado pelo Conselho Executivo, sendo de salientar a atitude colaborante e participativa da Assembleia de, Agrupamento, a proximidade da Câmara Municipal e as lideranças intermédias, essenciais para o funcionamento adequado duma organização desta dimensão. Neste agrupamento, existe abertura à inovação, muito ligada à realidade, e existe capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente. O Agrupamento tem também consciência da necessidade da sua abertura ao exterior. Com esse objectivo tem uma política activa de participação em projectos nacionais e internacionais e também em projectos locais ligados à comunidade, em larga medida enquadrados pela autarquia.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Bom

É de salientar a metodologia que presidiu à elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento, que se iniciou com a construção, implementação e análise de resultados de um inquérito que abrangeu uma percentagem significativa da comunidade. A Assembleia de Agrupamento assume totalmente a sua função de órgão regulador do Agrupamento. O processo de auto-avaliação em curso envolve toda a comunidade, fomentou a reflexão e tem condições para ser progressivamente alargado. A sustentabilidade do progresso é patente, graças aos processos que vão sendo implementados e melhorados e em especial a um número vasto de profissionais competentes, motivados e empenhados, e amadores no sentido etimológico do termo, isto é com paixão e dedicação à causa da educação e enriquecimento cultural duma população historicamente desfavorecida.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O Agrupamento tem um total de 2362 alunos dos quais 157 usufruem de regimes educativos especiais e 578 têm subsídios da Acção Social Escolar. Esta realidade torna difícil, talvez até contraproducente, a comparação do desempenho deste Agrupamento com instituições correspondentes situadas do “outro lado do rio”, isto é, na cidade de Barcelos. Há ainda dois factores que condicionam o nível de aproveitamento escolar do Agrupamento: as transferências prematuras de melhores alunos para a Escola Secundária de Barcelinhos, mantendo-se no Agrupamento/Escola Sede alunos com menos expectativas e ambições, que normalmente optam por uma formação mais profissionalizante; o outro factor relevante é a elevada mobilidade do corpo docente.

Apesar de todas estas condicionantes, a taxa de retenção do Agrupamento é inferior à média nacional, e no exame nacional do 9º ano os resultados estão um pouco abaixo da média nacional em Língua Portuguesa e em Matemática. Foi feita uma análise das razões para os maus resultados e há uma clara intenção de comparar com resultados nacionais e internacionais de realidades comparáveis. No que concerne à taxa de retenção, é igualmente de salientar a redução dos seus valores (no 2º ciclo: 13,9% em 2004, 8,4% em 2005; no 3º ciclo: 17,8% em 2004, 12,3% em 2005). Outro indicador com evolução

muito positiva é o do abandono escolar, monitorizado pelos Directores de Turma. No ano lectivo de 2004/2005 houve 7 casos de abandono no 2º e 3º ciclos e em 2005/2006 um caso.

Relativamente a resultados do 1º ciclo, não há informação recolhida porque não há pautas. As pautas criariam um problema social com a comparação das crianças pelos pais e vizinhos. No 1º ciclo a avaliação das crianças só existe nas respectivas fichas de registo de avaliação.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola sede tem um laboratório de Matemática razoavelmente equipado mas pouco usado, o Laboratório de Físico-Química não tem sido utilizado por razões não imediatamente perceptíveis e não existe Laboratório de Biologia/Geologia.

O bom desempenho dos alunos é publicamente elogiado e todos os anos há uma cerimónia pública para atribuição de quadro de valor e excelência.

1.3 Comportamento e Disciplina

Há bom ambiente no Agrupamento devido, entre outros factores, ao bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes. Estes últimos salientaram que os problemas de indisciplina são muito limitados e caracterizaram os alunos como tipicamente minhotos, “alegres e ruidosos” e ainda que no exterior se afirma que os alunos deste agrupamento são mais bem tratados do que o habitual. Foram mencionadas duas situações pontuais de indisciplina tendo sido salientado que há uma melhoria disciplinar generalizada do 5º até ao 9º ano.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos são responsabilizados e envolvidos, na medida das suas capacidades, nas actividades do Agrupamento. Face ao insucesso a Matemática, os alunos foram chamados a reflectir e a tirar conclusões sobre as possíveis razões. Foi também mencionado pelos alunos o projecto “Pilhão”, que alia o despertar da consciência ambiental com a aquisição de conhecimentos na área da Físico-Química.

Um projecto importante do Agrupamento, que envolve principalmente alunos da escola sede, é o desporto escolar. Há actualmente 7 modalidades de desporto escolar e os alunos participam e têm vindo a ser responsabilizados pela organização dos torneios.

Dadas as características do meio social, as escolas recebem ajudas externas para realização de actividades extra-curriculares. Para abordar o problema do alcoolismo, e para, através das crianças, chegar aos seus pais foi feita uma peça de teatro sobre esse tema.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A existência do Agrupamento tem permitido coordenar as actividades curriculares, a avaliação e os planos de actividades desde a educação pré-escolar até ao 3º ciclo, dentro das balizas dos programas nacionais. Ao longo do ano lectivo estão previstos momentos para a articulação entre ciclos em Língua Portuguesa, Matemática e Inglês. Essa articulação, simultaneamente de conteúdos e objectivos, é feita nos sub-departamentos.

A elaboração do projecto curricular de turma, com as várias disciplinas a trabalhar em conjunto para identificar conteúdos comuns, é uma oportunidade de articulação horizontal. Como exemplo de articulação horizontal foi especialmente mencionada a articulação entre a Matemática e a Físico-química.

2.2 Diferenciação e Apoios

Foi referenciado que cada criança tem acompanhamento próximo por parte dos professores, alunos delegados de turma e pelo Director de Turma. Existe, aliás, uma estratégia de detecção de casos complicados que se baseia na sequência seguinte: sinalização do aluno pelo professor/Director de Turma; contacto com o encarregado de educação; elaboração de um programa educativo especial; em caso extremo, encaminhamento para instituições de apoio social. Têm vindo a aumentar as situações em que é necessário recorrer aos serviços de protecção de jovens. Em todo este processo ficou clara a acção notável do Serviço de Apoio Educativo, constituído pela psicóloga e por dois docentes.

Em particular, foi enfaticamente salientado o papel discreto mas fundamental da psicóloga, constituindo um dos suportes essenciais para a fluência adequada do processo educativo em todo o Agrupamento, incluindo a prestação de apoio vocacional aos alunos. Os pais e encarregados de educação focaram a necessidade, num agrupamento com esta dimensão e esta envolvente social, de fazer acompanhar a psicóloga por uma assistente social.

O Agrupamento é procurado pelos pais dos alunos com multi-deficiência, que preferem ver os seus filhos na escola, com alguma interacção com outras crianças, que numa instituição especializada. Existem actualmente no Agrupamento um total de 18 alunos com multi-deficiência, 8 alunos no 1º ciclo, na Escola da Várzea, e 10 alunos no 2º e 3º ciclos. Na sede de agrupamento foi equipada uma lavandaria, uma sala de costura e uma cozinha, com o objectivo de treinar os alunos em actividades que lhes possam aumentar o grau de independência. Os alunos são acompanhados por professores com uma formação especial.

Para alunos com algumas dificuldades de aprendizagem foram criadas medidas de pedagogia diferenciada. Está em funcionamento desde Janeiro deste ano uma sala de estudo, embora ainda não exista nenhuma sala especialmente equipada para o efeito. Também se iniciou em Janeiro um processo de tutoria, aprovado pelo Conselho Pedagógico. Já se notaram algumas melhorias, mas o processo ainda não foi avaliado.

Nota-se um aumento de desânimo dos alunos à medida que se aproximam do fim do 3º ciclo e no 9º ano existe actualmente uma turma em que 17 dos 24 alunos têm planos de recuperação.

2.3 Abrangência do Currículo

O Agrupamento tenta proporcionar enriquecimento curricular, com o objectivo de facilitar a transição dos alunos para a vida activa. Aos alunos com menos de 15 anos que não conseguem seguir um percurso educativo normal são proporcionados percursos alternativos profissionalizantes, com maior ênfase na educação física, na madeira ou na cerâmica. Esses alunos mantêm no entanto o currículo de base, permitindo-lhes dessa forma ingressar, no futuro, no percurso normal.

O gosto pela língua portuguesa é potenciado pelo "Dia do Conto", actividade que leva os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo à EB2,3. Já o raciocínio lógico é desenvolvido através de actividades tais como o "Sudoku", o "Jogo do 24" e o Xadrez.

Há aulas de inglês no 1º ciclo, que são patrocinadas pela Câmara Municipal. Está no entanto a ser revisto o regime de funcionamento porque a falta de condições nas escolas para essas aulas e o facto de os professores serem externos às escolas fez com que as aulas não fossem levadas a sério, e esse facto teve repercussões no 5º ano.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

São fomentadas a assiduidade e a pontualidade. A adequação da avaliação é feita no conselho de turma e todos os professores fornecem os critérios de avaliação no início do ano lectivo, fomentando a transparência e justiça na avaliação. Se houver problemas entre um determinado professor e um grupo de alunos é feita uma intervenção no sentido de resolver o problema. Se, apesar dessa intervenção, o problema persistir, então no ano seguinte não se repete a experiência. Turmas problema são atribuídas a professores com experiência, e essas turmas têm 20 alunos no máximo. Quando o grupo de alunos é regular as turmas são de 28 alunos.

Os alunos consideram que a qualidade das aulas é boa e que o ambiente global é de equidade e justiça.

2.5 Equidade e Justiça

Este é um Agrupamento onde os valores da equidade e justiça são praticados no dia-a-dia, proporcionando aos alunos uma formação moral e cívica estruturante, complementar da formação curricular oficial. Talvez seja esta envolvimento que explica o facto de serem raros os casos de indisciplina no Agrupamento, apesar das dificuldades familiares dos alunos.

É de salientar neste contexto o apoio dado a deficientes motores e principalmente a deficientes mentais que dispõem de apoios humanos e materiais muito significativos. Os alunos com certos níveis de deficiência são integrados em turmas regulares, embora participem apenas nas aulas mais vocacionadas para a expressão plástica ou então, se possível, nas aulas de educação física.

2.6 Articulação com as Famílias

É claro o envolvimento das famílias nos jardins-de-infância e também no 1º ciclo: os pais deslocam-se diariamente à escola, conhecem e participam nas actividades realizadas pelas crianças e envolvem-se no processo educativo. Esse envolvimento reduz-se significativamente à passagem para o 2º ciclo e desaparece com a aproximação do 9º ano. As razões para esse afastamento são com certeza várias, a idade das crianças, a proximidade entre a casa e a escola, e ainda o nível de formação dos pais que, na sua maioria, têm apenas a “4ª classe” e que, portanto, não valorizam a aprendizagem para além do 1º ciclo. Desse facto é reflexo a falta de expectativas dos alunos evidenciada pelos Directores de Turma.

Apesar dessas dificuldades o Agrupamento procura activamente atrair as famílias, convocando os encarregados de educação para reuniões no início de cada ano lectivo e muito em especial na transição entre o 1º e o 2º ciclo do ensino básico.

Relativamente aos TPC, há uma valorização no 3º ciclo, mas em todos os ciclos são propostos TPC que são corrigidos pelos docentes. Os encarregados de educação são avisados sempre que há problemas e pede-se que apoiem os seus filhos na elaboração de alguns dos TPC.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

No 2º e 3º ciclos a maioria dos alunos tem expectativas muito baixas relativamente às suas aprendizagens e não há impacto nas famílias, que consideram a aprendizagem como uma perda de tempo. Já na educação pré-escolar e no 1º ciclo essas expectativas são mais elevadas e as famílias envolvem-se profundamente no processo de aprendizagem.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Os horários da EB2,3 são de 2 tipos: ou 5 manhãs e 3 tardes ou 3 manhãs e 5 tardes. Em todos eles o intervalo de almoço é inferior a 90 minutos. Durante a elaboração dos horários tenta-se que a mesma disciplina não seja repetida ao fim das manhãs e ao fim das tardes e evita-se a dispersão dos professores por demasiadas turmas para reduzir os esforços em conselhos de turma. Os pais salientaram que os horários são pensados de forma a defender os interesses dos alunos. A Área Projecto é atribuída a um docente da área artística e também a docentes de letras.

O planeamento do ano escolar inicia-se com uma série de reuniões envolvendo o Conselho Executivo e Coordenadores de todos os Estabelecimentos; posteriormente essas reuniões estendem-se às juntas de freguesia e à Câmara Municipal. Numa fase posterior é realizada uma reunião geral com os pais onde são apresentados os objectivos centrais para o ano lectivo. Foi salientado pelos representantes dos pais que esta reunião é muito bem organizada, constituindo um marco do ano lectivo.

Os conselhos de turma reúnem no princípio do ano lectivo para elaboração do projecto curricular de turma e detecção de problemas na turma. Habitualmente há uma nova reunião de balanço em Novembro, e em Dezembro a reunião de avaliação.

A realidade do Agrupamento tem sido muito positiva para toda esta comunidade escolar. As razões para esta evidência são o funcionamento em rede, com partilha de experiências, recursos e metodologias de aprendizagem e o sentimento de pertença e de amparo por parte dos estabelecimentos mais pequenos, dispersos e sem massa crítica. Há também a percepção de que o funcionamento em Agrupamento amplia a possibilidade de resposta às solicitações de apoio humano e material endereçados às entidades competentes (DREN e Autarquia). É, no entanto, necessário redimensionar a estrutura do agrupamento, agrupando escolas. Caso contrário a dimensão do conselho de docentes impede a sua coordenação.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

Existem vários factores, já anteriormente referidos, que condicionam o nível de aproveitamento escolar do Agrupamento, sendo um deles a mobilidade do corpo docente. Existe, de facto, uma rotação anual dos docentes da ordem dos 50%, quer por via de docentes não pertencentes ao Quadro do Agrupamento, quer como resultado da concessão sistemática de destacamentos de docentes do Quadro do Agrupamento. Esta situação é difícil de sustentar devido à enorme pressão colocada nos outros 50% de docentes residentes, já que o esforço que lhes é solicitado para manter o Agrupamento a funcionar segundo padrões de continuidade de políticas educativas e objectivos de sucesso escolar é injustamente

desproporcionado. Neste contexto, foi referida a grande importância da fixação plurianual dos docentes, a qual trará frutos a curto prazo em termos de resultados e sucesso escolar.

As "Turmas problema" são atribuídas a professores com experiência e têm 20 alunos no máximo. Passa-se o mesmo com as direcções de turma, que também são atribuídas aos professores mais experientes. As que sobram são atribuídas "a quem aparece". No futuro, com os professores mais estáveis, serão atribuídas "a quem se conhece".

Os professores ou funcionários não docentes com prestação exemplar são elogiados publicamente e há unanimidade no reconhecimento de que "dá muito trabalho trabalhar neste agrupamento". A percepção dos alunos é de que "os professores são bons, simpáticos e pacientes".

A passagem a agrupamento foi vista como uma oportunidade pelos Serviços Administrativos, que consideram ter agora menos trabalho, porque obrigou a pensar cuidadosamente os processos e a simplificá-los. O número de processos a gerir aumentou, impedindo o moroso "tratamento de excepções".

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A EB2,3 tem instalações sem identidade arquitectónica, mas com aspecto asseado e sem sinais de vandalismo. São de salientar os problemas de sobrelotação, já que foi projectada para um universo de 500 alunos, sendo o número actual de 750 (situação que já foi mais grave no passado). Outros aspectos positivos da EB2,3 são: uma cantina com refeições planeadas por uma nutricionista e uma Biblioteca razoável que se enquadra na Rede das Bibliotecas Escolares. Existe, no entanto, um Laboratório de Físico-Química que não tem sido utilizado, por razões não imediatamente perceptíveis e não existe Laboratório de Biologia/Geologia. Relativamente aos outros estabelecimentos do agrupamento, as condições físicas não são adequadas, alguns dos edifícios necessitam de reparações urgentes; há estabelecimentos sem aquecimento, sem cantina, sem campo de jogos e sem sala para actividades extra-curriculares.

As receitas próprias do Agrupamento são obtidas através do aluguer do gimnodesportivo e das receitas do bar da EB2,3.

3.4 Ligação às Famílias

No início do ano lectivo é realizada uma reunião geral com os pais e encarregados de educação onde são apresentados os objectivos centrais para o ano lectivo. Foi salientado pelos representantes dos pais que esta reunião é muito bem organizada, constituindo um marco do ano lectivo.

Há muitas actividades realizadas nos jardins-de-infância e no 1º ciclo. Essas actividades são organizadas e financiadas pelos pais e principalmente pela Câmara Municipal.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A visão e a estratégia deste Agrupamento resultaram dum processo colectivo baseado numa participação reflexiva na concepção de documentos orientadores, construídos com base em equipas de trabalho e lideranças partilhadas. Sendo um processo recente, em face da novidade da organização em agrupamento, parece que foi assumido integralmente pela comunidade escolar, culminando no que é o vector orientador do Agrupamento: o enriquecimento cultural da sociedade envolvente e o desenvolvimento sócio-cultural dos alunos e famílias.

4.2 Motivação e Empenho

O percurso deste Agrupamento, como o de todas as organizações, é muito dependente das personalidades que lhe dão o rumo. Neste caso é crucial o papel desempenhado pelo Conselho Executivo, com uma liderança que alia às competências profissionais um conjunto de características de índole humanista e uma capacidade integradora e desbloqueadora de conflitos, essenciais para o tipo de ambiente escolar, económico e social envolvente. É também de salientar a posição da Assembleia de Agrupamento, que é uma referência de empenho e acção reflexiva, bem como a actuação da Câmara Municipal de Barcelos, muito próxima e disponível para, com recursos humanos e materiais, apoiar o trabalho do Agrupamento. Registo ainda para as lideranças intermédias, essenciais para o funcionamento adequado duma organização desta dimensão.

O pessoal não docente está também bastante motivado e, entre o pessoal administrativo, destaca-se a dirigentes, que demonstra uma energia e uma capacidade de envolvimento notáveis, não se coibindo de introduzir alterações mais ou menos consensuais quando o que está em causa é o funcionamento adequado do Agrupamento.

4.3 Abertura à Inovação

Neste agrupamento existe abertura à inovação, muito ligada à realidade, e existe capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente. Perante os problemas, a organização une esforços para os ultrapassar.

O exemplo mais forte nesse sentido é a grande abertura e empenho que foram postos na passagem a Agrupamento, que constituiu com certeza uma carga adicional em termos administrativos e de gestão, com a integração de 31 estabelecimentos de ensino e uma dispersão geográfica que chega a atingir 13km de distância à sede. A constituição como Agrupamento é, no entanto, vista como um ponto positivo por todos, incluindo os serviços administrativos que consideram que terá sido uma oportunidade para emagrecer e agilizar processos.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O Agrupamento tem consciência da necessidade da sua abertura ao exterior, algo tanto mais importante quanto o carácter algo fechado e tradicionalista da comunidade em que se insere. Com esse objectivo tem uma política activa de participação em projectos nacionais e internacionais (Desporto Escolar, Rede de Bibliotecas Escolares, Jogos sem Fronteiras, Sócrates-Comenius, Ciência Viva), e também em projectos locais ligados à comunidade, em larga medida enquadrados pela Câmara Municipal.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

É de salientar a metodologia que presidiu à elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento, que se iniciou com a construção, implementação e análise de resultados de um inquérito que abrangeu um total de 62 docentes, 51 funcionários, 71 encarregados de educação e 121 alunos. Essa metodologia é também usada pela Assembleia de Agrupamento, por exemplo, para definição das linhas orientadoras do orçamento anual da EB2,3.

A Assembleia de Agrupamento analisa os planos de actividades, dá sugestões de melhoria para a sua elaboração e avalia o seu grau de execução. A introdução de uma coluna adicional na lista de actividades, onde é necessário explicitar os objectivos que se pretende ver atingidos com cada actividade, surgiu na sequência de uma sugestão da Assembleia de Agrupamento.

O processo de auto-avaliação em curso envolve toda a comunidade, fomentou a reflexão e tem condições para ser progressivamente alargado.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

O Agrupamento é uma estrutura escolar vasta e dispersa, situada numa envolvência sócio-económica e cultural desfavorável e dispondo de instalações e equipamentos com muitos insuficiências. Teria todas as razões para ser uma realidade cinzenta, que prosseguiria o seu dia-a-dia sem muito entusiasmo e cumprindo o quanto baste. Mas não é assim porque há um número vasto de pessoas que, apesar de todas as dificuldades, são profissionais competentes, motivados e empenhados, e amadores no sentido etimológico do termo, isto é com paixão e dedicação à causa da educação e enriquecimento cultural duma população historicamente desfavorecida, que tem todo o direito a uma perspectiva de vida mais abrangente e rica de conhecimento e de cultura.

O Agrupamento revela capacidade para incrementar a sua autonomia, para realizar adaptações dos curricula e definir percursos alternativos, para fazer a articulação do 1º e do 2º ciclo, para definir horários e dimensões das turmas, para criar oficinas que permitam aos alunos terminar os estudos com algumas competências profissionais adquiridas e, finalmente, autonomia para contratação directa de uma quota de 10 a 15 docentes.

V – Considerações finais

O Agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- Liderança determinada, e próxima;
- Assembleia de Agrupamento activa e empenhada;
- Bom desempenho das lideranças intermédias;
- Excelente relacionamento entre a escola sede e os outros estabelecimentos;
- Articulação curricular em franco desenvolvimento;
- Boas condições para os alunos portadores de deficiência;
- Bom relacionamento e ambiente de disciplina;
- O empenhamento no desenvolvimento de dispositivos de auto-avaliação.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- A elevada instabilidade do corpo docente, por efeito dos concursos e dos destacamentos;
- Sobrelotação da escola sede e insuficiências nas instalações e nos equipamentos;
- Número demasiado elevado de estabelecimentos de ensino, dispersos por um território escolar extenso;
- Características sócio-culturais das famílias pouco propícias à valorização do prosseguimento de estudos e limitadoras das expectativas dos alunos.

O Agrupamento apresenta algumas oportunidades de desenvolvimento futuro:

- O esperado aumento da estabilidade dos docentes;
- Uma reorganização da rede escolar que dê ao Agrupamento uma dimensão mais equilibrada;
- Aumento do envolvimento dos Pais no 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- A anunciada contratação de um núcleo de psicólogos para os jardins-de-infância e escolas de 1º ciclo.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Falta de esclarecimento da delimitação das competências, entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, com repercussões negativas nas condições de funcionamento dos estabelecimentos.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE COLMEIAS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Colmeias – Leiria, levada a cabo nos dias 9, 10 e 11 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas de Colmeias – Leiria é constituído por 10 jardins de infância, 17 escolas do 1º ciclo e a escola-sede, Escola Básica Integrada de Colmeias, com 1º, 2º e 3º ciclos, dispersos por 5 freguesias do concelho de Leiria, num raio de 13 km da escola-sede. A escola sede foi fundada em 1995 e dista 15 km de Leiria. O agrupamento foi legalmente criado em 1999, mas já havia um processo informal de criação do agrupamento desde o ano lectivo de 1996/97.

Em 2005/06, matricularam-se no agrupamento 1175 alunos, 21% no pré-escolar, 46% no 1º ciclo, 12% no 2º ciclo, e 21% no 3º ciclo. O pessoal docente em exercício no agrupamento era constituído por 17 docentes do pré-escolar, 45 do 1º ciclo, 21 do 2º ciclo e 32 do 3º ciclo, num total de 115 docentes. 41% exerciam funções no agrupamento há mais de 3 anos, mas outros 40% exerciam funções no agrupamento pela 1ª vez. Desempenhavam funções no agrupamento, 29 auxiliares de acção educativa, dos quais 13 efectivos e 16 contratados, 7 administrativos, dos quais 1 efectivo e 6 contratados, 1 psicóloga, 10 docentes de apoio educativo e 1 terapeuta da fala.

O meio envolvente da escola-sede é predominantemente rural, não havendo famílias muito carenciadas, tendo quase todos os agregados familiares casa própria e propriedades onde cultivam legumes para alimentação própria. Nos anos 60 e 70 o meio viu-se a braços com a emigração e um forte desenraizamento social, originando a diminuição da população escolar. As crianças e os jovens locais,

apesar de serem provenientes de um meio sócio-económico saudável, culturalmente vivem sem apoios do meio familiar. Em 2005/06, cerca de 29% dos alunos eram subsidiados pela acção social escolar. A qualidade dos equipamentos é muito variável de estabelecimento para estabelecimento. Relativamente ao estado de conservação, ele também é díspar: há escolas em muito bom estado, e há outras a necessitar de intervenção. A escola-sede tem bons equipamentos, em bom estado de conservação, apesar de os espaços exteriores necessitarem de algumas melhorias. Tem um gabinete de psicologia, uma sala estruturada e uma sala de currículos alternativos, um refeitório, uma biblioteca e uma sala de ocupação de tempos livres, mas faltam gabinetes de reunião.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

Neste critério o agrupamento revela bastantes pontos fortes. Os resultados são genericamente bons e o abandono escolar está controlado. No entanto, o seu controlo é imperfeito e não há uma prática sistemática de aferir os resultados a referenciais externos.

O agrupamento localiza-se num meio sem grandes carências económicas, mas culturalmente pobre. No entanto, a escola tem tido um trabalho sistemático e intencional de valorização dos saberes e da aprendizagem, apesar de alguns aspectos menos conseguidos.

O comportamento e a disciplina na escola constituem um ponto forte do agrupamento. A escola tem trabalhado códigos de conduta e há um reconhecimento efectivo e aceitação por todos da autoridade aos diferentes níveis.

Mormente alguns professores acharem que os alunos deveriam participar mais nas actividades da escola, os alunos são responsáveis por algumas actividades, e mostram estar identificados com a escola. A sua auscultação, no entanto, ainda não é sistemática.

2. Prestação do serviço educativo

Muito Bom

A preocupação com a articulação e sequencialidade é um ponto forte do agrupamento, apesar da dispersão dos estabelecimentos dificultar o trabalho de equipa.

O trabalho de equipa está também patente ao nível do apoio a alunos com necessidades educativas especiais. A falta de recursos humanos para este trabalho constitui uma das debilidades do agrupamento. Também não é claro que o trabalho de personalização do ensino ao nível da escola-sede seja extensível ao resto do agrupamento.

A oferta educativa inclui projectos que têm em conta a dimensão cultural, social, científica, artística e profissional. Há exemplos de projectos a este nível que abarcam várias escolas e ciclos do agrupamento.

As oportunidades de aprendizagem constituem um ponto forte, e a continuidade constitui um dos factores da constituição de turmas. Existem evidências acerca de uma prática consistente e coerente entre ensino e avaliação. Os alunos consideram que a qualidade das aulas é boa e que o ambiente global é de equidade e justiça.

Os profissionais da escola têm feito um esforço para a existência de um maior acompanhamento pelas famílias na vida escolar dos alunos. Apesar disso, o envolvimento das famílias na vida da escola fica, na opinião de pais e professores, aquém do que seria desejado.

Há uma razoável valorização e impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas. A satisfação dos professores baseia-se, principalmente, no clima e na cultura da escola, atribuindo-se igualmente importância à qualidade das aprendizagens. A escola atribui grande importância ao impacto das aprendizagens na comunidade local, não existindo, porém, correspondência adequada por parte dos responsáveis autárquicos.

3. Organização e gestão escolar**Bom**

A concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade constitui um ponto forte do agrupamento. A participação dos professores na organização das actividades é de assinalar, constituindo um corpo profissional motivado e empenhado.

A gestão dos recursos humanos é outro ponto forte do agrupamento. Tanto o pessoal docente como não docente mostra-se motivado, há preocupação com o desempenho das pessoas, incentivando-se a formação contínua, centrada nos desafios que se põem à escola.

A qualidade e acessibilidade dos recursos são um dos pontos de maior debilidade do agrupamento. Apesar de a escola-sede possuir recursos em número e qualidade suficiente, nota-se uma particular falta de pessoal auxiliar e administrativo, mormente as diligências feitas junto da administração desconcentra no sentido de corrigir esta situação. Relativamente, às outras escolas do agrupamento, as condições são muito variáveis, com alguns estabelecimentos com recursos insuficientes.

A escola tem procurado estabelecer uma política de ligação às famílias, residindo nesse aspecto um dos factores que entende ser dos menos conseguidos. Não está constituída qualquer associação de pais ao nível do agrupamento, existindo um maior envolvimento por parte da associação da escola-sede na procura de soluções para os problemas dos alunos e da escola.

4. Liderança**Muito Bom**

Neste critério, o agrupamento revela, predominantemente, pontos fortes. O rumo da escola é claro e centra-se em duas grandes áreas: promoção do sucesso escolar e construção de uma cultura de organização aprendente em permanente evolução. O agrupamento possui uma liderança forte, atenta, e que procura motivar através de um trabalho de equipa intencional e sistemático. A escola procura ser conhecida e reconhecida, e tem conseguido fixar professores.

A escola é conhecida como «um local onde se trabalha muito», o que revela a motivação e empenho do seu pessoal.

A inovação constitui uma área forte do agrupamento, que tem embarcado numa série de iniciativas no sentido de resolver os problemas com que se defronta. Há um especial empenho na formação «em casa», e uma política de aprender fazendo, aplicando a teoria ao caso particular da escola.

O agrupamento tem parcerias activas com associações locais, no sentido de personalizar o ensino às necessidades educativas de diferentes alunos. O agrupamento tem ainda vários projectos nacionais e internacionais, em várias áreas de intervenção, como forma de responder a necessidades dos seus alunos, embora nem sempre com divulgação dos resultados destas acções.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento**Bom**

Neste critério, o agrupamento revela bastantes pontos fortes, mas com algumas insuficiências ao nível dos processos de auto-avaliação e sua ligação a uma prática de melhoria contínua.

Há um progresso sustentado da escola-sede, com uma ampla capacidade reflexiva e prática de formação centrada no contexto da escola. No agrupamento este é um processo num estágio inferior de desenvolvimento.

Autonomia acrescida permitiria ultrapassar alguns dos constrangimentos existentes, e manter o dinamismo e entusiasmo das pessoas que trabalham no agrupamento.

IV – Análise dos factores por domínio**1. Resultados***1.1 Sucesso Académico*

Os resultados apresentados demonstram a existência de um controlo no progresso nas aprendizagens e nos resultados, verificando-se que, nos exames nacionais de 9.º ano de 2005, os resultados a Língua Portuguesa e a Matemática se encontrem acima da média nacional. No 1.º ciclo do ensino básico, verifica-se uma elevada taxa de retenções no 2.º ano de escolaridade, nos anos lectivos 2002/2003 e

2004/2005. No mesmo período, há sustentabilidade nos índices de sucesso no 3.º ciclo, com ligeiro decréscimo em 2004/2005. Há um processo de controlo de resultados e da qualidade do sucesso dos alunos nos 2.º e 3.º ciclos. Os resultados são genericamente bons.

Na percepção dos dirigentes da escola os resultados demonstram a eficácia do trabalho realizado, muito embora tal possa ser mais visível nos resultados internos do que nos resultados aferidos. O trabalho de análise e reflexão sobre os resultados escolares tem sido efectuado, embora sem carácter generalizado e sistemático, com maior incidência ao nível da escola-sede, sendo visível um esforço de calibragem de resultados nas mesmas disciplinas e anos dos 2.º e 3.º ciclos.

Não existe uma prática de comparação consistente dos resultados da escola com os de outras escolas com características idênticas ou da mesma região (o instrumento de *benchmarking* da IGE não é utilizado), muito embora o "*benchmarking*", informal, seja uma prática estimulada.

O abandono escolar apresenta valores residuais. A escola-sede não dispõe de recursos (assistentes sociais ou outras) para combater os casos que ainda surgem. Não foi realizada qualquer análise comparativa com outras escolas. Porém, é evidente o esforço dos órgãos de administração e gestão da escola na detecção de sinais de abandono escolar e a adopção de medidas de combate, entre as quais avulta a oferta de alternativas curriculares de 3.º ciclo, com um curso de educação e formação (Electricista de Instalações). A direcção considera que seria útil e necessária a existência de equipas operativas que sustentassem uma acção da escola-sede em fornecer respostas eficazes aos problemas que detecta.

A escola-sede definiu critérios de avaliação gerais, com carácter matricial, que são desdobrados nos departamentos e em cada disciplina. Os departamentos curriculares elaboram instrumentos comuns de avaliação de alunos. As práticas de monitorização são embrionárias, embora em alguns departamentos o processo se encontre mais desenvolvido.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola-sede, os jardins-de-infância e as escolas de 1.º ciclo visitadas procuram estimular a valorização do conhecimento, orientando-se para projectos de enriquecimento curricular, embora com limitações organizativas. Faltam espaços adequados para o desenvolvimento de actividades de prolongamento, pelo que as actividades são, predominantemente, realizadas nas salas de aula.

Existe um clima de trabalho agradável nas escolas visitadas. A escola-sede possui uma cultura de respeito e de disciplina assumida pelos diferentes elementos da comunidade escolar. Os alunos são estimulados a participar nas actividades da escola, mas a resposta fica aquém dos desejos dos seus profissionais, em resultado do pouco investimento cultural das famílias, o que afecta a valorização do conhecimento e das aprendizagens. Trata-se de um tecido social sem graves problemas de ordem material, padrão que não tem correspondência sob o ponto de vista cultural; os responsáveis do agrupamento referem a existência de uma cultura de desresponsabilização por parte das famílias relativamente ao projecto de vida dos próprios filhos. São promovidas acções de sensibilização para o respeito pelos outros, através da intervenção na proposta dos alunos para o Quadro de Valor, sendo perceptível uma cultura de respeito, com práticas e projectos de promoção de cidadania. São celebrados pequenos e grandes sucessos, como é o caso das festas de final de ano, para toda a comunidade escolar. A abertura da Biblioteca à comunidade aos sábados surge como uma tentativa de promoção cultural das famílias e uma maior abertura ao meio, que conta com a colaboração da Associação de Pais.

A Biblioteca é um espaço agradável e com um bom fundo documental. A visita regular de escritores insere-se num projecto global que abrange os vários ciclos do agrupamento e que culmina na realização de uma Feira do Livro, como forma bem conseguida de promoção da leitura. A escola-sede possui algumas lacunas a nível de algumas instalações laboratoriais e equipamentos, o que tem limitado a promoção de projectos específicos nas áreas das Ciências. Apesar dessas limitações, há visitas a estabelecimentos de 1.º ciclo do agrupamento por parte de docentes da área das Ciências para sensibilização dos alunos mais jovens para estas áreas.

Na escola-sede os alunos valorizam as actividades relativas à aprendizagem, designadamente as diferentes ofertas de enriquecimento curricular. Poderão ser considerados aspectos menos conseguidos algumas limitações à operacionalização de projectos estruturantes nas outras escolas do agrupamento, pelo desigual apoio que as autarquias locais fornecem.

1.3 Comportamento e Disciplina

Os alunos possuem um comportamento disciplinado, conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola, responsabilizando-se, também, pelo embelezamento, valorização e manutenção de alguns deles. Existe um grau de satisfação elevado por parte dos alunos, em resultado do controlo de disciplina, percebido e partilhado por todos os elementos da escola-sede, promotor de forte identificação dos alunos com a escola.

A escola-sede tem trabalhado códigos de conduta, de forma explícita e implícita, destacando-se a existência de guiões. Os alunos discutem entre si a decisão quanto ao acesso ao Quadro de Valor. São excepções, que não afectam, em geral, outros alunos e a aprendizagem, os que frequentam o Curso de Educação e Formação, mais irreverentes, encaminhados para uma alternativa de formação que procura inverter histórias de percursos escolares negativos e propícios ao abandono. Apesar disso, os alunos partilham alguns dos anseios de melhoria da escola, tendo referido o desejo da existência de mais espaços verdes e áreas ajardinadas no espaço escolar. São também responsáveis pela gestão de alguns equipamentos de lazer, pela rádio escolar, com apoio e participação em clubes e projectos.

Um dos pontos fortes da escola-sede é o reconhecimento efectivo e a aceitação por todos da autoridade aos diferentes níveis. Existe um forte investimento na identidade cultural, com mecanismos formais e informais para estimular docentes, não docentes e alunos. É relevado como ponto fraco algum desinvestimento no esforço por parte de alguns professores, com um maior número de faltas no decurso deste ano escolar comparativamente ao ano escolar transacto. Há ainda uma nota dissonante relativamente à abolição do toque de entrada e saída das aulas: os alunos referem-no como sendo fonte de divergência entre professores e alunos, quer porque os alunos ou os professores chegam atrasados, quer porque alguns professores acabam depois da hora.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos são responsáveis por algumas actividades da escola, embora alguns docentes gostassem de ver ainda maior participação dos alunos, reconhecendo que há espaço para os docentes incentivarem mais a sua participação. O grau de envolvimento dos alunos nas questões da escola é bom, são auscultados e possuem um olhar crítico acerca dos assuntos escolares, embora o façam em instâncias informais; manifestam satisfação quanto ao seu grau de envolvimento e são responsabilizados pelas suas decisões, como consequência de uma estratégia de promoção de experiências de cidadania como condicionante de uma maior abertura para a aprendizagem e para a valorização do conhecimento.

O envolvimento dos alunos implica, também, a assumpção de algumas responsabilidades concretas na vida da escola: cooperação na gestão de espaços e equipamentos, apoio a actividades e projectos, e colaboração na elaboração dos postais de Natal. As celebrações dos pequenos sucessos individuais e colectivos e a preocupação e valorização permanente de um clima de responsabilidade entre os diferentes elementos da comunidade escolar contribuem para esta identificação. A escola concentra esforços no controlo do comportamento dos alunos, intervindo de imediato em casos de indisciplina.

Existe uma identificação dos alunos com a escola-sede, perceptível pela satisfação relativa à generalidade das aulas e dos serviços da escola, conforme declararam.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

É explícita a articulação intra-departamental na escola-sede, com valorização da liderança no interior dos grupos e dos departamentos. Ao nível do agrupamento existe um esforço evidente de procura de melhorar os mecanismos de articulação e de sequencialidade, com monitorização regular e trabalho esforçado a partir da escola-sede. A definição de metas e objectivos é efectuada a partir da análise de resultados dos alunos, com a procura de áreas de formação em acções atinentes com projectos curriculares orientados para um melhor desempenho e incremento do serviço educativo. A coordenação pedagógica constitui um dos pontos fortes, com boa organização e estratégias de coordenação consistentes e com boa operacionalização. Alguma heterogeneidade do trabalho docente não compromete a procura de uma permanente construção de aprendizagem organizacional, em que a cooperação e o espírito de colaboração se encontram consolidados a partir da experiência anterior com a «Gestão Flexível dos Currículos». Foi elaborado um estudo das áreas críticas no âmbito do agrupamento, sistemático, durante dois anos, com professores coordenadores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos,

tendo sido produzido um “dossier” com materiais de Português e de Matemática, com aferição de terminologia linguística nestas duas áreas curriculares.

A sequencialidade entre ciclos constitui uma preocupação da direcção executiva do agrupamento. As maiores fragilidades resultam da dispersão geográfica e número de pólos que constituem o agrupamento, facto que dificulta as tarefas de coordenação e de maior harmonização de práticas e de sequencialidade. As reuniões regulares das diferentes estruturas intermédias e a procura de soluções contextualizadas para a resolução de problemas concretos dos alunos constituem pontos fortes do trabalho do agrupamento e da escola-sede.

A direcção executiva exerce uma prática de tutoria intencional, atribuindo valor e responsabilidade às estruturas intermédias de gestão. Os coordenadores de departamento procuram estimular a interacção entre professores, na escola-sede. Existe liderança pedagógica aos diferentes níveis da organização. A comunicação entre elementos da comunidade escolar efectua-se de forma eficaz e fluida.

Constata-se a existência de apoio e acolhimento entre ciclos, com disponibilidade dos directores de turma para práticas de tutoria e de supervisão, com particular preocupação pelo apoio e orientação aos novos alunos. A escola organiza, anualmente, uma semana de integração de alunos do 1.º ciclo. A atenção centra-se, ainda, na preocupação com o desenvolvimento de capacidades e competências dos alunos, em que o trabalho pedagógico assume característica de relevo, a partir de diagnósticos realizados à entrada de ciclo. Há, também, algumas práticas de monitorização para a inserção dos alunos depois do percurso escolar na escola-sede, embora muitas delas possuam carácter ainda não sistematizado e consistente. A escola organiza feiras de orientação para os alunos de 3.º ciclo e possui um protocolo com instituições para a vida activa, como é o caso do “Pense Indústria”. O trabalho da psicóloga centra-se preferencialmente na área da orientação vocacional (na qual é especialista), nos 8.º e 9.º anos e no curso de educação e formação.

Como forma de combate à dispersão de rede e às dificuldades organizativas que dela resultam, designadamente a necessidade de criação de turmas mistas (com alunos de anos diferentes de 1.º ciclo na mesma sala), a direcção do agrupamento e os pais e encarregados de educação veriam com agrado uma reorganização de rede com a concentração em unidades que albergassem alunos da mesma freguesia ou de freguesias contíguas, com a possibilidade de concentrar recursos e equipamentos.

2.2 Diferenciação e Apoios

Existe, globalmente, uma preocupação interiorizada para a identificação de necessidades educativas de cada aluno. Contudo, ao nível do agrupamento, a falta de recursos é entendida como factor inibidor de identificação de situações de alunos com necessidades educativas especiais. O agrupamento procura fazer um acompanhamento promotor de sucesso, com particular incidência na transição entre o 1.º e o 2.º ciclos, com o trabalho esforçado, no âmbito da sinalização, avaliação, acompanhamento do aluno e aconselhamento das famílias, com consultas de desenvolvimento ou projectos de intervenção precoce.

A equipa de apoios educativos reúne regularmente para partilhar a visão da escola-sede e do agrupamento. A falta de recursos humanos à altura das necessidades de melhor acompanhamento dos alunos em sala de aula (e integração) constitui um dos problemas apontados pela equipa entrevistada. A demora de resposta da ECAE (Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos), pela sobrecarga de trabalho deste organismo (que na medida do possível colabora com o agrupamento), constitui outro dos óbices anotados.

No que se refere a necessidades de orientação e de apoio psicológico, a escola dispõe de uma psicóloga contratada, com especialização em orientação vocacional, e que realiza, de forma esporádica, acompanhamento não especializado de apoio psicológico.

Ao nível do agrupamento não é possível perceber, com clareza, a profundidade do trabalho que é feito quanto à personalização do ensino, mais notável na escola-sede, onde existe atenção às diferentes capacidades e aptidões dos alunos, através de programas de recuperação e de enriquecimento curricular, assim como actividades em clube, projectos e salas especializadas.

Os alunos com necessidades educativas especiais dispõem de serviços especializados de apoio, há uma sala estruturada para os alunos autistas, uma terapeuta da fala e diversos dispositivos promotores da sua integração.

2.3 Abrangência do Currículo

A oferta educativa tem em conta dimensões culturais locais e parcerias com instituições ligadas à saberes práticos e profissionais. Relevam-se, nestes casos, a Área Artística oferecida pela escola, no

âmbito das artes visuais, bem como a ligação com uma importante actividade local e a colaboração no projecto «Pense Indústria», promotora de ligações à vida activa. Constituem alguns exemplos do enunciado: a organização de sessões com alunos para orientação vocacional, a constituição de painéis com profissionais, a semana das profissões e a realização de actividades que cruzam com necessidades de alunos da turma nas áreas curriculares não disciplinares. Os alunos são estimulados à prática experimental nas aulas. O projecto curricular de escola prevê a atribuição de 0,5 bloco (45 minutos) de reforço semanal à disciplina de Inglês, no 8.º ano, como forma de promover melhores aprendizagens na disciplina, em consequência dos resultados insatisfatórios na disciplina.

A escola-sede valoriza a prática activa da aprendizagem das ciências, investindo na sensibilização para a educação ambiental e para a educação científica. O alargamento dos limites da escola à colaboração com outras instâncias realiza-se nas actividades de promoção de leitura, com a colaboração de escritores convidados, área que os responsáveis consideram estruturante às aprendizagens dos alunos.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A continuidade constitui um dos factores de constituição de turmas. A fixação crescente do corpo docente permite garantir a continuidade de projectos curriculares para o mesmo grupo de alunos por uma maioria estável de professores. A escola proporciona oportunidades de aprendizagem e possui uma clara orientação para a assumpção da responsabilidade relativa à assiduidade e pontualidade.

Existem evidências acerca de uma prática consistente e coerente entre ensino e avaliação. Há uma definição de critérios gerais de avaliação ao nível da escola-sede, bem como ao nível do agrupamento, tendo a escola desenvolvido mecanismos de monitorização e controlo desse alinhamento, através de instrumentos de análise ao nível de cada conselho de turma. Entre as melhorias a introduzir avulta a do desenvolvimento de formas mais sistemáticas de monitorização das práticas de sala de aula.

Não tendo conseguido manter os horários de turno normal, em virtude do aumento do número de turmas no presente ano lectivo, os horários na escola-sede tiveram que ser organizados em turnos, com prejuízo de uma adequada coordenação pedagógica que vinha sendo praticada há anos e que se efectua com maiores dificuldades. Trata-se de um hábito de trabalho a que os docentes desejam regressar, como forma de consolidação pedagógica em equipas docentes.

Os alunos consideram que a qualidade das aulas é boa e que o ambiente global é de equidade e justiça.

2.5 Equidade e Justiça

Os princípios de actuação dos responsáveis da escola-sede e das diferentes estruturas pautam-se por critérios de equidade e justiça, com práticas bem sucedidas de acolhimento e integração de alunos, assim como a existência de mecanismos de acompanhamento dos casos mais problemáticos. Como aspecto negativo, embora fora do alcance dos seus responsáveis, a perda do horário em turno normal colocou alguns obstáculos à cultura de organização da escola, tendo-se interrompido práticas bem sucedidas de trabalho sistemático em equipas docentes. Apesar da existência de turnos, todos os entrevistados, incluindo pais e encarregados de educação e alunos, concordaram que os valores de equidade e justiça permanecem intocáveis na escolha de horários. A procura de soluções diferenciadas para alunos com historial académico negativo, com a introdução dos cursos CEF, demonstra uma preocupação com a personalização de ensino e dignificação de resultados.

A dispersão de rede de unidades do agrupamento, já assinalada em ponto anterior, com as consequentes dificuldades de coordenação e de articulação, coloca alguns problemas, entre os quais avulta o facto de os alunos das escolas de 1.º ciclo da Freguesia de Milagres, a 13 quilómetros da sede do agrupamento prosseguirem os seus estudos num colégio local, como forma de estruturação de rede. Este facto é entendido como uma distorção na lógica pedagógica do agrupamento, levantando interrogações quanto à manutenção destas escolas no agrupamento. Ainda como aspecto menos positivo realça-se a heterogeneidade de condições de trabalho e de aprendizagem em diferentes unidades das escolas de 1.º ciclo, com limitações à qualidade pedagógica que resultam do facto de o número de alunos implicarem a constituição de turmas de anos mistos. Nestas turmas, os encarregados de educação queixam-se de que os alunos são sobrecarregados com trabalhos de casa e de que existe, em consequência, uma heterogeneidade de abordagem dependente da preparação académica dos pais. Como factor positivo assinala-se a não existência de listas de espera nos jardins de infância, com uma pequena variação do número de alunos na transição entre estes e as escolas de 1.º ciclo, o que evidencia uma elevada taxa de cobertura da educação pré-escolar.

2.6 Articulação com as Famílias

Os profissionais da escola têm feito um esforço para a existência de um maior acompanhamento pelas famílias na vida escolar dos alunos. A participação na vida escolar efectua-se com maior incidência nos primeiros anos de escolaridade e vai diminuindo à medida que os alunos vão progredindo na sua escolaridade. Nas escolas de maior dimensão, designadamente na escola-sede, a participação dos encarregados de educação encontra-se aquém dos desejos dos restantes pais, da direcção e dos professores, por falta de valorização do investimento cultural por parte das famílias. Estes aspectos são considerados inibidores de um conhecimento aprofundado e percebido pelas famílias sobre a forma como se trabalha na escola e de apoio aos alunos em casa. Há, contudo, um esforço de comunicação permanente por parte dos responsáveis da escola, assim como o desenvolvimento de iniciativas formais e informais que procuram atrair pais e encarregados de educação. A abertura da Biblioteca da escola-sede aos sábados à tarde constitui um bom exemplo desse esforço de aproximação. A disponibilidade dos directores de turma para atender pais e encarregados de educação em horário mais consentâneo com as disponibilidades resultantes da vida laboral destes é também uma evidência desse esforço.

Os pais e encarregados de educação gostariam que existisse um fórum que abrangesse os pais das diferentes unidades do agrupamento, queixando-se da debilidade na articulação da sua actuação pela ausência de marcos de referência comuns entre as diferentes associações.

Não existe uma política definida e consistente relativa aos trabalhos para casa, muito embora a escola promova um esforço de acompanhamento dos alunos, procurando envolvê-los no trabalho escolar. Como referido anteriormente, nas turmas mistas das escolas do 1.º ciclo os encarregados queixam-se de uma sobrecarga de trabalhos de casas.

Assinala-se, ainda, o esforço de melhoria das comunicações com as diferentes unidades com a publicação de um boletim, «O Pombo-Correio», contendo informação relevante sobre o funcionamento do agrupamento e como instrumento promotor da participação dos diferentes elementos da comunidade escolar. Apesar disso, há pais e encarregados de educação que se consideram pouco ouvidos e olhados com desconfiança por parte de professores. Uma parte dos pais entrevistados desconhecem os documentos estruturantes do agrupamento, como o projecto curricular, muito embora tenham referido que Presidente do Conselho Executivo convoca todos os pais e encarregados de educação do agrupamento, no início de cada ano, para comunicação dos documentos estruturantes.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Há uma razoável valorização e impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas. Não obstante o nível de expectativas inicial ser reduzido, a escola-sede procura maximizar o impacto das aprendizagens escolares e mobilizar o corpo docente para considerar essa área como uma das principais da escola.

A satisfação dos professores baseia-se, principalmente, no clima e na cultura da escola, atribuindo-se igualmente importância à qualidade das aprendizagens. A este esforço nem sempre tem correspondido um impacto significativo das aprendizagens nas famílias, com expectativas reduzidas quanto à valorização destas; constata-se, não obstante, um esforço significativo de sensibilização das famílias para a importância das aprendizagens escolares, como forma de mobilidade social e valorização social.

A escola atribui grande importância ao impacto das aprendizagens na comunidade local como forma de valorização social dos alunos. Não existe, porém, correspondência adequada por parte dos responsáveis autárquicos; não existem, de igual forma, estudos consistentes que permitam verificar o impacto das aprendizagens escolares na comunidade local.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O planeamento da actividade do agrupamento e da escola-sede decorre explicitamente de documentos de referência, como o projecto educativo, com preocupação de coerência e de consistência explícitas e implícitas na programação das diferentes actividades. As linhas orientadoras estão claramente definidas, são praticadas e monitorizadas aos diversos níveis. Há congruência entre finalidades e tecnologias utilizadas, assim como entre princípios de actuação, prioridades definidas para a acção educativa e processos de avaliação.

Há intervenção de diferentes parceiros na concepção e planeamento de actividades de enriquecimento curricular. A participação dos professores na organização das actividades é um ponto forte, constituindo um corpo profissional motivado e empenhado. A colegialidade é, também, um dos pontos fortes evidenciados, muito embora se tenha interrompido, por razões já enunciadas, a prática regular de articulação de equipas docentes.

A existência de diversos documentos orientadores e o esforço de desenvolvimento de práticas e métodos de informação e comunicação eficazes são pontos fortes da organização. As actividades internas da escola-sede são bem planeadas e distribuídas por diferentes intervenientes na comunidade escolar, muitas vezes com a participação dos alunos.

Das áreas curriculares não disciplinares a mais valorizada é a Formação Cívica. As restantes (Área de Projecto e Estudo Acompanhado) são, frequentemente, entendidas como promotoras de algumas formas de "banalização", obstáculo que a escola tenta ultrapassar com um claro esforço de coordenação.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O corpo docente e o corpo não docente da escola-sede e dos diferentes estabelecimentos de ensino do agrupamento são motivados, entendem a cultura do agrupamento e promovem-na na sua prática quotidiana.

A direcção do agrupamento conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e dos funcionários e tem-nas em conta na sua gestão diária. Há uma prática intencional de tutoria interna, para que professores novos interiorizem e desenvolvam as suas práticas de acordo com a cultura da escola. Existe uma forte colaboração intra-departamental e, também, inter-departamental nos casos de Língua Portuguesa e de Matemática.

A direcção promove acções de formação internas, frequentes, adequadas a necessidades específicas ou à resolução de problemas específicos do estabelecimento de ensino, investindo, também, na formação de pessoal não docente, com vista a uma melhor capacidade de resposta dos serviços, que se situa num bom nível. A formação é entendida como um instrumento essencial promotor de desenvolvimento organizacional. O levantamento de necessidades é efectuado com regularidade e em clima de diálogo. O Centro de Formação de Leiria dá resposta às necessidades de formação pessoal docente e não docente.

Há uma monitorização directa da direcção relativa ao desempenho do pessoal docente, embora esta se realize num registo de informalidade. A assumpção de que a escola constitui um serviço público para servir a população, pelos funcionários não docentes, surge como aspecto a relevar. Contudo, a direcção entende como desejável um maior acompanhamento das práticas de sala de aula, perante a heterogeneidade de abordagens metodológicas.

Os serviços administrativos são bem geridos, têm pessoal motivado, e possui equipamento adequado. O seu pessoal demonstra dedicação e boa capacidade de resposta, apesar do número escasso de elementos de que dispõe (seriam necessárias mais 2 pessoas).

O pessoal auxiliar é motivado, responde bem às necessidades da escola, embora a sua escassez (seriam necessárias mais 2 a 3 pessoas), tanto na escola-sede como nas unidades do agrupamento, coloque alguns entraves a um melhor funcionamento.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A escola-sede possui recursos em número e qualidade suficiente. Há salas específicas, ginásios, gabinetes de trabalho e salas de informática. Há preocupação, a todos os níveis, quanto à manutenção e segurança. Os recursos e condições das diferentes escolas de 1.º ciclo são heterogéneos, com níveis de conforto e equipamentos globalmente razoáveis ou mesmo insuficientes em algumas das escolas de 1.º ciclo. A actuação das juntas de freguesia, segundo os docentes coordenadores dos jardins-de-infância e escolas de 1.º ciclo, tem sido pautada por alguma heterogeneidade, quanto a apoios materiais para o desenvolvimento de projectos adequados ou em relação aos prolongamentos.

O acompanhamento dos espaços e a sua manutenção são suficientes ao nível da escola-sede, havendo fortes constrangimentos nas escolas do agrupamento, quer em resultado da sua dispersão e dimensão, quer em virtude um acompanhamento heterogéneo e, muitas vezes, insuficiente por parte das autarquias locais.

O uso de meios financeiros pelo agrupamento está alinhado com as necessidades do projecto curricular de escola, sendo de registar a captação de verbas da comunidade (tecido empresarial e encarregados de

educação) para projectos de escola, assim como a realização de eventos que, simultaneamente aproximam as famílias da escola e surgem como oportunidade para angariação de alguns fundos.

3.4 Ligação às Famílias

O agrupamento tem procurado estabelecer uma política de ligação às famílias, residindo nesse aspecto um dos factores que entende ser dos menos conseguidos. Não existe um levantamento sobre o grau de participação das famílias na vida escolar, embora muitos docentes se queixem de algum alheamento familiar relativo ao acompanhamento dos alunos. Têm sido realizadas acções de sensibilização e esclarecimento para aspectos relevantes para pais e encarregados de educação, com a colaboração da associação de pais da escola-sede. Embora integradora e acessível às famílias dos alunos, o relacionamento e a participação na vida escolar estão ainda aquém dos desejos da direcção. Não está constituída qualquer associação ao nível do agrupamento, existindo um maior envolvimento por parte da associação da escola-sede na discussão e planeamento da acção.

A escola procura encontrar vias expeditas de comunicação com as famílias e os directores de turma disponibilizam-se para receber os encarregados de educação em horários diferentes daqueles que estão, normalmente, estabelecidos. Fazem-no em horário pós-laboral, procurando tornar o seu contacto mais acessível. Para além disso, a existência de um jornal informativo do agrupamento, o «Pombo Correio», que chega aos pais é considerado útil. As avaliações de final de período são entregues presencialmente.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

As metas e objectivos da escola-sede e do agrupamento centram-se em duas grandes áreas: promoção do sucesso escolar e construção de uma cultura de organização aprendente em permanente evolução. Existe uma cultura baseada na análise e na reflexão, com lideranças e responsabilidades distribuídas. É notável o investimento nos processos de aprendizagem dos alunos, eixo central das práticas organizativas da escola-sede e do agrupamento.

O agrupamento possui uma liderança forte, atenta e que procura motivar, através de reuniões regulares de trabalho, informação, bem como pela distribuição de responsabilidades em diferentes níveis de acção. O Conselho Executivo tem desenvolvido um plano de atribuição de responsabilidades repartidas, numa lógica de distribuição de poder, embora a sua assumpção se realize a um nível moderado. A permanência e estabilidade da direcção constituem factores importantes para o desenvolvimento de um projecto participado e partilhado. As orientações são claras e a direcção elaborou um conjunto de documentos que procuram clarificar a visão e a estratégia do trabalho no agrupamento, de entre os quais avulta um guião orientador, no qual se encontram estabelecidos, de forma organizada, os princípios orientadores, os valores fundamentais, as prioridades de acção educativa, as orientações metodológicas do agrupamento, as linhas de força, as formas de avaliação do projecto educativo de agrupamento, assim como a definição de perfis de alunos nos três ciclos de escolaridade e a descrição dos instrumentos para a sua avaliação.

A escola-sede procura ser conhecida e reconhecida. É procurada por encarregados de educação. A disciplina, a qualidade dos serviços, o sentimento de pertença da comunidade escolar são áreas de qualidade reconhecidas interna e externamente. Há uma procura por docentes, não docentes e funcionários pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo.

A escola-sede tem conseguido fixar professores e pessoal não-docente que transformou uma escola que seria, inicialmente, um ponto de passagem, na sua escola para o exercício da profissão. A estabilidade do corpo docente resulta, em grande medida, deste importante factor.

4.2 Motivação e Empenho

Há forte motivação e empenho dos diferentes profissionais nas diversas áreas de actuação. Com algumas diferenças, pela heterogeneidade do corpo docente, sob o ponto de vista da formação inicial, partilham a mesma estratégia e conhecem a sua área de actuação. Os diferentes intervenientes entrevistados foram unânimes em considerar que o agrupamento possui uma liderança forte, atenta e que procura motivar e distribuir responsabilidades partilhadas aos diferentes níveis. Entre o corpo docente existe a ideia de que o trabalho na escola-sede se realiza com dedicação e seriedade e esse tem constituído um factor de fixação de alguns docentes.

A distribuição de responsabilidades faz-se de forma evidente na escola-sede, com uma intervenção atenta da direcção, notando-se um forte investimento no princípio de subsidiariedade, com intervenção de diferentes órgãos.

Há responsabilidades partilhadas, nos diferentes órgãos, sendo perceptível um fio condutor da liderança de topo, garantindo congruência nas finalidades e nas actividades.

A gestão monitoriza casos de absentismo de alunos, procurando intervir em casos problemáticos, com a ajuda de instâncias parceiras. Não é perceptível qualquer monitorização das faltas de docentes para além daquilo que se encontra estabelecido legalmente.

4.3 Abertura à Inovação

A inovação constitui uma das áreas fortes da escola-sede e do agrupamento, evidenciada pela diversidade de actividades de enriquecimento curricular, assim como pelo desenvolvimento e envolvimento em projectos que surgem como novos desafios. A escola tem conseguido apoios para a sua implementação de forma consistente, procurando novos caminhos e soluções perante desafios: projecto da Fundação Ilídio Pinho na área das ciências, projecto «Pense Indústria» promovido pela CETIMFE (Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos), Sessões do Parlamento dos Jovens 2005-2006, clubes e oficinas, de vertente lúdico-cultural, projecto europeu «Creative Cities», projecto «Get-Identity», projecto «Euro-École», projecto «Les Sections Européennes Francophones» são exemplos, entre outros, desta prática.

Uma prática interessante de apoio aos alunos e suas famílias é a abertura da biblioteca ao Sábado à tarde.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A escola possui algumas parcerias activas com o mundo empresarial, Comissão de Protecção de Jovens em Risco, Conferência de S. Vicente de Paulo, Associação de Autistas, organizações sociais e desportivas que favorecem a sensibilização de alunos para a vida activa, previnem e combatem o abandono escolar e promovem um acompanhamento mais próximo das necessidades de cada aluno, num claro esforço de personalização do processo de ensino e aprendizagem.

A escola procura obter recursos financeiros adicionais, através de organização de actividades ou do aluguer de espaços, procurando dessa forma garantir ligações ao meio local e uma bolsa de patrocínios.

Há envolvimento da escola-sede e das diferentes unidades do agrupamento em projectos diversificados, nacionais e internacionais, como forma de responder a problemas reais da educação local, embora nem sempre com divulgação dos resultados destas acções.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

A auto-avaliação existe como um projecto em evolução, abrange diferentes áreas de acção da escola e é percebido como um meio de identificação de campos de melhoria. A escola está a desenvolver um processo de auto-avaliação baseado no modelo CAF (Common Assessment Framework), tanto no que diz respeito à estrutura de recolha de dados, como na identificação de áreas de melhoria.

Existe algum impacto do processo de auto-avaliação nos processos de planeamento das actividades, embora surja de forma mais implícita do que explícita. A escola-sede e o agrupamento apresentam um reflexo sobre os seus problemas e sobre as práticas profissionais, resultados e instalações, partindo de pressupostos teóricos e de evidências para decidirem acções de melhoria. Verifica-se, a nível do planeamento, alguma sofreguidão, baseada na assumpção simultânea de acções em múltiplos campos. A escolha criteriosa das áreas de melhoria e o aprofundamento do trabalho nas mesmas poderia constituir uma vantagem, minimizando riscos de saturação ou de desânimo.

Apesar disso, a auto-avaliação é progressiva, abraça novos campos de análise e procura promover a aprendizagem organizacional no agrupamento.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Há um progresso sustentado da escola-sede, com uma ampla capacidade reflexiva e prática de formação centrada no contexto da escola. No agrupamento este é um processo num estágio inferior de desenvolvimento.

A autonomia é entendida pela direcção executiva como uma oportunidade para a conciliação territorial com o pólo educativo, assim como para a (re)construção do acto educativo vinculado a um projecto negociado, renegociável e reajustável.

Constituem constrangimentos a um progresso sustentado os seguintes aspectos: o horário lectivo em 2005-2006 em dois turnos na escola-sede, a gestão das faltas de professores, e a falta de recursos financeiros para ir ao encontro da satisfação de prioridades da acção educativa.

V – Considerações finais

O Agrupamento de Escolas de Colmeias apresenta muitos pontos fortes, donde se destacam os seguintes:

- Corpo docente motivado e empenhado.
- Liderança clara e apoiante de uma cultura reflexiva sobre as práticas.
- Cultura de experimentação e inovação.
- Capacidade de atrair e fixar docentes.
- Desenvolvimento de acções de formação «fazendo», tendo a escola como o cerne da aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- A auto-avaliação ainda não está sistematizada e não segue nenhum modelo abrangente de avaliação do desempenho organizacional.
- Controlo imperfeito dos resultados escolares e sua comparação com referenciais externos.
- Falta de recursos humanos não docentes, e pouca estabilidade dos existentes.
- Falta de manutenção de alguns equipamentos e dos espaços exteriores na escola-sede, e insuficientes condições em algumas das outras escolas do agrupamento.
- Agrupamento demasiado disperso e escolas com reduzido número de alunos.
- Relacionamento pouco desenvolvido com as autarquias locais.
- Gestão funcional dos serviços administrativos, sem gestão por processos e atendimento personalizado.

No entanto, o bom clima de escola, a liderança forte, o pessoal empenhado e motivado, e os outros pontos fortes mencionados constituem alguns argumentos para que muitas das debilidades sejam ultrapassadas e o agrupamento consiga um desenvolvimento sustentado e de qualidade, nomeadamente ao nível do controlo dos resultados escolares e do desenvolvimento de um processo de auto-avaliação que seja um contributo efectivo para a melhoria contínua do agrupamento.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades, fora do seu controlo, nomeadamente a dificuldade em mobilizar a autarquia e a comunidade local para resolver os problemas da rede escolar, mantendo em funcionamento estabelecimentos em situação precária, sem as melhores condições e com poucos alunos por escola.

Não é, ainda, claro que haja um trabalho de desenvolvimento de novas lideranças, que assegurem a passagem de testemunho, se e quando necessário.

A falta de autonomia acrescida pode fazer esmorecer o entusiasmo da escola para levar a cabo o seu trabalho. O desdobramento do horário do funcionamento da escola-sede devido a uma organização de turmas imposta por normativos legais, quando a escola tinha uma solução alternativa mais benéfica para o seu funcionamento é um exemplo deste tipo de dificuldade. Autonomia acrescida parece ser fundamental para manter o dinamismo da escola.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VOUZELA

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Vouzela, Concelho de Vouzela, levada a cabo nos dias 10, 11 e 12 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas de Vouzela está situado no concelho de Vouzela e é constituído por 8 Jardins de Infância e um pólo itinerante, com cerca de 140 crianças, 12 Escolas do 1º ciclo com cerca de 300 alunos e uma EBI com cerca de 150 alunos no 2º ciclo. Existe ainda uma turma de 15 alunos no ensino recorrente. Tem um pouco mais de 70 docentes (entre professores e educadores) e de 50 funcionários não docentes.

A escola sede tem uma parte das instalações recentemente construídas e dotadas de bons espaços e deverá encetar obras de reabilitação dos espaços antigos no próximo ano lectivo. Os espaços exteriores são adequados e estão bem cuidados. As restantes escolas do agrupamento têm condições variadas, algumas delas carecendo de urgente intervenção.

Há uma turma com percurso curricular alternativo, em que a formação artística profissional foi orientada para trabalhos oficiais nas áreas das madeiras e tecelagem. A partir do próximo ano lectivo irá funcionar um CEF na área de “Serviço de Apoio a Crianças e Jovens”. Tem em curso, entre outros, um projecto que tem em vista as condições físicas e higiénicas das famílias nucleares de alunos do

agrupamento, em colaboração com a Faculdade de Ciências do Desporto, da Universidade do Porto e também um projecto Ciência Viva.

Dado que a escola não tem 3º ciclo, não há exames nacionais que permitam uma comparação externa. As taxas de transição no 2º CEB colocam a EBI num percentil elevado, quando comparadas com os dados a nível nacional.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

O índice de sucesso não é muito elevado, mas os resultados a Português e a Matemática têm vindo a apresentar alguma evolução. Há o reconhecimento de que é necessário melhorar os resultados académicos e verifica-se um empenho nesse sentido.

O enquadramento sócio-cultural dos alunos não é elevado e, por isso, dá-se importância ao seu desenvolvimento pessoal e social, ao mesmo tempo que se procura estimular a valorização do conhecimento. É em particular muito relevante o papel dado à leitura e ao livro.

Os casos de indisciplina são raros e há um código de conduta claro e o clima é tranquilo e propício à aprendizagem.

Os alunos são consultados e chamados a contribuir para o bom funcionamento da EBI, nomeadamente, através de equipas que monitorizam os recreios ou da participação de forma activa no jornal da escola e demonstram autonomia, espírito de iniciativa e responsabilidade, particularmente de destacar neste nível etário.

2. Prestação do serviço educativo

Muito Bom

Na transição do 1º para o 2º CEB os docentes do agrupamento articulam-se e interagem, se bem que, a nível dos departamentos, a coordenação entre ciclos não pareça tão boa, nem nas estratégias de ensino, nem na inovação dos processos.

O acompanhamento e detecção das situações que requerem intervenção é feito por uma equipa de apoio motivada e competente. Contudo, a orientação geral não parece suficientemente focada na melhoria dos resultados. Há, em compensação, uma atenção ao despertar de talentos seja na educação física e desporto, na música ou na escrita.

Há também uma interessante dinâmica de envolvimento cultural, muito focada no Português e alguma preocupação com o ensino laboratorial das ciências, apesar do baixo nível etário dos alunos.

As turmas são feitas e o serviço atribuído tendo em conta a relação existente entre os alunos e entre estes e os professores e a assiduidade e a pontualidade são fortemente estimuladas, sendo a taxa de absentismo dos professores bastante baixa.

Pais, professores e outros funcionários, e alunos reconhecem que a escola preza a justiça e equidade no tratamento da comunidade escolar, havendo, nomeadamente, uma boa integração dos alunos da turma com necessidades educativas especiais.

Há uma boa articulação com os encarregados de educação visando o envolvimento dos alunos, esforço esse que nem sempre é bem sucedido devido à fraca mobilização das famílias e à distância a que muitas residem da escola.

Embora exista um forte ligação entre a escola e toda a comunidade, esta nem sempre encara a aprendizagem como gerando grandes expectativas. Os resultados obtidos pela forte integração do agrupamento e, particularmente da EBI, no seu ambiente, não parecem ser suficientes para mais vastas ambições.

3. Organização e gestão escolar

Bom

Há um bom planeamento de actividades alinhadas com o Projecto Educativo do agrupamento, com uma componente pedagógica bem articulada ao nível dos Directores de Turma e da sua coordenação. As

intervenções dos Coordenadores de Departamento, do Conselho Pedagógico e da Assembleia de Escola parecem menos determinantes.

A direcção conhece e tem em conta as competências pessoais e profissionais dos professores, embora mais como resultado de interacção pessoal do que de mecanismos de recolha e análise sistemática de dados. O pessoal não docente parece suficiente.

Os espaços da EBI são adequados e estão bem tratados, embora o edifício mais antigo necessite de uma intervenção geral. A nível dos jardins de infância e das escolas do 1º CEB a situação é bastante variável. A biblioteca da EBI necessita de ser ampliada, mas está razoavelmente equipada. A EBI está também dotada de meios informáticos acessíveis e que são utilizados.

As escolas do agrupamento interagem de forma regular com os encarregados de educação e as famílias conhecem as regras das escolas e têm, em geral, uma opinião muito favorável sobre o agrupamento, decorrente até, de serem frequentemente chamadas a participar na resolução dos seus problemas.

4. Liderança

Bom

A liderança da escola, embora bastante personalizada, é forte e com clareza de vistas e de propósitos. Há uma clara política de afirmação e consciência do impacto da escola na comunidade. Há, contudo, uma predominância de afectos, com maior valorização de ambiente do que de resultados.

Porém, a motivação de todos os envolvidos na comunidade escolar é muito grande e os responsáveis conhecem e assumem, em geral, a sua missão e responsabilidades, não existindo medo de agir.

O agrupamento é aberto à inovação, mas a coordenação dos departamentos e o Conselho Pedagógico não parecem ter uma visão que lhe permita dar um significativo salto nos resultados, para o qual existem as condições de base. O agrupamento procura, contudo, afrontar problemas surgidos nas escolas inseridas nas comunidades mais difíceis.

As parcerias do agrupamento são inúmeras e existem iniciativas regulares que as mantêm activas em benefício de toda a comunidade escolar e do próprio meio envolvente das escolas.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Bom

Verifica-se uma preocupação com a auto-avaliação do agrupamento, mas sem uma sistemática medição do que é feito nem um controlo rigoroso dos resultados atingidos, e a comunicação é muito baseada em mecanismos informais, dificultando a partilha e confronto de experiências. Contudo, existe uma disponibilidade para melhorar, procurando-se o envolvimento dos vários agentes da comunidade educativa.

O agrupamento presta um serviço competente e adequado à sua população/comunidade educativa, parecendo ter condições de sustentabilidade e desenvolvimento, apenas ensombradas por alguma falta de protagonismo das estruturas de gestão intermédias.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O índice de sucesso não é elevado, rondando a média nacional (reconhecidamente baixa), mas os resultados a Português (particularmente promissores e que podem ser vistos como a consequência do empenho da responsável da disciplina, da oferta da escola nesta área e da actividade dos muitos clubes em áreas conexas) e a Matemática têm vindo a apresentar alguma evolução. Não parece, contudo, haver da parte da escola e do agrupamento a ênfase e atenção suficientes aos resultados académicos globais, se bem que as situações difíceis são bem acompanhadas e uma atenção e detecção precoce de problemas tem conseguido manter o abandono essencialmente a zero. Há o reconhecimento de que é necessário melhorar os resultados académicos e verifica-se um empenho real nesse sentido.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

O enquadramento sócio-cultural das crianças e jovens que frequentam o agrupamento é, na generalidade, débil, conferindo-se, por isso, grande importância às vertentes de desenvolvimento pessoal e social dos alunos, cultivando-se a aquisição de regras/comportamentos sociais, o espírito de solidariedade, de entreajuda e de respeito pelos outros. Verifica-se um bom relacionamento entre os professores, os alunos e o pessoal não docente.

Pretende-se estimular a valorização do conhecimento, procurando-se parcerias com entidades e associações, que partilhem o desenvolvimento de projectos que envolvam os alunos em actividades de carácter formativo e cultural. É em particular muito relevante o papel da leitura e do livro, com a realização de uma Feira do Livro e um forte estímulo à leitura e escrita (jornal) bem com à participação numa rádio local.

Parece haver preocupação com as componentes experimentais do ensino, apesar do nível etário dos alunos, com iniciativas no âmbito da Ciência Viva, em clubes e em festas da Escola (observações astronómicas, utilização dos microscópios por todos os alunos, inclusivamente os do pré-escolar). Verificou-se uma clara preocupação em requalificar a biblioteca da EBI, estando em funcionamento um sistema de empréstimo do seu acervo documental a todas as escolas do agrupamento.

1.3 Comportamento e Disciplina

Há um reconhecimento geral que os casos de indisciplina são raros e sem importância. Há um código de conduta claro e o clima é tranquilo e, não só propício à aprendizagem, como de franca adesão à escola. O relacionamento geral pareceu muito bom com cumprimento voluntário das obrigações por parte de todos os intervenientes. A aceitação da autoridade é assumida sem que isso represente nem subserviência nem falta de autonomia.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos são consultados e chamados a contribuir para o bom funcionamento da EBI, nomeadamente, através de equipas que monitorizam os recreios ou participando de forma activa no jornal da escola. Para promover a solidariedade e a co-responsabilização, a Escola atribui aos melhores alunos a tarefa de ajudar os colegas com mais problemas, iniciativa a que todos (alunos, pais e professores) se referem com orgulho. Os alunos demonstram autonomia, espírito de iniciativa e responsabilidade, mostram-se motivados e identificam-se com a escola.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Parece haver uma boa articulação e interacção entre os docentes e as decisões para o ensino parecem ser participadas. Nos momentos de transição há uma articulação entre os responsáveis pelos diferentes ciclos, com a passagem da informação relevante, recorrendo, nomeadamente, ao apoio educativo. Esta articulação tem também efeitos na definição dos princípios regulamentadores da constituição das turmas do 5º ano.

A intervenção dos Directores de Turma parece articulada com os colegas do conselho de turma e sistemática junto dos alunos e encarregados de educação, embora seja uma das instâncias em que é fácil esquecermos que estamos num agrupamento, parecendo mais uma EB2 autónoma.

Os coordenadores de departamentos não revelaram, em geral, uma estratégia clara relativamente à inovação dos processos e à evolução do ensino nem, em particular, uma vontade de se envolverem, com o primeiro ciclo, nas estratégias de ensino e na inovação dos processos, nas respectivas áreas. As excepções são a Educação Física —fortemente interactiva com o 1º ciclo— e o Português, onde há uma estratégia clara, consequente e com resultados.

Aliás, no 1º ciclo, há ainda alguma falta de sentimento de “escola integrada”, sobretudo nos casos de escolas mais isoladas.

2.2 Diferenciação e Apoios

Verificou-se uma forte preocupação com o acompanhamento e detecção das situações que requerem intervenção. A equipa de apoio mostra-se motivada, competente e com capacidade de intervenção. A

escola articula a sua acção com as famílias, através dos directores de turma, procurando responder às necessidades sentidas por professores e alunos.

A criação de uma turma de currículos alternativos com programas bem adaptados e a intervenção dos psicólogos na constituição da turma, é um elemento importante na estratégia do agrupamento. Contudo, a orientação geral não parece suficientemente focada na melhoria dos resultados, nem estes parecem suficientemente avaliados. Há, em compensação, uma atenção ao despertar de talentos seja na educação física e desporto, na música (orientação para o Conservatório) ou na escrita (aventura literária).

Há também uma importante iniciativa para promover o regresso à escola dos que não têm qualificações mínimas, através de uma turma de ensino recorrente de 1º ciclo, em que os alunos apresentam uma idade média superior a 30 anos.

2.3 Abrangência do Currículo

Há uma interessante dinâmica de envolvimento cultural, muito focada à volta do Português, com iniciativas como a feira do livro, o clube de rádio ou o cineclube, mas também com atenção à música (em articulação com a Escola de Música da Associação Musical de Vouzela). Há também uma preocupação com o ensino laboratorial das ciências, não obstante o baixo nível etário dos alunos. Este facto (o baixo nível etário) justifica, por outro lado, um menor envolvimento em actividades de vertente mais profissionalizante.

O número de clubes é elevado e a participação nas suas actividades generalizada. O desporto escolar é um ponto forte da escola, integrando diversas modalidades e com resultados destacados.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Na distribuição do serviço docente e na constituição das turmas tem-se em conta a relação existente entre os alunos e entre estes e os professores. São fomentadas a assiduidade e a pontualidade.

A taxa de absentismo dos professores é muito baixa e o facto de haver uma elevada percentagem de docentes posicionados nos escalões mais elevados da carreira proporciona bastante tempo para actividades não lectivas, que os docentes encaram com naturalidade.

2.5 Equidade e Justiça

Há uma generalizada opinião (pais, professores e outros funcionários, e alunos) de que a escola preza largamente a justiça e equidade no tratamento de toda a comunidade escolar. A integração dos alunos da turma com necessidades educativas especiais é efectiva. Mesmo nas situações de maiores dificuldades, ligadas a algumas das escolas do 1º ciclo do agrupamento, o envolvimento é muito intenso com resultados apreciáveis. Há uma clara preocupação com o acesso de todos os alunos às oportunidades oferecidas a nível do agrupamento.

2.6 Articulação com as Famílias

Os encarregados de educação reconhecem a existência de uma boa articulação entre eles, os serviços de saúde, os alunos e a escola e referem o esforço desta em integrar os seus educandos. Consideram que os directores de turma e os serviços de apoio educativo praticam um horário flexível de atendimento aos encarregados de educação e que tentam articular com eles estratégias de envolvimento dos alunos, embora reconheçam que este esforço nem sempre é bem sucedido, não só devido à fraca mobilização das famílias, como pela grande distância a que muitas residem da escola, como ainda pelos baixos índices de escolarização dos encarregados de educação. Referem, também, que os alunos beneficiam de um ensino com qualidade, de apoio e de um relacionamento afectivo, que os leva, frequentemente, a voltarem a procurar escola, já depois de terem saído, quando têm problemas.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Há, em termos afectivos, uma muito forte ligação bilateral, entre a escola e toda a comunidade. Contudo, a comunidade não parece encarar, globalmente, a aprendizagem (nomeadamente o seu reflexo nos resultados), como gerando grandes expectativas: parece haver uma certa resignação com o status quo. Os resultados obtidos pela forte integração do agrupamento e, particularmente da EBI, no seu ambiente, não parecem ser uma catapulta suficiente para mais vastas ambições. Parece, contudo, haver reconhecimento, por parte dos órgãos responsáveis pela escola, do seu papel potencial, bem como

preocupação quanto ao impacto das aprendizagens escolares nos alunos, nas suas famílias e na comunidade local.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Há um bom planeamento de actividades alinhadas com o Projecto Educativo do agrupamento, embora, nalguns casos, o planeamento pareça resultar da justaposição das propostas de cada professor/director de turma. Os professores surgem como elementos activos na organização das actividades, notando-se uma componente pedagógica bem articulada ao nível da turma e da coordenação dos Directores de Turma. Por outro lado, os Coordenadores de Departamento, o Conselho Pedagógico e a Assembleia de Escola parecem não ter sempre uma boa percepção das suas competências, não revelando uma intervenção e uma visão estratégica consentânea com elas.

Os professores, inclusive os do 1º ciclo, participam na definição do Projecto Educativo da escola, e ficou demonstrada a intervenção das entidades externas, nomeadamente, no âmbito da saúde, na definição e revisão dos planos da escola. Não houve evidência de uma idêntica intervenção nem dos alunos, nem dos funcionários.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e tem-nas em conta na sua gestão, nomeadamente na selecção dos directores de turma. No entanto, este conhecimento resulta da interacção pessoal e não se apoia em mecanismos de recolha e análise sistemática de dados identificados como relevantes e não foi evidente que se procedesse a uma avaliação do desempenho científico, que se traduza num apoio programado aos que revelem insuficiências. Verificou-se, contudo, existir atenção à formação do pessoal docente e não docente, que é, por vezes, organizada dentro do próprio agrupamento. A reactivação do Centro de Lafões está a ser fundamental na implementação do primeiro plano (enquanto tal) de formação.

O pessoal não docente parece suficiente mas há algumas dificuldades na capacidade de resposta dos serviços administrativos.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

O órgão de gestão está atento às necessidades de requalificação dos espaços e solicita apoios para o conseguir. Contudo, em geral os espaços são adequados (há queixas justificadas para as condições do pessoal não docente) e estão bem tratados, embora o edifício mais antigo da EBI necessite de uma intervenção geral, que está já programada para o próximo Outono. Os recursos para a prática do desporto são bons. O pavilhão da escola sede está bem equipado, embora tenha uma área algo limitada. O edifício de construção mais recente tem boas condições de acessibilidade para alunos com problemas de mobilidade e existe um bom auditório, bem como salas de aula dedicadas aos laboratórios de Ciências Naturais e Educação Visual e Tecnológica. A biblioteca da escola EBI necessita de ser ampliada, mas está razoavelmente equipada e os meios que existem estão acessíveis e são utilizados. Verificou-se uma boa dotação de meios informáticos e as redes estão montadas e geridas. A escola desenvolve e participa em projectos, sobretudo locais e regionais.

3.4 Ligação às Famílias

As escolas do agrupamento interagem de forma regular com os encarregados de educação, embora o ambiente e a facilidade desta interacção não seja homogénea nas Escolas do 1º ciclo, jardins de infância e EBI, decorrente até da variabilidade das características sócio-económicas em que se inserem. Contudo, de um modo geral, as famílias parecem conhecer as regras das escolas e há uma opinião muito favorável, decorrente até, de serem frequentemente chamadas a participar na resolução de problemas do agrupamento. Se estes factos podem ser facilitados por se tratar de localidades pequenas, onde todos se conhecem, por outro lado conduz, por vezes, ao tratamento demasiado informal das situações a resolver.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A liderança da escola é muito forte e com clareza de vistas e de propósitos. É, contudo, fortemente unipessoal, não sendo patente que, nos seus pontos fundamentais, não seja mais seguida do que partilhada. Há uma clara política de afirmação e uma consciência do impacto da escola na comunidade com a qual está muito bem articulada. Contudo, há uma predominância de afectos, com uma maior valorização de ambiente do que de resultados. Isso não invalida que a escola seja muito procurada e considerada uma referência, por alunos e professores, sendo patente uma enorme disponibilidade e profissionalismo na assunção das responsabilidades dos vários actores.

4.2 Motivação e Empenho

Há uma grande motivação de todos os envolvidos na comunidade escolar (com baixo absentismo) e os responsáveis das diferentes estruturas conhecem e assumem, em geral, a sua missão e responsabilidades. Não existe, sobretudo, medo de agir. Contudo, isso ocorre mais a nível das direcções de turma e sua coordenação do que dos coordenadores de departamento e CP.

A nível das escolas de 1º ciclo e jardins de infância, encontrámos, em quase todas as situações, uma forte capacidade de dinamização local e envolvimento na solução dos problemas surgidos. A nível da Assembleia de Escola há alguma afirmação autónoma e importante, com uma estratégia inteligente de envolvimento dos elementos externos de acordo com a vontade de levar a cabo intervenções específicas.

4.3 Abertura à Inovação

A escola não parece fechada à inovação, mas esta é, por vezes, confundida com suficiência de recursos, nomeadamente, informáticos; mais uma vez a coordenação dos departamentos e o Conselho Pedagógico não parecem ter aqui uma visão estratégica, que permita ao agrupamento enfrentar novos desafios e dar um significativo salto nos resultados, para o qual parecem existir as condições de base. Entre as iniciativas inovadoras conta-se o projecto da edição dos melhores contos do 1º e 2º ciclo, no qual o CE se empenha em cooperação com o grupo de língua portuguesa.

O agrupamento procura, contudo, conseguir afrontar problemas surgidos nas escolas inseridas nas comunidades mais difíceis e parece ter encarado, através do ensino recorrente, a sua contribuição para um problema latente de iliteracia.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Este é claramente um dos pontos fortes do agrupamento. As parcerias são inúmeras e existem iniciativas regulares que as mantêm activas em benefício de toda a comunidade escolar e do próprio meio envolvente das escolas. São, pois, parcerias sustentadas e dinamizadas. As relações com a Autarquia são estreitas e sua participação na AE é bem aproveitada. Existe também uma forte parceria com a Delegação de Saúde (também com lugar na AE) bem como um projecto com a Faculdade de Ciências do Desporto, da UP, visando o estudo das condições de vida e de hábitos de algumas famílias nucleares dos alunos do agrupamento. Há também alguma articulação com empresas locais, mas a intervenção a este nível não parece ultrapassar frequentemente o envolvimento concelhio.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

Verifica-se preocupação com a auto-avaliação do agrupamento, mas não existe uma cultura de medição sistemática do que é feito e de controlo dos resultados atingidos. Contudo, a gestão possui informação sobre todos os seus estabelecimentos de educação e de ensino e reflecte sobre as suas condições, procurando identificar áreas fortes e fracas e dinamizar intervenções conducentes à resolução dos problemas detectados, parecendo também existir uma real disponibilidade para melhorar, estando os vários agentes da comunidade educativa a ser activamente chamados a participar neste processo. Simultaneamente, a comunicação está muito centrada em mecanismos informais, parecendo fundamental criar oportunidades mais estruturadas para partilhar e confrontar experiências.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

O agrupamento parece prestar um serviço competente e adequado à sua população/comunidade educativa. A autonomia parece possível em várias vertentes – há um efectivo conhecimento e controlo dos parâmetros mais importantes –, mas a autonomia foi solicitada especialmente na gestão de recursos/contratação e fixação de professores e na possibilidade de uma gestão flexível do orçamento da escola. A escola tem, nas actuais circunstâncias, condições de sustentabilidade e desenvolvimento (para os quais deve aperfeiçoar os seus mecanismos de controlo dos resultados) condições essas apenas ameaçadas por uma forte dependência da Presidente do CE.

V – Considerações finais

O agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- Uma direcção forte, com liderança e visão;
- Uma forte ligação à comunidade que se reconhece na escola e a aprecia;
- Uma forte preocupação de enriquecimento cultural, em particular ligado à leitura e ao Português;
- Uma actividade de desporto escolar, particularmente bem sucedida, em certas modalidades e altamente potenciadora de auto-estima da escola;
- Um corpo docente muito envolvido e empenhado;
- Um ambiente muito propício ao desenvolvimento global dos alunos, particularmente tendo em conta os níveis etários que o agrupamento acolhe.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- O agrupamento enquadra algumas zonas periféricas com fortes problemas sócio-económicos;
- Os resultados ficam, em algumas disciplinas e, sobretudo, na matemática, aquém do desejável;
- O parque escolar requer alguma atenção e intervenção, particularmente em jardins de infância e escolas do 1º ciclo;
- Uma fortíssima atenção aos aspectos sócio-afectivos, com menor ênfase nos resultados académicos;
- Alguma debilidade nos sistemas internos de controlo quer de resultados quer de adequação e competência científica da função docente.

O agrupamento apresenta alguns argumentos para um desenvolvimento sustentado e de qualidade:

- Uma envolvente muito favorável ao agrupamento e à sua gestão;
- Um grupo muito empenhado e disponível, de docentes;
- Uma liderança forte e carismática.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- Uma liderança unipessoal;
- Uma grande instabilidade do corpo docente;
- Alguma falta de ambição e expectativas por parte dos alunos e suas famílias.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE NERY CAPUCHO

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas Nery Capucho – Marinha Grande, levada a cabo nos dias 2, 3 e 4 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas Nery Capucho compreende 14 estabelecimentos dispersos geograficamente pelo norte e leste do concelho da Marinha Grande. Fazem parte do agrupamento os jardins da Cumeira, Pedrulheira, Pilado, e Trutas, as escolas do 1º CEB de Albergaria, Amieira, Cumeira, Garcia, João Beare, Pêro Neto, Picassinós 1 e 2, Pilado 1 e 2, e Trutas, e a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Prof. Alberto Nery Capucho (escola-sede). A escola-sede do agrupamento localiza-se no núcleo urbano da cidade da Marinha Grande, a 2 km do centro. A escola mais distante está a 13 km da sede do agrupamento de escolas. A construção do agrupamento foi iniciada logo após a publicação do Decreto-Lei n.º 115/-A/98, de 4 de Maio. A sua concretização, em moldes um pouco diferentes daqueles que vinham a ser pensados, viria a efectuar-se mais tarde, numa altura em que a constituição dos agrupamentos verticais foi generalizada.

A qualidade dos equipamentos dos diversos estabelecimentos é razoável, tendo em conta outras zonas do país, mas desigual de estabelecimento para estabelecimento. Relativamente ao estado de conservação, ele também é díspar: há escolas em muito bom estado, e há outras a necessitar de intervenção. A escola-sede tem bons equipamentos, em bom estado de conservação. Tem um gabinete de psicologia, uma sala estruturada, e uma sala de currículos alternativos, um refeitório, uma biblioteca, e uma sala de ocupação de tempos livres, mas faltam gabinetes de reunião.

O pré-escolar integra cerca de 200 alunos e 8 docentes, mais 1 de apoio. O 1ª CEB integra cerca de 700 alunos e 36 docentes, mais 5 de apoio. O 2º e o 3º ciclo integram cerca de 600 alunos, e 65 docentes. O agrupamento tem ainda uma psicóloga ao seu serviço.

O agrupamento tem apresentado estabilidade no número de discentes, de docentes e de pessoal não docente, destacando-se um aumento de elementos dos programas ocupacionais, o que reflecte a colaboração por parte da autarquia local.

Verifica-se que o agrupamento tem um corpo docente cada vez mais estável e com maior qualificação. A maioria dos alunos pertence a estratos sociais médio e médio-baixo, verificando-se casos de acentuada carência, resultantes de alguma crise no sector industrial circundante. Cerca de 1/5 dos alunos usufrui da acção social escolar.

De referir que os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais do 9º ano de 2005 foram acima da média nacional, tanto a Matemática como a Português. As taxas de transição no 2º ciclo rondam o percentil 50 e no 3º ciclo estão entre o percentil 25 e o 50 (dados de 2003/04).

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

É evidente o trabalho cooperativo ao nível do estabelecimento de instrumentos e critérios de avaliação dos alunos. Contudo, não há mecanismos de monitorização da aplicação dos critérios, nem uma prática sistemática de controlo dos resultados obtidos pelos alunos.

Existe um trabalho sistemático ao nível da prevenção do abandono escolar, e da valorização dos saberes e da aprendizagem, nos vários ciclos de ensino. Ainda assim, alguns docentes parecem ter uma atitude fatalista relativamente à desvalorização do conhecimento que sentem por parte dos alunos.

O comportamento e a disciplina são claramente um ponto forte do agrupamento. Existe um bom relacionamento entre todos e há um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade.

A participação e o desenvolvimento cívico dos alunos são outro ponto forte. Os alunos são ouvidos e participam nas actividades da escola-sede, sendo responsáveis por algumas delas. Os alunos têm uma forte identificação com o agrupamento, evidente até ao nível de escolas do 1º CEB.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

É explícita a articulação pedagógica ao nível da escola-sede, mas esta é ainda embrionária ao nível dos outros estabelecimentos de ensino. Em termos da sequencialidade entre ciclos, reconhece-se que há ainda um longo caminho a percorrer, sendo esta uma das preocupações do agrupamento e uma área de investimento prioritária.

O apoio aos alunos com necessidades educativas especiais é claramente um ponto forte do agrupamento. No entanto, fica a dúvida se os alunos ditos "normais" ou com capacidades e aptidões acima da média não são descurados, por uma excessiva focalização nos alunos com necessidades educativas especiais.

A oferta educativa tem em conta as dimensões culturais, científicas e sociais, sendo de destacar o investimento ao nível de laboratórios, o trabalho artístico com o vidro, e a ligação a actividades profissionais locais.

A continuidade de alunos e professores constitui um dos factores na constituição de turmas. A este nível a estabilidade do corpo docente não levanta grandes problemas, ao contrário da dos alunos, que não têm assegurado um percurso escolar todo feito no agrupamento. Não existe uma prática consistente e coerente entre ensino e avaliação.

O agrupamento pauta-se por princípios de equidade e justiça, e esta prática é reconhecida como um ponto forte. Há uma política de inclusão e um esforço para que as oportunidades sejam iguais para todos os alunos.

Os profissionais do agrupamento têm feito um esforço para a existência de um maior acompanhamento da vida escolar dos alunos pelas famílias. No entanto, os resultados alcançados a este nível ainda estão longe do desejável.

Há uma forte valorização e impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas, e é perceptível a satisfação dos parceiros com assento na Assembleia de Agrupamento quanto ao trabalho, que a direcção e os professores têm desenvolvido para a melhoria das aprendizagens e para que a sua importância seja entendida na comunidade local.

3. Organização e gestão escolar

Bom

A participação dos professores no planeamento e desenvolvimento de actividades é um ponto forte. No entanto, a ligação entre actividades desenvolvidas e o projecto educativo da escola-sede não é evidente. O projecto educativo do agrupamento encontra-se em construção.

O pessoal docente e não docente do agrupamento está motivado e entende e promove a cultura da escola. Há uma prática de tutoria implícita dos docentes mais novos, e apesar de não haver um levantamento formal das necessidades de formação, aposta-se nela como elemento de desenvolvimento organizacional. Há uma monitorização informal do desempenho do pessoal.

Os serviços administrativos dão resposta às necessidades do agrupamento.

Apesar de haver alguma heterogeneidade relativamente aos estabelecimentos que constituem o agrupamento, em geral, as escolas estão bem equipadas e em bom estado de conservação.

4. Liderança

Muito Bom

Existe uma visão clara sobre o que se pretende para o agrupamento, e isso foi patente na reunião entre os avaliadores e a Assembleia de Escola, podendo, contudo, haver uma melhor definição de objectivos específicos e de metas a atingir. A escola-sede procura ser conhecida e reconhecida, e consegue atrair alunos e professores.

Há uma forte motivação e empenho dos profissionais do agrupamento. No entanto, na escola-sede, os mesmos professores fazem parte de órgãos de administração e gestão, indiciando alguma falta de desenvolvimento e distribuição de lideranças intermédias.

A inovação e a procura de soluções para os problemas do agrupamento constituem um ponto forte da escola. A este respeito, as parcerias, protocolos e projectos, com entidades locais, e nacionais, representam uma mais valia.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Bom

A auto-avaliação tem-se mostrado um processo pouco determinado e sistemático. Não há um projecto consistente a este nível, mas iniciativas isoladas, sem um fio condutor, sem se saber em que medida a auto-avaliação contribui ou não para a melhoria da organização.

No entanto, a escola-sede demonstra conseguir motivar e mobilizar a comunidade educativa para um progresso sustentado. O agrupamento revela capacidade para incrementar a sua autonomia.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Não existe uma prática de comparação dos resultados da escola com os de outras escolas com características idênticas ou da mesma região, mas apenas a nível nacional, em relação aos exames de 9.º ano. O instrumento de benchmarking disponibilizado pela Inspeção Geral de Educação não era conhecido e utilizado. A ausência da consciencialização quanto aos resultados dos alunos da escola-sede e do agrupamento, baseada numa recolha e análise sistematizada de dados, constitui um ponto fraco.

O abandono escolar mantém, porém, valores residuais. Tal como acontece com os resultados, a prática de qualquer análise comparativa com outras escolas ou a nível local é inexistente. Porém, é evidente o esforço dos órgãos de administração e gestão da escola e dos serviços especializados de apoio educativo, na detecção de sinais de abandono escolar e a adopção de medidas de combate, com a

colaboração activa e célere da Assistente Social do Centro de Saúde ou dos elementos da Escola Segura. A escola procura, também, garantir um acompanhamento e reencaminhamento nos casos de abandono efectivo.

A escola definiu critérios gerais de avaliação de alunos, com carácter matricial, que são desdobrados nos departamentos e em cada disciplina. Os departamentos curriculares elaboram instrumentos comuns de avaliação de alunos. Contudo, não há mecanismos de monitorização da aplicação dos critérios, nem um estudo sistemático dos resultados obtidos pelos alunos.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola-sede, os jardins-de-infância e as escolas de 1.º ciclo, visitadas, procuram estimular a valorização do conhecimento, orientando-se para projectos de enriquecimento curricular, embora com limitações organizativas. Em muitos estabelecimentos, faltam espaços adequados para o desenvolvimento de actividades de prolongamento, pelo que as actividades são, predominantemente, realizadas nas salas de aula.

Há uma atenção a factores determinantes de sucesso, como o bom ambiente de trabalho, perceptível em todas as escolas do agrupamento visitadas. No entanto, percebeu-se uma atitude, por vezes, fatalista relativamente à capacidade de se estimular nos alunos a valorização do conhecimento: «depende das turmas»; «os alunos gostam da escola, mas não gostam de estudar»; «não querem trabalhar». Os professores consideram, ainda, que as expectativas são baixas, decorrentes do meio sócio-económico em que a escola está inserida. A este respeito é reconhecido que o apoio da assistente social tem sido muito importante.

A escola-sede possui e valoriza uma cultura de respeito e de disciplina assumida pelos diferentes elementos da comunidade escolar. São promovidas acções de sensibilização para o respeito pelos outros, pela integração bem sucedida de alunos provenientes de outros países, assim como o desenvolvimento de práticas e projectos de promoção de cidadania e de convivência democrática, tal como acontece com a participação activa dos alunos na assembleia de delegados e no “Projecto Hemiciclo”. São celebrados os pequenos e grandes sucessos individuais – “os Nerys”, que premeiam elementos docentes e não docentes no final de cada ano lectivo. Existe um Quadro de Mérito, exposto no átrio central da escola e que premeia alunos propostos pelos colegas de turma, de acordo com um conjunto de critérios cumulativos do domínio sócio-afectivo e comportamental e do domínio cognitivo.

A escola-sede organizou, com meios próprios, espaços laboratoriais para a área da Química e investiu na valorização e equipamento da biblioteca. Os professores da área das Ciências organizam visitas a escolas de 1.º ciclo para a realização de experiências e fomento de uma atitude científica face ao método científico. A parceria com a Câmara Municipal da Marinha Grande permite a afectação de animadores socioculturais, que desenvolvem actividades de enriquecimento curricular, nestas se incluindo as que são desenvolvidas nos períodos de prolongamento de horário. Assinala-se, ainda um elevado nível de preocupação com a segurança de instalações e de pessoas nos diferentes espaços da escola-sede.

Na escola-sede os alunos valorizam as actividades relativas à aprendizagem, designadamente as diferentes ofertas de enriquecimento curricular. A avaliação sistematizada em relação às actividades de prolongamento é um dos aspectos menos conseguidos. Note-se, no entanto, que o rigor e a exigência nas actividades lectivas na escola-sede poderão fornecer explicação para os resultados menos conseguidos na avaliação interna. Os docentes consideram-se exigentes e os alunos também os vêm assim, considerando haver muito rigor nos critérios de avaliação.

1.3 Comportamento e Disciplina

O comportamento e a atitude dos alunos face à escola são muito bons. Conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola, responsabilizando-se, também, pelo embelezamento, valorização e manutenção de alguns dos espaços. Existe um grau de satisfação elevado por parte dos alunos, em resultado do controlo de disciplina, percebido e partilhado por todos os elementos da escola-sede, promotora de forte identificação dos discentes com a escola.

A escola-sede tem trabalhado códigos de conduta, de forma explícita e implícita, destacando-se a existência de uma publicação, bem organizada, que promove a apropriação de uma conduta de respeito partilhada entre docentes, não-docentes e alunos (“Saber ser, saber estar”). Em toda a actuação da escola, extensível às diferentes unidades do agrupamento, é perceptível uma liderança fortemente motivadora para a valorização de atitudes de cidadania, respeito e atenção. O clima é propício à construção de uma cultura de respeito e atenção pelos direitos e deveres mútuos. As escolas do

agrupamento, de uma forma geral, são limpas e em todas se constata um ambiente disciplinado. Na escola-sede, o conforto, a limpeza, a disciplina e o respeito são valorizados e constituem motivo de satisfação e orgulho de professores, alunos e pessoal não docente.

Um dos pontos fortes da escola-sede é o reconhecimento efectivo e a aceitação por todos da autoridade aos diferentes níveis.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos são responsáveis por algumas actividades da escola, encontrando-se a cargo dos discentes a dinamização e gestão da rádio escolar, da esplanada, da sala de alunos, e do tratamento dos animais residentes na escola. A participação estende-se a diferentes campos da vida escolar, sendo regularmente consultados e co-responsabilizados nas decisões. São responsáveis pelas propostas para o Quadro de Mérito e fazem-no de forma consciente e rigorosa. Reconhece-se, ainda, a importância que a direcção executiva atribui à assembleia de delegados da escola-sede, com inclusão da sua presidente como representante dos alunos na assembleia de agrupamento, participação que não tem carácter obrigatório nas escolas ou agrupamento sem ensino secundário,

A identificação dos alunos com a escola-sede é elevada e esta é procurada. O sentimento de pertença dos alunos para com a escola-sede é forte. As celebrações dos pequenos sucessos individuais e colectivos e a preocupação e valorização permanente de um clima de afectividade entre os diferentes elementos da comunidade escolar contribuem para esta identificação. A escola possui mecanismos de monitorização e controlo do comportamento dos alunos, sem necessidade de que estes sejam excessivamente formalizados ou explícitos.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

É explícita a articulação intra-departamental na escola-sede, com valorização da liderança no interior dos grupos e dos departamentos. A definição de metas e objectivos é realizada a partir da análise de resultados dos alunos, com a procura de áreas de formação em acções atinentes a projectos curriculares orientados para um melhor desempenho e incremento do serviço educativo. As metas, porém, não se encontram claramente definidas. Os resultados relevam algumas áreas (Língua Portuguesa, Matemática e Inglês) em que os objectivos de sucesso, formulados de forma difusa, se mantêm aquém dos valores que os responsáveis pretendiam e dos de outras áreas disciplinares.

A coordenação pedagógica é, ainda, embrionária entre diferentes escolas do 1.º ciclo, ou mesmo dentro da mesma escola. É perceptível a heterogeneidade do trabalho docente neste nível de ensino, o que poderá ser explicado pela constituição, ainda relativamente recente do agrupamento e pela tradição de trabalho isolado nesse nível de ensino.

A sequencialidade entre ciclos constitui uma preocupação da direcção executiva do agrupamento. Porém, é neste ponto que reside uma das fragilidades de maior relevo, uma vez que se identifica, ainda, inconsistência na articulação vertical entre diferentes níveis de escolaridade, designadamente entre o pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo. Como limitação saliente surge o facto de se garantir sequência e permanência na escola-sede apenas a um número limitado de alunos – menos de 45%, entre o 1.º e o 2.º ciclos, e entre 60 e 65%, na transição entre o 2.º e o 3.º ciclos – em resultado da limitação de espaço e da organização da rede escolar. Não estão estabelecidas formas de articulação consistentes com as escolas de encaminhamento, apesar da existência de um bom clima de relacionamento com a Escola Secundária do Eng. Acácio Calazans Duarte e contactos regulares entre as psicólogas de ambas as unidades de gestão. Esta limitação agrava-se pela inexistência de articulação formal ou informal com a Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal do Rei ou com o Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens. Apesar disso, a distribuição de alunos pauta-se por critérios objectivos e consensualizados entre os vários interessados, designadamente pais e encarregados de educação. Vários intervenientes salientaram o papel que vem sendo desempenhado pela psicóloga no esforço de articulação entre ciclos.

Os coordenadores de departamento procuram estimular a interacção entre professores, na escola-sede; existe, porém, alguma heterogeneidade na actuação e grau de envolvimento destas estruturas intermédias, com diferentes graus de envolvimento e diferentes estilos de liderança. Há um núcleo de docentes, activo, com acumulação de cargos e de responsabilidades que exercem a liderança sobre os processos pedagógicos na escola-sede.

Ao nível do agrupamento, a distância entre Jardins de Infância e Escolas de 1.º ciclo constitui um importante constrangimento à articulação e à coordenação pedagógica. Há um esforço do Conselho Executivo para a minimização deste problema, assumindo um dos seus elementos a liderança do Conselho de Coordenação do 1.º ciclo. A ausência de tempos comuns para reuniões de coordenação foi também referida como uma limitação. À percepção de vantagens administrativas pela constituição do agrupamento não correspondem, ainda, idênticas vantagens pedagógicas. No entanto, esta é uma das áreas em que a actividade dos intervenientes docentes revela uma melhoria. Nota-se, também, uma grande atenção prestada a um considerável número de clubes e de projectos, embora nem sempre seja visível a sua articulação com as actividades de sala de aula ou com o currículo formal.

2.2 Diferenciação e Apoios

Existe, globalmente, uma preocupação interiorizada para a identificação de necessidades educativas de cada aluno. São organizadas estratégias de apoio aos alunos, com particular relevo para os que possuem necessidades educativas especiais, mas a falta de recursos, a nível do agrupamento, é entendida como factor que limita a capacidade de prevenção. O agrupamento procura fazer um acompanhamento promotor de sucesso, com particular incidência na transição entre o 1.º e o 2.º ciclo, com o trabalho reconhecido da psicóloga, no âmbito da sinalização, avaliação, acompanhamento do aluno e aconselhamento das famílias. A este nível, poderá, aliás, haver um recurso excessivo ao apoio psicológico.

A equipa de apoios educativos entende que há uma sobrecarga de trabalho sobre os seus membros, mas não possui estudos sistemáticos sobre a prática dos últimos anos, o que não permite avaliar a extensão da resposta que tem sido dada ao nível do agrupamento.

Também ao nível do agrupamento não é possível perceber, com clareza, a profundidade do trabalho que é feito quanto à personalização do ensino, embora aconteça na escola-sede, onde existe atenção às diferentes capacidades e aptidões dos alunos, através de programas de recuperação e de enriquecimento curricular, assim como actividades em clube, projectos e salas para reforço de aprendizagens. Alguns dos projectos, como é o caso do protocolo com a CETIMFE, constituem formas de apoio à inserção na vida activa.

Os alunos com necessidades educativas especiais dispõem de serviços especializados de apoio, há uma sala estruturada para alunos com necessidades educativas especiais permanentes e diversos dispositivos promotores da sua integração.

Relativamente, aos alunos com capacidades e aptidões acima da média, não parece haver uma particular atenção ao seu desenvolvimento. Fica a dúvida, ainda, se não haverá uma focalização excessiva nos alunos com necessidades educativas especiais, à custa dos alunos ditos «normais».

2.3 Abrangência do Currículo

A oferta educativa tem em conta dimensões culturais locais e parcerias com instituições ligadas a saberes práticos e profissionais. Relevam-se, nestes casos, a Área Artística oferecida pela escola, no âmbito do trabalho com o vidro, em ligação com uma importante actividade local e a colaboração no projecto "Pense Indústria", no âmbito da Educação Tecnológica, promotora de ligações à vida activa.

A escola-sede valoriza a prática activa da aprendizagem das ciências, tendo investido no apetrechamento de laboratórios e procurando estender as práticas laboratoriais às escolas de 1.º ciclo.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A continuidade constitui um dos factores de constituição de turmas. Porém, a não integração de todos os alunos de um ciclo para o seguinte na escola-sede limita, de algum modo, a aplicação de critérios pedagógicos na constituição de turmas.

Ao nível da escola-sede, a estabilidade do corpo docente e a continuidade, que é estabelecida como critério primordial na atribuição de serviço, constituem factores que permitem garantir a manutenção de turmas e dos docentes, ao longo do ciclo.

Muito embora, na escola-sede, exista uma definição de critérios gerais de avaliação, ao nível do agrupamento constata-se uma maior dificuldade, não existindo evidência acerca de uma prática consistente e coerente entre ensino e avaliação. Este facto tem merecido a atenção da gestão, estando em curso um estudo para a identificação de problemas, de que deverá resultar a definição de um conjunto de prioridades para o agrupamento.

2.5 Equidade e Justiça

Como foi anotado em ponto anterior, a escola-sede não garante a permanência no agrupamento a todos os alunos que provêm das escolas de 1.º ciclo. A situação volta a colocar-se na transição do 2.º para o 3.º ciclo. Foram definidos critérios objectivos, com base na zona de residência, que são aplicados sem que se tenham detectado, nos diferentes intervenientes entrevistados, qualquer reparo à actuação da direcção executiva na aplicação dos critérios. A escola garante, ainda, o acesso à mesma folha de ocorrências por todos os elementos da comunidade escolar. É, também, garantida a aplicação de princípios de equidade e de justiça no acesso aos diferentes equipamentos das escolas.

A escola-sede funciona em turno único e as manchas horárias são idênticas para todas as turmas, do 5.º ao 9.º ano. As tardes de quarta-feira são reservadas para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular e de apoio.

Existe um esforço, não apenas ao nível da escola-sede, como em todo o agrupamento, para que seja promovida a inclusão de minorias culturais e sociais. Os reforços e apoios em diferentes áreas, designadamente na área de língua portuguesa, têm permitido a integração com sucesso de alunos de outras nacionalidades, designadamente provenientes da Europa de Leste.

2.6 Articulação com as Famílias

Os profissionais da escola têm feito um esforço para a existência de um maior acompanhamento pelas famílias na vida escolar dos alunos. A participação na vida escolar efectua-se com maior incidência nos primeiros anos de escolaridade e vai diminuindo à medida que os alunos vão progredindo. Nas unidades de maior dimensão, do agrupamento, designadamente na escola-sede, a participação dos encarregados de educação encontra-se aquém dos desejos dos restantes pais, da direcção e dos professores. Há dificuldades decorrentes da vida laboral de muitos dos encarregados de educação, e há também uma visão da escola como «guarda de meninos». Estes aspectos são considerados inibidores de um conhecimento aprofundado e percebido pelas famílias sobre a forma como se trabalha na escola bem como com vista ao apoio aos alunos, em casa. A página da Internet do agrupamento, apelativa e bem organizada, constitui uma evidência do esforço para que as famílias possam acompanhar as actividades, com particular relevo para as da escola-sede. Por outro lado, os directores de turma disponibilizam-se para reunir com os encarregados de educação fora do horário previamente estabelecido, sempre que necessário. Não existe, porém, uma política definida e consistente relativa aos trabalhos para casa, mas «simplesmente bom senso».

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Há uma forte valorização das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas. Não obstante o nível de expectativas inicial ser reduzido, a escola-sede procura maximizar o impacto das aprendizagens e mobilizar o corpo docente para considerar essa área como particularmente relevante. Estes factores reflectem-se na auto-estima dos alunos, bem como na imagem pública da escola.

A satisfação dos professores baseia-se, principalmente, no clima e na cultura da escola, atribuindo-se igualmente importância à qualidade das aprendizagens. Apesar de não existir uma monitorização sistemática do impacto destas, nas famílias e nas suas expectativas e necessidades, constata-se um esforço significativo de sensibilização para a importância das aprendizagens escolares, como forma de mobilidade social e valorização social.

A existência de um processo de auto-avaliação sistemático e consistente, envolvendo diferentes campos de análise, poderia permitir verificar o impacto das aprendizagens escolares na comunidade local. É, no entanto, perceptível a satisfação dos parceiros com assento na Assembleia de Agrupamento quanto ao trabalho da direcção e dos professores na valorização das aprendizagens e no esforço que têm desenvolvido na sua melhoria e para que a sua importância seja entendida na comunidade local.

Os projectos com alunos, o trabalho específico ao nível da Matemática, a utilização da Internet com metodologia de projecto nos 5.º e 6.º anos e os trabalhos em laboratório, para além de outros, poderão ser apontados como exemplos da atribuição de valor a aprendizagens diversificadas, constituindo também acesso a ferramentas de trabalho promotoras de novas e significativas oportunidades.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O planeamento da actividade do agrupamento e da escola-sede não decorre explicitamente de um documento de referência, embora exista uma preocupação de coerência e de consistência implícitas na programação das diferentes actividades. Faltará, portanto, referenciar de forma clara os pontos de referência ao projecto educativo e ao projecto curricular, o que está já a ser considerado.

Há intervenção de diferentes parceiros na concepção e planeamento de actividades de enriquecimento curricular e a participação dos professores na organização das actividades é um ponto forte, constituindo um corpo profissional motivado e empenhado.

A existência de diversos documentos orientadores e o esforço de desenvolvimento de práticas e métodos de informação e comunicação eficazes são também pontos fortes da organização. As actividades internas da escola-sede são bem planeadas e distribuídas por diferentes intervenientes na comunidade escolar, muitas vezes com a participação dos alunos.

Das áreas curriculares não disciplinares a mais valorizada é a Formação Cívica, com um trabalho próximo da tutoria realizada pelos Directores de Turma; a Área de Projecto, sobretudo no 3.º ciclo, não é vista como um espaço muito enriquecedor.

Os serviços administrativos ainda têm uma gestão por funções, e a distribuição do trabalho não é percebida como sendo equitativa, porque há funções que têm maior carga de trabalho. Está-se a proceder à informatização dos serviços, mas existem algumas dificuldades a este nível, porque não há um computador por funcionário, e nem todos os computadores estão ligados em rede. Ao nível da avaliação do pessoal, ainda não se aplicou o sistema integrado de avaliação de desempenho (SIADAP). No futuro próximo, prevê-se fazer obras nos serviços administrativos para melhorar o seu funcionamento, introduzindo a gestão por processos e o atendimento personalizado. De relevar que os docentes do 1º CEB vêem como uma vantagem da sua integração no agrupamento o facto de contarem com estes serviços.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O corpo docente e o corpo não docente da escola-sede e dos diferentes estabelecimentos de ensino do agrupamento são, em geral, motivados, entendem a cultura da escola e promovem-na na sua prática quotidiana.

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e dos funcionários e tem-nas em conta na sua gestão diária. Há uma prática implícita de tutoria interna, para que professores novos interiorizem e desenvolvam as suas práticas de acordo com a cultura da escola. Não existe, porém, o hábito de trabalho colaborativo inter-departamental que, contudo, se verifica a nível intra-departamental.

A direcção promove acções de formação internas, adequadas a necessidades específicas ou à resolução de problemas concretos do estabelecimento de ensino, investindo, também, na formação de pessoal não docente, com vista a uma melhor capacidade de resposta dos serviços. A formação é entendida como um instrumento essencial promotor de desenvolvimento organizacional, mas não há instrumentos de informação quanto a necessidades de formação. A sua identificação é realizada com carácter de informalidade, embora através de um clima de diálogo regular. O centro de formação local dá resposta adequada às necessidades de formação.

Há uma monitorização directa, mas informal, da direcção relativamente ao desempenho do pessoal docente e não docente, com particular incidência sobre este. A assumpção, pelos funcionários não docentes, da consciência de que a escola constitui um serviço público para servir a população, surge como aspecto a relevar.

Os serviços administrativos possuem uma liderança eficaz, existe um grande esforço ao nível da formação do seu pessoal, e têm boa capacidade de resposta face às necessidades do agrupamento.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A escola-sede possui muitos e variados recursos, com destaque para salas específicas, ginásios, laboratórios e salas de informática. No entanto, a escola gostaria de ter gabinetes para receber os pais (há falta de privacidade) e para trabalho dos professores, e um auditório. Há preocupação, a todos os níveis, quanto à manutenção, segurança e salubridade. Os recursos e condições das diferentes escolas

de 1.º ciclo, apesar da heterogeneidade que as caracteriza, são, globalmente bons, encontrando-se estas bem equipadas e limpas.

O acompanhamento dos espaços e a sua manutenção são muito bons ao nível da escola-sede, constituindo um dos seus pontos mais fortes.

Ao nível do agrupamento constata-se um bom acompanhamento da autarquia e a preocupação de dotar os jardins e as escolas de 1.º ciclo de equipamentos, embora nem todas as escolas possuam biblioteca. Há estabelecimentos muito bem equipados e outros com apetrechamento insuficiente. A este respeito, a fusão de alguns estabelecimentos (nomeadamente jardins com escolas do 1.º CEB) seria bem vista, já que «a realidade da sede do agrupamento e dos restantes pólos é muito diferente».

O uso de meios financeiros está alinhado com as necessidades do projecto curricular de escola, sendo de registar a captação de verbas significativas da comunidade (tecido empresarial e encarregados de educação) para projectos, assim como a realização de eventos que, simultaneamente, aproximam as famílias e surgem como oportunidade para angariação de novos fundos. Por outro lado, há uma preocupação generalizada de poupança de recursos e sua maximização.

3.4 Ligação às Famílias

O agrupamento tem procurado estabelecer uma política de ligação às famílias, embora este seja um dos factores menos conseguidos. Não existe um levantamento sobre o grau de participação das famílias na vida escolar, embora muitos docentes se queixem do seu alheamento.

Têm sido realizadas acções de sensibilização e esclarecimento para aspectos relevantes para pais e encarregados de educação, com a colaboração da associação de pais. Embora se procure estabelecer uma cultura integradora e acessível às famílias dos alunos, o relacionamento e a participação na vida escolar estão ainda aquém dos desejos da direcção. Há, ainda, alguma controvérsia quanto à participação activa das famílias em questões de natureza pedagógica. A associação de pais é parceiro fundamental na procura de soluções dos problemas dos alunos e da escola, participando na elaboração do regulamento interno e do projecto educativo.

A escola procura encontrar vias expeditas de comunicação com as famílias e os directores de turma disponibilizam-se para receber os encarregados de educação em horários diferentes daqueles que estão, normalmente, estabelecidos. As avaliações de final de período são entregues presencialmente.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

As metas e objectivos da escola-sede e do agrupamento centram-se em duas grandes áreas: promoção do sucesso escolar e educação para a cidadania. Não estão, porém, definidos objectivos quantitativos e não é claro quais as metas a atingir. Existe um esforço notável de promover o clima de bem-estar e de hábitos saudáveis na escola, bem como o de desenvolver e aprofundar a sua cultura. Toda a comunidade escolar partilha a convicção de que o bem-estar emocional e o ambiente de afectividade que caracteriza as relações entre os seus membros são importantes condicionantes do desenvolvimento educativo dos alunos. A garantia da segurança dos alunos constitui, também, um elemento central na actividade da direcção da escola.

A escola procura ser conhecida e reconhecida, e é procurada por encarregados de educação. A disciplina, a qualidade dos serviços, o sentimento de pertença da comunidade escolar e as instalações na escola-sede são áreas com boa qualidade reconhecida interna e externamente. Há uma procura por docentes, não docentes e funcionários pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo.

A escola tem conseguido fixar professores e pessoal não-docente, que transformaram uma escola que seria, inicialmente, um ponto de passagem, na sua escolha para o exercício da profissão. A estabilidade do corpo docente resulta, em grande medida, deste importante factor.

4.2 Motivação e Empenho

Há forte motivação e empenho dos diferentes profissionais nas diversas áreas de actuação. Com algumas diferenças, pela heterogeneidade do corpo docente sob o ponto de vista da formação inicial, todos partilham a mesma estratégia e conhecem a sua área de actuação.

A distribuição de responsabilidades faz-se de forma equilibrada na escola-sede, com uma intervenção atenta da direcção, notando-se a preocupação pelo desenvolvimento gradual do princípio de

subsidiariedade, com intervenção de diferentes órgãos. Refira-se, contudo, a presença dos mesmos elementos docentes em diferentes órgãos de administração e gestão da escola, o que poderá levar à conclusão da necessidade de um maior desenvolvimento e distribuição de lideranças intermédias ou da existência de um número insuficiente de recursos humanos de qualidade idêntica à daqueles que desenvolvem o trabalho mais destacado na escola-sede.

Há responsabilidades partilhadas, nos diferentes órgãos, apesar de ser evidente a dependência relativa da presidente do conselho executivo. A assembleia de escola parece ser um órgão actuante e participado, que contribui para a discussão do rumo da escola.

A gestão monitoriza, com bons resultados, os casos de absentismo de alunos através da colaboração do Centro de Saúde local, assim como da Associação de Pais. Não é perceptível qualquer monitorização das faltas de docentes para além daquilo que se encontra estabelecido legalmente.

4.3 Abertura à Inovação

A inovação constitui uma das áreas fortes da escola-sede e do agrupamento, evidenciada pela diversidade de actividades de enriquecimento curricular, assim como pelo desenvolvimento e envolvimento em projectos que surgem como novos desafios. A escola tem conseguido apoios para a sua implementação de forma consistente, procurando novos caminhos e soluções perante desafios: Olimpíadas da Língua Portuguesa, "Projecto Theka", "Projecto Pencil", entre outros, são exemplos desta prática.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A escola possui parcerias activas com o tecido empresarial, Centro de Saúde, organizações sociais e desportivas que favorecem e mobilizam os alunos e ajudam a prestar um melhor serviço educativo, designadamente em actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo.

As parcerias e articulações com outras escolas não possuem carácter sistemático e são mesmo inexistentes no caso de uma das escolas secundárias da cidade.

Há envolvimento da escola-sede e das escolas do agrupamento (prolongamento de horário) em projectos de desenvolvimento educativo e de aproximação à vida activa.

Os principais parceiros cobrem diversas áreas de enriquecimento de formação dos alunos, desde as entidades de natureza cívica, às da preservação da tradição industrial local e de aproximação à vida activa. Entre elas, destacam-se as seguintes: Associação de Pais, Centro de Saúde da Marinha Grande, Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, Protecção Civil local, Câmara Municipal, Junta de Freguesia, CRISFORM (Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria), CENTIMFE (Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos).

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

A auto-avaliação não existe como um projecto consistente e sistemático, que abranja diferentes áreas de acção da escola, pelo que não é percepcionado como instrumento de melhoria da organização.

A auto-avaliação que é feita resulta de um compilação de instrumentos diversificada de recolha de resultados e de análise de documentos, sem que exista, contudo, um fio condutor para a sua harmonização.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Há um progresso sustentado da escola-sede. No agrupamento este processo está, porém, num estágio inferior de desenvolvimento.

O agrupamento revela capacidade para aumentar a sua autonomia na gestão de recursos, muito embora, perante a distância e pulverização de equipamentos para alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo, que dificultam uma gestão mais eficaz, seja de considerar a reorganização da rede escolar.

A escola não pretende obter autonomia financeira, mas apenas na afectação e gestão de recursos no interior do agrupamento, designadamente na distribuição de serviço, para o desenvolvimento de projectos, na possibilidade de desdobramento de turmas com características específicas, designadamente em disciplinas como a Matemática, na inclusão de áreas artísticas (Educação Musical e Educação Artística), com contratação de técnicos externos, se necessário, na afectação de docentes do

quadro de zona pedagógica, no final de um ano lectivo, para continuação de projectos iniciados, e, finalmente, na gestão do currículo dos alunos.

V – Considerações finais

O Agrupamento de Escolas Nery Capucho apresenta muitos pontos fortes, donde se destacam os seguintes:

- Procura-se que os espaços sejam aprazíveis, e haja um óptimo clima nas escolas, sem conflituosidade, com disciplina, segurança e respeito mútuo, atraindo docentes e alunos.
- É reconhecido como um bom sítio para trabalhar, com grande estabilidade do corpo docente (só cerca de 30% não é estável).
- É empreendedor na procura de soluções para os seus problemas, e tem um muito bom relacionamento com o meio: famílias, autarquias, e empresas.
- É reconhecido pelo seu trabalho com alunos com necessidades educativas especiais.
- O agrupamento valoriza o sucesso académico mas também o sucesso social dos seus alunos, fazendo um esforço sistemático de prevenção do abandono.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Falta de controlo sistemático dos resultados obtidos.
- Falta de um exercício de auto-avaliação abrangente dos vários aspectos do desempenho organizacional.
- Rede escolar demasiado dispersa e de qualidade heterogénea.
- Aparente dependência excessiva da líder do agrupamento.
- Taxas de retenção relativamente elevadas em alguns anos de escolaridade.
- Alguma atitude fatalista relativamente aos alunos: «gostam da escola, não gostam de aprender».
- Descuramento dos alunos ditos «normais», ou acima da média, com uma possível focalização excessiva nos alunos com necessidades educativas especiais.

O agrupamento apresenta, porém, argumentos para um desenvolvimento sustentado e de qualidade, nomeadamente o bom relacionamento com a comunidade, a boa imagem da escola junto dos pais e o bom clima de escola que, baseado num maior controlo dos resultados da escola, e no desenvolvimento de um processo de auto-avaliação mais sistemático, intencional, abrangente, participado e discutido por todos, deverão permitir uma significativa melhoria das práticas e dos resultados.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALFORNELOS

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Alfoanelos – Amadora, levada a cabo nos dias 16, 17 e 18 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas de Alfoanelos é constituído por 5 escolas: Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Orlando Gonçalves, Escola Básica do 1º Ciclo Alice Leite, Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Santos Mattos, Escola Básica do 1º Ciclo Maria Irene Lopes Azevedo, e a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alfoanelos, a escola-sede.

O Agrupamento foi constituído em 1999 e integra um Território Educativo de Intervenção Prioritária – TEIP de Alfoanelos. No entanto, o processo de construção do Agrupamento remonta ao ano lectivo de 1994/95, com o projecto «Escolas e Comunidade em Movimento», integrando, então, para além da escola-sede, as escolas Maria Irene Lopes de Azevedo e Santos Mattos, em parceria com a Câmara Municipal da Amadora, o Instituto de Apoio à Criança e a Associação Unidos de Cabo Verde.

As escolas do agrupamento distribuem-se por três freguesias: Brandoa, Alfoanelos e Venda Nova, integrando a Urbanização de Alfoanelos, o bairro da Venda Nova e alguns bairros degradados na periferia, alguns dos quais estão a desaparecer devido a um programa de realojamento.

A economia local baseia-se sobretudo no comércio e serviços, e o meio é culturalmente pobre, não havendo grandes oportunidades de lazer e ocupação de tempos livres das crianças e jovens fora da escola. O nível de instrução dos encarregados de educação tende a ser baixo, havendo, no entanto, alguns quadros técnicos. A escola tem alunos provenientes de vários grupos culturais, sendo de

destacar os alunos de famílias oriundas dos PALOP (cerca de 40%), cuja língua materna normalmente é o crioulo, tendo grandes dificuldades ao nível do Português.

O agrupamento é constituído por cerca de 1220 alunos, 7% no pré-escolar, 44% no 1º ciclo e 49% no 2º e 3º ciclos. Cerca de 6% têm necessidades educativas especiais, e 51% recebem apoio social escolar. Na escola-sede existem 3 turmas CEF (Cursos de Educação Formação) e 3 PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), duas das quais desenvolvem as suas actividades na Escola de Profissões. O Agrupamento dispõe de 149 docentes, dos quais 12 são contratados. O nível etário médio é de 46 anos, a média de serviço é de 20 anos, e o ratio aluno/ professor é de 7. A nível do pessoal não docente, o Agrupamento tem ao seu serviço: 4 assistentes de acção educativa, 34 auxiliares de acção educativa, 3 ajudantes de cozinha, 9 funcionários administrativos, 2 psicólogos e 1 assistente social.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

Os resultados apresentados demonstram a existência de verificação no progresso nas aprendizagens e nos resultados. Não existe uma prática de comparação dos resultados da escola com referentes externos. A escola recorre, sobretudo, a referentes internos de anos anteriores para estabelecer pontos de comparação. O abandono escolar ainda apresenta valores significativos, mas a escola tem programas de educação e formação no sentido de o eliminar. Tem havido um progresso consistente a este nível.

Há uma preocupação central do agrupamento de integração social e «ganhar» os alunos para a escola, o que tem vindo a ser conseguido. Neste âmbito é de relevar a existência de turmas de nível, que, numa primeira avaliação, parecem ter produzido melhorias na aprendizagem dos alunos.

A escola está inserida num meio com problemas sociais e de delinquência. No entanto, todos os auscultados foram unânimes que o comportamento e a disciplina dos alunos na escola tem vindo a melhorar, havendo uma acção intencional e sistemática do agrupamento no sentido de controlar o problema.

Os alunos identificam-se com a escola e, em geral, gostam da escola. Participam e são co-responsabilizados por algumas das actividades desenvolvidas. No entanto, parece haver algumas debilidades quanto à sua auscultação nos anos mais avançados.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

O Agrupamento tem uma história de articulação entre escolas já longa, mesmo antes de ser formalmente um agrupamento de escolas. É notória uma preocupação de articulação da gestão e desenvolvimento curricular, centrando-se de forma relevante na transversalidade da Língua Portuguesa e da Matemática, e no desenvolvimento de competências transversais, designadamente de âmbito social, procurando-se uma integração curricular que não deixa de lado a diversificação da oferta educativa como factor importante de adequação do currículo ao perfil dos alunos. No entanto, é reconhecido que há ainda algum trabalho a aprofundar relativamente ao desenvolvimento do trabalho em equipa, ao nível dos docentes.

A resposta às necessidades educativas de cada aluno é um ponto forte do agrupamento. Os apoios educativos realizam-se com qualidade, sendo o acompanhamento adequado e realizados por professores e técnicos empenhados, com muito bom nível de participação e de trabalho colaborativo. Há, ainda, uma preocupação especial com o ensino de Português como língua segunda, oferta educativa diversificada (turmas CEF e PIEF), e turmas de nível, no sentido de personalizar o ensino.

Os clubes, a ludoteca, a inserção em projectos de valorização dos espaços escolares, entre outros projectos, contam-se entre os múltiplos dispositivos de que a escola-sede dispõe para o desenvolvimento das dimensões culturais e sociais. Nesse sentido, aposta em actividades desportivas e de expressões artísticas garantindo forte adesão por parte dos alunos. O agrupamento está muito bem dotado para a utilização das tecnologias da informação e comunicação em todas as escolas. A diversificação curricular e a parceria com a Escola de Profissões permitem o despertar para os saberes práticos e as actividades profissionais. O ensino experimental é uma das debilidades do agrupamento.

As oportunidades de aprendizagem são outro ponto forte do agrupamento. Para além da diversificação curricular já mencionada, a constituição das turmas obedece a critérios de racionalidade, tentando-se garantir a continuidade dos docentes relativamente a um grupo de alunos. É, ainda, possível constatar a existência de critérios de avaliação adequados às práticas de ensino desenvolvidas no agrupamento.

Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas pautam-se por princípios de equidade e justiça, sendo este outro ponto forte do agrupamento. Procuram-se as soluções mais adequadas a cada caso, e que as oportunidades sejam adequadas às necessidades de cada aluno. Há uma política activa de inclusão escolar.

Os profissionais do agrupamento têm efectuado um enorme esforço para a existência de um maior acompanhamento por parte das famílias na vida escolar dos alunos. No entanto, constata-se que o envolvimento das famílias vai diminuindo à medida que o aluno progride de ano. Este é um ponto em que o agrupamento reconhece que tem de continuar a trabalhar com persistência.

Alunos, pais e encarregados de educação, de forma mais ou menos evidente, possuem um sentimento de pertença à escola. Os professores são dedicados e sentem grande satisfação por trabalharem neste agrupamento.

3. Organização e gestão escolar

Muito Bom

Neste critério, o Agrupamento revela sobretudo pontos fortes. As actividades são bem planeadas e organizadas, norteadas pelo projecto educativo do agrupamento. Os professores são elementos activos na concepção e desenvolvimento das actividades, demonstrando um espírito de significativa colegialidade.

O pessoal da escola revela-se empenhado e motivado, aderindo à cultura própria do agrupamento. Em particular, a fixação do corpo docente e a sua estabilidade demonstram o grau de satisfação de permanência no agrupamento.

Os serviços administrativos dão resposta adequada às necessidades da escola, e a informatização dos serviços administrativos, no âmbito da sua modernização, tem facilitado alguns procedimentos.

As instalações, espaços e equipamentos das escolas são, em geral, adequados, e há uma preocupação com a sua manutenção, segurança e salubridade.

O agrupamento tem tido uma prática de desenvolvimento do relacionamento com as famílias, mas admite que os resultados ainda estão aquém do desejado. Continua, no entanto, a procurar soluções criativas para o problema.

4. Liderança

Muito Bom

Neste critério a escola denota sobretudo pontos fortes. A liderança é forte, mas partilhada. A estratégia da organização é clara, com objectivos e metas definidos. A escola procura ser reconhecida pelo seu trabalho, conseguindo fixar docentes, e começando agora a atrair alunos que antes iriam para outras escolas. O pessoal docente e não docente mostra-se motivado e empenhado na prossecução dos objectivos do agrupamento.

A inovação é outra área forte do agrupamento, que tem procurado soluções inovadoras para problemas persistentes. Muito do sucesso obtido resulta de parcerias activas com outras organizações locais e nacionais.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Muito Bom

Também neste critério, o agrupamento revela muitos pontos fortes. O agrupamento tem jornadas de reflexão já há cinco anos, e desde há três anos que realiza um processo de auto-avaliação sistemático, seguindo um modelo abrangente. Faltará ainda uma maior ligação entre os resultados deste processo avaliativo e exercícios de planeamento subsequente, tentando, ainda, envolver mais parceiros no processo.

Há evidência de um progresso sustentado da escola-sede e do agrupamento. O agrupamento revela capacidade para incrementar a sua autonomia, tanto na gestão de recursos, como no planeamento de actividades educativas e na organização escolar. Acredita que tendo autonomia acrescida poderia prestar uma melhor serviço educativo à população que serve.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Os resultados apresentados demonstram a existência de verificação no progresso nas aprendizagens e nos resultados. Tendo em conta o ponto de partida relativamente baixo do público escolar, com 40% dos alunos a provirem de subculturas, foram empreendidas dinâmicas de escola e de agrupamento no sentido de melhorar o desempenho global e os resultados educativos. As taxas mais altas de sucesso dos anos mais elevados do 3.º ciclo poderão ser explicadas, por um lado, pelo trabalho que é realizado ao longo dos anos anteriores no treino de competências em Língua Portuguesa (Projecto Português Língua Segunda) e, por outro, pela filtragem em anos anteriores de ciclo. Embora o agrupamento se situe num concelho cujo Índice de Desenvolvimento Social global é elevado, a população que frequenta as diferentes unidades do agrupamento apresenta um perfil social inferior, o que constitui uma condicionante à obtenção de melhores resultados. As classificações de exame nacional de Língua Portuguesa, no 9.º ano, apresentam valores que se aproximam da média nacional, enquanto os de Matemática se situam abaixo dos valores médios nacionais.

Não existe uma prática de comparação dos resultados da escola com os de outras escolas com características idênticas ou da mesma região. A escola recorre, sobretudo, a referentes internos de anos anteriores para estabelecer pontos de comparação. Contudo, existe a percepção de que os resultados se situam ainda abaixo da média concelhia, o que será explicado pelas características da população que frequenta as unidades do agrupamento. Muito embora seja notado que o Índice de Desenvolvimento Social do concelho se encontra em expansão, as especificidades da zona de recrutamento do agrupamento situam-no abaixo dessa média. Assim, os responsáveis preferem realizar uma comparação com base em indicadores internos, estabelecendo metas quantificadas e procurando formas e instrumentos de melhoria contínua e consistente de resultados. Nota-se, de igual forma, que a primeira preocupação do agrupamento e dos seus responsáveis se centra na integração social, procurando “ganhar” os alunos para a escola, através da diversificação curricular e de ofertas que não se limitam às actividades lectivas, com o objectivo de os motivar, depois, para a aprendizagem.

O abandono escolar apresenta valores ainda significativos, tendo a escola lançado dispositivos para a sua eliminação. Constata-se que as reprovações sucessivas no mesmo ano de escolaridade constituem um factor de risco para o abandono. Dessa forma, a diversificação curricular, com os cursos CEF (Cursos De Educação Formação) e as turmas PIEF (Programa Integrado De Educação Formação), surgindo como novas oportunidades de formação, são alternativas que têm recuperado alunos em risco de abandono da escola. A taxa de cobertura de jardins-de-infância públicos cobre cerca de 80% dos alunos que entram no 1.º ciclo. A não existência de listas de espera, aos cinco anos, fica a dever-se, no entender dos responsáveis, a uma cultura de permanência das crianças em casa de avós e de outros familiares até à entrada na escolaridade. Por outro lado, a oferta pública de jardins-de-infância existe, ao nível do agrupamento, apenas a partir de 1998. A fim de desenvolver uma estratégia na área da educação pré-escolar, o agrupamento quer conferir estes dados com o Centro Social local, de modo a saber qual o nível de carência de oferta educativa que existe. O insucesso e o abandono que subsistem resultam, essencialmente, de um défice evidente ao nível da língua portuguesa, tendo em conta aspectos já enunciados. Apesar disso, assinala-se uma melhoria no clima escolar, reiterado por diferentes intervenientes entrevistados, bem como uma redução nas taxas de abandono. Para tal, contribuíram vários factores com relevo para os seguintes: alteração nas características da população escolar, em resultado da política de realojamentos recente; dinâmica introduzida pela constituição do agrupamento; captação de novos públicos, de população residente, que anteriormente frequentavam estabelecimentos de ensino próximos do local de trabalho dos pais.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

Tal como ficou referido, a preocupação central é a integração social. As actividades que a escola oferece não se limitam àquelas que estão consignadas nos currículos tradicionais, havendo diversificação de ofertas. Anota-se, ainda, um entendimento praticamente generalizado de que a gestão curricular deve estar ao serviço das aprendizagens, apelando-se, igualmente, ao desenvolvimento de competências sociais. Existe a percepção de que a elevação da auto-estima dos alunos, no entanto, pode resultar num

“excesso de optimismo” em relação às expectativas, o que tem motivado, no ensino secundário, casos de desmotivação e de abandono nesse nível de ensino.

A articulação interdepartamental possui debilidades. Os coordenadores assumem como prioritária a busca de entendimentos comuns quanto aos pontos de orientação para os requisitos e competências a serem trabalhados com os alunos, em diferentes níveis, num processo previamente preparado.

A escola-sede não dispõe de condições físicas para o desenvolvimento de aulas práticas de Ciências Naturais e de Ciências Físico-Químicas. Tratando-se de uma limitação que se encontra fora da esfera do controlo dos responsáveis do agrupamento, estes consideram que a existência desses equipamentos poderia incrementar a motivação dos alunos. As turmas mais avançadas, em resultado da organização escolar em turmas de nível, desafiam frequentemente os professores a um aprofundamento das aprendizagens, procurando que estes vão além dos programas estabelecidos.

1.3 Comportamento e Disciplina

Os alunos possuem um comportamento disciplinado, conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola, responsabilizando-se, também, pelo embelezamento, valorização e manutenção de alguns deles. Existe um bom grau de satisfação por parte dos alunos, em resultado do controlo de disciplina, percebido e partilhado por todos os elementos da escola-sede, promotora de forte identificação dos alunos com a escola. Os alunos entrevistados constataam que houve uma melhoria significativa do clima ao nível da sala de aula.

A escola tem trabalhado códigos de conduta, de forma explícita e implícita. O acesso ao Quadro de Valor é da responsabilidade dos Conselhos de Turma e premeia os alunos que se distinguem pelo trabalho realizado na valorização da escola e em favor da comunidade educativa. São excepções, que não afectam, em geral, outros alunos e a aprendizagem, os alunos dos Cursos de Educação e Formação, mais irreverentes. As lideranças são partilhadas, mesmo no tratamento dos casos disciplinares, quando surgem. Anote-se, ainda, a importância do papel do mediador, figura essencial, no estabelecimento de contacto entre a escola e a família, bem como na dissuasão de casos de indisciplina, absentismo ou de abandono que, em conjunto com a assistente social, sinalizam e gerem situações mais problemáticas nesse âmbito.

De uma forma geral, o comportamento e a disciplina têm vindo a melhorar. Para esse facto, contribuíram, por um lado, a mudança de público escolar, como já assinalado, assim como o desenvolvimento de projectos ao nível do agrupamento (capoeira, monodocência coadjuvada, mediadores). A multiculturalidade não tem constituído, no entendimento dos pais e encarregados de educação, um problema ao nível do agrupamento, com a excepção de alguns casos em que consideram ser necessário um maior acompanhamento e melhor integração. Citando como exemplo a Escola Básica de 1.º ciclo Alice Leite, consideram que esta unidade do agrupamento se encontra numa fase de transição, mas que ainda mantém algum estigma pelo tipo de público que a frequentava.

Um dos pontos fortes da escola-sede é o reconhecimento efectivo e a aceitação por todos da autoridade aos diferentes níveis. Existe um forte investimento na identidade cultural, com mecanismos formais e informais para estimular docentes, não docentes e alunos. A sala ECO (Escutar, Conversar, Ouvir) tem sido um local privilegiado de integração e de acompanhamento de alunos, resolvendo situações problemáticas de comportamento e de assiduidade, visto com reconhecimento e agrado pelos alunos.

As aulas de substituição, apesar de serem uma prática que vinha já sendo implementada desde anos anteriores, suscitam alguns casos pontuais de indisciplina. Tal facto dever-se-á a alguma heterogeneidade de práticas pedagógicas dos professores de substituição relativamente aos titulares, bem como ao desejo manifestado pelos alunos, de ocuparem de forma diferente o “tempo disponível”.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos são responsáveis por algumas actividades da escola. Há um bom nível de envolvimento em algumas questões da escola. No entanto, nem sempre são auscultados, embora possuam um olhar crítico acerca dos assuntos.

A identificação dos alunos com a escola-sede é boa e esta tem vindo a ultrapassar com sucesso um estigma pela frequência maioritária de grupos provenientes de subculturas. Os alunos revelaram um bom nível de satisfação relativamente à generalidade das aulas e dos serviços da escola. Realçam como aspectos positivos a compreensão e disponibilidade dos professores, a melhoria das instalações, o papel de suporte dos auxiliares de acção educativa, a qualidade das práticas pedagógicas, assim como o clima geral agradável, visível no relacionamento entre colegas.

Os alunos têm responsabilidades concretas na vida da escola: colaboração na valorização de espaços, apoio a actividades e projectos, participação em assembleias de turma (no caso das escolas de 1.º ciclo) e, ao nível da escola-sede, na comissão de estudantes e na assembleia de delegados. Tendo como preocupação relevante, no Projecto Curricular de Escola, a humanização dos espaços, os alunos têm sido chamados a intervir, com regularidade e como membros activos neste processo. As celebrações dos pequenos sucessos individuais e colectivos e a preocupação e valorização permanente de um clima de responsabilidade entre os diferentes elementos da comunidade escolar contribuem para um clima de identificação com a escola-sede. A escola possui mecanismos diversificados e adequados de monitorização e controlo do comportamento dos alunos, intervindo em casos de indisciplina.

Há um forte investimento na identidade da escola e do agrupamento. As aulas de Área de Projecto têm contribuído fortemente para introduzir melhorias no espaço físico da escola-sede, embora, no 3.º ciclo, seja questionada a sua utilidade e eficácia. Os auxiliares de acção educativa demonstram orgulho e brio, constatando uma melhoria acentuada no clima de escola. O sistema integrado de gestão escolar e o controlo que permite contribui, também, na sua opinião, para um melhor controlo e incremento de disciplina.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A constituição do agrupamento resultou de uma lógica construída, iniciada no ano lectivo 1994/95, através a elaboração de um projecto educativo comum. Trata-se de um dos primeiros agrupamentos a ser constituídos ao nível da Direcção Regional de Educação de Lisboa, organizando-se como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), desde 1996/97, o que contribuiu para uma boa prática organizativa ao nível da articulação e da sequencialidade. A sua constituição surgiu naturalmente, sem qualquer resistência, sendo encarada como um factor importante de valorização da qualidade do serviço educativo prestado à comunidade. A articulação entre ciclos e a integração dos alunos efectua-se de através dos Serviços de Orientação e Psicologia (SPO), em articulação com o grupo de integração e acompanhamento do projecto ECO, procurando-se mobilizar também a colaboração das famílias. Existe uma preocupação de articulação da gestão e desenvolvimento curricular, centrando-se de forma relevante na transversalidade da Língua Portuguesa, no raciocínio matemático, no desenvolvimento de competências transversais, designadamente de âmbito social, procurando-se uma integração curricular que não deixa de lado a diversificação da oferta educativa como factor importante de adequação do currículo ao perfil dos alunos. Pese embora a partilha da visão estratégica pelos docentes, com a participação na análise de programas e do planeamento de desenvolvimento de competências transversais, ao nível de uma comissão interdepartamental, alguns docentes afirmaram a necessidade de aprofundamento do trabalho partilhado, tendo como pano de fundo a necessidade de construção de uma cultura de equipa.

O planeamento do trabalho escolar considera os diferentes níveis de desenvolvimento de competências e de consecução de aprendizagens, partindo de referenciais em que a Língua Portuguesa, a Matemática e as competências comportamentais constituem o eixo central. Tendo encetado este tipo de trabalho, os professores encontram-se num processo de aprofundamento e melhoria, preparando-se para estabelecer acordos entre diferentes disciplinas num mesmo ano e para a elaboração de quadros sinópticos orientadores para a gestão de conteúdos. Existe articulação e integração ao nível do planeamento das aprendizagens no 1.º ciclo, bem como entre as unidades que o constituem e a escola-sede. São realizadas reuniões entre os docentes do 1.º ciclo e os Directores de Turma de 5.º ano para garantir a articulação e o acompanhamento adequado dos alunos. A articulação com as escolas a jusante do agrupamento revela-se como um dos aspectos menos conseguidos. Havendo alguma preocupação de seguimento informal, acerca dos percursos do pós-básico, esta prática revela-se diminuta.

A liderança pedagógica é distribuída nas diferentes estruturas de orientação educativa e supervisão curricular, procurando-se que cada professor assuma a responsabilidade pelos resultados educativos dos alunos.

2.2 Diferenciação e Apoios

Existe um bom nível de integração escolar, com particular preocupação não apenas para os alunos com dificuldades de aprendizagem, mas também para a valorização da integração das diferentes culturas e saberes. O projecto "Português, Língua Segunda" destina-se a todos os alunos do agrupamento que não

possuem a Língua Portuguesa como língua materna. Nos primeiros anos de escolaridade é feita uma afectação de um maior número de horas ao projecto, com o intuito de proporcionar a integração cultural destes alunos. Os apoios educativos realizam-se com qualidade, sendo o acompanhamento adequado e realizados por professores e técnicos empenhados, com muito bom nível de participação e de trabalho colaborativo. No pré-escolar, o trabalho conjunto entre educadora, psicóloga e assistente social permite a realização adequada da avaliação psicológica das crianças sinalizadas, com recurso, quando necessário, a apoio psicoterapêutico fora da escola. No primeiro ciclo, a elaboração do plano educativo individual é realizado em função da análise adequada de cada criança. São mobilizados diferentes tipos de actividades e de apoios dependendo da gravidade das situações. Na escola-sede é levado a cabo, por uma técnica especializada, um trabalho de tutoria pedagógica, com forte interligação ao projecto ECO. Anota-se, porém, a escassez de recursos humanos para uma resposta ainda mais eficaz perante o número elevado de casos sinalizados e a necessidade de resposta com maior eficácia.

Entre as medidas de combate ao abandono escolar, avulta a existência de três turmas dos cursos PIEF (que desenvolvem a sua actividade no Centro das Profissões) e três turmas dos Cursos de Educação e Formação, com cursos de tipo 1 e de tipo 2, com bons resultados. A escola preparou, para iniciar no próximo ano lectivo, outros cursos deste tipo (Monitor Desportivo e Manutenção e Instalação de Computadores) como forma de responder positivamente a necessidades educativas e sociais. Nestas inscreve-se, ainda, preparação de um Curso de Currículos Alternativos, no âmbito do Decreto-Lei n.º 1/2006, sentido como um importante dispositivo de personalização do ensino.

A dificuldade de transição dos alunos do 1.º para o 2.º ciclo tem vindo a ser ultrapassada pelo trabalho do psicólogo, sobretudo nos casos de crianças com necessidades educativas especiais, e nos casos em que há vários problemas associados. No diagnóstico de situações especiais, os técnicos referem que o concelho da Amadora possui um ratio entre os mais elevados do país. Referiram, ainda, que a prática de realojamentos levada a cabo, ao nível dos anteriores bairros degradados, tem vindo a aliviar o agrupamento de alguns casos problemáticos.

A partir do ano lectivo transacto, a escola-sede enveredou por um sistema de constituição de “turmas de nível”, com base nas classificações internas de Língua Portuguesa e de Matemática, contando, ainda, com níveis de desenvolvimento de competências sociais. Este procedimento não deparou com resistências significativas por parte dos pais e encarregados de educação, que acabaram por apoiar a medida, o mesmo ocorrendo com os professores que, inicialmente, tiveram dúvidas acerca da eficácia e justeza dessa decisão. Esta organização permitiu que, numa escola em que coexistem diferentes realidades, fosse possível elaborar projectos curriculares de turma específicos e orientados para cada grupo de alunos.

2.3 Abrangência do Currículo

Já foram assinaladas, em ponto anterior, as medidas de diversificação curricular como forma de combate ao abandono escolar e de integração, no sentido de conquistar os alunos para a escola e as aprendizagens. O projecto “Português, Língua Segunda” inscreve-se nesta lógica e destina-se aos alunos de ascendência africana e, em alguns casos, aos de outras nacionalidades. O trabalho baseia-se em conteúdos temáticos essenciais para o nível de língua falada e escrita que devem dominar, de acordo com a idade em que chegam. Trata-se de um trabalho que vem sendo desenvolvido há alguns anos, com bons resultados, e que é levado a cabo por três técnicas (uma no ensino pré-escolar, uma nas escolas de 1.º ciclo e uma técnica que acompanha os alunos do 1.º ao 9.º ano). Em virtude de um número significativo de alunos (como referido anteriormente, ascende a 40% a população escolar pertencente a diferentes subculturas) que chegam à escola sem qualquer domínio de uma língua estruturada, com total ou parcial incapacidade em falar português, expressando-se apenas em crioulo – falado no seio familiar –, a medida revela-se essencial para proporcionar condições adequadas de aprendizagem.

Os clubes, a ludoteca, a inserção em projectos de valorização dos espaços escolares, entre outros projectos, contam-se entre os múltiplos dispositivos de que a escola-sede dispõe para o desenvolvimento das dimensões culturais e sociais. Nesse sentido, aposta em actividades desportivas e de expressões artísticas garantindo forte adesão por parte dos alunos. As actividades de enriquecimento curricular, frequentadas por cerca de 50% dos alunos das escolas do 1.º ciclo, no âmbito do projecto da “Escola a Tempo Inteiro”, surgem também como uma importante valorização educativa, embora fosse desejável o seu acesso e frequência pelos restantes alunos.

A escola-sede não dispõe de condições para o desenvolvimento de actividades experimentais, tanto na disciplina de Ciências Naturais como na de Ciências Físico-Químicas, por falta de instalações e

equipamentos específicos, o que constitui uma limitação de relevo à prática activa na aprendizagem das ciências. No entender dos docentes, o trabalho experimental poderia constituir um importante factor de motivação para os alunos. Contudo, há equipamentos informáticos em todas as escolas de 1.º ciclo e a escola-sede possui equipamentos informáticos em número suficiente e de boa qualidade para o trabalho de alunos e de professores.

A diversificação curricular e as parcerias com o Centro de Profissões são duas importantes valências para o despertar para os saberes práticos e profissionais, constituindo este um dos eixos norteadores da acção da escola-sede.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A constituição das turmas, tal como foi indicado, obedece a critérios de racionalidade, embora a afectividade esteja permanentemente presente. Como evidência desse facto, o bom clima que se vive em todas as escolas do agrupamento no que diz respeito ao relacionamento interpessoal é corroborado por todos os nossos interlocutores e visível no quotidiano escolar. Os factores de eficácia são aqueles que, no entanto, têm vindo a prevalecer na constituição das turmas, embora se garanta a continuidade dos docentes relativamente ao mesmo grupo de alunos durante o ciclo. A estabilidade do corpo docente, o seu elevado grau de profissionalismo e de dedicação são também determinantes para o trabalho consequente e determinado que a escola tem vindo a realizar. Os conselhos de turma, no âmbito dos projectos curriculares elaborados para cada núcleo de alunos, e tendo como referente o currículo nacional, definem um perfil de competências à saída do 3.º ciclo, para o qual orientam o seu trabalho educativo. Será de notar que a cada docente são atribuídas turmas de diferentes graus de desenvolvimento ou níveis.

A integração do agrupamento num TEIP tem também permitido a fixação de alguns docentes de 1.º ciclo, garantindo a continuidade do projecto educativo.

A assiduidade e a pontualidade constituem preocupações importantes no desenvolvimento do processo educativo no agrupamento. Para isso, foram criados diversos mecanismos e parcerias, entre os quais avulta a figura do mediador e a dos animadores culturais.

Apesar de a sala de aula constituir, ainda, um núcleo fechado e de difícil acesso, no entender do conselho executivo do agrupamento, é possível constatar a existência de critérios de avaliação adequados às práticas de ensino desenvolvidas no agrupamento. Muito embora a operacionalização da avaliação possa ser entendida de forma ligeiramente diferente por professores diversos, a prática corrente é a da adequação entre ensino e avaliação.

2.5 Equidade e Justiça

Os princípios de actuação dos responsáveis do agrupamento pautam-se por critérios de equidade e de justiça, com práticas bem sucedidas de acolhimento e integração dos alunos, com particular relevo para aqueles que provêm de origens culturais diferentes. O agrupamento possui mecanismos de acompanhamento e de integração muito bem desenvolvidos e eficazes, com soluções específicas adequadas. Constituem parcerias essenciais o trabalho de psicólogos, assistente social, elementos do projecto ECO, coordenadores de directores de turma e os mediadores, funcionando como equipa que desenvolve um projecto dinâmico, com reajustamentos anuais. Os afectos, a inclusão e o envolvimento dos pais e dos familiares são os vectores essenciais do trabalho desta equipa. As turmas de nível, constituídas com base em classificações e atitudes é entendida, pelos responsáveis, como um factor de justiça e de equidade, uma vez que se destinam a tratar de forma diferente quem é diferente; nesse sentido, realizam um trabalho contextualizado face às necessidades dos grupos reais de alunos, permitindo-lhes o acesso a uma idêntica certificação.

Alunos, pessoal docente e não docente têm acesso à mesma ficha de participação de ocorrências, com o levantamento ou denúncia de incidentes críticos.

Os alunos desenvolvem as suas aprendizagens em horários de turno normal, sendo garantido o acesso de todos de igual modo aos diferentes espaços e projectos na escola-sede. Há um sentimento generalizado, por parte dos alunos, de conforto e de acompanhamento na escola.

Não há listas de espera nos jardins-de-infância relativamente a alunos de 5 anos, começando estes estabelecimentos de ensino a incluir crianças de 4 anos.

2.6 Articulação com as Famílias

Os profissionais do agrupamento têm efectuado um enorme esforço para a existência de um maior acompanhamento por parte das famílias na vida escolar dos alunos. Assinalam a constatação generalizada de que a participação na vida escolar vai diminuindo à medida que os alunos vão avançando na escolaridade. Nas reuniões de pais e encarregados de educação, para reajustamento de projectos curriculares de turma, os que comparecem e participam são, usualmente, aqueles que têm um capital cultural mais elevado. Entendem, no entanto, que a pouca participação cívica de outros encarregados de educação reside em três factores principais: excesso de ocupação profissional; problemas com a documentação oficial; receio de que a forma como se apresentam ou falam venha a pesar na avaliação que os docentes venham a fazer do filho. Nos casos mais problemáticos ou urgentes, a assistente social ou mediador deslocam-se à residência e estabelecem a ponte com outras estruturas do agrupamento, no sentido da resolução dos problemas. Apesar disso, os directores de turma disponibilizam alternativas no horário de atendimento, prestando-se a receber pais e encarregados de educação em horário mais adequado para estes, sem com isso obterem, ainda, resultados satisfatórios. Entendem que, mais importante do que trazer os pais à escola, seria útil o desenvolvimento da qualidade dessa participação. A Escola de Pais, que chegou a realizar-se em duas das unidades do agrupamento, acabou, no entender dos encarregados de educação ouvidos, por "falta de motivação". O lançamento de um Centro de Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências surge, então, como uma intenção a desenvolver num futuro próximo como estratégia de aproximação das famílias à escola.

Os conselhos de turma, no início do ano escolar, procuram identificar os dias mais sobrecarregados para os alunos para evitarem marcar trabalhos para casa nessas alturas. Trata-se de uma intenção que acaba por não resultar, em virtude de factores diversos, entre os quais avulta a necessidade declarada de aprofundamento de trabalho sistemático em Língua Portuguesa e em Matemática (devido aos exames nacionais, no caso do 9.º ano).

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A escola-sede e o agrupamento têm vindo a construir uma cultura de afectos e de integração. Alunos, pais e encarregados de educação, de forma mais ou menos evidente, possuem um sentimento de pertença à escola.

Os professores são dedicados e sentem grande satisfação por trabalharem neste agrupamento. Consideram que aquilo que mais os motiva é o desafio permanente perante grupos difíceis de alunos e as conquistas que vão realizando pela sua integração e pela valorização social destes jovens. O impacto junto das famílias, não sendo visível, de imediato, acaba por emergir na auto-estima que os alunos adquirem ao longo da sua escolaridade e na elevação das expectativas que a escolaridade acrescida dos jovens lhes poderá proporcionar. Actuando num meio social com um nível de escolarização relativamente baixo, o impacto da escola e das aprendizagens como factor de mobilidade social constitui uma tarefa que necessita, ainda, da continuação do trabalho empenhado que tem sido realizado.

À importância que os responsáveis do agrupamento atribuem ao impacto das aprendizagens na comunidade local, área em que o mediador desempenha também um papel relevante, corresponde, de igual forma, um forte investimento em recursos humanos e materiais da autarquia local.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

Existe um projecto educativo comum a várias escolas do agrupamento desde 1994/5, antes da constituição formal do agrupamento. As actividades são bem planeadas e organizadas, a distribuição de actividades e tarefas é realizada numa perspectiva de partilha de responsabilidades e de reforço da capacidade de liderança aos vários níveis da acção educativa. Tal procedimento contribui para uma efectiva distribuição da liderança, a que os professores respondem como elementos activos e preponderantes na organização das actividades.

Existe um elevado grau de satisfação dos professores, que advém, como referem alguns, das conquistas que são realizadas num terreno difícil. O clima de trabalho e de relações interpessoais entre os docentes é muito bom.

A colegialidade é, também, um dos pontos fortes evidenciados, com potencialidades para evoluir para uma cultura de trabalho em equipas pedagógicas. Os directores de turma são escolhidos dentre os professores do quadro, que tenham perfil para a função e por nomeação do executivo, tentando-se manter alguma continuidade.

No que diz respeito às áreas curriculares não disciplinares, a Formação Cívica tem constituído um espaço importante de desenvolvimento de um trabalho educativo consentâneo com as directrizes do projecto curricular do agrupamento, no sentido de promover o desenvolvimento de competências sociais. Pelo seu lado, o Estudo Acompanhado tem vindo a proporcionar o desenvolvimento de competências transversais com o concurso de diferentes disciplinas. Pelo contrário, de acordo com diferentes interlocutores, a área de Projecto tem constituído um espaço não aproveitado, sobretudo ao nível do 3.º ciclo. Tal dever-se-á, segundo docentes entrevistados, ao facto de uma área prática ser leccionada por um único docente para um grupo de alunos relativamente elevado. Em alternativa, tem vindo a ser ponderada a possibilidade de esta área vir a ser leccionada, dentro do mesmo conselho de turma, de forma rotativa por diferentes docentes que o constituem.

Os serviços administrativos funcionam por gestão de processos e o balcão de atendimento vai ser retirado para se poder fazer um atendimento personalizado. O software GIAE (Gestão Integrada para Administração Escolar) facilitou muito o funcionamento da escola.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O corpo docente e o corpo não docente da escola-sede e dos diferentes estabelecimentos de ensino do agrupamento são motivados, entendem e partilham a visão do agrupamento e promovem-na na sua prática quotidiana. Sendo um corpo estável e muito empenhado, a direcção da escola atribui tarefas de acordo com o perfil de cada docente, procurando que o papel de director de turma seja desempenhada por docentes com experiência e competência para o cargo. A sequencialidade pedagógica é um dos princípios-base de distribuição de serviço, sempre que tal se torna possível.

Os professores consideram-se responsáveis pelos resultados educativos dos seus próprios alunos.

A direcção executiva do agrupamento entende que o enquadramento legal não deixa grande margem de manobra relativamente à gestão de recursos humanos e à avaliação. O conselho executivo, num clima de diálogo, efectua sempre uma auscultação prévia quanto às preferências de cada docente na distribuição de serviço. Entende, no entanto, ser importante que no futuro se criem equipas docentes coesas à semelhança das que existem nos Cursos de Educação e Formação.

Tanto os órgãos de administração e gestão como os professores mais antigos têm a preocupação de acolher e informar adequadamente os professores novos. A fixação do corpo docente e a sua estabilidade constituem uma evidência do grau de satisfação de permanência no agrupamento. O conselho executivo tem sempre a porta aberta e alimenta a existência de um clima escolar agradável como factor de promoção de condições para o bem-estar de toda a comunidade escolar.

A formação docente e não docente é entendida como um valor acrescentado à prática educativa no agrupamento. As suas necessidades surgem, crescentemente, associadas à resolução de problemas que os professores gostariam de resolver. Há a consciencialização de que a tendência será para a individualização, ou seja, para que cada docente e não docente realize um plano individual de formação. Não existe um levantamento formal de necessidades de formação; contudo, no que diz respeito ao pessoal dos serviços de administração escolar, alguma da formação necessária ao desenvolvimento de competências relativas às alterações de processos de trabalho é paga pela escola, face à escassa oferta formativa em tempo laboral para o pessoal administrativo.

Os serviços administrativos são bem geridos, possuem equipamento adequado, têm pessoal motivado que demonstra dedicação e boa capacidade de resposta.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A escola-sede possui instalações, espaços e equipamentos adequados, designadamente ao nível do acesso e da circulação da informação. Há preocupação, a todos os níveis, quanto à manutenção, segurança e salubridade. Existem algumas salas específicas e um ginásio, constituindo a falta de laboratórios uma das lacunas da escola-sede.

Os recursos, espaços e equipamentos estão acessíveis, são bem organizados e apetrechados. O seu acompanhamento é realizado de forma atenta e eficaz. Os funcionários administrativos consideram ser necessário um reforço do equipamento informático e da criação de um espaço de privacidade ao nível do SASE (serviços de apoio social escolar), sobretudo na altura das candidaturas.

No caso do agrupamento, avulta, desde logo, a necessidade reconhecida por diversos interlocutores do reforço do número de mediadores que permitissem um contacto mais aprofundado com os encarregados de educação.

As escolas de 1.º ciclo estão equipadas com computadores ligados à Internet. Embora as instalações se caracterizem por alguma heterogeneidade, estão na generalidade bem conservadas e possuem (três delas) biblioteca e espaços adequados.

O agrupamento tem diversas parcerias e usa alguns dos seus recursos, nomeadamente o ginásio e o parque exterior, como fonte de receita suplementar para o orçamento de receitas próprias. O uso de recursos financeiros está alinhado com as prioridades educativas e organizativas da escola e do agrupamento.

3.4 Ligação às Famílias

O esforço da direcção do agrupamento e dos profissionais das diferentes unidades na ligação às famílias é evidente, conscientes de que esse é um dos factores que mais poderá contribuir para a melhoria do serviço educativo. A escola mostra-se acessível e integradora, mas não conseguiu ainda ultrapassar alguns níveis de participação reduzidos por parte de encarregados de educação provenientes de meios socioculturais mais baixos. Os directores de turma têm procurado melhorar os índices de participação, recorrendo a diferentes estratégias, incluindo a disponibilização de horas de atendimento mais consentâneas com as possibilidades de encarregados de educação, embora os efeitos deste processo ainda não tenha atingido os resultados desejados.

Existe, portanto, uma política de relacionamento com as famílias dos alunos, com recurso a diversas entidades e parcerias, num esforço evidente para promover a sua aproximação à escola. Os encarregados de educação com acesso à Internet têm acesso a muita informação acerca dos seus educandos através do sistema informático.

A percepção da reduzida valorização da escola, por parte de pais e encarregados de educação, constitui um dos constrangimentos mais evidentes, no entender do conselho executivo, para uma melhoria dos resultados educativos. A pouca implicação dos pais no processo educativo acaba por originar faltas sucessivas às aulas de recuperação, comprometendo o projecto de melhoria de aprendizagens encetado. Algumas iniciativas educativas bem sucedidas, foram-no também do ponto de vista da participação das famílias, como é exemplo a "Feira da Multiculturalidade".

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

As metas do agrupamento centram-se na aprendizagem dos alunos e na melhoria consistente e constante da sua qualidade. Para tal, a inclusão e a afectividade nas relações interpessoais são entendidas como factores determinantes para a sua consecução. As metas definidas são contextualizadas à realidade do agrupamento e comunicadas, embora não existam evidências quanto ao seu conhecimento e entendimento pelos pais e encarregados de educação. A visão partilhada é a de uma "escola para todos"; o passo seguinte será o de uma "escola para todos, de qualidade".

O agrupamento possui uma liderança forte, designadamente do presidente do conselho executivo, mas também do resto da equipa executiva que demonstra ter uma visão partilhada para o agrupamento, e que demonstra capacidade de mobilização e de distribuição de poder a diferentes níveis da organização, procurando incutir em todos os profissionais uma cultura de trabalho, responsabilização e prestação de contas.

A escola fixou o corpo docente e não-docente, com elevados níveis de satisfação, motivados pelos desafios quotidianos e pelas conquistas educativas obtidas. Da mesma forma, a escola começa a atrair alunos residentes que no passado iriam para outras escolas, nomeadamente da área do local de trabalho dos pais.

4.2 Motivação e Empenho

Há forte motivação e empenho dos diferentes profissionais nas diversas áreas de actuação. Partilham a mesma estratégia e conhecem a sua área de actuação. Os diferentes intervenientes entrevistados foram unânimes em considerar que o agrupamento possui uma liderança forte, atenta e que procura motivar,

monitorizar e distribuir responsabilidades partilhadas aos diferentes níveis. Entre o corpo docente existe a ideia de que o trabalho na escola-sede se realiza com dedicação e seriedade.

Os auxiliares de acção educativa são briosos e atenciosos da relação com os alunos. Estes, por sua vez, manifestam-se satisfeitos com o desempenho dos funcionários não docentes. Muito do embelezamento da escola é feito pelas auxiliares. Estas não utilizam as tradicionais batas, mas um uniforme mais estilizado, do qual cuidam com apuro: «a bata não era boa e o uniforme dá mais auto-estima».

A distribuição de responsabilidades faz-se de forma evidente na escola-sede, com uma monitorização discreta por parte da direcção.

Há responsabilidades partilhadas, nos diferentes órgãos, sendo perceptível um fio condutor da liderança de topo, garantindo congruência nas finalidades e nas actividades.

A gestão monitoriza casos de absentismo de alunos, procurando intervir em casos problemáticos, com a ajuda de instâncias parceiras e de mediadores, no caso dos alunos. Ao nível dos docentes, entende-se como razoável chamar à atenção para a sobrecarga que constitui para os professores em actividades de substituição a necessidade de as realizarem frequentemente para cobrirem faltas de um mesmo docente. No entanto, alguns pais afirmaram notar uma diferença significativa entre o absentismo baixo dos profissionais do pré-escolar de uma IPSS que fornece alunos ao agrupamento, e o absentismo mais elevado dos professores do agrupamento.

4.3 Abertura à Inovação

A inovação constitui uma das áreas fortes da escola-sede e do agrupamento, evidenciada pela diversidade de actividades de enriquecimento curricular, assim como pelo desenvolvimento e envolvimento em projectos que surgem como novos desafios. A escola tem conseguido apoios para a sua implementação de forma consistente, procurando novos caminhos e soluções perante desafios. Os clubes de pintura, de madeiras, de produção de material didáctico, de recuperação de livros, Europa, de Inglês, de Percussão, de Fotografia, actividades desportivas, jogos tradicionais, bodyboard, tiro com arco, o programa ECO, entre outros, constituem exemplos de uma procura de novos caminhos e de novas soluções.

É de realçar ainda a procura de métodos mais interactivos, por meio das TIC, para o ensino da Matemática, na procura de melhorar os resultados a esta disciplina.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

No âmbito dos projectos e estratégia de ligação à comunidade, no entender dos responsáveis do agrupamento, os pais surgem como prioridade principal.

Ao nível autárquico, existem dinâmicas e parcerias consolidadas. Estas têm-se revelado importantes para a dinamização de actividades de enriquecimento curricular, bem como na disponibilização de meios técnicos e materiais para o desenvolvimento da acção educativa. A Câmara Municipal valoriza a educação, em geral, e a acção do agrupamento, em particular, garantindo a presença de um seu representante nas reuniões da Assembleia do Agrupamento. Por outro lado, a dinâmica de acção com a intervenção de tutores que acompanham a acção das escolas e dos agrupamentos do concelho é uma evidência da valorização da acção educativa.

No âmbito da ligação à comunidade, a sala TEACCH, a integração na Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde, o Programa Ambiental e o Projecto "Bombeiro por um dia", em colaboração com os bombeiros locais, constituem dispositivos relevantes.

É ainda de assinalar a integração de representantes do agrupamento na comissão social da freguesia de Alfofrelas que estuda casos e faz encaminhamentos sociais e de saúde, e ainda outras parcerias com a PSP, o IAC (Instituto de Apoio à Criança) num projecto de rua e com o Centro Social do Bairro 6 de Maio, uma IPSS da freguesia da Venda Nova.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

O processo de auto-avaliação baseia-se no modelo CIPP (*Context, Inputs, Processes, Products*) e foi desenvolvido em várias escolas do concelho da Amadora, a partir de um projecto lançado pelo Ministério da Educação em 15 escolas, desde 2003, e encontra-se sob responsabilidade de uma equipa interna (secção do Conselho Pedagógico). A informação recolhida contempla predominantemente os resultados

dos alunos, é abundante nesse domínio, mas não contempla a opinião dos parceiros; nomeadamente não se notou a participação de funcionários não docentes no processo. A utilização do GIAE facilita a recolha e tratamento de muita informação. Os resultados são apresentados em jornadas de reflexão, que já existem há cinco anos, na recepção aos novos professores, não havendo evidências quanto à sua discussão ou análise como ponto de partida para o desenvolvimento de planos de melhoria.

Segundo o conselho executivo, faltarão no processo a existência de um amigo crítico, considerando, apesar disso, que a monitorização e a tomada de decisão têm tido como eixo estruturante o processo e os resultados da auto-avaliação do agrupamento. Os professores, pelo seu lado, consideram que um dos retornos mais importantes com o processo de auto-avaliação tem sido a melhoria dos resultados dos alunos, obtida a partir da identificação de pontos críticos dos alunos do agrupamento e das estratégias escolhidas para a sua resolução.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Há um progresso sustentado da escola-sede e no agrupamento.

O agrupamento revela capacidade para incrementar a sua autonomia, tanto na gestão de recursos, como no planeamento de actividades educativas e na organização escolar.

Para a prestação de um melhor serviço educativo, os seus responsáveis gostariam de poder alargar a oferta educativa, recrutando, por concurso, alguns dos formadores necessários, assim como alargar a rede de oferta do ensino pré-escolar. Entendem, ainda, que as mudanças, a ser realizadas, deveriam ter como preocupação essencial a contextualização local. Entendem, ainda, ser necessário introduzir várias mudanças na gestão da organização e dos recursos, a ser realizadas de forma contextualizada e num quadro de autonomia alargada.

V – Considerações finais

O Agrupamento de Escolas de Alfoanelos apresenta muitos pontos fortes, donde se destacam os seguintes:

- Esforço assinalável de integração social e escolar de uma população carenciada, donde se destacam iniciativas inovadoras como o projecto ECO (escutar, conversar, ouvir).
- Diversificação da oferta educativa e atenção à personalização do ensino.
- Prática consolidada de articulação entre escolas, com uma cultura efectiva e própria de agrupamento.
- Dedicção do pessoal docente e não docente, que mostra sentido de pertença e vontade em ultrapassar obstáculos.
- Liderança forte e visão partilhada.
- Abertura à inovação e utilização eficaz da autonomia acrescida pela integração num território educativo de intervenção prioritária.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Papel pouco visível da assembleia do agrupamento.
- Falta de uma política activa de diminuição do absentismo docente.
- Dificuldade no desenvolvimento do relacionamento entre o agrupamento e os pais, e associação de pais inactiva.
- O processo de auto-avaliação não parece ser suficientemente partilhado com outros intervenientes do agrupamento, para além dos docentes.

No entanto, os pontos fortes assinalados constituem um bom argumento para ultrapassar as debilidades encontradas. Uma oportunidade acrescida poderá resultar da capacidade que o agrupamento ora apresenta de atrair bons alunos que em tempos passados procurariam outras escolas que não as do agrupamento.

Espera-se, finalmente, que as oportunidades de aprendizagem resultantes da constituição das turmas de nível continuem a ser um factor de equidade, entendida como oportunidades adequadas a cada um. É fundamental que a experiência seja cuidadosamente monitorizada para que não leve a uma cristalização social, ainda que não intencional.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FERREIRA DE CASTRO

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro — Sintra, realizada nos dias 16, 17 e 18 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro situa-se na freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra. Este agrupamento serve uma população com um enquadramento sócio-cultural muito diversificado. Cerca de 27% dos alunos é abrangido pelo SASE, 80% dos quais no escalão A.

O agrupamento é constituído por 6 escolas, a EB23 Ferreira de Castro (sede do agrupamento) e 5 escolas do 1º ciclo e/ou Jardins de Infância.

A escola sede distribui-se por vários pavilhões e encontra-se num estado de conservação aceitável, pior o exterior que o interior. Globalmente as escolas de 1º ciclo estão bem conservadas, existindo mesmo alguns equipamentos muito recentes. A escola sede tem ginásio, polivalente, cantina e biblioteca. Algumas escolas de 1º ciclo são obrigadas a usar o mesmo espaço para a função de cantina, ginásio e sala polivalente, com evidentes perturbações no normal funcionamento das actividades. Numa das escolas do 1º ciclo está integrada uma Unidade de Multideficiência. A biblioteca da escola sede funciona como sala de estudo e por vezes para os apoios educativos, fruto da sobrelotação desta EB2,3.

Com um total de cerca de 2100 alunos, cerca de 1100 frequentam o 2º e 3º ciclos na escola sede, enquanto aproximadamente 110 frequentam os jardins-de-infância e 890 as escolas do 1º ciclo. O Agrupamento tem um total de 185 professores e de meia centena de funcionários não docentes.

A oferta educativa da EB2,3 Ferreira de Castro é razoavelmente diversificada, tendo turmas de Cursos de Educação e Formação (CEF).

No que diz respeito às taxas de transição, nos 2º e 3º ciclos o Agrupamento situa-se em torno do percentil 50, quando considerado o universo das escolas básicas, com 2º e 3º ciclo, do país. O abandono escolar é virtualmente nulo em ambos os ciclos, o que representa um posicionamento entre as 25% melhor escolas do país. No que diz respeito aos resultados das provas de aferição do 9º ano, o Agrupamento apresenta resultados comparáveis à média nacional, quer em Matemática quer em Língua Portuguesa.

Este é o primeiro ano de funcionamento do Agrupamento e documentos importantes para a sua vida não estão ainda elaborados e aprovados, nomeadamente o Projecto Educativo do Agrupamento, ainda em fase de elaboração, o que resulta na ausência de linhas de orientação claras, com reflexos inevitáveis no Plano de Actividades do Agrupamento e nos Projectos Curriculares de Escola.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

No que diz respeito ao sucesso académico os resultados são comparáveis à média nacional, não se evidenciando áreas de excelência. O abandono escolar nos 1º e 2º ciclos é reduzido, aumentando um pouco no 3º ciclo, ainda que reduzido.

Se por um lado o meio envolvente não valoriza muito os saberes e a aprendizagem, o Agrupamento não tem também uma actuação articulada nesse sentido, ficando-se pelas iniciativas de alguns Directores de Turma e outros professores. Um sinal deste desinvestimento é o reduzido horário de abertura dos clubes da EB2,3, apesar de funcionarem em salas dedicadas. Sinal contraditório vem dos jardins-de-infância onde se faz uma introdução à actividade experimental.

O comportamento e disciplina dos alunos é aceitável, dado o meio socio-económico heterogéneo onde o Agrupamento se insere.

O aspecto mais positivo neste domínio-chave está no trabalho sistemático que tem vindo a ser feito em todo o Agrupamento para a educação para diferença e a tolerância, fundamental para um correcto desenvolvimento cívico das crianças. A sua participação na vida do Agrupamento não é no entanto muito incentivada.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A prestação do serviço educativo é o domínio-chave onde o Agrupamento tem melhor desempenho.

O Agrupamento é particularmente bom na prestação de apoios e na diferenciação do ensino para os alunos com necessidades especiais. Esta atitude reflecte-se também na abrangência do currículo, sendo de notar a preocupação em criar alternativas de currículo (CEF) na escola sede. Nem todas as escolas do Agrupamento têm acesso ao apoio dos SPO.

Globalmente as oportunidades de aprendizagem são dadas a todos, existindo os cuidados normais na constituição das turmas e na distribuição do serviço docente. Também a equidade e a justiça é bem trabalhada no Agrupamento, sendo de salientar os projectos sobre a tolerância e a multi-culturalidade desenvolvidos nas escolas do 1º ciclo.

A articulação com as famílias precisa de ser melhorada mas há a consciência que tal depende em grande medida dos pais, fazendo as escolas do Agrupamento um esforço razoável nesse sentido. O mesmo se poderia dizer sobre a valorização e o impacto das aprendizagens.

O aspecto mais negativo deste domínio-chave é a articulação da prestação do serviço educativo, que é manifestamente insuficiente ao nível dos departamentos da EB2,3, sendo melhor ao nível dos Conselhos de Turma e seus Directores. Nas escolas de 1º ciclo a articulação entre os professores decorre com naturalidade.

3. Organização e gestão escolar

Suficiente

Analisando o Agrupamento do ponto de vista da forma como se organiza e gere para prestar o serviço educativo, podemos dizer que os pontos fracos se contrabalançam com os pontos fortes.

O facto de Agrupamento ter sido constituído muito recentemente marca negativamente este domínio-chave, existindo vários documentos importantes para o funcionamento e vida do Agrupamento por elaborar e aprovar.

A gestão dos recursos humanos é mais remediativa que pró-activa, havendo atenção às questões que envolvem absentismo e competências para lidar com a indisciplina dos alunos, mas não às questões de competência pedagógica ou científica.

A vida do Agrupamento, e o estado de manutenção dos equipamentos, reflecte a sobrelotação a que algumas das suas escolas estão sujeitas. Globalmente os recursos são bons mas, sobretudo no caso do 1º ciclo, muitos ganhos podem ser obtidos com uma gestão mais comum.

O modo com é organizado o envolvimento dos pais nas escolas do Agrupamento não é totalmente consistente com a vontade afirmada de que esse envolvimento seja maior.

4. Liderança

Suficiente

O ponto mais forte deste domínio-chave é as parcerias, protocolos e projectos do Agrupamento. Há variadas colaborações, embora sem uma estratégia definida.

A ausência de estratégia e de visão para o Agrupamento é um ponto bastante negativo, que se alia a uma insuficiente motivação e empenho de vários actores do processo de gestão. A abertura à inovação, como os pontos anteriores, é também prejudicada por os órgãos de gestão estarem no início dos seus mandatos, embora não pareça existir uma recusa ou oposição à inovação.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Suficiente

A auto-avaliação, como outras coisas no Agrupamento, vai acontecendo por iniciativa de alguém ou de um grupo restrito (no presente caso a Presidente do Conselho Executivo, a Presidente do Conselho Pedagógico, e Presidente da Assembleia e uma assessora), mas de uma forma ainda pouco partilhada e abrangente.

No entanto, é de realçar positivamente a consciência do Conselho Executivo e restantes órgãos do Agrupamento de que este tem que encontrar um rumo e de que todos se encontram numa fase de aprendizagem. Esta abertura de espírito, aliada a uma maior estratégia e empenho, poderá ter um impacto muito positivo no futuro do Agrupamento.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O índice de sucesso não é elevado, rondando a média nacional. Embora, o órgão de gestão e estruturas intermédias, nomeadamente, os directores de turma e os coordenadores de departamento, tenham considerado que é necessário intervir para melhorar esta situação, não foi possível confirmar a existência de uma estratégia clara que tivesse por finalidade a resolução desta questão. Não há um conhecimento estruturado, por parte da gestão, sobre quais as áreas de maior sucesso ou insucesso.

Os professores partilham alguns instrumentos de avaliação, mas não calibram testes e classificações.

O abandono escolar é baixo e as situações são precocemente detectadas e acompanhadas pelo Serviço de Psicologia e Orientação, em conjugação com a Técnica de Acção Social. A sinalização de necessidades educativas especiais é feita logo no Jardim-de-Infância e faz-se passagem dos casos, de ciclo para ciclo, através de reuniões entre técnicos e dos próprios processos individuais.

As escolas de 1º ciclo do agrupamento não sabem como os resultados escolares de cada uma se comparam (dentro do próprio agrupamento).

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

O enquadramento sócio-cultural das crianças e jovens que frequentam o agrupamento é muito variável, o que tornaria necessária uma intervenção articulada em âmbitos diversos, não sendo evidente que se esteja a conferir atenção à vertente do desenvolvimento pessoal e social dos alunos, nomeadamente, ao nível da aquisição de regras/comportamentos sociais, de espírito de solidariedade e de respeito pelo outro. De facto, o meio social onde o Agrupamento se integra não valoriza muito a escola e as aprendizagens. Um aspecto positivo é a existência de um quadro de mérito e excelência. Outro sinal interessante é a valorização pelos Directores de Turma dos bons resultados, académicos ou de atitudes, através de mensagens de reforço carimbos na caderneta.

Na generalidade, parece haver um bom relacionamento entre os professores e entre os alunos, mas estes acham que o pessoal não docente é frequentemente agressivo e nem sempre é justo para com eles, embora, por outro lado, os encarregados de educação considerem que há uma boa relação com aqueles.

Os laboratórios estão normalmente equipados, se tivermos em conta o nível de ensino e a idade dos alunos e parecem ser utilizados no decurso das actividades lectivas, mas os clubes existentes não correspondem a projectos estruturados que visem desenvolver nos alunos uma atitude positiva face ao conhecimento científico, sendo utilizados apenas na ocupação destes durante as actividades de substituição de professores. Os clubes estão abertos apenas uma hora de manhã e outra de tarde. A Biblioteca da EB2,3 está bem equipada e tem em funcionamento um sistema de empréstimo às escolas do agrupamento, mas os alunos queixam-se de esta ser de difícil acesso por estar sempre superlotada, visto que é também utilizada para as actividades de substituição.

Nos jardins-de-infância faz-se uma introdução à actividade experimental, claramente limitada pela ausência de recursos financeiros que permitam adquirir materiais específicos, mas nas escolas do 1º ciclo tal parece ser menos valorizado.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos valores da convivência, da tolerância e da solidariedade, em particular em contextos multi-étnicos, nos jardins-de-infância e nas escolas de 1º ciclo há trabalho e projectos regulares neste sentido. Numa das escolas do 1º ciclo funciona uma sala com alunos multi-deficientes, o que tem sido aproveitado para a educação para a diferença, quer nessa escola quer na EB2,3.

1.3 Comportamento e Disciplina

Professores, alunos, pais e funcionários foram unânimes em afirmar que os casos de indisciplina não são muitos, embora possam marcar o clima da escola. No entanto, os casos mais problemáticos são acompanhados de perto, muitas vezes por um funcionário "tutor". Segundo o pessoal não docente, os alunos reconhecem, por vezes, melhor a sua autoridade do que a dos professores.

As regras de conduta são apresentadas aos alunos na reunião de início de ano, mas há sinais nas instalações de que nem todos acatam essas regras.

O relacionamento dos alunos é muito díspar, havendo alunos que não reconhecem qualquer autoridade, mas, na generalidade, são educados com os professores, os funcionários e os colegas.

A EB2,3 tem implementado um sistema de cartões para controlo de acessos e pequenos pagamentos. Ao deixarem, os alunos, de transportar dinheiro, diminuíram os pequenos furtos e a violência.

Nas escolas de 1º ciclo e jardins-de-infância o ambiente é muito positivo, vivendo-se num clima muito mais disciplinado.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos consideram que, embora expressem as suas opiniões durante as aulas de formação cívica e utilizando uma caixa para sugestões, não é dada, por parte do órgão de gestão, a devida atenção às suas propostas, não havendo espírito de negociação.

A EB2,3 não tem Associação de Estudantes, nem a sua criação é apoiada pelo Conselho Executivo que considera que o trabalho mais importante a desenvolver é com os alunos delegados de turma. Não foram apresentadas ainda acções concretas a desenvolver com este grupo de alunos.

O espírito geral, no agrupamento, relativamente à participação e desenvolvimento cívico é que para muitas crianças esses são valores estranhos às suas famílias, o que dificulta e valoriza o trabalho que a escola possa fazer nessa área, mas não há acções sistemáticas por parte do Agrupamento nesse sentido. Um ponto muito positivo é que, de um modo geral, os alunos gostam da escola e identificam-se com ela. O desporto escolar tem sido uma aposta forte do Departamento de Educação Física, que tem dado

frutos. O equipamento de educação física dos alunos é específico da escola sede, está identificado com o logótipo desta e os alunos usam-no com muito orgulho.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Parece haver alguma articulação interdepartamental, mas é ao nível da direcção de turma que se verifica uma maior interacção entre os docentes e uma participação nas decisões para o ensino. Os coordenadores alegam ser muito difícil trabalhar por os departamentos serem muito heterogéneos. Não se detectou uma cultura de intervenção e orientação do trabalho dos professores e os departamentos também não intervêm na organização da distribuição do serviço pelos seus docentes. Os coordenadores de departamentos não revelaram uma estratégia clara relativamente à inovação dos processos e à evolução do ensino. As actuações dos vários Departamentos são muito diferentes e dependentes dos actores concretos. Será no entanto de destacar pela positiva o recém-eleito coordenador do Departamento de Matemática que se candidatou ao cargo com um projecto que visa aumentar nos alunos o gosto pela Matemática e melhorar os resultados a esta disciplina.

O Conselho Pedagógico, no seu primeiro ano de funcionamento como Conselho do agrupamento, não tem qualquer estratégia para as questões pedagógicas. Excepciona-se a meritória iniciativa do estabelecimento de critérios de avaliação para a disciplina de Área-Projecto. É ainda de salientar positivamente as ideias claras que a Coordenadora da Biblioteca tem sobre a utilização desta num contexto pedagógico.

A intervenção dos directores de turma é articulada com os colegas do conselho de turma e sistemática junto dos alunos e encarregados de educação. Há um esforço muito grande por parte destes para trazerem os pais à escola. Apesar de não parecer existir um conjunto de critérios exigentes relativamente à nomeação dos DTs, genericamente este grupo de professores funciona em cooperação, apoia-se mutuamente e funciona bem. Curiosamente, as duas Coordenadoras de Directores de Turma são duas professoras novas na escola.

Nos momentos de transição entre ciclos, é disponibilizado apoio aos alunos e aos seus encarregados de educação, recorrendo-se, principalmente, às estruturas de orientação e apoio educativo. A sequencialidade entre o jardim-de-infância (JI) e o 1º ciclo é facilitada pelo facto de as educadoras pertencerem ao conselho de docentes das escolas que têm o JI e o 1º ciclo integrados. O único JI que está isolado participa nas festas da escola do 1º ciclo onde as crianças almoçam diariamente. Foi ainda relatado que a criação do agrupamento trouxe uma maior articulação e harmonização pedagógicas às diversas escolas de 1º ciclo. Segundo os docentes do 1º ciclo, a articulação com a sede do agrupamento faz-se, fundamentalmente, com a disponibilização, por parte de docente do 2º ciclo, de aulas de Educação Física, Educação Musical e Moral. Eles sentem que não participam verdadeiramente nas decisões do agrupamento e não estão, frequentemente, de acordo com o decidido. Por seu lado, também eles preferem não utilizar os espaços na EB 2,3 para as suas actividades. A articulação dos apoios nas várias escolas do agrupamento é praticamente inexistente.

2.2 Diferenciação e Apoios

A equipa de orientação e apoio educativo dispõe não só de psicóloga e professoras de apoio, mas também de uma assistente social, que fazem a detecção e o acompanhamento das situações que requerem intervenção. A equipa mostra alguma capacidade de intervenção, com iniciativas concretas com os Directores de Turma, funcionários não docentes, etc., e articula a sua acção com o 1º ciclo, os directores de turma e com os encarregados de educação, não sendo evidente, no entanto, um planeamento da intervenção, que dê corpo a uma verdadeira cultura de inclusão. A psicóloga apenas apoia uma das escolas do 1º ciclo, recorrendo as outras a protocolos com o Centro de Saúde local.

Os planos de recuperação e de acompanhamento são uma bandeira da Presidente do Conselho Pedagógico. Há um seguimento dos alunos em plano de recuperação e estudos estatísticos sobre as principais dificuldades neste processos. Existem turmas com percursos curriculares alternativos para dar resposta a necessidades e dificuldades especiais de alguns alunos.

Os apoios educativos funcionam na biblioteca e nos clubes, o que limita o rendimento destes e prejudica a normal utilização destes espaços.

2.3 Abrangência do Currículo

Parece haver preocupação com uma prática activa na aprendizagem e tem-se em atenção a articulação com domínios pré-profissionalizantes ou profissionais, estando a funcionar turmas de currículo alternativo e turmas de Cursos de Educação e Formação (CEF). Antes da criação dos CEF foi feita uma experiência de protocolo com o Centro de Emprego, mas a “dupla tutela” dos cursos não funcionou devidamente. Há a percepção, por parte da comunidade, de que os CEF deveriam estar orientados para profissões “mais úteis” à sociedade.

Existe ainda uma especial atenção às expressões (dança, música, teatro) e ao desporto, que no entanto parece mais ser fruto dos dinamismos próprios dos professores dos vários grupos que de uma estratégia da Escola.

Nos jardins-de-infância a diversidade de temas pré-curriculares tratados é muito grande e rica.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A distribuição do serviço docente é feita pelo conselho executivo, mas a constituição das turmas é feita em colaboração com as estruturas de orientação e apoio e tem em conta as características específicas dos alunos e a sua relação com os colegas e professores. Parece haver preocupação com a assiduidade e a pontualidade.

A taxa de absentismo dos professores é muito baixa no primeiro ciclo, mas revela-se mais elevado nos 2º e 3º ciclos.

2.5 Equidade e Justiça

A débil inserção sócio-cultural de uma parte da população escolar faz com que os órgãos de gestão e os serviços de apoio organizem formas de apoiar os alunos na sua formação, procurando-se a sua integração e acompanhamento. Os alunos sentem-se, em geral, apoiados e, em alguns, verifica-se um sentimento de identificação com a sua escola.

A constituição das turmas parece seguir regras que permitem um tratamento justo de todos os alunos. As crianças com necessidades educativas especiais são integradas o mais possível em turmas regulares. O Agrupamento apoia, de uma forma discreta, situações de fome que ocorrem com alguns alunos, mesmo para além do apoio dos SASE.

Nas escolas do 1º ciclo desenvolvem-se projectos sobre a tolerância e a multi-culturalidade, dada a população escolar deste agrupamento (alunos angolanos, cabo-verdianos, eslavos, católicos, muçulmanos, ect.).

2.6 Articulação com as Famílias

Os encarregados de educação consideram que os directores de turma e os serviços de apoio educativo tentam articular com eles na criação de estratégias de envolvimento dos alunos, embora reconheçam que este esforço nem sempre é bem sucedido devido à fraca mobilização das famílias, visível na dificuldade de terem representantes de todas as escolas do 1º ciclo no Conselho Pedagógico. Referem uma boa relação com o pessoal não docente.

Nas escolas do 1º ciclo a sensação de que as famílias esperam que a escola as substitua é maior ainda. Frequentemente as crianças chegam à escola sem terem tomado o pequeno-almoço, deixando os pais recado no sentido de a escola o dar, ou quando doentes esperam que a escola as leve ao Centro de Saúde. Estas situações são mais frequentes em pais jovens.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Os alunos gostam de frequentar a escola, embora o seu nível de motivação para as aprendizagens formais seja muito variável.

Parece haver reconhecimento do papel dos órgãos responsáveis pelo Agrupamento, que se preocupam com o impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas famílias e na comunidade local.

Por parte dos pais a valorização das aprendizagens e do papel da escola no futuro dos filhos parece ser muito menor.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O Projecto Educativo do agrupamento está, ainda, em fase de elaboração, o que motiva a ausência de princípios claros que norteiem a definição do Plano de Actividades da Escola e dos Projectos Curriculares de Turma, únicos a serem definidos.

O órgão de gestão está atento às necessidades de requalificação de espaço em algumas das unidades do agrupamento. Os professores surgem como os elementos activos na organização de diversas actividades, notando-se articulação destas com a componente pedagógica, ao nível da turma e dos Directores de Turma. Por outro lado, os Coordenadores de Departamento, o Conselho Pedagógico e a Assembleia de Agrupamento parecem não ter uma boa percepção das suas competências, não revelando uma intervenção e uma visão estratégica consentânea com elas. Não existe nenhuma estratégia comum para o planeamento das tarefas transversais, como a Área-Projecto, cuja organização assenta exclusivamente na iniciativa de cada professor.

Os professores, inclusive os do 1º ciclo, dizem não participar activamente na definição do Projecto Educativo do Agrupamento, que está a ser definido por um pequeno grupo escolhido, pelo órgão de gestão, para esta tarefa.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A direcção do Agrupamento conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e tem-nas em conta na sua gestão, nomeadamente na selecção dos directores de turma. Não se procede a uma avaliação do desempenho científico-pedagógico dos docentes, que se traduza num apoio programado aos que revelem insuficiências, mas verificou-se preocupação com o levantamento das necessidades de formação do pessoal docente e não docente. Foi reportado pelo Conselho Executivo que os únicos problemas com o desempenho do pessoal docente se situavam sobretudo ao nível do controlo da indisciplina e não ao nível pedagógico ou da competência científica, o que parece estar na base de alguma falta de atenção relativamente a estes dois últimos pontos. A política de gestão das horas da componente não lectiva não é clara, em particular no tocante às horas que não são utilizadas nas aulas de substituição.

Nas escolas de 1º ciclo existe uma política de substituição dos professores, nas suas faltas, que faz com que raramente os alunos deixem de ter aulas.

O pessoal não docente parece suficiente e a resposta dos serviços administrativos foi sempre referida como satisfatória. No entanto, a gestão dos recursos humanos, no que diz respeito aos auxiliares educativos, não é feita ao nível do agrupamento mas sim localmente, em cada escola que integra o mesmo. Isto provoca alguns desequilíbrios na afectação destes recursos às várias escolas do agrupamento.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Os espaços são adequados e estão, geralmente, conservados, embora o exterior edifício necessite de intervenção, sendo claro que, a EB2,3 se apresenta muito exígua para o numero de alunos que a frequenta. Também os sanitários necessitam de uma intervenção que melhore as suas condições de higiene. Verificou-se carência na dotação de meios informáticos, que são manifestamente insuficientes para responderem às necessidades de todos alunos e as redes não se encontram activas em todos os sectores e unidades do agrupamento. Já nas escolas do 1º ciclo os recursos informáticos são bastante adequados. Estas escolas estão todas bem cuidadas e parecem globalmente bem apetrechadas. Apenas num das escolas o exterior dos edifícios necessita de um intervenção profunda.

A EB2,3 tem ginásio, salas dedicadas às expressões e biblioteca. Dadas as diferentes tipos de utilização de que é alvo a biblioteca, o seu horário de abertura é demasiado exíguo. Não há salas de estudo dedicadas nem há salas de trabalho para os professores. Todas as escolas de 1º ciclo e jardins-de-infância têm uma pequena biblioteca e só pontualmente os recursos da EB2,3 são usados pelas outras escolas do agrupamento. As escolas de 1º ciclo não têm um ginásio, decorrendo as actividades de educação física em espaços partilhados com outros fins (e.g. cantina).

O Agrupamento desenvolve e participa em alguns projectos locais, sobretudo, resultantes de parcerias desenvolvidas com o município.

3.4 Ligação às Famílias

Os estabelecimentos do agrupamento interagem de forma regular com os encarregados de educação, mas não se verificou a existência de uma clara política de relacionamento com as famílias, resultando esta da actividade de direcção de turma e da iniciativa individual de alguns professores.

As famílias não se sentem envolvidas na resolução de problemas do agrupamento. No entanto, o envolvimento das famílias com a escola é muito maior nos jardins-de-infância e escolas de 1º ciclo do que na EB2,3.

Os pais percebem uma diminuição da sua capacidade de intervenção com a criação do agrupamento. Embora representados nos vários órgãos (que funcionam na escola sede), a intervenção local dos pais em cada escola é mais difícil, dado não estarem agora representados no Conselho Escolar de cada escola.

Os próprios pais reconhecem que muitos pais fazem da escola um depósito para as crianças e não se envolvem na vida da mesma, ao mesmo tempo que a escola tenta envolver os pais na resolução dos problemas com os alunos. No entanto há a percepção de muito mais poderia ser feito e sugestões concretas foram apresentadas, incluindo um apoio na abordagem a matérias mais especializadas, pois há pais com competências para o fazerem. Por outro lado foi reconhecido que alguns pais se sentem inibidos de ir à escola porque não têm conhecimentos técnico-científicos para dar a ajuda aos filhos que eles necessitariam, não querendo admitir isso junto dos professores. É pois importante que o Agrupamento conheça e perceba o que cada pai pode dar, não necessariamente saberes académicos. Os pais podiam ser convidados para outras actividades do Agrupamento, em conjunto com professores e filhos: e.g. peça de teatro, avisada 2 dias antes, às 12h00.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A liderança do Agrupamento não assume objectivos e metas claras e a gestão não parece ter um programa de intervenção bem definido e ajustado ao Agrupamento e às necessidades da comunidade educativa, embora alguns dos problemas sejam identificados e resolvidos atempadamente. A gestão vê-se a si própria como uma facilitadora e organizadora das iniciativas dos professores e afirma-se na procura de um rumo para o Agrupamento, que ainda não existe.

Os alunos e os seus encarregados de educação procuram o Agrupamento, não tendo a escola sede do Agrupamento capacidade para albergar todos os seus alunos do 3º ciclo, que são assim transferidos para uma escola secundária, mas não manifestam claramente o seu apoio ao órgão de gestão, o mesmo acontecendo com alguns professores e funcionários não docentes.

4.2 Motivação e Empenho

Os responsáveis pelo Agrupamento não têm uma visão estratégica que conduza a sua acção e as estruturas intermédias parecem não terem margem de actuação, com excepção das estruturas de orientação e apoio e dos Directores de Turma, não sendo perceptível uma estratégia clara de articulação entre os diferentes órgãos.

A Assembleia de Escola não se sente reconhecida e valorizada, apesar de uma composição com uma heterogeneidade interessante e um espírito crítico a valorizar. O resultado é um órgão vazio de poder efectivo na condução do Agrupamento.

No geral, o empenho e a motivação dos professores parece não ultrapassar a componente estritamente lectiva. Só assim se entende que com responsabilidades de direcção se encontrem alguns professores novos no Agrupamento e com menos experiência como docentes.

Relativamente ao absentismo dos professores a situação é muito diferente no jardim-de-infância / 1º ciclo e na EB23. Enquanto nas primeiras escolas ele é reportado como não significativo, na EB23 ele é considerado pela gestão como elevado. No entanto, nos casos de absentismo mais prolongado e em que o próprio docente avisa antecipadamente, há uma estratégia de substituição desse professor por outro da mesma disciplina, com pagamento de horas extraordinárias.

4.3 Abertura à Inovação

O Agrupamento não parece fechado à inovação, mas esta é facilmente confundida com suficiência de recursos, nomeadamente, ao nível dos espaços e dos recursos informáticos; mais uma vez a

coordenação dos Departamentos e o Conselho Pedagógico não parecem ter aqui uma visão estratégica, que permita ao Agrupamento enfrentar novos desafios.

O carácter recente do Agrupamento, e o facto das suas lideranças estarem todas no início dos seus ciclos, não tem contribuído para que haja espaço para pensar a inovação enquanto prioridade. Ainda assim, há a consciência de que é necessário procurar novas soluções para realidades que se vão modificando e de que alguns modelos estão esgotados. No entanto, a inovação vive das iniciativas mais ou menos desagregadas de professores, pais ou órgãos do Agrupamento.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O Agrupamento está envolvida em projectos que implicam parcerias com a Autarquia e com entidades de formação e empresas locais, mas a intervenção a este nível não parece ultrapassar frequentemente o envolvimento concelhio.

Há uma preocupação em estabelecer ligações com a comunidade, nomeadamente representando na Assembleia da Escola entidades locais, como a Rádio Ocidente (neste momento a cessar por razões da aquisição da rádio local pela RR). Existem também alguns protocolos com empresas para a realização de estágios dos currículos alternativos, nomeadamente com a Associação de Comerciantes.

Apesar do ambiente não ser muito propício ao mecenato, foi possível para algumas iniciativas, como o cartão electrónico, angariar algumas verbas. Adicionalmente, a Autarquia financia, ainda que marginalmente, o plano de actividades.

Existe ainda a experiência de participação num projecto internacional (Comenius).

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

A auto-avaliação do Agrupamento está entregue a uma comissão constituída por quatro docentes: as Presidentes do Conselho Executivo, do Conselho Pedagógico, da Assembleia de Escola e uma assessora. Não há um projecto claro de auto-avaliação, nem uma calendarização pré-definida, avaliando-se todos os aspectos no fim de cada período. A auto-avaliação assenta em práticas herdadas do Observatório da Qualidade, da EB2,3, cuja actividade, no entanto, se extinguiu, quando deixou de ser obrigatório e deixou de haver a possibilidade de atribuir horas a professores para o desenvolvimento da sua actividade.

Procura-se recolher informação, em todos os seus estabelecimentos de educação e de ensino, sobre as áreas de satisfação dos alunos, encarregados de educação e pessoal docente e não docente, mas não foram identificados instrumentos específicos de recolha. Não foi claro que a informação seja eficazmente difundida por todas as escolas e docentes do Agrupamento, bem como junto dos alunos. No entanto, a gestão reflecte sobre o seu agrupamento procurando identificar áreas fortes e fracas e a informação recolhida parece ter impacto no planeamento e gestão das actividades.

A gestão pensa reestruturar a comissão de auto-avaliação, no próximo ano, tendo manifestado a intenção de a alargar integrando encarregados de educação e, talvez, alunos.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

O Conselho Executivo reconhece que está, ainda, à procura de um rumo para o Agrupamento, que foi constituído apenas há um ano. O serviço prestado à comunidade educativa apresenta pontos fracos em diversas vertentes, especialmente, quando está envolvida a necessidade de articulação com as famílias ou as diferentes unidades que integram o Agrupamento, talvez devido à recente constituição deste.

A autonomia pedida incide fundamentalmente na gestão de recursos humanos/livre contratação de professores e gestão flexível dos seus horários e na possibilidade de uma gestão flexível de orçamento do Agrupamento em que estivessem previstas verbas para a aquisição pelo Agrupamento de todo o equipamento necessário.

V – Considerações finais

No Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro os pontos fortes estão balanceados com os pontos fracos, embora a tendência seja para uma melhoria do Agrupamento com a crescente consolidação desta nova realidade e o aumento de experiência dos próprios órgãos de gestão. Com apenas um ano de existência enquanto agrupamento, com muitas fragilidades e com muito por definir e construir, parece-nos que a candidatura do Agrupamento a este processo de avaliação externa terá sido extemporânea e demasiado prematura para que o Agrupamento possa retirar o máximo proveito deste trabalho.

De entre os pontos fortes do Agrupamento destaca-se então:

- A dinâmica do Conselho Pedagógico, em sede do qual existe uma recolha sistemática de bastante informação sobre os resultados académicos, pedra basilar de um processo sustentado de auto-avaliação.
- O bom funcionamento dos jardins-de-infância e escolas de 1º ciclo, com resultados importantes ao nível da integração comunitária e inserção social. Alguns espaços físicos são verdadeiramente notáveis e o empenho e dedicação de algumas professoras merece destaque.
- Na escola sede do agrupamento, o trabalho dos Directores de Turma, e várias outras iniciativas de professores, em favor das aprendizagens dos seus alunos, mas também da sua inclusão social e do seu bem-estar psíquico e emocional.

A estes pontos fortes contrapõem-se algumas debilidades importantes, das quais as mais relevantes são:

- Tudo o que de bom acontece no Agrupamento, e muita coisa vai acontecendo, acontece sempre de uma forma desarticulada e sem estratégia definida, isto é, sempre com base em iniciativas individuais.
- O Agrupamento não funciona como tal. É certo que a sua criação foi há menos de um ano, mas é urgente começar a partilhar recursos e a gerir o Agrupamento como uma entidade única. Não é aceitável que, causado por transferências de competências entre tutelas, as crianças dos jardins-de-infância e 1º ciclo tivessem ficado sem o leite escolar durante algumas semanas. Há pois uma deficiente gestão de recursos, espaços e pessoas, intra e inter-escolas do agrupamento.
- A falta de visão e estratégia por parte da gestão do Agrupamento.
- A ausência de um exercício efectivo das lideranças intermédias, particularmente as coordenações de Departamento.
- A inexistência (circunstancial) do Projecto Educativo do Agrupamento.

Por outro lado, poderá ser uma oportunidade importante de melhoria e desenvolvimento para o Agrupamento:

- O aumento e diversificação da oferta de formação profissionalizante.

Finalmente, e relativamente ao futuro, o Agrupamento poderá encontrar conjunturas adversas, face às quais terá dificuldade em reagir, em particular se:

- Se acentuar a deterioração do ambiente social que rodeia o Agrupamento de Escolas. É pois urgente aumentar a confiança da população nas escolas do Agrupamento e criar um clima e ambiente de verdadeira segurança.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MEM RAMIRES

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Mem Ramires – Santarém, levada a cabo nos dias 23, 24 e 25 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento de Escolas de Mem Ramires está situado na freguesia de Marvila da cidade de Santarém. O agrupamento foi instituído em Julho de 2003 e é constituído pelos jardins de infância do Pereiro, da Feira e do Sacapeito, pelas Escolas do 1º ciclo dos Leões e do Pereiro e pela Escola EB 2,3 de Mem Ramires, sede do agrupamento

A EB 2,3 foi fundada em 1987, inicialmente como Escola Preparatória nº 2 de Santarém tendo, de imediato, adquirido o nome de Mem Ramires. Em 1993, a EB do 2º ciclo de Mem Ramires passa a ser a Sede do Centro de Formação da Associação de Escolas de Santarém e em 2003 entra em Agrupamento. A escola sede foi projectada para um máximo de 24 turmas, não foi prevista para ter instalações laboratoriais e só agora foi dotada de um pavilhão gimno-desportivo, que deverá entrar em funções no próximo ano lectivo. Os espaços exteriores são adequados e estão bem cuidados.

Dos perto de 1100 alunos que frequentam o agrupamento, aproximadamente 15% estão na educação pré-escolar, 40% frequentam o 1º ciclo, 25% o 2º e 20% o 3º. Tem 115 professores e educadores e um pouco mais do que 60 funcionários não docentes.

No ano 2004/05 foi criada uma turma PIEF de tipo 1, visando alunos em situação de abandono escolar ou exploração de trabalho infantil e está também em funcionamento um CEF para Operador de Informática. O agrupamento candidatou-se ainda a uma turma de percursos curriculares alternativos de 2º ciclo. Finalmente, há uma oferta específica na área de Design Gráfico Computorizado.

Os resultados da EB23 nos exames de Matemática e Português do 9º ano, foram claramente melhores do que a média nacional e a diferença entre as notas internas e externas não ultrapassou os 10%. Quanto a taxas de transição, quer no 2º quer no 3º CEB, a escola tem obtido resultados que a colocam entre as 25% e, frequentemente, entre as 5% melhores, a nível nacional.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

O sucesso académico é satisfatório, embora os resultados sejam variáveis, tendo, nos exames do 9º ano, ultrapassado a média nacional quer em Língua Portuguesa, quer em Matemática e, nesta última, de forma bastante acentuada. São, contudo, mais fracos em Língua Inglesa. Há uma clara consciência de que é ainda necessário melhorar o nível de sucesso dos alunos, mas não parece existir uma estratégia global.

O agrupamento valoriza bem os saberes e as aprendizagens, tendo uma intervenção articulada no âmbito do desenvolvimento pessoal e social dos alunos (em particular no 1º ciclo) o que é relevante, dado que recebe bastantes jovens em risco e provenientes de famílias desestruturadas; existem, além disso, clubes e projectos que os envolvem significativamente.

Há uma boa disciplina sem problemas graves e as escolas do agrupamento são, em geral, seguras.

O esforço para promover a participação dos alunos e o seu desenvolvimento cívico é real, acolhendo, a Escola, as suas iniciativas e sugestões. Contudo, tal esforço não é muito reconhecido pelos próprios, embora gostem, em geral, da escola e se identifiquem com ela.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A articulação e sequencialidade do ensino ministrado é razoável e tem, sobretudo, lugar a nível da direcção/conselho de turma e menos a nível da coordenação dos departamentos e Conselho Pedagógico. Na transição entre ciclos, a articulação é feita em conjugação com as estruturas de apoio educativo, sendo disponibilizado apoio aos alunos e aos seus encarregados de educação.

O agrupamento revelou uma cultura de inclusão, que se verifica desde o 1º ciclo, sendo eficaz na disponibilização de apoios diferenciados, sempre que adequado.

Há prática activa na aprendizagem, estando a funcionar uma turma do Curso de Educação e Formação. A educação na área científica e o fomento da aprendizagem prática das ciências estão fragilizadas pela não existência de laboratórios.

Os critérios para a constituição das turmas são feitas pelo Conselho Pedagógico e os directores de turma intervêm no alerta para as características específicas dos alunos e a sua relação com os colegas e professores, garantido a equidade nas oportunidades que lhes são oferecidas. A débil inserção sócio-cultural de uma parte da população escolar faz com que os órgãos de gestão e os serviços de apoio e os professores tutores organizem formas de apoiar os alunos na sua formação, acompanhando-os e procurando a sua integração.

Os encarregados de educação consideram que os directores de turma e os serviços de apoio educativo se articulam bem com os pais na procura de estratégias de envolvimento dos alunos.

A escola valoriza bem a aprendizagem e o mérito, promovendo, em cerimónia pública, os alunos que se destacam, embora o nível de motivação dos alunos seja, em geral, pouco ambicioso.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O Conselho Executivo está atento às necessidades de requalificação dos espaços, tendo planos adequados para a sua expansão. Embora a nível dos conselhos de turma e de alguns grupos de

docência, se procure desenvolver actividades alinhadas com o Projecto Educativo, os Coordenadores de Departamento e o Conselho Pedagógico, não revelam uma visão estratégica clara.

A Escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e pessoal não docente, gerindo adequadamente a atribuição de pelouros e as oportunidades de formação. Não se procede, porém, a uma avaliação do desempenho científico-pedagógico que se traduza num apoio aos que revelem insuficiências.

Os espaços são exíguos, e o seu estado de conservação não é homogéneo. Há carência de meios informáticos e ausência de laboratórios, mas os meios existentes estão disponíveis. A cantina funciona bem e a Escola introduziu o uso do cartão de acesso e de pagamento, com significativa melhoria das condições de segurança e do funcionamento, em geral.

Os estabelecimentos do agrupamento interagem bem com os encarregados de educação, mas não se verificou a existência de uma clara política de relacionamento com as famílias, resultando esta da actividade de direcção de turma e da iniciativa individual de alguns professores.

4. Liderança

Bom

O Conselho Executivo revela uma forte liderança e visão, com objectivos claros e bem definidos. Há o reconhecimento de muitas dificuldades mas também de que se conseguiram atingir metas importantes.

A motivação e empenho é muito heterogénea e sentem-se grandes tensões entre o corpo docente. Este facto tem também consequências na mudança e inovação susceptíveis de serem introduzidas na escola, que sendo activamente procuradas pela gestão e por um grupo que com ela se identifica, se confrontam com algum imobilismo e fraca disponibilidade, quer por parte de alguns professores quer de estruturas intermédias. Contudo, a escola está envolvida em vários projectos e mantém um conjunto de parcerias nacionais e internacionais importantes para o seu desenvolvimento.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Suficiente

O Conselho Executivo tem apostado no lançamento da auto-avaliação e reflecte sobre o seu agrupamento procurando identificar áreas fortes e fracas e a informação recolhida tem consequências no planeamento e gestão das actividades. Contudo, o método de recolha por amostragem não parece dar garantias suficientes de representatividade e poderia ser mais eficaz no envolvimento da comunidade.

Não ficou também claro que a informação seja eficazmente difundida por todas as escolas e docentes do agrupamento, bem como junto dos alunos.

Há o reconhecimento de que o conceito de agrupamento não foi, ainda, completamente interiorizado, havendo mesmo resistências significativas. O serviço prestado à comunidade educativa apresenta pontos fracos em diversas vertentes, embora a direcção mostre grande determinação em os ultrapassar. Mesmo alguns sucessos nos resultados académicos podem não ser sustentáveis, já que não parece ter havido uma suficiente análise e reconhecimento dos factores de sucesso e da sua reprodução.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

O enquadramento sócio-cultural das crianças e jovens que frequentam o agrupamento é muito variável, o que se reflecte em índices de sucesso nas aprendizagens, variável de uma escola para outra. Porém, o índice de sucesso, a nível do 9º ano, ultrapassou a média nacional em Língua Portuguesa e Matemática. Em particular nesta última, os resultados foram, no último ano, bastante bons. Os resultados em Inglês foram mais fracos, particularmente a nível do 2º ciclo.

Quer a nível do Conselho Executivo quer dos directores de turma e coordenadores de departamento, há a consciência de que é necessário melhorar o nível de sucesso dos alunos, embora não pareça existir uma estratégia global. Decorrente do processo de auto-avaliação —que teve algumas dificuldades no seu

lançamento, mas que tem sido reflectido e ajustado— há uma forte motivação para o melhorar. Há, contudo, uma atenção particular no caso dos alunos com necessidades educativas especiais. O abandono escolar é baixo e as situações são precocemente detectadas, estando criadas estruturas de acompanhamento para estes casos. Os professores do mesmo grupo de docência partilham alguns instrumentos de avaliação e comparam os resultados.

1.2 Valorização dos Saberes e das Aprendizagens

Há, em particular no 1º ciclo, uma intervenção articulada no âmbito do desenvolvimento pessoal e social dos alunos, ao nível da aquisição de regras/comportamentos sociais e de respeito pelo outro, que assume particular importância pelo facto de muitos dos alunos serem jovens em risco e provenientes de famílias desestruturadas.

Encontram-se em actividade diversos clubes e projectos que visam o envolvimento dos jovens e o desenvolvimento de uma atitude positiva face à protecção da saúde e do meio ambiente (colaboração do grupo de Ciências Naturais com o Centro de Saúde de Santarém, Semana das Ciências, Feira do Livro, Eco-Escolas, etc.)

O empenhamento no desenvolvimento das ciências é dificultado pela inexistência de laboratórios – decorrentes de que a escola era apenas uma EB2 – mas há, contudo, equipamento e conseguem ter alguma actividade. A Escola EB23 publicita quadros de mérito dos seus alunos e promove uma festa anual em que é feito o reconhecimento público dos alunos que mais se destacaram.

A Biblioteca da EB 2,3 tem um espaço exíguo mas oferece algum equipamento informático em rede e está bem equipada em termos de acervo documental. Funciona um sistema de empréstimo às EB1 do agrupamento, bem como o domiciliário. No entanto, a biblioteca é também utilizada como o lugar de ocupação dos alunos que estão a perturbar as aulas, o que pode motivar junto dos jovens um olhar negativo, desvirtuando a sua função e valor.

1.3 Comportamento e Disciplina

Não há problemas disciplinares graves e a disciplina, bem como a segurança, foi beneficiada pelas aulas de substituição (que diminuem a presença dos alunos nos recreios e diminuíram o número de acidentes). Há, contudo, alguns comportamentos agressivos e de intimidação, entre alunos, queixando-se, alguns, de que são ultrapassados pelos colegas maiores nas filas da cantina (aliás, queixaram-se de que isso também acontecia na fila do bar, com funcionários e docentes).

A nível das escolas do 1º ciclo só se verificam alguns problemas de segurança e disciplina numa das escolas (Pereiro) mas que correspondem a uma difícil inserção sócio-económica desta escola. Contudo, foram tomadas algumas medidas (introdução do SIGE, instituição de um sistema de professores tutores voluntários, que acompanham de perto os alunos que apresentam comportamentos menos ajustados) e os problemas têm vindo a ser tratados com coragem e determinação (quer a nível da própria escola quer do agrupamento) com resultados claros, reconhecidos por todos (nomeadamente os pais).

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

As aulas de Formação Cívica, que está a cargo dos Directores de Turma são oportunidades para os alunos expressarem as suas opiniões e foi criada a caixa do “Tá Mal” para sugestões. No entanto, embora tenham sido dados exemplos de intervenções que resultaram destas sugestões, os alunos não lhe atribuem grande valor porque, não só não conhecem as ideias lá colocadas pelos colegas, como não sabem como elas influenciam a actuação da gestão. Acham, aliás, que não são chamados a participar na resolução dos problemas da escola (dão, como exemplo, a inexistência de papel nas casa de banho) e que, também, não lhes são claramente explicados os critérios que presidem às decisões que são tomadas, nomeadamente quanto à selecção dos alunos que integram o “Quadro de Valor”.

Contudo, os alunos gostam da escola e identificam-se com ela, tendo mesmo, alguns deles, afirmado, que embora possam ter de mudar de escola na transição para o 7º ano (quer porque não há lugar para todos na escola, quer porque os encarregados de educação preferem que eles frequentem a escola secundária) se pudessem, não mudariam.

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A articulação entre os docentes verifica-se, fundamentalmente, no interior da mesma disciplina e ao nível da direcção/conselho de turma e muito menos a nível da coordenação dos departamentos e Conselho Pedagógico. Em geral, os coordenadores não intervêm na orientação do trabalho dos professores do departamento nem são chamados a participarem na organização da distribuição do serviço pelos seus docentes; também não revelaram uma estratégia clara relativamente à inovação dos processos de ensino-aprendizagem nem de articulação com o 1º ciclo, sendo esta feita apenas ao nível dos grupos de docência das disciplinas de Inglês e Educação Física e, em menor grau, de Matemática. O número de departamentos é muito pequeno, sem grande coerência interna e a gestão reconhece que há algumas dificuldades no seu funcionamento. Porém, não parece haver vontade de mudança, a nível dos próprios.

Na transição entre ciclos, especialmente entre o 1º ciclo e o 2º, a articulação é feita em conjugação com as estruturas de apoio educativo, sendo disponibilizado apoio aos alunos e aos seus encarregados de educação, mas os directores de turma têm consciência que uma maior articulação e colaboração dos professores dos 2º e 3º ciclos com os do 1º ciclo poderia ser benéfica para os alunos. A articulação interna e a coordenação a nível do 1º ciclo e com os jardins de infância é, contudo reconhecida, tendo havido enormes progressos nas escolas onde os problemas eram mais difíceis: Pereiro e Feira.

2.2 Diferenciação e Apoios

O agrupamento revelou uma cultura de inclusão, que se verifica desde o 1º ciclo. A equipa de orientação e apoio educativo faz a detecção e o acompanhamento das situações que requerem intervenção (os números são elevados) sendo constituída, para além das professoras do apoio educativo, por duas professoras da área sócio-educativa. Há algum apoio a nível de psicologia, disponibilizado pela Câmara Municipal. Há ainda uma sala de TEACCH, com duas professoras dos apoios educativos e uma auxiliar de acção educativa, que trabalham com seis a sete crianças, que apresentam problemáticas mais pesadas. Estas crianças são oriundas de unidades do agrupamento bem como de outras escolas de agrupamentos vizinhos. O grupo de apoio é, provavelmente, o maior que encontrámos mas, curiosamente, não interveio na elaboração do projecto de uma turma de percursos alternativos, a que o agrupamento se candidatou. Os resultados do trabalho de apoio a alunos com dificuldades de integração e aprendizagem tem sido bem sucedido, em particular na escola do Pereiro, que representava um problema significativo.

2.3 Abrangência do Currículo

Parece haver preocupação com uma prática activa na aprendizagem e há atenção à articulação com domínios pré-profissionalizantes ou profissionais, estando a funcionar uma turma do Curso de Educação e Formação. Embora, de momento, só haja uma formação específica na área do Design Gráfico, havia uma vontade expressa de oferecer uma opção em Arte Dramática, que seria importante para uma diferenciação da escola (que lhe criaria melhores condições de competição pela fixação de alunos). A educação na área científica e o fomento da aprendizagem prática das ciências, no que se refere à componente experimental, ficam muito fragilizadas pela não existência de laboratórios que poderá, contudo, vir a ser superada em breve pela libertação de espaços até agora afectos à prática desportiva (decorrente do novo pavilhão gimno-desportivo).

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A definição dos critérios para a constituição das turmas é feita pelo Conselho Pedagógico e os directores de turma intervêm no alerta para as características específicas dos alunos e a sua relação os colegas e professores. Parece haver preocupação com a assiduidade e a pontualidade dos alunos, sendo os alunos em risco de abandono acompanhados com maior incidência, mesmo quando tal envolve uma intervenção mais determinada junto das famílias.

A taxa de absentismo dos professores é baixa no primeiro ciclo, mas revela-se mais elevada nos 2º e 3º ciclos. O agrupamento não é particularmente rico na oferta de actividades extra-escolares, sendo de relevar algum incentivo ao desporto escolar, em particular o Basket e o Futsal.

2.5 Equidade e Justiça

A débil inserção sócio-cultural de uma parte da população escolar faz com que os órgãos de gestão e os serviços de apoio e os professores tutores organizem formas de apoiar os alunos na sua formação, acompanhando-os e procurando a sua integração. Os encarregados de educação têm uma percepção positiva desta actuação. Os alunos sentem-se, em geral, apoiados e integrados.

A actuação dos órgãos de gestão e das professoras e educadoras a nível das escolas com mais problemas (Pereiro e Feira) tem sido bem sucedida, com claro resultado no alargamento da captação de alunos (deixando de ser apenas os que não conseguiam evitar ir para estas escolas) e esse facto é factor de auto-estima do agrupamento e reconhecido pelas estruturas internas e pelos pais dos alunos.

2.6 Articulação com as Famílias

Os encarregados de educação consideram que os directores de turma e os serviços de apoio educativo se articulam com os pais na procura de estratégias de envolvimento dos alunos, embora reconheçam que este esforço nem sempre é bem sucedido devido á fraca mobilização das famílias. Em geral, referem uma boa relação com os professores, os directores de turma, o pessoal não docente e há uma muito boa opinião da acção do Conselho Executivo, em particular no modo como têm sido abordados e melhorados os aspectos mais difíceis do agrupamento.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Os alunos gostam de frequentar a escola, embora o seu nível de motivação para as aprendizagens formais seja muito variável e muitas vezes pouco ambicioso ("estudam para o 3").

Parece haver, por parte dos encarregados de educação, reconhecimento do papel dos órgãos responsáveis pela escola, que se preocupam com o impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas famílias e na comunidade local.

A escola gozou de grande prestígio, em termos da cidade (sobretudo quando apenas tinha o 2º ciclo) sendo consensual que a acção do Conselho Executivo e os progressos recentes tiveram um impacto significativo no aumento das expectativas quer das famílias que procuram a escola, quer dos docentes.

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O Conselho Executivo está atento às necessidades de requalificação de espaço em algumas das unidades do agrupamento, estando já resolvida a questão da inexistência de um pavilhão gimno-desportivo. Aquele órgão tem, igualmente, procurado a intervenção das entidades competentes para a requalificação de espaços nas unidades de 1º ciclo e nas Bibliotecas Escolares. A coexistência, a nível da escola dos Leões, de regimes de tempo parcial (quer de manhã quer de tarde) com regime misto, tem levantado enormes problemas de gestão de espaços e actividades, naquela escola.

A nível dos directores de turma e dos conselhos de turma e de alguns grupos de docência, parece haver consciência da necessidade de os Plano de Actividades da Escola/Agrupamento e dos Projectos Curriculares reflectirem as orientações e princípios definidos no Projecto Educativo, e intervêm nesse sentido, através da organização de diversas actividades articuladas com a componente pedagógica. Por outro lado, os Coordenadores de Departamento e o Conselho Pedagógico parecem ter uma percepção minimalista das suas competências, não revelando uma intervenção e uma visão estratégica claras. Também a Assembleia de Escola nos pareceu ter uma visão reducionista do seu papel, mais virada para uma forte crítica do que para a elaboração de uma visão de futuro da escola e do agrupamento, muito virada para dentro da EB23 e mostrando muitas reservas à própria existência do agrupamento.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e tem-nas em conta na sua gestão, nomeadamente na selecção dos directores de turma. Não se procede a uma avaliação do desempenho científico-pedagógico dos docentes, que se traduza num apoio programado aos que revelem insuficiências, mas verifica-se o levantamento das necessidades, tendo sido solicitado ao Centro de Formação intervenção nessas áreas, embora este nem sempre tenha tido a possibilidade de disponibilizar a formação desejada.

A nível do pessoal não docente têm-se verificado bastantes dificuldades por haver um elevado absentismo. A nível do pessoal dos serviços administrativos, há também dificuldades de resposta que se procura superar através de formação adequada. Contudo, quer num caso quer no outro, a acção do conselho executivo tem sido bastante determinada, embora com efeitos limitados.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Os espaços, apesar de nem sempre serem os mais adequados, estão conservados, embora os edifícios dos 1º ciclo e pré-escolar necessitem, em alguns casos, de requalificação. Há uma clara necessidade de criação de uma nova unidade que permita racionalizar a distribuição dos diversos ciclos e, sobretudo, desfazer a enorme confusão que a coexistência de 3 regimes de funcionamento, na escola de Leões, ocasiona. Também a EB 23 é exígua para o número de alunos que a frequenta.

Verificou-se carência na dotação de meios informáticos, que são insuficientes para responderem às necessidades de todos alunos e as redes não se encontram activas em todos os sectores e unidades do agrupamento. A ausência de laboratórios foi já referida, bem como a necessidade de intervenção a nível da biblioteca. A nível da cantina os serviços estão bem organizados embora não sirvam um número muito elevado de alunos.

A escola introduziu o uso do cartão de acesso e de pagamento, com significativa melhoria das condições de segurança e do funcionamento, em geral.

3.4 Ligação às Famílias

Os estabelecimentos do agrupamento interagem de forma regular com os encarregados de educação, mas não se verificou a existência de uma clara política de relacionamento com as famílias, resultando esta da actividade de direcção de turma e da iniciativa individual de alguns professores.

Os encarregados de educação são envolvidos na resolução de alguns dos problemas do agrupamento e participam na promoção de actividades, contribuindo, nomeadamente, na realização de visitas de estudo.

As associações de pais referem-se de modo positivo em relação à disponibilidade da escola e das suas estruturas, para as considerarem como parte da solução dos problemas do agrupamento, mas elas mesmas referem as dificuldades na mobilização das famílias.

Tivemos, contudo, evidência da acção dos responsáveis do agrupamento e das escolas, sobretudo a nível dos jardins de infância e 1º ciclo, junto de famílias, para garantir a assiduidade dos alunos, para as envolver na procura de soluções, em particular para os casos mais difíceis.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

O Conselho Executivo revela uma forte liderança com objectivos claros e bem definidos para o agrupamento, nesta sua fase de vida. Há o reconhecimento de muitas dificuldades mas também de que se conseguiram atingir algumas metas das quais as que são mais intensamente referidas —pelas várias estruturas com quem falámos—, são a recuperação do prestígio da EB23 e a elevação da dignidade da escola do Pereiro. Contudo, é patente que a gestão enfrenta vários obstáculos (por exemplo, falta de colaboração de alguns sectores internos, falta de enraizamento da ideia da mais-valia que o Agrupamento pode constituir, patentes tensões internas, etc.).

O Conselho Executivo mostrou visão para a próxima fase, nomeadamente na reorganização global do agrupamento (nova escola, revisão da distribuição do número de turmas por ciclo) bem como na diferenciação que procura para poder reter alunos do 3º ciclo (oferta a nível da Arte Dramática, p.ex.).

4.2 Motivação e Empenho

O Conselho Executivo mostra-se muito motivado e preocupado com a planificação e condução da sua acção, mas as estruturas intermédias nem sempre se mostram colaborantes e motivadas para uma intervenção dinâmica e eficaz, não surgindo claramente concretizada uma estratégia de articulação entre os diferentes órgãos. A excepção parece ser a actuação das direcções de turma que têm uma intervenção mais articulada e consequente.

Também, a nível dos docentes, sentem-se tensões na escola e reservas a uma participação e colaboração activas. Isto não invalida o empenho individual de muitos dos docentes e funcionários mas não das estruturas de gestão que deveriam articular e coordenar a sua acção.

4.3 Abertura à Inovação

O órgão de gestão pauta-se por princípios que visam a mudança e a inovação, mas debate-se com algum imobilismo e fraca disponibilidade, quer por parte de alguns professores, quer por parte de estruturas intermédias como as Coordenações dos Departamentos quer da Assembleia de Escola, que parecem não ter uma visão estratégica, que ajude o agrupamento a enfrentar novos desafios. Essas circunstâncias e algum isolamento da gestão coarctam o progresso nos resultados, que o agrupamento poderia vir a conseguir.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A escola está envolvida em alguns projectos (O Pereiro de Carros, Passeio Cicloturístico, “Um mundo de Amigos” e “e-Twinning” —dois projectos de geminação com escolas Italianas— e o Clube Europeu). Tem também parcerias com o Centro de Saúde, em várias áreas (sexualidade, higiene e prevenção dentária, etc.), bem como com a autarquia e outras instituições, a nível do projecto “Eco-Escolas”, na área do ambiente. Existe também uma colaboração com a Escola Superior de Educação que se traduz, entre outros, na realização de estágios no agrupamento, seja a nível do 1º ciclo, seja de EVT, Matemática ou Ciências.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

O Conselho Executivo tem apostado no lançamento da auto-avaliação do agrupamento e procura definir um projecto estruturado de auto-avaliação, assente numa calendarização pré-definida.

Procura-se recolher informação nos diversos estabelecimentos de educação e de ensino, sobre as áreas de satisfação dos alunos, encarregados de educação e pessoal docente e não docente, mas não foram identificados instrumentos específicos de recolha. O método de recolha por amostragem não parece dar garantias suficientes de representatividade e não promove um eficaz envolvimento da comunidade.

Não ficou, também, claro que a informação seja eficazmente difundida por todas as escolas e docentes do agrupamento, bem como junto dos alunos.

A gestão reflecte sobre o seu agrupamento procurando identificar áreas fortes e fracas e a informação recolhida reflecte-se no planeamento e gestão das actividades.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

Há o reconhecimento de que o conceito de agrupamento não foi, ainda, completamente interiorizado, por alunos, pessoal docente e não docente e encarregados de educação, havendo mesmo, ainda, resistências significativas. O serviço prestado à comunidade educativa apresenta pontos fracos em diversas vertentes, mas a direcção mostra grande envolvimento e determinação em os ultrapassar.

Não há muita segurança de que alguns sucessos nos resultados (caso da Matemática, p.ex.) sejam sustentáveis, já que não parece ter havido, a nível dos grupos e departamentos, uma suficiente análise e reconhecimento dos factores de sucesso e da sua reprodução.

A autonomia desejada incide fundamentalmente, na possibilidade de uma oferta educativa mais diferenciada e numa gestão mais flexível de recursos humanos, nomeadamente, ao nível da livre contratação de técnicos o que implicaria um aumento da dotação em termos do orçamento do agrupamento.

V – Considerações finais

O agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- Tem um Conselho Executivo muito determinado e com uma calendarização clara das acções a tomar, escolhendo as suas prioridades adequadamente;

- Tem um grupo de docentes motivado e empenhado, nomeadamente a nível dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo;
- O Conselho Executivo enfrentou corajosamente o declínio de prestígio da Escola EB23 promovendo a sua recuperação e encarou o grave problema de uma das escolas do agrupamento, a do Pereiro, que corria o risco de se vir a tornar apenas numa escola de alunos problema: também aqui é notório e reconhecido que foi conseguida uma inversão da situação;
- Os resultados académicos são muito satisfatórios, nomeadamente em áreas críticas como a Matemática;
- Tem uma parcela do seu corpo discente oriunda de estratos sócio-económicos sólidos e, pelo menos potencialmente, colaboradores e interessados numa escola de sucesso.

Apresenta, contudo, algumas debilidades:

- Tem uma população escolar muito dividida, sendo que parte dela pertence a uma classe média económica e culturalmente diferenciada, mas outra parte acolhe alunos institucionalizados e cobre um bairro-problema da cidade;
- Tem um parque escolar com algumas áreas degradadas e a necessitar de intervenção, além de que é insuficiente e obriga à coexistência, na mesma escola, de 3 regimes de horário, difíceis de gerir;
- Tem carências a nível da Escola Sede, nomeadamente de infra-estruturas (laboratórios e biblioteca) que limitam a sua intervenção em componentes fundamentais do ensino.

O agrupamento apresenta algumas oportunidades para um desenvolvimento sustentado:

- Um grupo (ainda que restrito) de docentes muito motivados e determinados que se dispõem a continuar o trabalho encetado;
- Um conjunto de associações de pais (das várias escolas do agrupamento) empenhadas e bastante positivas em relação ao curso que a actual gestão tem imprimido ao agrupamento e que estão apostadas no reforço do próprio agrupamento, enquanto tal, tendo já em curso uma estruturação da sua organização colectiva;
- Um ambiente urbano favorável, nomeadamente a nível de alguns jardins de infância e escolas do 1º CEB e da EB23.

Contudo, poderá, no futuro, vir a confrontar-se com algumas dificuldades:

- O Conselho Executivo, que nos pareceu responsável por uma significativa recuperação da prática e imagem do agrupamento, está demissionário, não parecendo a sua presidente disponível para continuar;
- A Escola EB23 tem grandes divisões e tensões internas —herdadas sobretudo da sua integração em agrupamento, que se fez deixando muitas marcas— que coarctam a colaboração de uma parcela significativa do corpo docente e que, a não serem ultrapassadas, criarão circunstâncias muito desfavoráveis ao desenvolvimento da própria escola e, sobretudo, do agrupamento;
- Os resultados académicos parecem advir mais de acções individuais do que programadas e endogeneizadas pela comunidade escolar, pelo que a simples saída de alguns docentes pode a condicioná-los significativamente;
- A falta de atractibilidade da EB23 a nível do 3º ciclo, nomeadamente pela ameaça de escolas secundárias muito prestigiadas, poderá levar a uma degradação significativa do nível académico dos estudantes deste ciclo.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MATILDE ROSA ARAÚJO

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Matilde Rosa Araújo — Cascais, levada a cabo nos dias 16, 17 e 18 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento serve a freguesia de São Domingos de Rana, no município de Cascais, e é composto pela EB23 Matilde Rosa Araújo (escola sede), por 7 EB1 e por 2 jardins-de-infância, com uma frequência actual de 1966 crianças e jovens, assim distribuídos: 70 em 3 salas de educação pré-escolar, 1144 em 54 turmas do 1º ciclo e 752 em 34 turmas dos 2º e 3º ciclos.

Trata-se de uma freguesia com cerca de 46000 habitantes, depois de décadas de grande crescimento populacional. O meio social da área escolar do Agrupamento é marcado pela grande diversidade cultural, pelo número crescente de bairros construídos ao abrigo de programas especiais de realojamento, pelo desemprego e pelo intenso recurso a dispositivos de apoio social como o Rendimento Social de Inserção. O desajustamento entre o crescimento da habitação e o planeamento de infra-estruturas e equipamentos tem conduzido a situações como a existência de listas de espera para aceder à educação pré-escolar, o que se revela especialmente gravoso face ao enquadramento social e cultural e às dificuldades de acompanhamento das crianças.

Regra geral, as instalações, com variável grau de adequação qualitativa e quantitativa, estão em bom estado, por beneficiarem de remodelação e melhoramentos, exteriores e interiores, realizados pelas autarquias e pelo ME, conforme as respectivas competências, em resposta à persistência dos órgãos dirigentes do Agrupamento. Algumas escolas do 1º ciclo não dispõem de equipamentos com a qualidade exigível.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação**1. Resultados****Suficiente**

O Agrupamento construiu instrumentos de planeamento e de qualificação da actividade lectiva. Apesar dos progressos conseguidos, os problemas de indisciplina dificultam, por vezes, a criação de um clima propício ao desenvolvimento das aprendizagens. Os objectivos identificados nos documentos orientadores do Agrupamento realçam a importância central das aprendizagens, mas não há avaliação suficiente do contributo dos projectos, das oficinas, dos apoios educativos, do centro de recursos e dos meios tecnológicos para a melhoria do sucesso académico dos alunos. O abandono atinge uma elevada expressão no 2º ciclo de escolaridade, apesar dos esforços da escola EB23 para combater este abandono tão precoce.

2. Prestação do serviço educativo**Bom**

O Agrupamento revela bastantes pontos fortes neste domínio, designadamente: a organização de apoios educativos diversificados para os alunos com dificuldades de aprendizagem ou com necessidades educativas especiais permanentes, ainda que sem o suficiente controlo da sua eficácia; a criação de condições para a utilização das TIC nas aulas e noutros espaços; a riqueza das actividades desportivas ou dos clubes; a efectiva consideração dos critérios de equidade e justiça; a diversificação da oferta educativa. Grandes margens de progresso encontram-se na articulação entre o 1º e 2º ciclo e na criação de uma cultura comum de coordenação pedagógica. O Agrupamento tomou medidas que visam garantir o equilíbrio das áreas curriculares no 1º ciclo. Há um investimento desigual nos vários níveis de ensino no que se refere à promoção da ciência, da experimentação e das expressões artísticas, com diversas áreas de realização muito positiva.

3. Organização e gestão escolar**Bom**

O Agrupamento dotou-se de documentos orientadores coerentes, que estruturam os planos de actividades e os planos curriculares. Com o empenhamento dos órgãos de gestão, com o apoio das autoridades competentes e com a participação em muitos projectos, tem realizado uma melhoria de condições das escolas e uma modernização dos espaços e dos recursos educativos. O perfil e o lugar institucional dos directores de turma está mais claro que o dos coordenadores de departamento e até dos coordenadores de estabelecimento. As associações de pais e encarregados de educação têm uma intervenção positiva, embora com algumas limitações ao seu funcionamento. De realçar o grande enfoque na inclusão e na compensação educativa.

4. Liderança**Muito Bom**

A gestão é determinada e define as prioridades. Os documentos produzidos denotam uma análise cuidada dos pontos fortes e fracos e uma estratégia coerente de reforço dos primeiros e melhoria nos segundos. A persistência na obtenção de recursos para o Agrupamento, a articulação com outras instituições, tendo em vista a resolução de problemas sociais graves que envolvem as escolas do Agrupamento, bem como o esforço de envolvimento do Agrupamento no processo de auto-avaliação constituem outros pontos fortes da liderança.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento**Bom**

A capacidade de auto-regulação que o Agrupamento tem demonstrado resulta da determinação e persistência da liderança, e não tanto de uma prática sistemática de diagnóstico e reflexão, que envolva toda a comunidade educativa; o próprio processo de auto-avaliação, que mereceu um forte investimento dos órgãos de gestão, ainda não atingiu a consistência requerida. A estabilidade das equipas educativas ou o empenhamento da gestão intermédia são vertentes que ainda não estão consolidadas.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Os valores de retenção não são muito superiores às médias nacionais, mas não está assegurada a qualidade das aprendizagens, atendendo a indicadores como os resultados no exame de 9º ano a Matemática, onde só 9,3% dos alunos obtiveram um resultado positivo (2004/05). Estes resultados desencadearam um processo de reflexão no Conselho Pedagógico e a definição de estratégias de melhoria. Aliás, a melhoria dos resultados a Matemática é um dos três objectivos centrais que decorreram do processo de auto-avaliação empreendido pelo Agrupamento.

O abandono no 2º ciclo situou-se perto dos 4% nos dois últimos anos, tendo atingido níveis muito elevados no 5º ano de escolaridade, o que ilustra as dificuldades com que o Agrupamento se confronta, especialmente na transição entre o 1º e o 2º ciclos. Já no 3º ciclo, os valores médios do abandono não atingiram 1% nos últimos anos. Há uma prática de sinalização, acompanhamento e encaminhamento das situações problemáticas, o que passa por contactos com as famílias e pela colaboração da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), dados os limites da capacidade de resposta das escolas.

A necessidade de aferição interna das aprendizagens nas diversas escolas do 1º ciclo levou à realização de uma “prova global” no 4º ano de escolaridade, a Português e a Matemática. Esta prova contribuiu para a compreensão da necessidade de se fixar um conjunto de competências requeridas para a transição do 1º para o 2º ciclo, permitindo também o reforço de uma lógica de funcionamento em agrupamento.

Os critérios de avaliação estão definidos, com os testes a ganharem peso na avaliação à medida que se avança nos anos de escolaridade, mas não há garantia de convergência no que respeita ao “nível de exigência” na avaliação.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

O Agrupamento promove quadros de excelência; as visitas de estudo funcionam como incentivo e a “viagem de finalistas” como um prémio. Os clubes, as oficinas, o centro de recursos e as actividades desportivas desempenham um papel de relevo no desenvolvimento de competências em diversos campos – ciências, expressões artísticas, experimentação, respeito pelo ambiente, etc.

1.3 Comportamento e Disciplina

O clima da escola EB23 é perturbado por frequentes incidentes no espaço que circunda a escola e pelo comportamento de um pequeno grupo de alunos. Embora os alunos mais novos refiram a existência de zonas de algum medo, a opinião geral é a de que o ambiente e a disciplina da escola EB23 têm melhorado, constituindo a escola um espaço de acolhimento, organizado e estruturado, no quotidiano das crianças e dos jovens que a frequentam. O Gabinete de Atendimento de Alunos é um serviço de prevenção e gestão da disciplina e de acompanhamento dos alunos retirados das salas de aula. O clima é muito variável entre as escolas do 1º ciclo, com os problemas de indisciplina a ocorrerem sobretudo entre alunos, fora do espaço das aulas.

O Agrupamento escolheu a melhoria da disciplina como uma das áreas prioritárias e procura fazer cumprir o código de conduta, que é do conhecimento de todos, incluindo os pais e encarregados de educação. No entanto, existem diferentes práticas dos professores em matéria de disciplina e de aplicação das regras. Os pais consideram que os professores estão limitados na sua autoridade.

A utilização de um cartão escolar electrónico para as compras na escola, sobretudo para a alimentação, evita alguns dos incidentes que se verificavam anteriormente.

As escolas não dispõem de funcionários em número suficiente para assegurar a vigilância nos recreios e no refeitório, nas horas das refeições.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Não há evidências de participação dos alunos na programação das actividades do Agrupamento, incidindo o esforço de participação na turma, através da direcção de turma, da formação cívica e da área de projecto, que funcionam como “pontes” com os alunos. É também a este nível que se tenta desenvolver a colaboração dos pais.

O “Pontodesculta”, iniciativa de prevenção primária e intervenção precoce no uso, abuso e dependência do álcool, tabaco e outras drogas nas escolas, constitui uma das facetas que fazem deste um Agrupamento Promotor da Saúde.

Alguns alunos mais velhos são monitores dos mais novos em espaços como o refeitório e o centro de recursos.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Apesar das visitas dos alunos do 1º ciclo à escola EB23 e da definição de “pré-requisitos” para a frequência do 5º ano de escolaridade, há pouca articulação entre os dois ciclos. Ainda se está mais numa fase de “queixas” (“os alunos chegam ao 2º ciclo sem saber ler nem escrever”) que de trabalho em comum. As dificuldades do 5º ano estão expressas no abandono, já referido, e no insucesso: por exemplo, a Matemática, 66% de retenções no 5º ano e 14% no 6º. O Agrupamento entende que é necessário responder, tanto no 1º ciclo como no início do 2º ciclo, e o esforço de articulação vertical manifesta-se na definição de cargas horárias disciplinares para o 1º ciclo, mas não há evidências de alteração das práticas pedagógicas. Não há um entendimento consensual, nomeadamente entre os coordenadores de estabelecimentos, sobre quais devem ser os pré-requisitos para o 5º ano.

Já entre o 2º e o 3º ciclo, a organização da EB23 por departamentos facilitou a articulação mas ainda há muito a fazer. Há também colaboração com as escolas secundárias que poderão receber os actuais alunos da EB23.

Os departamentos apresentam diversos modelos de liderança pedagógica, pois há coordenadores que se vêem como “um entre iguais, que só representa os colegas no Conselho Pedagógico” até aos que assumem as funções efectivas de apoio e coordenação.

2.2 Diferenciação e Apoios

O Agrupamento distingue-se pelo cuidado na integração de todos, o que atinge níveis de particular exigência em respostas como a da sala de estudo estruturado na EB1 António Torrado ou o curso na modalidade de Programa Integrado de Educação Formação (PIEF) na EB23.

Não há avaliação do impacto dos apoios educativos nas aprendizagens, embora exista a percepção de que têm sido mais eficazes na recuperação dos alunos que revelam dificuldades de aprendizagem mais ligeiras. A EB23 tem criado dispositivos de apoio complementar, como a sala de estudo e as “explicações de matemática”. Mas também há apoios que não são suficientemente aproveitados pelos alunos.

Os apoios aos alunos com necessidades educativas especiais nos 2º e 3º ciclos recorrem com alguma frequência à retirada do aluno da sala de aula, o que é objecto de discussão interna, entre os que consideram ser esta a prática mais eficaz e os que realçam os riscos de marginalização dos alunos, de menor responsabilização dos professores titulares e de menor continuidade do trabalho.

Os apoios e os serviços de psicologia e orientação são manifestamente insuficientes para o número de alunos do Agrupamento e para a severidade dos problemas de muitos deles.

2.3 Abrangência do Currículo

Os dois jardins de infância têm uma programação comum, caracterizada pela diversidade de actividades em áreas como a promoção do gosto pela ciência, o livro ou a expressão artística.

Há um esforço de equilíbrio das áreas curriculares no 1º ciclo, que passou pela definição de um horário e pela utilização de um livro de ponto, complementado por projectos nas áreas das TIC, da leitura, da história, da experimentação científica, da jardinagem ou do respeito pelos animais.

Recorre-se pouco a práticas de experimentação laboratorial no 2º e no 3º ciclos, em especial neste último, o que é explicado, em parte, pelas cargas horárias das disciplinas.

A sensibilidade à componente artística está mais generalizada na educação pré-escolar e mais circunscrita aos clubes no 2º e 3º ciclos. Os resultados dos trabalhos são valorizados pela sua visibilidade nos espaços escolares.

O desporto escolar tem constituído um recurso de integração na vida escolar, abrangendo a grande maioria dos alunos da EB23.

As aulas de Inglês no 1º ciclo não são, em parte das escolas, as mais adequadas à idade das crianças e não há articulação com o professor titular.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A instabilidade e a falta de continuidade dos professores prejudicam muito as aprendizagens, com especial incidência em disciplinas como a Matemática. Os directores de turma são escolhidos de acordo com critérios explicitados.

As “aulas de substituição” têm valências de estudo e de lazer (filmes, jogos, etc.). No entanto, permanecem bastantes resistências por parte de professores e, conseqüentemente, de alunos.

Os critérios de avaliação procuram respeitar a diversidade de meios de aprendizagem.

2.5 Equidade e Justiça

A equidade é um critério presente na elaboração de horários, na distribuição do serviço docente e na avaliação das aprendizagens.

Há um trabalho de articulação com os técnicos que apoiam, na origem e no acolhimento, a integração progressiva das crianças nos novos bairros dos programas de realojamento, o que cria uma boa rede de parcerias entre instituições públicas e IPSS.

O curso na modalidade de Programa Integrado de Educação Formação constitui uma oportunidade de encontrar uma saída formativa e potencialmente integradora no mercado de trabalho para um grupo de alunos para quem a escola já tinha esgotado as respostas.

As visitas de estudo são para todos, mesmo para os que não têm dinheiro para as pagar.

2.6 Articulação com as Famílias

A política de escola para os TPC manifesta-se na definição do seu peso nos critérios de avaliação dos alunos, mas não existe uma operacionalização consistente em termos de turma ou de departamento; tanto entre pais e encarregados de educação como entre professores há quem entenda que os TPC são demasiados como há quem entenda que são poucos.

É reconhecido pelos alunos e pelos pais e encarregados de educação o papel positivo dos Directores de Turma, enquanto agentes educativos próximos dos alunos e intermediários entre a família e a escola. Os pais acompanham mais os alunos na educação pré-escolar e no 1º ciclo.

Há um esforço de envolvimento das famílias em sede de apoios educativos e, em certos casos, desenvolve-se uma relação contratualizada entre as escolas, a família e a CPCJ.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Os dispositivos de reconhecimento do esforço e do mérito procuram criar uma cultura de exigência e de progresso e combater os efeitos das baixas expectativas das famílias face à escola.

A procura de respostas diversificadas para os alunos com mais dificuldades marca o Agrupamento, com expressões como a da sala de estudo estruturado ou a do grupo do PIEF.

A EB23 abre as portas para iniciativas de outras entidades o que favorece a integração e o reconhecimento no meio. O Agrupamento assegura as aulas na cadeia de Tires.

O desporto escolar tem constituído um excelente recurso de integração na vida escolar e na sociedade.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

O Agrupamento tem uma hierarquia de documentos orientadores, encimada pelo Projecto Educativo. Os planos de actividades anuais resultam de propostas dos departamentos da EB23, dos outros estabelecimentos, dos clubes e dos projectos desenvolvidos no Agrupamento e revelam uma programação cuidada de uma multiplicidade de iniciativas, a que faltará um enquadramento com a enunciação de objectivos comuns de todo o Agrupamento e a definição das metas e dos objectivos específicos de cada ano. Os dois JI apresentam um programa comum. O Plano Curricular de Escola e os planos de Turma são entendidos como instrumentos a valorizar na promoção do trabalho em equipa. A participação dos professores na construção dos documentos orientadores das actividades é diversa.

O processo de auto-avaliação fomentou a reflexão no Agrupamento, promovendo a progressiva adequação dos documentos à realidade escolar.

No nível de gestão intermédia, há aspectos que interessa esclarecer melhor, como seja a coexistência de um coordenador de estabelecimento nos JI e nas EB1, a par de um coordenador dos docentes, ou a definição de um perfil de coordenador de departamento.

De acordo com os coordenadores dos estabelecimentos, a criação do agrupamento proporcionou mais coerência a uma estratégia de avaliação em resultado de um maior trabalho de equipa no 1º ciclo.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

A instabilidade de uma boa parte do corpo docente dificulta o planeamento anual e a gestão. A nomeação dos directores de turma tem sido criteriosa, procurando-se a continuidade pedagógica, quanto possível e recomendável. Já os critérios na eleição dos coordenadores de departamento obedecem a diversas lógicas e a diferentes concepções do seu papel na organização escolar.

A integração dos professores mais novos é feita de modo “natural”, por uma socialização implícita. Não estão definidas formas de cooperação com professores que têm problemas persistentes em contexto de sala de aula.

Nos últimos anos, os funcionários não docentes têm tido oportunidades de formação, o que tem criado condições para alguns exercerem tarefas mais específicas. Para outros, as acções têm sido pouco variadas.

Os serviços administrativos, onde se introduziu a gestão por processos, respondem às necessidades do Agrupamento. Há acertos a fazer na tramitação administrativa entre as escolas de 1º ciclo e a sede.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A constituição do Agrupamento possibilitou um acesso mais frequente dos alunos do 1º ciclo às actividades desportivas e ao centro de recursos da sede, embora com muitas limitações decorrentes da distância e da necessidade de transporte.

Os espaços exteriores da EB23 estão desigualmente cuidados, entre o muito bom e o sofrível; os das escolas EB1 visitadas estavam bem cuidados. O centro de recursos mobilizou o esforço do Agrupamento e da autarquia. O desporto escolar tem sido um recurso educativo importante. A cantina é muito utilizada pelos estudantes.

O correio electrónico é utilizado na comunicação com os alunos, incluindo os do 1º ciclo, e está disponível um computador por sala de aula, mas ainda é escassa a utilização dos recursos informáticos no trabalho pedagógico.

3.4 Ligação às Famílias

A criação do Agrupamento dificultou a ligação das Associações de Pais e Encarregados de Educação às escolas, pois as reuniões das APEE só se realizam na escola sede, onde não dispõem de um espaço próprio, “nem sequer de um armário”. As APEE das escolas do 1º ciclo consideram “terem perdido a identidade”.

Na abertura do ano lectivo existe uma recepção dirigida aos pais e encarregados de educação. Os directores de turma promovem os contactos com as famílias e, quando necessário, atendem os pais em horário pós-laboral. A sala de atendimento dos pais é pequena e nem sempre existe privacidade, nomeadamente quando são necessárias reuniões mais individualizadas.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

As conclusões do processo de auto-avaliação e os programas de actividades ilustram a existência de objectivos, embora desigualmente assumidos pela comunidade escolar.

O esforço de integração marca os objectivos do Agrupamento, com a oferta a ser determinada pela resposta a necessidades prementes da população escolar e com a preocupação de trabalhar a multiculturalidade.

A articulação e o trabalho em equipa constituem um desafio. Procura-se que o projecto curricular de turma seja uma referência permanente para o desenvolvimento das actividades pedagógicas.

4.2 Motivação e Empenho

A direcção tem procurado estabelecer uma relação mobilizadora com os docentes, embora, para alguns, pareça haver necessidade de mais explicação das decisões, de mais transparência nas opções e de maior envolvimento. Por exemplo, há resistências por parte de alguns professores em aceitarem a docência numa turma PIEF. Em geral, neste ano lectivo, terá ocorrido uma “regressão no empenho e na motivação dos professores”, em reacção às medidas do ME e à forma como a gestão as concretizou no Agrupamento.

A Assembleia tem acompanhado a vida do Agrupamento com espírito de colaboração, mas com uma intervenção limitada a uma leitura mínima das suas competências.

4.3 Abertura à Inovação

A abertura do Agrupamento a novas caminhos e novas soluções é ilustrada pela dinâmica de auto-avaliação, com apoio do centro de formação da associação de escolas, ou pela participação em modalidades formativas como a sala de estudo estruturado ou o curso PIEF. Também nos clubes, no centro de recursos e na utilização das TIC se detecta essa abertura.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O Agrupamento desenvolve um trabalho de articulação com centros de saúde, empresas, IPSS, ATL, Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, Centros de Línguas, Bombeiros, Centro Óptico e outros, tendo em vista encontrar respostas para os problemas sociais e culturais que atingem muitas crianças e respectivas famílias e encontrar na comunidade recursos para um melhor desempenho da sua missão.

Existe um trabalho de cooperação com as autarquias (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) que, além das suas competências específicas no 1º ciclo, apoiam também a EB23 no fornecimento de equipamentos, na melhoria do espaço escolar e no apoio à contratação de recursos humanos de apoio.

Há intercâmbios internacionais, de que beneficiam os alunos da EB23, promovidos pelo Clube Europeu, que constitui uma dinâmica persistente, ou proporcionados pela participação em projectos do COMENIUS.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

O processo desenvolvido pelas quatro docentes do Conselho Executivo e por oito do Conselho Pedagógico (este último entretanto alterado), no âmbito de uma oficina de formação, significou um investimento estratégico, de que resultou um trabalho aprofundado, embora ainda sem um envolvimento generalizado do Agrupamento. Foi seguido o “ciclo de melhoria”, pelo que da auto-avaliação decorreu a definição de prioridades, com os respectivos objectivos e estratégias de concretização: melhorar a disciplina nas escolas, os resultados da aprendizagem da Matemática e o funcionamento das estruturas de gestão.

O processo de auto-avaliação, que contou com a auscultação da comunidade escolar e a análise de resultados escolares e demais documentação, fomentou a reflexão do Agrupamento sobre si mesmo e promoveu a consciência da necessidade de prestar contas. O processo não está consolidado e a sua continuidade exigirá determinação e persistência.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

O Agrupamento é uma realidade organizacional em construção, com dificuldades e resistências. A determinação da liderança é o ponto mais firme, pois a continuidade das equipas educativas ou o empenhamento da gestão intermédia são vertentes que ainda não estão consolidadas. Em geral, os progressos verificados nos últimos anos suportam a convicção de que há capacidade de continuar a melhorar.

Numa perspectiva de aprofundamento da autonomia, o Agrupamento propõe-se criar outras soluções de substituição de professores com ausências prolongadas, recrutar professores e técnicos para afectar a projectos concretos, gerir o orçamento de forma mais ágil, contratar uma empresa de limpeza para o

Agrupamento e contratar monitores para o acompanhamento dos alunos nos períodos antes das 9 horas e depois das 17 horas.

V – Considerações finais

O Agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- O empenhamento na inclusão de uma população escolar muito diversificada e marcada, em boa parte, por problemas sócio-económicos;
- A quantidade e qualidade dos espaços e dos tempos de apoio aos alunos;
- O investimento na formação para a auto-avaliação;
- A articulação com a Câmara Municipal e com as instituições públicas e privadas que actuam no apoio social à comunidade;
- O cuidado com a manutenção de um ambiente de disciplina que possibilite que as escolas, em especial a EB23, sejam espaços organizados e estruturados de acolhimento das crianças e dos jovens;
- A promoção da articulação entre as escolas do 1º ciclo, o que passa pela aferição das aprendizagens no fim deste ciclo;
- A diversidade de clubes e projectos;
- A documentação da evolução do Agrupamento.

Apresenta também algumas debilidades, designadamente:

- Os resultados escolares, tanto no que respeita ao nível das retenções como do abandono no 2º ciclo;
- A elevada instabilidade do corpo docente, com especial impacto no 1º ciclo e nos apoios educativos;
- As dificuldades de articulação entre o 1º e o 2º ciclo;
- A insuficiente explicação das medidas tomadas pela gestão do Agrupamento e a escassez de comunicação interna;
- A falta de qualidade das instalações de algumas escolas do 1º ciclo;
- As condições de participação das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- A insuficiente utilização, em contexto lectivo, dos meios técnicos disponíveis.

Dada a sua constituição relativamente recente, o Agrupamento é uma organização em construção. O principal desafio que enfrenta é o do aprofundamento do trabalho em conjunto, envolvendo dez estabelecimentos com cerca de dois mil alunos. Para tal, não pode desperdiçar a oportunidade de dar continuidade ao esforço de auto-avaliação, implicando mais a comunidade educativa.

O Agrupamento situa-se num contexto social e económico desfavorecido, onde se associam problemas de integração social. Este enquadramento constitui um desafio, a que o Agrupamento pode responder positivamente se contar com a colaboração das instituições que actuam na comunidade, de forma a centrar-se na sua missão específica, e se se dotar dos recursos técnicos adequados.

Constituem ainda oportunidades para o Agrupamento a esperada redução da instabilidade da afectação dos docentes e a utilização consequente dos resultados da aferição comum das aprendizagens no 1º ciclo.

O Agrupamento enfrenta o risco da oferta de educação pré-escolar continuar a não responder às necessidades, limitando as oportunidades de desenvolvimento das crianças, o que se revela particularmente grave face à severidade dos problemas sociais e económicos da população que o Agrupamento serve.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA CHARNECA DA CAPARICA

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Básica Integrada (EBI) da Charneca da Caparica, concelho de Almada, realizada nos dias 16 e 17 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a EBI se candidatou. Este processo, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis. (Anexo 4)

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A EBI da Charneca da Caparica iniciou a sua actividade em 1994/95 com alunos do 1º, 5º e 7º anos, sendo estas primeiras populações caracterizadas na sua maioria por percursos escolares de repetências acumuladas e abandono. Actualmente a escola integra uma população escolar de cerca de 650 alunos distribuídos por 29 turmas no conjunto dos três ciclos, respectivamente quatro turmas no 1º ciclo, seis no 2º e onze no 3º, para os quais estão colocados 70 professores, 30% dos quais todos os anos pela primeira vez, e 30 funcionários não docentes. Cerca de 4% dos alunos são portadores de necessidades educativas especiais de carácter permanente. 11,2% dos alunos de todos os ciclos são apoiados pelo SASE.

A escola dispõe de boas instalações e equipamentos, embora seja de referir a sua sobrelotação com quase 1/3 de alunos para além da dotação prevista, decorrente da pressão social para a aceitação do maior número possível de candidatos.

Por esta razão, este estabelecimento de ensino funciona em regime duplo. Os espaços para o ensino, salas comuns ou específicas, estão totalmente ocupados, o que provoca uma sobre-utilização de todos os equipamentos e recursos. Muitos cantos dos corredores foram aproveitados para salas de trabalho com alunos ou para professores, incluindo um ATL para crianças do 1º ciclo.

A população escolar distribui-se por grupos sociais muito diferenciados, incluindo um pequeno grupo de alunos oriundo da comunidade piscatória, pouco instruída e economicamente débil, um segundo grupo de alunos cujas famílias, apesar de não serem muito carenciadas em termos económicos, vivem de uma economia informal desligada das competências e valores da escola, e um outro grupo de classe média, com preocupações culturais, cooperantes com a escola e acompanhando os seus educandos. Estas características explicam o elevado número de alunos desmotivados para a escola e em risco de abandono, quer por idade quer por excesso de repetências, que caracterizou esta população escolar durante muito tempo. Por isso foi estabelecido como meta do Projecto Educativo alcançar 0% de abandono, o que tem vindo a ser conseguido nos últimos três anos, e assim, garantir o cumprimento da

escolaridade obrigatória para todos os alunos, e criar condições para a aquisição de competências nas literacias de informação. Em complemento, o Projecto curricular de escola para 2005/06 definiu como prioridades “trabalhar o gosto pela leitura, aprofundar o trabalho cooperativo e educar para a saúde”.

A análise das taxas de transição nos diferentes anos de escolaridade, medidos e comparados com indicadores nacionais, situam a escola acima da média nacional, no percentil 95, respectivamente no 4º, 6º e 9º anos, e em todos os outros anos dos respectivos ciclos acima da mediana, entre os percentis 50 e 75. Nas provas nacionais de aferição no 9º ano, em 2004/05, a média dos resultados obtidos em Língua Portuguesa excedeu a média nacional e excederam a média das classificações internas em cerca de 8%. Em sentido contrário, em Matemática os resultados situaram-se um pouco abaixo da média nacional e cerca de 36% abaixo da média interna.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Muito Bom

Neste critério a escola revela predominantemente pontos fortes, podendo verificar-se desempenhos muito positivos e uma acção mobilizadora, intencional e sistemática em áreas fundamentais da vida e do funcionamento da escola. A concretização das políticas nacionais para o currículo do ensino básico permitiu alcançar as metas prioritárias do Projecto Educativo de Escola (PEE), no que diz respeito ao controlo do abandono escolar, à valorização das competências no âmbito das novas literacias e da relação social a alcançar através de percursos diferenciados, entendidos como pré-requisitos da vivência da cidadania. Existe uma política atenta e de diferenciação promotora de percursos escolares bem sucedidos, bem como de fomento da avaliação das aprendizagens nas suas dimensões formativas e sumativas e de aferição interna sistemática como forma de indução de práticas e de calibração de critérios. Identificam-se algumas evidências de que se poderiam introduzir níveis de maior exigência no desenvolvimento das competências académicas, em especial ao nível do 3º ciclo, sobretudo para os alunos que manifestam capacidades e gosto por saber mais.

2. Prestação do serviço educativo

Muito Bom

Neste critério a escola revela predominantemente pontos fortes, nomeadamente no que se refere à articulação entre ciclos de escolaridade e áreas curriculares, à organização de apoios, à diferenciação de percursos escolares e à articulação com as famílias. A actividade planeada anualmente revela uma visão abrangente e criativa do currículo, sendo organizadas diferentes oportunidades de aprendizagem, garantindo equidade e justiça na educação. Em muitos campos existe uma acção consistente, com diversos aspectos excelentes, por força do empenho e iniciativa de um grupo maioritário de professores, cuja formação centrada nos problemas concretos da realização do currículo e da estruturação da escola tem sido sistemática e contínua. Apesar deste esforço, existem situações dissonantes da estratégia global que a escola ainda não conseguiu resolver e que acabam por afectar o desempenho da própria escola.

3. Organização e gestão escolar

Muito Bom

Neste critério a escola revela predominantemente pontos fortes, na medida em que de uma forma clara, sistemática e intencional se definem estratégias complementares orientadas para o sucesso e a qualidade das aprendizagens dos alunos, bem como para o desenvolvimento profissional docente. Os três eixos fundamentais dessa estratégia são especificamente: a identificação e gestão dos recursos humanos chave para o desempenho de funções específicas, a concepção e organização de um programa de trabalho orientado para os objectivos curriculares do ensino básico e para a construção de um contexto escolar diversificado e rico em situações educativas, significativas e muito bem articuladas, e a estruturação dos grupos turma e do regime de funcionamento da escola. As inovações que lhes estão subjacentes assentam em procedimentos mobilizadores, muito bem definidos e documentados. Todos os

documentos escritos são muito esclarecedores da visão e estratégia a seguir, são coerentes entre si e escritos numa linguagem adequada aos seus destinatários.

4. Liderança

Muito Bom

Para além da personalidade e do carisma pessoal da Presidente do CE, que não exige nada que ela própria não faça, a escola dispõe de muito boas lideranças de topo e intermédias, com uma prática persistente e mobilizadora, assente em procedimentos bem definidos que lhes dão um carácter sustentado e sustentável no tempo. Alguns elementos que não se enquadram nesta apreciação não apagam a abertura à inovação que predomina, nem o envolvimento em grandes e pequenos projectos mobilizadores para novas áreas do conhecimento e das expressões artísticas e desportivas, nem a mobilização para uma atitude de aperfeiçoamento contínuo. Merece referência a excelente articulação entre o Conselho Executivo e a Assembleia de Escola.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Bom

Neste critério a escola apresenta muitos pontos fortes, sobretudo no que se refere à discussão e reflexão sistemáticas sobre os objectivos e os processos de ensino e a avaliação e aferição da aprendizagem. Em complemento desta capacidade de auto-regulação focalizada no desempenho dos alunos e na acção dos professores, a escola promove a avaliação e discussão dos níveis de consecução de todas as actividades programadas, envolvendo nesse processo todas as estruturas e membros da comunidade escolar, de forma a garantir a capacidade de aperfeiçoamento contínuo.

Em termos de avaliação institucional, se os métodos qualitativos utilizados e as apreciações essencialmente impressionistas produzidas não parecem afectar a capacidade de aperfeiçoamento contínuo da organização, os elementos informativos disponíveis não permitem, de forma objectiva e assente em evidências, analisar e comparar níveis de realização e consecução de projectos e actividades, ou proceder à sua validação.

A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas e na organização escolar.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

A escola tem desenvolvido uma acção mobilizadora na concretização das políticas nacionais para o currículo do ensino básico, demonstrando uma preocupação sistemática com o sucesso de cada aluno, materializada na identificação e acompanhamento dos alunos em risco de abandono, podendo hoje garantir que todos os alunos inscritos na escola terminam o 9º ano, ou seja que não existe abandono escolar, como se tem verificado nos últimos três anos. Neste sentido, a par da valorização das competências no âmbito das novas literacias e da relação social, entendidas como pré-requisitos da vivência da cidadania, salienta-se o desenvolvimento de ofertas diferenciadas sobretudo no 3º ciclo, como forma de garantir a inclusão de alunos desadaptados dos currículos regulares. A escola tem também desenvolvido um trabalho progressivo na aferição interna integrada das competências dos alunos nos vários ciclos de escolaridade, como forma de credibilizar as aprendizagens e as novas abordagens metodológicas que têm sido postas em prática.

Considerando o perfil das diferentes comunidades a que pertence a população escolar, os resultados do sucesso dos alunos, medidos quer em provas de avaliação interna, quer em provas de aferição ou em exames nacionais, são muito positivos. Assim, a taxa de transição do 1º para o 2º ciclo é de 100%, o mesmo se verificando na transição do 2º para o 3º ciclo. A taxa de conclusão do 9º ano é de 98,6%. Em comparação com as demais escolas que ministram os mesmos níveis de ensino, e considerando as respectivas taxas de sucesso no conjunto dos anos de escolaridade em cada ciclo, esta escola encontra-se acima do percentil 95 no 2º ciclo e acima do percentil 90 no 3º ciclo. Tendo em conta os percursos

dos alunos que ingressam no ensino secundário, a escola tem notícia de que são bem sucedidos, embora não faça, de forma sistemática, um acompanhamento dos seus percursos, como forma de se aperceber do impacto das formações que ministra e das abordagens curriculares que tem desenvolvido.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola estimula e valoriza as aprendizagens e os saberes nas diferentes áreas do currículo, tendo-se estruturado de forma a dispor de uma rede interna de apoios às aprendizagens, estimulando o sucesso e a auto-estima. Em áreas específicas, como a leitura, o ensino experimental, ou as tecnologias de informação, a escola conta com um trabalho diversificado, coerente e inovador na valorização das competências, ou saberes em uso, e das atitudes face à escola e às aprendizagens, procurando envolver os vários ciclos e turmas. Existem alguns dados recolhidos que documentam o sucesso destes projectos, ainda que pudessem ser mais trabalhados e menos impressionistas, de modo a pôr em evidência como os projectos curriculares têm sido cumpridos face ao projecto curricular nacional, e em que medida a diferenciação no ensino tem encontrado respostas para os diferentes públicos alvo e desenvolvido o potencial dos seus alunos. A valorização dos saberes e da aprendizagem assenta em dois factores determinantes: por um lado, numa liderança forte e com um projecto claro, suportado quer por documentação de orientação sucinta, simples e fundamentada, reveladora da leitura que a escola faz do seu contexto interno e das respostas educativas que preparou, no uso das suas margens de autonomia, quer por um programa contínuo e sistemático de formação de professores; por outro lado, na centralidade conferida aos directores de turma, na relação próxima com alunos e suas famílias, por parte do Conselho Executivo e dos professores.

Foi no entanto sugerido que há ainda trabalho a fazer neste domínio, sobretudo para melhorar a articulação entre as diferentes instâncias e tornar mais activo o papel dos departamentos na promoção e aferição das aprendizagens nas suas disciplinas específicas, integrando os professores que estão na escola pela primeira vez.

1.3 Comportamento e Disciplina

Existe um código de conduta que todos mostram conhecer e existem regras de funcionamento claras que estão na base do ambiente de respeito mútuo e da evidente aceitação por todos da liderança e autoridade instituídas. Todos os problemas relacionados com o comportamento e disciplina são encarados por toda a comunidade educativa (professores, alunos, pais) de forma saudável e sensata, confiando e elogiando a actuação consciente e consistente do Conselho Executivo nesta matéria, com os seus membros envolvidos pessoalmente na pacificação e na procura de soluções para situações de conflito. Numa zona de inseguranças e instabilidades várias, existem turbulências várias que a escola procura resolver, procurando agarrar os alunos mais desintegrados, algo que só tem sido possível através de uma intervenção continuada no tempo, guiada por muita dedicação e grande habilidade.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Ao nível dos documentos orientadores e do discurso dos dirigentes, este é também um ponto forte da escola, cujo ideário tem como objectivo, entre outros, desenvolver o exercício de direitos e deveres de cidadania permanente. É de ressaltar a boa integração das famílias e o envolvimento de toda a comunidade educativa em eventos mobilizadores — de que o mais expressivo é o Arraial, com que encerra o ano lectivo — que reforçam os laços sociais e a identidade colectiva. É igualmente de sublinhar o sentimento comum em docentes, não docentes e alunos de que são membros significativos, auscultados com frequência, com liberdade de expressão, mesmo quando consideram que são ouvidos, mas não vêem acolhidas as suas opiniões ou sugestões. No quotidiano da escola, outras actividades, mais discretas, mobilizam alunos mais velhos para situações de tutoria de mais novos em sala de aula (alunos do 3º ciclo relativamente aos do 1º, por exemplo), promovendo o espírito científico e a experimentação, ou acompanhando-os em actividades no Centro de Recursos Educativos (CRE), desenvolvendo o sentido de co-responsabilização e de partilha de saberes, aprendendo a proteger e a ser protegidos. Todavia, não são visíveis estratégias formativas junto dos delegados de turma, que respondam à sua vontade de maior participação dos alunos nas decisões da escola e lhes dêem essa capacidade.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Sendo uma escola básica integrada, de média dimensão e com um projecto inovador, pode dizer-se que a articulação e a sequencialidade estão subjacentes à cultura da escola, sendo visíveis no plano de formação de professores, no trabalho conjunto para a execução dos projectos curriculares de turma, na forma como os projectos transversais e os apoios educativos conjugam conhecimentos e competências, ou em pormenores como o facto de todos os espaços comuns aos professores não estarem divididos por ciclos de ensino ou departamentos. Além disso, há políticas activas nesse sentido como a dos Conselhos de Turma incluírem um professor do ciclo anterior ou, no 2º ciclo, alguns professores acumularem duas disciplinas da mesma turma, sempre que as habilitações profissionais o permitam. Há, no entanto, evidências de que esta cultura não está igualmente interiorizada pelos vários elementos do corpo docente, sobretudo pelos que estão colocados nesta escola pela primeira vez, que, por vezes, não assumem nem a abordagem ao currículo em uso na escola, que responde aos princípios estabelecidos na reorganização e gestão curricular do ensino básico, nem se disponibilizam para as tarefas acrescidas que a sua implementação acarreta no âmbito do seu horário de trabalho. Este é um problema que se agrava pela mobilidade dos professores (cerca de 30% do corpo docente), impedindo assim um efectivo progresso no aprofundamento da reforma do currículo. Assim sendo, as políticas de escola em matéria de articulação nem sempre se reflectem em inovações efectivas ao nível dos departamentos curriculares ou dos conselhos de turma.

Deve ser relevada a acção do CRE na promoção da articulação entre as diferentes componentes do currículo e na criação de elementos de transversalidade entre saberes e competências, quer no âmbito da Língua Portuguesa, quer no campo das ciências experimentais, por exemplo.

2.2 Diferenciação e Apoios

A diferenciação curricular, bem como os apoios aos alunos, são práticas sistemáticas da escola, direccionadas para o seu objectivo primeiro de garantir que todos os alunos completem os nove anos de escolaridade básica. Relativamente à diferenciação, destaca-se a preocupação de organização de turmas de currículos alternativos e cursos Educação e Formação, respondendo à orientação de alguns alunos para uma entrada rápida no mercado de trabalho. Há um trabalho atento dos directores de turma e de um professor de apoio para a sinalização, acompanhamento e encaminhamento de alunos com dificuldades graves de aprendizagem e/ou em risco de abandono. Em termos de apoios, o CRE demonstra-se um pólo de dinamização e inovação, ao contar com uma área de promoção da leitura, outra da facilitação do estudo e outra ainda de apoios personalizados. Para além disso, há também experiências muito interessantes em que alunos do 3º ciclo exercem modalidades de tutoria, dando apoio à aprendizagem (em sala de aula) de alunos que frequentam o 1º ou 2º ciclos. A escola denota apenas algumas falhas em termos da diferenciação curricular no interior da sala de aula, ficando esta, em geral, dependente da decisão e competência individual de cada professor.

2.3 Abrangência do Currículo

Os planos curriculares de escola e de turma são documentos em que os professores investem e cujo valor reconhecem e respeitam. Isto garante que, na prática, o currículo é entendido como o conjunto de experiências de aprendizagem que engloba conhecimentos, capacidades, atitudes e valores e se alarga para além dos conteúdos de cada disciplina. Sublinha-se a perspectiva integrada ou encadeada dos saberes e das actividades, de modo a que as aprendizagens não fiquem compartimentadas em disciplinas mas que se desenvolva uma visão multidisciplinar, de que existem vários exemplos, dos quais um dos mais emblemáticos pode ser o projecto de pesquisa "O Mundo à janela". Esta abrangência é também reforçada por uma cultura de projectos, que se desenvolvem em diversos âmbitos (tecnológico, artístico, cultural, desportivo) e abrangem todas as turmas e ciclos de ensino.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

As relações entre alunos e entre estes e professores é muito valorizada e elogiada entre a comunidade educativa. Esta abordagem parece favorecer, em geral, as oportunidades de aprendizagem dos alunos, que decorrem e se identificam com situações de bem-estar, com a motivação, ou com a assiduidade. Além disso, destacam-se a promoção das oportunidades de aprendizagem em modalidades alternativas para alunos desadaptados dos currículos regulares, estabelecendo parcerias ou articulação com outras instituições com vista ao encaminhamento futuro ou à organização de outras oportunidades.

No entanto, outras questões como a coerência e transparência das práticas de ensino e da avaliação, nem sempre garantida pelas práticas de um corpo docente heterogéneo e flutuante, podem ser um obstáculo às oportunidades de aprendizagem para todos, apesar da posição firme e intransigente da direcção nesta matéria. Estes são factores que, pela sua importância, merecem uma análise e intervenção concertada na procura de um compromisso que a todos servirá.

A intencionalidade dos critérios de constituição de turmas nos três níveis de escolaridade, bem como a sua distribuição nos turnos de funcionamento da escola, poderiam ser vistas, ainda como uma estratégia de criação de oportunidades de aprendizagem, cuja efectividade merece ser estudada e demonstrada, face à sua importância organizacional.

2.5 Equidade e Justiça

Há uma actuação sistemática orientada pela e para a equidade e justiça no tratamento de todos os alunos, que ultrapassa em muito a igualdade de oportunidades no acesso e se alarga a políticas pró-activas de identificação, acompanhamento, valorização e encaminhamento dos alunos com mais dificuldades de adaptação à escola e/ou com situações familiares mais desfavorecidas para alternativas curriculares promotoras de sucesso, tanto pessoal como escolar.

As estratégias de inclusão sócio-escolar do grupo populacional minoritário e dos alunos com dificuldades de aprendizagem têm frutos evidentes. Porém, não existe em paralelo uma política semelhante diferenciadora para alunos talentosos, que permita explorar ao máximo o seu potencial e desenvolver as suas competências.

2.6 Articulação com as Famílias

A comunicação com as famílias é feita de forma sistemática e por diversos meios, sejam a caderneta do aluno, brochuras de informação, contactos pessoais ou a Página Web da escola. No início do ano lectivo é feita uma reunião com os encarregados de educação de cada turma para apresentação do Projecto da escola, onde lhes é explicado como se trabalha na escola, especificamente no que se refere às estratégias de ensino e aprendizagem, bem como à avaliação. Todas estas reuniões contam com a presença de um membro do Conselho Executivo, o que se revela uma estratégia fundamental para tornar fácil e conseguida a relação das famílias com este órgão de direcção da escola.

Além disso, parece haver uma política coerente ao nível dos directores de turma de promover a participação regular dos pais nos conselhos de turma e em reuniões gerais ao longo do ano, bem como de contactar sempre os pais quando existem problemas relacionados com os seus filhos. Todos os problemas relativos ao encaminhamento dos alunos para os diferentes percursos oferecidos pela escola são discutidos com os pais.

A escola tem uma linha de acção comum relativamente aos trabalhos para casa, e os pais conhecem-na, são informados do modo como podem participar na sua realização e solicitados a fazê-lo. A documentação dirigida aos pais é escrita numa linguagem que tem em conta estes destinatários específicos e tem um carácter formativo.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A política de sucesso dos alunos através das alternativas curriculares é fruto da valorização das aprendizagens e da escolaridade básica entendida como patamar mínimo indispensável à integração social, aumentando em todos as expectativas face à escola. As famílias mais envolvidas nas actividades dos alunos dão grande importância à acção da escola, considerando-a uma escola modelo. Outras, porém, referem as suas dúvidas face à abordagem curricular da escola e a uma possível desvalorização dos conhecimentos disciplinares, face à sobrevalorização do desenvolvimento de competências e a uma possível menor atenção e exigência para com os alunos com mais capacidades, podendo a situação tornar-se mais gravosa no 3º ciclo.

A escola utiliza dados nacionais das provas aferidas para referência na análise dos seus próprios resultados que considera bons, conhece o percurso escolar dos seus alunos no ensino secundário e tem a informação de que são bem sucedidos, o que confirmará a qualidade das aprendizagens realizadas na escola. Todavia não foi apresentada uma informação apoiada em evidências que confirmem objectividade e confiança suficientes a juízos de valor desta natureza.

A política de gestão curricular, exercida no âmbito da autonomia da escola, revê-se nas orientações do currículo nacional para o ensino básico, nos resultados educacionais dos alunos, na satisfação de um

alargado grupo de professores e no tempo que dedicam a todas as tarefas atribuídas e à sua formação e preparação profissional.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A escola tem excelentes práticas ao nível da concepção, planeamento e desenvolvimento sistemáticos das suas actividades. Os diferentes documentos que os materializam, especificamente o Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Escola e os Projectos Curriculares de Turma, completam-se em termos do estabelecimento dos princípios, ou dos grandes objectivos, e da especificação dos projectos que os operacionalizam. Destacam-se ainda dois instrumentos de planeamento: o Plano Anual de Actividades, orientado para as actividades organizacionais das turmas e dos respectivos conselhos de turma, bem como para as actividades “correntes” e de enriquecimento curricular a serem desenvolvidas nas turmas e nas disciplinas ou áreas disciplinares; e o correlato Plano de Actividades do Centro de Recursos Educativos, concebido como um eixo central na disponibilização e coordenação de um conjunto de serviços e de recursos de aprendizagem, organizados de acordo com os objectivos e finalidades da reorganização curricular, destinados a estimular o prazer de ler e de escrever e a desenvolver a autonomia dos alunos e outros utilizadores na consulta e produção de informação, em diferentes suportes. O seu papel na construção e consolidação de um ideário e cultura de escola assente na transversalidade e articulação das aprendizagens, e a sua abertura às ideias e aos recursos culturais exteriores, locais ou outros, são recheados de evidências.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

Os recursos humanos são geridos de forma transparente e firme, defendendo sempre em primeiro lugar a qualidade da escola e a utilidade para os seus destinatários, isto é, os alunos. Considerando a sobrelotação da escola, e a necessidade de funcionar em regime duplo, a distribuição dos alunos por turno e a respectiva elaboração de horários é feita de acordo com critérios de natureza pedagógica e social. A escola estabeleceu como prioridade para a frequência do turno da manhã as turmas cujos alunos revelem mais dificuldades de aprendizagem ou de integração e todas as turmas do 5º ano, como forma de minimizar a perturbação causada pela mudança de ciclo.

Na mesma linha estratégica, a afectação dos professores às turmas e aos diferentes cargos dentro da escola, em especial, à direcção de turma, respeita sobretudo critérios de adequação e competência para os mesmos, sendo secundarizados os interesses pessoais ou corporativos. Por isso, depois de seleccionados os directores de turma pelo CE, os respectivos horários são os primeiros a serem elaborados, para tornar possível o exercício das funções que lhes são atribuídas, nomeadamente a Área Projecto e o Estudo acompanhado. Cada direcção de turma corresponde a dois tempos lectivos.

A orientação e formação dos professores, programada numa perspectiva plurianual e sequencial em articulação com o respectivo Centro de Formação (CFAE), é uma preocupação da equipa directiva, ainda que a sua eficácia seja dificultada pela rotatividade anual de cerca de 30% do corpo docente. Perante este constrangimento, são evidentes as estratégias de direcção e os mecanismos de controlo, nomeadamente o plano de acção de integração dos novos professores e acompanhamento de todos no que se refere ao modo como devem ser desempenhadas as suas funções e o reforço do papel dos coordenadores de departamento e directores de turma. É de assinalar, igualmente, como sinal de boa gestão, o controlo da assiduidade de alunos, professores e funcionários não docentes por parte do CE e a firmeza com que procede para garantir a ética e defender o interesse comum.

Os funcionários não docentes consideram-se também parte integrante da equipa e mantêm uma relação muito próxima e positiva com o Conselho Executivo. Merecem destaque as acções de sensibilização e formação que enquadraram a modernização dos serviços administrativos e a melhoria da sua capacidade de resposta.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

A escola conta com instalações e equipamentos de base adequados, mas claramente insuficientes para a população escolar actual e para o projecto que desenvolve. Todos os espaços estão integralmente ocupados a todas as horas, sendo necessário, por vezes, utilizar salas específicas como salas normais, havendo muitos recantos e áreas de corredores utilizados para trabalho individual ou de pequenos

grupos. Salvaguardando espaços para receber pais e encarregados de educação, os departamentos curriculares partilham salas ou estão simbolicamente reduzidos a armários com os respectivos materiais, reunindo-se os professores para trabalhar onde for possível, o que implica um grande esforço de planeamento e de controlo.

O Centro de Recursos Educativos constitui o espaço por excelência da acessibilidade dos recursos educativos existentes, dos livros, aos jogos, aos vídeos e CDrom adquiridos ou construídos pelos alunos, ou à Internet, aberto a todos, funcionando como biblioteca, ludoteca ou estudoteca, ou como centro para apoios a necessidades específicas, para estudo acompanhado, ou para realização de projectos de pesquisa ou de trabalhos de aula. Funcionando como um eixo fundamental da actividade educativa para todos os níveis de ensino, articulando actividades específicas, ligadas ao desenvolvimento das competências de leitura e de expressão oral e escrita, com outras áreas artísticas e culturais, a sua acessibilidade decorre de uma criteriosa e criativa gestão do espaço e do tempo de utilização, bem como dos recursos humanos que apoiam esta área de serviços aberta a toda a comunidade educativa.

3.4 Ligação às Famílias

Há uma política de disponibilidade e bom relacionamento com as famílias, bem como a preocupação com a participação das suas estruturas representativas, a Associação de Pais, nas reuniões do Conselho Pedagógico, de forma a informarem-se e serem ouvidos na discussão da organização da escola.

Os encarregados de educação, individualmente considerados, são sempre chamados e ouvidos na procura de soluções e nas decisões que afectam os seus educandos.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

A direcção da escola tem uma visão e uma estratégia de actuação muito claras, reconhecidas no interior e no exterior da escola e que assentam num conhecimento profundo das orientações políticas nacionais para a reorganização curricular do ensino básico e das estratégias nacionais de reorganização e de gestão da rede escolar, materializados na criação das escolas básicas integradas e na definição do regime de autonomia, administração e gestão das escolas. Tal facto criou a segurança necessária ao planeamento sistemático da sua acção e justifica a preocupação constante com a comunicação dos seus princípios, objectivos e metodologias, quer no interior da comunidade escolar, quer no exterior, divulgando informação e promovendo o debate que conduza às decisões necessárias.

Em termos de projecto contextualizado, há uma clara aposta numa estratégia de diferenciação educativa que, seguindo diferentes percursos, garanta a escolaridade básica para todos, como pré-requisito da necessária autonomia para viver com dignidade e exercer os seus direitos e deveres de cidadania. Neste sentido, a escola pretende ser uma referência de qualidade para docentes, discentes e funcionários, assumindo as dificuldades que este referencial pedagógico e cívico implicam.

4.2 Motivação e Empenho

Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas revelam-se, em geral, extremamente convictos, motivados e empenhados. Regista-se um enorme esforço destes responsáveis para, no limite das suas competências, recompensar os restantes profissionais que denotam estes níveis de dedicação, bem como para enquadrar e supervisionar aqueles que não o demonstrem, pressionando-os para uma mudança de atitude de recusa do projecto da escola. No entanto, o enquadramento legal não tem favorecido os esforços que têm sido feitos.

Tem existido uma tendência para a acumulação e centralização de poderes, pelo que nem sempre é promovido o princípio da subsidiariedade dos vários órgãos e a distribuição da responsabilidade e da autonomia pelos vários cargos de direcção e coordenação. Está em aberto a consideração de um cenário alternativo, num futuro próximo.

4.3 Abertura à Inovação

A escola caracteriza-se por um tipo de "inovação instituída", reforçada pelos constantes esforços da equipa directiva em frequentar e fazer com que os restantes docentes frequentem acções de formação em áreas e abordagens educativas inovadoras. Em particular no que se refere a um conceito de pedagogia por competências, é possível dizer que a escola interpretou abordagens educativas

inovadoras de forma a constituir práticas de excelência. Todavia não tem sido conseguida a integração frutuosa de outras abordagens ao currículo e de outras estratégias inovadoras e compatíveis. O fechamento relativo a aperfeiçoamentos que surjam a partir de outros paradigmas educativos pode constituir uma ameaça significativa à própria inovação, ritualizando-a e reificando-a, perdendo assim o sentido.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A cooperação com outras entidades na concretização do projecto educativo é uma política assumida e contínua da escola, materializada numa quantidade considerável de parcerias, protocolos e projectos em curso. Esta tendência foi reforçada nos últimos anos com o desenvolvimento de ofertas curriculares diversificadas, tornadas possível a partir dos esforços estabelecidos cedo no ano lectivo para articulação e cooperação com outras escolas, instituições ou programas, com competências na organização de ofertas de formação profissionalizante ou alternativas, como o IEFP, o PIEF, a UNIVA, os CEF ou os currículos alternativos. Constituem constrangimentos na optimização e celeridade na organização de soluções integradas na comunidade local a obrigatoriedade de ter como interlocutor privilegiado a Câmara Municipal, que se situa numa povoação distante, e não a Junta de Freguesia que conhece melhor a comunidade local.

No que se refere ao envolvimento em projectos, deve mencionar-se a participação activa em projectos nacionais e internacionais, nomeadamente no âmbito do Programa COMENIUS, cujas consequências para o desenvolvimento da escola no domínio da dinamização do Centro de Recursos Educativos, em conjunto com o projecto nacional das Bibliotecas Escolares, são patentes.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

A auto-avaliação está interiorizada na prática pedagógica dos professores mais envolvidos e influentes na escola, e faz parte do seu quotidiano profissional como forma de reflectir e fazer reflectir sobre as aprendizagens e os processos de aprendizagem, o que constitui potencialmente um ponto forte. É de destacar a realização de provas integradas de aferição nos vários ciclos de ensino elaboradas pelos coordenadores de departamento, como forma de produzir referenciais internos para a avaliação das aprendizagens e, por este processo, para a validação de aprendizagens e de credibilização de práticas de ensino e de aprendizagem. Para melhorar a consecução destes objectivos, está programado que a partir de 2007 as provas de aferição serão produzidas por entidade exterior à escola. Todavia a discussão dos resultados destas provas terá de ser intensificada e ultrapassar uma análise impressionista, com vista ao aperfeiçoamento dessas mesmas práticas. Parece haver um certo distanciamento e desconfiança dos professores relativamente a processos sistemáticos de avaliação que incluam quantificações e à sua utilização para aferir resultados das aprendizagens.

Quanto à auto-avaliação do desempenho organizacional, esta parece relativamente secundarizada. O projecto de auto-avaliação apresentado revela-se ainda numa fase muito embrionária, pouco abrangente e pouco orientado para a recolha de evidências observáveis que possam constituir matéria de análise e discussão, de forma a constituir um instrumento de auto-regulação institucional. Nesse sentido precisa de tornar-se sistemático, ser muito mais participado, incisivo e ambicioso na recolha da informação, na sua análise e na sua divulgação na comunidade educativa.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A escola revela progressos claros, sustentados por uma visão e estratégia bem definidas, com características pedagógicas e sociais bem dirigidas e soluções organizativas muito inovadoras. No geral, observa-se um processo sustentado de aperfeiçoamento de acordo com os seus objectivos gerais e no sentido de um certo paradigma educativo, revelando capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos e planeamento das actividades.

Contudo, observam-se sintomas de uma certa rigidez e fechamento do grupo dominante, o que pode contribuir para uma certa "absolutização" de um paradigma educativo em detrimento de uma perspectiva multi-paradigmática a desenvolver ao longo dos ciclos conforme os seus objectivos específicos e as necessidades cada vez mais complexas dos jovens adolescentes que constituem parte significativa da população escolar.

Esta perspectiva de progresso sustentado exige igualmente uma aprendizagem específica e um aperfeiçoamento progressivo e diferenciado da sua aplicação, bem como uma aferição rigorosa dos seus resultados. As dificuldades sentidas por alguns dos seus ex-alunos na continuação dos estudos secundários podem ser um alerta para a não sustentabilidade do progresso da escola a médio, ou mesmo curto prazo.

V – Considerações finais

Esta escola caracteriza-se por um largo conjunto de pontos fortes, como:

- a dinâmica e segurança do Conselho Executivo;
- a dedicação da comunidade escolar;
- a clareza e o controlo da estratégia para a coordenação dos departamentos curriculares e para a direcção de turma;
- a capacidade de usar a autonomia de que dispõe para organizar uma estrutura escolar integradora de iniciativas e projectos diversificados;
- a diversidade de iniciativas e de oportunidades de aprendizagem para alunos e o alto nível de exigência na formação e no trabalho dos professores;
- a criatividade na utilização das TIC como recurso de informação e como instrumento estruturador de aprendizagens;
- a qualidade da documentação disponibilizada a toda a comunidade educativa.

Constituem algumas das suas debilidades:

- a não verdadeira integração e compromisso com o projecto da escola por parte de uma percentagem significativa, não estável, de docentes;
- alguma rigidez na leitura e na aplicação das orientações do currículo nacional que estará na origem de um diálogo difícil com outras leituras possíveis e legítimas;
- a diferença de critérios entre professores na gestão e avaliação das aprendizagens
- a menor diferenciação dos alunos para quem se podem estabelecer níveis de maior exigência;
- a não monitorização do sucesso dos alunos nos seus percursos subsequentes ao ensino básico, como forma de avaliar o impacto das ofertas educativas da EBI.

Numa perspectiva de futuro, deve relevar-se um conjunto de factores que podem constituir vantagens para o seu desenvolvimento, de onde se salientam a cultura de aprendizagem permanente e de práticas reflectidas; a sua estrutura de EBI que facilita a programação da sequencialidade e articulação entre ciclos; a capacidade de articulação com outras entidades exteriores para a identificação de percursos alternativos para alunos em risco; a coesão de uma considerável maioria da comunidade educativa em torno da direcção executiva e pedagógica.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

**AGRUPAMENTO DE ESTABELECIMENTOS
DE EDUCAÇÃO E ENSINO DE PORTEL**

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento de Estabelecimentos de Educação e de Ensino de Portel, levada a cabo nos dias 24 e 25 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento abrange todo o território do município de Portel e é constituído por 9 estabelecimentos, sendo 6 EB1/JI, 2 EB1 e um JI, com um total de 355 alunos, no presente ano lectivo. A oferta da educação pré-escolar preenche toda a procura, com o complemento de um jardim de infância da rede solidária, e é frequentada por 108 crianças; já o 1º ciclo acolhe 247 alunos.

Criado em 1992, como Área Escolar de Portel, constitui um “agrupamento horizontal” que está em processo de ligação com a Escola EB 23 de Portel, para dar origem a um agrupamento de todos os jardins de infância e escolas básicas da rede pública do concelho. Assim se concretizará “a verticalização desejada da forma não desejada”, ou seja, o calendário foi determinado externamente e não resultou de um processo de articulação entre o Agrupamento e a EB23.

Está a terminar, com a construção de raiz de uma EB1 na sede de concelho, um processo de recuperação e modernização do parque escolar (jardins de infância e EB1). As escolas estão todas bem conservadas, o que constitui uma das expressões do exercício das competências da Câmara Municipal e das juntas de freguesia, no que respeita a construção e manutenção de instalações, mas também a equipamento e material didáctico, transportes, apoios sócio-educativos, material de limpeza e expediente.

O concelho de Portel tem sofrido um despovoamento progressivo nas últimas décadas, o que tem impactos graves na frequência dos jardins de infância e das escolas da maior parte das freguesias.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Bom

O Agrupamento construiu instrumentos comuns de planeamento, qualificação e avaliação da actividade lectiva. Os objectivos identificados nos documentos orientadores do Agrupamento realçam a importância central das aprendizagens, mas não há avaliação suficiente do contributo da formação contínua, dos projectos, dos apoios educativos e dos meios disponibilizados para a melhoria do sucesso académico dos alunos. A disciplina e a participação dos alunos criam um clima propício ao desenvolvimento das aprendizagens. O insucesso, medido pela retenção, continua a marcar o percurso escolar de muitos alunos, o que, conjugado com os resultados de avaliação externa, levou o Agrupamento a desenvolver dispositivos de calibração dos procedimentos de avaliação.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

O Agrupamento revela bastantes pontos fortes neste domínio, designadamente a articulação entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo, a riqueza das actividades complementares, com oportunidades de acesso garantidas a todos, e a organização de apoios educativos diversificados para os alunos com dificuldades de aprendizagem ou com necessidades especiais permanentes, ainda que o controlo da eficácia desses apoios não seja sistemático e não disponha de indicadores objectivos que os fundamentem. Reconhece-se uma visão abrangente do currículo e procura-se o equilíbrio entre as áreas curriculares e entre estas e as actividades complementares. A criação de condições para a utilização das ferramentas informáticas nas aulas e nos centros de recursos constitui uma área de excelência do Agrupamento.

3. Organização e gestão escolar

Bom

Com o empenhamento das autarquias locais e com a participação em muitos projectos, o Agrupamento tem melhorado as condições das escolas e respectivos espaços e os recursos educativos. Tem sido desenvolvida uma política de formação dos recursos humanos, apesar de alguns problemas decorrentes das modalidades e dos regimes usados. A não existência de associações de pais e encarregados de educação é um factor que dificulta o estabelecimento de uma relação mais institucional com as famílias, apesar da participação dos pais nos órgãos em que têm assento.

4. Liderança

Bom

A gestão hierarquiza os seus objectivos, de acordo com metas de qualidade e de profissionalismo. Os documentos produzidos denotam coerência na análise e na estratégia de superação dos pontos com pior desempenho. Parece, no entanto, haver um défice de explicação e dificuldades de envolvimento de alguns professores. Não se verifica a emergência de vários protagonismos marcados pela solidariedade institucional, mas antes transparecem os riscos de uma colaboração formal entre dirigentes de órgãos de gestão marcada por antagonismos. A quantidade de parcerias eficazes distingue-se como uma das áreas de bom desempenho do Agrupamento.

5. Capacidade de auto-regulação e de progresso do agrupamento

Bom

A capacidade de auto-regulação que o Agrupamento tem demonstrado resulta mais da determinação e persistência da liderança em aferir o cumprimento do projecto educativo, definido em 2002, que de um processo sistemático de diagnóstico e reflexão que envolva toda a comunidade educativa.

Não haverá continuidade do Agrupamento actual, pois este e a Escola EB23 de Portel integrarão um agrupamento vertical, actualmente em fase de instalação. Este futuro agrupamento constituirá uma oportunidade para o desenvolvimento da necessária articulação entre o 1º e o 2º ciclo, que se espera que decorra sem prejuízo dos projectos específicos no âmbito da educação pré-escolar e do 1º Ciclo.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

A taxa de retenção no 1º ciclo tem atingido valores médios próximos dos 12% nos últimos dez anos, com variações anuais sem padrão. Estes valores estão acima das médias nacionais para o mesmo período. Quando foram realizadas provas de aferição, os resultados revelaram sérias dificuldades de aprendizagem para 50% dos alunos, o que despertou o Agrupamento para a necessidade de rever formas de trabalho.

Este ano, o Agrupamento, não fazendo parte da amostra nacional, decidiu aplicar, com o deferimento de um dia, as provas de aferição elaboradas pelo GAVE (o que ocorreu na semana da visita da equipa de avaliação, pelo que ainda não se conheciam os resultados). Esta iniciativa corresponde a um esforço de calibração dos instrumentos de avaliação e de confronto dos resultados internos com elementos externos de avaliação. Cada escola conhecerá os seus resultados, mas só serão divulgados os resultados globais do Agrupamento, opção que é objecto de discussão interna.

Existem competências definidas para a educação pré-escolar e para o 1º ciclo e critérios gerais de avaliação, por ano e área, mas não há, no âmbito do Conselho de Docentes do 1º ciclo, a definição de instrumentos de avaliação e do peso relativo destes, ou seja, os fundamentos comuns de decisões como as de transição ou de retenção dos alunos.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

O Agrupamento realizou um trabalho de definição das competências a adquirir pelas crianças, na educação pré-escolar, tendo por referência as orientações curriculares, e no 1º ciclo, com base no currículo nacional.

As aulas de pendor experimental e os projectos específicos são utilizados para fomentar uma atitude positiva face ao método científico. Também nas salas da educação pré-escolar existe o “cantinho da ciência”, o espaço de pintura e outras áreas dedicadas ao desenvolvimento de competências diversas, mesmo que nem sempre seja evidente a intencionalidade educativa na sua prática pedagógica. As crianças utilizam o computador na sala de aula, embora não haja uma percepção colectiva da frequência e da qualidade educativa dessa utilização.

É feita uma avaliação muito positiva do ensino do inglês no 1º ciclo, pelo menos do ponto de vista da adesão das crianças.

1.3 Comportamento e Disciplina

Há um bom ambiente do ponto de vista da disciplina e das regras de conduta, com respeito e atenção pelos direitos e deveres de todos. É cultivado o respeito pelos outros, o espírito de solidariedade, a responsabilidade pelo bem-estar dos outros, através da interiorização de regras de conduta dentro e fora da sala de aula.

Os representantes dos pais e encarregados de educação reconhecem a eficácia dos processos de responsabilização dos alunos, a começar pela assiduidade.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos são consultados e, na medida do possível, co-responsabilizados nas decisões que lhes dizem respeito, sendo-lhes atribuídas as responsabilidades decorrentes das actividades em que se empenham. A assembleia de turma constitui um espaço de participação dos alunos, a começar pela definição de regras de funcionamento na sala de aula.

O acesso a centros de recursos nos tempos livres, as actividades desportivas, a página na Internet, a revista do Agrupamento e as festas abertas à comunidade constituem factores de identificação dos alunos com a sua escola e com o Agrupamento.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

A fim de garantir a articulação interna, o AEEP desenvolveu um plano curricular onde foram identificados os níveis de desempenho por área disciplinar e ano de escolaridade e critérios gerais de avaliação; por outro lado, foi construído um guião comum para os projectos curriculares de turma.

A articulação entre os jardins de infância e as EB1 é favorecida pela proximidade e pela tipologia maioritária de estabelecimento – EB1/JI – e sustentada na existência de um coordenador de estabelecimento. O “dossier de aluno” elaborado no JI acompanha o aluno na transição para o 1º ciclo.

Não há articulação com a EB23 para além dos contactos mínimos no encaminhamento dos processos dos alunos, em particular dos que necessitam de apoios educativos, e da partilha do trabalho de um psicólogo. Um exemplo desta não colaboração é a realização pela EB23 de provas de diagnóstico no 5º ano, a Português e a Matemática, de cujos resultados não dá conhecimento ao Agrupamento horizontal. Desta forma, nem os docentes do 5º ano poderão ter em devida conta os objectivos definidos para o 4º ano de escolaridade, nem os docentes do 1º ciclo são confrontados com os resultados obtidos pelos seus alunos no início do 5º ano, pelo que não se aproveita a oportunidade para afinar formas de colaboração. Em geral, as crianças, sobretudo as que se deslocam de fora da sede de concelho, não são devidamente preparadas para a transição entre ciclos, processo que se revela difícil para muitas; é neste sentido que os pais se manifestaram favoráveis à “verticalização” do agrupamento.

2.2 Diferenciação e Apoios

Os professores de apoio trabalham na sala de aula, em articulação com o professor titular da turma. Os recursos, designadamente informáticos, revelam-se especialmente importantes para algumas das situações. O principal problema é a instabilidade profissional, com particulares repercussões negativas na relação com os alunos que têm necessidades educativas especiais permanentes.

A presença na sala de aula e nos recreios de crianças com múltiplas deficiências tem sido uma ocasião de aprendizagem para as outras crianças e para as famílias de umas e de outras.

O facto de haver turmas do 1º ciclo com alunos em dois ou três anos de escolaridade é uma exigência acrescida para o professor, pela multiplicidade de níveis presentes na sala de aula.

A interacção entre as escolas e várias instituições de apoio social, ligadas às autarquias ou aos serviços de saúde e de assistência social, bem como a IPSS e associações de desenvolvimento local, permite o encaminhamento e a resolução de situações que, sendo externas às escolas, têm grande impacto na vida das crianças.

2.3 Abrangência do Currículo

A utilização das TIC em contexto educativo, a rede de centros de recursos e bibliotecas escolares, a informação on-line, as hortas biológicas/compostagem, a natação, o material de ensino experimental das Ciências ou o ensino do inglês para todos os alunos do 1º ciclo, assegurado desde há anos, são alguns dos recursos de uma oferta educativa que também tem em conta as componentes artística, experimental, cultural e social.

No entanto, nem sempre o material de apoio ao ensino das ciências é suficientemente valorizado e utilizado e não há evidências da articulação dos projectos com o currículo formal e com o ensino na sala de aula.

A preocupação com a definição da carga horária das diversas áreas curriculares do 1º ciclo constitui um esforço positivo para garantir o equilíbrio desse currículo, embora tal ainda não esteja assumido pela totalidade dos professores. Por outro lado, não há evidências da valorização das “áreas curriculares não disciplinares” em sede de definição de competências e de critérios de avaliação.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

A continuidade pedagógica é um critério respeitado, dentro dos limites impostos pela instabilidade do vínculo dos docentes às escolas do Agrupamento.

A relação desenvolvida entre os alunos e entre estes e os professores é considerada na constituição das turmas e na atribuição do serviço docente. A assiduidade e a pontualidade são fomentadas como componentes de educação e procura-se promover a coerência entre práticas de ensino e avaliação, através dos planos curriculares de escola e de turma e a definição de critérios de avaliação, por ciclo e agrupamento. No entanto, não está explícita uma visão comum da relação entre as competências a adquirir e os instrumentos de avaliação a utilizar.

2.5 Equidade e Justiça

Existe uma política activa de inclusão escolar, com recurso à colaboração externa para a tentativa de resolução dos problemas que, antes de mais, são de base económica e social. A não existência de creches constitui uma dificuldade para as famílias, designadamente para a permanência em Portel de famílias imigrantes com crianças.

O Agrupamento realiza um grande esforço para dotar todas as escolas de equipamentos educativos (bibliotecas e centros de recursos, nomeadamente), para proporcionar o acesso de todos a ofertas como a natação. Mas está em aberto a qualidade da dimensão socializadora da educação em estabelecimentos com um número reduzido de crianças, bem como a continuidade desses estabelecimentos.

2.6 Articulação com as Famílias

As famílias conhecem como se trabalha nas escolas e são apoiadas para trabalhar com os alunos em casa, embora os professores considerem que uma parte importante das famílias não tem condições para acompanhar os filhos nas suas aprendizagens. Não estão definidas linhas comuns para os TPC.

As famílias são estimuladas a participar em actividades festivas que os jardins de infância e as escolas promovem, sendo parte activa em actividades formativas de ligação à cultura do meio social das crianças.

Há uma clara preocupação com a provisão de serviços de apoio à família (refeições, prolongamentos de horários, natação, acesso à rede de centros de recursos e bibliotecas escolares). A Câmara Municipal transferiu para o AEEP a gestão das verbas do acordo de cooperação da educação pré-escolar, relativas ao prolongamento de horário, tendo sido contratados animadores para este efeito.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

O investimento das autarquias e das instituições particulares de solidariedade social, de associações de desenvolvimento e até de empresas denota a valorização da educação das crianças. Em contraponto, os professores afirmam que a maior parte dos pais tem expectativas baixas face à escola e ao percurso escolar dos seus educandos.

A visita do Primeiro Ministro e de três ministros a um dos estabelecimentos, a EB1/JI de Oriola, em Janeiro de 2006, constituiu o ponto alto do reconhecimento público da excelência do Agrupamento em matéria de utilização das novas tecnologias na educação pré-escolar e no ensino básico.

Também a abertura da biblioteca escolar e do centro de recursos à comunidade envolvente parece ter um impacto considerável em populações carentes de recursos culturais e permite a algumas pequenas localidades terem acesso a novas tecnologias de informação e comunicação.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

As grandes linhas do Projecto Educativo norteiam instrumentos como o Projecto Curricular de Agrupamento e os projectos curriculares de turma. Apesar de ser datado de 2002, o Projecto Educativo mantém a actualidade dos seus principais objectivos, seja pela justeza da definição inicial, seja pela largueza da ambição. Os planos anuais de actividades são instrumentos valorizados, embora nem todas essas actividades mereçam uma concretização efectiva no planeamento anual, pois não têm responsáveis e meios identificados.

O papel dos coordenadores de estabelecimento não está claro, pois se, por um lado, asseguram a representação no Conselho Pedagógico, por outro lado, exercem funções predominantemente administrativas, burocráticas, de transmissão de informações da escola para o CP e, sobretudo, do CP para as escolas. Por outro lado, não resulta bem claro, em termos organizacionais, o facto de aos

coordenadores de estabelecimento estar confiada uma articulação mais vertical e aos coordenadores do conselho de docentes uma articulação mais horizontal.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

Verifica-se uma preocupação com a contextualização da formação contínua dos docentes, centrada nas prioridades do Agrupamento e nas práticas educativas e realizada em contexto de trabalho. Depois do investimento na formação para a utilização das TIC nos processos de ensino/aprendizagem, a formação concentrou-se no ensino da Matemática e da Escrita e da Leitura, assumindo a modalidade de oficina de formação, inserida na componente não lectiva presencial.

Esta modalidade constitui uma oportunidade de envolvimento organizacional, embora o carácter obrigatório da inscrição nas oficinas de formação coloque alguns problemas na mobilização dos professores, já que onde alguns denunciam “resistência à mudança” outros vêem limitação ao exercício da “liberdade de escolha” dos tempos e do tipo de formação.

A maioria dos professores tem competências e mobiliza recursos informáticos, sendo cada vez menos os que não utilizam as TIC. Os funcionários não docentes têm beneficiado de formação (ex. primeiros socorros e tecnologias de informação, com a obtenção da “carta de condução TIC”), bem como o técnico de informática.

Os serviços de apoio administrativo, reduzidos ao mínimo, têm correspondido às necessidades básicas do Agrupamento.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

As salas de aula dispõem de computador, de impressora e de digitalizador. As escolas estão ligadas por uma rede telemática, em banda larga (o que justificou a já referida visita governamental a Oriola). O Agrupamento dispõe da colaboração de um técnico de informática. Verifica-se uma progressiva utilização destes meios na sala de aula, na ligação entre as escolas e no combate ao isolamento.

A página do Agrupamento é um instrumento de animação, de ligação e de reconhecimento do trabalho desenvolvido nas escolas, mesmo nas mais pequenas. A revista “A Borboleta”, nas versões electrónica e impressa, constitui um elemento de ligação e de identificação do Agrupamento.

Todos os estabelecimentos possuem biblioteca escolar e centro de recursos, abertos à comunidade.

Todos os alunos têm acesso a uma sessão de natação por semana.

O uso dos recursos financeiros disponíveis parece estar alinhado com os objectivos do projecto educativo e dos planos de actividades. O Agrupamento obtém receitas próprias apreciáveis, tanto das autarquias locais, como de empresas e particulares, para projectos específicos, designadamente para a revista do Agrupamento.

3.4 Ligação às Famílias

Há uma reunião no início do ano, mas os pais gostariam de ter mais momentos de encontro na escola. As famílias comparecem mais nos jardins de infância que no 1º ciclo. Apesar de, frequentemente, os alunos que mais precisariam de uma boa articulação entre a escola e a família sejam os que têm menos acompanhamento da respectiva família, as escolas conseguem o envolvimento dos pais nos planos de apoio específico a alguns alunos.

Não há qualquer associação de pais e encarregados de educação, apesar de ter havido múltiplas listas para as candidaturas aos órgãos do Agrupamento em que os pais têm assento.

Os pais contribuem, sem carácter obrigatório, para as despesas dos jardins de infância e há donativos para fins específicos.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

O Projecto Educativo (2002-05) partiu da análise dos resultados escolares e contou com a opinião dos professores, dos funcionários não docentes e dos pais e encarregados de educação, ouvidos através de questionários e nos órgãos em que participam.

Foram identificadas quatro áreas de actuação prioritária: desempenho escolar dos alunos (em especial na Matemática e na Língua portuguesa), prática pedagógica, questões organizacionais do Agrupamento

e articulação escola-família. Para cada um destes domínios foram estabelecidas linhas de acção, embora para parte da terceira área e para a quarta, os planos anuais de actividades (2005, 2006) não identifiquem os recursos humanos responsáveis e os recursos materiais a afectar.

A gestão do Agrupamento estabeleceu como prioridade a articulação entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo, investindo na organização e na dinâmica interna, descurando a articulação com o 2º ciclo.

Consciente dos factores sociais e culturais externos às escolas (isolamento de algumas comunidades, pobreza, envelhecimento, imigrantes em situação precária...), o Agrupamento procurou articular com outras instituições a resolução destes problemas e centrou a sua acção nos factores internos às escolas.

A formação foi entendida como um recurso de desenvolvimento do Agrupamento, como espaço de criação de alguns referentes comuns em matéria de práticas pedagógicas.

Parece existir, de acordo com os próprios coordenadores de estabelecimento, alguma resistência ao exercício de funções e tarefas de “coordenação” ou “controlo” dos colegas. A atribuição de competências para este cargo não é, segundo os próprios, clara.

4.2 Motivação e Empenho

A Direcção revela empenhamento, determinação e capacidade de definição de prioridades, detectando-se dificuldades na mobilização de alguns profissionais e na conquista destes para um projecto colectivo.

A Assembleia do Agrupamento é pouco envolvida nas decisões fundamentais, limitando-se aos “serviços mínimos, legalmente previstos”. A Direcção não promoveu um maior envolvimento da Assembleia, como foi patente na fase de preparação deste processo de avaliação, com situações de falta de solidariedade institucional.

Não há acumulação das presidências do Conselho Pedagógico e do Conselho Executivo, no sentido de haver uma maior divisão de poderes.

A Direcção não possui os meios necessários para fazer face a situações específicas de absentismo docente especialmente gravosas para o progresso escolar das crianças.

4.3 Abertura à Inovação

No AEEP existe abertura à inovação e capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente; procura-se caminhos e soluções para os problemas e aproveita-se as oportunidades, como pode ser observado pelo grande número de projectos em que o Agrupamento se tem vindo a integrar ou a desenvolver por iniciativa própria.

A criação de condições para o recurso sistemático às TIC constitui uma marca específica deste Agrupamento.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O Agrupamento leva a cabo uma acção concertada com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, IPSS, associações de desenvolvimento local, serviços de saúde e de assistência social e empresas, visando o acesso das crianças a refeitórios e a outras instalações para actividades escolares, o apoio a crianças com problemas sociais mais graves (equipas de emergência social), a promoção da saúde, o financiamento de algumas actividades do Agrupamento e a abertura à comunidade de espaços como as bibliotecas e centro de recursos.

Estabeleceram-se contactos com outras escolas, nomeadamente estrangeiras, no âmbito dos programas COMENIUS e ORION.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 Auto-Avaliação

O processo de construção do Projecto Educativo (2002-05) contou com a audição da comunidade escolar e com a participação dos órgãos de gestão, tanto da Direcção, que conduziu o processo, como do Conselho Pedagógico, na fase de elaboração, e da Assembleia de Agrupamento, que o aprovou por unanimidade. A identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos teve implicações na definição das prioridades em matéria de equipamentos, de projectos, de formação e de organização do Agrupamento e na escolha das estratégias de melhoria.

O Agrupamento aprecia o cumprimento das actividades e elabora relatórios, mas não desenvolveu um processo sistemático de auto-avaliação. Por exemplo, dado o investimento em novas tecnologias e em recursos educativos, verifica-se a falta de indicadores objectivos de utilização dos equipamentos pelos alunos e professores na prática lectiva, pelos alunos na ocupação de tempos livres e pela comunidade nos tempos de abertura.

Não estão definidos dispositivos, referentes e tempos de avaliação do Projecto Educativo e do Projecto Curricular de Agrupamento. A hipótese sempre presente da proximidade da “verticalização” do Agrupamento justificou a não revisão dos documentos; assim, só o Regulamento Interno foi objecto de ligeira actualização em 2004.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A instabilidade do corpo docente e a qualidade do clima interno são factores que condicionariam o progresso sustentado do Agrupamento, dependente da persistência e determinação da direcção.

Não haverá continuidade do Agrupamento actual, pois este e a Escola EB23 de Portel integrarão um agrupamento vertical, em fase de instalação. Este futuro agrupamento constituirá uma oportunidade para o desenvolvimento da necessária articulação entre o 1º e o 2º ciclo, que se espera que decorra sem prejuízo do desenvolvimento dos projectos específicos da educação pré-escolar e do 1º Ciclo.

V – Considerações finais

O Agrupamento apresenta um conjunto de pontos fortes, entre os quais se destacam:

- a pertinência e a ambição dos documentos orientadores;
- a proximidade e o trabalho em conjunto da educação pré-escolar e do 1º ciclo;
- a concepção da formação contínua;
- a diversidade de apoios educativos e de actividades complementares;
- os recursos de informação e comunicação, das bibliotecas e centros de recursos;
- a quantidade e a qualidade de parcerias que beneficiam as escolas, bem como o apoio das autarquias locais;
- a determinação da liderança.

Apresenta também algumas debilidades, designadamente:

- a persistência dos níveis de insucesso escolar;
- a falta de articulação com a EB23 de Portel;
- a gestão de nível intermédio, nomeadamente a dificuldade de articulação entre os coordenadores de departamento e os coordenadores de estabelecimento;
- a inexistência de associação ou de associações de pais e encarregados de educação;
- a reduzida colaboração entre os órgãos de gestão e administração do Agrupamento, com consequências no clima geral.

A visita da equipa de avaliação a este Agrupamento ocorreu na situação particular de se ter, entretanto, desencadeado um processo conducente à criação do agrupamento de todos os jardins de infância e escolas básicas da rede pública do concelho, pela integração do actual agrupamento horizontal e da EB23 de Portel.

A criação de uma nova realidade institucional é uma ocasião para ultrapassar os aspectos menos conseguidos e para reforçar os pontos fortes. De forma especial, haverá oportunidade para o desenvolvimento da necessária articulação e partilha de recursos entre o 1º e o 2º ciclo, sem pôr em risco a continuidade e o desenvolvimento dos projectos específicos da educação pré-escolar e do 1º ciclo.

Constituem ainda oportunidades para o novo agrupamento a esperada redução da instabilidade da afectação dos docentes e o aproveitamento consequente dos resultados da aferição externa das aprendizagens no 1º ciclo.

A progressiva diminuição da população em idade escolar põe em causa o futuro dos jardins de infância e das escolas nas localidades mais pequenas. O novo agrupamento, as autarquias locais e a administração educativa encontrarão as soluções que melhor sirvam as crianças e as suas famílias.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALGOZ

JUNHO DE 2006

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa do Agrupamento Vertical de Escolas de Algoz, concelho de Silves, realizada nos dias 23 e 24 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que o Agrupamento se candidatou. Este projecto, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministro das Finanças e da Ministra da Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola ou agrupamento de escolas, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, o Agrupamento procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos, em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica do agrupamento, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso do agrupamento

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis (Anexo 4).

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pelo Agrupamento, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

O Agrupamento do Algoz situa-se num espaço rural entre o Barrocal e a zona litoral, sendo composto por um conjunto de sete escolas relativamente equidistantes da escola sede, reunindo uma população de 707 alunos, dos quais cerca de metade frequentam o 2º e 3º ciclos, 35% são alunos do 1º ciclo e os restantes 14% são crianças da educação pré-escolar. Os recursos humanos de que este agrupamento dispõe são em número elevado e contemplam uma boa diversidade de perfis profissionais, ainda que a sua distribuição no território seja muito desigual. Assim, estão colocados nas escolas e jardins-de-infância do agrupamento 130 docentes e educadores dos diferentes ciclos incluindo 4 docentes em serviço itinerante, e 69 funcionários não docentes distribuídos por diversos perfis profissionais da carreira. Destes, duas tarefeiras estão colocadas a meio tempo em duas escolas unitárias do 1º ciclo. Aquele número inclui, ainda, 5 não docentes que exercem funções educativas específicas: 2 psicólogos, dois técnicos de educação e um animador social. As condições de trabalho e de funcionamento não são iguais nas diferentes unidades do agrupamento, onde se podem identificar três contextos diferentes:

- a freguesia do Algoz, uma povoação rural e envelhecida, com alguma dimensão, onde se localizam três escolas, todas dispondo de boas instalações e bem equipadas: uma escola básica do 2º e 3º ciclos, sede do agrupamento, com cerca de 360 alunos organizados em 18 turmas, 55 professores e 43 não docentes; uma escola do 1º ciclo com 135 alunos distribuídos por 11 professores e apoiado por 7 não

docentes; e um jardim de infância com duas salas com 50 crianças distribuídas por duas educadoras titulares de grupo e uma educadora itinerante;

- a freguesia de Tunes, constituída por uma população de recursos muito desiguais, origens muito diversas e pouca ligação ao local, dispõe de uma escola do 1º ciclo com boas instalações, frequentada por 89 alunos dos 6 aos 13 anos de idade, distribuídos por 8 professores, dos quais 2 prestam serviço itinerante e 6 funcionários não docentes; dispõe, também, de um jardim de infância com óptimas instalações para 50 crianças distribuídas por dois grupos com 4 educadoras, das quais uma presta serviço itinerante, e 4 funcionárias não docentes;

- e a freguesia de Alcantarilha, com dois pequenos lugares rurais, Malhão e Ribeira Alta, onde vivem umas dezenas de famílias pobres e sem qualificações, servidas por pequenas escolas unitárias do 1º ciclo, com instalações e equipamentos muito deficitários, com respectivamente 13 e 12 alunos distribuídos pelos 4 anos de escolaridade.

O agrupamento serve, assim, uma população bastante heterogénea, em termos de origens, modos de vida e áreas de actividade, mas maioritariamente desfavorecida em termos económicos, com uma cultura popular-rural e uma experiência escolar curta e/ou mal sucedida. É relativamente reduzido o número de alunos apoiados pelo SASE. Apenas 12 alunos no agrupamento foram identificados como portadores de NEE de carácter permanente.

Os equipamentos do agrupamento são também muito diversificados, destacando-se o jardim-de-infância de Tunes, bem como as recuperações bem conseguidas das antigas escolas primárias do Algoz e de Tunes, dispondo de bons e diversificados espaços para actividades e para recreio, além das salas polivalentes e de trabalho para professores, sendo as outras instalações antigas, modestas, ou mesmo pobres. A escola-sede é relativamente moderna, está bem cuidada, e mercê das beneficiações que tem tido nos últimos anos, dispõe das salas de aula, de um anfiteatro para reuniões ou eventos de pequena dimensão, de espaços para alunos, para pessoal docente e para pessoal não docente, laboratórios ainda incipientemente equipados, uma biblioteca atraente e bem apetrechada ligada em rede às pequenas bibliotecas das escolas do 1º ciclo de Algoz e Tunes. Há, ainda, oito computadores com ligação à Internet e respectivas impressoras para iniciação dos alunos às TIC nas duas escolas de Algoz, um pavilhão gimno-desportivo, com balneários e largos espaços exteriores.

As escolas do agrupamento têm um passado ainda recente caracterizado por baixo sucesso, muito abandono escolar, mesmo no 1º ciclo, em especial nas zonas de população cigana, e muito desinteresse pela educação escolar. Em anos sucessivos as taxas de transição do 2º e do 3º ciclos, quando comparadas com a distribuição das médias nacionais de escolas com características semelhantes, colocaram a escola de Algoz no conjunto das escolas que se situam bastante abaixo da mediana nacional. Conscientes desse facto, tem sido desenvolvida nos últimos dois anos uma actividade intensa e esforçada de relançamento da acção educativa, que tem mobilizado a comunidade escolar na reflexão e na procura de soluções que possam traduzir-se em mais sucesso pessoal e em melhores resultados escolares para cada aluno.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Suficiente

O Agrupamento iniciou, nos dois últimos anos, o relançamento da acção educativa tendo organizado um bom conjunto de apoios académicos para vencer aprendizagens deficitárias e tutorias para alunos com distúrbios emocionais e dificuldades graves de integração. Foram criadas turmas de vias alternativas profissionalizantes para obtenção do diploma do ensino e organizados vários projectos cujo objectivo era o de mobilizar os alunos para outras actividades escolares e diversificar as suas experiências de aprendizagem. Os resultados destas iniciativas têm-se feito sentir na motivação dos alunos e na redução do abandono e na relativa melhoria dos níveis de sucesso ao nível do 2º e 3º ciclos. Todavia, as médias do sucesso em provas aferidas nacionais que permitem comparar a escola com outras em condições semelhantes, situam-se ainda abaixo da mediana e questionam os próprios critérios de avaliação interna. A média de classificação interna em Língua Portuguesa excede em 19% a média externa da

escola obtida no exame nacional do 9º ano em 2004/05, e, no mesmo ano, em Matemática a média interna excede em 37% a média externa obtida nas provas nacionais. Não estão disponíveis informações sobre os resultados dos alunos no 1º ciclo.

Os pais consideram a escola tranquila, sem problemas frequentes de violência e sentem-se integrados na resolução dos casos pontuais que surgem.

De um modo geral, os alunos gostam da escola e sentem-se orgulhosos das suas colaborações.

2. Prestação do serviço educativo

Suficiente

Enquanto agrupamento, existe a preocupação em estabelecer contacto e uma relação afectiva no final de cada ano lectivo entre os grupos de alunos do 4º ano e os seus futuros directores de turma, bem como em levar os alunos do 1º ciclo à escola sede para estabelecer pontes que facilitem a sua integração. Porém, é menor a articulação no campo da gestão e do desenvolvimento do currículo, não existindo uma articulação bem conseguida entre os vários departamentos curriculares e disciplinas e menos ainda entre os professores do 1º ciclo e os do segundo ciclo.

A sequencialidade é uma preocupação sobretudo das estruturas de apoio, sendo que os docentes têm algumas práticas voluntaristas, mais centradas no trabalho conjunto dos professores, do que no estabelecimento da articulação do trabalho dos alunos e na sua aprendizagem.

O peso atribuído às "atitudes e valores" sem que estes estejam integrados num sistema de aferição interna bem organizado e credível, relativiza as questões do insucesso, mas não promove aprendizagens nem garante melhor ensino.

Existe uma boa estrutura de apoios educativos, integrando várias valências, que sinaliza e acompanha um grande número de alunos.

O ensino experimental, as dimensões artísticas e o acesso às TIC são ainda pouco frequentes no agrupamento, embora mais visíveis na escola sede.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O Conselho Executivo tem um papel fundamental no desenvolvimento de toda a actividade da escola, apoiado por um grupo de chefias intermédias, de docentes e funcionários, cujo voluntarismo, dedicação à escola e capacidade de trabalho são enormes.

A maior parte dos documentos de concepção e planeamento a curto e médio prazo, estruturadores da actividade educativa, apresentam muitos aspectos inovadores, mas os seus objectivos e linhas de acção, são ambiciosos e difíceis de realizar naquele contexto.

A escola está bem organizada e monitorizada. A descrição dos conteúdos funcionais dos vários cargos é clara e a regulamentação do funcionamento dos diferentes órgãos apresenta-se como um instrumento disciplinador, mas potencialmente rígido e burocratizante. Todos os procedimentos estão bem descritos e normalizados.

Verifica-se uma estratégia muito positiva de articulação com as famílias na educação pré-escolar e no 1º ciclo, que é menos conseguida com as famílias dos alunos do 2º e 3º ciclos onde a sua mobilização é mais formal.

4. Liderança

Suficiente

O Conselho Executivo tem uma visão clara do projecto que quer desenvolver e das mudanças a introduzir, o que é reconhecido por todos, quer em termos de funcionamento das escolas, para que cumpram os seus objectivos educativos, quer dos diferentes serviços de apoio, para que tenham capacidade de resposta.

Apesar destes processos serem construídos na base da cooperação de grupos de trabalho que garantam uma participação alargada dos professores, a estratégia da implantação da mudança nem sempre é conseguida sem sobressaltos ou tensões. Por vezes, o exercício do poder decorrente das funções atribuídas por lei aos diferentes órgãos traduz-se mais em acções de gestão e comando, do que de liderança.

A direcção do agrupamento e um grupo grande de colaboradores estão muito empenhados na gestão quotidiana da escola e no seu progresso. A mobilidade do corpo docente não é impeditiva do seu empenho e abertura à inovação. A par de posturas mais tradicionais, em muitas situações observa-se

apetência e capacidade para o desenvolvimento de projectos inovadores, que são estimulados pelo conselho executivo.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Suficiente

A auto-avaliação foi iniciada recorrendo à prática existente de discussão e reflexão sobre a vida da escola, como método para estabelecer novos procedimentos e introduzir mais qualidade. Estes procedimentos têm sido desenvolvidos numa perspectiva de supervisão global dos percursos e dos resultados escolares e, progressivamente, têm-se alargado a diferentes domínios da vida do agrupamento.

Os dados que incorporam o sistema de informação de escola e utilizados nestas reflexões, são muito reduzidos e têm um tratamento muito simples, não permitindo um retrato muito completo nem um diagnóstico mobilizador.

A sustentabilidade do progresso do agrupamento depende de vários factores externos, mas depende, sobretudo, da articulação que for conseguida entre o ensino e as aprendizagens nos diferentes ciclos, vistos como uma unidade e não como um conjunto de escolas associadas. Nesse sentido, é urgente promover mais formação científica e desenvolvimento profissional docente orientada para os problemas reais da escola, dar mais atenção à qualidade da relação humana, onde existem diversas tensões ou conflitos desmobilizadores.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Os resultados escolares no 2º e 3º ciclos, num passado recente, caracterizaram-se por elevadas taxas de insucesso ao longo e no final de cada ciclo, merecendo especial atenção os níveis de insucesso no 5º e 7º anos, com taxas que colocaram esta escola abaixo da mediana das médias nacionais. As taxas de abandono eram igualmente elevadas.

No relançamento da acção educativa que a escola iniciou nos últimos dois anos com maior significado e impacto, procedeu-se a uma análise e discussão de resultados escolares e procurou definir-se e desenvolver uma estratégia que promovesse a auto-estima dos alunos quanto às suas capacidades de completar a educação básica e que, respondendo aos seus interesses, proporcionasse o desejado sucesso que lhes permitisse entrar no mundo do trabalho e ser portadores das habilitações básicas. A partir dessa reflexão foi feito o despiste dos alunos menos integrados nos currículos regulares e em risco de abandono, e organizadas formações alternativas. Neste sentido, a par da organização de um bom conjunto de apoios académicos para vencer aprendizagens deficitárias e de tutorias para alunos com distúrbios emocionais e dificuldades graves de integração, foram lançadas diversas iniciativas em ordem a promover a auto-confiança e a reconhecer o mérito, e organizados vários projectos cujo objectivo era o de mobilizar os alunos para outras actividades dentro da escola que não aulas e diversificar as suas experiências de aprendizagem. Como percursos alternativos para alunos potenciais abandonadores, foi criada uma turma de currículo alternativo na área da hortofloricultura para alunos do 7º ano, duas turmas de Cursos de Educação e Formação em Hotelaria e Restauração, uma unidade de transição para a vida activa destinada a alunos portadores de deficiência permanente, uma turma de ensino recorrente do 3º ciclo por unidades capitalizáveis, regime nocturno, e outra do 1º ciclo, com 12 alunos na EB1 de Tunes. Foram também ampliados os apoios psicológicos, e organizados outros tipos de apoio à actividade escolar. No seu conjunto, são estratégias válidas e meritórias para promover o sucesso educativo, com um certo nível de consolidação e alguma abrangência, cujos resultados se têm feito sentir na motivação dos alunos, na redução do abandono e na relativa melhoria dos níveis de sucesso ao nível do 2º e 3º ciclos. Não estão disponíveis informações sobre os resultados dos alunos no 1º ciclo.

Embora actualmente se verifique a alteração dos valores do sucesso, decorrente, em parte, das medidas alternativas encontradas e também de critérios de avaliação mais benevolentes, as médias do sucesso em provas internas não aferidas situam-se entre a mediana e o percentil 75. Apesar desta posição favorável, se se considerar os resultados das provas aferidas nacionais que permitem comparar a escola

com outras em condições semelhantes, a média de classificação interna em Língua Portuguesa excede em 19% a média externa da escola obtida no exame nacional do 9º ano em 2004/05, e, no mesmo ano, em Matemática a média interna excede em 37% a média externa obtida nas provas nacionais.

Apesar da frequente produção de documentos orientadores e estruturadores do trabalho lectivo em diferentes disciplinas e em áreas transversais, não é claro o modo como se articulam com os projectos curriculares de turma, nem qual a participação dos professores na sua elaboração e discussão. Tendo por base as orientações do currículo nacional para o ensino básico, não há evidências de que exista um entendimento comum dos conceitos básicos em jogo, nem das metodologias a seguir na sua aplicação. Todavia, deve ser relevado o grande investimento na reflexão sobre a orientação e gestão do currículo, de modo a conferir consistência no trabalho docente e nas aprendizagens, mas são evidentes algumas dificuldades.

Os critérios de avaliação, definidos recentemente, apresentam algumas debilidades de concepção e fundamento, e ao concederem uma ênfase muito grande às “atitudes e valores” sem que estes estejam associados a um projecto curricular coerente e a sistemas de aferição bem montados, são uma forma de relativizar as questões do insucesso, não as resolvendo. Apesar da referência à reflexão rigorosa que é feita, nas diferentes instâncias da escola, sobre o aproveitamento dos alunos e do tratamento estatístico de alguns dados, não se recolheram evidências da influência desta reflexão na gestão do currículo ou nas práticas lectivas.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A organização de um enorme número de projectos que mobilizam quase toda a comunidade escolar representa uma forma de valorizar os saberes e as aprendizagens que o currículo formal não engloba necessariamente e, por outro lado, constitui uma forma de estimular os alunos a participar em actividades escolares, orientadas para componentes artísticas, culturais e desportivas, que sendo de natureza diferente, mais facilmente alargam os seus interesses e desenvolvem a sua auto-confiança. No entanto, à excepção do 1º ciclo, estas actividades frequentemente têm uma fraca ligação ao projecto e ao trabalho curricular das turmas, não havendo evidências de que exista uma estratégia de agrupamento para a valorização dos saberes e das aprendizagens, focalizada no desenvolvimento de competências e conhecimentos previstos nos currículos. Apesar da qualidade e do potencial de muitos dos coordenadores de departamento curricular, essa tarefa fica muito dependente do critério de cada professor. Mesmo ao nível do desenvolvimento das “atitudes e valores”, algo que os responsáveis do conselho pedagógico assumiram como de particular importância, não estão definidas estratégias, metas e formas de aferição que permitam saber se essas disposições estão, de facto, a ser desenvolvidas na maioria dos alunos, havendo, neste domínio, mais intuições do que práticas estruturadas e consistentes.

1.3 Comportamento e Disciplina

Não foram documentados casos graves e/ou generalizados de indisciplina, sendo bom o relacionamento entre alunos, docentes e funcionários baseado no respeito mútuo. Os pais consideram a escola tranquila, sem problemas frequentes de violência e sentem-se integrados na resolução dos casos pontuais que surgem. Este ambiente genericamente positivo não se deve a um código de conduta elaborado e respeitado por todos, mas decorre da intervenção atenta e coerente do conselho executivo, em especial do seu presidente, na resolução de problemas concretos, o que é reconhecido e valorizado pela comunidade educativa.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Os alunos não são envolvidos de forma sistemática na discussão dos problemas e linhas de acção da escola, o que em parte se poderá explicar pela sua idade, mas são frequentemente auscultados, sobretudo na escola sede. É de destacar a relação próxima dos alunos com os professores e com a direcção da escola, que procura recolher as suas sugestões e opiniões sobre o funcionamento da escola e promover o seu envolvimento em algumas actividades específicas como a recuperação e embelezamento dos espaços que lhes são destinados. Na mesma linha, foi realizado um inquérito de satisfação aos alunos, que constitui uma fonte de informação potencial para a gestão da escola sede. De um modo geral os alunos gostam da escola e sentem-se orgulhosos das suas colaborações. Sentem-se igualmente orgulhosos, e a participar activamente na vida da escola, sempre que mensalmente votam naqueles colegas que se destacam nas áreas curriculares, desportivas ou outras – o aluno do mês – ou anualmente no professor em quem reconhecem a melhor liderança. Os prémios correspondentes são

reinvestidos na escola, por norma da instituição promotora desta iniciativa e com quem a escola tem parceria.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

Sendo um agrupamento que abrange várias localidades, é muito positivo o trabalho de integração dos professores, visível tanto pela circulação permanente dos docentes entre os vários estabelecimentos, como pelos sentimentos de alguma coesão expressos pelos docentes das várias escolas. Existe, no final de cada ano lectivo, a preocupação em estabelecer contacto e uma relação afectiva entre os grupos de alunos do 4º ano e os seus futuros directores de turma, bem como em levar os alunos do 1º ciclo à escola sede para estabelecer pontes que facilitem a sua integração.

O reforço recente dos apoios educativos e das actividades de tempos livres, tendo uma organização transversal ao agrupamento, parece contribuir para uma relação intensa entre as várias escolas. Porém, é menor a articulação no campo da gestão e do desenvolvimento do currículo, não existindo uma articulação bem conseguida entre os vários departamentos curriculares e disciplinas e menos ainda entre os professores do 1º ciclo e os do segundo ciclo.

A sequencialidade é uma preocupação sobretudo das estruturas de apoio, sendo que os docentes têm algumas práticas voluntaristas, mais centradas no trabalho conjunto dos professores, do que no estabelecimento da articulação do trabalho dos alunos e na sua aprendizagem. Este é um problema de que a escola tem consciência e sobre o qual tem trabalhado.

Apesar da frequente produção de documentos orientadores e estruturadores do trabalho lectivo em diferentes disciplinas e em áreas transversais, o que em si mesmo é muito meritório, não é claro o modo como se articulam com os projectos curriculares de turma, nem qual a participação dos professores na sua elaboração e discussão. Tendo por base as orientações do currículo nacional para o ensino básico, não há evidências de que exista um entendimento comum dos conceitos básicos em jogo, nem das metodologias a seguir na sua aplicação. Todavia, deve ser relevado o grande investimento na reflexão sobre a orientação e gestão do currículo, de modo a conferir consistência no trabalho docente e nas aprendizagens, sendo evidente algumas dificuldades.

Os critérios de avaliação definidos recentemente apresentam algumas debilidades de concepção e fundamento e, ao concederem uma ênfase muito grande às “atitudes e valores” sem que estes estejam associados a um projecto curricular coerente e a sistemas de aferição interna bem organizados e credíveis, são uma forma de relativizar as questões do insucesso, não as resolvendo.

2.2 Diferenciação e Apoios

Este pode ser considerado um dos pontos mais fortes da escola. Existe uma estrutura de apoios educativos alargada e dinâmica, que integra várias valências e que fez um diagnóstico muito completo das necessidades dos alunos, a partir do qual desenvolve práticas inovadoras, procurando acompanhar permanentemente os alunos das várias escolas do agrupamento e garantir a sua integração. Para além da sinalização das crianças com necessidades educativas especiais e da procura das soluções adequadas, está igualmente identificado um conjunto numeroso de alunos com dificuldades de aprendizagem, relativamente aos quais a escola não tem os meios necessários para responder adequadamente, quer pelo número, quer pela diversidade de situações, muitas delas decorrentes das condições de vida e das situações familiares em que vivem. No entanto deve ser relevado o importante e articulado trabalho que é desenvolvido pela equipa coordenadora dos apoios, nomeadamente na organização do apoio às dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática, e na criação da Sala de Estudo e do dispositivo criado para organizar os materiais de trabalho das diferentes disciplinas.

Em termos de diferenciação, existem algumas actividades dispersas na sala de aula ou em apoios acrescidos e, com maior êxito, a organização de ofertas alternativas de formação.

2.3 Abrangência do Currículo

A abertura e abrangência do currículo parecem estar inscritos, enquanto política da escola, no projecto educativo e nos inúmeros projectos nos quais este se decompõe. No entanto, há evidências de que não só esse projecto educativo “paralelo” tem um peso muito pequeno na estruturação das práticas educativas, sobretudo ao nível do 2º e 3º ciclos, mas também que os projectos são múltiplos, com fraca

relação com o desenvolvimento das competências curriculares, não tendo, por isso, o impacto que poderiam ter, tanto mais que muitas vezes englobam os alunos de uma turma completa.

O ensino experimental, as dimensões artísticas e o acesso às TIC, como ferramenta de aprendizagem, informação ou como ferramenta de trabalho, não são ainda muito frequentes na generalidade do agrupamento, havendo evidências de que existe algum trabalho de pesquisa e experimentação na escola sede, em algumas disciplinas.

O destaque que, nos critérios de avaliação, é dado às "atitudes e valores" parece mais uma estratégia de controlo das dinâmicas na sala de aula e menos parte de uma política curricular desenvolvida de forma coerente e integrada. Considerando as características da população escolar, não parece existir uma estratégia concertada de adaptação dos currículos à comunidade local, aproveitando as margens de autonomia que estão previstas actualmente nos currículos nacionais e no regime de direcção, administração e gestão das escolas.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Existe uma relação genericamente positiva entre os vários actores da comunidade educativa, o que pode ser um elemento facilitador de articulação no ensino. Foram planeados e organizados diversos projectos e actividades de âmbito pedagógico, cultural, artístico e desportivo que, pela sua diversidade, correspondem necessariamente a oportunidades de aprendizagem para todos os alunos. Além disso, contribuem para uma melhor cooperação entre as várias escolas e entre professores. São ainda oportunidades significativas a atenção prestada ao ensino do Português como língua estrangeira, organizando cursos para alunos estrangeiros e imigrantes, cujo sucesso está patente na fluência com que falam e no seu sucesso escolar.

Acrescente-se, porém, que não é clara a relação entre o ensino e a avaliação, nem é clara a existência de mecanismos de feedback eficazes para professores e alunos. No sentido da criação de oportunidades de aprendizagem, a dimensão formativa da avaliação fica reduzida e não se assegura que se avalia para aprender melhor.

2.5 Equidade e Justiça

Existe um sentimento generalizado de preocupação com a justiça e a co-responsabilização de todos na vida da escola. Nesse sentido, a distribuição do serviço docente obedece a critérios de selecção dos que têm mais experiência ou dão mais garantias de continuidade para o exercício de algumas funções chave e leccionação de turmas mais problemáticas, o que é muito positivo.

No entanto, não existe uma grande coesão entre professores que garantam consistência de práticas. Algumas regras estabelecidas, como o regulamento da avaliação, elaborado com alguma rigidez e formalidade, podem não contribuir para maior equidade no sistema.

As turmas na EB23 revelam grande desigualdade quanto à sua composição, devido às diferentes proveniências dos alunos e aos condicionalismos do transporte, tornando-se difícil uma intervenção conjugada entre diversas entidades responsáveis, de forma a poder-se seguir outros critérios mais favoráveis.

2.6 Articulação com as Famílias

Existe uma estratégia consistente e sistemática de articulação com as famílias ao nível do 1º ciclo e educação pré-escolar, sendo conseguida uma boa participação e empenho dos pais nas reuniões, na troca de informação, sugestões e procura de soluções de interesse mútuo. O mesmo não acontece no 2º e 3º ciclos, onde se segue uma prática mais tradicional de convocatória para a reunião da turma, com fraco resultado, sobretudo junto de populações desfavorecidas e distantes do universo escolar, mais interessados nos problemas dos filhos do que na escola. Existem algumas práticas isoladas que se destacam, como o convite aos pais e mães para almoçar na escola nos dias do pai e da mãe, mas sem impacto no seu envolvimento com a escola.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

A escola procura valorizar e premiar os alunos que os colegas consideram ser aqueles que, em cada mês, mais se distinguiram nalgum campo da vida escolar, nomeadamente no progresso das aprendizagens. No entanto, a quase tradição do insucesso e da dificuldade da actividade escolar,

contribui para uma cultura latente de pouca valorização das aprendizagens e da sua importância para a vida, numa comunidade pouco instruída e isolada.

Embora tenha vindo a ser desenvolvida uma atenção muito grande à qualidade da avaliação e sejam divulgadas orientações no sentido de criar padrões de referência que confirmem consistência nas práticas de todos os professores, ainda não existe a garantia de uma avaliação aferida entre os diferentes professores e disciplinas, o que não contribui para a confiança nas aprendizagens nem nos critérios de qualidade escolar.

Um dos aspectos bem conseguidos na escola refere-se ao impacto que o sucesso dos alunos dos cursos de educação e formação e do currículo alternativo tem tido na comunidade local e na comunidade escolar. Isto tem valorizado um novo tipo de aprendizagens e o sucesso pessoal dos alunos, ainda que esse sucesso seja associado a aprendizagens mais fáceis, mas mesmo assim mais práticas e úteis para a vida. É positivo ter sido encontrada uma outra forma de olhar para as aprendizagens escolares e de ver o sucesso ao alcance de qualquer um, criando novas expectativas para a educação escolar.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A maior parte dos documentos estruturadores da actividade educativa apresentam uma enorme vontade de iniciar um projecto de renovação da escola, com muitos aspectos inovadores. O projecto educativo e os planos curriculares são documentos extensos que reúnem uma série de intenções e propostas de actividades diversificadas, mas cujas linhas de acção operacionais são difíceis de conceber, na medida em que são pouco explícitas. A ênfase na temática do ambiente expressa nos documentos orientadores, por exemplo, é transposta para a acção de forma pouco mobilizadora e pouco integrada com os planos curriculares, dando origem a actividades dispersas e eventuais. A necessidade de mobilizar a escola e partilhar responsabilidades deu origem a um grande número de projectos e actividades, distribuídos por um grande número de professores, cuja articulação com as actividades do currículo, quer em termos dos conteúdos, quer das competências, não é clara, embora a sua dimensão educativa seja inegável.

A descrição dos conteúdos funcionais dos vários cargos é clara e a regulamentação do funcionamento dos diferentes órgãos apresenta-se como um instrumento disciplinador, mas potencialmente rígido e burocratizante. Todos os procedimentos estão bem descritos e normalizados.

O Conselho Executivo tem um papel fundamental no desenvolvimento de toda a actividade da escola, apoiado por um grupo de chefias intermédias, de docentes e funcionários, cujo enorme voluntarismo, dedicação à escola e capacidade de trabalho são indelévels.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O conselho executivo estabelece uma relação próxima com os docentes e funcionários, definindo claramente papéis e formas de actuar. A mobilidade do corpo docente coloca limitações e desafios evidentes à gestão de recursos humanos, havendo no entanto exemplos de boas práticas de gestão, visíveis na atribuição das direcções de turma, na definição de áreas de responsabilidade, na ligação entre as unidades do agrupamento ou na integração dos professores das escolas mais pequenas.

As características dos documentos orientadores, cujos objectivos são ambiciosos e difíceis de alcançar neste contexto, reforçam as dificuldades da gestão. A diversidade de leituras do currículo nacional para o ensino básico, que efectivamente existe, e as dificuldades de realização de um ensino orientado para o desenvolvimento por competências, coerente, dentro de cada departamento e entre departamentos, constitui uma área onde a formação e o desenvolvimento profissional poderão desempenhar um papel crucial.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

O grande esforço de recuperação dos edifícios escolares de Algoz e de Tunes levado a cabo pelas autarquias, adaptando-as a novas valências e actividades pedagógicas, é meritório, contribui para o bem-estar da comunidade educativa e permite o desenvolvimento de projectos diversificados e estimulantes, apesar dos equipamentos educativos serem essencialmente limitados ao que é básico.

A par do cuidado com a sua manutenção e conservação, existe uma grande atenção à segurança das crianças e alunos. Merecem destaque os recursos humanos e tecnológicos para guarda e vigilância da

escola EB2,3 de Algoz em articulação com o programa escola Segura e a DRE do Algarve. Merecem também destaque os planos de emergência e as auditorias periódicas adquiridas a entidade exterior sobre as condições de higiene e qualidade no bar e refeitório, na escola sede.

Deve-se notar, contudo, as condições deficitárias em que funcionam as pequenas escolas da freguesia de Alcantarilha, com recreios que são espaços vazios, e que contrastam com as outras escolas do agrupamento, acentuando o sentimento de abandono das pequenas comunidades rurais.

A sede do agrupamento, embora de construção recente, tem recebido grandes beneficiações nos últimos anos e encontra-se satisfatoriamente apetrechada, possuindo no entanto pouco mais do que os equipamentos básicos. Constitui uma boa excepção o pavilhão polidesportivo e instalações anexas e a biblioteca do agrupamento, que constitui um espaço agradável, está relativamente bem apetrechada e é bem dinamizada.

A autonomia no uso dos recursos, nomeadamente das TIC, é comprometida quer pela insuficiência dos equipamentos, quer pelas normas internas de acesso.

3.4 Ligação às Famílias

Não há evidências de que as famílias ou o seu representante institucional (a associação de pais) sejam envolvidos na estratégia da escola ou na definição e discussão das suas linhas de acção. As características da comunidade envolvente, bem como a sua distância face ao universo escolar, podem explicar o conformismo relativamente aos baixos índices de participação, mas não justificam que não sejam procuradas alternativas ao seu envolvimento.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

O Conselho Executivo tem uma visão clara do projecto que quer desenvolver e das mudanças a introduzir, o que é reconhecido por todos, quer em termos de funcionamento das escolas, para que cumpram os seus objectivos educativos, quer dos diferentes serviços de apoio, para que tenham capacidade de resposta. Esta visão permite ir resolvendo os problemas correntes e transmitir à comunidade educativa um sentimento de tranquilidade e relativa confiança, ao mesmo tempo que são introduzidas algumas mudanças estruturantes significativas, quer em termos de modernização e mais eficiência das estruturas de apoio, quer em termos de uniformização de procedimentos, e transparência. A sua visão de futuro permite, também, planejar outras beneficiações nas instalações da escola sede, em princípio, para desenvolver um projecto mais completo e mais ambicioso. Apesar dos processos de mudança serem construídos na base da cooperação de grupos de trabalho que garantam uma participação alargada dos professores, a estratégia da implantação da mudança nem sempre é conseguida sem sobressaltos. A distribuição das diferentes coordenações é feita com critério e desenvolvida com grande sentido de responsabilidade. Frequentemente, os coordenadores, nas suas funções de gestão intermédia, assumem um papel de liderança significativo.

As soluções educativas encontradas para os alunos menos sucedidos são evidências de que a escola tem uma visão clara das necessidades e dos recursos da sua comunidade educativa, dando origem a pólos de inovação reconhecidos no interior e no exterior da escola. Todavia, tendo em vista a inserção do agrupamento numa comunidade educativa alargada e as suas características e necessidades sociais, económicas e culturais, não é visível uma estratégia de curto e de médio prazo para a educação local. Uma interacção, concertada e periódica, em especial com as autarquias, poderá ser muito frutuosa, tendo em conta o diagnóstico que já existe e que se pode melhorar.

Os documentos orientadores do agrupamento, tal como os de gestão pedagógica, não referem as metas a atingir nem as estratégias que as viabilizarão, de modo a constituir uma referência para a acção e para a avaliação do serviço educativo do agrupamento.

O Projecto Educativo apresenta um conjunto de propostas que sugerem inovação e desafio, sobretudo na área da ecologia e da defesa dos valores locais, que não é desenvolvido com o relevo que merece, o que se esperava que acontecesse, dado pretender ser um factor distintivo desta escola.

4.2 *Motivação e Empenho*

A direcção do agrupamento e os seus colaboradores mais próximos estão extremamente motivados e empenhados na gestão quotidiana da escola. Contudo, o modo como essa direcção e gestão são exercidas assenta mais no poder que advém das funções atribuídas por lei aos respectivos órgãos e assumidos como responsabilidade pessoal dos diferentes membros que os integram, do que na capacidade de motivação e mobilização da comunidade educativa para objectivos comuns. Esta capacidade é afectada pelas características de instabilidade do corpo docente, mas é também afectada por alguma tensão nas relações entre vários agentes e órgãos da escola, que todos conhecem e se podem observar.

De um modo geral, verifica-se por parte de todos os que desempenham funções de coordenação, de departamento ou de projectos, um grande profissionalismo e um enorme empenho na realização das tarefas que lhes foram atribuídas, mesmo se extravasam a sua capacidade prática de realização ou o tempo de trabalho.

4.3 *Abertura à Inovação*

Existem evidências quase contraditórias sobre a forma como as inovações educativas têm sido recebidas neste agrupamento. Em alguns casos - de que são exemplos os cursos de educação e de formação, ou outros como as novas orientações quanto à ocupação dos tempos livres no 1º ciclo, o projecto de dinamização da biblioteca e muitas dos projectos pedagógicos do agrupamento -, parece revelar-se uma certa apetência para a experimentação e o desenvolvimento de projectos inovadores, adaptados à população e com objectivos bem definidos. A dinâmica introduzida pelo conselho executivo tem sido essencial. No entanto, estes nichos não anulam o facto de se perceber a predominância de padrões tradicionais nas actividades regulares de ensino e aprendizagem nos vários ciclos, o que dificulta a realização do currículo nacional para o ensino básico, em particular, nas suas vertentes mais inovadoras, cuja consonância com as propostas de avaliação não é clara.

4.4 *Parcerias, protocolos e projectos*

O agrupamento conta com uma boa quantidade de projectos, muitos deles envolvendo formal ou informalmente instituições e actores exteriores à escola. Isso é conseguido pela dinâmica de articulação com a comunidade local abrindo-se a outros serviços e oferecendo estágios a instituições exteriores e procurando a colaboração de alguns profissionais de outras instituições em modalidades variáveis, ou desenvolvendo uma política consistente de parceria com entidades empregadoras para a realização de estágios para os alunos dos CEF. Estas iniciativas muito contribuem para a credibilização do serviço educativo prestado pela escola, e cujos resultados estão já a ser reconhecidos. Para além de estágios em empresas prestigiadas, começam a aparecer hipóteses de contratação dos seus alunos no último ano do curso.

No entanto, muitas das actividades previstas no plano anual de actividades não foram realizadas por falta de cooperação ou articulação atempada com parceiros exteriores (como é o caso das visitas de estudo planeadas) ou não tiveram a projecção ou impacto que mereciam por terem ficado circunscritas à acção dos actores internos à escola (como é o caso do desenvolvimento das vertentes ambientais) sem o apoio ou colaboração de instituições competentes.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

5.1 *Auto-Avaliação*

A auto-avaliação foi iniciada recorrendo a diferentes modalidades de abordagens, existindo uma prática de discussão e reflexão sobre a vida da escola, como método para estabelecer novos procedimentos e introduzir mais qualidade, com principal destaque para as questões da aprendizagem, numa perspectiva de supervisão global dos percursos e dos resultados escolares. Neste sentido pode dizer-se que tem vindo a ser construída uma cultura de avaliação que, em passos sucessivos, se tem alargado a diferentes domínios da vida do agrupamento. É de referir, no entanto, que os dados que incorporam o sistema de informação de escola e que são utilizados nestas reflexões, são muito reduzidos e têm um tratamento muito simples, não permitindo um retrato muito completo nem um diagnóstico que, por si, possa conduzir a uma alteração ou melhoria significativa das práticas de ensino. Na perspectiva de alargar sucessivamente o processo de auto-conhecimento, e na sequência de outros inquéritos sobre a

satisfação dos alunos, foi realizado recentemente um trabalho muito vasto com vista à recolha de dados relativos à satisfação dos vários grupos que compõem a comunidade educativa, relativamente aos vários equipamentos e espaços da escola. Os respectivos dados estão trabalhados, mas não houve ainda oportunidade para a sua divulgação e discussão.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

O agrupamento tem feito um grande esforço para melhorar o seu funcionamento enquanto tal e reduzir os problemas que se acumulam nos anos terminais da educação básica. Têm sido tomadas medidas muito importantes para, pelo menos, suster e, desejavelmente, inverter, as dinâmicas de pobreza e de exclusão social geradoras de insucessos. O empenho do Conselho Executivo na organização dos dispositivos necessários para oferecer percursos escolares alternativos foram bem sucedidos, quer do ponto de vista dos alunos quer das suas famílias, mas também do ponto de vista do reconhecimento e da auto-estima da própria escola. A sustentabilidade deste processo não depende só da organização de novas turmas e da oferta de novos cursos, mas essencialmente da sua procura por parte de mais candidatos a uma habilitação de nível 2, o que depende da inserção no mercado de trabalho dos que agora se diplomam. A atenção à escolha dos locais de estágios indicia a consciência desta realidade.

No campo do ensino regular tem-se verificado uma melhoria de resultados, nomeadamente em termos de taxas de transição e em médias de classificação, no 2º e 3º ciclos. No entanto, os resultados obtidos em provas nacionais de aferição ou exames nacionais, em Língua Portuguesa e Matemática, chamam a atenção para a pouca fiabilidade dos resultados internos e, portanto do próprio processo de supervisão e de avaliação das aprendizagens, em uso.

Embora em algumas das escolas haja uma preocupação com a avaliação dos pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita, nas crianças que entram no 1º ciclo, chama a atenção a não referência, nos documentos disponíveis, aos percursos escolares e aos indicadores do sucesso relativos ao 1º ciclo, sabendo-se que este ciclo é frequentado por alunos com 13 anos. A sustentabilidade do progresso do agrupamento depende sobretudo da articulação que for conseguida entre o ensino e as aprendizagens nos diferentes ciclos, vistos como uma unidade, o que passa mais por formação científica e desenvolvimento profissional docente e qualidade da relação humana, sem tensões ou conflitos desmobilizadores, do que por grandes alterações estruturais.

V – Considerações finais

O agrupamento apresenta vários pontos fortes de que se destacam:

- a supervisão global dos percursos e resultados escolares;
- a atenção aos alunos com repetências acumuladas e em risco de abandono;
- a organização dos diferentes tipos de apoios aos alunos com necessidades educativas de carácter permanente e aos que têm dificuldades de aprendizagem;
- as iniciativas no campo das actividades de complemento educativo e de extensão de horário, nomeadamente no 1º ciclo;
- a valorização das tradições e culturas populares;
- a boa relação entre as diferentes unidades do agrupamento e algumas das interacções estabelecidas.

Constituem debilidades do agrupamento:

- as relações tensas que se vivem entre certos sectores e órgãos;
- a falta de consistência entre os objectivos curriculares e os critérios de avaliação das aprendizagens;
- a distância entre o planeamento das actividades educativas e a sua concretização;
- a diferença de condições de trabalho entre as diferentes unidades que integram o agrupamento;
- a mobilidade dos docentes;

- uma organização pesada de regras e regulamentos;
- a pouca diversidade e quantidade de recursos, acessíveis ao maior número possível de alunos utilizadores;
- a falta de formação de professores centrada, predominantemente, nas questões práticas do ensino e das aprendizagens, de acordo com as exigências do currículo nacional, realizada, a nível de aprofundamento, com o apoio de instituições do ensino superior.

Deve, no entanto, acentuar-se que existe um conjunto de factores que constituem vantagens para um progresso acentuado, nomeadamente, a determinação e motivação do Conselho Executivo em introduzir novas dinâmicas educativas, as características de proximidade e a dimensão do agrupamento, o profissionalismo e a dedicação de muitos profissionais da escola e em diferentes valências, as expectativas criadas com as novas ofertas educativas e a referência que podem constituir para outros modelos de gestão dos docentes, na constituição de equipas coesas e cooperativas, e para estimular a afirmação dos cursos regulares, em termos de inovação pedagógica e de melhores níveis de sucesso.

Constituem ameaças ao progresso do agrupamento:

- a possível dificuldade de inserção no mercado de trabalho e os seus efeitos na não consolidação das ofertas educativas profissionalizantes;
- as grandes diferenças entre as médias de classificação interna e as médias de classificação externa, obtida em exames nacionais de aferição, e os seus efeitos na credibilidade do trabalho escolar;
- a provável diminuição do número de alunos, quer por questões demográficas, quer pela tendência de fuga das populações para centros urbanos mais desenvolvidos e com mais ofertas de trabalho;
- a fraca articulação do ensino e das aprendizagens entre os três ciclos que deveria decorrer de um trabalho cooperativo consistente, com reflexos a médio e a longo prazo;
- a introdução de mudanças difíceis sem desenvolver uma estratégia de mobilização adequada.

Escola Secundária de Caldas das Taipas

Análise do Relatório de Avaliação Externa

APRECIÇÃO GLOBAL

No que diz respeito ao conteúdo, o relatório revela uma síntese concisa e, simultaneamente, minuciosa que, na nossa opinião, caracteriza com propriedade aqueles que são os traços distintivos e essenciais da Escola. Nessa medida, resulta gratificante que, com tão pouco tempo de contacto com a instituição, a equipa de avaliação tenha percepcionado com tão grande acuidade os elementos que lhe permitiram uma caracterização rigorosa da Escola Secundária de Caldas das Taipas.

Nessa medida, somos levados a concluir pela existência de evidências, porventura, abundantes ou, pelo menos, suficientes para fundamentar as conclusões e os juízos avaliativos do Grupo de Trabalho. Com esta experiência comprova-se, uma vez mais, como um “olhar externo e mais afastado” revela e releva aspectos que, pela habituação e pela proximidade passam despercebidos aos “olhares internos”, por mais críticos e objectivos que pretendam ser.

Naturalmente, algumas opiniões poderiam ser ajustadas em função de uma oportunidade posterior de apresentação de evidências adicionais mas, no caso em apreço, não seriam de molde a alterar significativamente a apreciação formulada.

Quanto à estrutura do relatório, parece-nos que a sua leitura resultaria mais clara se a apreciação global incluída na parte III fosse apresentada após a análise de fundamentação inserida na parte IV. Feita na ordem em que é apresentada, a leitura é mais difícil, mais ambígua e menos pacífica. Lida previamente a fundamentação completa, a súmula que sustenta o juízo avaliativo global de cada um dos domínios chave do desempenho educativo resulta muito mais esclarecedora.

A elevada qualidade do relatório, desafia-nos também a uma discussão minuciosa, pelo que a maior parte das apreciações que fazemos de seguida devem ser tomadas mais como sugestões de aperfeiçoamento, do que como propostas de alterações substanciais. Aliás, algumas das precisões adiante sugeridas resultam mais das cautelas que a diversidade de leitores e de leituras potenciais do relatório recomendam, do que de divergências profundas quanto às formulações apresentadas pela Equipa de Avaliação.

APRECIÇÕES ESPECÍFICAS

II – Enquadramento

- o A tipologia ES24 destina-se ao acolhimento de 24 turmas em regime normal, podendo funcionar em desdobramento com 36 turmas.
- o Importa corrigir os nºs de alunos em 2005/06: Em regime diurno a Escola teve, 1087 alunos (e não 900), sendo 191 do 3º ciclo (18%), 551 (51%) do secundário geral e 342 (32%) dos cursos tecnológicos. Houve ainda 69 alunos do Ensino Recorrente Nocturno, sendo 18 (26%) do 3º ciclo e 51 (74%) do secundário.
- o Relativamente ao nº de professores deve corrigir-se para 111 enquanto o nº de funcionários não docentes deve ser corrigido para 31.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

- o O facto de a Escola vir sendo “a melhor do ranking no concelho de Guimarães” não é uma “bandeira” relevante para a Escola enquanto instituição, nem para os seus órgãos, embora

admita que o possa ser para alguns dos “corpos” da comunidade escolar (alunos e pais, em particular), como resulta evidente da leitura do ponto 2.7 da parte IV.

2. Prestação do serviço educativo

- o A Escola não tem Psicóloga de Quadro - deve salientar-se que a Psicóloga está em regime de contrato de prestação de serviços eventuais apenas suportada por financiamentos próprios da Escola, razão pela qual apenas presta apoio 2 dias por semana.
- o Onde se lê “*Curso Tecnológico de Termalismo*” deve ler-se “*Curso Profissional de Técnico de Termalismo*”.
- o Quando se lê “na constituição inicial das turmas, são seguidos critérios de homogeneização por notas de ingresso”, pode induzir-se a ideia de turmas uniformizadas por notas, ou seja, turmas de bons alunos e turmas de alunos mais fracos. Ora, a política da Escola é precisamente o oposto, ou seja, os alunos com boas notas de ingresso, como os alunos mais fracos ou os repetentes são dispersos pelas diversas turmas do mesmo curso.
- o A propósito da substituição da oferta de ensino recorrente deve referir-se mais concretamente os Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) de tipo B2 e B3 (2º e 3 ciclo) e a certificação por reconhecimento e validação de competências através do Centro de RVCC. No futuro próximo, ambos estes sistemas podem vir a possibilitar a qualificação de nível III.

3. Organização e gestão escolar

- o Apesar de 84% dos docentes pertencerem a Quadros de Escola, apenas 75% pertenciam ao Quadro da Escola, o que é um valor relativamente baixo o que demonstra ainda uma grande rotação anual de pessoal docente. Aliás, 40% do total de docentes fazia, em 2005/06, o 1º ou o 2º ano de exercício nesta Escola.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

- o Os processos de avaliação interna incidem sistematicamente, não só na apreciação do funcionamento das Direcções de Turma e respectivas Coordenações, como também no funcionamento dos Departamentos Curriculares e respectivas Secções.

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

- o Será exagerada a afirmação: “*O facto da Escola ser “a melhor do ranking no concelho de Guimarães” foi enfatizado por todos os intervenientes.*” Onde se lê *todos* poderia ler-se *vários* ou *alguns*.

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

- o Deve ser suprimida a frase: “*Com o quadro de honra a Escola reconhece os alunos que se destacaram nas actividades curriculares.*” A Escola não tem o clássico Quadro de Honra. Os processos de reconhecimento público do mérito escolar são promovidos e patrocinados por entidades externas.
- o Nas aulas de AOE há controlo da assiduidade e marcação de faltas aos alunos, embora, como decorre da natureza daquela componente local de enriquecimento curricular, *não haja lugar a eventual exclusão por faltas.*

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

- o Na divulgação interna de ofertas aos alunos do 9º ano da Escola é feito um relevante trabalho de articulação. Na divulgação das ofertas formativas junto das EB2,3 da região envolvem-se regularmente *alguns* Coordenadores das Secções Curriculares e também *alguns* Directores de Curso (Tecnológicos) e, *sempre*, o Coordenador dos Directores de Turma.

2.2 Diferenciação e Apoios

- o Ver observação anterior às condições em que a Psicóloga presta serviço na Escola.

2.3 Abrangência do Currículo

- o Ver observação anterior a propósito da estratégia da Escola para alargamento da oferta formativa (Cursos EFA e Centro de RVCC)
- o O enunciado dos projectos integrados na Oficina de Comunicação deve referir a “Revista Impressões” e o “Anuário”. Como projecto relevante de enriquecimento curricular merece ainda referência o “Clube de Actividades de Ar Livre”, o “Grupo de Teatro” e a Biblioteca/Centro de Recursos Educativos.

3. Organização e gestão escolar

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

- o No final da 3ª linha da pág. 8 há um “resíduo” de texto a retirar.

3.4 Ligação às Famílias

- o O jornal Notícias do Trigo é editado em cada trimestre lectivo. Foi vencedor do 1º concurso de jornalismo escolar do Gabinete de Imprensa de Guimarães e teve já uma Menção Honrosa no concurso de jornais escolares promovido pelo Público.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

- o Neste tópico parece-nos que seria pertinente uma referência às apostas feitas no domínio das ofertas no quadro da *Iniciativa Novas Oportunidades* – o Centro de RVCC e o lançamento dos Cursos EFA, em substituição do Ensino Recorrente (cujo encerramento vinha sendo preparado e que se encontra no último ano de funcionamento).

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

- o No enunciado das publicações escolares deve ser acrescentado o jornal “Trigo” e onde se lê “Aquário” deve ler-se “Anuário”.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

- o Na referência aos processos sistemáticos de avaliação interna, como dissemos anteriormente, deve fazer-se referência também à avaliação do funcionamento dos Departamentos e Secções Curriculares, bem como dos Projectos, Apoios e Complementos Educativos (AOE, Sala de Estudos, etc), resultados escolares e actividades em geral.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

- o Parece-nos “delicada” a referência a uma “debilidade cultural”, seria mais pertinente e objectivo uma referência às baixas qualificações escolares da população residente.

V – Considerações finais

- o Atendendo à diversidade dos destinatários e das finalidades para que um documento deste tipo se orienta, seria pertinente uma separação clara entre as oportunidades de melhoria que dependem essencialmente da Escola enquanto organização e aquelas que dependem principalmente da administração educativa ou quadro normativo-legal em vigor.
- o No enunciado dos *pontos fortes* importa corrigir as “gralhas” existentes.
- o No enunciado das debilidades a referência a um elevado absentismo é manifestamente exagerada nos exactos termos em que está formulada. De facto existem muito poucos docentes (literalmente 2 ou 3) com muito elevado nível de absentismo e apenas alguns (3 ou 4) com absentismo muito acima da média. Uma monitorização minuciosa, feita a propósito da avaliação das actividades de substituição implementadas no 3º ciclo, demonstrou, no final deste ano, a perda de 7% das aulas previstas. Mostrou ainda que há uma esmagadora maioria de docentes com excelente assiduidade e muito poucos com absentismo muito acima da média.
- o Ainda no enunciado das debilidades, seria pertinente a inclusão de uma referência aos problemas e limitações que resultam da falta de um Pavilhão Gimnodesportivo e de um Auditório.
- o Na previsão de dificuldades futuras, a referência ao problema da toxicodependência é ambígua, descontextualizada e potencialmente geradora de leituras muito diversas e incorrectas. A este propósito, o controlo actualizado internamente tem resultado numa ausência de evidências que indiciem fenómenos de toxicodependência *no interior* do estabelecimento de ensino. Por outro lado, embora não haja registo na parte anterior do texto, os avaliadores podem ter colhido testemunhos de problemas de toxicodependência *nas áreas envolventes exteriores à Escola*. Sendo expressamente feita essa precisão, a observação ganha alguma pertinência.

Caldas das Taipas, 21 de Julho de 2006.

José Augusto Araújo
Presidente do Conselho Executivo
Escola Secundária de Caldas das Taipas



Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas
A/C Exmº Senhor Dr. Pedro Guedes de Oliveira
Rua António Carneiro, 8
4349 – 003 Porto

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

Ofº. – **00784**
Procº. –

14 de Julho de 2006

ASSUNTO: **ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA.**

Junto enviamos a análise crítica do relatório de avaliação externa elaborada pela Assembleia de Escola em reunião de 12 de Julho.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente do Conselho Executivo,

Maria Estela da Silva Dória

LA/PC

ANÁLISE CRÍTICA DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

1. Resultados

Concordamos com a análise efectuada, mas gostaríamos de esclarecer que, quando é referido em II - **Enquadramento** “as taxas de transição são bastante fracas, colocando a Escola perto dos percentis mais baixos (só cerca de 5% das Escolas apresentam taxas tão baixas)”, devemos referir que a comparação deve ser referenciada apenas às Escolas com IDS semelhante ao nosso(que, tal como nas outras Escolas de Lisboa, é o mais alto do país, o que só por si já pode ser discutível).

Uma imprecisão: O ensino recorrente não é por blocos capitalizáveis.

2. Prestação do serviço educativo

Sendo verdadeira a referência às difíceis relações a montante com escolas do 3º CEB, é no entanto de referir que as tentativas de aproximação têm sido sempre de nossa iniciativa, embora as respostas sejam negativas ou inexistentes.

É de referir que no presente ano lectivo ainda não há oferta de CEF's na Escola.

A referência à não existência de uma estratégia que dê atenção ao desempenho dos professores na distribuição do serviço docente, não é totalmente correcta, uma vez que a atribuição de turmas, nomeadamente do 12º ano tem este factor em consideração, não só do C. Executivo, mas dos próprios departamentos. A crítica é no entanto válida nos outros casos, principalmente no ensino básico.

Relativamente à política de inclusão é de referir a existência há pelo menos 8 anos do Projecto “Português para estrangeiros” ininterruptamente, com uma equipa coordenada pela mesma professora (com boa vontade mas também com horas de crédito), e que tem obtido excelentes resultados.

3. Organização e gestão escolar

Não é totalmente correcta a referência que, “as áreas curriculares não disciplinares são todas atribuídas aos Directores de Turma sem critério definido”. Isso sucede apenas com a Formação Cívica por imposição legal. É igualmente de referir que na própria atribuição das Direcções de Turma estão sempre presentes critérios de qualidade e de ligação à Escola dos professores, sendo excepcionais os casos em que as turmas são atribuídas a professores não pertencentes ao quadro da Escola.

Não entendemos a referência de que o “desempenho dos professores é apenas avaliado de acordo com a legislação em vigor”. Sugere-se que a Escola poderia (deveria?) ter outro sistema complementar de avaliação do desempenho docente?

Quanto à qualidade e acessibilidade dos recursos, é referido que “a nível dos laboratórios das ciências experimentais as condições são escassas e os recursos insuficientes”. No entanto, tem sido política da Escola satisfazer todas as requisições de

material que, quer o Departamento de Ciências Físicas e Naturais quer outros têm efectuado, pelo que a informação prestada não foi correcta.

4. Liderança

Pensamos que o papel da Assembleia poderá ser mais interventivo na definição de políticas orientadoras da actividade da Escola, embora dificilmente possa ser mais activo, considerando as competências deste órgão.

Não é feita qualquer referência aos protocolos existentes com as Juntas de Freguesia adjacentes, algo pouco vulgar na cidade de Lisboa, e de que a Escola muito tem beneficiado (inclusivamente a nível financeiro). Existem igualmente protocolos com as Universidades que têm estagiários aqui colocados e que têm sido igualmente uma mais valia para a Escola, nomeadamente ao nível da formação de professores.

5. Considerações finais

Concordamos globalmente com a avaliação efectuada, sendo no entanto de referir que apenas por uma vez (na gestão imediatamente anterior) um Conselho Executivo não conseguiu terminar o seu mandato, o que não corrobora a referência a “uma grande instabilidade da gestão, ao longo dos últimos anos”.

Com os melhores e *personais* cumprimentos.

Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, 14 de Julho de 2006

O Presidente da Assembleia



Luís Almeida



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

Ex.mo Sr.
Coordenador do Grupo de Trabalho para a
Avaliação das Escolas

Rua António Carneiro, 8
4349-003 PORTO

Sua Referência

Sua Comunicação
E-mail de 5/7/2006

Nossa Referência

Data

ASSUNTO: Relatório de Avaliação Externa

Acusamos a recepção do e-mail supra-referido e do relatório provisório de avaliação externa desta escola, a ele anexo, o qual nos mereceu a melhor atenção.

Pese embora estarmos em plena época de exames e na preparação do novo ano lectivo (matrículas, constituição de turmas e distribuição de serviço), o mesmo foi entregue a todos os membros da comunidade educativa que participaram directamente no processo, nomeadamente nas audições que a equipa levou a cabo.

Da sua leitura atenta e, sem prejuízo do contraditório que exerceremos de seguida, percebe-se que a equipa de avaliadores, que dispôs apenas de dois dias para entrevistar os vários intervenientes, reteve uma imagem desta escola que nos parece globalmente correcta e próxima da realidade.

Registamos muito positivamente o profissionalismo, a elevação e a simpatia com que os membros da equipa levaram a cabo o seu trabalho, nomeadamente nos contactos com os vários elementos da comunidade educativa.

Quanto ao relatório e às suas conclusões / considerações finais, parece-nos pertinente e acertado dizer o seguinte:

1. QUANTO AOS FACTOS

- a. Esta escola tinha 80 alunos inscritos no 8º Ano e não 50 como é referido na página 2 (II - Enquadramento).
- b. Refere-se, no 1º parágrafo da página 3, que os alunos que frequentam a escola são *maioritariamente da classe média e média-alta*. No mesmo sentido, se afirma no 1º parágrafo da página 5 que a população servida pela escola é *privilegiada em*



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

termos socio-económicos e culturais. Na nossa opinião, estas afirmações carecem de fundamentação. Com efeito, alguns alunos serão da classe média e média-alta. Algumas das famílias que servimos serão económica e culturalmente privilegiadas. No entanto, temos sérias dúvidas que estas constituam a maioria.

- c. Em todo o documento existe uma omissão que reputamos grave e de que consideramos sermos os principais responsáveis: com efeito, nos n.ºs 1.1, 2.1 e 2.2 do capítulo IV, refere-se várias vezes o excelente trabalho da psicóloga, da assistente social e do SPO na prestação do Serviço Educativo da escola, mas não se refere o excelente e imprescindível contributo que tem dado a docente de apoio educativo e todo o Núcleo de Apoio Educativo (NPA), quer aos alunos com necessidades educativas especiais, quer aos alunos oriundos dos países estrangeiros, quer ao nível das salas de estudo. Solicitamos a correcção desta injusta omissão.
- d. Nas considerações finais (penúltima consideração), é referido que a ESEQ *teve apenas 10 turmas de 10º Ano, contra 15 no ano anterior.* Ora, de facto, a ESEQ teve 11 turmas de 10º Ano e não 10.

2. QUANTO ÀS OPINIÕES / CONSIDERAÇÕES

Partilhamos com a equipa avaliativa as seguintes opiniões / considerações:

- a. Que a ESEQ é reconhecida pela comunidade que serve como sendo uma escola onde se cultiva a exigência;
- b. Que os alunos da ESEQ obtêm resultados escolares satisfatórios (bastante positivos) quando comparados com os resultados obtidos a nível nacional;
- c. Que o bom comportamento e a disciplina são valorizados na escola e se constituem como um dos seus pontos fortes;
- d. Que a escola proporciona apoios educativos e oportunidades de aprendizagem a todos os alunos, num ambiente de justiça e equidade;
- e. Que a ESEQ proporciona um clima de bom relacionamento e de respeito entre todos os membros da comunidade escolar;



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

- f. Que a coordenação e articulação intra-departamental é desigual e ainda incipiente. (A este respeito, o Conselho Executivo iniciará em Setembro um programa de acção que tentará melhorar este ponto negativo);
- g. Que a ESEQ tem uma linha de desenvolvimento estratégico (escola vocacionada para a formação de alunos que pretendem prosseguir estudos superiores) e que essa linha ou objectivo estratégico é reconhecido e partilhado pela comunidade educativa, tendo a escola vindo a obter bons resultados no prosseguimento deste objectivo;
- h. Que os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno... garantem estabilidade e um progresso sustentado no rumo que escolheu.

Não partilhamos, pelo contrário, discordamos das seguintes opiniões / considerações da equipa avaliativa:

- i. *A participação e desenvolvimento cívico dos alunos são bastante incipientes e não ocupam o centro das preocupações da comunidade escolar (p.3).*

É nossa firme convicção que o desenvolvimento cívico dos alunos da ESEQ é excelente e se mede com o dos alunos de qualquer escola nacional ou estrangeira, seja pública ou privada. Por conseguinte, o desenvolvimento cívico dos alunos da ESEQ não é incipiente, mas sim notável.

Quanto à participação cívica, consideramos que a mesma é a necessária e adequada à boa formação do carácter e ao exercício pleno da cidadania dos alunos. Além de que é aquela que os alunos e as famílias consideram bastante.

Por outro lado e salvo melhor opinião, numa escola secundária pública, a participação e o desenvolvimento cívico dos alunos nunca ocuparam o *centro das preocupações da comunidade escolar*. O desenvolvimento cívico e a participação são duas dimensões muito importantes na formação do indivíduo, estão inscritas nos projectos educativos das escolas, (curiosamente, o mesmo não acontece ao nível dos planos curriculares e programas prescritos pelo Ministério da Educação), mas não são o centro de preocupação da comunidade escolar, nem a principal missão da escola, como bem percebem os alunos e as suas famílias.



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

Dito de outra forma: a participação cívica dos alunos da ESEQ na escola é aquela que eles e as suas famílias consideram mais ajustada aos seus interesses. Portanto, não é incipiente, mas sim judiciosa, apropriada, consentânea.

- j. *No entanto, dado esta visão assentar fundamentalmente na continuidade de uma missão e acção já centenárias, não são induzidas na comunidade escolar atitudes de inovação e mudança, quer em termos de projecto educativo quer em termos de metodologias pedagógicas. Fica pois prejudicada a abertura à inovação e a procura activa de novos projectos ou parcerias enquanto elementos mais centrais do processo de ensino-aprendizagem (p.4).*
- k. *Ainda que realizando com eficácia grande parte das suas tarefas pedagógicas, trata-se de uma escola pouco dada à inovação, quer em termos de metodologias do ensino/aprendizagem, quer no âmbito da sua acção pedagógica. (p.10).*

Ao contrário do que afirmam e parecem defender os avaliadores externos, os bons resultados escolares dos alunos desta escola e o respeito e confiança que a comunidade educativa nela deposita advêm, precisamente, do facto de a escola não viver em mudanças permanentes, nem em sucessivas inovações, nem de projectos arrojados e fracturantes. Dito de forma mais simples: ao contrário do que sugerem os avaliadores, a Educação e a Escola não precisam de “mudanças” nem de “inovação”. Estão cheias desse maná. Parafraseando Joaquim Azevedo, a Educação e a Escola precisam de melhorias, ou seja, de acções humildes, determinadas e persistentes que permitam ultrapassar fragilidades e melhorar os seus resultados. É o que pensamos que esta escola tem feito e com bons resultados, conforme também reconhecem os avaliadores.

Mas, se observarmos bem e olharmos para o passado recente, vemos que o país tem assistido a constantes “inovações pedagógicas” em resultado das “inovadoras teorias de desenvolvimento curricular” de que são exemplo a escola cultural, a área-escola, as recentes áreas curriculares não disciplinares e as novas metodologias de ensino (projecto e portefólio). Vemos que o país tem assistido a reformas e a revisões curriculares, enfim, tudo medidas muito inovadoras e modernas que, assentes na mudança, auguravam um futuro mais risonho para a educação dos nossos jovens. No entanto, quando olhamos para os resultados destas aberturas à *mudança* e à *inovação*, ficamos esclarecidos.



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

Mas que não se pense que a ESEQ é contra a mudança e a inovação. A escola defende e promove a mudança e a inovação, de acordo com o “paradigma” da melhoria. Ou seja, mudamos e inovamos sempre que a mudança e a inovação nos parecem ser a melhor solução para resolvermos um problema, ultrapassarmos uma dificuldade ou enfrentar um desafio.

Por isso, queremos refutar energeticamente que a ESEQ seja uma escola pouco dada à inovação (à boa inovação). Bastaria vermos que a ESEQ está ligada à Internet (multiposto) desde 1995, possui domínio registado desde 2001, utilizada software de gestão de alunos, de pessoal, de horários, da acção social escolar, do inventário, da biblioteca, enfim. Foi escola piloto na revisão curricular decorrente do Decreto-Lei nº 286/89; foi das primeiras escolas do país a instalar todos os órgãos de gestão e estruturas intermédias, no quadro do Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas; foi convidada para organizar os Encontros Nacionais do Ensino Secundário; foi das primeiras escolas do país a desenvolver projectos de apoio educativo a alunos oriundos de países estrangeiros; foi uma das 13 escolas pioneiras a aderir a um projecto de avaliação externa (projecto AVES); os seus docentes e alunos foram pioneiros na utilização das plataformas de ensino à distância, como o comprovam o projecto *Teleduc*, iniciado há 5 anos sobre uma plataforma desenvolvida pelo NIED da Universidade de Campinas do Brasil, utilizando hoje, em paralelo, a Plataforma Moodle; tem feito importantes investimentos nas instalações, em equipamentos informáticos e em novas tecnologias; foi convidada pela *Asociación dos Ensinantes de Ciências de Galicia* “ENCIGA” para organizar o seu XIX Congresso Internacional (o que, talvez, nenhuma escola do país tenha já feito); os alunos dispõem, permanentemente e para além dos existentes nas salas de aula, de 10 postos de acesso livre à Internet, a funcionar mesmo; dispõem de dois jornais diários na Sala de Convívio... Veja-se a página da escola na Internet.

A que falta de inovação se referem os avaliadores?

Das metodologias de ensino-aprendizagem disponíveis, quais as que seriam mais inovadoras que aquelas que utilizamos (e, obviamente de melhor qualidade)? É que, por aquilo que temos observado, muitas escolas “inovam”; muitas outras procedem a mudanças na sua organização interna e, até, na estratégia, mas não temos visto que melhorem, quer nos resultados obtidos pelos alunos quer nos indicadores de gestão... E



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

esta escola, mesmo sendo “pouco dada à inovação” pede meças a qualquer outra nos resultados obtidos pelos seus alunos, na gestão do pessoal, dos equipamentos e dos recursos financeiros.

Por conseguinte, a alegação de que esta escola *é pouco dada à inovação nas metodologias do ensino-aprendizagem e na acção pedagógica*, não nos parece exacta.

- l. *No entanto, a capacidade de resposta da escola a futuras conjunturas mais adversas, quer internas quer externas, parece ser limitada.* (p.4)
- m. *Esta opção estratégica, ainda que claramente assumida, parece ser pouco flexível...* (p.9)
- n. *No entanto, como foi dito anteriormente, a Escola dispõe de uma reduzida flexibilidade nas suas opções estratégicas que, ... tornam a Escola bastante vulnerável em face das alterações que lhe sejam impostas externamente (âmbito de ensino ou de metodologias de aprendizagem) ou internamente alterações ao nível do Conselho Executivo).* (pp.10-11)
- o. *Finalmente e relativamente ao futuro, a Escola poderá encontrar conjunturas adversas, face às quais terá muita dificuldade em reagir, em particular se....* (p.11).

Estas quatro asserções revelam que os avaliadores, mesmo após estudarem a escola e após entrevistarem alguns dos seus membros, mantiveram inalterável ao longo de todo o processo de avaliação a ideia, de algum modo preconceituosa, do nosso ponto de vista, que se traduz da seguinte forma: **Quanto maior for a diversidade da oferta educativa, mais preparada estará uma escola para enfrentar o futuro, melhor serão as suas respostas às conjunturas externas e mais fácil a sua reacção a alterações impostas externamente.**

- Ora, pode ser assim ou não. Nunca a diversidade da oferta educativa de uma escola foi condição *sine qua non* ou apólice de seguro para ser uma boa escola. Para obter bons resultados escolares. Para fazer bem o seu trabalho e cumprir bem a sua missão ou para enfrentar uma conjuntura adversa, como as mudanças de orientação educativa (reforma ou revisões curriculares) ou a alteração de Direcção Executiva.
- A ideia tão em voga nos dias de hoje, na linha, aliás, da agenda política do momento, de que as escolas, todas, devem alargar a sua oferta de modo a que 50% do leque incida sobre vias profissionais ou profissionalizantes, parece estar subjacente às teses



ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS (401675)
Póvoa de Varzim

dos avaliadores acima referidas, nomeadamente, quanto à vulnerabilidade e falta de capacidade de reacção da ESEQ a novas conjunturas.

- Discordamos. A diversidade da oferta educativa das escolas não é, por si só, uma panaceia ou um remédio para os males da educação de hoje, nomeadamente, a falta de saídas profissionais, a repulsa dos jovens pela escola, a resolução dos problemas do desemprego, etc. Nem é garantia de solidez e capacidade para enfrentar conjunturas adversas no futuro.
- Aliás, poderíamos elencar várias escolas, excelentes escolas, públicas e privadas, cuja oferta educativa assenta quase exclusivamente num tipo de cursos e que têm enfrentado com sucesso o futuro e as solicitações da comunidade. Veja-se a título de exemplo a Escola Secundária Aurélia de Sousa no Porto (oferta predominante de cursos de prosseguimento de estudos) e a escola Profissional Bento de Jesus Caraça (oferta exclusiva de cursos profissionais de preparação para a vida activa). Não se pode dizer destas escolas que a sua capacidade para enfrentar, nem que a reduzida variedade de ofertas seja uma vulnerabilidade. Têm a oferta para que estão vocacionados. Oferecem aquilo que sabem fazer bem.

Por último, em nossa opinião, em vários dos itens avaliados, os relatores estruturam as suas apreciações de acordo com uma visão dicotómica de pólos opostos. Parece que houve um posicionamento de espírito, uma espécie de reserva mental, relativamente a alguns itens que obrigou a que a cada avaliação positiva correspondesse, também, uma avaliação negativa que a contrabalançasse. Por isso, no relatório, surgem dezassete vezes a expressão “no entanto” e dez vezes a expressão “mas”.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho Executivo

José Eduardo Lemos de Sousa

Escola Secundária João Gonçalves Zarco

Declaração da Assembleia de Escola sobre o Relatório de Avaliação Externa do Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas

A Assembleia de Escola (AE) tomou conhecimento dos resultados da avaliação externa feita pela Equipa de Avaliação das Escolas e regozija-se e considera justo o reconhecimento da dinâmica da nossa Escola, do seu trabalho centrado no aluno e das suas potencialidades de desenvolvimento futuro.

No entanto, quer expressar algum desacordo com o que se refere no relatório de avaliação externa relativamente à “evidente falta de colaboração entre o Conselho Executivo (CE) e a AE” (p.3), “ a AE em evidente conflito com a Comissão Executiva” (p.7) e na pág.8 repete a “falta de colaboração entre o CE e a AE”, acrescentando “em especial ao nível dos seus presidentes”. Estas apreciações negativas das relações entre os dois órgãos baseiam-se no facto de, nas palavras da Equipa de Avaliação, a AE se “limitar a cumprir estritamente as suas funções de acordo com os normativos legais” (p.3). e no “evidente conflito” que encontrou no relato do presidente da AE relativamente a alguns desentendimentos havidos com o CE.

Ora, a AE discorda das extrapolações da Equipa de Avaliação, baseadas naqueles factos, porque não só dão uma imagem negativa da Escola contraditória com as outras apreciações sobre o seu bom desempenho, como não traduzem o que tem sido as relações entre o CE e a AE. Com efeito, a ponderação cuidada dos factos e do papel da AE, permite a esta Assembleia as seguintes considerações:

1. Os “conflitos” referidos no relatório não foram conflitos, mas desentendimentos pontuais, localizados num certo momento – o início dos trabalhos no presente ano lectivo que agora finda – não tendo revestido forma continuada.
2. A AE tem colaborado com o órgão executivo, apreciando os documentos que tem de aprovar. Fê-lo com sentido da responsabilidade, visto que enunciou alguns dos problemas do funcionamento da escola, desde os mais correntes até às dificuldades de inter-relação e comunicação e elaborou recomendações escritas no

sentido de alterar ou melhorar o PEE, tentando dar um contributo para explicitar com clareza uma das vertentes da missão da escola.

3. Uma AE representativa das comunidades escolar e local não pode ser esvaziada do seu sentido crítico e não deve recear intervenções menos conformadas por parte de algum dos seus membros. Pelo contrário, a dinâmica e o enriquecimento das instituições desenvolve-se pelo trabalho e cooperação, mas também não evitando desacordos nem ocultando eventuais tensões que, assumidas de forma aberta, têm efeitos positivos, porque permitem ver melhor os problemas e esclarecer equívocos nos relacionamentos e actuações dos seus membros e, assim, melhorar a cooperação no futuro.
4. O que ocorreu não foram “conflitos” e “faltas de cooperação” entre os dois órgãos, como refere o relatório em análise, mas apenas problemas pontuais de falhas na comunicação. O verdadeiro significado a retirar do que podemos considerar como uma situação de “crise” conjuntural é o de permitir consciencializar para os problemas e preparar para a mudança.
5. Se, citando a comissão de avaliação, a AE se tem “limitado a cumprir estritamente as suas funções legais”, a verdade é que a lei não lhe atribui funções executivas, mas a função máxima de definir as grandes linhas de orientação estratégica, ou seja, a missão da Escola, que é uma função pouco visível mas que merecerá, no futuro, mais empenhamento desta Assembleia, esperando maior colaboração entre todas as entidades da comunidade educativa.

O Presidente da Assembleia de Escola

Miguel Cristo

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

Proposta de alterações/justificações da ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHEIRO E ROSA 10/9/2006

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHEIRO E ROSA

JUNHO DE 2006

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

I – Introdução

O presente Relatório refere-se à avaliação externa da Escola Secundária Pinheiro e Rosa, em Faro, realizada nos dias 9 e 10 de Maio de 2006, no âmbito da fase piloto de avaliação externa de estabelecimentos de educação e ensino, a que a Escola se candidatou. Este processo, em curso no âmbito do Ministério da Educação, é da responsabilidade do grupo de trabalho instituído, para o efeito, por despacho conjunto do Ministros das Finanças e Educação (Anexo 1).

Esta fase piloto tem como objectivos ouvir e observar cada escola, recolhendo evidências que permitam identificar pontos fortes e fracos no seu desempenho, bem como as oportunidades de desenvolvimento criadas e os constrangimentos a ultrapassar, com vista a ser disponibilizado um conjunto de informações que constitua um instrumento de regulação interna e de prestação de contas sobre a qualidade dos desempenhos escolares, indispensáveis à administração e à sociedade em geral.

Além da observação directa e da análise documental realizada pela equipa externa, a escola procedeu à sua própria apresentação de acordo com um guião previamente definido (Anexo 2). Em sequência, foram entrevistados e ouvidos em sucessivos painéis, as estruturas de direcção, gestão e administração bem como as de orientação pedagógica da escola, representantes dos serviços de orientação e apoios educativos, dos alunos, dos funcionários não docentes e de pais e encarregados de educação.

Desta avaliação resultaram classificações dos níveis de desempenho escolar alcançado em cinco domínios chave (Anexo 3):

- Resultados
- Prestação do serviço educativo
- Organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-avaliação e de progresso da escola

Cada domínio chave foi operacionalizado recorrendo a um conjunto de factores que os sustentam e classificado de acordo com uma escala de avaliação de quatro níveis. (Anexo 4)

A equipa de avaliação não pode deixar de registar a atitude de colaboração e solicitude demonstrada pela Escola, neste processo, nomeadamente no que se refere à documentação fornecida e à logística das entrevistas.

II – Enquadramento

A escola foi criada em 1994/95 como escola secundária com o 3º ciclo e instalada em edifício construído de raiz e apetrechada com os equipamentos básicos em termos de salas de aula, laboratórios, oficinas e biblioteca. Actualmente por alteração da demografia,

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

funciona como escola secundária com ofertas de formação de nível 2 nas áreas tecnológicas.

Correcção:

Actualmente por alteração da demografia, funciona como escola secundária com ofertas de formação de nível 2 e 3 nas áreas tecnológicas.

O edifício apresenta-se bem cuidado, sendo evidente a atenção prestada à sua manutenção, sem sinais de degradação ou vandalização, apesar da sua localização periférica e das características da população que tem servido, predominantemente de estratos sociais económica e culturalmente débeis.

Progressivamente as instalações têm sido alargadas e melhoradas, tendo sido providenciada a construção de instalações desportivas, novos laboratórios (física, química, biologia e informática), salas de aula e de trabalho, bem como um auditório confortável. Para além das oficinas para madeiras e construção civil, devem ser mencionados a biblioteca escolar e o centro de recursos, pelo seu nível de qualidade. No que se refere aos recursos informáticos destacam-se o acesso generalizado à Internet de banda larga, a vulgarização do uso do computador por alunos e professores (a escola dispõe de cerca de 150 computadores e um servidor), bem como a informatização dos serviços administrativos, e a formação generalizada de todo o pessoal em TIC.

Correcção:

No que se refere aos recursos informáticos destacam-se o acesso generalizado à Internet de banda larga, a vulgarização do uso do computador por alunos e professores (a escola dispõe de cerca de 150 computadores e 15 servidores)...

Os diferentes departamentos curriculares partilham salas de trabalho e computadores para professores e os directores de turma dispõem de espaços próprios para receber encarregados de educação com privacidade.

Neste momento a oferta educativa é essencialmente centrada em cursos do ensino secundário (científico e humanísticos e tecnológicos em regime diurno e ensino recorrente nocturno),

Correcção:

Científico - humanísticos

sendo também oferecidos cursos profissionais, cursos de especialização tecnológica (CET) e cursos de educação e formação (CEF), nível 2, nas áreas da construção civil e informática, em regime diurno e nocturno.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Correcção:

... cursos de educação e formação (CEF), nível 2 e 3, nas áreas da construção civil e informática, em regime diurno e nocturno

A população escolar é de cerca de 800 alunos, tendo cerca de **100** professores, na sua larga maioria do quadro de nomeação definitiva e 48 funcionários não docentes.

Correcção:

*... tendo cerca de **115** professores ...*

A escola não dispõe de Serviço de Orientação e Psicologia próprio, dispondo apenas de um dia por semana do apoio de um técnico de orientação, que é partilhado por outras escolas. Para apoio aos alunos foi criado um Gabinete de Apoio ao Jovem, o GAJ.

Devido à oferta educativa, a população escolar duplicou nos últimos três anos lectivos, abrangendo alunos provenientes do concelho de Faro, bem como de outros concelhos do Algarve, que procuram os cursos **profissionais** e CEFs.

Correcção:

*... que procuram os cursos **tecnológicos** e os CEFs*

Tal facto é tanto mais significativo, quanto nas outras escolas secundárias da cidade, a população escolar diminuiu para cerca de metade.

Enquanto estes novos cursos têm oferecido experiências de sucesso escolar – 90% dos alunos obtêm sucesso, no ensino secundário, quer nos cursos gerais, quer nos cursos tecnológicos, **observam-se elevadas taxas de insucesso em disciplinas como a matemática, física e biologia, e ainda português, inglês e espanhol, em especial no 12º ano.** A percentagem de alunos que abandonam ou anulam a matrícula no 12º ano é igualmente muito elevado, sobretudo em disciplinas específicas

A disciplina de Espanhol é leccionada na nossa escola desde o ano lectivo 1997/98 e nunca houve uma reprovação, nem sequer nos exames nacionais. Pelo contrário, nos exames nacionais de 2004/2005 a média dos exames de Espanhol, dos alunos internos,

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

foi de 15,5 valores! Também nunca houve abandono escolar a esta disciplina e apenas houve uma anulação de matrícula neste ano lectivo (2005/2006).

Relativamente à disciplina de Inglês também não se verifica insucesso escolar desde há dois anos lectivos, que, curiosamente, correspondem ao período de implementação dos novos programas. Estes, ao irem mais ao encontro dos gostos dos alunos, propiciam a sua aprendizagem, uma aprendizagem mais efectiva e com melhores resultados. Tal facto foi referido o ano passado, em relatórios periódicos, enviados à Direcção Regional de Educação do Algarve sobre a implementação dos novos programas. A única situação de insucesso em Inglês verificou-se na turma do 11º Ano do Curso Tecnológico de Desporto, o que, ao longo dos dois anos (10º e 11º), foi sendo alvo de constantes preocupações e adaptações das planificações por parte da docente e referenciado em Conselho Pedagógico.

De referir ainda que a taxa de insucesso a Biologia é muito baixa tendo em quase todas as turmas sido de 100% de sucesso.

De referir também que a taxa de insucesso a Português também não é muito elevada pois das 12 turmas do 10º ano existente em 2004/2005 a taxa de insucesso foi de cerca de 25% (considerando classificações inferiores a 10 valores, sendo que muitas classificações são de 8 e 9 valores e os alunos transitam recuperando posteriormente) 6 turmas e muito inferior nas restantes 6 turmas. No 11º e 12º anos a taxa de insucesso no Português é muito reduzida.

As taxas de insucesso a Matemática e a Física são realmente muito altas nos Cursos Tecnológicos pelo que a escola tem tentado canalizar estes alunos para os CEF sem o conseguir, em muitos casos.

III – Domínios chave do desempenho educativo - Síntese e classificação

1. Resultados

Suficiente

Neste domínio a escola revela situações em que os pontos fortes e fracos se contrabalançam, revelando frequentemente desempenhos muito positivos e uma acção mobilizadora, intencional e sistemática em áreas parcelares da vida e do funcionamento da escola, sobretudo no que se refere a ofertas curriculares alternativas orientadas para a inserção no mundo do trabalho. Esta é uma área que a escola gostaria de desenvolver e expandir, tendo em conta o tipo de alavancas do sucesso que tem vindo a construir.

Porém, no que se refere aos cursos regulares do ensino secundário a escola tem sido menos sucedida, existindo um desencanto progressivo com os cursos tecnológicos, que se orientam menos para a vida activa e não se diferenciam suficientemente dos cursos gerais em termos de exigência académica.

Sendo certo que esta ultima afirmação é verdadeira não me parece que esta situação possa de todo ser imputada à escola uma vez que ela deriva do próprio sistema educativo tendo a escola tentado resolver esta situação criando alternativas aos cursos tecnológicos sendo que hoje existem poucas turmas de cursos tecnológicos na escola (ao contrario de há alguns anos atrás).

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Decorrente do próprio enunciado do PEE, são mais valorizados os factores que afectam o clima emocional e afectivo da escola e o bem-estar dos alunos, do que o sucesso académico.

A escola não se revê nesta afirmação uma vez que sendo certo que damos uma especial importância às relações entre as pessoas que diariamente frequentam esta casa e ao seu bem estar, seja emocional seja físico, temos a plena consciência que no final o que conta são os resultados académicos. Privilegiamos sim, esse bem estar como forma de melhor atingir o sucesso académico.

De referir que se a escola não estivesse preocupada com o sucesso académico dos nossos alunos não teria criado apoios facultativos, mas com uma regularidade semanal, na biblioteca, apoio às disciplinas com exame nacional que foram implementados durante todo o ano lectivo, apoio aos exames após o terminus das aulas em que os professores de disciplinas, com exames nacionais, leccionaram aulas de preparação para esses exames, em horário semanal e definido pela escola.

Para além disso, os horários são elaborados tendo sempre em conta os alunos com disciplinas em atraso para que esses alunos se possam matricular nessas disciplinas e obter sucesso mais rapidamente.

Uma faixa importante da população, mal caracterizada, parece não o conseguir alcançar, transitando com muitas disciplinas em atraso, apesar da escola ter criado diferentes tipos de apoio aos alunos nestas condições e desenvolvido uma política de reconhecimento e incentivo ao mérito e ao sucesso. A diferença entre as médias das classificações internas e as médias obtidas nos exames nacionais é muito elevada.

Não me parece que seja correcta a ultima afirmação uma vez que essa diferença ronda os dois valores (uma média de diferença de 1,81 em 2002/2003, 1,71 em 2003/2004, 1,87 em 2004/2005) conforme foi publicado nos jornais que elaboraram os rankings de cada um dos respectivos anos (envia-se em anexo copia desses jornais)

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A escola revela bastantes pontos fortes, nomeadamente no que se refere à articulação entre áreas curriculares, à organização de apoios e à diferenciação de percursos escolares, ainda que o controlo da eficácia dos mesmos não pareça sistemático nem baseado em indicadores objectivos. Apesar da actividade lectiva, em grande número de disciplinas, ser conduzida de uma forma centrada no professor e tradicional, a actividade educativa, planeada anualmente, revela uma visão abrangente e criativa de um currículo não formal, reflectida no grande número de actividades, competições e projectos, procurando diferentes oportunidades de sucesso, de modo a estimular nos alunos o gosto de aprender, competir e ganhar. A escola dispõe de um conjunto de professores muito competente e comprometido

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

com a equidade e justiça do serviço educativo. Por isso, para além de orientar a sua acção no sentido do reforço da motivação dos alunos e da sua auto-estima, desenvolveu formas de trabalho cooperativo para encontrar respostas que melhorem o desempenho dos alunos e aumentem a confiança nos resultados da escola, embora, muitas vezes por força do empenho e iniciativa individuais.

3. Organização e gestão escolar

Bom

Neste critério a escola revela muitos pontos fortes, na medida em que de uma forma sistemática e intencional tem vindo a prosseguir uma estratégia de melhoria de condições de trabalho, de reorganização e modernização dos espaços e dos recursos, com base em procedimentos bem definidos e mobilizadores. Contudo, ainda não foram encontradas soluções para a gestão de recursos humanos que melhorem a eficácia global da escola, correspondendo a uma estratégia bem definida e realizada com determinação. A atribuição das direcções de turma não segue critérios que evidenciem uma estratégia clara, não havendo uma selecção de acordo com perfis previamente definidos..

4. Liderança

Muito Bom

Com destaque para o carisma do presidente do Conselho Executivo que demonstra ter visão e uma estratégia para a escola que a torne uma mais valia para o sistema educativo na região, a escola dispõe de muito boas lideranças de topo e intermédias, que de forma sistemática e intencional desenvolvem uma acção mobilizadora, com procedimentos bem definidos que lhes dão um carácter sustentado e sustentável no tempo. Alguns elementos que não se enquadram nesta apreciação não apagam a abertura à inovação que predomina, nem o envolvimento em projectos mobilizadores para novas áreas do conhecimento e das expressões artísticas e desportivas, nem a mobilização para o aperfeiçoamento contínuo revelado por excelentes equipas de professores

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

Bom

Neste critério a escola apresenta muitos pontos fortes sobretudo no que se refere ao progresso da escola, considerando a acção sistemática e intencional com que tem vindo a responder aos desafios de oferecer melhor educação e garantir capacidade de resposta às populações que serve. A capacidade de auto-regulação que tem revelado decorre mais da capacidade individual de diagnóstico e de reflexão do que de um processo sistemático organizacional consolidado. Considerando a capacidade de aperfeiçoamento contínuo que tem sido demonstrada, os procedimentos de auto-avaliação iniciados poderão contribuir para desenvolver uma estratégia de melhoria sistémica sustentada, com efeitos múltiplos na qualidade do funcionamento e dos resultados, menos dependentes de esforços individuais, por vezes fragmentados.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

IV – Análise dos factores por domínio

1. Resultados

1.1 Sucesso Académico

Na percepção dos responsáveis da Escola e da comunidade educativa regista-se uma melhoria global no sucesso escolar dos alunos, com destaque para os Cursos CEF, onde se registam taxas de 90% de sucesso. **Tal facto contribui para que a escola tenda a medir o seu sucesso pela procura e resultados que esta oferta específica tem tido.**

Não medimos o sucesso da escola pelo sucesso dos CEF mas apostamos também nesta via como forma de canalizar os alunos, com grandes taxas de reprovação nos cursos gerais e nos cursos tecnológicos, para esta alternativa. Para além disso temos oferecido cursos CEF, equivalentes ao 9º ano (nível 2), como forma de criar alternativas profissionalizantes para os alunos repetentes do 9º ano (de referir que a escola não lecciona 9º ano pelo que estes cursos destinam-se a alunos que vêm de outras escolas do concelho de Faro, dado que as escolas básicas do concelho não oferecem este tipo de cursos).

Temos consciência que são tipos de sucesso completamente diferentes; aquilo de que nos orgulhamos é de, com esse tipo de oferta formativa, contribuirmos para o sucesso social e pessoal de jovens que se encontravam em risco de abandono e de insucesso, em que as probabilidades eram mais de se afundarem do que se aguentarem. Com este tipo de oferta formativa estamos a contribuir para a formação de cidadãos mais responsáveis e bem sucedidos e, em muitos casos, para que muitos jovens recuperem a dignidade perdida e se integram no sistema educativo e posteriormente no mundo do trabalho.

No que se refere aos cursos gerais e tecnológicos do ensino secundário regular, há um elevado número de alunos com disciplinas em atraso, altas taxas de insucesso e de abandono ou anulação de matrícula, sobretudo em disciplinas específicas, independentemente da dimensão da turma.

O elevado número de alunos com disciplinas em atraso e de insucesso é apenas nos cursos tecnológicos.

A comunidade educativa tem uma noção imprecisa de sucesso, ainda não confrontada com um trabalho de análise e reflexão sobre os mesmos, incidindo e comparando disciplinas, turmas ou mesmo outras escolas com ofertas educativas semelhantes.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Apesar de ter diminuído a diferença entre as classificações internas e as notas de exame nacional do 12º ano, que chegou a ser de 6 valores, essas diferenças mantêm-se elevadas. Os resultados escolares nos cursos secundários, comparados com os referentes nacionais, colocam a escola no grupo das que se situam abaixo da mediana nacional.

Os resultados nacionais dos exames foram nos últimos anos:

Ano 2002/2003

A escola ficou colocada nos Ranking's em 162ª lugar tendo uma média de CIF – CE sido de 1,81 valores sendo que a maior diferença se registou a Física com 6,23 valores.

Ano 2003/2004

A escola ficou colocada nos Ranking's em 59ª lugar (Jornal o Público) tendo uma média de CIF – CE sido de 1,71 valores sendo que a maior diferença se registou a Biologia com 3,65 valores.

Ano 2004/2005

A escola ficou colocada nos Ranking's em 347ª lugar (Jornal o Público) tendo uma média de CIF – CE sido de 1,87 valores sendo que a maior diferença se registou a Biologia com 2,94 valores.

Ver anexos

1.2 Valorização dos Saberes e da Aprendizagem

A escola presta muita atenção a factores que considera determinantes do sucesso, como o bom ambiente, o conforto, a empatia, o trabalho cooperativo e a articulação curricular, e tal é reconhecido por toda a comunidade educativa.

O sucesso ou o êxito são reconhecidos, tendo sido instituídos quadros de valor e prémios de mérito em várias áreas de actividade, que actuam não só como reconhecimento mas também como estímulo das várias expressões do sucesso, do trabalho e do empenho.

Existem diversas iniciativas e muito bons projectos para despertar o gosto pelo saber e estimular as aprendizagens, sobretudo a níveis de maior exigência, envolvendo outras escolas concelhias da região, e outras instituições como as Universidades do Algarve ou de Aveiro. São exemplo a organização das olimpíadas da matemática, da física, da química e do ambiente, as “pinheiradas,” neste caso envolvendo diferentes áreas do saber e das expressões artísticas e desportivas, ou os diversos clubes, da Astronomia aos Trilhos da Arte, do Jornal da Escola ao Sítio na Internet.

Estão organizados diversos clubes complementares das aprendizagens das várias disciplinas, com destaque para a multimédia e TIC, e é assegurada a participação em diversos projectos nacionais e internacionais, destinados a promover o intercâmbio entre escolas geminadas, a divulgar a educação científica, as humanidades e expressões artísticas, envolvendo professores e alunos ao longo do ano.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

1.3 Comportamento e Disciplina

Apesar de existirem pequenas bolsas de alunos marcados por experiências e percursos escolares negativos, o comportamento e a atitude dos alunos face à escola e ao estudo são muito bons, sobretudo junto daqueles que encontraram alternativas, tendo-se verificado uma diminuição de situações de indisciplina. A acção junto dos que se encontram menos motivados e menos sucedidos tem contribuído para resolver problemas, o que pode ser considerado um dos pontos fortes desta escola. Merece destaque o trabalho das tutorias junto de alunos que acumulam problemas emocionais decorrentes de relações familiares difíceis.

Os alunos conhecem bem a articulação hierárquica na escola.

1.4 Participação e Desenvolvimento Cívico

Existe grande preocupação em promover um espírito de corpo e sentido de pertença em todos os membros da comunidade educativa, nomeadamente criando situações de festa, convívio e competição, sendo evidente, como ponto forte, o bom clima e o relacionamento entre alunos, docentes e funcionários não docentes, mesmo quando se registam algumas observações dissonantes.

É notória a aceitação da autoridade e a participação com orgulho nas iniciativas da escola. Todavia a participação como estratégia educativa para uma vida cívica activa e responsável será menos conseguida quer em termos da discussão ou mesmo do conhecimento dos instrumentos estruturantes da vida da escola. Os alunos, tal como os encarregados de educação, não participaram na discussão, ou desconhecem mesmo, o projecto educativo, o plano anual de actividades ou o regulamento interno e as suas normas de conduta. Apenas os docentes mostraram conhecer bem e ter estado envolvidos em processos sistemáticos de consulta e decisão desses instrumentos.

Quando se elaborou os diversos documentos da escola, em 2002/2004, todos foram chamados a participar, desde os pais individualmente à Associação de Pais e Encarregados de Educação. É de referir que estes documentos foram elaborados há já três anos e a maioria dos Encarregados de Educação que estão hoje na escola não o estavam há três anos. O Projecto educativo da escola encontra-se em reformulação e os Pais já foram ouvidos através de questionário e o documento brevemente será posto a discussão pública.

Para além disso, todos os anos, a escola no dia da recepção dos alunos e no primeiro dia de aulas, entrega a todos os alunos uma pasta contendo o Regulamento Interno, o Projecto Educativo e outros documentos de divulgação de projectos/actividades da escola, pelo que ninguém pode alegar desconhecer os diversos documentos. Todos estes documentos encontram-se na biblioteca e na página web da escola para consulta.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e Sequencialidade

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Verifica-se que existe, como estratégia programada, a articulação curricular entre alguns departamentos, nomeadamente entre Português e Filosofia e entre Física e Biologia, o que pode ser considerado um ponto forte desta escola, nomeadamente enquanto expressão de uma abordagem interdisciplinar e experimental.

Existem boas iniciativas individuais de articulação entre professores, mas para além da tentativa de uniformização de critérios de actuação, nomeadamente para diagnóstico de conhecimentos e de competências em todas as turmas, no início de cada ano, não existem mecanismos que facilitem o planeamento conjunto e articulado dentro e entre departamentos. Constitui, neste campo, um constrangimento, a mobilidade dos docentes (cerca de 30%), a não continuidade do par professor / turma dentro do ciclo de estudos, a não existência sistemática de trabalho cooperativo (aleadamente por dificuldades de horário e de espaços de trabalho), bem como **a atribuição da direcção de turma sem obedecer a critérios de selecção adequados**, constituindo, assim, um ponto fraco.

A escola tem definido, em Conselho Pedagógico, critérios para atribuição das Direcções de Turma. No entanto não tem poderes para os aplicar pois as direcções de turma servem para completar o horário dos docentes. A título de exemplo veja-se: seis docentes do departamento curricular de matemática têm 20 horas de componente lectiva. Cada turma tem seis tempos de matemática. Assim todos os docentes do departamento curricular de matemática têm 3 turmas mais uma direcção de turma, obrigatoriamente.

É de destacar que o departamento de Física, perseguindo uma estratégia educativa de médio a longo prazo, desenvolve um projecto em parceria com as escolas locais do primeiro ciclo no âmbito do estudo do meio físico e social que tem como objectivos desenvolver a aprendizagem experimental e o espírito científico nas crianças, tendo sido formadas equipas diversificadas para acompanhar as crianças, o que se considera um ponto forte do serviço educativo.

Releva-se a grande atenção prestada à organização de um considerável número de clubes e projectos, ainda que nem sempre seja visível a sua articulação com o currículo formal ou com o ensino regular em sala de aula.

2.2 Diferenciação e Apoios

Devido ao elevado número de alunos com disciplinas em atraso, a escola presta grande atenção à constituição de turmas, de modo a viabilizar a frequência das aulas por níveis diferenciados ou por regimes intensivos, iniciativa que torna mais complexa a organização da escola, obrigando a rentabilizar espaços e tempos, mas cujos resultados compensam o esforço.

São iniciativas muito positivas a organização de diferentes estratégias de apoio aos alunos, nomeadamente as de tipo APA ou de “recuperação” para os que revelam mais dificuldades de aprendizagem ou têm matérias em atraso, tendo sido criado um serviço específico no âmbito da Biblioteca Escolar e do Centro de Recursos. Em paralelo, são também organizados apoios de preparação para exame final. Destaca-se, ainda, o apoio no ensino específico do português destinado aos alunos estrangeiros.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

No que se refere às necessidades de orientação e apoio psicológico, a escola conta apenas com a disponibilidade de um dia de trabalho semanal de um técnico orientador disponibilizado pelo SPO em que está integrada, o que se revela manifestamente insuficiente e, apesar das diligências para dispor de um serviço próprio e autónomo, não tem obtido resposta das entidades competentes. Para colmatar esta deficiência foram criados dois gabinetes de apoio ao jovem, um com finalidades de prevenção e acompanhamento de comportamentos de risco e de informação sobre questões relacionadas com a educação para a saúde (GAJ), cujo impacto inicial se tem vindo a reduzir, e outro orientado para a informação e orientação para o mercado de trabalho e a vida activa (GAIVA), que se tem revelado muito importante considerando os índices de procura e o leque de acções desenvolvidas.

Em articulação com a direcção de turma, foram instituídas tutorias para alunos com problemas emocionais e afectivos e que revelam dificuldades na organização do seu percurso escolar, de integração na escola ou na turma, ou comportamentos desviantes. Não se dispõe de apoios adequados para alunos com necessidades educativas de carácter permanente.

2.3 Abrangência do Currículo

Apesar dos constrangimentos ao sucesso nos cursos secundários regulares já identificados, a escola desenvolve uma muito boa oferta educativa complementar, ou integrada nos planos de estudo, em que se valorizam as componentes activas e experimentais das ciências e as dimensões culturais e sociais, com particular destaque para as diferentes expressões artísticas, do teatro à música, da pintura à dança e às artes manuais.

Neste âmbito, merece referência o programa de trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Jovem na área da Educação para a Saúde que abrange várias componentes, da sexualidade à vida saudável. Na luta contra o tabagismo, a escola aderiu a um projecto de “escolas sem fumo”, tendo-se verificado uma redução dos fumadores e do consumo de tabaco entre jovens e adultos, que ficou restrito aos espaços exteriores à vedação da escola, no passeio público.

De referir, ainda, a preocupação em alargar as fronteiras da escola abrindo-se à colaboração com outras instituições, actores e espaços, preparando e organizando visitas de estudo que os alunos e os professores pagam, convidando palestrantes e estabelecendo protocolos e parcerias. Estas estratégias contribuem largamente para um relacionamento professor / aluno muito positivo e aberto.

2.4 Oportunidades de Aprendizagem

Sempre que “possível e entendido recomendável”, procura-se manter a continuidade pedagógica, fixando os alunos e os professores às turmas, sobretudo nos CEFs. Nos cursos do ensino secundário regular não existe essa preocupação.

Esta preocupação existem em todos os cursos mas devido ao aumento do número de turmas, na escola, os professores do quadro não conseguem assegurar a leccionação de todas as turmas. Assim para que algumas turmas não fiquem só com professores que não

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

são do quadro da escola é necessário efectuar uma distribuição de serviço cuidada por forma a que as turmas tenham o máximo de professores do quadro da escola.

Existe a preocupação em estimular a assiduidade e a pontualidade, tendo sido instituídos prémios para os alunos, docentes e funcionários que nunca faltam. O absentismo está circunscrito a grupos de alunos, nos quais há vários que perdem o direito à frequência por ultrapassarem o limite legal de faltas.

Os alunos consideram que existe transparência e justiça na avaliação das suas aprendizagens e coerência entre o que é ensinado nas aulas e avaliado nos testes. Muitos professores discutem com os alunos os seus critérios de avaliação e promovem a auto-avaliação. Se for preciso, os professores dão aulas suplementares para que sejam cumpridos os programas. Os alunos, tal como os encarregados de educação, acreditam que existem bons resultados e uma “cultura de exigência”, mesmo que não saibam defini-la, nem conheçam com precisão quais os níveis de sucesso da escola por ano ou nos exames.

Existe a consciência de que, apesar do trabalho desenvolvido com os professores e da evolução gradual que se tem observado, as práticas lectivas não se terão alterado, mantendo-se o padrão da aula centrada no trabalho do professor, por força da extensão dos programas e da pressão dos exames. Os dirigentes da escola têm a noção de que “as pedagogias activas têm que ser discutidas e implementadas” e que se torna necessário trabalhar e apoiar a actividade em sala de aula, para dar o salto que se impõe.

2.5 Equidade e Justiça

Os alunos consideram que existe transparência e justiça no modo como são tratados e avaliados, com regras que dizem conhecer.

A escola, de um modo geral, pauta-se por critérios de equidade e justiça, procurando encontrar soluções diferenciadas que conduzam à dignificação dos resultados. A diminuição dos casos de indisciplina e o sucesso de certas ofertas educativas são evidências significativas.

2.6 Articulação com as Famílias

Existe pouca articulação com as famílias que, em muitos casos, não revelam muita disponibilidade para vir à escola. Apesar de sublinhado que os “Directores de Turma são a cara da escola” a estratégia seguida na sua selecção não favorece o prosseguimento de uma política consistente e segura de articulação com as famílias, que não se sentem envolvidas nem na discussão nem na solução de problemas que afectam os seus educandos, em especial no que se refere ao funcionamento dos CEF.

A escola tem à disposição dos pais, para cada turma, um Director de Curso, um Director de Turma, uma Coordenadora de Curso e o Conselho Executivo que recebe os Pais a qualquer hora e responde por telefone ou por email a qualquer solicitação. De referir que um dos Pais, no final deste ano, colocou uma conjunto de duvidas (sobre o funcionamento dos estágios), por email ao Conselho Executivo e depois de falar com a

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Coordenadora de Curso e a Directora de Turma decidiu-se efectuar uma reunião de Pais para esclarecer todos. Este é o procedimento habitual para qualquer situação.

Os pais não conhecem os documentos estruturantes da organização e da vida da escola. O sistema de informação e comunicação escola / família constitui um ponto fraco apontado.

Todos os anos a escola entrega a todos os alunos uma pasta contendo o Regulamento Interno, o Projecto Educativo e outros documentos de divulgação de projectos/actividades da escola, pelo que ninguém pode alegar desconhecer os diversos documentos. Todos estes documentos encontram-se na biblioteca e na página web da escola para consulta.

2.7 Valorização e Impacto das Aprendizagens na Educação

Os mecanismos de reconhecimento do valor e do mérito têm um efeito muito positivo no moral de todos os actores da escola.

O sucesso da iniciativa CEF contribuiu para reforço da auto-estima de todos os intervenientes e para alterar a auto-imagem, bem como a imagem pública da escola.

Apesar de um relacionamento menos conseguido com as famílias, estas valorizam o empenho da escola em encontrar melhores soluções educativas para os alunos, orientando-os para a vida activa e dando um sentido de importância e utilidade à escola e à educação. Estabelecem muitas comparações, com outras escolas e com esta escola nos seus primeiros quatro anos de funcionamento, para pôr em evidência as diferenças e o salto qualitativo que se pode observar.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Conceção, Planeamento e Desenvolvimento da Actividade

A escola dispõe dos três documentos estruturadores do seu funcionamento e actividade educativa. O projecto educativo, elaborado para o triénio 2003/2006, parte de uma caracterização genérica da escola e do seu contexto e dos resultados de um inquérito de opinião sobre o grau de satisfação da comunidade escolar. É constituído por um longo enunciado de objectivos gerais e de linhas de actuação, sem definição de metas, cuja operacionalização e avaliação se tornará difícil e menos realista.

Os Planos Anuais de Actividade procuram responder aos objectivos e linhas de actuação enunciados indicando um conjunto de acções e projectos a desenvolver pelos Departamentos curriculares, com maior ou menor articulação com as actividades curriculares de sala de aula, ou por coordenadores nomeados para o efeito.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

O planeamento curricular é da responsabilidade dos conselhos de turma, que desenvolvem um trabalho significativo na preparação do ano lectivo, mas que manifestam a sua dificuldade em gerir com eficácia os projectos curriculares de turma.

3.2 Gestão dos Recursos Humanos

O Conselho Executivo dividiu entre si os diferentes pelouros da gestão da escola, de modo a rentabilizar as competências e as características individuais de cada um dos seus membros, que constituem verdadeiros motores de toda a actividade.

Apesar do nível de mobilidade de professores atingir cerca de 30%, a escola dispõe de um bom núcleo de professores estáveis, muitos dos quais em exercício desde a criação da escola, o que tem permitido que a eleição dos coordenadores de departamento tenha recaído em professores dinâmicos e competentes, o que constitui um dos pontos fortes da escola. No sentido de reforçar estas lideranças intermédias e de reforçar a sua responsabilidade, foram agrupados diferentes grupos disciplinares em departamentos e reforçado o seu poder de decisão.

Não foi identificada qualquer estratégia para distribuição do serviço docente,

Existem no regulamento interno critérios definidos para a distribuição do serviço lectivo e, todos os anos o Conselho Pedagógico define como critérios, por exemplo:

A- A distribuição do serviço docente é da responsabilidade do Presidente do Conselho Executivo.

No entanto o Coordenador de Departamento deve apresentar uma proposta de distribuição de serviço docente referente ao seu Departamento.

Esta proposta deve ser elaborada em reunião de Departamento, sob a supervisão do Coordenador, e tendo em conta as aptidões/competências dos docentes do Departamento. No caso em que dois ou mais docentes pretendam uma mesma turma/disciplina/nível a proposta deve ter em conta o estipulado no artigo 38º do Regulamento Interno.

B- Distribuição Curricular:

- 1. O 12º ano deverá ser assegurado por professores profissionalizados.*
- 2. Os Coordenadores de curso serão professores de nomeação definitiva da escola.*
- 3. Cada professor, se possível, não deverá leccionar menos de dois níveis e mais de três, nem ter mais de 7 turmas.*
- 4. Os professores deverão assegurar a continuidade de serviço nas disciplinas bienais e trienais, salvo em situações motivadas por questões pedagógicas devidamente fundamentadas.*
- 5. Não podem ser atribuídas aos docentes turmas em que se encontrem integrados familiares seus.*

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

tal como não existe um plano de formação de docentes, para além das iniciativas individuais de gestão da própria carreira, que responda às necessidades da escola, apesar da consciência clara de que o trabalho de sala de aula precisa de apoio. A iniciativa de partilha de materiais através do Projecto Acessus pode constituir um ponto forte neste campo, se tiver continuidade e for explorado como plataforma interactiva institucional. Não existe uma estratégia para atribuição de direcção de turma, que dispõe de três horas semanais para o exercício de funções.

Existem critérios aprovados em Conselho Pedagógico para atribuição das Direcções de Turma, tais como:

- 1. Os professores deverão ter a totalidade dos alunos da turma.*
- 2. Dever-se-á ter em consideração o interesse, o empenho e a capacidade organizativa e de relacionamento do professor.*
- 3. Se possível, dever-se-á manter o mesmo D.T. do ano lectivo anterior, excepto em situações motivadas por questões relacionais devidamente justificadas.*
- 4. Na medida do possível não devem ser atribuídas duas direcções de turma ao mesmo professor.*

No entanto a escola não os consegue aplicar uma vez que as direcções de turma servem para completar os horários dos docentes.

Os Directores de turma “não se sentem preparados para gerir o Projecto curricular de turma”.

Os serviços administrativos são bem geridos, estão motivados, estão bem equipados e têm uma boa capacidade de resposta.

O pessoal auxiliar da acção educativa é dedicado e responde bem, mas sente falta de formação específica, que valorize as suas funções.

Tendo o Conselho Executivo consciência desta situação está neste momento a ser implementada formação para os funcionários, formação esta que se iniciou em Julho e terminará em Outubro.

3.3 Qualidade e Acessibilidade dos Recursos

Os espaços e instalações são adequados, havendo muito bons recursos informáticos, quer em número de computadores, quer em equipamentos multimédia, ainda que as formações promovidas e o índice de utilização acentue que ainda seria necessário mais investimento. A existência de um servidor permitiu ligações em rede com outras escolas e o desenvolvimento de projectos comuns com forte participação dos alunos.

A existência de vários servidores...

Os espaços estão limpos e há manifesta preocupação com sua manutenção, segurança e salubridade, estando em dia as vistorias às instalações. Foi promovida uma auditoria

ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHEIRO E ROSA - Faro
Setembro, 2006

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

alimentar por iniciativa da escola e desencadeadas acções de formação para o pessoal nesta área.

Existem planos de emergência e têm sido realizadas simulações de operações de salvamento e resgate, com colaboração de organizações sociais e humanitárias locais e do programa “Escola Segura”.

Os laboratórios estão bem equipados, com todo o equipamento e produtos rotulados e guardados em armários fechados, existindo regras de utilização em segurança escritas e visíveis. A utilização intensiva foi tornada possível com o patrocínio e colaboração de entidades locais, que forneceram materiais básicos para a actividade laboratorial.

Todos os materiais necessários à leccionação são adquiridos pela escola

Todos os espaços dispõem de boa acessibilidade.

Existe muito boa capacidade de gerir o orçamento, concorrer a diferentes fontes de financiamento e angariar patrocínios e colaborações.

3.4 Ligação às Famílias

Existe uma Associação de Pais activa e interessada, com assento na Assembleia de Escola e no Conselho Pedagógico, mas sem grande participação directa nas decisões fundamentais da escola, nomeadamente em áreas onde considera que poderia ajudar a resolver alguns problemas de funcionamento, como horários e estágios dos CEF.

O Conselho Executivo revela a maior disponibilidade para atender todos os encarregados de educação, embora não seja clara a política institucional de relacionamento com os mesmos, não existindo um comportamento comum. Deste facto resultam mais atendimentos individuais para resolução de problemas dos educandos do que mobilização das famílias, quer através da Associação, quer através dos pais representantes de turma, cuja participação na vida da escola é fraca. O sistema de informação escola / família revela-se pouco eficaz.

4. Liderança

4.1 Visão e Estratégia

É clara a liderança do Conselho Executivo, que, tendo mantido a continuidade da sua presidência, tem sabido relacionar-se muito bem com a Administração local e regional, e desenvolvido um bom plano de desenvolvimento progressivo, nomeadamente, numa primeira fase, no campo da ampliação e adequação das instalações, reapetrechamento e organização dos espaços, criando uma infra-estrutura funcional e com capacidade de resposta, e numa segunda fase na abertura de áreas de formação mais práticas, que respondam a necessidades e interesses sociais e dos alunos com inadaptação ao ensino regular.

Toda a comunidade escolar está sensibilizada para os problemas de integração na escola e existe a convicção de que as dimensões emocionais e afectivas são condicionantes do desenvolvimento intelectual e cognitivo. Os alunos reconhecem esta característica, nomeadamente nos cursos CEF, onde tem melhorado o desempenho escolar.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

A escola tem promovido diversas iniciativas e organizado competições escolares em áreas científicas envolvendo outras escolas do concelho ou da região, estimulando a aprendizagem e a comparação como outros referentes. Porém, no ensino secundário regular, e em especial nos cursos tecnológicos, a estratégia de melhorar o ensino e as aprendizagens tem sido menos conseguida, sendo muito elevado o número de alunos desmotivados e com fraco sucesso.

4.2 Motivação e Empenho

O Conselho Executivo é muito empenhado na solução de problemas, estimulando as lideranças intermédias e a responsabilidade individual.

Existe uma grande identificação com a escola por parte de toda a comunidade escolar e orgulho nos sucessos alcançados, que têm transformado a escola nos últimos anos. A enorme quantidade de projectos em que a escola está envolvida traduzem a motivação e empenho dos professores que fazem as respectivas propostas que apresentam ao Conselho Pedagógico e mobilizam os alunos. O arranjo dos canteiros e o arranjo das flores nas jarras em todos os gabinetes são um exemplo do cuidado com que os funcionários não docentes tratam do ambiente de trabalho.

4.3 Abertura à Inovação

Em muitos aspectos se pode dizer que a abertura à mudança constitui um ponto forte da escola, determinada por três factores essenciais:

- O recurso sistemático às TIC, cujo departamento tem muita dinâmica e capacidade de motivar e influenciar, estando a escola integrada na rede europeia de escolas inovadoras. Destacam-se, para além de outras iniciativas mais comuns, a criação de um banco de recursos educativos de apoio aos novos currículos, essencialmente orientado para professores, construído a partir de materiais e descrições de actividades de ensino e de aprendizagem bem sucedidas, em diferentes áreas curriculares (Projecto Acessus – www.acessus.net)

Como forma de divulgação deste projecto a outras escolas gostaríamos que no relatório fosse indicado o endereço do site www.acessus.net

com materiais próprios e com referência ao recurso sistemático das TIC e da Internet em sala de aula. Este projecto está aberto neste momento também a professores de outras escolas que queiram participar e desenvolver uma cultura colaborativa.

- O envolvimento em projectos experimentais, promotores de uma atitude face à aprendizagem e ao desenvolvimento de novas competências e conhecimentos. Para além do trabalho com os alunos do ensino secundário, merece destaque o Projecto Despertar para a Ciência, desenvolvido com os alunos do 1º ciclo das escolas do concelho de Faro e com uma equipa de professores dinamizadores.

- A participação em projectos nacionais e internacionais inovadores que têm aberto a escola a outras posturas profissionais, ainda que o seu impacto seja, por enquanto, restrito a grupos de professores e alunos. Merecem destaque o Clube de Astronomia e as suas actividades, mesmo fora dos períodos lectivos, e a sua ligação ao Projecto PARTNeR, desenvolvida em

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

colaboração com as agências espaciais NASA e INTA (Espanha) no campo da radioastronomia, orientado para estudantes.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A escola encontra-se envolvida num conjunto de projectos em parceria com diferentes instituições, nomeadamente de carácter educativo. Tem tido mais dificuldade em estabelecer protocolos com entidades exteriores, da sociedade civil, para encontrar as respostas complementares da acção da escola, especificamente no que se refere a estágios para os cursos CEF.

Sendo certo que existem muitas escolas/instituições a solicitar estágios para os seus formandos não temos tido grande dificuldade em arranjar estágios (dá é trabalho) para os nossos alunos (de referir que neste momento a escola tem quase 70 alunos a estagiar).

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola

5.1 Auto-Avaliação

A escola revela um auto conhecimento mais empírico do que baseado em informação e reflexão sistemáticas.

O procedimento de auto-avaliação foi iniciado no ano activo de 2004/05 e o relatório respectivo só foi concluído recentemente, pelo que não foi ainda circulado e discutido pela comunidade educativa. Este é um procedimento de investigação ambicioso, cuja abrangência e nível de tratamento de dados explica a demora em os disponibilizar, tornando-se por isso menos útil como instrumento de trabalho e de gestão e perdendo visibilidade.

Os resultados dos alunos estão disponíveis por turma, mas esta constitui, por enquanto, a secção do relatório menos analisada e, portanto, menos indutora de uma reflexão consequente

.

5.2 Sustentabilidade do Progresso

A escola mostra uma evolução positiva nos últimos anos. Destacam-se dois factores que mais têm contribuído para essa evolução:

- O clima de escola, a motivação dos professores, a atitude generalizada de empenho e a convicção de que a escola está a responder às necessidades da comunidade educativa;
 - A procura que a escola tem tido nos últimos anos, ao mesmo tempo que as outras escolas secundárias têm diminuído a sua população escolar, o que indicia que as ofertas educativas respondem à necessidade social. É um ponto forte a divulgação que tem sido feita junto de todos os alunos que frequentam o 9º ano nas escolas do concelho e concelhos limítrofes.
- Os êxitos que se verificam, nomeadamente com a organização dos CEF, obrigarão brevemente a escola a confrontar-se com a necessidade de garantir estágios e integração no mercado de trabalho, o que não dependendo da escola, poderá vir a afectar a continuidade da procura.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

No que se refere aos cursos do ensino secundário, as necessidades de melhorar os índices de sucesso não são sustentadas por uma estratégia identificável, uma vez que os dispositivos desencadeados de apoio às disciplinas em atraso e a preparação para exames não parecem ser suficientes ou adequadas aos alunos que mais precisam. A atitude de desencanto dos alunos dos cursos tecnológicos, sobretudo face ao que sucede nos CEF, torna urgente um plano de relançamento daqueles cursos de nível secundário.

V – Considerações finais

Esta escola caracteriza-se por um conjunto de pontos fortes donde se destacam:

- o Conselho Executivo que é dinâmico, experiente e dispõe de uma larga base de apoio;
- o empenho e a mobilização da comunidade escolar
- um bom grupo de coordenadores de departamento curricular criativos, dinamizadores dos seus grupos disciplinares, empenhados em desenvolver uma educação e uma experiência escolar rica e diversificada, atentos às exigências do currículo nacional
- as iniciativas no campo dos complementos educativos e do enriquecimento curricular
- a atenção à integração de professores e alunos e o cuidado em melhorar as condições de trabalho quer em termos de recursos e infra-estrutura, quer em termos relacionais e afectivos.
- a especial atenção que o apetrechamento, divulgação e utilização das TIC merecem, em termos materiais, de recursos humanos e das inovações que têm sido introduzidas;
- a estratégia de reconhecimento do mérito e do valor, abrangendo toda a comunidade escolar.

Constituem áreas de maior debilidade:

- os baixos níveis de sucesso alcançado nos cursos regulares do ensino secundário, nomeadamente em disciplinas específicas, sendo de sublinhar o absentismo e as elevadas taxas de abandono em disciplinas terminais de ciclo;

Parece-nos a nós que esta situação se aplica mais aos cursos tecnológicos.

- a menor relevância do desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos como meta e como prioridade, face à valorização do bem estar e do desenvolvimento emocional e afectivo;

Pelo que já referimos atrás não concordamos de todo com esta afirmação.

- a fraca integração das famílias na discussão e na solução de problemas em que poderiam ser mediadoras com a sociedade civil.

GRUPO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

- o modo como são atribuídas e geridas as direcções de turma, pouco envolvidas na gestão dos respectivos projectos curriculares e sem capacidade de liderança dos respectivos conselhos;

Sendo certo que isto é um ponto fraco e que gostaríamos de inverter a situação entendemos que a escola não pode ser responsabilizada por esta situação pois não depende de nós altera-la.

- a não existência de um plano de formação de professores centrado nas necessidades da escola, especificamente nas questões do ensino e da aprendizagem no ensino secundário, que ajude a gizar uma estratégia bem sucedida que as iniciativas compensatórias ou de remediação não têm conseguido.

Podem constituir verdadeiras oportunidades ou alavancas de progresso, nesta escola, a qualidade profissional de um grupo numeroso de docentes, capaz de introduzir práticas de trabalho cooperativo; a vontade de afirmação da escola como uma instituição especializada em vias certificadas de educação secundária orientadas para a inserção na vida activa; os dispositivos de recolha e tratamento de informação que permitem passar de um diagnóstico de necessidades baseado em percepções para uma análise objectiva e um planeamento estratégico; a qualidade da sua infra-estrutura, a rede de contactos e articulações, que existe formal e informalmente com outras escolas da região.

Rogério Bacalhau Coelho
Presidente do Conselho Executivo
22 de Julho de 2006

Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro – Mem Martins

Se ainda fosse possível, os dois pontos a seguir mencionados deveriam ser corrigidos:

II – Enquadramento

Relativamente a este ponto verifica-se um lapso na indicação da percentagem de alunos abrangidos pelo SASE que no ano lectivo 2005/2006 era de 26,6% no conjunto do Agrupamento, dos quais 80% com o escalão A. No presente ano lectivo mantêm-se percentagens idênticas.

IV – Análise dos factores por domínio

5.1. Auto-avaliação

No relatório vem referido que a actividade do Observatório de Qualidade “se extinguiu com o falecimento da respectiva coordenadora”. Esta conclusão decorreu de alguma falha na comunicação, uma vez que não corresponde aos factos. O referido Observatório de Qualidade extinguiu-se por ter deixado de ser obrigatório, deixando de haver a possibilidade de atribuir horas a professores para o desenvolvimento da sua actividade.

Relativamente ao julgamento feito pelo Grupo de Trabalho, não pretendemos apresentar uma contestação ao documento recebido, mas gostaríamos de clarificar alguns aspectos:

III – Domínios chave do desempenho educativo

1 – Resultados

O facto de os clubes não funcionarem com um horário de abertura mais alargado não corresponde a uma falta de investimento nos mesmos, mas decorre apenas de os mesmos funcionarem com as horas da componente não lectiva dos horários dos docentes. Sendo esse número limitado e havendo necessidade de as distribuir por variadas necessidades, houve até a preocupação de responder às solicitações do maior número possível de alunos, concentrando-os nas horas (final do turno da manhã/início do turno da tarde) em que os alunos estão mais disponíveis.

5. Capacidade de auto-regulação e progresso do agrupamento

Gostaríamos de informar que, no espírito de total disponibilidade para o nosso aperfeiçoamento, em 2006/2007 foi criado um grupo de auto-avaliação que está em fase

de elaboração de um projecto estruturado que irá apresentar em breve à comunidade escolar.

IV – Análise dos factores por domínio

3.1. Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O lançamento do Projecto Educativo foi efectivamente da responsabilidade de um grupo escolhido pelo órgão de gestão. No entanto, no seu desenvolvimento participou, de diferentes formas e em diferentes níveis, toda a comunidade educativa. Assim, foram realizados “workshops” com a participação de cerca de 50 pessoas, entre pais, funcionários e professores, membros do Conselho Pedagógico, da Assembleia de Escola, dos Conselhos de Docentes, das Associações de Pais, do Conselho Executivo e dos Coordenadores de Estabelecimento com o objectivo de serem identificadas áreas prioritárias de intervenção e de definirem orientações para vários documentos (Projectos Curriculares, PAA). Os participantes nesses “workshops” debateram as várias questões em análise nos respectivos grupos, assumindo aí um papel de dinamizadores da discussão e de representantes dos mesmos grupos. Os alunos não participaram nos “workshops”, mas discutiram o Projecto Educativo nas aulas de Formação Cívica e apresentaram as suas propostas.

Questionário aos avaliadores

Responda às questões seguintes em formato livre (*excepto na pergunta 2.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte*):

1. Como avalia a preparação das visitas:

- a. Reuniões prévias às visitas
- b. A estrutura e dimensão das equipas
- c. A informação sobre as escolas fornecida previamente às visitas. Informações adicionais, sobre o sistema de ensino e gestão escolar, que acharia importante ter recebido.

2. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. “Tópicos para a apresentação da escola”
 - i. Pertinência dos tópicos seleccionados
 - ii. Sugestão de outros tópicos relevantes
- b. “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”
 - i. Apreciação global
 - ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 - 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)
 - 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?
 - 3. As designações dos factores são claras?
 - iii. Perguntas ilustrativas de cada factor e a sua adequação à designação do factor correspondente
 - 1. As perguntas são suficientemente ilustrativas dos factores a que se referem? Quais são menos?
 - 2. As perguntas ilustrativas são claras e relevantes?
 - 3. Há outras perguntas que fosse importante fazer?
 - iv. Escala de avaliação – níveis de classificação e seu significado

3. Como avalia a visita:

- a. Duração
- b. Organização da visita
- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas
- d. Orientação das reuniões
- e. Outros comentários relevantes

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					
1.3 Comportamento e disciplina					
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					
2.2 Diferenciação e apoios					
2.3 Abrangência do currículo					
2.4 Oportunidades de aprendizagem					
2.5 Equidade e justiça					
2.6 Articulação com as famílias					
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					
3.2 Gestão dos recursos humanos					
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					
3.4 Ligação às famílias					

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					
4.2 Motivação e empenho					
4.3 Abertura à inovação					
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					
5.2 Sustentabilidade do progresso					

Nome do Avaliador: _____

Data: _____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (*excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte*):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. "Tópicos para a apresentação da escola"
 - i. Pertinência dos tópicos seleccionados
 - ii. Sugestão de outros tópicos relevantes
- b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"
 - i. Apreciação global
 - ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)
 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?
- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?
- c. Outros comentários relevantes.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração
- b. Organização da visita
- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas
- d. Orientação das reuniões
- e. Outros comentários relevantes

4. Sobre o relatório produzido:

- a. Estrutura
- b. Clareza do texto
- c. Focalização no essencial dos domínios-chave
- d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola
- e. Outros comentários relevantes

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					
1.3 Comportamento e disciplina					
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					
2.2 Diferenciação e apoios					
2.3 Abrangência do currículo					
2.4 Oportunidades de aprendizagem					
2.5 Equidade e justiça					
2.6 Articulação com as famílias					
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					
3.2 Gestão dos recursos humanos					
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					
3.4 Ligação às famílias					

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					
4.2 Motivação e empenho					
4.3 Abertura à inovação					
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					
5.2 Sustentabilidade do progresso					

Escola (ou Agrupamento): _____

Nome: _____

Função: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. "Tópicos para a apresentação da escola"

i. Pertinência dos tópicos seleccionados

Todos os tópicos seleccionados são pertinentes para a apresentação da Escola aos avaliadores, bem como para um exercício de auto-reconhecimento, ou seja, de como os actores estratégicos da organização observam e caracterização a organização.

ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

A principal lacuna prende-se com a não inclusão de uma caracterização da Escola em termos humanos. A caracterização da população discente, docente e não docente, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos. Importa saber as características gerais dos alunos, origem geográfica, escolaridade dos pais, distribuição por idades, sexos, anos, cursos, etc. Relativamente aos profissionais, as habilitações, situação na carreira, natureza do vínculo, idades, tempo de serviço, tempo de permanência na escola, etc. No que nos diz respeito, sentimos a absoluta necessidade de incluir esses elementos e parece-nos que eles foram úteis para o grupo de avaliadores.

A taxa de ocupação da Escola é um factor da maior relevância. Em rigor, a análise dos recursos físicos, materiais e humanos torna-se irrelevante não tendo como referente a dimensão da população discente. Por outro lado, todos os aspectos da qualidade do serviço são condicionados por aquele factor.

b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"

i. Apreciação global

O quadro de referência é suficientemente abrangente para incluir todos os aspectos relevantes da acção organizacional de uma Escola e para oferecer uma imagem suficientemente precisa do seu funcionamento. No entanto, o exercício avaliativo não poderá deixar de atender a variáveis de contexto. Não devendo ser tomado como uma fatalidade, o contexto constitui uma realidade limitadora dos efeitos da acção organizacional. Assim, embora passível de aplicação universal, o referencial não deve deixar de ser aferido em função de algumas variáveis de contexto independentes da organização – nomeadamente as características sócio-culturais das famílias de origem dos alunos. Essas características não podem ser tomadas através de indicadores únicos e muito falíveis, como a proporção de alunos subsidiados, nem por indicadores demasiado genéricos, como o índice de desenvolvimento concelhio. Elas devem resultar do cruzamento de um mais vasto conjunto de indicadores, entre os quais, na nossa opinião, estão o nível de escolarização dos pais, o acesso a meios culturais e suportes de informação em ambiente doméstico (jornais, livros, computadores, internet, etc), a situação económica da família e os índices de escolarização do território. Com a devida antecedência, estes dados podem ser facilmente obtidos para qualquer Escola. Na linha do que sucede no âmbito do programa AVES, seria então apropriado fazer exercícios comparativos mais justos, entre Escolas caracterizadas como actuando em contextos sociais idênticos.

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Todos os factores incluídos são relevantes. Ainda assim, importa ter presente que em muitos casos, não está ao alcance da Escola a plena efectividade de todos eles. Por exemplo, no que diz respeito à articulação com as famílias, as melhores medidas não garantem o envolvimento efectivo das famílias. Nessa medida, a acção da escola terá de ser avaliada mais pelos processos do que pelos resultados.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

As pessoas e as estruturas envolveram-se activamente nesta experiência de avaliação. A preparação foi boa, tendo em conta o muito escasso período de tempo que antecedeu a visita dos avaliadores. Na maior parte dos painéis houve necessidade de restringir o número de participantes que se dispunham participar.

- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

No caso concreto o esforço foi relevante, dada a muito escassa antecedência da marcação da visita. Sendo feito com maior antecedência, pelo menos 1 mês, parece-nos que a preparação e organização da visita, bem como a compilação da informação documental pedida terá um impacto insignificante. Nesta matéria, importa apenas evitar momentos mais complicados do ano lectivo, como são a última quinzena de cada período e o último mês do ano nas escolas secundárias devido ao trabalho de organização e preparação dos exames.

- c. Outros comentários relevantes.

O envio de documentação em suporte de papel deve ser limitado ao que não exista noutro suporte. Deve privilegiar-se o envio por correio electrónico e o acesso remoto através das plataformas digitais de que a Escola disponha e onde já estejam publicadas.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração

A duração da visita é extremamente curta e exige um controlo de tempo demasiado rígido. Apenas planeamentos muito rigorosos e avaliadores muito criteriosos na gestão do tempo poderão cumprir um cronograma de acções tão compacto. Por outro lado, este aspecto pode tornar-se num elemento desestabilizador do processo.

- b. Organização da visita

A sequência de painéis é adequada, embora demasiado apertada em termos de tempo. Para algumas questões, talvez fosse pertinente a existência de um guião estruturado que permitisse melhor preparação, nomeadamente, uma selecção prévia de evidências ilustrativas dos aspectos a avaliar. Poderá ser pertinente abrir a possibilidade de realizar um ou dois painéis em horário pós-laboral.

- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas.

Nos casos em que existam, as Associações de Estudantes não podem deixar de integrar os painéis das entrevistas. O mesmo sucede com os Coordenadores de Directores de Turma, cuja presença deverá ser obrigatória na reunião com os DT. Os critérios de selecção da composição dos painéis devem ser mais flexíveis, para poderem ser adaptados a cada Escola. A mobilização dos Pais Representantes de Turma é complicada e poderá remeter para a realização de um ou dois painéis em horário pós-laboral.

- d. Orientação das reuniões

As reuniões foram orientadas num registo adequado, com o rigor adequado a uma difícil gestão do tempo e com a abertura suficiente. Num contexto de maior exigência a difícil gestão do tempo poderá constituir um factor de pressão, tanto dos avaliadores como dos participantes dos painéis, passível de gerar um clima mais difícil de gerir.

- e. Outros comentários relevantes

Pessoalmente, gostaríamos de uma avaliação externa que implicasse um contacto mais prolongado. A complexidade da organização assim o recomenda. Seria igualmente pertinente a possibilidade de observações menos formatadas e mais diversificadas. Igualmente importante, será a atenção a informação quantitativa mais abundante, nomeadamente no que diz respeito aos resultados escolares.

Considerando as implicações logísticas de tal opção, poderia até ser equacionada uma periodicidade mais larga – bienal, por exemplo. Aliás, um ano pode ser escasso para obter melhorias com significado e, principalmente, observar mudanças sustentáveis e ganhos consolidados.

4. Sobre o relatório produzido:

a. Estrutura

A leitura do relatório resultaria muito mais clara se a apreciação global incluída na parte III fosse apresentada após a análise de fundamentação inserida na parte IV. Feita na ordem em que é apresentada, a leitura é mais difícil, mais ambígua e menos pacífica. Lida previamente a fundamentação completa, a súmula que sustenta o juízo avaliativo global de cada um dos domínios chave do desempenho educativo resulta muito mais esclarecedora.

A diversidade de leituras e de leitores a que o relatório final se destina, partindo do princípio que será, pelo menos, pela Escola divulgado a toda a comunidade local, recomenda, na nossa opinião, parte final a separação clara das oportunidades de melhoria que, no essencial, dependem da Escola, daquelas que dependem fundamentalmente de acções e decisões de outras instâncias e actores (administração educativa, decisores políticos ou famílias, por exemplo).

b. Clareza do texto

O texto é claro e conciso. O registo linguístico usado ajusta-se, até onde pode fazê-lo sem perder rigor, à maioria dos leitores. A extensão é apropriada e a fundamentação é suportada em evidências suficientes. Para facilitar o escrutínio de qualquer outra arte interessada, a parte final poderia conter uma referência às principais fontes documentais usadas (nomeadamente, às que estejam publicadas no sítio digital da Escola). Na perspectiva de diferentes leitores e leituras, poderia igualmente ser apropriada a inclusão de um quadro com informação quantitativa padronizada, de forma a possibilitar exercícios comparativos mais fáceis.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave.

O texto revela um elevado apuramento, centrando-se nas questões essenciais que marcam a acção organizacional. A inclusão de mais informação quantitativa poderia tornar mais clara a fundamentação de alguns juízos avaliativos.

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola.

A apreciação devolvida é passível de ser usada em processos de melhoria. Nessa medida, importa que ela possa comprometer também a administração educativa, nas matérias em que dela dependam as melhorias a obter. Assim, parece-nos que importa desenvolver um momento formal ou informal em que a administração educativa (DRE's, CE's ou outras instâncias) sejam também confrontadas com os resultados das avaliações externas das Escolas das áreas geográficas ou nas áreas funcionais que tutelam.

e. Outros comentários relevantes

Seria pertinente a realização de uma reunião de discussão de uma primeira versão do relatório, para permitir a apresentação de evidências não consideradas na visita original e que possam ser pertinentes para a avaliação.

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

A avaliação externa e a avaliação interna (este conceito parece-nos muito mais apropriado que o de auto-avaliação) são complementares. Na nossa concepção, essas duas formas de concretizar a avaliação institucional são, de facto, complementares e validam-se mutuamente. A avaliação interna, porque assenta na auto-avaliação e tem como objecto realidades próximas, é permeável a distorções de análise e à criação de convicções ilusórias. A convivência directa e prolongada com as dinâmicas organizacionais e a participação corrente na acção organizacional pode, facilmente, induzir tanto a naturalização e desvalorização das deficiências, como a banalização dos méritos. Assim, periodicamente, é essencial a confrontação dos olhares internos com olhares externos, desde que qualificados, apurados e independentes.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X	
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X	
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo					X
2.4 Oportunidades de aprendizagem					X
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias				X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos					X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					X
3.4 Ligação às famílias				X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

Escola (ou Agrupamento): Escola Secundária de Caldas das Taipas

Nome: José Augusto Araújo

Função: Presidente do Conselho Executivo

Data: 22 de Julho de 2006

Assinatura:_____

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS (GUIMARÃES)
RUA PROFESSOR MANUEL JOSÉ PEREIRA, 611 FAX: 253 479 892
4 805-128 CALDAS DAS TAIPAS

A

**DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DO NORTE**

(ao cuidado da Equipa de Avaliação Externa)

Rua António Carneiro, 8

4349-003 PORTO

Caldas das Taipas, 24.07.2006

ASSUNTO: Avaliação externa

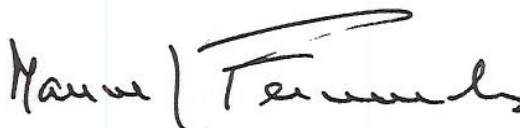
Envio do Questionário às Escolas

Exmos Senhores:

Sou a enviar em anexo, a resposta ao questionário enviada às Escolas a propósito da avaliação externa.

Sem outro assunto, subscrevo-me respeitosamente,

O Presidente da Assembleia de Escola



ESCOLA SECUNDARIA DE CALHES DAS TABOAS (GIMNÁSIO)
RUA PROFESSOR MANUEL JOSE PEREIRA, 411
4605-128 CALHES DAS TABOAS

A
DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DO NORTE
(no âmbito do Grupo de Avaliação Externa)
Rua António Carneiro, 8
4540-005 PORTO

Calhès das Taboas, 24 de Junho
A SENHORA AVALIAÇÃO EXTERNA
Título do Questionário da Escola

Estimada Senhora:
Sem a menor embaraço, a resposta ao questionário enviado à Escola é por parte
da avaliação externa.
Sem outro assunto, subscrevo-me respeitosamente.

O Presidente da Assembleia da Escola



Assim sendo, a resposta ao questionário enviado à Escola é por parte
da avaliação externa.
Sem outro assunto, subscrevo-me respeitosamente.

QUESTIONÁRIO ÀS ESCOLAS

1. Como avalia os documentos fornecidos

a. "Tópicos para a apresentação da escola"

Os tópicos para apresentação da Escola, por serem diversificados e abrangentes e por exigirem um envolvimento alargado dos diferentes agentes educativos (órgãos de administração e gestão, estruturas intermédias, pessoal não docente, pais e alunos), possibilitaram que a Escola (organização) se mostrasse tal como ela é, no desenvolvimento das suas práticas e na consecução dos seus objectivos. Neste sentido, os tópicos foram totalmente pertinentes.

b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"

i. Apreciação global

Os cinco domínios chave escolhidos permitem/permitiram, em absoluto, ficar com uma bela "fotografia" do ambiente e cultura organizacional da Escola.

Os factores que contribuem para estes domínios pareceram-me, todos eles, bastante pertinentes.

Em todo o caso, as perguntas ilustrativas do entendimento dos factores em alguns casos eram bastante difusas, o que aliado à curta duração da avaliação externa, contribuíram, no meu entender, para respostas mais fundadas no ouvir dizer, na impressão de momento da equipa avaliadora, do que, propriamente, na percepção e conhecimento da realidade organizacional concreta da Escola.

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

Ver anexo.

2. Sobre a preparação da escola para avaliação

A Escola envolveu-se de forma responsável e intensa na avaliação externa, o que foi demonstrativo da importância que a comunidade escolar atribui à necessidade de existir um outro olhar a debruçar-se sobre as suas/nossas práticas. De facto, existe um entendimento generalizado de que a Escola só pode melhorar se houver um espírito regenerador persistente que conduza a aperfeiçoamentos permanentes e constantes.

A Escola demonstrou serenidade, tranquilidade e transparência no decurso da avaliação externa, o que deu uma ideia clara da segurança e maturidade com que esta organização enfrenta e faz a sua caminhada. Pode não ter a certeza que c

caminho que percorre é o melhor, mas não tem dúvidas de que percorre um bom caminho.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

A duração da visita pareceu-nos curta, prejudicando, na minha perspectiva, a percepção e conhecimento da realidade organizacional concreta por parte da equipa avaliadora. É evidente que a duração da visita condicionou todos os outros aspectos, os quais foram organizados e concebidos de acordo com o tempo disponível.

4. Sobre o relatório produzido:

Quanto à estrutura, clareza e focalização no essencial dos domínios chave, eu não tenho nenhum reparo a fazer. Porém, não posso dizer o mesmo relativamente à fundamentação.

Com efeito, não compreendo, e tal não resulta do relatório, que se fale de articulação intra-departamental débil e que se aponte como excepção o Departamento de Línguas. O que teria sido visto ou ouvido pela equipa avaliadora que lhes permitiu tirar tal conclusão? É que se a Escola tem um Departamento que constitui um exemplo (bom) de funcionamento, seria bom que os demais Departamentos percebessem as suas deficiências de funcionamento e as virtudes de funcionamento do Departamento de Línguas, para lhe poder seguir as suas boas práticas. No relatório nada se diz e é pena.

O Relatório aponta, também, como debilidade “o elevado absentismo de docentes”. Ora, esta debilidade ao ser apresentada como conclusão seria suposto que ao longo do relatório encontrássemos explícito o critério que permitisse fixar o nível de absentismo como elevado. Porém, não o encontramos. E a ser assim, a afirmação é demasiado vaga e de difícil compreensão.

O Relatório apresenta, ainda, numa análise de tipo prospectivo, dificuldades que a Escola poderá vir a sentir no futuro. Refere-se neste contexto o “aumento de toxicodependência pode implicar aumento de segurança”. Fica-se sem saber se tal conclusão se refere expressamente à nossa Escola ou se foi apresentada com um “perigo” geral para as Escolas Portuguesas, quase como produto de novas realidades que se avizinham. Se em abstracto, percebe-se à alusão ao aumento da toxicodependência, em concreto, como referência expressa a esta Escola, parece excessivo tal conclusão e até porque ao longo do Relatório não se vislumbra uma

referência ao problema da toxicodependência, quer na sua dimensão, quer na sua gravidade.

Relativamente à Assembleia de Escola diz-se que “tem um papel limitado na definição das linhas de orientação da Escola e na articulação com a comunidade”.

Seria importante saber-se se tal “papel limitado” é o resultado de aspectos relacionados com a organização e funcionamento interno do órgão ou se é o resultado de constrangimentos legais. Compreendo a existência de alguns constrangimentos, aliás, expressos na afirmação proferido por mim, em contexto de avaliação externa “somos um órgão de administração, mas sabemos que a administração continua lá fora”.

Explicitar-se a afirmação teria uma dupla vantagem. Por um lado, se o “papel limitado” da A.E. resultam de razões de ordem interna, então teríamos/teremos sempre oportunidade de aperfeiçoar; se resulta da existência de constrangimentos legais, então deveriam apontar-se algumas sugestões para a alteração do enquadramento legal. Ao nada se dizer, o Relatório ficou-se por uma afirmação demasiado vaga e inconclusiva.

O processo de avaliação externa poderá contribuir para a melhoria da Escola, pois, ao identificar áreas de debilidade ou dificuldade levará a que os órgãos de administração e gestão e as estruturas intermédias se debrucem sobre esses aspectos e encontrem soluções para as superar. Em todo o caso, há que reconhecer que a superação de muitas das debilidades e dificuldades pontadas, dependem mais do M.E do que propriamente dos órgãos da Escola, a saber:

- ♦ A sobrelotação;
- ♦ A falta de um gabinete de psicologia a tempo inteiro;
- ♦ A falta de um técnico para a manutenção do parque informático;
- ♦ A não resolução do problema da selecção dos alunos que lhe são enviados para o 7º ano de escolaridade;
- ♦ A definição tardia da rede;

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

A debilidade na organização e funcionamento dos departamento e as dificuldades de articulação entre os ensinos básicos e secundário, entre outros, são aspectos que irão

merecer toda a atenção dos órgãos de administração e gestão e das estruturas intermédias e os seus resultados já serão repercutidos, não tenho duvidas, no processo de avaliação interna do próximo ano lectivo 2006/2007.

21.07.2006

O PROZDOR DA A.5

[Handwritten signature]

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios		X		
2.3 Abrangência do currículo		X		
2.4 Oportunidades de aprendizagem		X		
2.5 Equidade e justiça			X	
2.6 Articulação com as famílias				X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias				X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia			X	
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação			X	
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

Escola (ou Agrupamento): E. SEC. CALDAS DAS TaipasNome: Manuel FernandesFunção: Presidente da A. G.Data: 21.07.2006Assinatura: Manuel Fernandes

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. “Tópicos para a apresentação da escola”

- i. Pertinência dos tópicos seleccionados
 - Os tópicos seleccionados estão completamente ajustados aos domínios-chave previamente definidos.
- ii. Sugestão de outros tópicos relevantes
 - Um outro tópico que, na minha opinião, permite perceber o papel e a dimensão do trabalho da escola passa pelo registo da imagem que ex-alunos têm da escola.

b. - “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”

- i. Apreciação global
 - Nos moldes em que foi concebido este sistema de avaliação de escolas e agrupamentos, considero o quadro de referência bastante completo e incisivo nas áreas consideradas vitais para uma avaliação consistente.
- ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 - 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada: use, p.f. o quadro da página seguinte)
 - 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?
 - Os factores escolhidos para cada domínio são os mais relevantes. Na minha opinião também era importante conhecer o percurso de alguns alunos que já passaram pela escola, tanto na continuação da sua vida académica como no mundo do trabalho. Registar a imagem que ainda perdura nas suas memórias, as marcas que a escola deixou.

2. - Sobre a preparação da escola para a avaliação

b. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

- Dado que a avaliação nesta escola está cada vez mais interiorizada, foi com naturalidade que preparou esta avaliação sem nunca alterar o seu ritmo normal de trabalho e sem qualquer perturbação. Isto não significa que as suas estruturas não se tenham empenhado ao máximo na sua preparação, disponibilizando e tornando facilmente acessível toda a documentação solicitada ou divulgando o âmbito e a calendarização desta visita.

c. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

- Como já referi anteriormente, houve um grande esforço na preparação da visita em toda a sua dimensão. Grande parte desse esforço foi desenvolvido pelo Conselho Executivo, nomeadamente no que concerne à selecção da informação solicitada e no contacto com as pessoas envolvidas, mas também das suas

estruturas que se envolveram no levantamento de situações enquadráveis nos 5 domínios chave e com potencial interesse para os *avaliadores*.

d. Outros comentários relevantes.

- Apenas uma breve referência para a naturalidade com que os alunos, professores, pessoal auxiliar da acção educativa e pais, receberam a notícia da avaliação externa.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

a. Duração

- Na minha opinião uma avaliação externa deveria envolver um período mais longo de permanência da equipa avaliadora na escola. Dois dias parecem-me insuficientes para se ficar com uma *radiografia* completa da escola.

b. Organização da visita

- A visita pugnou por uma boa organização, cumprindo religiosamente o cronograma das actividades previamente definidas

c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

- Atendendo ao modelo adoptado a escolha e a constituição dos painéis das entrevistas foi bastante equilibrado, preocupando-se em abranger todas as estruturas mais representativas da vida escolar.

d. Orientação das reuniões

As reuniões foram conduzidas obedecendo a uma orientação precisa, percebendo-se facilmente quais os objectivos a atingir. A condução dos trabalhos processou-se de forma a gerar-se um ambiente de grande cordialidade e descontração entre os presentes mas sem desvios aos objectivos traçados pela equipa avaliadora.

e. Outros comentários relevantes

Na minha opinião as equipas avaliadoras deveriam incluir alguns elementos com uma ligação mais recente aos níveis de ensino não superior. É natural que algumas realidades específicas de uma ES3 possam passar despercebidas a quem não tem uma ligação muito recente com este nível de ensino.

4. Sobre o relatório produzido:

a. Estrutura

Na minha opinião as equipas avaliadoras deveriam incluir alguns elementos com uma ligação mais recente aos níveis de ensino não superior. É natural que algumas realidades específicas de uma ES3 possam passar despercebidas a quem não tem uma ligação muito recente com este nível de ensino.

b. Clareza do texto

Na minha opinião as equipas avaliadoras deveriam incluir alguns elementos com uma ligação mais recente aos níveis de ensino não superior. É natural que

algumas realidades específicas de uma ES3 possam passar despercebidas a quem não tem uma ligação muito recente com este nível de ensino.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave

- Na minha opinião as equipas avaliadoras deveriam incluir alguns elementos com uma ligação mais recente aos níveis de ensino não superior. É natural que algumas realidades específicas de uma ES3 possam passar despercebidas a quem não tem uma ligação muito recente com este nível de ensino.

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

- Como o próprio relatório refere a “A avaliação, interna e externa, é considerada estruturante para a melhoria contínua do serviço educativo”. Nesse sentido, o processo de avaliação externa e as suas conclusões constituirá uma mais valia para que a escola continue a trilhar o seu caminho rumo a um serviço educativo com mais qualidade, exigência.

e. Outros comentários relevantes

- Como o próprio relatório refere a “A avaliação, interna e externa, é considerada estruturante para a melhoria contínua do serviço educativo”. Nesse sentido, o processo de avaliação externa e as suas conclusões constituirá uma mais valia para que a escola continue a trilhar o seu caminho rumo a um serviço educativo com mais qualidade, exigência.

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

- Neste campo, julgo que o processo de avaliação externa contribuirá para o enriquecimento dos mecanismos de auto-avaliação já generalizados na escola. As debilidades apontadas terão que ser trabalhadas para evoluirmos para um patamar próximo da excelência, de acordo com os domínios-chave definidos.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					
1.3 Comportamento e disciplina					
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					
2.2 Diferenciação e apoios					
2.3 Abrangência do currículo					
2.4 Oportunidades de aprendizagem					
2.5 Equidade e justiça					
2.6 Articulação com as famílias					
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					
3.2 Gestão dos recursos humanos					
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					
3.4 Ligação às famílias					

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					
4.2 Motivação e empenho					
4.3 Abertura à inovação					
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					
5.2 Sustentabilidade do progresso					

Escola (ou Agrupamento): Secundária de Caldas das Taipas

Nome: Francisco Moreira Marinho

Função: Coordenador da Comissão de Avaliação do Conselho Pedagógico

Data: 20 de Julho de 2006

Assinatura: Francisco Moreira Marinho

Auto-Avaliação 2005/2006**Inquérito Avaliação Externa****Resposta ao Questionário****1. Como avalia os documentos fornecidos:**a. *"Tópicos para a apresentação da escola"*

i. Consideramos os tópicos seleccionados pertinentes e ilustrativos da realidade da escola. O esclarecimento destes tópicos em reunião foi também importante.

ii. Não consideramos necessária a introdução de novos tópicos, uma vez que, também é possível, quer na apresentação da Escola, quer durante as entrevistas referir o que a Escola entende ser mais pertinente e específico à sua organização.

b. *"Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"*

i. O quadro de referência é claro e as perguntas ilustrativas ajudaram a esclarecer os parâmetros de avaliação pretendidos.

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (quadro da página seguinte)

2. Para cada domínio, consideramos os factores escolhidos os mais relevantes.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a. A escola envolveu sempre todas as suas estruturas na sua avaliação: Assembleia de Escola, Conselho Pedagógico, Departamentos e Directores de Turma. Foram ainda distribuídos os documentos e reflectidos em cada estrutura, de acordo com a sua organização.

b. A preparação da visita foi feita com a recolha e reorganização dos elementos já existentes e produzidos pela escola anteriormente.

c. A apresentação da escola feita na reunião inicial foi trabalhada partindo da apresentação que é feita na reunião de início do ano lectivo.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

a. A duração foi considerada suficiente, para a avaliação pretendida.

b. A organização da visita foi bem estruturada.

c. A escolha e constituição dos painéis das entrevistas consideramos pertinente, no entanto, relativamente aos funcionários não docentes deveria ser dada indicação da presença do chefe de pessoal e na selecção dos alunos e dos Encarregados de Educação deveriam estar presentes, também, elementos do início dos ciclos e não só do final.

d. A orientação das reuniões nem sempre nos pareceu muito clara embora consideramos ter sido propositado no sentido de uma recolha mais informal dos elementos pretendidos pela equipa de avaliação.

e. Realçamos o trabalho preparatório intenso por parte da equipa de avaliação e o conhecimento demonstrado da escola, logo visível a partir do primeiro encontro.

4. Sobre o relatório produzido:

- a. A estrutura obedece aos parâmetros definidos havendo, porém, repetição de alguns aspectos.
- b. O texto é perfeitamente claro não tendo surgido dúvidas sobre nenhum aspecto.
- c. Nos domínios-chave é focado o essencial com apresentação clara dos pontos fortes e dos pontos fracos.
- d. Consideramos que este relatório é importante para o processo de melhoria da escola permitindo a reformulação de estratégias e metas já definidas. Na avaliação intermédia do Projecto educativo de Escola, realizada no final deste ano, encontramos pontos de convergência entre o relatório produzido pela equipa de avaliação e as áreas prioritárias de intervenção para o próximo ano lectivo.
- e. Consideramos este relatório um instrumento de motivação e aprendizagem para a implementação de estratégias de progresso na escola.

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

O processo de avaliação externa deverá ser obrigatoriamente articulado com o processo de auto-avaliação da escola relativamente a:

- * reformulação de metas
- * afirmação da vocação da escola
- * construção de documentos orientadores e aplicação desses documentos
- * aferição da validade do trabalho da escola e da orientação seguida.

Consideramos que este relatório dá um importante contributo para a auto-avaliação de escola, revendo-se a escola no trabalho elaborado pela equipa de avaliação externa.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					x
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				x	
1.3 Comportamento e disciplina				x	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				x	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					x
2.2 Diferenciação e apoios				x	
2.3 Abrangência do currículo			x		
2.4 Oportunidades de aprendizagem				x	
2.5 Equidade e justiça				x	
2.6 Articulação com as famílias				x	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			x		

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					x
3.2 Gestão dos recursos humanos				x	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				x	
3.4 Ligação às famílias			x		

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					x
4.2 Motivação e empenho					x
4.3 Abertura à inovação				x	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			x		

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				x	
5.2 Sustentabilidade do progresso				x	

Escola (ou Agrupamento):Secundária João da Silva Correia

Nome: Margarida Violante, Teresa Pinto, Cláudia Monteiro

Função: Presidente do Conselho Executivo, Presidente da Assembleia de Escola,

Coordenadora do Projecto Educativo

Data:_____

Assinatura:_____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. "Tópicos para a apresentação da escola"

i. Pertinência dos tópicos seleccionados

Os 6 tópicos apresentados revelaram-se:

- Estruturantes na organização da apresentação da escola
- Abrangentes na imagem de escola que proporcionaram

ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"

i. Apreciação global

Os domínios chave apresentam coerência na sua organização, contribuindo para uma avaliação global da escola e das suas práticas

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Em todos os domínios, os factores parecem-nos relevantes. Sugere-se apenas que no ponto 3 se inclua um ponto 3.5 – Gestão dos processos e da mudança

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

Dado ter sido uma experiência inovadora, as diferentes estruturas da escola revelaram abertura, disponibilidade, espírito colaborativo, representando este momento, uma oportunidade para concretizar uma necessidade sentida pela escola – uma prática efectiva e consistente de auto-avaliação da escola

b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

A preparação da visita com tudo o que representava de novidade, desconhecimento, vontade de receber bem e conseguir transmitir uma imagem de escola o mais próxima da realidade, envolveu um esforço suplementar de alguns elementos da escola.

c. Outros comentários relevantes.

A concretização deste piloto de avaliação terá sido, eventualmente, perturbado por algum descontentamento docente que o terá visto como oportunidade de transmitir, perante uma entidade externa (próxima do ministério) o seu desconforto quanto às grandes alterações políticas recentemente introduzidas e que serão consideradas lesivas dos seus interesses como profissionais.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

a. Duração

Considerando os objectivos propostos para este enquadramento avaliativo, parece-nos insuficiente o tempo destinado à visita.

b. Organização da visita

Bem estruturada, integrando uma componente mais directiva e alguma liberdade de opções à escola

c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

A escolha e constituição dos painéis das entrevistas parecem-nos adequadas aos objectivos a que a equipa se propunha

d. Orientação das reuniões

Adequada e demonstrativa de uma preparação prévia de elevado nível.

e. Outros comentários relevantes

De salientar o elevado profissionalismo revelado pelos membros da equipa que, mesmo não estando particularmente familiarizados com o nível de ensino que estavam a avaliar, conseguiram obter, fruto da objectividade das questões colocadas, uma visão bastante clara da organização complexa que observaram.

4. Sobre o relatório produzido:

a. Estrutura

Estrutura adequada aos itens avaliativos apresentados

b. Clareza do texto

Algumas partes do texto um pouco confusas, incluindo mesmo algumas incorrecções.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave

O relatório, apesar da curta duração da visita, consegue focalizar a maior parte dos domínios-chave da avaliação da vida da escola

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

Parece-nos adequado e potenciador de dinâmicas de auto-avaliação mais alargadas e consequentemente indutoras de processos de melhoria

e. Outros comentários relevantes

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Uma avaliação externa é essencial para complementar uma auto-avaliação. O “olhar” dos outros sobre nós, porque está afastada a componente afectiva que inevitavelmente enviesa os resultados de quem avalia o que conhece e quem conhece, aponta-nos “sempre” outros caminhos, outras formas de ver, pensar e agir. Exista vontade de nos auto-avaliarmos e a humildade de acreditarmos que a todo o momento podemos melhorar alguma das nossas práticas.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X	
1.3 Comportamento e disciplina				X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X	
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo				X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça				X	
2.6 Articulação com as famílias				X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias				X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X	
4.2 Motivação e empenho				X	
4.3 Abertura à inovação				X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X	
5.2 Sustentabilidade do progresso				X	

Escola (ou Agrupamento): Secundária João Gonçalves Zarco

Nome: José Ramos

Função: Presidente do Conselho Executivo

Data: 04/10/2006

Assinatura: *José Ramos*

	ESCOLA SECUNDÁRIA/3 QUINTA DAS PALMEIRAS – COVILHÃ AVALIAÇÃO EXTERNA INQUÉRITO / RESPOSTA

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. “Tópicos para a apresentação da escola”

- i. Pertinência dos tópicos seleccionados – tópicos muito pertinentes, permitindo uma perspectiva global do estabelecimento de ensino;*
- ii. Sugestão de outros tópicos relevantes*

b. “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”

- i. Apreciação global – explícito e de fácil leitura;*
- ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio –*
 - 1. Classificação da relevância dos factores – anexo*
 - 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?*

Factores relevantes e pertinentes

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

A Escola Secundária/3 Quinta das Palmeiras-Covilhã aceitou naturalmente a responsabilidade de se submeter a uma avaliação externa. Por um lado, a escola criou, já há muito, o hábito de se auto-analisar e auto-regular; por outro, sentiu que talvez esta oportunidade pudesse ser encarada como uma espécie de “momento da verdade”, um teste que nos permitisse aceder ao reconhecimento externo, para lá das grades da escola, para lá da comunidade educativa! É com frequência que constatamos, em imensas circunstâncias, que o trabalho que desenvolvemos é apreciado e elogiado. Apesar de algum nervosismo inerente, havia pois que encarar esta avaliação como esse momento!

b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada a organização da visita?

Na Escola Secundária Quinta das Palmeiras o trabalho em equipa é um hábito frequente. Assim se preparam Projectos, Candidaturas, Apresentações, etc. Foi pois, dessa forma, que a visita foi preparada. O Conselho Executivo divulgou a informação junto das diferentes estruturas, tendo

depois constituído uma equipa de trabalho encarregada de organizar / produzir os documentos de apresentação da escola; o próprio Conselho Executivo assumiu obviamente grande parte do trabalho a realizar, na organização da documentação pedida.

c. Outros comentários relevantes

Como é apanágio do ambiente que se vive nesta Escola, também neste momento se sentiu que “aquilo que estava em jogo” dizia respeito a todos nós; era pois necessário que todos se envolvessem e se empenhassem.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação

- a. Duração - adequada;*
- b. Organização da Visita – Muito bem organizada;*
- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas – painéis diversificados que permitiram traçar um panorama global, enriquecido pelas diferentes perspectivas - alunos, pais, docentes e não docentes;*
- d. Orientação das reuniões – Muito bem orientadas, gerando-se um clima extremamente agradável;*
- e. Outros comentários relevantes – Os auxiliares de acção educativa sentiram-se valorizados por terem sido ouvidos, e sentiram a responsabilidade de representarem outros colegas;*

4. Sobre o relatório produzido:

- a. Estrutura – Muito bem estruturado;*
- b. Clareza do texto – texto claro e muito bem redigido;*
- c. Focalização no essencial dos domínios-chave – foram abordados e evidenciados os aspectos que consideramos essenciais e fulcrais;*
- d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola – obrigou a uma leitura muito atenta e a uma tomada de consciência da responsabilidade de manter os “pontos fortes” e os níveis de desempenho nos “domínios chave”. As “Considerações Finais” do relatório foram devidamente analisadas, sobretudo no que diz respeito às orientações a seguir no futuro;*
- e. Outros comentários relevantes -*

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola

Para já, este relatório constitui um motivo de orgulho para todos os profissionais desta Escola. Mas esta avaliação é igualmente uma grande responsabilidade. Urge continuar a trabalhar para que a Escola mantenha esta “performance”!

Na última sessão, a Assembleia de Escola deliberou, por unanimidade, atribuir um louvor ao Conselho Executivo da Escola, pretendendo, dessa forma, testemunhar a satisfação deste órgão pelo reconhecimento externo da qualidade do trabalho que nesta escola se realiza, resultado da dedicação e do empenhamento de todos, professores, alunos e funcionários. A Assembleia de Escola enalteceu ainda a coragem demonstrada pela equipa do Órgão de Gestão ao aceitar o desafio deste processo de avaliação.

Covilhã, 21 de Julho de 2006

A Presidente da Assembleia de Escola
[Celina Maria dos Reis Prata Vieira]

O Presidente do Conselho Executivo
[João Paulo Ramos Duarte Mineiro]

A Assessora do Conselho Executivo
[Maria José Luz Domingos Bárbara Mugeiro]

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					x
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios					X
2.3 Abrangência do currículo					X
2.4 Oportunidades de aprendizagem					X
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					x

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos					X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					X
3.4 Ligação às famílias					x

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					x

Escola Secundária/3 Quinta das Palmeiras-Covilhã
21/07/2006

A Presidente da Assembleia de Escola
[Celina Maria dos Reis Prata Vieira]

O Presidente do Conselho Executivo
[João Paulo Ramos Duarte Mineiro]

A Assessora do Conselho Executivo
[Maria José Luz Domingos Bárbara Mugeiro]

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (*excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte*):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a) Tópicos para a apresentação da escola

- i. Na generalidade, os tópicos seleccionados contemplam a realidade da escola.
- ii. Considerando o objectivo desta avaliação não nos parece necessário acrescentar outros tópicos

b) Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos

- i. Consideramos que, numa visão global do trabalho desenvolvido, este quadro apresentou-se com uma abrangência capaz de traduzir as evidências das potencialidades do desempenho da escola

2. Na nossa perspectiva, os factores escolhidos têm a relevância necessária aos fins em vista.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a) A escola empenhou-se, através das suas estruturas de forma a poder dar resposta ao que lhes viria a ser solicitado, não tanto quanto seria desejável, tendo em conta a escassez do tempo.
- b) O esforço envolvido na preparação da visita foi marcado fundamentalmente na recolha e adaptação de dados já disponíveis que permitissem uma pré-concepção da nossa escola e, simultaneamente, uma actividade de reflexão que nos permitisse identificar os nossos pontos menos fortes.
- c) Neste ponto, não temos nada a acrescentar.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação

- a) Consideramos que esta visita deveria ser um pouco mais longa por forma a que houvesse a oportunidade de mais contacto com a realidade da escola em acção.
- b) A organização da visita foi eficiente.
- c) Dada a realidade da nossa escola, os painéis para as entrevistas foram por vezes repetitivos.
- d) A orientação das reuniões foi eficiente.
- e) Neste ponto, não temos nada a acrescentar.

4. Sobre o relatório produzido

- a) A estrutura do relatório corresponde àquilo que foi avaliado, dando uma visão muito próxima da nossa realidade de escola.
- b) O texto é extremamente claro.
- c) Focaliza com precisão os domínios-chave contemplados.
- d) O relatório é de extrema utilidade para nós, uma vez que nos aponta os pontos em que precisamos de melhorar.
- e) Neste ponto, não temos nada a acrescentar.

5. Nível de articulação (e contributos)

Este processo de avaliação externa vem trazer-nos uma visão melhorada de uma postura mais científica que, certamente, resultará em benefício nosso uma vez que ainda

hoje a nossa actividade de auto-avaliação está sustentada em bases menos seguras, não produzindo, assim, os efeitos desejáveis

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					x
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					x
1.3 Comportamento e disciplina					x
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					x

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				x	
2.2 Diferenciação e apoios					x
2.3 Abrangência do currículo				x	
2.4 Oportunidades de aprendizagem					x
2.5 Equidade e justiça					x
2.6 Articulação com as famílias					x
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					x

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					x
3.2 Gestão dos recursos humanos					x
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					x
3.4 Ligação às famílias					x

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					x
4.2 Motivação e empenho					x
4.3 Abertura à inovação					x
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				x	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					x
5.2 Sustentabilidade do progresso					x

Escola (ou Agrupamento): Escola Secundária c/ 3º Ciclo EB Dr. Joaquim de Carvalho

Nome: Carlos Ângelo Monteiro

Função: Presidente C.Executivo

Data: 21 de Julho de 2006

Assinatura: _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIRECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA
ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS - 402606

Exmo. Sr. Dr.
Pedro Guedes de Oliveira
Coordenador do Grupo de Trabalho para
Avaliação das Escolas
Rua António Carneiro, 8
4349-003 PORTO

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

Rua das Escolas
2780-102 Oeiras
Data: 06 / 07 / 21

Of.º N.º860

ASSUNTO: Relatório de Avaliação Externa

Acusamos a recepção do Relatório de Escola e registamos com agrado o seu conteúdo, que, em primeira análise, tomamos como mais um ponto de partida para a melhoria do serviço educativo que procuramos prestar aos nossos alunos e à comunidade escolar.

Numa primeira avaliação realizada por elementos externos à escola, ainda que num processo voluntário, os resultados que obtivemos, expressos em cada um dos domínios, só pode ser motivo de orgulho e agrado e compreendido como marca de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por toda a comunidade escolar.

As fragilidades apontadas no relatório vêm confirmar, de resto, as mesmas, detectadas na escola e perante as quais procuramos intervir e desenvolver mecanismos que permitam solucionar ou minimizar os problemas encontrados, melhorando os resultados. Em alguns domínios, no entanto, alguns contrangimentos se nos colocam, por ausência de meios que a escola não domina completamente, como no caso da falta do pavilhão gimno-desportivo, dificuldade essa que procuramos suprir, desde o início desta escola.

Esperamos agora que este processo de avaliação externa possa contribuir também para o reforço dessa melhoria; a escola poderá, decerto, gerir melhor os seus recursos e consolidar o seu Projecto Educativo através de uma progressiva autonomia que viemos a conseguir conquistar.

Importa agora a análise pormenorizada, pela Escola, dos diferentes aspectos focados no relatório, procurando encontrar soluções para as fragilidades apontadas, que permitam melhorar, já no próximo ano lectivo, aquilo que estiver ao nosso alcance.

Agradecemos as referências feitas, quer à nossa Escola, quer aos vários elementos que a integram, e esperamos ter contribuído também positivamente para o desenvolvimento deste projecto.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho Executivo



Lic. e Prof. Q.N.D. 9º Gr. Júlia Tainha

Resposta ao Questionário às Escolas

1. Avaliação dos documentos fornecidos

a. Tópicos para a apresentação da escola

A apresentação da escola, seguindo os tópicos sugeridos, permite dar uma visão global da organização e funcionamento, das relações que se estabelecem na escola, do seu projecto educativo, dos processos que aí se desenvolvem e dos resultados. Será uma visão abrangente para a equipa de avaliadores.

b. Quadro de referência para a avaliação de escolas

O *Quadro de referência* contempla os aspectos organizacionais, dos processos de ensino e aprendizagem, de gestão e funcionamento, de planeamento e estratégia, bem como de resultados. Os factores incluídos em cada domínio são explicitados com perguntas ilustrativas relevantes, mas que parecem repetir-se, em alguns casos, ou são, por vezes, pouco claras.

2. Preparação da escola para a avaliação

Apresentando de início as razões da candidatura, já supunhamos que este processo viria dar continuidade às práticas de auto avaliação, levadas a cabo na escola. Só com o envolvimento dos professores, e demais elementos da comunidade, e uma prática participada, se consegue que todos trabalhem com o mesmo fim e objectivos pedagógicos iguais. Desta forma, a recepção a este projecto foi muito natural.

O guião foi dado a conhecer às estruturas e órgãos formais e a todos os sectores da escola, solicitando a reflexão, a análise e os comentários, que os documentos suscitavam. Os elementos do Conselho Executivo foram solicitando esses contributos a pequenos grupos de pessoas, que informalmente se juntavam e reflectindo com elas, ao abordar partes do guião, registando-se sobretudo as evidências dos aspectos que consideravam importantes. Aos Departamentos foi fornecido um conjunto de tópicos e solicitado um documento escrito com as principais reflexões. Foram envolvidos os pais, através da sua Associação e representantes da Assembleia. Aos alunos da Associação de Estudantes e Delegados, foi explicado o processo da avaliação externa e o guião, nas questões que lhes diziam respeito

O Conselho Executivo organizou a documentação de suporte que considerou relevante, não se cingindo só a documentos recentes, uma vez que é uma gestão de continuidade, (tendo sido Comissão Instaladora da Escola) e parecia importante dar a conhecer a "história da Escola. Da recolha de informação que se obteve, articulando com o que se achou crítico e relevante, organizou-se a apresentação da escola e a documentação a fornecer.

Conseguiu-se mobilizar todos, conciliando-se com o decorrer normal de toda a actividade da escola e, apesar do tempo escasso, que mediou entre a reunião de Aveiro e a data da visita à escola, 8 e 9 de Maio, consideramos o esforço desenvolvido, muito positivo, pelo impacto que provocou na comunidade escolar.

Procurou-se que a visita, sendo só de dois dias, fosse bem aproveitada no *timing* das entrevistas, evitando perda de tempo.

As expectativas iniciais do Conselho Executivo vieram a confirmar-se, no que se refere à importância deste momento, para o aprofundamento das questões da auto-avaliação e tomada de consciência da sua importância, por parte dos elementos da comunidade educativa.

3. Visita da equipa de avaliação

Os diversos aspectos da visita foram adequados, tendo havido a preocupação de ouvir os representantes de diversos órgãos e elementos da comunidade educativa. Sentiu-se, no entanto, por parte de alguns professores, vontade de integrarem também os painéis de entrevista ou, pelo menos, terem tido a possibilidade de contacto informal com a equipa de avaliação; se a visita pudesse ter um período de duração um pouco mais longo, poderia este aspecto vir a ser contemplado.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios					X
2.3 Abrangência do currículo					X
2.4 Oportunidades de aprendizagem					X
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos					X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					X
3.4 Ligação às famílias					X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

Escola (ou Agrupamento): E.S. Quinta do RaposoNome: Júlia TaíboFunção: Presidente C. GruposData: 21 julho de 2006Assinatura: Júlia Taíbo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E RECURSOS EDUCATIVOS
ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS - 402606

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO ÀS ESCOLAS

1 – Avaliação dos documentos fornecidos

a) – Tópicos para a apresentação da escola.

Este documento contém as linhas gerais fundamentais para, na apresentação da escola, a equipa de avaliação externa ficar com uma ideia clara sobre a escola em causa. No ponto das condições físicas e sociais acrescentaria as condições históricas, pois existem escolas em que este aspecto não é de menos prezar.

b) – Quadro de referência para a avaliação de escolas.

Este documento acompanhado das perguntas ilustrativas do entendimento dos factores parece-nos perfeitamente adequado aos objectivos que pretende atingir.

Um aspecto que gostaríamos de ver aprofundado é o da adequação dos objectivos a atingir em função do nível sócio – económico da população da escola, de forma a que as expectativas dos alunos e das famílias sejam cumpridas.

2 – Preparação da escola para a avaliação

A preparação da escola para a avaliação externa consistiu na realização de reuniões diversas (departamento, conselho pedagógico e assembleia), o que possibilitou um aprofundamento da auto – avaliação desenvolvida na escola. As novas perspectivas de avaliação lançadas pelos documentos da comissão contribuíram para uma melhor interiorização da avaliação e auto – avaliação nos elementos da comunidade educativa.

3 – Visita da equipa de avaliação

A visita da equipa de avaliação decorreu de forma muito satisfatória. As reuniões foram sempre muito bem orientadas de acordo com os objectivos a atingir.

4 - Relatório

No que concerne ao relatório produzido considera-se que este traduz fielmente o que se passa na escola focalizando o essencial dos domínios – chave. As escolas não se devem contentar com o que já conseguiram e devem definir novas metas a atingir. A insatisfação é que nos permite progredir. Apesar do relatório, no geral, ser muito positivo para a escola fornece pistas muito importantes para a melhoria da qualidade no futuro.

No que concerne às debilidades detectadas, designadamente a instabilidade dos professores de apoio, preocupação constante desta escola, parece que um eventual contrato de autonomia, poderia solucionar este problema.

No que respeita à dificuldade de definição de papel institucional dos coordenadores de departamento, acredita-se ser uma fragilidade comum à maioria das escolas parece-nos igualmente poder vir a ser melhorado ou clarificado com um novo Estatuto da Carreira Docente, passando sempre pela nomeação dos mesmos pelo órgão de gestão.

Finalmente no que concerne a insuficiência de equipamentos e recursos a maior debilidade desta escola é, na verdade a inexistência de um Pavilhão Gimnodesportivo questão que desde o início desta escola, em 1993, se tem vindo a colocar a todas as entidades envolvidas, sem solução aparente.

Para a plena consecução do Projecto Educativo da Escola Secundária Quinta do Marquês é fundamental a construção do referido pavilhão.

5 – Articulação com e contribuição para a auto – avaliação

A escola irá aproveitar o relatório para promover reuniões em todos os órgãos da escola o que permitirá interiorizar a prática da avaliação e auto – avaliação.

A escola irá igualmente definir estratégias muito claras para ultrapassar as situações menos positivas detectadas pela comissão de avaliação.

Escola SECUNDÁRIA RUI INH DO MARQUÊS

Nome Rui PEDRO CAL

Função PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Data 21/07/06

Assinatura Rui Cal

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios					X
2.3 Abrangência do currículo					X
2.4 Oportunidades de aprendizagem					X
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos					X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					X
3.4 Ligação às famílias					X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

Escola (ou Agrupamento): SECUNDARIA QUEIMADA DE MARQUÊSNome: Rui Pedro CalFunção: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIAData: 21/7/06Assinatura: Rui Cal

Resposta ao Questionário às Escolas

1. Avaliação dos documentos fornecidos

a. *Tópicos para a apresentação da escola*

A apresentação de uma escola, pelos seus responsáveis, feita de acordo com este guião fornece, aos avaliadores externos, se bem feita, uma boa visão global da escola. A ordem da apresentação poderá, no entanto, ser outra, colocando o ponto *Projecto e Estratégia* logo após as *Condições físicas e sociais*, pois, se assim for, parece-me que se compreendem melhor os outros pontos.

b. *Quadro de referência para a avaliação de escolas*

Globalmente, este *Quadro de referência* parece-me contemplar domínios e aspectos essenciais relativos à organização, funcionamento e resultados de uma escola. Considero, no entanto, que seria necessário um domínio de contextualização, pois alguns dos aspectos de organização, funcionamento e resultados de uma escola são externamente determinados e, para que as fragilidades detectadas possam ser ultrapassadas, torna-se necessário saber quem é responsável pelas medidas que o permitam ou, dentro de que limites, a escola pode actuar.

Caso se pretenda, no processo de avaliação externa, vir a comparar escolas entre si (e uma das perguntas ilustrativas, no ponto 1.1., vai nesse sentido), parece-me que uma metodologia que utilizasse o "valor acrescentado" pela escola aos alunos que nela entram seria mais correcta. Por outro lado, no que se refere à utilização de dados nacionais (de exames e provas de aferição), sem a contextualização acima referida, estes contribuem, também, para uma visão distorcida da escola. De qualquer dos modos, na utilização desses dados, talvez fosse de recorrer a medidas de localização na comparação das escolas, se ele vier a ser feita.

No que se refere à relevância dos factores considerados (apresentada no quadro em anexo), na minha opinião, todos eles são extremamente relevantes, pelo que não consigo contribuir para a selecção da sua relevância relativa.

Uma questão que, ainda, se me coloca tem a ver com a interpretação de alguns dos designados *factores*, mesmo acompanhados das perguntas ilustrativas. Parece-me ser necessário continuar o esforço de clarificação do seu significado.

2. Preparação da escola para a avaliação

Na sequência da reunião de Aveiro de 19 de Abril e com base nos documentos *Tópicos para a apresentação da escola* e *Quadro de referência para a avaliação*, realizaram-se várias reuniões informais de elementos da escola e reuniões dos diversos órgãos, nomeadamente daqueles de que faço parte e sobre os quais tenho conhecimento directo, para discutir aqueles documentos. Na reunião de Departamento do final de Abril, os professores foram informados sobre a visita da equipa de avaliação, foi-lhes fornecido um conjunto de tópicos a serem abordados na visita e promovido um debate, em pequeno grupo, sobre eles, conduzindo à elaboração de um documento escrito por cada um dos grupos e à apresentação a todos das principais reflexões. Na reunião do Conselho Pedagógico seguinte, no início de Maio, foi também tratado o assunto. A partir daí e até à data da visita da equipa, realizaram-se várias reuniões de preparação da Apresentação da escola, debatendo, nomeadamente, as evidências que sustentassem os diferentes aspectos a serem referidos nessa apresentação e as que correspondessem à solicitação de informação que havia sido feita.



Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas
Rua António Carneiro, 8
4349 - 003 Porto

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

Of. - **00799**
Proc. -

21 de Julho de 2006

ASSUNTO: RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO

Junto enviamos o questionário de avaliação externa.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente do Conselho Executivo,

Maria Estela da Silva Dória

MED/CA

ESCOLA SECUNDÁRIA de DONA LUÍSA DE GUSMÃO

RESPOSTA QUESTIONÁRIO

1. Como avalia os documentos fornecidos

- a) “Tópicos para a apresentação da escola”**
i Pertinência dos tópicos seleccionados

Os tópicos seleccionados para apresentação da escola revelam-se pertinentes. Pretendem ser tópicos gerais que permitam identificar pontes fortes e fracos. É dada à escola a possibilidade de introduzir outros que para ela sejam relevantes.

ii Sugestão de outros tópicos relevantes

Poder-se-á reflectir sobre o contributo da introdução no tópico 3. organização escolar - do seguinte sub ponto: estabilidade do órgão directivo (tipo de direcção: comissão provisória ou conselho directivo; duração de mandato...)

- b) “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”**
i Apreciação geral

O quadro de referência parece demonstrar operacionalidade na avaliação da escola. Através dele é possível caracterizar a cultura de escola, identificando a sua especificidade: potencialidades, virtualidade e constrangimentos; estratégias, prestação e resultados; lideranças e inovação; visão, auto-regulação e progresso

ii Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores

Folha em anexo

- 2. Para cada domínio os factores são os mais relevantes ?**
Há outros factores que fosse relevante acrescentar ?

Sugere-se reflexão sobre o melhoramento, ou não, da fusão do factor 2.7 no 1.2 .

2. Preparação da escola para a avaliação

a) Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

Após a reunião de Aveiro, 19 de Abril de 2006, foi convocada reunião geral de professores, com representantes da APEE, do pessoal não docente e da AE. A sessão de trabalho foi orientada por dois objectivos:

- 1- Promover a reflexão sobre os dados apurados pelo grupo de auto - avaliação da escola de forma a consciencializar a comunidade escolar da necessidade urgente de encontrar estratégias de resolução que visassem a melhoria e qualidade do serviço público prestado pela escola;
- 2- Sensibilizar para o reconhecimento do contributo da avaliação externa no auto - conhecimento da escola e das estratégias de mudança e inovação versus melhoria e eficácia dos processos e resultados educativos.

Relativamente ao 1º objectivo, foram apresentados os indicadores: taxa de transição dos alunos do 10º ano e as taxas de insucesso dos 7º, 8º e 9º anos e os indicadores de eficácia e de eficiência. A análise destes dados mostrou-se preocupante.

Quanto ao 2º objectivo, foi comunicado a selecção da escola no grupo das escolas piloto em avaliação. No que respeita à avaliação externa foi entregue a todos os presentes, excepto aos alunos que, convocados, estiveram ausentes, documentos relativos ao calendário e actividades do dia 9 e 10 de Maio, ao quadro de referência para a avaliação da escola e das perguntas ilustrativas do entendimento dos factores.

A finalidade desta reunião geral teve como objectivo envolver toda a comunidade escolar no sentido de aderir e colaborar no desiderato da mudança/melhoria. A percepção registada é que não se reuniu consenso quanto à escola entrar em processo de avaliação externa, nem quanto ao facto dos documentos serem trabalhos pelos diferentes órgãos e estruturas.

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO DE

AVALIAÇÃO EXTERNA

1. a) Relativamente aos tópicos para a apresentação da Escola, penso que estão bem seleccionados, abarcam os aspectos mais relevantes da vida da Escola e possibilitam uma caracterização criteriosa e objectiva;

b) Igualmente o quadro de referência me parece correcto e globalmente adequado, e quanto aos factores escolhidos para cada domínio, penso que poderia ser mais focado o papel dos Conselhos de Turma e a acção dos Directores de Turma;

2. Após a Reunião Geral de Professores em que foi feita a apresentação da nossa candidatura à avaliação externa, toda a Escola ficou informada da forma como se iria desenvolver o processo. A Comissão Provisória organizou os diversos painéis, em colaboração com o Grupo de Auto-Avaliação e de acordo com as vossas indicações. A partir desse momento, toda a Escola ficou envolvida e preparado para a avaliação. Houve um evidente esforço de pesquisa e recolha de informação por parte da Comissão Provisória, e uma boa organização e selecção de elementos representativos dos diversos corpos específicos da Escola. De referir que houve sectores, nomeadamente entre os professores, que não mostraram grande entusiasmo, e ficaram algo incomodados por não terem sido informados da nossa candidatura logo no início do processo. A verdade é que o grupo de trabalho que, em conjunto com a Comissão Provisória, promoveu a candidatura, estava longe de pensar que entre tantas Escolas fossemos seleccionados e por isso não informou a Escola na altura da sua formalização. Penso que talvez o devêssemos ter feito, mas na altura não nos pareceu importante.

3. Globalmente concordo com a forma como foi pensada e organizada a visita. Penso no entanto que a multiplicidade de cursos e a existência de ensino recorrente com especificidades muito próprias, deveria ser contemplada com uma visita mais longa, talvez semelhante à efectuada aos agrupamentos.

Nas reuniões em que estive presente só posso elogiar a forma como foram orientadas.

4. Não fiquei surpreendido pela avaliação efectuada. Os resultados estão dentro das minhas expectativas. A estrutura está de acordo com o quadro de referência e algumas imprecisões não

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem			X	
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo				X
2.4 Oportunidades de aprendizagem			X	
2.5 Equidade e justiça			X	
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Escola (ou Agrupamento): D. LUÍSA DE GUSMÃONome: LUÍS ALMEIDAFunção: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIAData: 12 de julho de 2006Assinatura: Luís Almeida

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ESCOLA SECUNDÁRIA D. LUÍSA DE GUSMÃO

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a) «Tópicos para a apresentação da escola»:

Os tópicos seleccionados para a avaliação da escola foram adequados para conhecer a escola e o seu funcionamento. A ordenação dos itens poderá não ter sido a mais adequada, pois existiam umas ligeiras diferenças entre a ordenação destes e a dos do «quadro de referência»; contudo, a escola teve liberdade na «construção» da sua apresentação.

Quanto à sugestão de outros tópicos relevantes, não tenho, pois quem está a fazer um estudo define os objectivos que pretende alcançar, o que padroniza a construção dos indicadores para as «dimensões» e os «factores» que vai avaliar.

b) «Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos»

O quadro de referência está bem construído, entendendo-se perfeitamente de que modo os diferentes factores contribuem para os domínios a avaliar. Na minha opinião, o que não entendo, e o relatório enviado não me esclareceu, é: quais foram os «indicadores» utilizados para avaliar esses factores? Por exemplo, no caso da «equidade e justiça».

Também não tenho sugestões quanto a outros factores relevantes pelos mesmos motivos referidos anteriormente.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação:

A Comissão Provisória convocou uma reunião geral de professores, onde estiveram presentes representantes da Associação de Pais e de Encarregados de Educação, do pessoal não docente e da Associação de Estudantes. Nesta reunião, a escola foi informada da forma como iria decorrer o processo de avaliação externa.

Alguns sectores da escola, especialmente professores, não mostraram grande entusiasmo com a realização da avaliação, tendo se mostrado descontentes por não terem sido informados sobre a candidatura desde a sua formalização.

A Comissão Provisória preparou com grande esforço e empenho a visita do grupo de avaliação externa de acordo com as indicações fornecidas: organização dos diversos painéis e apresentação da escola. O grupo de auto-avaliação da escola colaborou com a Comissão nessa preparação.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo				X
2.4 Oportunidades de aprendizagem			X	
2.5 Equidade e justiça			X	
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

Escola (ou Agrupamento): SECUNDÁRIA D. LUÍS DE GUSMÃONome: IRMA ROJA ROCHAFunção: COORDENADORA DO GRUPO DE APOIO - ALUNOSData: 16 de junho de 2008Assinatura: [Assinatura]

Questionário às escolas
**ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHEIRO E
 ROSA**

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. "Tópicos para a apresentação da escola"
- i. Pertinência dos tópicos seleccionados
 - ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

O documento sobre tópicos para a apresentação da escola parece-nos de grande utilidade para as escolas como forma de se saber quais os tópicos que devem ser abordados como forma de uniformização para que a equipa de avaliação possa ter grau de comparação. Nada temos a dizer sobre o seu conteúdo pois entendemo-lo como uma referência. A escola elaborou a sua apresentação tendo em conta o referido documento sem o seguir exaustivamente.

- b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"
- i. Apreciação global

No nosso entendimento o quadro de referência parece-nos adequado, no entanto parece-nos que a avaliação da escola se centra muito no que existe no momento da avaliação sem ter em conta os dados referentes aos últimos anos de actuação da escola. Isto pode ter uma razão de ser dado que se está a testar um modelo e não existem dados anteriores sobre outras eventuais avaliações. Assim, futuramente deve ter-se em conta possíveis avaliações já realizadas sobre a escola e a evolução feita desde a última avaliação.

- ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 - 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f., o quadro da página seguinte)
 - 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

A receptividade a este projecto por parte de todos os intervenientes da escola foi muito boa. Após a reunião de Aveiro foi convocado um conselho pedagógico onde se delineou a estratégia a desenvolver para o processo de avaliação externa. Os documentos foram distribuídos a toda a comunidade educativa e

todos puderam contribuir com sugestões para a apresentação da escola. Após este conselho pedagógico realizaram-se mais três reuniões (com as estruturas da escola) para a preparação da apresentação da escola.

- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

Houve um grande esforço de todos os intervenientes dado o momento da visita da equipa de avaliação externa coincidir com a preparação do final do ano lectivo. A recolha e selecção da informação exigiu muito esforço e tempo da parte de todos. Percebendo que não existia outro momento disponível para se efectuar a visita parece-nos que o melhor momento será o início do 2º período.

- c. Outros comentários relevantes.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração

A visita decorreu durante dois dias. Parece-nos muito pouco tempo, pois exigiu, em especial da parte da equipa de avaliação, um grande esforço para trabalhar, com a atenção que um trabalho deste tipo exige, durante 11 ou 12 horas consecutivas. Assim, parece-nos que de futuro esta visita devia estar repartida por 3 ou 4 dias dando à equipa a oportunidade de ter um maior e melhor contacto com a realidade da escola. Na parte final da visita era visível o cansaço de todos pelo que seria bom ter mais um dia para tratar de alguns assuntos, nomeadamente a questão da autonomia da escola.

- b. Organização da visita

Tendo em conta o que se disse no ponto anterior parece-nos que a visita foi muito bem organizada tendo sido cumpridos os horários das reuniões com os vários intervenientes.

- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

Os painéis foram bem seleccionados e constituídos tendo a equipa contactados com todas as pessoas que ou trabalham na escola ou, de alguma forma, estão relacionadas com as actividades da escola. O Conselho Executivo teve o cuidado de seleccionar os vários intervenientes de forma a que eles, de alguma forma, constituíssem uma amostra relativamente aos vários públicos existentes na escola (por exemplo os pais e os alunos foram escolhidos de forma a constituírem uma amostra relativa aos diversos cursos e anos existentes na escola; os funcionários foram escolhidos tendo como critério a sua antiguidade na escola...)

d. Orientação das reuniões

Parece-nos que as reuniões estavam muito bem preparadas, sendo conduzidas com grande mestria para tentar saber o que se pretendia.

e. Outros comentários relevantes

4. Sobre o relatório produzido:

a. Estrutura

A estrutura do relatório está de acordo com a estrutura/organização das entrevistas.

b. Clareza do texto

No nosso caso houve alguma confusão relativamente a alguns dados constantes no relatório (provavelmente houve confusão com outra escola) o que nos parece que está de acordo com o facto das visitas terem acontecido muito rapidamente e da equipa não ter tido tempo se debruçar sobre os dados recolhidos no momento da visita. Para além deste facto parece-nos bem toda a argumentação e a descrição da situação existente na escola.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

e. Outros comentários relevantes

f.

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

O processo de avaliação da escola ou de outra instituição é um processo que se pretende dinâmico e de grande utilidade para a escola pois constitui um momento de reflexão e de análise duma situação, tendo como objectivo a consciencialização daquilo que são os pontos fortes de qualquer instituição e da constatação dos pontos fracos numa perspectiva de melhoria da prestação dos serviços.

A reflexão inerente ao processo de avaliação externa permite que a escola tome consciência da sua dinâmica podendo tal facto reflectir-se no processo de autoavaliação e em melhorias significativas.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X
2.2 Diferenciação e apoios				X
2.3 Abrangência do currículo				X
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias				X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X
3.2 Gestão dos recursos humanos			X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias				X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Escola (ou Agrupamento): Escola Secundária de Pinheiro e Rosa

Função: Conselho Executivo

Data: 21/7/2006

Assinatura: _____



Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. “Tópicos para a apresentação da escola”

i. Pertinência dos tópicos seleccionados

Considerados pelo grupo como pertinentes.

ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

Questão orçamental e suas implicações nas prioridades do Agrupamento.

b. “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”

i. Apreciação global

Globalmente positiva.

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Os factores apresentados são considerados relevantes. ☐ grupo considerou pertinente, no ponto 3. ☐ Organização e gestão escolar, a inclusão do item ☐ Gestão dos recursos financeiros.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

A Escola e suas estruturas tentaram responder às solicitações do grupo de trabalho e suas propostas. Todo o Agrupamento se envolveu desde o início deste processo, uma vez que foi colocada a questão da candidatura a este projecto nas diferentes estruturas, tendo o Agrupamento respondido positivamente. Numa fase posterior, todos, de uma maneira ou de outra, se prepararam, tendo sido mobilizado um grupo que, depois de ouvidos os seus pares, preparou a apresentação.

b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

O esforço foi, na opinião dos envolvidos mais directamente neste processo, maior do que à primeira vista possa parecer, uma vez que o “tíming” da visita coincidiu com um período de muito trabalho. A agravar este facto, existiu uma situação urgente a resolver (um caso de meningite), pelo que não foi possível mais do que foi apresentado.

c. Outros comentários relevantes.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

a. Duração

Suficiente, embora com uma agenda muito sobrecarregada.

b. Organização da visita

Muito positiva.

c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

Num Agrupamento deste tamanho, os painéis escolhidos tenderam a ter os mesmos elementos, já que as mesmas pessoas desempenham várias funções, o que não é facilitador na prestação da informação, de acordo com a função e questões colocadas, podendo ocorrer a duplicação ou ausência de informação.

d. Orientação das reuniões

Bem orientadas e incisivas.

e. Outros comentários relevantes

4. Sobre o relatório produzido:

a. Estrutura

Bem estruturado, de acordo com o solicitado.

b. Clareza do texto

Texto de leitura fácil, acessível aos vários públicos do Agrupamento.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave

Centrado e incisivo.

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

Grande aplicabilidade. No caso deste Agrupamento, com sugestões de melhoria que serão tidas em conta na planificação do trabalho a curto e médio prazo.

e. Outros comentários relevantes

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Ao nível da articulação, esta apresenta-se difícil, uma vez que às escolas faltam práticas de auto-avaliação direccionadas às realidades e dificuldades detectadas. No entanto, os documentos fornecidos poderão ser importantes como referência para futuras práticas de auto-avaliação. No entanto, estes momentos constituem momentos de reflexão que levarão a uma maior focalização nos pontos a trabalhar, levando, naturalmente, a uma articulação com os documentos orientadores da prática educativa, sua construção e aplicabilidade, e com as diferentes estruturas, conduzindo em última instância, a uma reorientação da instituição.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo				X
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias				X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X
3.2 Gestão dos recursos humanos			X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias				X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação			X	
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Escola (ou Agrupamento): Agrupamento de Escolas de Gondifelos

Nome e Função: Joaquim Malvar, Presidente do Conselho Executivo; Fátima Maia,

Vice-Presidente do Conselho Executivo; Joaquim Paiva, Presidente da

Assembleia de Escola e Carla Castelo Branco, Presidente do Conselho

Pedagógico e Coordenadora da Equipa de Auto-Avaliação.

Data: 26 de Julho, 2006

Questionário às escolas

1. Como avalia os documentos fornecidos

a. «Tópicos para a apresentação da escola»

i e ii

Os tópicos indicados para a apresentação da escola pareceram-nos adequados e suficientemente abrangentes para a unidade de gestão ser devidamente retratada.

A organização escolar contém uma faceta dominada pela lógica, pela reflexão científica e pela sistematização eficaz, ao mesmo tempo que apresenta a outra face da moeda: a vertente emocional, o âmbito de uma experiência concreta, a vivência do seu carácter inabarcável.

Achamos que foi possível, de alguma maneira, seguindo os tópicos, mostrar as duas faces da moeda, preparando a visita de alguém exterior a uma organização vivida, sentida, sofrida e gozada a partir de dentro.

É nesta medida que a relevância dos tópicos, assim como a possibilidade de incluir outros, será sempre difícil de avaliar. Os apresentados são suficientes se pensarmos que «todas as palavras têm uma pequenina parcela de silêncio e os silêncios, uma boa dose de eloquência».

b.

«Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos»

i. Apreciação global

Pensamos que os cinco domínios-chave que fazem parte do quadro de referência são, sem dúvida, fundamentais para o bom funcionamento de uma unidade de gestão. Eles têm em conta os processos e não apenas os resultados. Neles está contido tudo aquilo que se relaciona com a dimensão autenticamente educativa. O clima, o sentido da acção, é o que verdadeiramente importa. Logo, a colegialidade, os valores, as relações interpessoais, as diferentes actividades, as instalações e o material, a organização, são indicadores que funcionam como um todo e que não podem ser esquecidos. Pensamos que o não foram.

ii. Escolha dos factores em cada domínio

1. Cf. quadro anexo

2. De acordo com o que foi afirmado anteriormente, achamos que os factores escolhidos são muito relevantes, tendo, no entanto, consciência que outros, também importantes poderiam ser incluídos -

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a., b. e c.

As escolas e as suas estruturas envolveram-se empenhadamente na preparação da avaliação.

Foram feitas reuniões prévias onde se reflectiu não só sobre a apresentação, mas também sobre todos os outros aspectos a ter em conta. Todos sabíamos que não é fácil transmitir em algumas horas o trabalho diário de anos. Todos sabíamos quão difícil é mostrar acontecimentos que tiveram os seus 'presentes pedagógicos' ou evidenciar a 'micropolítica da escola'.

Contudo, todos nos esforçámos de diversas formas, porque somos todos diferentes e todos reflectimos sobre os limites impostos pela realidade concreta. Pensamos que a nossa comunidade educativa concorda com Montaigne quando ele diz que 'o mundo é escola de investigação. Não ganha quem corre mais, mas quem corre melhor'.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação

a., b., c., d., e e.

Foi gratificante trabalharmos com quem não conhecíamos mas com quem rapidamente se estabeleceu um clima afável, solidário e sincero. A compreensível tensão inicial desvaneceu-se.

Atrever-nos-íamos a pedir o prolongamento da visita não fora sabermos a enorme tarefa que tinham entre mãos e o programa pré-estabelecido.

Ouvintes atentos, com intervenções e questões pertinentes, não deixaram no entanto os elementos da equipa de dar liberdade aos diferentes painéis de exprimir as suas opiniões e de solicitar melhores explicações e elementos em falta.

Também na constituição dos painéis foi dada alguma liberdade controlada, para que a aferição fosse possível, tendo a escola oportunidade de alargar a sua participação.

Foram assim passados três dias onde se partilharam experiências, práticas, realidade e sonhos.

4. Sobre o relatório produzido

a., b., c., d. e e.

5. Nível de articulação (e contributos) ...

Se durante a visita sentimos o que atrás foi exposto, o relatório veio efectivamente dar-nos razão; correctamente estruturado, com um texto claro e focalizando o essencial, o relatório espelha a nossa imagem: pontos fortes, pontos fracos, vontade de melhorar, compreensão necessária para garantir a rectificação e a mudança.

A avaliação externa, juntamente com a avaliação interna, reflecte a realidade das escolas e permite que os protagonistas se vejam com clareza e rigor. Da compreensão suscitada pela imagem contemplada, nascerá a decisão de corrigir um gesto, limpar o rosto, ou realizar uma operação mais complexa.

Foi, de facto, como olharmo-nos ao espelho ..., mantendo-o face à realidade, situando-o de forma a receber uma imagem fiel, limpando-o de impurezas que dificultam a visão, acolhendo as sugestões dos que nele se espelham.

Sabemos que a finalidade última é melhorar aquela realidade, aquela imagem que se projecta no espelho e que constitui um serviço social presidido por valores.

Não queremos parar, queremos correr melhor, aceitando as nossas circunstâncias, mas procurando sempre ultrapassá-las.

Esta avaliação foi uma boa ajuda.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem			X	
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos			X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia			X	
4.2 Motivação e empenho			X	
4.3 Abertura à inovação			X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação			X	
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Escola (ou Agrupamento): EUGÉNIO DE ANDRADE

Nome: MARIA NATÁLIA CABRAL

Função: PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO

Data: 24/7/2006

Assinatura:_____

AGRUPAMENTO VERTICAL EUGÉNIO DE ANDRADE

ESCOLA EB 2,3 DE PARANHOS

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO ÀS ESCOLAS (EQUIPA DE AVALIAÇÃO)

1. COMO AVALIA OS DOCUMENTOS FORNECIDOS:

a. “Tópicos para a apresentação da escola”

i. Pertinência dos tópicos seleccionados

Penso que os tópicos seleccionados foram resultado de uma lógica e objectiva reflexão deste grupo de avaliação, pelo que reconheço serem não só pertinentes e correctos, mas também dos mais motivantes para a apresentação de uma escola/Agrupamento, como o nosso. Permitiu demonstrar, de várias formas, o porquê da nossa candidatura a este Projecto Piloto de Avaliação Externa, um pouco do nosso percurso, trabalho e empenho, numa procura constante de inovação e melhoria, em prol dos alunos e restante comunidade educativa.

ii. Sugestões de outros tópicos relevantes

Penso que é sempre possível encontrar outros tópicos, mas os escolhidos pela equipa pareceram-me, pelas razões apontadas anteriormente, muito bem seleccionados e perfeitamente enquadrados no trabalho a realizar.

b. “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”

i. Apreciação global

Penso que o documento elaborado por este grupo de trabalho, depois de seleccionados os domínios chave e, destacados os factores que contribuem para estes domínios, tornou-se mais fácil visualizar, de uma maneira clara e objectiva, para os diferentes órgãos e estruturas da escola/ Agrupamento, os assuntos a discutir, documentos a apresentar e pontos de interesse a referir. As perguntas ilustrativas do entendimento dos factores, elaboradas pela equipa de avaliação foram, sem sombra de dúvida, de grande ajuda na preparação de todo o trabalho de preparação da visita.

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (preenchimento do quadro)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Penso que foram bem escolhidos, bem exemplificados e ilustrados, pois permitiram percorrer todos os passos e áreas importantes da vida da escola/Agrupamento, com todos os seus actores (alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação) e a sua envolvência na comunidade.

2. SOBRE A PREPARAÇÃO DA ESCOLA PARA A AVALIAÇÃO

a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

A nossa escola tem vindo a criar raízes de uma cultura de auto-avaliação, que está a ser já implementada nas restantes escolas do agrupamento. Além disso, ao longo dos anos, tem sido alvo de várias acções, quer de avaliação interna quer de avaliação externa. Por estes factos, as suas estruturas receberam, com agrado, mais esta manifestação de interesse / reconhecimento pelo trabalho realizado, procurando tornar acessíveis as visualizações e comprovativos desse trabalho.

b. Como avalia o esforço desenvolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

Como referi anteriormente, o esforço desenvolvido na preparação da visita foi realizado com alegria e motivação de, uma vez mais, ter a possibilidade de mostrar resultados, referir projectos e protocolos, ilustrar vivências em que a escola / Agrupamento se tem e continua a estar envolvida/o. O Conselho Executivo seguiu as informações recebidas, organizando a visita de forma a rentabilizar o tempo de cada reunião / entrevista; todas as outras estruturas foram informadas atempadamente, para que tudo se harmonizasse e decorresse em tempo útil.

c. Outros comentários relevantes.

Penso que tudo se organizou o melhor possível, o tempo foi rentabilizado não só nas reuniões / entrevistas, mas também nas deslocações às escolas do Agrupamento.

Penso que as evidências da nossa candidatura foram demonstradas.

Gostaria de destacar que, as datas da visita coincidiram com uma época de muito trabalho para a escola, em especial no que se refere ao 9º ano, com as Prova Globais a decorrer bem como a preparação para os exames de Junho. No entanto, conforme se veio a comprovar, esse facto não teve a menor relevância no decorrer das sessões.

3. SOBRE A VISITA DA EQUIPA DE AVALIAÇÃO**a. Duração**

Penso que a duração da visita foi a correcta, tendo em vista a programação estabelecida pela equipa de avaliação.

b. Organização da visita

Penso que, quer a equipa de avaliação com as suas propostas, quer a escola / Agrupamento com as suas respostas, organizaram a visita de modo equilibrado, eficaz, justo e com elevado profissionalismo.

c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

Penso que a escolha foi acertada; todos os actores da escola / Agrupamento foram ouvidos, permitindo uma efectiva e larga abrangência de opiniões sobre os temas propostos, documentos elaborados, experiências em curso, medidas de melhoria aplicadas em várias situações, projectos em execução, trabalho desenvolvido e a desenvolver. Ao constituir os painéis, as estruturas da escola tiveram o cuidado de atender à diversificação, de modo que todos dessem o seu contributo em, pelo menos uma área, pois há pessoas envolvidas em várias frentes, simultaneamente.

d. Orientação das reuniões

Penso que as reuniões foram bem orientadas pela equipa de avaliação que nos visitou, solicitando os entrevistados de forma correcta, simpática e afável, permitindo um diálogo fácil e frutuoso, de que resultou uma fluida troca de informações, enriquecida e ilustrada pelos documentos elaborados pelos diversos grupos.

e. Outros comentários relevantes

Em minha opinião e, pela troca de impressões com vários dos entrevistados pela equipa, docentes e não docentes, foi unânime considerar a visita como útil, bem programada, e bem organizada, sendo realçado o clima de abertura e empatia gerado entre os entrevistadores e entrevistados, o que se revelou facilitador do trabalho realizado.

4. SOBRE O RELATÓRIO PRODUZIDO

a. Estrutura

Penso que o relatório está muito bem estruturado, seguindo a ordem pré-estabelecida, do quadro de referência para a avaliação da escola / Agrupamento, de acordo com os domínios chave seleccionados e os factores que contribuem para esses domínios.

As suas cinco partes começam, de modo esclarecedor, numa **introdução** acerca do trabalho desenvolvido, focalizando o **enquadramento** e, continuando numa **apreciação** exaustiva e **classificação** dos níveis de desempenho alcançado pela escola / Agrupamento nos **domínios chave**. Segue-se a descrição pormenorizada da **análise dos factores** por domínio, completando-se com umas bem descritas e motivantes **considerações finais**.

b. Clareza do texto

Como já referi em algumas considerações anteriores, o texto do relatório apresenta-se claro e perceptível, revelando profundo conhecimento das matérias em análise, o que é para a escola / Agrupamento, altamente gratificante.

c. Focalização no essencial dos domínios chave

Penso que todos os pontos importantes, em cada um dos domínios chave foram bem analisados e classificados, o que permite constatar que a “mensagem” da escola / Agrupamento foi bem transmitida, documentada, entendida e apreciada. É motivo de grande orgulho, para todos os que aqui trabalham, ensinando e/ou aprendendo, receber as classificações que nos foram atribuídas.

Foram também destacadas áreas que nos são muito caras e que têm vindo a ser a nossa “marca”: o trabalho com os surdos e alunos deficientes mentais.

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

Em resultado de anteriores avaliações internas e externas, a escola sempre tem posto em acção planos de melhoria, de modo a diminuir e erradicar as suas debilidades. Com mais esta avaliação que, esperamos nos conduza a uma nova fase de autonomia, vamos continuar a introduzir novos mecanismos, que permitam aumentar os pontos fortes e minorar os pontos fracos.

e. Outros comentários relevantes

Penso que a visita desta equipa serviu para aumentar a auto estima do Agrupamento, acreditar, agora e sempre, as capacidades dos seus intervenientes e sentir o reconhecimento do empenho e trabalho desenvolvido.

5. NÍVEL DE ARTICULAÇÃO (E CONTRIBUTOS) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola

Penso que a auto-avaliação só se completa quando se executam, simultaneamente, a avaliação interna e a avaliação externa. Como estamos conscientes dos nossos pontos fortes e das nossas debilidades, uns e outras, confirmados mais uma vez pelo presente relatório de avaliação externa, poderemos certamente, no próximo ano lectivo, pôr já em funcionamento novos planos de melhoria, articulando os dados desta avaliação externa, com os resultados da avaliação interna que está também a realizar-se, neste final de ano lectivo, como é habitual.

Sabemos, como também foi destacado pelo presente relatório, que alguns pontos fracos poderão ser melhorados com esforço, empenho e consciencialização das situações a alterar pelos protagonistas. Também sabemos que há debilidades difíceis de ultrapassar, pois dependem de factores e entidades exteriores à escola / Agrupamento.

No caminho que escolhemos, ao procurar estar sempre na vanguarda, continuaremos a tentar derrubar essas barreiras, possivelmente mais fáceis de transpor, ao entrarmos na nova fase de celebração do contrato de autonomia.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios				X
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Escola (ou Agrupamento): EUGÉNIO DE ANDRADE

Nome: MARIA DE FÁTIMA BASTOS

Função: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Data: 24/7/2006

Assinatura:_____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. "Tópicos para a apresentação da escola"
 - i. Pertinência dos tópicos seleccionados
Os tópicos abrangem o funcionamento do agrupamento e permitem olhar as diferentes valências das estruturas que o integram.
 - ii. Sugestão de outros tópicos relevantes
Não tenho sugestões, apenas sugiro a alteração do termo "escola" pelo termo "agrupamento" ou "escolas do agrupamento" ou "escola X" quando se referissem especificamente a uma das escolas.
- b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"
 - i. Apreciação global
Penso que esta é uma listagem curta e simultaneamente exaustiva dos domínios a avaliar na organização educativa que é o agrupamento.
 - ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)
 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?
São os mais relevantes. Talvez existam outros noutras realidades educativas...

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?
De uma forma activa e estruturada de acordo com o quadro de referência fornecido previamente à visita.
- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?
Não me parece estarmos perante uma actividade que exija "esforço" na preparação. Este tipo de auditorias são, por mim, encaradas com normalidade e deveriam fazer parte integrante do normal funcionamento do agrupamento.
- c. Outros comentários relevantes.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração – Adequada.
- b. Organização da visita – Bem organizada; cumprimento dos horários.
- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas – Adequada. Foram ouvidas pessoas pertencentes a todas as estruturas de funcionamento.
- d. Orientação das reuniões – Bem orientadas; estruturadas de acordo com o quadro de referência.
- e. Outros comentários relevantes

4. Sobre o relatório produzido:

- a. Estrutura – De acordo com o quadro de referência.
- b. Clareza do texto – Texto claro.
- c. Focalização no essencial dos domínios-chave - De acordo com o quadro de referência.
- d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola – De grande importância para a melhoria da eficácia de funcionamento do agrupamento.
- e. Outros comentários relevantes

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Permite identificar com maior eficácia as debilidades no agrupamento, escolher linhas de rumo e activar sinergias para as ultrapassar. Reforça a credibilidade da auto-avaliação como forma de melhoria do funcionamento da organização educativa. Após a avaliação, o agrupamento, deve procurar melhorar o seu funcionamento e passar a um novo diagnóstico de conjunto que fundamente as mudanças e orientações necessárias para o agrupamento prosseguir na sua estratégia de melhoria.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias				X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias				X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

Escola (ou Agrupamento): VERTICAL EUGÉNIO DE ANDRADE

Nome: MARIA DOS ANJOS VIANA

Função: COORD. BIBLIOTECA / PROJECTOS

Data: _____

Assinatura: _____

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO

DA AVALIAÇÃO DO PROJECTO PILOTO SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

1. Como avalia os documentos fornecidos

a)

i) Os seis tópicos seleccionados pela Grupo de Trabalho foram pertinentes na medida em que possibilitaram uma visão global do enquadramento da Escola/Agrupamento.

ii)

b)

i) Globalmente o quadro de referência é ajustado e objectivo resultando do mesmo um conjunto muito diverso de informações nos vários domínios em que a Escola deverá ser avaliada.

A linguagem técnica utilizada nalguns tópicos dos domínios chave distancia-se um pouco das questões colocadas directamente pelo Grupo de Trabalho.

ii)

1) Grelha anexo

2) No domínio chave “Liderança” consideramos pertinente a inclusão do factor “articulação entre as diferentes Estruturas de Orientação Educativa” na medida em que dessa articulação resulta o sucesso educativo.

No domínio da “Organização e gestão escolar” consideramos inevitável a referência ao factor de “Gestão orçamental” uma vez que a qualidade e oferta educativas dependem dos recursos financeiros, nomeadamente, Plano Anual de Actividades e oferta educativa. Não é possível criar uma escola de referência de qualidade, com áreas de excelência reconhecidas sem meios que garantam a implementação e continuidade a médio e longo prazo.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a)

Foi criado um grupo de trabalho para definição de uma estratégia de actuação.

Foram designados os diversos elementos dos grupos envolvidos na avaliação externa tendo em conta as orientações decorrentes da reunião em Aveiro.

Em reunião geral com todos os elementos designados distribuiu-se a documentação recebida onde foram dadas orientações no âmbito da avaliação externa.

De acordo com o quadro de referência, criaram-se grupos constituídos pelos elementos designados onde foi feito um estudo/reflexão nos cinco domínios chave.

b) Todo o trabalho relacionado com a preparação da visita representou um esforço significativo de coordenação, na medida em exigiu:

- um número elevado de pessoas envolvidas;
- a necessidade de articulação entre as diversas estruturas;

Alguma perturbação do funcionamento da escola dado decorrer em tempo de aulas;

A recolha de informação solicitada não significou investimento dado já se encontrar organizada;

c) O espaço de tempo entre a reunião de Aveiro e a data da visita à Escola foi muito curto, dado o grau de aprofundamento das questões exigidas e de toda a dinâmica subjacente à preparação da visita. O mês escolhido para a visita não foi o mais indicado por ser o final do ano lectivo, com os alunos do 9º ano em avaliações (provas globais) e os restantes envolvidos em muitas outras actividades.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação

a) A duração foi ajustada.

b) A visita foi bem organizada e estruturada atempadamente na reunião de Aveiro. A duração das entrevistas foram respeitadas e o Grupo de trabalho foi pontual.

c) A constituição do Grupo de trabalho por elementos de diferentes áreas permitiu um alargamento das questões do quadro de referência contribuindo assim para um melhor conhecimento da realidade escolar.

d) As reuniões foram bem conduzidas, o Grupo foi incisivo nas questões colocadas mostrando uma boa preparação técnica.

e) (Não há)

4. Sobre o relatório produzido

a) A estrutura é clara e de acordo com os domínios chave estabelecidos que facilitam a leitura do documento.

b) No ponto 1.1 na frase “No 1 ciclo a avaliação,” a expressão cadernetas pessoais” deverá ser substituída por “ficha de registo de avaliação”. No ponto 3.3 “Qualidade e Acessibilidade dos Recursos”, quando foca o “(...) um Laboratório de Físico-Química que não tem sido utilizado,...” entendemos que o sentido seja que a componente experimental é pouco trabalhada pelos alunos dada a escassez de material de laboratório”.

c) Todos os domínios-chave previstos foram focados.

d) Nos pontos considerados como “fortes” a Escola considera-os motivadores potenciando desenvolver novas práticas e traçar novos caminhos. Nos pontos considerados como “debilidades”, apesar de serem condicionantes já por nós diagnosticadas, não deixarão de ser consideradas no plano de acção da Escola.

e) (Não há)

5. Nível de articulação (e contributos)

O presente documento será utilizado como um instrumento de trabalho para a elaboração de outros documentos estruturantes das praticas organizativas (Projecto Educativo, Projecto Curricular, Regulamento Interno,...), pois contribuiu para um melhor esclarecimento da identidade do Agrupamento;

O processo de avaliação possibilitou com a mediação de elementos externos à comunidade escolar a que diferentes grupos de pessoas, num ambiente positivo, se envolvessem no processo, reflectissem criticamente sobre as suas práticas e sobre diferentes dimensões da organização.

A metodologia de trabalho, da qual destacamos a partilha de ideias em grupos de constituição heterogénea (alunos, pais, pessoal docente, não docente, autarquia...), poderá de futuro ser adoptada no âmbito da avaliação interna.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X	
1.3 Comportamento e disciplina				X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo				X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça				X	
2.6 Articulação com as famílias				X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos				X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias				X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho				X	
4.3 Abertura à inovação				X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X	
5.2 Sustentabilidade do progresso				X	

Escola (ou Agrupamento): Agrupamento de Escolas Cávado Sul

Nome: Maria Paula Abreu Pereira Elias de Sousa

Função: Presidente Conselho Executivo

Data: 21 de Setembro de 06

Assinatura: _____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. "Tópicos para a apresentação da escola"

i. Pertinência dos tópicos seleccionados

Resposta: Os tópicos gerais seleccionados e sugeridos pelo Grupo de Trabalho para apresentação das escolas/agrupamentos pareceram-nos pertinentes e abrangentes, pois permitiram a ilustração dos elementos essenciais de uma escola para efeitos de uma inventariação/identificação estratégica dos seus pontos fortes e pontos fracos

O acesso prévio aos documentos orientadores da escola/agrupamento e aos dados sobre a população escolar, os resultados escolares e os recursos humanos da escola pareceu-nos ser também muito pertinente.

ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

Resposta: -----

b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"

i. Apreciação global

Resposta:

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Resposta: Para cada um dos domínios, os factores escolhidos foram relevantes pela sua abrangência, profundidade, objectividade e conexão/inter-relacionamento em sede de cada um dos domínios.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

Resposta: Num primeiro momento, o Presidente do Conselho Executivo sensibilizou o Conselho Pedagógico para a preparação da avaliação, tendo sido apresentados e debatidos os documentos preparatórios oportunamente enviados pelo Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas, designadamente "Tópicos para a apresentação da Escola", "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos" e "Regras para a constituição dos painéis representativos dos diversos corpos da escola ou agrupamento". Num segundo momento, foram realizadas reuniões de sensibilização/informação, em sede das diferentes estruturas intermédias de gestão para divulgação, conhecimento e participação no processo de preparação da avaliação. Cada estrutura intermédia trabalhou os documentos acima referidos conforme melhor entendimento.

Paralelamente, o Presidente do Conselho Executivo reuniu com o Pessoal Administrativo e Auxiliar de Acção Educativa do Agrupamento para sensibilização/informação do processo e indicação dos elementos a integrar os painéis.

Num terceiro momento, o Presidente do Conselho Executivo reuniu com os elementos do Conselho Pedagógico e outros elementos docentes e não docentes (com excepção dos alunos e alunas que foram seleccionados e sensibilizados pelos respectivos Directores de Turma) que integrariam os painéis, para debate de ideias e definição da metodologia de selecção/compilação das evidências documentais. As duas últimas reuniões desta fase foram orientadas para o visionamento, análise crítica e eventual reajustamento do documento final a apresentar pela escola e que desde o primeiro momento foi configurado, planificado e organizado pelo Presidente do Conselho Executivo.

- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

Resposta: O esforço envolvido na preparação da visita foi uma mais-valia para todos os elementos intervenientes, pois permitiu por via do seu empenho, motivação e envolvimento sustentar o processo de aprendizagem inerente à implementação do nosso sistema de auto-avaliação.

- c. Outros comentários relevantes.

Resposta: Importa referir que a calendarização da visita implicou uma reorganização funcional interna, pois envolveu muitos elementos com diversas funções e actividades em curso, o que poderia ter dificultado um pouco a eficácia do processo. No entanto, a forma como os elementos foram sensibilizados/envolvidos pelo Conselho Executivo e a importância estratégica que o Conselho Executivo/Conselho Pedagógico atribuiu à avaliação externa foram determinantes para a disponibilidade, envolvimento e participação de todos.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração

Resposta: Em situações futuras, parece ser importante que a duração da visita da equipa não seja igual para todas as escolas/agrupamentos. O nº de dias de duração deverá relacionar-se com a dimensão e tipologia organizacional de cada escola/agrupamento. Por exemplo, no nosso caso concreto, a dispersão geográfica dos jardins de infância, as escolas do 1º CEB, o nº de freguesias abrangidas, a dimensão global do Agrupamento talvez justificassem uma maior duração da visita nunca inferior a 4 dias.

- b. Organização da visita

Resposta: A organização da visita foi bem planificada e eficiente.

- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

Resposta: Revelaram-se adequados tendo em vista o campo do questionamento/interpelação e procura/identificação das evidências em sede de cada um dos domínios-chave e factores integrantes de cada domínio consagrados no quadro de referência.

d. Orientação das reuniões

Resposta: A orientação das reuniões foi metódica e eficiente. A estratégia utilizada revelou-se eficaz.

e. Outros comentários relevantes

Resposta: A equipa de avaliação externa que esteve presente no nosso Agrupamento foi muito profissional, competente, empática, objectiva e organizada. Verificou-se uma unanimidade geral na apreciação/comentários efectuados sobre a equipa que conduziu a avaliação externa - o clima de abertura, a simpatia, a empatia, a objectividade das questões, a capacidade de interpelação, o método de trabalho, a forma de condução dos trabalhos colheram rasgados elogios junto dos elementos participantes/entrevistados.

4. Sobre o relatório produzido:

a. Estrutura

Resposta: Evidência clara dos eixos estruturantes do relatório. Estrutura organizativa detalhada e apelativa à leitura/consulta.

b. Clareza do texto

Resposta: Linguagem (mesmo a mais técnica) muito clara e sintética. Grande objectividade na descrição das ideias centrais.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave

Resposta: Apresentação/descrição objectiva e clara dos aspectos essenciais. Evidenciação precisa e clara dos pontos fortes e fracos. Trata-se de facto de um relatório completo, pormenorizado, que aponta rumos de desenvolvimento futuro, fornecendo um retrato muito preciso do estado do nosso Agrupamento.

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

Resposta: O relatório de avaliação externa apresentado constituiu-se como um instrumento de acção estratégica relevante para o nosso Agrupamento. A clareza e objectividade das evidências relatadas, contribuirá de forma inequívoca, a nível organizacional, para um planeamento interno de melhoria mais consistente, dado que fornece informação útil que servirá de base à definição de prioridades.

e. Outros comentários relevantes

Resposta: ----

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Resposta: A identificação precisa e clara dos pontos fortes e pontos fracos é, sem dúvida, um contributo muito positivo para a maior (auto)percepção do nosso Agrupamento. A análise/reflexão colectiva do relatório permitirá formular uma convergência ainda maior de posições sobre o Agrupamento, por parte dos diversos actores, podendo potenciar as interacções e influenciar e consolidar positivamente as condições de qualidade e eficácia educativas.

A articulação dos dados obtidos no nosso processo de auto-avaliação relativo ao presente ano lectivo com as evidências sustentadas no relatório de avaliação externa, vão por certo valorizar ainda mais a singularidade e a cultura do nosso Agrupamento, reforçar a sua identidade própria, uma vez que por via do teor do relatório de avaliação externa, o conhecimento do Agrupamento fica mais

consistente, facilitando o desenvolvimento mais coerente e sustentável de um processo de definição do que será necessário fazer para que cada uma das prioridades a estabelecer se possam concretizar de forma precisa e eficaz.

Reconhecendo que as opções subjacentes ao desenho e concretização da melhoria do nosso Agrupamento podem ser variadas, tendo, no entanto, como referência o presente relatório de avaliação externa, admitimos que a elaboração do próximo plano de melhoria terá certamente uma perspectiva mais confluyente entre o que já foi realizado e o que ainda há a melhorar, podendo assim sustentar e orientar a construção mais balizada, contínua e eficaz da melhoria desejada.

Como instrumento referencial de apoio, o relatório produzido pela equipa de avaliação externa, contribuirá para controlo mais preciso dos processos a desenvolver, balizando assim possíveis dispersões por múltiplas hipóteses de acção, o que, em certa medida, parece poder impelir a uma maior institucionalização da mudança por via de acções de melhoria mais estabilizadas e consistentes, num quadro de flexibilidade e abertura.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo					X
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos					X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias					X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

~~Escola (ou~~ Agrupamento): **de Escolas de Colmeias (Leiria)**

Nome: **Fernando Elias**

Função: **Presidente do Conselho Executivo**

Data: **18 de Julho de 2006**

Assinatura: _____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

a. "Tópicos para a apresentação da escola"

i. Pertinência dos tópicos seleccionados

No que concerne aos tópicos apontados no documento global fornecido, entendo que todos eles se revestem de grande importância para organizar informação fundamental a uma caracterização e apresentação da Escola. No entanto, e apesar de ter conhecimento que foi previamente fornecida informação/documentos orientadores à Equipa de Avaliação, considero que uma duração máxima de 60 minutos para apresentar um Agrupamento com as dimensões e as especificidades do nosso pode ser manifestamente insuficiente para dar a conhecer uma visão estratégica e os pontos fortes e fracos que identificamos. -----

ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"

i. Apreciação global

Considero que a estruturação em cinco domínios chave objectiva e claramente definidos, associada à enumeração dos factores que primordialmente contribuem para cada um desses domínios, constitui um fortíssimo quadro de referência para avaliar as unidades de gestão. -----

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Sim, considero que os factores escolhidos para cada um dos cinco domínios chave são os mais relevantes para um processo de avaliação das escolas. -----

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

A selecção para esta fase piloto de avaliação externa foi de imediato dada a conhecer e desencadearam-se encontros informais entre elementos de algumas das estruturas do Agrupamento para se partilharem os objectivos e a constituição dos painéis representativos dos diversos corpos do Agrupamento e respectivo agendamento do conjunto das reuniões com a Equipa de Avaliadores. -----

b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

Entendo que houve uma grande mobilização e envolvimento na preparação da visita, sendo de salientar que a quase totalidade do esforço necessário à organização da informação e da visita foi, a meu ver, dispendido pelos colegas membros do Conselho Executivo. No entanto, consideramos que não foi um esforço em vão, antes pelo contrário!... -----

- c. Outros comentários relevantes.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração

Apesar de considerar que o programa da visita ao nosso Agrupamento foi muito bem estruturado, entendo que os dois dias e meio, apesar do ritmo muito intensivo, não permitiram que a Equipa presente verificasse “in loco” algumas das muito boas práticas e condições do Agrupamento, nomeadamente no que respeita à educação pré-escolar e ao 1º ciclo (o conjunto de estabelecimentos de ensino do Agrupamento é numeroso e disperso por cinco freguesias). -----

- b. Organização da visita

Tal como referi na resposta à alínea anterior, penso que a organização do programa da visita foi bem estruturada e definida. -----

- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

Considero que foi “dada voz” a todos os sectores representativos da nossa comunidade educativa. De referir a pertinência das regras para a constituição dos painéis representativos dos diversos corpos do Agrupamento. -----

- d. Orientação das reuniões

Pelo que sei, é opinião geral que as reuniões decorreram da melhor forma, num clima de relativo “à vontade” e bem-estar, propício à inter-acção entre os presentes e promotor de respostas espontâneas. Estes factos advêm do modo como a equipa se apresentou e da clareza e objectividade com que dirigiu os trabalhos inerentes a cada reunião. -----

- e. Outros comentários relevantes

Pessoalmente, lamentei o facto de não se terem propiciado mais momentos para mostrar à Equipa de avaliadores externos muitos documentos e trabalhos ilustrativos de muitas respostas e opiniões partilhadas. -----

4. Sobre o relatório produzido:

- a. Estrutura

Apresenta uma estrutura bem sequenciada e de fácil consulta. -----

- b. Clareza do texto

O texto apresenta-se escrito de uma forma muito clara. -----

- c. Focalização no essencial dos domínios-chave

A síntese feita para cada um dos domínios (Grupo III) presta, só por si, já bastante informação relativa ao desempenho educativo do nosso Agrupamento. Como complemento, a análise dos factores por domínio (Grupo IV) dá-nos um contributo muito grande e ainda mais reflexivo e motivacional sobre a nossa realidade. -----

- d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

Considero que o facto de vermos reconhecido “extra-muros” que o nosso Agrupamento apresenta muitos pontos fortes e que as debilidades advêm, em grande parte, de variáveis externas, fará com que futuramente saiam fortalecidos os pontos que já são considerados fortes e se trabalhe mais em torno de objectivos de melhoria contínua para, gradualmente, se transporem também os obstáculos com que ainda nos deparamos. -----

e. Outros comentários relevantes

Aprecio o trabalho desenvolvido pela Equipa de avaliadores externos e congratulo-me por o Relatório ter sido remetido ao Agrupamento ainda a tempo de poder ser divulgado e partilhado com a comunidade escolar antes de um já muito ambicionado (e marecido!) período de férias. -----

- 5. Nível de articulação (e contributos)** que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Entendo que o processo de avaliação externa poderá, asseguradamente, contribuir para a sistematização da auto-avaliação do Agrupamento e para melhorar internamente o controlo dos resultados escolares e o processo de comparação com resultados externos.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios					X
2.3 Abrangência do currículo					X
2.4 Oportunidades de aprendizagem					X
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos					X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos					X
3.4 Ligação às famílias					X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

Escola (ou Agrupamento): Agrupamento de Escolas de Colmeias/Escola Básica Integrada de Colmeias

Nome: Paula Cristina dos Santos Marques Cardoso Oliveira

Função: Presidente da Assembleia do Agrupamento

Data: 22 de Julho de 2006

Assinatura: _____

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (*excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte*):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. "Tópicos para a apresentação da escola"
 - i. Pertinência dos tópicos seleccionados
 - ii. Sugestão de outros tópicos relevantes
- b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"
 - i. Apreciação global
 - ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)
 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?
- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?
- c. Outros comentários relevantes.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração
- b. Organização da visita
- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas
- d. Orientação das reuniões
- e. Outros comentários relevantes

4. Sobre o relatório produzido:

- a. Estrutura
- b. Clareza do texto
- c. Focalização no essencial dos domínios-chave
- d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola
- e. Outros comentários relevantes

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

Respostas ao Questionário às escolas – Equipa de Avaliação Externa

Questões / Respostas
1. Como avalia os documentos fornecidos:
a. “Tópicos para a apresentação da escola”
i. Pertinência dos tópicos seleccionados
ii. Sugestões de outros tópicos relevantes
R: ...
b. “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”
i. Apreciação global
R: Os cinco domínios – chave seleccionados para a avaliação do agrupamento são referenciais que nos parecem adequados para se analisar com sentido a qualidade da organização. Conhecer e reflectir qual a sua cultura, as relações que se estabelecem no seio do agrupamento, que estilos de liderança existem, quais os processos de comunicação e participação entre os seus colaboradores, quais os percursos escolares dos alunos, que processos são desencadeados pelos professores na selecção de estratégias de ensino e de que forma essas influenciam o sucesso escolar, entre outros, são factores de referência para a avaliação das escola / agrupamentos.
ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
1. Classificação da relevância dos factores (<u>classificação fechada: use, p.f. o quadro da página seguinte</u>)
2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?
R: Os factores escolhidos para cada domínio – chave são muito relevantes e permitirão conhecer e aferir com profundidade e objectividade as questões que se relacionam com cada um.
2. Sobre a preparação da escola para a avaliação
a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?
R: Foram realizadas reuniões / sessões de sensibilização e informação, nas estruturas de gestão intermédia, para que todos conhecessem o processo de avaliação e esclarecessem as suas dúvidas. Nessas reuniões / sessões procedeu-se a reflexões críticas dos desempenhos dos professores e dos processos desencadeados na organização e gestão do ensino/aprendizagem, no âmbito dos subdepartamentos e departamentos.
b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?
R: Todo o esforço despendido na preparação da visita foi bastante profícuo, permitindo dar continuidade à auto-avaliação a que o agrupamento se propôs desenvolver.
c. Outros comentários relevantes.
R: ...
3. Sobre a visita da equipa de avaliação:
a. Duração
R: Por ser um agrupamento muito grande em relação ao número de estabelecimentos de educação e ensino a duração da visita deveria ter sido, o mínimo, de 4 dias.
b. Organização da visita - c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas - d. Orientação das reuniões
R: Pareceu-nos que as estratégias propostas obtiveram bons resultados, uma vez que se observou grande eficiência na organização da visita e orientação das reuniões, o que contribui para uma melhor clarificação dos factores a analisar no processo de avaliação. A escolha e constituição dos painéis das entrevistas pareceram adequadas ao público entrevistado.

e. Outros comentários relevantes
R: A equipa de avaliação distinguiu-se pela sua competência, demonstrando à vontade nos temas abordados e empatia para com toda a comunidade educativa. O clima gerado pela equipa de avaliação contribuiu para a descontração e envolvimento de todos no processo de avaliação.
4. Sobre o relatório produzido:
a. Estrutura
R: Relato claro e preciso dos pontos fortes e fracos detectados na avaliação. Objectividade na análise e avaliação dos domínios - chave e dos factores avaliados.
b. Clareza do texto
R: Sintético e objectivo. Aborda no essencial as temáticas avaliadas, utilizando linguagem técnica e adequada ao contexto da respectiva avaliação.
c. Focalização no essencial dos domínios - chave
R: Os resultados da avaliação referentes aos domínios – chave foram apresentados de forma clara e objectiva.
d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola
R: O relatório de avaliação agora apresentado, irá contribuir para uma maior reflexão e análise do processo dos vários desempenhos – chave do agrupamento. Articulado os resultados apresentados no relatório, com os dados obtidos no processo desencadeado na auto – avaliação da qualidade do agrupamento no presente ano lectivo, será possível pensar, criar e implementar planos de melhoria para qualidade dos serviços prestados à comunidade e promoção de uma maior responsabilidade dos órgãos de gestão.
e. Outros comentários relevantes
R: (...)
5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.
R: Apesar do modelo de auto-avaliação escolhido pelo agrupamento ser diferente, na sua estrutura (pois divide a auto-avaliação em dois critérios, o dos meios e os dos resultados, dividindo-se cada uma em vários sub - critérios), do modelo apresentado pela equipa de avaliação externa, os conceitos abordados são convergentes e permitirão uma articulação entre eles. No futuro, o agrupamento poderá aferir alguns conceitos e uniformizar os indicadores da auto-avaliação da qualidade do agrupamento com os indicadores agora sugeridos e avaliados.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico					X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo				X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça					X
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar					X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade					X
3.2 Gestão dos recursos humanos				X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias					X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

Escola (ou Agrupamento): Agrupamento de Escolas de Colmeias

Nome: Dalila Almeida

Função: Coordenadora do Departamento Curricular de Expressões e da
Equipa da Auto-Avaliação da Qualidade do Agrupamento

Data: 20 de Julho de 2006

Assinatura: _____

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO ÀS ESCOLAS SOBRE “AVALIAÇÃO EXTERNA”.

1.a

- i. Muito pertinentes e facilitadoras de uma imediata auto-avaliação da Escola.
- ii Sem sugestões, já que na nossa opinião todos os aspectos foram indicados.

b.

- i. Apreciação global boa.
 - ii.
2. No factor “sucesso académico” não deveriam predominar os resultados da avaliação interna dos alunos sobre os da avaliação externa, já que estes últimos são nacionais e objectivos.

2.

- a. Na preparação para a avaliação o receio inicial deu origem a um empenhamento colectivo que dinamizou e continua a dinamizar as diferentes estruturas, nos vários níveis de ensino.

b.O esforço foi bastante, já que por termos sido a primeira escola a ser visitada, o tempo para a preparação de todo o material revelou-se escasso e gerador de alguma pressão emocional.

c. -----

3.

- a. Duração adequada.
- b. Visita bem organizada
- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas boa, já que foram seleccionados diferentes elementos de todas as estruturas da escola.
- d. Das opiniões recolhidas pudemos obter um parecer muito favorável quanto ao clima e relevância das questões.

e.-----

4.

- a. Estrutura de acordo com os tópicos propostos

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem			X	
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias				X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos			X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias				X

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

Escola (ou Agrupamento): de Perry CapuchoNome: Gracia FrutuosoFunção: Presidente C. ExecutivoData: 20 de julho 2006Assinatura: 

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO ÀS ESCOLAS SOBRE “AVALIAÇÃO EXTERNA”.

1.a

i. Bastante pertinentes.

ii Sem sugestões

b.

i. Muito boa

ii.

2. No factor 1.1 os resultados da avaliação interna não deveriam interferir com os da avaliação externa, nem ser comparativos em ambas, ou em cada uma, uma vez que as condições sociais económicas são muito diferentes, mesmo a nível regional (ex: litoral-praia com litoral interior ou centro urbano)

2.

a. Com muito empenho, apesar de alguns receios...

b. Muito grande, com muita motivação por parte do Conselho Executivo e professores do Agrupamento.

c. O pouco tempo disponível para a preparação da Escola para a avaliação, uma vez que fomos a primeira escola a ser visitada.

3.

a. A possível e adequada.

b. Boa organização,

c. A mais correcta, uma vez que foram contemplados todos os órgãos de Escola / Comunidade Escolar, com uma escolha nos painéis bastante ajustada.

d. Segundo depoimentos de colegas, uma vez que só estive presente na Reunião da Assembleia, a orientação das reuniões foi boa, muito relevante, levando à discussão temas actuais e polémicos.

e.-----

4.

a. A estrutura do relatório produzido está de acordo com os propostos inicialmente.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem					X
1.3 Comportamento e disciplina					X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico					X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo				X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça				X	
2.6 Articulação com as famílias					X
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias				X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia					X
4.2 Motivação e empenho					X
4.3 Abertura à inovação					X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos					X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação					X
5.2 Sustentabilidade do progresso					X

Escola (ou Agrupamento): DE NERY CARVALHONome: ANTÓNIO ALDEIDAFunção: Presidente AssembleiaData: 17 JULHO 2006Assinatura: 

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO ÀS ESCOLAS SOBRE “AVALIAÇÃO EXTERNA”.

1.a

i. Bastane pertinentes, bem organizados e muito relevantes.

ii. Nesta primeira fase da etapa da avaliação externa parecem-me suficientes, não sugerindo mais nenhum.

b.

i. Bem organizado, bastante pertinente e muito relevante.

ii.

2. Bastante relevantes pelo que não se apontam quaisquer outros factores adicionais.

2.

a. Extremo envolvimento de toda a comunidade escolar.

b. Um esforço bastante grande e positivo.

c. -----

3.

a. Suficiente

b. Boa organização/Bem organizado

c. Correcta e pertinente.

d. Eficaz e produtivo (dos resultados)

e. -----

4.

a. Bem estruturado.

b. Texto claro, objectivo e sucinto.

c. Os domínios chave foram focados no seu essencial.

d. A considerar certamente a aplicar num futuro próximo.

e. -----

5. Contribuirá para uma melhoria, após reflexão conjunta e articulada com outros elementos de avaliação.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X	
1.3 Comportamento e disciplina				X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X	
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo				X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça				X	
2.6 Articulação com as famílias				X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias				X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X	
4.2 Motivação e empenho				X	
4.3 Abertura à inovação				X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X	
5.2 Sustentabilidade do progresso				X	

Escola (ou Agrupamento): Escola Mary CepucheNome: Quirine M. AnchoFunção: Vice-Presidente C.E./Coord.
Alto Educ.Data: 19/07/06Assinatura: 

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. "Tópicos para a apresentação da escola"
 - i. Bastante pertinentes
 - ii. Sem opinião
- b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"
 - i. Os domínios considerados são pertinentes.
 - 1. Em anexo
 - 2. Sim. São muito relevantes.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Na preparação da visita envolveram-se prioritariamente o Conselho Executivo e os Coordenadores de Escola
- b. O maior esforço foi relacionado com a recolha da informação solicitada.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. A visita da equipa de avaliação, muito compactada no tempo, revelou-se facilitadora para o trabalho da Escola, mas provavelmente muito cansativa para os avaliadores.
- b. A visita estava muito bem organizada.
- c. Boa escolha.
- d. A equipa de avaliadores mostrou-se bem organizada, muito objectiva nos elementos a avaliar e dinâmica.
- e. As datas escolhidas não terão sido as mais convenientes, tendo em conta o calendário escolar (principalmente para o 3º Ciclo, visto alunos e professores estarem envolvidos na realização de Provas Globais).

4. Sobre o relatório produzido:

Sobre o relatório produzido consideramos todos os itens como Muito Bom.

5. Nível de articulação

A equipa de auto-avaliação tinha já sentido a necessidade de um avaliador externo que não só lhes desse uma visão imparcial do trabalho realizado pelo Agrupamento, como pelo próprio grupo de trabalho. Foi portanto com natural curiosidade, mas também alguma ansiedade que aguardou a vossa visita e o resultado do vosso trabalho. A reflexão dos pontos fracos por vós detectados está a ser feita, procurando os meios de os melhorar.

Será sempre muito importante uma avaliação externa após uma avaliação interna ou auto-avaliação, porque os "problemas" estarão já, de algum modo assinalados e a população está mais preparada visto ter sido realizada primeiro pelos pares.

Em relação aos resultados no seu conjunto, a responsabilidade sentida por todos nós é neste momento ainda maior.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem			X	
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios				X
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça			X	
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia			X	
4.2 Motivação e empenho			X	
4.3 Abertura à inovação			X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação			X	
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Escola (ou Agrupamento): Alfovelos

Nome: Ana Paula Martins

Função: Vice-Presidente do C. Executivo

Data: 21 de Julho de 2006

Assinatura: Ana Paula Martins

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MEM RAMIRES - SANTARÉM

Contribuinte nº 600 073 912

Exmo Senhor
Coordenador do Grupo de Trabalho para
Avaliação das Escolas
Rua António Carneiro, 8
4349-003 PORTO

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

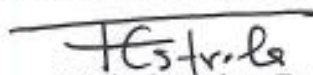
20.07.2006 nº 1000

ASSUNTO: Inquérito sobre a Avaliação Externa

De acordo com o solicitado, junto se remete a V. Ex^a. resposta ao inquérito sobre a Avaliação Externa realizada a este Agrupamento de Escolas.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho Executivo


Maria de Fátima Estrela

Questionário às Escolas sobre a Avaliação Externa

1.

a.

- i. Consideramos que os tópicos sugeridos para a apresentação do Agrupamento foram pertinentes pois permitiram apresentar uma visão dos diferentes Estabelecimentos de Ensino que o compõem, nas suas componentes física, pedagógica e organizacional, transmitindo uma visão de conjunto do Agrupamento, assim como das especificidades de cada escola e de cada nível de ensino.
- ii. Nada a sugerir.

b.

- i. Em nosso entender o quadro de referência para a avaliação dos Agrupamentos através dos cinco domínios propostos e respectivos factores contributivos permitiram uma avaliação detalhada da realidade existente em cada estabelecimento de ensino assim como do Agrupamento no seu todo.
- ii.
 1. Quadro em anexo.
 2. Pareceram-nos relevantes e adequadamente esmiuçados os factores que integram cada um dos domínios propostos. Não temos sugestões a apresentar.

2.

- a. Os diferentes órgãos foram informados sobre a avaliação externa a que o Agrupamento iria ser submetido, tendo sido distribuídos os documentos explicativos de todo o processo. Foi feita uma apresentação prévia à comunidade escolar dos slides de Power Point, elaborados pelo órgão de gestão, para a caracterização do Agrupamento com a identificação dos pontos fortes e fracos assim como das estratégias propostas para superação destes últimos.
- b. Avaliamos positivamente, porque estes processos obrigam a uma auto-reflexão

sobre o trabalho desenvolvido por cada um na sua prática diária bem como elemento integrante das diferentes estruturas, daqui resultando um conhecimento mais profundo que possibilitará a definição de novas metas assim como dos caminhos a seguir para a sua concretização.

c. Nada a comentar.

3.

a. Adequada.

b. Muito bem organizada.

c. Adequados.

d. Bem orientadas o que pressupunha um conhecimento prévio do que se pretendia apurar ainda que a equipa tenha sempre demonstrado a abertura necessária para ouvir e aceitar esclarecimentos complementares.

e. Nada a comentar.

4.

a. Estruturado de acordo com os domínios e factores seleccionados.

b. Grande clareza.

c. Parece-nos que a equipa teve uma grande percepção da realidade do nosso Agrupamento e focalizou no relatório todos os aspectos relevantes, tanto positivos como negativos detectados.

d. Tendo este relatório como autores uma equipa de investigadores externa ao Agrupamento e à própria Tutela, a avaliação realizada foi seguramente isenta e como tal mais fiável quanto às decisões futuras que vierem a ser tomadas com o intuito de melhorar o funcionamento do Agrupamento.

e. Nada a comentar.

5. A nossa candidatura a este projecto teve como principal objectivo conseguir um conhecimento aprofundado do ponto onde nos encontramos, assim como “abalar” uma cultura instituída. Queremos acreditar que este relatório, produzido por uma equipa externa à Escola, terá a virtude de evidenciar o que de melhor e pior conseguimos concretizar assim como detectar alguns constrangimentos existentes, o que será importante na definição do trajecto que queremos percorrer no caminho para a implementação de boas práticas. Desta forma o relatório será atentamente lido e as observações nele contidas serão devidamente tidas em linha de conta pela equipa de auto-avaliação, quanto à definição das estratégias de melhoria que visem colmatar os pontos fracos detectados.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X	
1.3 Comportamento e disciplina				X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X		

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade					X
2.2 Diferenciação e apoios				X	
2.3 Abrangência do currículo				X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X	
2.5 Equidade e justiça				X	
2.6 Articulação com as famílias				X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X	
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X	
3.4 Ligação às famílias				X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X	
4.2 Motivação e empenho				X	
4.3 Abertura à inovação				X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X	
5.2 Sustentabilidade do progresso				X	

Escola (ou Agrupamento):

Agrupamento de Irmãos Lameiras -
Santarém
 Nome: Paula Conceição Anjos; Cristina Faria;
Alfaiade
 Função: Presidente C. Exec. - Coord. eq. auto-aval.
elemento da Assembleia do Agrupamento, ass.
 Data: 12 de julho de 2006 postivamente

Assinatura:

Paula Conceição Marques Anjos
Cristina Faria
Alfaiade

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MATILDE ROSA ARAÚJO

Questionário sobre a Avaliação Externa

- 1.a i) Os tópicos seleccionados foram pertinentes e abrangentes, dando uma visão global das escolas do Agrupamento.
- ii) Tópicos relacionados com a autonomia financeira das escolas, relação pedagógica entre docentes e discentes e o funcionamento das actividades lectivas.
 - a. i) Foram escolhidos os factores mais relevantes em cada domínio-chave seleccionado.
2. a. Constituíram-se grupos de trabalho com pessoas pertencentes a diferentes estruturas das Escolas: Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, Assembleia do Agrupamento, Conselho de Docentes, Associação de Pais , Alunos, Pessoal não-docente com o objectivo de sensibilizar a comunidade educativa para as matérias da avaliação de escola e para a preparação da apresentação do Agrupamento.
 - b. Todos os grupos de trabalho contribuíram positivamente para a preparação da visita, envolvendo toda a comunidade escolar nos trabalhos preparativos.
 - c. A avaliação externa contribuiu para a reflexão conjunta do Agrupamento no sentido da prestação de contas e nos aspectos a melhorar.
3. a. Dado a visita ter sido muito curta, não houve possibilidade de abordar todos os assuntos.
 - b. Estava bem organizada e muito bem planeada.
 - c. Os painéis foram bem escolhidos permitindo aos avaliadores terem uma visão global dos principais sectores das escolas.
 - d. Estavam bem orientadas, havendo uma correcta gestão do tempo.
 - e. A relação com a equipa de avaliação favoreceu um diálogo franco e aberto.
4. O relatório está bem estruturado, havendo clareza no texto e focando no essencial os domínios - chave. As sugestões de estratégias a adoptar poderão ser aproveitadas para a melhoria do serviço educativo das escolas do agrupamento.
5. A avaliação externa permitiu-nos continuar a reflectir sobre os vários aspectos a melhorar e sensibilizou a comunidade escolar para uma maior qualidade e responsabilidade na prestação do serviço educativo.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem			X	
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação			X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo**Nome: Maria Hélia Rodrigues****Função: Presidente do Conselho Executivo****Data 02 de Outubro 2006**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MATILDE ROSA ARAÚJO

Questionário sobre a Avaliação Externa

- 1.a i) Os tópicos seleccionados foram pertinentes, dado permitirem recolher dados identificativos dos pontos fortes e fracos do desempenho do serviço educativo prestado por todas as escolas do Agrupamento.
- a. ii) Tópicos relacionados com a autonomia financeira e o funcionamento das aulas
- b. i) O quadro de referência engloba vários factores que permitem ter uma visão global do Agrupamento.
- ii) 2- Sim, os factores escolhidos são de facto os mais relevantes.
2. a. As Escolas do Agrupamento procuraram preparar-se com antecedência, promovendo reuniões com todas as estruturas organizativas(Assembleia, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, Conselho de Docentes, Associação de Pais, Directores de Turma, Departamentos Curriculares, Serviços Administrativos e Pessoal não Docente).
- b. Foi feito um grande esforço envolvendo diferentes grupos de trabalho, mas valeu a pena, pois tudo correu bem e houve uma maior sensibilidade principalmente por parte do corpo docente das Escolas nas questões relacionadas com a Avaliação.
- c. Os alunos reagiram positivamente à visita da equipa de avaliação o que nos deixou muito satisfeitos.
3. a. A visita foi muito rápida, e alguns professores acharam que foi muito pouco tempo para se poder ver tudo o que se faz nas escolas do Agrupamento.
- b. A visita estava muito bem organizada, foram muito pontuais e não se perdeu tempo útil em nenhuma das reuniões, tendo os objectivos sido cumpridos.
- c. Os painéis foram bem escolhidos sendo possível os avaliadores ficarem com informação sobre os serviços e qualidade dos mesmos, através das pessoas com relevância para o fazer.
- d. Estava muito bem orientada, não deixavam as pessoas falarem de coisas que não interessavam. Foi possível assim cumprir o horário e os objectivos previamente estabelecidos.
- e. A equipa era muito simpática, criando um ambiente cordial e permitindo o diálogo entre as diferentes pessoas entrevistadas e informando sobre os objectivos das entrevistas.
4. O relatório está bem estruturado, bastante claro e focaliza os domínios-chave do desempenho educativo.Com este relatório é possível as Escolas do Agrupamento planearem estratégias de melhoria e programarem o seu trabalho no sentido de alcançar os objectivos propostos no seu plano de melhoria.
5. O processo de Auto-avaliação fomentou a reflexão de grande parte da comunidade educativa, promovendo processos de melhoria nalguns aspectos mais frágeis. A avaliação externa veio dar uma visão exterior dos pontos a melhorar fomentando a necessidade de prestar contas e ajudando o Agrupamento na definição de prioridades de melhoria.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem			X	
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios				X
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem			X	
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar			X	

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia			X	
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação			X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação			X	
5.2 Sustentabilidade do progresso			X	

Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo**Nome: Paulo Doroana****Função: Presidente da assembleia de Escola****Data 02 de Outubro 2006**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MATILDE ROSA ARAÚJO**Questionário sobre a Avaliação Externa**

- 1.a i) Embora os tópicos seleccionados fossem pertinentes e abrangessem os serviços mais importantes do Agrupamento, foram abordados de uma forma superficial.
- a. ii) Tópicos relacionados com a autonomia financeira ,o desempenho do professor na sala de aula e a utilização das novas tecnologias.
- b. i) Foram escolhidos os factores mais relevantes
2. a. Houve uma preparação a vários níveis, com a devida antecedência, constituindo-se grupos de trabalho com diferentes pessoas do Agrupamento.
- b. O corpo docente e funcionários foram devidamente sensibilizados com a importância da avaliação de escola, tendo todos contribuído positivamente para a concretização dos objectivos da avaliação externa.
- c. Toda a comunidade escolar apreciou de uma forma positiva a concretização da avaliação externa.
3. a. Dado a visita ter sido muito rápida, só foi possível abordar os assuntos mais importantes e alguns, de forma superficial.
- b. Dentro do tempo disponível, estava bem organizada.
- c. Os painéis foram bem escolhidos e bem organizados.
- d. Estavam bem orientadas, havendo uma correcta gestão do tempo.
- e. Os avaliadores agiram com profissionalismo seguindo os objectivos a que se propuseram e criaram um bom ambiente de trabalho.
4. O relatório está bem estruturado, havendo clareza no texto e focando no essencial os domínios-chave. Foram dadas algumas indicações e sugestões de estratégias a adoptar, que poderão ser aproveitadas para a melhoria das escolas do agrupamento, embora se sinta a necessidade de haver um maior apoio financeiro às escolas para implementação de todas as estratégias de melhoria.
5. A avaliação externa veio dar uma visão exterior dos pontos a melhorar fomentando a necessidade das Escolas continuarem o seu processo de auto-avaliação e de melhoria do serviço educativo.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico				X
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina			X	
1.4 Participação e desenvolvimento cívico			X	

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade			X	
2.2 Diferenciação e apoios			X	
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem			X	
2.5 Equidade e justiça			X	
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade			X	
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos				X
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação				X
4.4 Parcerias, protocolos e projectos				X

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação				X
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo**Nome: Eduardo Barracas****Função: Coordenador de Departamento de
Educação Artística e Tecnológica****Data 02 de Outubro 2006**



Fax

EBI da Charneca de Caparica (código 330346) Praceta Frederico de Freitas - 2819-504 CHARNECA DE CAPARICA Tel: 212979660 – E-mail: ce@eb123-charnecca-caparica.rcts.pt	Fax nº 931 Data 21/0706
DO FAX Nº 212973079 PARA O FAX nº 234372500	
DE: Teodolinda Silveira (presidente do CE)	
PARA: Professor Pedro Guedes de Oliveira	
ASSUNTO: Inquérito sobre avaliação externa	
nº de folhas: 5 (incluindo esta)	

De acordo com contacto telefónico, junto envio o inquérito sobre a avaliação externa, dadas as dificuldades sentidas com o envio por mail. Se forem ultrapassados estes contrangimentos, enviarei em suporte informático.

Bom trabalho e boas férias.

Os meus melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho Executivo

Questionário às escolas

Responda às questões seguintes em formato livre (excepto na pergunta 1.b.ii.1., em que lhe pedimos que preencha o quadro da página seguinte):

1. Como avalia os documentos fornecidos:

- a. "Tópicos para a apresentação da escola"
 - i. Pertinência dos tópicos seleccionados

Os seis tópicos seleccionados para a apresentação da escola parecem-nos bastante pertinentes na medida em que contemplam todos os aspectos que permitem uma caracterização da escola, tanto na sua forma de organização interna, como na ligação à comunidade envolvente e, também, uma visão da sua estratégia de actuação face aos objectivos definidos nos instrumentos de identidade da escola, bem como dos resultados alcançados.

- ii. Sugestão de outros tópicos relevantes

Não temos outros tópicos a sugerir, face ao já exposto.

- b. "Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos"
 - i. Apreciação global

A indicação dos cinco domínios chave, no quadro de referência, para a avaliação da escola, a discriminação dos factores que contribuem para estes domínios, acrescida do desenvolvimento de vários itens sobre cada factor, bem como a formulação de questões sobre cada um, foi bastante facilitadora da tarefa de preparação da escola para a avaliação, permitindo perceber, com maior clareza, os objectivos da intervenção.

- ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio
 - 1. Classificação da relevância dos factores (classificação fechada; use, p.f. o quadro da página seguinte)
 - 2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

Entendemos que os factores escolhidos se revelaram suficientemente relevantes, pelo que não temos outros a incluir.

2. Sobre a preparação da escola para a avaliação

- a. Como se envolveu a escola e as suas estruturas na preparação da avaliação?

A escola foi envolvida na preparação da visita através de um debate em Conselho Pedagógico, onde todos os intervenientes na avaliação estão presentes, excepção

feita aos alunos, que foram envolvidos pela estrutura de coordenação das actividades das turmas, que inclui os Conselhos de Delegados de Turma.

- b. Como avalia o esforço envolvido na preparação da visita, incluindo preparação da informação solicitada e a organização da visita?

Após a visita, o Conselho Pedagógico promoveu um debate com todos os intervenientes na avaliação, tendo-se concluído ter sido grande o envolvimento de toda a escola na preparação da visita, fazendo todos uma avaliação positiva da forma como decorreu.

- c. Outros comentários relevantes.

Como conclusão mais relevante, é entendimento de todos os intervenientes na avaliação que esta constituiu um momento enriquecedor para todos e constituirá ponto de partida para os planos de melhoria a levar a cabo no próximo ano lectivo.

3. Sobre a visita da equipa de avaliação:

- a. Duração

Atendendo ao interesse da matéria em questão, julgamos que a visita poderia ter durado mais algum tempo, de forma a permitir um maior desenvolvimento de algumas das questões abordadas.

- b. Organização da visita

Não temos reparo algum a fazer à organização da visita.

- c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

Foi positiva e acertada a decisão da equipa de avaliação externa de ser ela própria a proceder à escolha e constituição dos painéis das entrevistas, libertando a escola de um trabalho de definição de critérios, caso a selecção fosse da sua responsabilidade.

- d. Orientação das reuniões

Consideramos que as reuniões foram bem conduzidas e alcançaram os objectivos desejados, embora sob alguma pressão de tempo.

- e. Outros comentários relevantes

4. Sobre o relatório produzido:

- a. Estrutura

A estrutura do relatório observa, sequencialmente, os domínios chave e dentro de cada domínio os factores fixados, facilitando a sua análise.

É de sublinhar a nota introdutória e as considerações finais que tornam, também, o documento de fácil e rápida apreciação e apreensão.

b. Clareza do texto

O texto apresenta uma linguagem de fácil compreensão.

c. Focalização no essencial dos domínios-chave

Como foi já salientado, o relatório produzido incide a sua apreciação nos domínios chave, do quadro de referência, fazendo uma análise da realidade da escola, face ao essencial neles contido.

d. Aplicabilidade para o processo de melhoria da escola

As considerações sobre algumas debilidades da escola e formas de organização, por vezes menos perceptíveis a quem se encontra envolvido na sua concepção e operacionalização, permitem-nos, agora, prospectivar, com maior clareza, as estratégias a desenvolver com vista a uma melhoria dos aspectos destacados.

e. Outros comentários relevantes

O documento recebido foi considerado muito relevante, pelo que foi distribuída cópia a todas as estruturas representadas em Conselho Pedagógico para uma análise mais atenta, durante o período de interrupção lectiva, e posterior apresentação de propostas conducentes a uma melhoria dos aspectos apontados como menos conseguidos.

5. Nível de articulação (e contributos) que o processo de avaliação externa poderá ter no futuro com a auto-avaliação da escola.

A equipa de avaliação interna da escola, neste momento em processo formativo para o lançamento do seu trabalho no início de 2006/07, terá como ponto de partida uma reflexão sobre o registo das debilidades apontadas, no relatório de avaliação externa, dirigindo toda a sua intervenção no sentido de perceber os factores que as determinam, possibilitando, deste modo, a construção de planos de melhoria eficazes. Estes registos assumem, ainda, maior importância, dado a escola nunca ter sido objecto de qualquer avaliação externa (e, consequentemente, agir, apenas, sobre a sua própria reflexão), factor que foi determinante da nossa candidatura a este projecto piloto de avaliação externa.

Irrelevante	Pouco relevante	Moderadamente relevante	Muito relevante	Extremamente relevante

1. Resultados

1.1 Sucesso académico			X	
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem				X
1.3 Comportamento e disciplina				X
1.4 Participação e desenvolvimento cívico				X

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade				X
2.2 Diferenciação e apoios				X
2.3 Abrangência do currículo			X	
2.4 Oportunidades de aprendizagem				X
2.5 Equidade e justiça				X
2.6 Articulação com as famílias			X	
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar				X

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade				X
3.2 Gestão dos recursos humanos				X
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos			X	
3.4 Ligação às famílias			X	

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia				X
4.2 Motivação e empenho				X
4.3 Abertura à inovação			X	
4.4 Parcerias, protocolos e projectos			X	

5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação			X	
5.2 Sustentabilidade do progresso				X

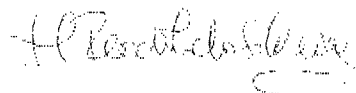
Escola (ou Agrupamento): EBI da Charneca de Caparica

Nome: Maria Teodolinda Monteiro Silveira

Função: Presidente do Conselho Executivo

Data: 20 de Julho de 2006

Assinatura:



Grupo de trabalho de Avaliação de escolas

Questionário aos avaliadores

Registo das respostas

Este texto regista os contributos dos 13 avaliadores que, juntamente com os membros do GT, constituíram as seis equipas de avaliação que visitaram as escolas em Maio de 2006. Como o objectivo é a recolha de tudo o que possa contribuir para melhorar os instrumentos de trabalho e os procedimentos, não há a preocupação de quantificar as opiniões dos respondentes.

Setembro de 2006

1. Avaliação da preparação das visitas

a. Reuniões prévias às visitas

- . Fundamentais para construir equipa; úteis; bem programadas e conduzidas.
- . Foram as necessárias e suficientes, tendo permitido o enquadramento e compreensão dos objectivos visados; a diversidade das formações académicas e profissionais dos avaliadores transportou para o grupo de trabalho alargado diferentes concepções, crenças, conhecimentos e cosmovisões que enriqueceram o debate e exigiram o repensar de certos “adquiridos”.
- . Deveriam ter sido mais as reuniões do “grande grupo”.
- . No futuro, evidenciar os objectivos da avaliação e ilustrar melhor os pontos do “Quadro de referência para avaliação das escolas e agrupamentos”, com exemplos da sua aplicação. Seria útil a realização de uma reunião em que se apresentasse e discutisse a avaliação de uma escola hipotética, como base de aferição de critérios para atribuição de pontuações.
- . Dada a extrema complexidade da tarefa proposta e a heterogeneidade da equipa constituída, o tempo de preparação das visitas foi manifestamente curto, limitando muito as reuniões prévias.
- . Para a formação de equipas de avaliação consistentes, será necessário haver um trabalho bastante mais sistemático de formação para aferição de critérios, possivelmente um ensaio de classificação só com base nos documentos e relatório de auto-avaliação com vista a divisar um modo mais estratégico de recolha da informação durante a visita.

b. A estrutura e dimensão das equipas

- . Todos os respondentes estão de acordo com a dimensão das equipas: “dois elementos seriam de menos para os “desempates”; quatro seria desperdício e poderia “incomodar” as escolas... “
- . O facto de serem três pessoas, em que um é o coordenador, facilita o processo de interacção com os representantes dos vários órgãos da escola. O papel do coordenador é muito importante, porque conduz a reunião, procurando garantir que todos os factores são cobertos. Por isso mesmo, o mais relevante no papel dos restantes elementos da equipa é o registo de todas as informações disponíveis, levantando sempre que necessário algumas questões adicionais que não tenham visto respondidas.
- . Condições da equipa: (i) haver alguma experiência de ensino básico ou secundário - pelo menos um dos elementos domine alguma da legislação mais importante e as principais orientações educativas do Ministério e conheça aspectos contextuais e dinâmicas escolares; (ii) existir alguma experiência ligada a projectos de avaliação (no que respeita ao uso de modelos e procedimentos); (iii) pelo menos um dos elementos deve ter experiência em actividades relacionadas com a investigação e/ou análise em educação.
- . No caso dos agrupamentos, integrar algum elemento do ensino básico (por vezes, houve a sensação de que nenhum dos elementos da equipa conhecia verdadeiramente a realidade que nos queriam apresentar, especialmente quando se tratava dos jardins e das escolas do 1º ciclo).
- . Muito positiva a heterogeneidade de perfis e inegável a competência dos presentes, embora lamente a falta de um grupo importante de pessoas das ciências da educação que tem trabalhado em avaliação das escolas nos últimos anos.
- . A estrutura das equipas, desde que garantida a presença de peritos da área das Ciências da Educação/Didácticas e “práticos” do campo que se está a avaliar, parece-me correcta.
- . Deveriam ser constituídas maioritariamente por elementos conhecedores/ estudiosos do “mundo da educação” e os representantes do ensino superior deveriam incluir maioritariamente académicos da área das Ciências da Educação, preferencialmente da especialidade de avaliação educacional, mas também de análise organizacional.
- . É muito útil contar com a presença de alguém que domina a legislação, estatutos, linguagens e siglas. Por outro lado, algum desafio às “ideias feitas” é conseguido com a presença de alguém mais exterior.
- . Relativamente à estrutura, é essencial manter-se em cada equipa um elemento do “mundo das escolas”, bem como um “outsider”, ou seja, alguém que não pense imediatamente que determinadas coisas não podem ser

feitas porque nunca assim foram feitas. É desejável que um dos elementos da equipa tenha experiência como avaliador seja em instituições de ensino, seja noutro tipo de organizações.

c. A informação sobre as escolas fornecida previamente às visitas. Informações adicionais, sobre o sistema de ensino e gestão escolar, que acharia importante ter recebido.

. Seria interessante dispor-se de informação anonimizada sobre os pais ou encarregados de educação dos estudantes (como a escolaridade, a condição perante o trabalho, profissão, etc.), através do Ministério ou da escola. Esta informação constitui um instrumento fundamental para a aferição do contexto social da escola, com consequências positivas na capacidade de relativizar os resultados das escolas para a avaliação (externa e interna).

. Gostaria de ter conhecido o projecto de candidatura apresentado pela escola.

. Seria importante ter informação detalhada sobre a caracterização física e social da escola (alunos, professores, famílias, equipamentos), bem como os seus serviços e ofertas educativas e ainda resultados em comparação com as médias nacionais (insucesso, abandono, exames, provas de aferição, dados sobre a transição para o ensino superior ou mercado de trabalho, etc.).

. Para além de alguma informação de referência, teria sido útil dispor, com antecedência, de informação de contexto, designadamente quanto ao perfil social e económico da população escolar e meio envolvente, estabilidade e experiência do corpo docente, recursos humanos e financeiros afectados, população escolar, taxas de transição/aprovação e abandono dos últimos três anos, resultados de exames nacionais (de escola, assim como de médias regional e nacional).

. Quanto ao sistema de ensino, a legislação fornecida abrange o essencial, mas seria interessante incluir também informação sobre avaliação (dos alunos, dos professores, das escolas).

. Como sugestões de melhoria, aponta-se a recepção atempada de informação actualizada sobre os resultados dos alunos; a compilação da informação sobre as escolas divulgada na net e noutras publicações do Ministério da Educação, nos últimos 5 anos; a divulgação das conclusões de eventuais trabalhos de investigação realizados sobre as escolas em avaliação, nos últimos 5 anos.

. A informação fornecida pelas escolas foi abundante e significativa; os dados estatísticos sobre resultados nacionais, regionais e de escola deveriam estar mais acessíveis, apresentarem-se mais organizados e darem garantia de maior fiabilidade (dados das escolas e dados do ME por vezes pouco articulados); de qualquer modo, o tempo disponibilizado para análise foi muito escasso.

. Nalguns casos houve a tendência de “bombardear” a equipa de avaliação com detalhes a respeito de projectos e actividades mais ou menos expectáveis, enquanto noutros a informação disponibilizada foi minimalista. Talvez fosse positivo no futuro fornecer às escolas uma grelha mais concreta da informação a fornecer, incluindo calendários para o fazer.

. Seria mais fácil se existisse um guião pré-definido de auto-avaliação.

2. Avaliação dos documentos fornecidos

a. “Tópicos para a apresentação da escola”

i. **Pertinência dos tópicos seleccionados**

. Perspectiva geral: cobrem o essencial; orientadores, suficientes e adequados.

. Os documentos fornecidos revelam um trabalho notável de síntese e sistematização, partindo de uma abordagem multi-dimensional que parece a mais prudente e interessante. Ainda assim, deveriam ser mais incisivos nos indicadores e evidências que pretendem recolher em cada dimensão/factor, de modo a minorar a carga de ambiguidade entre equipas e mesmo entre elementos das equipas.

. O documento parece muito equilibrado e abrangente e permitiu apresentações interessantes e inclusivas. No entanto, dada a tradição dominante no universo em causa, seria de enfatizar a necessidade de apresentar evidências, quantificações e exemplos, sobre os vários indicadores, de modo a contrariar a tendência para discursos vagos, ricos em ambiguidades e imprecisões. No caso da dimensão “ligação à comunidade”, além da inadequação do termo “ligação” sugiro que se seja mais incisivo na busca de indicadores que comprovem que (i) a escola conhece a comunidade em que se insere, (ii) a política da escola e as práticas pedagógicas são pensados para essa comunidade e (iii) os vários membros e sectores dessa comunidade participam efectivamente no desenvolvimento das políticas da escola.

. Na introdução do documento vem explicitado que “a apresentação será preparada com base (...) nos documentos de auto-avaliação”. Isso pressupõe que, para o futuro, as escolas tenham de realizar previamente uma auto-avaliação para serem sujeitas à avaliação externa? Se for esse o caso, o processo não tenderá a prolongar-se demasiado no tempo?

. É útil a oportunidade das escolas fazerem uma apresentação geral, embora pareça excessiva a duração de 60 minutos (em especial se não se tratar de um agrupamento), nomeadamente porque as pessoas que conduzem a reunião são, em regra, dos órgãos de gestão e serão ouvidas noutros momentos. Parecem de particular interesse os pontos 2 (Supervisão global dos resultados escolares) e 3 (organização da escola). Já os pontos 1 (sobretudo quando aferível directamente durante as visitas) e 4 (não muito fácil de objectivar em evidências concretas) serão menos pertinentes.

ii. **Sugestão de outros tópicos relevantes**

. Todos os tópicos são pertinentes e necessários. Numa tentativa de maior simplificação e clareza:

- A designação “Condições físicas e sociais” poderia ser substituída por “Contexto e condições físicas”, sendo aquele o primeiro a ser explicitado, pela sua importância para a compreensão da escola.

- A designação “Supervisão global dos percursos e resultados escolares” poderia ser substituída por “Resultados escolares e sua monitorização” (o que daria mais ênfase aos resultados).

- No tópico “Organização da escola”:

- o parêntesis do 3º item, em vez de esclarecer, parece confundir (por exemplo, porque é que se fala de “interior do agrupamento”? O que são “estruturas?”);

- o item sobre os serviços administrativos deveria referir-se à “organização e capacidade de resposta dos serviços” (para se poder destacar convenientemente as escolas que já dispõem de atendimento personalizado e de gestão de processos).

- No tópico “Identidade e integração”, o item “Formas de recepção e acolhimento de novos membros da comunidade escolar” deveria especificar, para melhor entendimento: alunos, professores, pessoal não docente.

- No tópico “Ligação à comunidade”, o parêntesis do 1º item, cujo sentido não se entende, restringe o tipo de ligações possíveis, pelo que seria de retirar.

- No tópico “Projecto e estratégia”, a referência à “avaliação dos profissionais” repete um item existente em “organização da escola”, pelo que seria de retirar.

. Na introdução, vem explicitado: “A equipa de avaliação terá previamente acesso a informação sobre a população escolar, os resultados e os recursos humanos da escola”. Dever-se-ia acrescentar: “aos documentos

orientadores da actividade da escola e aos documentos resultantes de actividades de avaliação de que a escola tenha sido objecto” – porque foi isso que sucedeu e foi útil na preparação das entrevistas.

. Parece faltar uma referência clara à oferta de formação da escola.

. Inserir alguns tópicos mais virados para as práticas das lideranças intermédias.

. Poderá (deverá) admitir-se no futuro referências às opções de política orçamental definidas pelas escolas/agrupamentos.

. No último tópico do ponto 6, seria útil acrescentar a apresentação de conclusões resultantes do processo de auto-avaliação (pontos fortes/pontos fracos/aspectos a melhorar).

. Na medida que a prática de auto-avaliação se generalizar, poder-se-á incluir um tópico “Acções de melhoria e seus resultados”

b. “Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos”

i. Apreciação global

. Concordância generalizada com os domínios: são pertinentes e ajustados.

. Os factores tornavam-se num caso ou outro repetitivos, por os aspectos a considerar em cada um dos domínios serem parcialmente sobreponíveis.

. Os factores não eram todos aplicáveis a todos os grupos de entrevistados.

. Alguns dos factores correspondem a situações de difícil observação, particularmente em visitas de muito curta duração, que propiciam a criação de evidências que podem ser facilmente construídas. São exemplos disso os factores 1.4 e 2.5 ou mesmo o 2.7.

. Algumas das formulações poderiam ser aperfeiçoadas, como por exemplo, nos casos em que se referem as famílias, pelos menos aparentemente, como sinónimo de encarregados de educação. Note-se que nem todas as crianças vivem com as suas famílias, sendo que muitas se encontram em instituições de acolhimento ou vivem com pessoas que as receberam, mas que não são seus pais ou familiares.

. [O problema] não é tanto a pertinência dos factores mas a sua evidência numa avaliação segundo este modelo em que a análise, talvez mais “do que se gostaria de fazer” do que realmente daquilo que se faz, pode dar lugar a uma avaliação demasiado impressionista que deixe escapar traços pertinentes dos contextos “observados”.

. A maior fragilidade encontra-se ao nível do domínio três, cujos vários factores correspondem a uma visão funcionalista da escola (*new management*), não concedendo a devida importância aos requisitos de inclusão, cidadania e democraticidade que devem reger as escolas, conforme a Constituição Portuguesa e a Lei de Bases. Neste caso, não se abordam os direitos dos vários grupos da comunidade educativa e a forma como se desenrolam as lutas de poder entre eles, ou seja, até que ponto eles são (ou não) regulados por mecanismos democráticos. Mais uma vez, o termo “ligação às famílias” não parece o mais apropriado para enquadrar a participação consagrada das famílias (bem como dos alunos, professores e funcionários) na organização e gestão escolar.

. O envolvimento (e/ou impacto) da escola na comunidade em que se insere deveria ser incluído ao nível dos resultados escolares. Sabe-se hoje que, por exemplo, estratégias de promoção da excelência académica de uma parte dos alunos podem ter resultados muito perversos ao nível do desenvolvimento da comunidade como um todo e, em particular, da exclusão social de certos grupos já desfavorecidos. E, pelo contrário, um trabalho mais comunitário pode ter efeitos negativos ao nível dos resultados medidos através de rankings de médias em exames nacionais.

. A redacção dos relatórios de avaliação permitiu concluir que, para evitar repetições e redundâncias, poderia haver apenas 4 domínios chave: 1) Resultados; 2) Prestação do serviço educativo; 3) Liderança e gestão escolar; 4) Capacidade de auto-regulação e de melhoria.

. O quadro de referência revelou-se um bom instrumento de trabalho, capaz de permitir uma leitura, simultaneamente compreensiva e extensiva dos diferentes aspectos da vida da escola/ agrupamento.

. O trabalho realizado com o apoio do quadro de referência produzido pelo GT, foi um trabalho gratificante, que possibilitou uma visão integrada, razoavelmente sistémica das organizações escolares visitadas e que não só recolheu e registou informação, mas que questionou e estimulou mecanismos de retro-acção sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas e agrupamentos de forma profundamente formativa.

. O quadro de referência cobre de forma exaustiva a organização escola. Como consequência da sua exaustividade, o guião é porventura demasiado longo e torna-se complicado segui-lo durante as entrevistas. Faria sentido pensar a possibilidade de o desagregar em função dos participantes em cada entrevista. Na realização das quatro avaliações em que participei ele só foi seguido na íntegra na primeira reunião, com a comissão executiva. Nas seguintes, foram apenas focadas parte das questões, de acordo com o tipo de entrevistados.

ii. Escolha dos factores dentro de cada domínio

1. Classificação da relevância dos factores (*cfr. gráfico anexo?*)

2. Para cada domínio, os factores escolhidos são os mais relevantes? Há outros factores que fosse relevante incluir?

. Alguns dos factores do domínio 2 têm campos/territórios de observação tão próximos, que é praticamente impossível separá-los em situação de entrevista. Estão neste caso o 2.2 Diferenciação e apoios, o 2.4 Oportunidades de aprendizagem e o 2.5 Equidade e justiça (este último de forma menos evidente). Verifica-se situação similar entre os factores considerados em 2.6 e 3.4, que respeitam à articulação / ligação às famílias.

. Alguns factores repetem-se (por exemplo, o factor “relação com as famílias” poderia manter-se no domínio “ensino e aprendizagem” e transformar-se em “relação com a comunidade” – mais abrangente e relevante - no domínio “organização e gestão”).

. O domínio Resultados poderia ter apenas dois factores, “Sucesso académico” e “Comportamento, participação e civismo”, porque:

- O factor “Valorização dos saberes e da aprendizagem” deveria ser um subconjunto do factor “Sucesso académico”.

- O factor “Cultivo dos respeito pelos outros” integra-se no factor “Comportamento, participação e civismo”.

- O factor “Aulas laboratoriais, projectos, etc...” é parte integrante do factor “Prestação do serviço educativo”.

- A adopção, pelos alunos, de “critérios de profissionalismo” não parece fazer muito sentido. A sua “adopção de critérios de exigência e obrigação de prestação de contas” deveria ser um subconjunto do “Comportamento, participação e civismo”.

- O factor “comportamento e disciplina” e o factor “Participação e desenvolvimento cívico” deveriam transformar-se num único, designado “Comportamento, participação e civismo”, incluindo as perguntas ilustrativas do primeiro mais a 2ª pergunta do segundo (as outras tornam-se repetitivas).

. No domínio “prestação do serviço educativo”:

- Falta claramente um primeiro ponto, antes da “articulação e sequencialidade”, designado por “Trabalho na sala de aula” ou “Processo de ensino e aprendizagem”. Este ponto substituiria o ponto 2.4, “Oportunidades de aprendizagem”, com a inclusão das suas duas últimas questões, ficando a primeira subsumida no tema “Articulação e sequencialidade”.

- No ponto 2.3, “Abrangência do currículo” (que deveria passar para segundo lugar, depois do “Processo de ensino-aprendizagem” ou “Trabalho na sala de aula”), falta uma primeira questão sobre as ofertas curriculares e extra-curriculares. Nesse caso, as questões 2 e 3 ficariam redundantes, porque incluídas na primeira, mais geral.

- O ponto 2.5, “Equidade e justiça”, deveria ser integrado na política da escola, ponto 3.1, e não apenas política de sala de aula. A questão 2 é repetitiva, porque englobada na 1 e 3.

- O ponto 2.7 poderia ser eliminado, por se ter verificado, aquando das visitas e da redacção dos relatórios de avaliação, ser de difícil operacionalização e não acrescentar grande coisa ao retrato que se pretende recolher das escolas.

. No domínio Organização e gestão escolar (que poderia ser unido ao domínio “Liderança”, transformando-se em “Liderança e gestão escolar”):

- O ponto 3.1, “Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade”, deveria incluir uma questão relativa à “Relação com a comunidade” e outra relacionada com a “Equidade e justiça”. As duas últimas questões, por sua vez, deveriam ser retiradas, porque redundantes.

- O ponto 3.2 deveria referir sempre, junto com os professores, o resto do pessoal não docente (questões 1, 3, 4). Isso significaria a eliminação da questão 5.

- O ponto 3.4 deveria ser substituído por “Ligação à comunidade”, integrando questões sobre as famílias e o contexto.

. O domínio Liderança (que deveria ser unido ao domínio “Organização e gestão escolar”, transformando-se em “Liderança e gestão escolar”) deveria ser o primeiro desta categoria, incluindo uma questão sobre estratégia (questão 4.1.2), outra sobre empenho (questão 4.2. 1), outra sobre abertura à inovação (questão 4.3.1) e outra sobre “parcerias, protocolos e projectos” (questão 4.4.3).

. O domínio Capacidade de auto-regulação e melhoria (em vez de progresso) deveria ser composto pelo ponto 5.1 “Auto-avaliação”, incluindo as três primeiras questões (a quarta é redundante, porque incluída nas outras); e pelo ponto 5.2, “Sustentabilidade”, incluindo apenas as questões 2.1 e 2.2, porque a terceira é repetitiva (decorre das duas primeiras) e a última não parece dever ser incluída num processo de avaliação externa.

NB: No caso de se manter a estrutura actual, deveria ficar claro que os factores não têm todos o mesmo peso, do ponto de vista da avaliação de qualidade das escolas. Por exemplo, nos “Resultados”, o “Sucesso académico” sobredetermina os outros. O “comportamento e disciplina” deveria ser unido à “participação e desenvolvimento cívico”, passando a haver apenas três itens neste domínio. Também a “Prestação do serviço educativo” é sobredeterminada pelo “Sucesso académico”.

. Talvez o domínio 5, relativo “Capacidade de auto-regulação e progresso da escola/agrupamento”, pudesse incorporar um olhar crítico sobre os documentos chave apresentados. Por exemplo, o projecto educativo, resulta, em alguns casos, no exercício pouco propositivo, preenchendo mais uma exigência burocrática do que propriamente o desenho de uma estratégia educativa para a escola com objectivos e metodologias bem definidos.

. Alguns dos factores parecem repetir-se de domínio para domínio, merecendo provavelmente uma outra especificação. (É o caso dos pontos 2.6 “Articulação com as famílias” e 3.4 “Ligação com as famílias”, bem como o ponto 1.2 “Valorização dos saberes e da aprendizagem” e o 2.7 “Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar”).

. A designação dos factores é genericamente clara, embora o seu suposto conteúdo e abrangência só sejam totalmente percebidos por quem não tenha estado na sua elaboração, quando passa à fase da aplicação e é confrontado com as respostas dos diversos grupos de entrevistados. Ocorre particularmente nos factores 1.4 e 2.7.

. Factores geradores de ambiguidades na operacionalização: 1.2 valorização dos saberes e da aprendizagem; 2.4 oportunidades de aprendizagem; e 2.7 valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar. Além de potencialmente redundantes, enunciados desta forma genérica, estes três factores prestam-se às mais diversas (e provavelmente equivocadas) interpretações. Os domínios 4 e 5 parecem muito bem concebidos, permitindo uma avaliação objectiva dos vários factores.

. Os factores escolhidos pareceram bem seleccionados; no caso da abrangência do currículo o conceito deverá ser mais clarificado, sob pena de se tornar redundante face a outros factores tais que diferenciação e apoios, oportunidades de aprendizagem... Quanto aos recursos talvez ser mais preciso em matéria de caracterização dos recursos e dos princípios orientadores da sua gestão: por exemplo, o que se refere à organização do processo de ensino (modos de organização do trabalho dos professores), do processo de aprendizagem (agrupamentos de alunos, turmas, ...) e do pessoal administrativo e de apoio e às opções de política orçamental.

. Agrupar os factores 2.6 e 2.4 num só, uma vez que ambos procuram avaliar a questão do relacionamento da escola com as famílias. Colocaria este “factor agrupado” sob o domínio-chave “A organização e gestão escolar” porque permite avaliar a forma como a escola se organiza e gere para prestar um serviço educativo de qualidade.

. O factor 2.7, “Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar”, estaria melhor enquadrado no domínio 1, uma vez que se procura avaliar o impacto das aprendizagens nos alunos, professores, pais e comunidade em geral – o que constitui também um resultado da escola.

. O factor 2.4 (oportunidades de aprendizagem) poderia ser suprimido e as perguntas ilustrativas incluídas nos factores 1.2 (valorização dos saberes e da aprendizagem), 2.3 (abrangência do currículo) e 2.5 (equidade e justiça); O factor 2.6 (articulação com as famílias) revelou alguma redundância, sobretudo com o 3.1 (ligação às famílias), com aspectos que poderão ser incluídos neste factor, assim como em 2.5 (equidade e justiça). No

terceiro domínio (organização e gestão escolar) sugere-se a inclusão de um factor relativo às práticas de informação e comunicação internas e externas.

. As designações dos factores 1.4, 2.4. e 5.2. não me parecem as mais adequadas, nomeadamente tendo em conta os itens que cobrem.

3. As designações dos factores são claras?

. Cfr. resposta anterior.

iii. Perguntas ilustrativas de cada factor e a sua adequação à designação do factor correspondente

1. As perguntas são suficientemente ilustrativas dos factores a que se referem? Quais são menos?

. Sim, mas não são para seguir à risca.

. As perguntas deram um contributo importante na clarificação do que se pretendia obter em cada factor, visto serem claras. No entanto, a grande quantidade e o seu detalhe tornava, por vezes, difícil a sua gestão em contexto de entrevista.

. As perguntas ilustrativas são importantes enquanto momento zero de trabalho das equipas, permitindo esclarecer o objecto e os objectivos dos domínios e factores seleccionados; nesta perspectiva devem ser consideradas mais propedêuticas do trabalho no terreno, servirem para a clarificação do trabalho a realizar e permitirem uma maior coerência do trabalho da equipa.

. Nos factores 2.4 e 2.7 existe uma desadequação entre a designação dos factores e as questões ilustrativas dos mesmos. Estes foram aliás os factores que tive maiores dificuldades em avaliar, porque também foram aqueles mais difíceis de questionar e de encontrar evidências relativamente à forma como estão a ser tratados nas escolas.

. Houve alguma dificuldade na obtenção de informações relativas ao factor 2.7 (valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar), pelo que seria de reequacionar a formulação das perguntas e a sua focagem.

2. As perguntas ilustrativas são claras e relevantes?

. As perguntas ilustrativas parecem, no geral, interessantes e adequadas aos vários factores (naqueles factores mais ambíguos, contribuem para esclarecer um pouco o significado pretendido). Ainda assim, é importante ter em conta que as questões são bastante abrangentes, o que dificulta a sua operacionalização no contexto de escola. Talvez o seu desdobramento, consoante os vários perfis de actores contactados nas escolas, permitisse um maior grau de operacionalidade, além de que um centramento em evidências e indicadores é fundamental.

. Deveria adoptar-se, como regra geral, não adjectivar as questões ilustrativas (por exemplo, “existe uma forte integração”, ou “há uma forte articulação”, ou “uma política activa”).

. As perguntas ilustrativas são claras e relevantes, muito embora pense que não o serão para todos os entrevistados. Ou seja, sugiro que se pense na construção de sub-guiões diferenciados para os diferentes grupos de entrevistados. Na prática foi isso que aconteceu nas reuniões em que participei.

. Funcionam como um excelente auxiliar de memória e garantem um bom fluir das reuniões. Sendo todas importantes, o seu peso varia de acordo com os actores. Terá de haver da parte do avaliador a sensibilidade de estabelecer prioridades diferentes nos assuntos a abordar com cada interveniente.

3. Há outras perguntas que fosse importante fazer?

. “O que gostaria que a escola/agrupamento fosse daqui a 10 anos?”

. Incluir algumas perguntas relativas aos mecanismos e práticas de informação e de comunicação, bem como questões que permitissem clarificar domínios ou áreas possíveis para futura contratualização de autonomia.

iv. Escala de avaliação – níveis de classificação e seu significado

. Unanimidade: adequada, apropriada, operacional, ajustada, pelo menos nesta fase.

. Numa escala com quatro níveis de classificação em que se salientam alguns indicadores que propiciam a atribuição dos diferentes níveis (“predominantemente pontos fortes”, “sistematicidade”, “definição de procedimentos”, “carácter sustentado e sustentável no tempo”), torna-se, por vezes, difícil a homogeneização de critérios, a não ser que se passe por um trabalho frequente e sistemático entre as diferentes equipas de avaliadores de modo a controlar variáveis que influenciam a classificação de modo diferente nos diferentes grupos de avaliadores.

. A explicitação dos níveis é complicada e sobre-adjectivada. Deveria adoptar-se, como regra geral, na redacção dos instrumentos de recolha de informação, a utilização de uma linguagem clara, precisa e concisa. [Esta seria uma adequada aplicação do SIMPLEX ao processo de avaliação externa das escolas.]

. É importante o esforço da sua aplicação, embora por vezes se torne um instrumento demasiado rígido; este aspecto poderá ser equilibrado com um tempo de clarificação e discussão conjunta pelos elementos da equipa; é preciso mais tempo para esses acertos

. Para uma primeira ronda de avaliações esta escala é adequada. No entanto, ela acabará por ser curta, não permitindo estabelecer uma distinção clara entre escolas: a grande maioria destas ficarão com uma classificação global entre o Suficiente e o Bom. Numa fase posterior a escala deverá ser alargada, sob pena de não se conseguir fazer uma real distinção entre escolas.

3. Avaliação da visita

a. Duração

. A duração da visita pareceu, por vezes, curta, particularmente nos casos em que se verificavam relações menos amenas e pacíficas entre os diversos grupos entrevistados.

. Só numa fase de experimentação de um modelo podemos concordar com esta duração, pois uma avaliação que pretenda ter em conta os processos e não só os resultados, aos vários níveis da organização que se está a avaliar, deveria ter uma mais longa duração, de modo a permitir “apanhar” elementos que se instalam no acontecer da acção, na configuração dos cenários e na natureza das relações.

. Dois dias completos numa escola (ou dois e meio num agrupamento) parece um tempo razoável para proceder a uma avaliação deste género, ainda que subentendendo um desgaste enorme dos vários protagonistas (avaliadores mas também Conselho Executivo). Ainda assim, parece suficiente para construir um retrato fundamentado da escola, que inclua as suas principais qualidades e fragilidades.

. A visita é cansativa, sobretudo pelo número e cadência das reuniões/entrevistas planeadas. No entanto, a sua duração não deve ser estendida, quer devido aos custos que isso acarreta, quer ao facto de a avaliação interferir com o normal funcionamento das escolas avaliadas. Inclusivamente talvez fosse de pensar a redução da duração da visita nos agrupamentos para dois dias.

b. Organização da visita

. A organização da visita obedece aos critérios a ter em conta no planeamento desta etapa da avaliação de escolas.

. As visitas foram muito bem organizadas, permitindo conduzir com sucesso o extenso programa previsto. Existe apenas uma ambiguidade no programa, onde se fala de “discussão com a equipa de avaliação”, não sendo totalmente claro para as escolas se se trata da equipa externa ou interna. . A visita à escola, no primeiro dia, é extremamente útil para construir um retrato da escola que ultrapasse os discursos dos seus protagonistas, pelo que, no caso dos agrupamentos, parece-me mais interessante que as visitas decorram também no primeiro dia (e não no último).

. De destacar as escolas em que foi organizado um dossier de escola a fim de ilustrar, com evidências que ultrapassam as palavras e as intenções escritas, as afirmações que foram sendo feitas. Essa poderia ser considerada uma “boa prática” a aplicar como pré-requisito às visitas dos avaliadores externos. A elaboração de tal *portefólio* poderá ser considerada como um instrumento de construção/ fortalecimento da identidade da escola.

. De destacar também as escolas em que os conselhos executivos optaram por fazer eleger, em vez de designar, os representantes dos vários corpos da comunidade educativa nas entrevistas.

. A organização está bem conseguida, sendo possível falar com todos os intervenientes na vida da escola. O único senão é que muitas vezes as mesmas pessoas estão presentes em diferentes entrevistas. Quando isto acontece, as suas opiniões e as evidências que fornecem não trazem muito mais informação do que aquela já conseguida. Assim, talvez não fosse necessário ter duas horas de reunião com coordenadores de departamento e duas horas com DT. Talvez uma hora com cada um destes grupos fosse suficiente.

. Prever mais tempo para os DT.

. O único aspecto que modificaria seria a ordem de algumas reuniões, nomeadamente fazendo mais cedo a que diz respeito à Assembleia de Escola.

. Estudar a possibilidade de uma reunião com a escola em fase de elaboração de relatório para esclarecer dúvidas.

c. Escolha e constituição dos painéis das entrevistas

. Na organização dos painéis de entrevistados, há dois aspectos que não parecem despiciendos – o número de elementos que integram cada painel e o facto de se ter verificado que, para a grande maioria dos entrevistados, não serem claras as suas funções e competências nos diversos órgãos que integram. Neste caso deverá ser recomendado de forma clara um limite de elementos entrevistados por grupo. Por outro lado, alguns dos painéis previstos repetiam muitos dos elementos já entrevistados em outros painéis tornando as respostas repetitivas e pouco enriquecedoras. Veja-se o caso do Conselho Pedagógico e do grupo dos Coordenadores de Departamento.

. Deve deixar a possibilidade de fazer outras entrevistas para além das previamente fixadas, pois o avaliador pode descobrir, depois de iniciada a exploração, que necessita de ouvir algumas pessoas que à partida não estavam previstas.

. Os painéis garantem uma pluralidade de perspectivas que é fundamental e deveria até ser alargada. Ou seja, nas várias escolas em que estive presente, a voz do presidente do conselho executivo foi demasiado forte, dando pouco relevo a outros protagonistas. O conselho executivo acaba por ser privilegiado durante todo o primeiro dia e, tendo ainda assento (ou mesmo a direcção) no Conselho Pedagógico, acaba por marcar demasiado a perspectiva dos avaliadores, além de conduzir já a uma certa repetição de argumentos e considerações.

. A conversa com professores sem funções de direcção e a “equipa de avaliação interna” seriam fundamentais para compreender melhor a complexidade organizacional, além de terem também um papel formativo importante, concedendo um relevo (justo) a estes protagonistas. Os alunos e pais deveriam também ser mais ouvidos, ainda que aqui não seja fácil a incorporação no painel da enorme diversidade de perfis e perspectivas. Desta forma se garantiria entrar mais a fundo no trabalho pedagógico quotidiano e, assim, nas aprendizagens efectivas na sala de aula.

. No caso dos agrupamentos horizontais, a não auscultação dos alunos através de uma entrevista de grupo constituiu uma lacuna do processo.

. Talvez fosse mais proveitoso e menos repetitivo ouvir os pais num painel único, que articulasse as diferentes qualidades em que participam nos vários órgãos da Escola / Agrupamento.

. Alguns dos painéis constituídos tinham um número excessivo de elementos (como era o caso das reuniões com coordenadores de estabelecimentos dos agrupamentos); outros possuíam uma representatividade reduzida (reunião de direcção da Associação de Pais e de pais representantes de turma).

. Nos agrupamentos, o período do painel final (reunião com o Conselho Executivo e membros do Conselho Pedagógico) poderia ser suprimido, permitindo o alargamento do programa de visitas a escolas do agrupamento e evitando a repetição de elementos de painéis anteriores. Os aspectos nele tratados poderiam ser incluídos no período de discussão com a equipa de avaliação no primeiro dia de visita e na reunião com os coordenadores de departamento no segundo dia.

. Poderia ser incluída uma entrevista com a equipa responsável pelo processo de auto-avaliação de escola ou com alguns dos seus elementos.

d. Orientação das reuniões

. Adequada, simpática e cordata, mas firme, melhorou progressivamente.

. A orientação das reuniões deve conduzir à exploração não só dos campos previamente definidos mas também dos emergentes da própria observação.

. Dada a abrangência e profundidade que se pretende destas reuniões, a sua orientação é muito difícil. Por um lado, tem que se dar todo o (pouco) tempo disponível para ouvir os protagonistas. Por outro lado, tem que se continuamente dirigi-los para a explicitação de evidências e indicadores. Os melhores resultados foram conseguidos quando já possuíamos dados e informações objectivas sobre determinados fenómenos na escola e pudemos confrontar os vários protagonistas com estas evidências, levando-os também a ser mais objectivos e menos dispersos.

. Apesar do guião ser um bom organizador das várias reuniões, ao fim dos primeiros dois ou três painéis, corre-se o risco de alguns “desvios” e de quebra de uma certa disciplina o que pode levar ao “informalismo” e à perda de distanciamento do avaliador.

. Necessidade de homogeneizar a estratégia de coordenação das reuniões de modo a assegurar um clima de abertura e cooperação dos avaliados (evitar centração na equipa, atitudes opinativas, inspectivas, etc).

. Neste aspecto, o papel do líder das equipas é fundamental. Trata-se essencialmente de escolher ou formar bem avaliadores com determinadas competências.

e. Outros comentários relevantes

. Em *part-time*, não é de esperar que se consiga de cada equipa mais que duas avaliações por mês.

. Os órgãos de gestão deverão ser notificados sobre a informação que deverão disponibilizar, bem como do local e data limite para o seu envio.

. Prever um intervalo a meio da manhã e da tarde.

. Elaborar o relatório antes da visita a uma nova escola.

. Avaliar as escolas com rigor exige conhecer a natureza específica e a configuração que têm como instituições enraizadas numa determinada sociedade, mas exige também ter em conta o carácter único, irrepetível, dinâmico e imprevisível de cada escola.

. Uma avaliação externa desta natureza dificilmente deixará de ser impressionista e arbitrária se não conseguir construir um caminho de partilha com uma “equipa de avaliação interna”, a funcionar em permanência dentro da escola e capaz de produzir dados objectivos, fidedignos e relevantes sobre a realidade no seu interior. É óbvio que isto implica uma intensa articulação entre ambas e a superação de possíveis tensões entre si, resultantes de diferentes orientações e desconfianças mútuas. No entanto, só assim se poderá construir um sistema sólido e sustentável de avaliação das escolas, a nível nacional.

. Seria útil conhecer até que ponto foi relevante para as escolas e agrupamentos a presença dos painéis de avaliadores e a avaliação realizada. Os domínios de referência e os factores que contribuem para esses domínios, com a eventual introdução de alterações pontuais, cobrem as principais áreas em que se realiza a acção das escolas e fornece chaves de leitura para a complexidade em que actualmente essa acção se exerce. Assim, seria relevante compreender a utilidade deste documento como base de reflexão acerca da organização das actividades de cada estabelecimento de ensino ou de cada agrupamento, no sentido de encontrarem referentes para a sua melhoria.

Outras observações sobre os relatórios de avaliação de escola

. Faltou um documento orientador para a redacção dos relatórios de avaliação.

. O questionário aos avaliadores deveria incluir uma secção sobre os relatórios de avaliação, dado a sua redacção ter constituído um elemento da nossa participação. Tratou-se de um aspecto não discutido nas reuniões gerais e que, embora tenha sido discutido nas reuniões de equipa, dessa discussão não parece terem resultado repercussões muito visíveis em termos de produto final. A análise SWOT, que se pretendeu utilizar explicitamente e que depois apareceu “suavizada”, sem as “ameaças” e as “oportunidades” da tradução literal, acaba por se revelar demasiado redutora face a tudo o que foi escrito anteriormente no relatório, pelo que se aconselha a revisão da sua utilização.

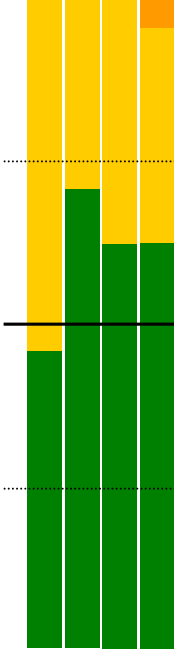
. Em relação às “Considerações Finais”, ou se aperfeiçoa o modelo de preenchimento deste ponto, ou resulta numa síntese simplificadora com um tom de “receita” pouco sustentado, pois, para esse efeito, as visitas são “curtas” e insuficientes.

Resumo das respostas das escolas

(parte fechada do inquérito)

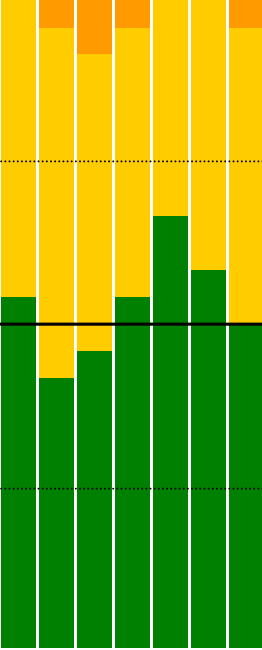
1. Resultados

1.1 Sucesso académico
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem
1.3 Comportamento e disciplina
1.4 Participação e desenvolvimento cívico



2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade
2.2 Diferenciação e apoios
2.3 Abrangência do currículo
2.4 Oportunidades de aprendizagem
2.5 Equidade e justiça
2.6 Articulação com as famílias
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar



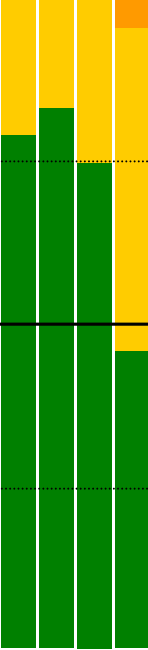
3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade
3.2 Gestão dos recursos humanos
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos
3.4 Ligação às famílias



4. Liderança

4.1 Visão e estratégia
4.2 Motivação e empenho
4.3 Abertura à inovação
4.4 Parcerias, protocolos e projectos



5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação
5.2 Sustentabilidade do progresso

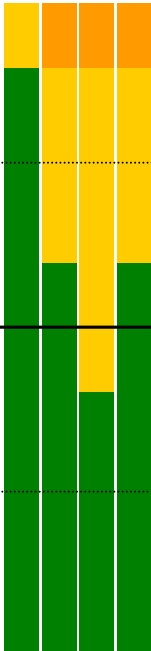


Resumo das respostas dos avaliadores

(parte fechada do inquérito)

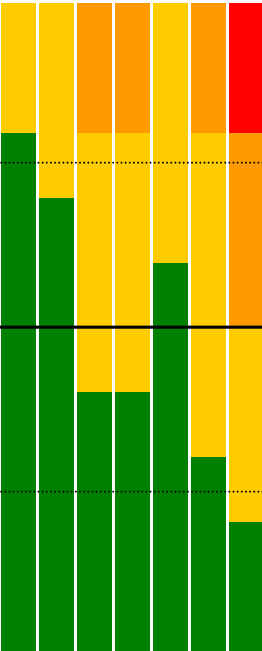
1. Resultados

1.1 Sucesso académico
1.2 Valorização dos saberes e da aprendizagem
1.3 Comportamento e disciplina
1.4 Participação e desenvolvimento cívico



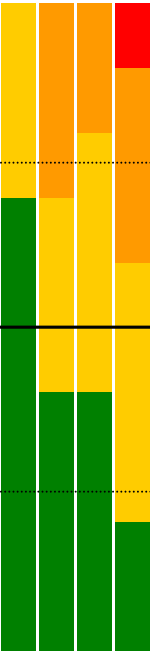
2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade
2.2 Diferenciação e apoios
2.3 Abrangência do currículo
2.4 Oportunidades de aprendizagem
2.5 Equidade e justiça
2.6 Articulação com as famílias
2.7 Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar



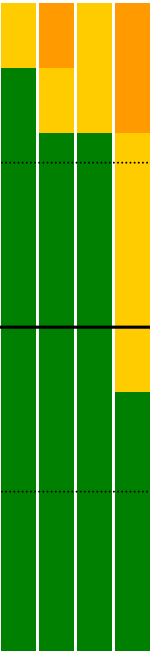
3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade
3.2 Gestão dos recursos humanos
3.3 Qualidade e acessibilidade dos recursos
3.4 Ligação às famílias



4. Liderança

4.1 Visão e estratégia
4.2 Motivação e empenho
4.3 Abertura à inovação
4.4 Parcerias, protocolos e projectos



5. Capacidade de auto-regulação e progresso da escola (agrupamento)

5.1 Auto-avaliação
5.2 Sustentabilidade do progresso



Acções de divulgação do piloto de avaliação e dos seus resultados

Acção #1 _____

Local

Auditório do Conselho Nacional da Educação (CNE), Lisboa

Data

9 de Outubro de 2006

Contexto

Primeira apresentação pública dos resultados do piloto de avaliação.

Público

Reunião aberta à população em geral, mas com convites expressos aos Conselheiros do CNE, aos representantes das escolas envolvidas no piloto, aos avaliadores envolvidos no piloto e aos quadros principais do Ministério da Educação.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Todo o Grupo de Trabalho

Outros participantes

Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação, Júlio Pedrosa, Sra. Ministra de Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos.

Breve descrição

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira, fez uma apresentação inicial sobre a génese do grupo de trabalho, a execução do piloto e os resultados da avaliação das 24 escolas que integraram o piloto, a que se seguiu um período para perguntas e respostas. A Sr. Ministra da Educação encerrou a sessão com uma intervenção onde focou a ligação entre a avaliação e o estabelecimento de contratos de melhoria ou autonomia.

Acção #2 _____

Local

Estúdios Rádio Televisão Portuguesa (RTP), Lisboa

Data

9 de Outubro de 2006

Contexto

Entrevista no Jornal 2., do canal a dois., conduzida pelo jornalista Vasco Trigo.

Público

População em geral.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Pedro Guedes de Oliveira

Outros participantes

Breve descrição

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira, respondeu às questões colocadas pelo jornalista sobre os resultados do piloto de avaliação das escolas.

Acção #3 _____

Local

Estúdios da Sociedade Independente de Comunicação (SIC), Porto

Data

10 de Outubro de 2006

Contexto

Participação no programa Praça Pública, do canal SIC Notícias.

Público

População em geral.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Pedro Guedes de Oliveira

Outros participantes

Breve descrição

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira, respondeu a questões colocadas telefonicamente pelos tele-espectadores do programa sobre os resultados do piloto de avaliação das escolas.

Ação #4 -----

Local

Assembleia da República, Lisboa

Data

17 de Outubro de 2006

Contexto

Apresentação dos resultados do piloto de avaliação na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República (AR).

Público

Reunião pública, com a presença de jornalistas, com os Srs Deputados membros da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Todo o Grupo de Trabalho

Outros participantes

Sra. Ministra de Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos.

Breve descrição

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira, fez uma apresentação oral sobre a génese do grupo de trabalho, a execução do piloto e os resultados da avaliação das 24 escolas que integraram o piloto, a que se seguiram duas rondas intervenções dos Srs. Deputados. No fim de cada uma das rondas a Sr. Ministra da Educação e o Coordenador do Grupo de Trabalho responderam às questões colocadas e prestaram os esclarecimentos pedidos.

Ação #5 -----

Local

Revista Visão

Data

19 de Outubro de 2006

Contexto

Artigo sobre a utilização pelo Governo de peritos universitários em detrimento de consultores de empresas.

Público

População em geral.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Pedro Guedes de Oliveira

Outros participantes

Breve descrição

O artigo em causa analisa, comparando custos e resultados, a tendência do governo em usar peritos de Universidades em detrimento de consultores de empresas privadas. Como caso concreto a jornalista apresenta o Grupo de Trabalho para a Avaliação das Escolas e cita o Coordenador do Grupo, Pedro Guedes de Oliveira, a partir de uma entrevista por ele concedida à jornalista.

Ação #6 -----**Local**

Conselho Nacional da Educação (CNE), Lisboa

Data

31 de Outubro de 2006

Contexto

Apresentação dos resultados do piloto de avaliação na 5ª Comissão Especializada Permanente do CNE - Análise e Acompanhamento Global da Educação.

Público

Conselheiros membros da 5ª Comissão Especializada.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Todo o Grupo de Trabalho

Outros participantes**Breve descrição**

O Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira, fez uma apresentação oral sobre a génese do grupo de trabalho, a execução do piloto e os resultados da avaliação das 24 escolas que integraram o piloto, a que se seguiu um período de perguntas e respostas. Neste período entrevistaram, de forma generalizada, os Srs. Conselheiros presentes e os membros do Grupo de Trabalho.

Ação #7 -----**Local**

Jornal de Notícias (JN)

Data

13 de Novembro de 2006

Contexto

Entrevista ao Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira.

Público

População em geral.

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Pedro Guedes de Oliveira

Outros participantes**Breve descrição**

O artigo consiste na transcrição directa de uma entrevista do jornalista do JN ao Coordenador do Grupo de Trabalho, Pedro Guedes de Oliveira, onde a propósito da experiência no piloto de avaliação das escolas, são abordados também outros temas como o ECD, o financiamento das escolas e a autonomia.

Ação #8 -----**Local**

Aula Magna da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real

Data

16 de Novembro de 2006

Contexto

Reunião com Conselhos Executivos de escolas da DREN

Público

Presidentes e outros membros de Conselhos Executivos de Escolas

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

José Fernando Oliveira

Outros participantes

Sra. Ministra de Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, Sr. Directora Regional da Educação do Norte, Margarida Moreira.

Breve descrição

A reunião enquadra-se num esquema de reuniões periódicas do Ministério da Educação com os Conselhos Executivos das várias DREs. Esta reunião tinha como objectivos: (1) fazer o ponto de situação sobre a implementação das medidas ao nível da organização do ano lectivo; (2) apresentar resultados da avaliação externa das escolas com vista à reorientação do trabalho das escolas; (3) apresentar as novas medidas previstas para o presente ano lectivo; (4) auscultar as escolas relativamente a constrangimentos e vantagens. Neste contexto, o membro do grupo de trabalho presente fez uma breve apresentação sobre a história do piloto de avaliação e sobre os resultados desta relativamente às 24 escolas que integraram o piloto.

Ação #9 _____**Local**

Auditório da Universidade do Minho, Gualtar, Guimarães

Data

17 de Novembro de 2006

Contexto

Reunião com Conselhos Executivos de escolas da DREN

Público

Presidentes e outros membros de Conselhos Executivos de Escolas

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

José Maria Azevedo

Outros participantes

Sra. Ministra de Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, Sr. Directora Regional da Educação do Norte, Margarida Moreira.

Breve descrição

A reunião enquadra-se num esquema de reuniões periódicas do Ministério da Educação com os Conselhos Executivos das várias DREs. Esta reunião tinha como objectivos: (1) fazer o ponto de situação sobre a implementação das medidas ao nível da organização do ano lectivo; (2) apresentar resultados da avaliação externa das escolas com vista à reorientação do trabalho das escolas; (3) apresentar as novas medidas previstas para o presente ano lectivo; (4) auscultar as escolas relativamente a constrangimentos e vantagens. Neste contexto, o membro do grupo de trabalho presente fez uma breve apresentação sobre a história do piloto de avaliação e sobre os resultados desta relativamente às 24 escolas que integraram o piloto.

Ação #10 _____**Local**

Auditório da Faculdade de Medicina Dentária. Lisboa

Data

20 de Novembro de 2006, 9h30

Contexto

Reunião com Conselhos Executivos de escolas da DREL

Público

Presidentes e outros membros de Conselhos Executivos de Escolas

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Maria do Carmo Clímaco

Outros participantes

Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, Sr. Director Regional da Educação de Lisboa, Dr. José Joaquim Leitão.

Breve descrição

A reunião enquadra-se num esquema de reuniões periódicas do Ministério da Educação com os Conselhos Executivos das várias DREs. Esta reunião tinha como objectivos: (1) fazer o ponto de situação sobre a implementação das medidas ao nível da organização do ano lectivo; (2) apresentar resultados

da avaliação externa das escolas com vista à reorientação do trabalho das escolas; (3) apresentar as novas medidas previstas para o presente ano lectivo; (4) auscultar as escolas relativamente a constrangimentos e vantagens. Neste contexto, o membro do grupo de trabalho presente fez uma breve apresentação sobre a história do piloto de avaliação e sobre os resultados desta relativamente às 24 escolas que integraram o piloto.

Ação #11 _____

Local

Auditório da Faculdade de Medicina Dentária, Lisboa

Data

20 de Novembro de 2006, 14h00

Contexto

Reunião com Conselhos Executivos de escolas da DREL

Público

Presidentes e outros membros de Conselhos Executivos de Escolas

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Maria do Carmo Clímaco

Outros participantes

Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, Sr. Director Regional da Educação de Lisboa, Dr. José Joaquim Leitão.

Breve descrição

A reunião enquadra-se num esquema de reuniões periódicas do Ministério da Educação com os Conselhos Executivos das várias DREs. Esta reunião tinha como objectivos: (1) fazer o ponto de situação sobre a implementação das medidas ao nível da organização do ano lectivo; (2) apresentar resultados da avaliação externa das escolas com vista à reorientação do trabalho das escolas; (3) apresentar as novas medidas previstas para o presente ano lectivo; (4) auscultar as escolas relativamente a constrangimentos e vantagens. Neste contexto, o membro do grupo de trabalho presente fez uma breve apresentação sobre a história do piloto de avaliação e sobre os resultados desta relativamente às 24 escolas que integraram o piloto.

Ação #12 _____

Local

Universidade do Algarve. Faro

Data

21 de Novembro de 2006, 14h00

Contexto

Reunião com Conselhos Executivos de escolas da DREALg e DRAIent

Público

Presidentes e outros membros de Conselhos Executivos de Escolas

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Pedro Guedes de Oliveira

Outros participantes

Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, e os Directores Regionais da Educação do Alentejo e do Algarve.

Breve descrição

A reunião enquadra-se num esquema de reuniões periódicas do Ministério da Educação com os Conselhos Executivos das várias DREs. Esta reunião tinha como objectivos: (1) fazer o ponto de situação sobre a implementação das medidas ao nível da organização do ano lectivo; (2) apresentar resultados da avaliação externa das escolas com vista à reorientação do trabalho das escolas; (3) apresentar as novas medidas previstas para o presente ano lectivo; (4) auscultar as escolas relativamente a constrangimentos e vantagens. Neste contexto, o membro do grupo de trabalho presente fez uma breve apresentação sobre a história do piloto de avaliação e sobre os resultados desta relativamente às 24 escolas que integraram o piloto.

Ação #13 -----

Local

Auditório da Reitoria, Universidade de Aveiro, Aveiro

Data

22 de Novembro de 2006

Contexto

Reunião com Conselhos Executivos de escolas da DREC

Público

Presidentes e outros membros de Conselhos Executivos de Escolas

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Cláudia S. Sarrico

Outros participantes

Sra. Ministra de Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, Sr. Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, Sr. Director Regional da Educação do Centro, Jorge Gomes.

Breve descrição

A reunião enquadra-se num esquema de reuniões periódicas do Ministério da Educação com os Conselhos Executivos das várias DREs. Esta reunião tinha como objectivos: (1) fazer o ponto de situação sobre a implementação das medidas ao nível da organização do ano lectivo; (2) apresentar resultados da avaliação externa das escolas com vista à reorientação do trabalho das escolas; (3) apresentar as novas medidas previstas para o presente ano lectivo; (4) auscultar as escolas relativamente a constrangimentos e vantagens. Neste contexto, o membro do grupo de trabalho presente fez uma breve apresentação sobre a história do piloto de avaliação e sobre os resultados desta relativamente às 24 escolas que integraram o piloto.

Ação #14 -----

Local

Escola Superior de Educação. Coimbra

Data

28 de Novembro de 2006-12-15

Contexto

Seminário "Avaliação da Qualidade no Ensino", promovida pelo Pólo Dinamizador da Qualidade de Coimbra, Delegação Regional do Norte da APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade.

Público

Professores, estudantes, técnicos na área do Ensino

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Pedro Guedes de Oliveira

Outros participantes

Pedro Saraiva, José Manuel Canavarro, Rodrigo Queiroz e Melo, Maria Doão Rosa, etc.

Breve descrição

Sensibilizar para a importância da Qualidade no ensino, promover a Qualidade como factor competitivo, debater a avaliação da qualidade do ensino.

Ação #15 -----

Local

Auditório da Fundação Eugénio de Almeida. Évora

Data

21 de Novembro de 2006

Contexto

Jornada sobre Educação, no âmbito de um conjunto de jornadas temáticas sobre o desenvolvimento do Alentejo, inseridas num "Ciclo de Inovação" uma iniciativa da Associação dos Profissionais de Educação de Portalegre em parceria com a Associação de Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Portalegre

Público

Profissionais de vários sectores da Educação, como professores, conselhos executivos de agrupamentos e escolas secundárias, directores de escolas profissionais do Alentejo, técnicos da DREA, inspectores, e representantes do IEF, da APENA, da Agência de Desenvolvimento Alentejano e da Associação Empresarial da Região de Portalegre

Participante(s) pelo Grupo de Trabalho

Maria do Carmo Clímaco

Outros participantes

Prof. Doutor José Bravo Nico (U.E) José Barroso (Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz) Luis Ribeiro (Agrupamento de Escola de Portel), director da Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL), da Escola Profissional de Alter do Chão, Escola Secundária D.Manuel I, de Beja, Escola Secundária Gabriel Pereira de Évora, e representantes da DREA, do IEF e do Sector Empresarial.

Breve descrição

A Jornada de Educação enquadra-se num conjunto de outras jornadas sobre temáticas ligadas a áreas chave para o desenvolvimento do Alentejo programadas num Ciclo de Inovação. Nesta perspectiva foram abordadas três temas básicos: 1) a organização, Gestão e Avaliação das Escolas/agrupamentos – contratos de autonomia, 2) a educação no epicentro do desenvolvimento local – o caso da Freguesia de S. Miguel de Machede, 3) o ensino profissional no Alentejo.

Resultados da fase piloto de avaliação externa de escolas e agrupamentos

Lisboa, 9 de Outubro de 2006
Conselho Nacional de Educação

Pedro Guedes de Oliveira
Coordenador do GT para a Avaliação das Escolas

1

► Criação do Grupo de Trabalho

Modelo de Avaliação Externa

Piloto de Avaliação Externa

Alguns resultados do Piloto

Conclusão e trabalho futuro

2

Grupo de Trabalho para a Avaliação das Escolas

- ▶ Criado no âmbito do Ministério da Educação para o estudo e a proposta de modelos de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

(Despacho Conjunto nº 370/2006, de 5 de Abril)

Atribuições

- ▶ Definir os referenciais para a auto-avaliação
- ▶ Definir os referenciais para a avaliação externa das escolas, com vista a obter
 - classificações claras dos estabelecimentos de ensino
 - recomendações que permitam preparar a celebração de Contratos de Autonomia
- ▶ Aplicar os referenciais de auto-avaliação e avaliação externa a um número restrito de unidades de gestão
- ▶ Definir os procedimentos, o calendário e as condições necessárias à generalização da auto-avaliação e da avaliação externa
- ▶ Produzir recomendações para uma eventual revisão do actual quadro legal.

Piloto de Avaliação Externa

Criação do Grupo de Trabalho

► Modelo de Avaliação Externa

Piloto de Avaliação Externa

Alguns resultados do Piloto

Conclusão e trabalho futuro

Piloto de Avaliação Externa

2. Modelo de Avaliação Externa

Modelo de Avaliação Externa



► Problema a resolver:

Visar todo o sistema de ensino básico e secundário (cerca de 1200 UG), com uma periodicidade relativamente pequena (não mais do que 4 anos) e procurando uma perspectiva aberta e virada para o exterior.

► Primeira consequência:

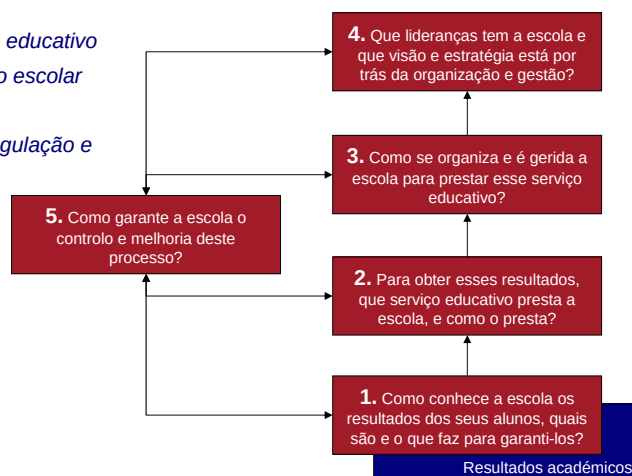
A auto-avaliação tem de assumir uma particular centralidade e a sua articulação com a avaliação externa torna-se essencial.

Modelo de Avaliação Externa



Domínios de Avaliação

- Resultados
- A prestação do serviço educativo
- A organização e gestão escolar
- Liderança
- Capacidade de auto-regulação e progresso da escola



Domínios e Factores de Avaliação

- ▶ **Resultados**
 - Sucesso académico
 - Valorização dos saberes e da aprendizagem
 - Comportamento e disciplina
 - Participação e desenvolvimento cívico
- ▶ **A organização e gestão escolar**
 - Conceção, planeamento e desenvolvimento da actividade
 - Gestão dos recursos humanos
 - Qualidade e acessibilidade dos recursos
 - Ligação às famílias
- ▶ **Capacidade de auto-regulação e progresso da escola**
 - Auto-avaliação
 - Sustentabilidade do progresso
- ▶ **A prestação do serviço educativo**
 - Articulação e sequencialidade
 - Diferenciação e apoios
 - Abrangência do currículo
 - Oportunidades de aprendizagem
 - Equidade e justiça
 - Articulação com as famílias
 - Valorização e impacto das aprendizagens na educação escolar
- ▶ **Liderança**
 - Visão e estratégia
 - Motivação e empenho
 - Abertura à inovação
 - Parcerias, protocolos e projectos

Escala de classificação

- ▶ **Muito Bom**
A escola revela predominantemente pontos fortes, um desempenho mobilizador e uma acção intencional sistemática.
- ▶ **Bom**
A escola revela bastantes pontos fortes, com uma acção intencional frequente. As actuações positivas são a norma, mas decorrem frequentemente do empenho e iniciativa individuais.
- ▶ **Suficiente**
A escola apresenta situações em que os pontos fortes e os pontos fracos se contrabalançam, revelando frequentemente uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco determinada e sistemática.
- ▶ **Insuficiente**
A escola revela situações em que os pontos fracos ultrapassam os pontos fortes e as vivências dos vários intervenientes são generalizadamente pobres. A capacidade interna de melhoria é muito limitada, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco consistentes ou relevantes para o desempenho global.

Reuniões e Entrevistas na Escola

	1º dia	2º dia
9h00	Apresentação da escola pelo Conselho Executivo	Reunião com as estruturas de orientação e serviços de apoio educativo
10h00	Discussão com a equipa de auto-avaliação	Reunião com alunos delegados de turma
11h00	Visita à escola (sede de agrupamento)	Reunião com Directores de Turma
12h00		
13h00	Almoço	Almoço
14h30	Reunião com Conselho Executivo	Reunião com os Coordenadores de Departamento
15h30		Reunião com o Conselho Executivo e membros do Conselho Pedagógico
16h30	Reunião com funcionários não docentes	Reunião com o presidente e membros da Assembleia de Escola
17h30		
18h30	Reunião com a Direcção da Associação de Pais e pais representantes de turma	Encerramento da avaliação
19h30	Encerramento do 1º dia	

Apresentação inicial da Escola / Agrupamento

Tópicos sugeridos pelo GT:

- ▶ Condições físicas e sociais
- ▶ Supervisão global dos percursos e resultados escolares
- ▶ Organização da escola
- ▶ Identidade e integração
- ▶ Ligação à comunidade
- ▶ Projecto e estratégia

Ponte entre a auto-avaliação e a avaliação externa

Relatórios

- ▶ Relatórios curtos mas que, no entanto, devem permitir vários níveis de leitura, a diferentes leitores.
- ▶ Constituídos por 5 Capítulos:
 - **Introdução**
Genérica, com o objectivo de tornar o relatório auto-contido
 - **Enquadramento**
Enquadramento físico, social, geográfico, etc.
 - **Domínios chave do desempenho educativo**
Síntese para cada domínio e respectiva classificação
 - **Análise dos factores por domínio**
Síntese para cada factor
 - **Considerações finais**
Pontos fortes, debilidades, oportunidades e dificuldades de desenvolvimento da escola

Criação do Grupo de Trabalho

Modelo de Avaliação Externa

▶ **Piloto de Avaliação Externa**

Alguns resultados do Piloto

Conclusão e trabalho futuro

Convite, do ME, a todas as unidades de gestão

- ▶ Anunciando que iria lançar, no 1º semestre de 2006, um processo de avaliação externa de um grupo limitado de escolas e agrupamentos,
- ▶ Com o objectivo de testar um procedimento extensível a todas as unidades de gestão da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- ▶ O convite, dirigido às escolas e agrupamentos que já tivessem desenvolvido um processo formal de auto-avaliação, solicitava a apresentação de uma candidatura à fase piloto de avaliação externa, contendo:
 - os resultados da auto-avaliação
 - a enumeração de pontos fortes e de pontos fracos da escola
 - a estratégia, plano e acções definidos na sequência da auto-avaliação.

Seleccção das escolas do piloto

- ▶ A selecção teve em conta:
 - os termos e dados da candidatura
 - diversidade no tocante a
 - distribuição regional
 - contextos sócio-económicos
 - níveis de educação e ensino
- ▶ Das 120 respostas recebidas, foram seleccionadas 24



Acções preparatórias do piloto (1)

► Constituição das equipas de avaliação

As equipas integraram professores ou ex-professores do ensino básico e secundário, responsáveis por Centros de Formação, professores do ensino superior, ou investigadores, oriundos das áreas da Psicologia, Física, Sociologia, Gestão e Geociências.

► Formação das equipas de avaliação

Foi realizada, em Abril, no Porto, uma sessão conjunta de todos os avaliadores, com vista à apresentação e discussão do modelo e quadro de referência de avaliação, a que se seguiram reuniões parcelares das várias equipas envolvidas.

► Documentos enviados às escolas

Foi enviada, às escolas abrangidas pelo piloto, toda a documentação referente ao quadro de referência, bem como a escala de classificações, os tópicos a visar na auto-apresentação, a data da visita, a escala de reuniões e entrevistas e, finalmente, a indicação da constituição da equipa que lhe havia sido atribuída.

Acções preparatórias do piloto (2)

► Acção de apresentação e informação com as escolas

Ainda em Abril foi realizada, em Aveiro, uma reunião com as Escolas e Agrupamentos do Piloto (3 elementos por unidade de gestão) na qual estiveram também presentes os avaliadores.

► Documentos pedidos às Escolas

Foi pedido a todas as Escolas e Agrupamentos que disponibilizassem aos avaliadores, previamente à visita de avaliação, o seguinte conjunto de peças:

- Relatórios de avaliações/inspecções anteriores
- Regulamento interno
- Projecto educativo
- Plano Anual de Actividades 2004/2005
- Relatório/Avaliação final do Plano de Actividades 2004/2005
- Plano Anual de Actividades 2005/2006
- Descrição de projectos desenvolvidos em cada escola
- Descrição de projectos nacionais e internacionais em que cada escola participa
- Descrição de formações / percursos pedagógicas alternativos
(ex: PIEF, EFA, Currículos Alternativos...)

Visitas às Escolas

Todas as visitas de avaliação foram realizadas durante o mês de Maio

Semana 1					Semana 2					Semana 3					Semana 4							
1	2	3	4	5	F/S	8	9	10	11	12	F/S	15	16	17	18	19	F/S	22	23	24	25	26
Escola	ES/3 Eça de Queirós						Escola	ES/3 João da Silva Correia				Escola	AV de Escolas de Gondifelos				Escola	AV de Escolas de Miragaia				
Local	Póvoa do Varzim						Local	S. João da Madeira				Local	Gondifelos Farnalhão				Local	Porto				
	Escola						Escola	ES/3 João Gonçalves Zarco				Escola	AV de Escolas do Cávado Sul				Escola	AV de Escolas Eugénio de Andrade				
	Local						Local	Matosinhos				Local	Barcelinhos				Local	Porto				
Escola	EB23 Prof. Alberto Nery Capucho						Escola	AV de Escolas de Colmeias				Escola	AV de Escolas de Alfornelos				Escola	ES/3 Quinta das Palmeiras				
Local	Marinha Grande						Local	Colmeias Leiria				Local	Alfornelos Amadora				Local	Covilhã				
	Escola						Escola	AV de Escolas de Vouzela				Escola	AV de Escolas Ferreira de Castro				Escola	AV de escolas de Mem-Ramires				
	Local						Local	Vouzela				Local	Mem Martins Lisboa				Local	Santarém				
							Escola	ES/3 Quinta do Marquês				Escola	AV Matilde Rosa Araújo				Escola	AH de Portel				
							Local	Oeiras				Local	S.Domingos de Rana Cascais				Local	Portel				
							Escola	ES/3 Dona Luísa de Gusmão				Escola	EBI Charneca de Caparica				Escola	AV Escolas de Algoz				
							Local	Lisboa				Local	Faro				Local	Algoz Silves				

Ações pós visitas às Escolas

► Produção e envio dos relatórios

Os relatórios foram produzidos em Junho e enviados às escolas em 4 de Julho.

► Recepção dos contraditórios

Todas as escolas foram convidadas a produzir um contraditório ao relatório recebido.

► Inquéritos a escolas e avaliadores

Foram enviados dois inquéritos, um às escolas e outro aos avaliadores, visando a avaliação do piloto, ambos com uma parte aberta, opinativa e uma outra parte fechada.

Desta última e no tocante às escolas, será adiante dada conta dos resultados

Os inquéritos aos avaliadores têm, em geral, uma análise mais minuciosa e estão ainda a ser alvo de estudo por parte do GT.

Piloto de Avaliação Externa

Criação do Grupo de Trabalho

Modelo de Avaliação Externa

Piloto de Avaliação Externa

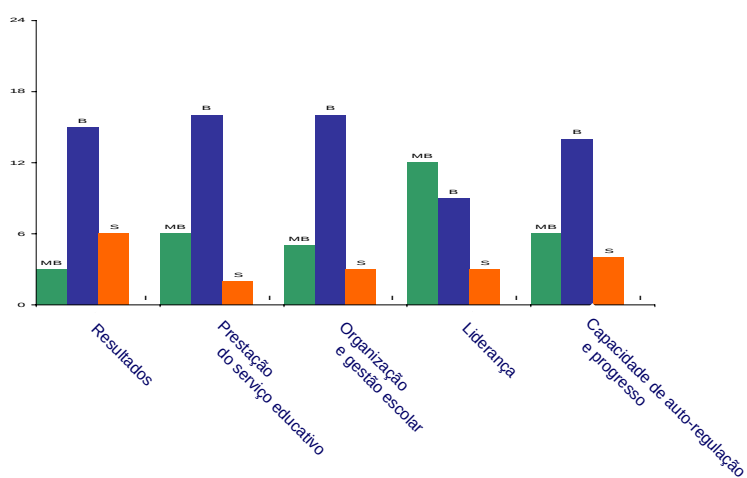
► **Alguns resultados do Piloto**

Conclusão e trabalho futuro

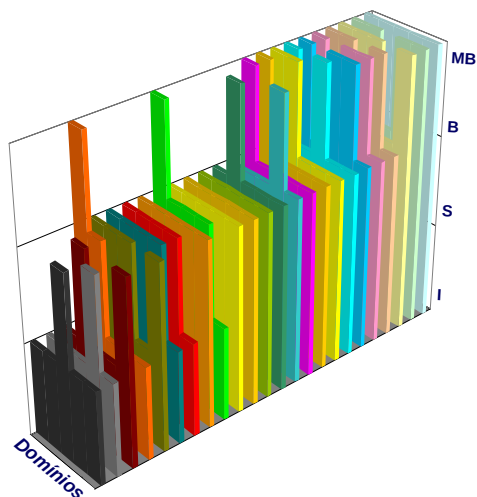
Piloto de Avaliação Externa

4. Resultados do Piloto de Avaliação Externa

Distribuição das classificações por domínio



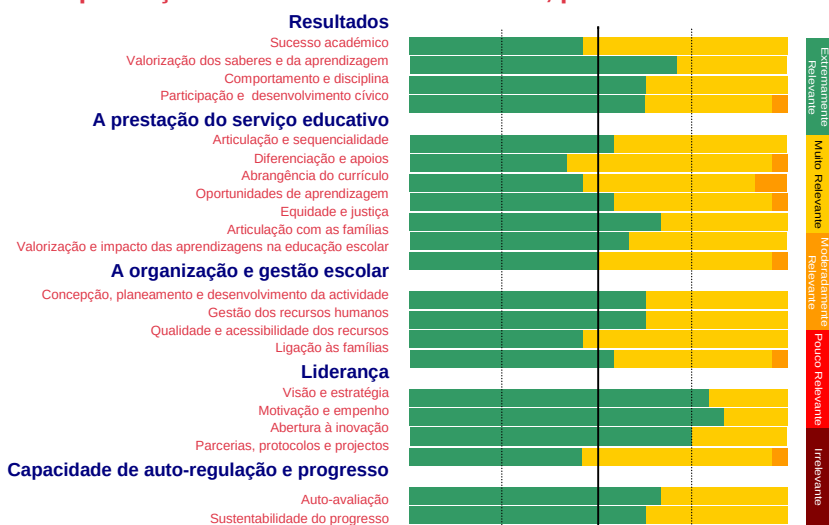
Distribuição das classificações por domínio e pelas Escolas e Agrupamentos do Piloto



Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas
9 de Outubro 2006

23

Apreciação da relevância dos factores, pelas escolas



Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas
9 de Outubro 2006

24

Piloto de Avaliação Externa

Criação do Grupo de Trabalho

Modelo de Avaliação Externa

Piloto de Avaliação Externa

Alguns resultados do Piloto

► Conclusão e trabalho futuro

Piloto de Avaliação Externa

Algumas conclusões (1)

- Este modelo de avaliação reconhece e valoriza os pontos fortes tanto como os pontos fracos
- O quadro de referência foi positivamente avaliado mas pode ser alvo de ajustamentos
- As visitas decorreram de modo afável e cordial, com grande colaboração por parte das escolas
- Os painéis das entrevistas abrangem os actores mais importantes das escolas, mas há ajustamentos a fazer na constituição desses painéis
- O trabalho conjunto de avaliadores mais próximos e mais distantes das escolas, com diferentes sensibilidades, parece uma aposta ganha

Piloto de Avaliação Externa

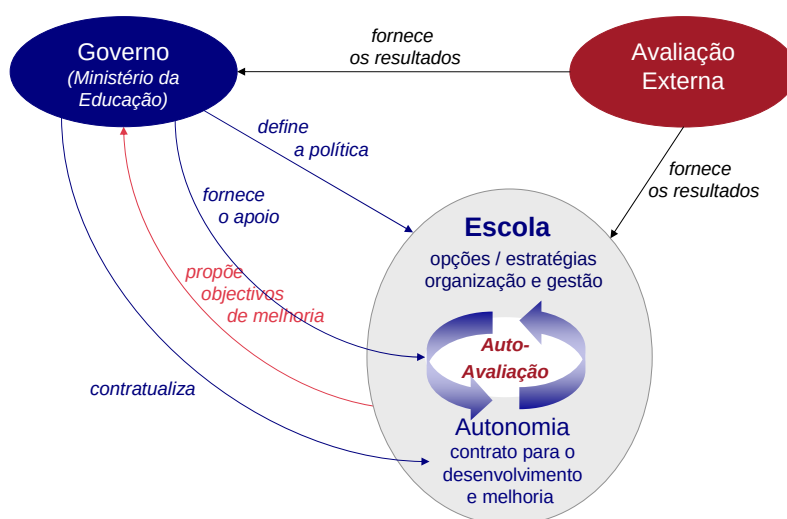
Algumas conclusões (2)

- ▶ A escala de avaliação mostrou-se adequada
- ▶ A diversidade de classificações atribuídas é significativa, mesmo com as especificidades da escolha das escolas do piloto
- ▶ Os relatórios foram genericamente apreciados de modo muito positivo, quer no modelo quer no conteúdo
- ▶ O acesso prévio a informação sistemática sobre as escolas, a sua população e os seus resultados, é uma condição imprescindível
- ▶ Eventuais debilidades das práticas de auto-avaliação dificultam o alcance do modelo de avaliação externa experimentado
- ▶ As consequências da avaliação constituem um factor determinante da utilidade de qualquer modelo, seja para cada escola, seja para a administração

Piloto de Avaliação Externa

5. Conclusão e trabalho futuro

Interrelações e trabalho em curso



Piloto de Avaliação Externa**Grupo de trabalho para avaliação das escolas**

Pedro Guedes de Oliveira
Maria do Carmo Clímaco
José Maria Azevedo
Maria Antónia Carravilla
Cláudia S. Sarrico
José Fernando Oliveira

Peritos que integraram o piloto

Álvaro Santos	Ana Paula Curado
Filomena Cravo	Helena Roque
José Luís Santos	Judite Cardoso
Manuel Serrano Pinto	M ^a João Pires da Rosa
Noémia Félix	Óscar Gonçalves
Patrícia Moura e Sá	Pedro Abrantes
Susana Martins	

Protocolo de colaboração



Outorgantes:

1º DREN - Direcção Regional de Educação do Norte, com sede na rua António Carneiro, n.º 8, 4349-003 Porto, representada pela Directora Regional de Educação do Norte, Lic. Margarida Elisa Santos Teixeira Moreira;

2º FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pessoa colectiva de direito público com o n.º 600027716, com sede na Rua Dr. Roberto Frias, s/n, 4200-465 Porto, representada neste acto pelo seu Director, Prof. Doutor Carlos Albino Veiga da Costa.

1. Introdução

Por Despacho - Conjunto dos Ministros da Educação e das Finanças de 5 de Abril de 2006 foi criado um grupo de trabalho denominado “Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas” para a elaboração de um estudo relativo à avaliação externa dos estabelecimentos de ensino básico e secundário.

De entre as tarefas a executar consta uma fase piloto de avaliação externa de vinte e quatro unidades de gestão para a qual foi nomeado, por Despacho da Ministra da Educação de 10 de Abril de 2006, um outro grupo de treze individualidades que irão também integrar o Grupo de Trabalho acima referido.

Torna-se assim necessário assegurar a gestão e execução da referida fase piloto, mormente no que se refere aos seus aspectos logísticos, nomeadamente os referentes a deslocações e alojamento dos elementos do Grupo de Trabalho.



É com esse objectivo que é de livre acordo celebrado o presente Protocolo de colaboração entre a DREN e a FEUP, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

2. Finalidade

O Presente Protocolo tem como objectivo o de assegurar a gestão e execução da fase piloto do Projecto acima referido, no que concerne aos aspectos logísticos (nomeadamente deslocações e alojamento dos elementos do Grupo de Trabalho), nos moldes definidos nas cláusulas seguintes.

3. Objecto e obrigações das partes

O apoio logístico e financeiro necessário ao funcionamento do grupo de trabalho é, nos termos do nº7 do Despacho Conjunto de 5 de Abril de 2006, assegurado pela DREN.

Através do presente Protocolo, a DREN encarrega a FEUP da execução do referido apoio logístico e financeiro, o que esta aceita, comprometendo-se a levar a cabo a realização de todas as tarefas necessárias à prossecução da finalidade descrita na cláusula segunda.

4. Contrapartida financeira

O valor relativo à execução do presente Protocolo não excederá 20000€, a que acresce o IVA à taxa legal, relativos apenas aos custos associados a deslocações (transporte) e alojamento dos elementos do grupo de trabalho (conforme quadro anexo ao presente Protocolo. O montante efectivo da contrapartida financeira a assegurar pela DREN à FEUP corresponderá àquele que efectivamente vier a ser gasto, com o limite superior indicado.



5. Gestão do protocolo

A gestão do protocolo será assegurada por um representante nomeado por cada uma das instituições que terá como missão ser o interlocutor privilegiado para as relações entre as instituições.

6. Duração, alteração e denúncia do protocolo

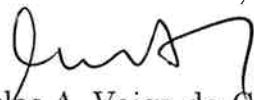
O presente protocolo terá início no dia 2 de Maio de 2006, terminando com a conclusão dos relatórios relativos à fase-piloto de avaliação externa e subsequente apresentação dos mesmos à Ministra da Educação.

Qualquer alteração ao Protocolo, durante a vigência do mesmo, apenas poderá ser efectuada mediante expresse acordo mútuo e após formalização, passando a fazer parte integrante do mesmo.

Por estarem de acordo com o respectivo teor, vai o presente Protocolo ser assinado em duas vias de igual valor, ficando uma na posse de cada um dos outorgantes.

Porto, 22 de Maio de 2006

O Director da FEUP,


(Carlos A. Veiga da Costa)

O Director Regional


(Margarida E. S. T. Moreira)

AUTO-AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS E AVALIAÇÃO EXTERNA

OS PONTOS DE INTERSECÇÃO

1 - Enquadramento e finalidades

A avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, de acordo com o estabelecido na Lei 31/2002, de 20 de Dezembro, estrutura-se na auto-avaliação e na avaliação externa, entendidas como complementares na promoção de níveis de desempenho escolar progressivamente mais exigentes quanto à qualidade do ensino e da aprendizagem e à vivência de desenvolvimento pessoal e social no interior da escola e aos resultados educativos alcançados. São complementares na medida em que mobilizam olhares diferenciados sobre os mesmos ou diferentes aspectos da vida das escolas. As duas modalidades fazem parte do ciclo da gestão das organizações, constituindo um elemento essencial na decisão e acção.

Considerando que toda a avaliação tem em vista, por um lado, a prestação de contas e, por outro, a produção de conhecimento para o desenvolvimento e melhoria do sistema e de cada escola, as diferenças residem mais na prevalência de uma perspectiva sobre as outras, de acordo com os seus públicos destinatários, com a natureza dos “mandatários” da avaliação e tipo de avaliadores mandatados, do que na configuração dos modelos, sendo por isso várias as opções a seguir, quer na avaliação interna quer na avaliação externa.

Por mais diferentes que sejam os modelos, existe um conjunto de campos de análise que acabam por ser comuns a todos eles, mesmo que o seu enunciado enfatize diferentemente algumas variáveis. Tal convergência decorre da relevância que a investigação tem atribuído a alguns factores, pela sua associação com a efectividade das aprendizagens e do desenvolvimento pessoal. Esse “tronco comum” de campos de análise e indicadores que os operacionalizam refere-se, nomeadamente, ao contexto social e cultural da escola, ao projecto educativo (prioridades e metas), à organização e gestão da escola, ao ensino e às aprendizagens, ao clima e ambiente educativo, à ligação à comunidade e aos resultados.

Com a avaliação externa procura-se, antes de mais, constituir um elemento estratégico útil para os próprios avaliados, tendo em conta o seu carácter de processo condensado no tempo (dois dias de trabalho por escola, ou dois dias e meio por agrupamento) e no espaço escolar (programa de entrevistas a um conjunto de painéis fixos, envolvendo protagonistas pré-designados).

O grau de utilidade que esta intervenção pode vir a ter depende, entre outros factores, do modo como a escola se preparar para ela. Por isso, interessa que as escolas se organizem e se preparem de modo a poderem dispor de um conjunto de elementos de informação e de indicadores que funcionem como elementos demonstrativos da pertinência e adequação do seu projecto, da estratégia seguida e da qualidade dos resultados obtidos, e a poderem ser questionados e escrutinados de forma independente por observadores externos. Este escrutínio tem como objectivo, por um lado, constituir um mecanismo de retorno de informação, em ordem a reforçar a confiança interna nas estratégias seguidas e nos resultados obtidos e, por outro, aumentar a confiança do Estado e da Sociedade no uso que é feito dos recursos disponibilizados e na efectividade dos resultados esperadas.

À capacidade de demonstração dos sinais da qualidade e das melhorias, traduzidos em informação qualitativa e quantitativa produzida e analisada pela escola, corresponde a capacidade de “se organizar e preparar” para se avaliar e ser avaliada. Esta preparação significa que cada escola deve:

- ◊ *Identificar o modo mais adequado de organizar e mobilizar a comunidade interna para um processo que a todos diz respeito: melhorar a prestação do serviço educativo, o ensino e a aprendizagem, gerar e otimizar os recursos disponíveis;*
- ◊ *Promover um diagnóstico do funcionamento e do desempenho da organização e dos grupos que a constituem, de modo a identificar pontos fortes e fracos;*
- ◊ *Estabelecer prioridades e metas quanto aos resultados a obter;*
- ◊ *Organizar um sistema interno de monitorização da acção, contínuo, rigoroso¹ e reflectido, que permita dizer, para além das opiniões pessoais e do conhecimento intuitivo e impressionista, em que aspectos e em que medida a escola tem sido bem e menos bem sucedida.*

No tocante à auto-avaliação, muitas maneiras existem de desenvolver e conduzir o projecto, tal como existe muita competência distribuída pelas diferentes comunidades escolares e científicas regionais e locais para o realizarem com credibilidade. No respeito por essa competência de cada escola, deverão, porém, constituir

¹ - Rigoroso, mas não necessariamente complexo, por forma a garantir a sua exequibilidade

pontos comuns a todos os projectos de auto-avaliação o estabelecido no artº 5º da Lei 31/2002 (Lei da avaliação) e que constituem campos de análise obrigatórios, nomeadamente:

- ◊ *O projecto educativo*
- ◊ *A organização e gestão*
- ◊ *O clima e ambiente educativos*
- ◊ *A participação da comunidade educativa.*
- ◊ *O sucesso escolar*

Para apoio ao desenvolvimento e apresentação destes campos de análise, tendo em conta critérios já estabilizados pela investigação e pela actividade estatística a nível nacional e internacional, foi identificado um conjunto de indicadores necessários, em parte já produzidos pela Administração Educativa através do seu serviço de estatísticas da educação e complementados por alguns dados mais específicos a ser disponibilizados por cada escola ou agrupamento. Este conjunto de indicadores permitirá caracterizar um “perfil de escola” individual e, a partir do seu conjunto, um “perfil nacional das escolas” desagregável por região e nível de ensino.

Estes níveis de informação agregada constituem referentes indispensáveis para a avaliação e comparação (*benchmarking*) de cada unidade individual, a ser utilizada quer internamente, quer na avaliação externa.

2 - Organizar a escola para a auto-avaliação

Um projecto de auto avaliação desenvolve-se em diferentes passos num percurso que necessariamente deve envolver, de diferentes modos mas de forma sistemática, todos os membros da comunidade escolar, individualmente e através das estruturas que os enquadram ou organizam: professores, alunos, funcionários não docentes, encarregados de educação e outras entidades na comunidade local. Entendido como “um percurso” em ordem a uma escola melhor enquanto espaço de ensino e aprendizagem, espaço social e de trabalho para todos, este projecto é feito de vários passos, maiores ou mais pequenos, mais rápidos ou mais lentos, quase sempre em cadeia, e pauta-se por princípios de utilidade, de exequibilidade, de ética e de exactidão. Tal significa que toda a avaliação assenta num processo negociado e numa atitude de compromisso.

Como processo formalizado e intencional, a auto-avaliação requer a identificação de responsáveis, de objectivos, de recursos e de etapas. Tem sido prática usual das escolas a designação de um grupo específico para promover, animar e concretizar a auto-avaliação. A cada escola caberá escolher as formas e os meios. De qualquer modo, atendendo às competências dos diversos órgãos de administração e gestão das escolas, será sempre de assegurar:

- ◊ *a intervenção da Assembleia de Escola nas opções estratégicas – temas e áreas prioritárias, actores a envolver, formas e momentos de divulgação e de debate de resultados;*
- ◊ *o empenhamento da Direcção Executiva, designadamente na afectação de recursos e na concretização das recomendações resultantes do processo;*
- ◊ *o acompanhamento da parte do Conselho Pedagógico, como uma forma de proporcionar o envolvimento generalizado dos diferentes membros da comunidade educativa.*

Para além dos professores e demais funcionários e dos alunos, deverá ser fomentada a participação de pais e encarregados de educação, de autarcas e de outros representantes da comunidade, recolhendo a sua opinião, dando a conhecer os resultados, alargando os debates e suscitando a apresentação de sugestões. Esta participação é fundamental para a validade e a utilidade do processo de auto-avaliação.

A auto-avaliação deve assentar, de modo especial quando está a dar os primeiros passos, em procedimentos simples e selectivos. Em muitos casos, trata-se de trabalhar informação de que a escola dispõe (ou que pode recolher sem grande esforço) sobre os alunos, o seu meio social, as características do sucesso escolar, a qualidade do atendimento nos serviços da escola ou a eficácia dos apoios complementares, etc., recorrendo a estatísticas internas, análise documental, inquéritos e entrevistas.

A observação das experiências já organizadas e bem sucedidas mostra que o seu sucesso está tão ligado ao conteúdo e à qualidade da informação disponibilizada, como ao modo como o processo é desencadeado e desenvolvido. Hoje estão divulgados muitos modelos e instrumentos já testados, apoiados pelos respectivos suportes informáticos, para facilitar o seu tratamento, o que torna o processo de concepção e decisão sobre o modelo de auto-avaliação pretendido por cada escola mais rápido e, sobretudo, menos desgastante. É preciso, no entanto, proceder a adaptações e garantir que as finalidades do processo bem como dos diferentes instrumentos a utilizar são claras e coerentes. É preciso garantir que:

- ◊ a informação que se vai recolher responde ao que se quer saber;
- ◊ as metodologias de recolha de dados e de tratamento e análise dos mesmos são adequadas e exequíveis com os meios e o tempo de que se dispõe;
- ◊ existe capacidade técnica para conduzir o processo com confiança.

Por isso, se se pode dizer que praticamente todos os modelos podem ser bons (no sentido de informarem correctamente) recomenda-se, para que a auto-avaliação seja um projecto consequente, que se invista tempo e energia na organização dos processos de avaliação e que se planeiem os modos de mobilizar e capacitar a escola para este processo. Uma coisa é a concepção do processo de auto-avaliação, ou do ciclo da sua gestão, outra é a concepção dos percursos ou dos passos a percorrer na organização da auto-avaliação, outra, ainda, é a capacitação da escola para saber produzir informação e questioná-la.

Ao envolver-se no processo de auto-avaliação, cada escola terá essencialmente dois objectivos: desencadear um processo sistemático de diagnóstico que permita ciclicamente saber em que medida e como foram alcançados os objectivos e metas do seu projecto educativo e conhecer em que pontos as expectativas foram ultrapassadas ou os resultados ficaram aquém do previsto (pontos fortes e pontos fracos). Está, porém, fora do seu alcance ser totalmente exaustiva e abrangente. Por isso deve ser objecto de discussão o que se quer saber, os modos de obter a informação, os “informantes” a privilegiar, o tipo de instrumento a utilizar e os próprios critérios ou escalas de avaliação.

A auto-avaliação obedece a um ciclo de gestão próprio, e daí a noção de que estamos perante um processo. No diagrama da figura 1 procurou-se ilustrar como se desenvolve esse processo.

Saber quais as questões relevantes que devem ser formuladas em cada momento e saber como analisar e interpretar os dados, para encontrar as respostas que se procuram, faz parte da capacidade intelectual, científica e analítica que, em maior ou menor escala, existe na escola.

O ponto de partida da auto-avaliação pode ser concebido de forma mais abrangente ou mais focada, sendo

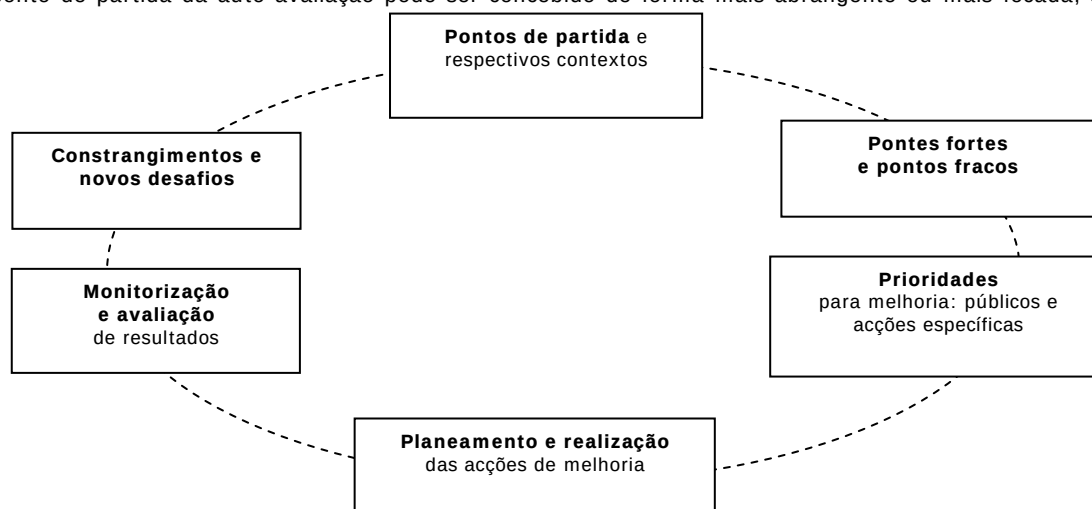


Fig. 1 - O processo de auto-avaliação

sempre necessário saber que informação está disponível na escola e onde, bem como o que é preciso recolher, quais os instrumentos a utilizar e como proceder.

Independentemente do modelo de auto-avaliação que venha a ser adoptado, a identificação dos aspectos que melhor podem caracterizar o contexto da escola e os resultados dos alunos são um primeiro passo na sua construção. Para uma visão mais completa do que se pode procurar conhecer no desempenho da escola e como questionar o conhecimento produzido, os documentos produzidos no âmbito deste grupo de trabalho e que são já do domínio público, especificamente *Perfil de Escola*, *Tópicos para a apresentação de escola* e *Quadro de referência para a apresentação de escola*, podem ser uma ajuda e um critério importante na identificação do tipo de questões que se devem colocar na análise e interpretação da informação recolhida.

Para que este trabalho de diagnóstico seja consequente, deve ser claro, igualmente, que tipo de questões se colocam, sucessivamente, ao longo do ciclo. A título exemplificativo, apresentam-se algumas questões que se podem colocar para orientar o respectivo processo de decisão, em cada fase.

Pontos de Partida

- Que informação é necessária para conhecer as características do contexto escolar e do contexto sócio cultural envolvente? Que informação já existe ou é preciso recolher?
- Que níveis de sucesso escolar foram alcançados, por ano/ciclo/disciplinas específicas? Existem disparidades muito grandes nos resultados dos alunos por turmas? E por disciplinas?
- Que dificuldades foram sentidas para melhorar o ensino praticado?
- Como se compara a situação actual da escola com a de anos anteriores? E com outras escolas?
- O que pensam os alunos sobre a escola e o seu trabalho escolar?

...

Pontos fortes e fracos

- Em que áreas se estão a ultrapassar as expectativas?
- Em que aspectos a escola se distingue relativamente a anos anteriores?
- Quais os pontos que ficaram longe das metas previstas?

...

Prioridades

- Os grupos de alunos que revelaram dificuldades de inserção
- A revisão dos horários e da gestão do tempo em Educação Física
- A organização das actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo

...

Planeamento e realização

- Que novas metas se podem estabelecer quanto ao cumprimento da escolaridade básica / ensino secundário? As metas que foram colocadas constituem um desafio? São estimulantes?
- Que estratégias para as alcançar? Que parcerias vão ser necessárias?
- Que constrangimentos existem? Como contorná-los? Que apoios serão precisos?
- ...

Monitorização e avaliação

- Em que momentos se vão fazer acções de monitorização ou controlo?
- Que instrumentos já existem?
- Quem vai estar envolvido? Quem precisa de ajuda?

....

Constrangimentos e desafios

- O que impediu melhores resultados? Porque se desmotivaram os alunos?
- Como se podem reconquistar? Como foi que a escola X resolveu um problema semelhante?

...

3 – Organizar o processo da auto-avaliação

Como se pode inferir do que atrás se disse, a auto-avaliação combina um processo técnico com um envolvimento social e consequências políticas. Cada um destes aspectos tem as suas especificidades, que devem estar sempre presentes do princípio ao fim do projecto.

Enquanto processo técnico, a descrição que foi feita das diferentes fases do ciclo de gestão da auto-avaliação representa apenas uma parte das tarefas. Há que preparar instrumentos de recolha de dados, ou seleccioná-los de entre os que se encontram testados e disponíveis. Mesmo assim, é muitas vezes necessário proceder a ajustamentos. Diversos trabalhos publicados sobre estas temáticas vêm acompanhados de suportes informáticos que facilitam a recolha, o registo e o tratamento de dados.

Depois da recolha há que tomar decisões sobre os passos seguintes. Algumas escolas desenvolvem internamente todos os procedimentos relativos ao tratamento e análise de dados, produzem quadros e gráficos síntese que afixam em diferentes lugares (normalmente na sala de professores), ou organizam-nos em pequenas brochuras facilmente reproduzíveis para serem distribuídas e circularem pelos diferentes interessados, ou compilam toda a informação devidamente enquadrada por uma nota metodológica, e

acompanhada de observações e comentários sob forma de relatório, que é muitas vezes um verdadeiro arquivo de todo o material produzido. É um processo trabalhoso, muito exigente, que consome muito tempo, o que leva a que muitas escolas procurem um apoio externo, recorrendo a consultores, na expectativa, também, de uma maior credibilização do processo, embora nem sempre se ganhe em rapidez de produção e em mobilização interna.

Sublinha-se a importância da diversificação dos produtos escritos, resultantes da avaliação, produzidos de forma mais ou menos contínua, que funcionam como uma espécie de pequenos relatórios para grande circulação e são oportunidades para dinamizar a escola em torno deste projecto e aumentar a sua capacidade de reflexão e inovação. Dificilmente se consegue o mesmo efeito a partir de um grande relatório final que, podendo ser adequado a uma leitura solitária, é menos gerador de diálogos e de interações: quando se discute o significado de um indicador ou a interpretação de um gráfico e se trocam pontos de vista ou ideias para novas acções, desenvolvem-se mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento organizacional que reforçam o empenho e o sentido de pertença e de identidade de escola, que são, por sua vez, o sustento das suas dinâmicas.

Este processo não é, normalmente, isento de tensões e desalentos, o que torna crucial o papel das lideranças na moderação dos conflitos, na mediação entre interesses e na promoção do trabalho cooperativo. Por isso a auto-avaliação ou é, em todos os momentos do seu ciclo, um processo social e político de consolidação de um projecto educativo, ou arrisca-se a ser quase só um processo trabalhoso de produzir indicadores de gestão educativa.

Para evitar que tal aconteça, importa ter em atenção uma sequência de passos na organização da auto-avaliação, de forma a garantir o envolvimento da comunidade educativa em todo o processo, como se ilustra na figura 2.

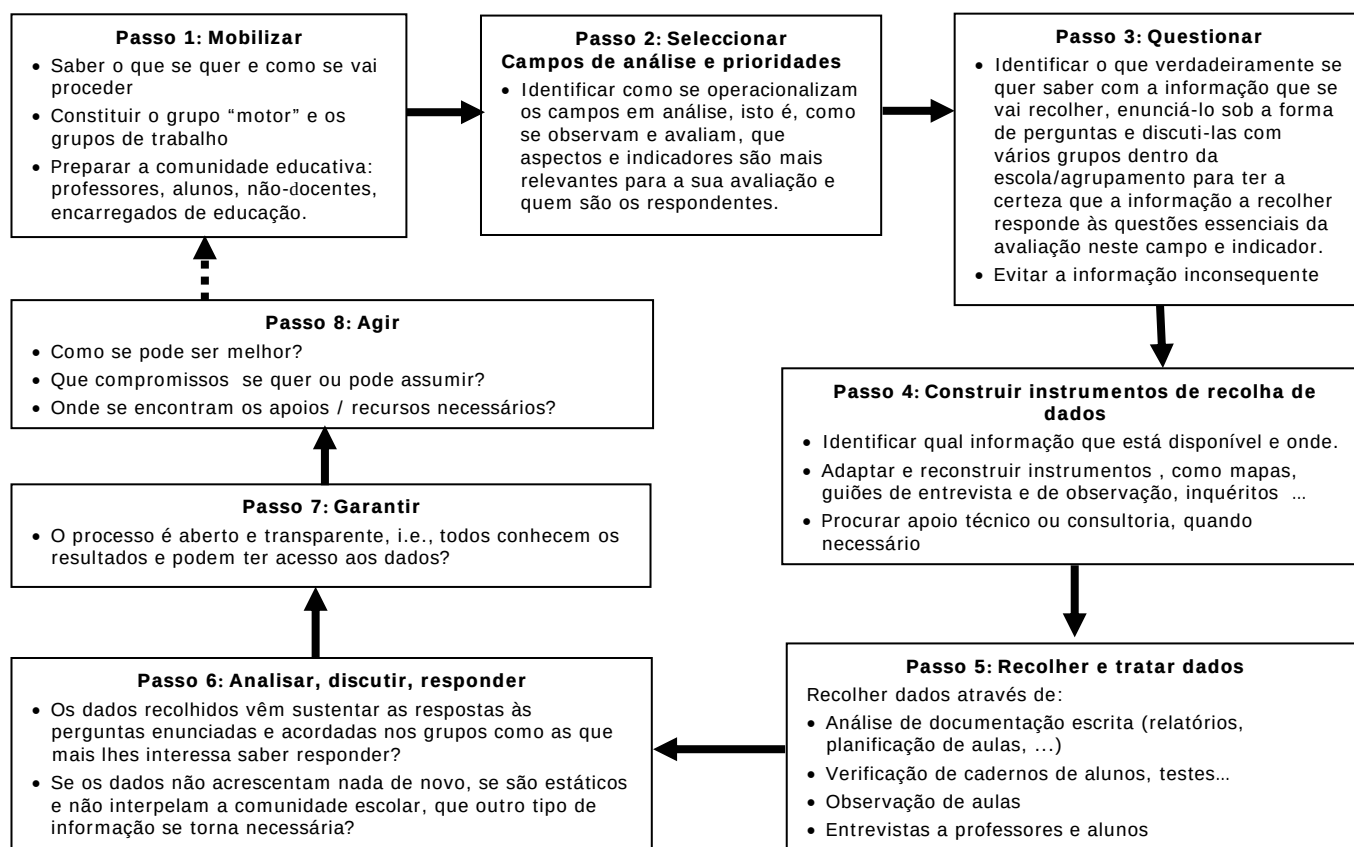


Fig. 2 - Passos a percorrer na organização da auto-avaliação

4 – A qualidade não é um processo isolado

Quando se fala das estratégias de desenvolvimento interno das organizações, sabemos que existem determinados factores que favorecem uma maior economia de esforços com melhores resultados. Entre esses factores menciona-se muitas vezes o papel das lideranças, o trabalho cooperativo, o clima de confiança e a articulação entre estruturas e pessoas. Refere-se também que as escolas, fazendo parte de uma rede

nacional e de várias redes regionais e locais, nem sempre exploram este factor como um recurso de efeitos aceleradores e benefícios mútuos. Por isso se sugere que o arranque da auto-avaliação seja mais um pretexto para acelerar o desenvolvimento, aprendendo com a experiência, a criatividade e o profissionalismo dos outros:

a. Redes de escolas e apoios específicos

Tem-se revelado frutuosa a constituição de redes de escolas que desenvolvam dinâmicas associativas de apoio ao desenvolvimento de melhoria da educação, através do intercâmbio de boas práticas, da partilha de recursos, da colaboração dos órgãos de gestão, do apoio à auto-formação, etc.. É importante organizarem-se visitas de estudo entre escolas como forma não só de partilhar, mas de dar visibilidade ao que se faz bem e de aprender com os outros, tão iguais ou tão diferentes uns dos outros.

Para o apoio directo às escolas ou grupos de escolas, a colaboração das instituições do ensino superior e de outros centros com as competências requeridas poderá assumir um papel de relevo no campo da auto-avaliação, o que se pode concretizar pela participação como “amigo crítico” ou pela assessoria junto dos órgãos de gestão ou do grupo responsável pela animação da auto-avaliação.

Pode ainda contar-se com a disponibilidade de professores ou outros elementos da comunidade, que não estando já no activo, se voluntarizarão para não serem esquecidos nem esquecerem o muito que aprenderam e experimentaram ao longo da sua vida profissional.

b. O apoio da administração educativa

A administração educativa deverá fomentar o desenvolvimento de práticas de auto-avaliação, designadamente através de:

- produção de informação sobre as escolas, reunindo os dados que recolhe, de forma a contribuir para a elaboração de um perfil de cada escola;
- fornecimento às escolas, em tempo útil, dos resultados de testes, exames e provas, bem como dados estatísticos de nível nacional, regional e local, para que cada escola possa aferir a sua situação e o seu percurso;
- promoção e apoio à formação em métodos e dispositivos de auto-avaliação, em vertentes como a animação e gestão de processos de auto-avaliação, a selecção e a boa utilização de indicadores, a produção de relatórios, as actividades de animação, inquérito, debate e consulta, etc.. Esta formação deve servir a animação de círculos de investigação e de redes de escolas, para partilha e afinação de métodos, instrumentos e indicadores;
- realização da avaliação externa, numa lógica de complementaridade com a auto-avaliação.

c. A criação de um sítio, na Web, dedicado à auto-avaliação

Com o apoio logístico da administração e a participação das escolas, poderá ser criado e dinamizado um “sítio da auto-avaliação”. Funcionando como centro de recursos e fórum, este sítio poderá proporcionar espaços de debate, partilha de práticas, informação sobre métodos e dispositivos, instrumentos de formação, fazendo fluir a informação.

d. O Conselho de Escolas

A nova instituição, prevista na Lei Orgânica do ME, o Conselho de Escolas – cujas atribuições e finalidade carecem ainda de definição – deverá ser, a nosso ver, um agente privilegiado de contacto, entre-ajuda e promoção de boas práticas, para todas as escolas e agrupamentos do sistema público de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

O seu papel na promoção e acompanhamento da auto-avaliação pode vir a ser determinante para o sucesso e generalização da prática e melhoria das escolas, do seu ensino, da aprendizagem e resultados. Por outro lado, dado o seu carácter representativo, poderá assegurar a articulação necessária com a instituição responsável pela avaliação externa das escolas.

Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos

(Versão revista em Dezembro, 2006)

I - Os 5 domínios chave

1. Resultados
2. A prestação do serviço educativo
3. A organização e gestão escolar
4. Liderança
5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

II - Factores que contribuem para estes domínios

1. Resultados

- 1.1 Sucesso académico
- 1.2 Participação e desenvolvimento cívico
- 1.3 Comportamento e disciplina
- 1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

2. A prestação do serviço educativo

- 2.1 Articulação e sequencialidade
- 2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula
- 2.3 Diferenciação e apoios
- 2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

3. A organização e gestão escolar

- 3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade
- 3.2 Gestão dos recursos humanos
- 3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros
- 3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa
- 3.5 Equidade e justiça

4. Liderança

- 4.1 Visão e estratégia
- 4.2 Motivação e empenho
- 4.3 Abertura à inovação
- 4.4 Parcerias, protocolos e projectos

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

- 5.1 Auto-avaliação
- 5.2 Sustentabilidade do progresso

III – Perguntas ilustrativas do entendimento dos factores

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

- Como têm evoluído os resultados escolares nos últimos anos?
- Em que áreas se pode demonstrar que se observam progressos nas aprendizagens e nos resultados? Que elementos se revelaram os principais determinantes dos casos de sucesso? E de insucesso?
- Como se comparam os resultados da escola com os de outras escolas? Como se comparam os resultados da avaliação interna com os da avaliação externa?
- O abandono escolar tem diminuído? Como se compara com o de outras escolas? As ameaças de abandono são precocemente detectadas? Como é que a escola contraria essas ameaças?

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

- Os alunos são envolvidos, em função do seu nível etário, na discussão do projecto educativo e na programação das actividades da escola, tal como os outros membros da comunidade educativa?
- Os alunos são consultados e, na medida do possível, co-responsabilizados nas decisões que lhes dizem respeito?
- Que tipo de responsabilidades concretas na vida da escola são atribuídas aos alunos?
- Os alunos têm uma forte identificação com a escola? Que iniciativas toma a escola no sentido de fomentar essa identificação e como a observa?
- Como se cultiva nos alunos e em todos os que trabalham na escola o respeito pelos outros, o espírito de solidariedade, a responsabilidade pelo bem estar dos outros e a convivência democrática? Como se estimula e se valoriza os pequenos e grandes sucessos individuais?

1.3 Comportamento e disciplina

- Os alunos têm, em geral, um comportamento disciplinado? Conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola? Os casos mais problemáticos são tratados de forma a não afectar, em geral, os outros alunos e a aprendizagem?
- Existe um código de conduta que, explícita ou implicitamente, contribui para um clima tranquilo e propício à aprendizagem?
- Há um bom relacionamento entre alunos, docentes e funcionários, com respeito e atenção pelos direitos e deveres mútuos? Há um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade?
- Como se fomenta a disciplina, a assiduidade e a pontualidade como componentes de educação?

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas?
- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares nos professores e na sua satisfação?
- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares nas famílias e nas suas expectativas e necessidades?
- Que importância se atribui ao impacto das aprendizagens escolares na comunidade local?

2. A prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

- Há articulação intra-departamental, com coordenação e consolidação científica? Há metas e objectivos de excelência quer ao nível dos processos quer dos resultados? Quais os departamentos com maior taxa de sucesso, nos sentidos expressos?
- Como é feita a coordenação pedagógica ao nível de cada disciplina e estimulada a interacção entre os vários professores que a ministram? E entre as unidades que integram o agrupamento?
- Como se garante a sequencialidade entre os ciclos de aprendizagem e, de forma especial, entre as unidades que constituem o agrupamento?
- Que liderança pedagógica assumem as coordenações de grupo e departamento?

- Na transição entre ciclos, há um especial apoio aos alunos e suas famílias, orientando-os nas opções a tomar, nas dificuldades a enfrentar e na preparação prévia aconselhável?

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

- Existe um planeamento individual integrado no plano de gestão curricular do departamento e do conselho de turma ou do conselho de docentes?
- Como se realiza o acompanhamento e a supervisão interna da prática lectiva dos professores?
- Como se realiza a articulação dos professores de cada turma/sala em função das características dos alunos?
- Como se garante a confiança na avaliação interna e nos resultados? Como é que os professores procuram calibrar testes e classificações? Que coerência entre práticas de ensino e avaliação? Como e quem analisa os resultados da avaliação contínua dos alunos?
- Que tipo de acções de formação se organizam para o desenvolvimento profissional dos docentes nas respectivas áreas científicas e didácticas? Quantos docentes foram abrangidos no ano anterior e durante quantas horas?

2.3 Diferenciação e apoios

- Como é que a escola identifica e analisa as necessidades educativas de cada aluno?
- Como é maximizada a resposta às necessidades educativas especiais e às dificuldades de aprendizagem?
- Como são realizadas a diferenciação e a personalização do ensino, atendendo às diferentes capacidades e aptidões dos alunos?

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

- Como é que a oferta educativa tem em conta as componentes activas ou experimentais, bem como as dimensões culturais e sociais?
- Como se estimula, nos alunos, a valorização do conhecimento e se incute a importância da aprendizagem contínua?
- Como é que as aulas laboratoriais, projectos específicos ou outras actividades são utilizados para fomentar uma atitude positiva face ao método científico? Como se incentiva uma prática activa na aprendizagem das ciências?
- Como se concretiza a atenção à dimensão artística?
- Como se procura a adopção, pelos alunos, de critérios de profissionalismo, de exigência, de obrigação de prestar contas, a todos os níveis?
- Como se desperta para os saberes práticos e as actividades profissionais?

3. A organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

- O planeamento da actividade tem como principal objectivo as grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo de Escola/Agrupamento?
- Qual a intervenção e os contributos das estruturas internas e das entidades externas na definição e revisão dos planos da escola?
- Como é planeado o ano e feita a distribuição de actividades e tarefas, quer de natureza estritamente pedagógica quer de outra?
- Que critérios orientam a gestão do tempo escolar?
- Como são planeadas e atribuídas as tarefas transversais, como a Área de Projecto e o Estudo Acompanhado?
- Como participam os diversos actores na definição das prioridades e das actividades?

3.2 Gestão dos recursos humanos

- A direcção da escola conhece as competências pessoais e profissionais dos professores e do pessoal não docente e tem-nas em conta na sua gestão, bem como a gestão do crédito horário?
- Como é feita a afectação dos professores às turmas e às direcções de turma? A relação desenvolvida entre os alunos e entre estes e os professores é considerada na constituição das turmas e na atribuição do serviço docente?

- Decorrente da avaliação do desempenho dos professores e do pessoal não docente, apoiam-se e orientam-se aqueles que revelem um desempenho insuficiente? São identificadas acções de formação que possam ajudar a colmatar algumas das dificuldades detectadas?
- Há algum plano e acções específicas para a integração dos professores e outros funcionários colocados pela primeira vez, ou de novo, na escola?
- Como é valorizada a dimensão educativa nos conteúdos funcionais dos auxiliares de acção educativa?
- Qual a capacidade de resposta dos serviços de apoio administrativo às necessidades da escola?

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

- As instalações, espaços e equipamentos da escola são adequados, mormente os recursos de informação? Há, a todos os níveis, preocupação com manutenção, segurança e salubridade? As condições laboratoriais são adequadas? Existem espaços específicos para as actividades de formação artística e educação física?
- Os recursos, espaços e equipamentos (nomeadamente cantina, laboratórios, biblioteca e outros recursos de informação) estão acessíveis e bem organizados? Há um adequado acompanhamento aos alunos que os utilizam?
- No caso dos agrupamentos, como se garante o acesso das diferentes unidades que integram o agrupamento a professores, especialistas ou técnicos de apoio, a instalações, TIC, projectos nacionais e internacionais, etc., para proporcionar melhores aprendizagens e melhor educação?
- O uso dos recursos financeiros disponíveis está alinhado com os objectivos do projecto curricular de escola? A escola consegue captar verbas significativas para além das provenientes do Orçamento de Estado?

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

- Existe uma contínua preocupação de atrair os pais à escola e de informá-los sobre o Regulamento Interno, as estratégias educativas e sobre as iniciativas da escola?
- Até que ponto a escola favorece essa participação garantindo clareza de informação, horários adequados de reuniões e de atendimento, etc.?
- Os pais e encarregados de educação conhecem como se trabalha na escola e são apoiados para saber motivar e trabalhar com os alunos em casa?
- Como é promovida a participação das famílias e encarregados de educação e de outros elementos da comunidade educativa nos órgãos de administração e gestão em que têm assento e nas actividades da escola?
- Em que medida os pais e encarregados de educação e outros actores da comunidade são um recurso fundamental na procura de soluções para os problemas dos alunos e da escola?

3.5 Equidade e justiça

- Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas pautam-se por princípios de equidade e justiça? Procuram, para cada caso, as soluções específicas mais adequadas? Evitam recorrer a soluções fáceis, simplesmente como forma de evitar conflitos?
- As oportunidades são efectivamente iguais para todos os alunos, na escolha de horários, inserção em turmas, no acesso a experiências escolares estimulantes, etc.?
- Como se manifesta uma política activa de inclusão sócio-escolar das minorias culturais e sociais, ou dos que têm problemas de aprendizagem, emocionais ou outros?

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

- A gestão hierarquiza e calendariza os seus objectivos, bem como a solução dos problemas da escola, por forma a ter metas claras e avaliáveis?
- Que critérios determinam a definição da oferta educativa da escola? A escola tem uma política de diferenciação que lhe permita ser conhecida e reconhecida, i.e. há áreas de excelência reconhecidas interna e externamente?
- A escola pretende ser conhecida e procurada por docentes, discentes e funcionários por ser uma referência pela sua qualidade, gestão, acolhimento e profissionalismo?

- Os documentos orientadores da vida da escola expressam com clareza a visão da escola?
- Face ao projecto educativo e ao trabalho em curso, como se concebe o desenvolvimento da escola nos próximos dez anos?

4.2 Motivação e empenho

- Os responsáveis da escola e das diferentes estruturas conhecem bem a sua área de acção, têm uma estratégia e estão motivados?
- A gestão promove uma articulação entre órgãos por forma a que se reconheça, por um lado, o princípio da subsidiariedade e, por outro, se procure valorizar a complementaridade decorrente da natureza das funções e responsabilidades? Há, por exemplo, casos em que a intervenção da Assembleia de Escola tenha levado à resolução de algum problema dificilmente tratável a nível do Conselho Executivo?
- Os órgãos de gestão são incentivados a tomar decisões e a responsabilizarem-se por elas?
- Eventuais casos de absentismo ou de outros “incidentes críticos” são monitorizados e existe uma política activa para a sua diminuição? Com que resultados?

4.3 Abertura à inovação

- Existe abertura à inovação e capacidade de mobilizar os apoios necessários para a tornar consistente?
- Perante problemas persistentes, procuram-se novos caminhos e novas soluções?
- A escola procura novas oportunidades que lhe permitam trilhar caminhos de excelência?

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

- Existem parcerias activas e outras formas de associação em áreas que favorecem ou mobilizam os alunos?
- Procuram-se ligações e articulações com outras escolas?
- A escola / as diferentes unidades do agrupamento têm envolvimento em diferentes projectos nacionais e internacionais como forma de responder a problemas reais da educação local e divulga as acções e os seus resultados?
- Em particular, a escola participa em projectos dos programas Ciência Viva, rede nacional das Bibliotecas Escolares, Escolas Promotoras da Saúde, TIC ou outras iniciativas semelhantes?

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

5.1 Auto-avaliação

- A auto-avaliação é participada, envolvendo activamente a comunidade educativa, desde a fase de concepção até à definição de planos de acção para a melhoria?
- A informação recolhida é sistemática, tratada e divulgada?
- Os mecanismos de auto-avaliação são um instrumento de melhoria da organização, ou seja, a auto-avaliação tem impacto no planeamento e na gestão das actividades, na organização da escola e nas práticas profissionais?
- A auto-avaliação é progressiva, pois consolida e alarga novos campos de análise?

5.2 Sustentabilidade do progresso

- Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos educadores e dos professores, os níveis de participação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e da relação com a comunidade e o desempenho da liderança garantem que a escola realiza um progresso sustentado?
- A escola revela capacidade para incrementar a sua autonomia na gestão dos recursos, no planeamento das actividades educativas, na organização escolar?
- A escola conhece os seus pontos fracos, tem uma estratégia de melhoria e conhece os mecanismos necessários para a pôr em prática e ultrapassar dificuldades, se dispuser de autonomia? A escola conhece e tem capacidade de aproveitar as oportunidades que o contexto lhe oferece para melhorar a sua oferta educativa e o seu desempenho?

TÓPICOS PARA A APRESENTAÇÃO DA ESCOLA¹

CAMPOS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO

Este documento de trabalho estabelece a ligação entre a auto-avaliação e a avaliação externa, enquadra um conjunto de documentos básicos organizadores da escola e, simultaneamente, constitui o suporte da apresentação a ser feita pelo Conselho Executivo no início da avaliação externa.

A leitura deste texto deve proporcionar uma imagem global da escola e do seu contexto, a identificação do que tem constituído prioridades e metas de desenvolvimento, estratégias para as alcançar, os resultados obtidos e as reflexões que suscitaram, isto é, a justificação do que se pretendia, a análise do que foi feito, do que foi conseguido ou não, bem como a identificação dos constrangimentos e desafios a enfrentar. Mais do que fazer uma selecção de estatísticas sobre a evolução da escola, ou a história de como foram recolhidas, tratadas e divulgadas -matéria que deve constar dos documentos a anexar-, este texto deverá ser o resultado da análise realizada sobre aquela informação, referindo como foi a sua evolução nos últimos 3 a 4 anos e o tipo de reflexões e conclusões que foram produzidas no âmbito da auto-avaliação. Sendo uma síntese da informação contida em vários documentos produzidos no âmbito da governação da escola, a sua dimensão deve ser contida, não devendo ultrapassar os 30.000 caracteres espaços incluídos².

Para sustentação do que se afirma e aprecia devem ser referenciadas as evidências quantitativas e qualitativas disponíveis, apresentadas com detalhe nos anexos.

Tendo em conta a diversidade de modelos de auto-avaliação e de modos de organizar a respectiva informação, desenvolveu-se uma estrutura descritiva comum, organizada em 6 campos de análise discriminados num conjunto de tópicos que os operacionalizam. O modo de abordar cada um destes tópicos está ilustrado, a título indicativo, por algumas questões que orientam as descrições associadas.

Com a listagem que se apresenta não se pretende sobrecarregar o texto com informação quantitativa, a maior parte da qual consta do documento “Perfil de Escola”, mas antes saber como a escola analisa e interpreta os seus dados.

¹ Por escola entende-se aqui unidade de gestão, seja agrupamento de escolas seja escola singular

² Tomando como referência o tipo Verdana, tamanho 8, espaçamento de 12 pontos, idênticos ao do presente documento os 30.000 caracteres correspondem a cerca de 10 páginas.

I - CAMPOS DE ANÁLISE

1. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESCOLA
2. O PROJECTO EDUCATIVO
3. A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA
4. LIGAÇÃO À COMUNIDADE
5. CLIMA E AMBIENTE EDUCATIVOS
6. RESULTADOS
7. OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES PARA A CARACATERIZAÇÃO DA ESCOLA

II - TÓPICOS DESCRITORES DOS CAMPOS DE ANÁLISE E SEU DESENVOLVIMENTO

1. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESCOLA

1.1 Contexto físico e social

- Qual é o impacto, no funcionamento da escola, das características sociológicas dos diferentes núcleos populacionais onde se insere?
- No caso dos agrupamentos, existem diferenças relevantes para cada um dos estabelecimentos?

1.2 Dimensão e condições físicas da escola

- Como avalia a escola ou agrupamento a dispersão/concentração dos seus espaços escolares?
- Qual o impacto da diversidade de níveis de educação e de ensino ministrados, bem como do número de alunos e de turmas?
- As instalações da escola apresentam um nível de qualidade e segurança adequado?
- Há uma adequada diversidade dos espaços específicos?

1.3 Caracterização da população discente

- Como avalia o impacto do nível sócio-económico das famílias dos alunos (escolaridade e áreas profissionais predominantes nos encarregados de educação) no seu percurso escolar?
- Qual é o impacto da diversidade linguística, cultural e étnica dos alunos?
- Há problemas específicos com a assiduidade dos alunos?
- Como caracteriza a população discente no tocante à necessidade de apoios sócio-educativos?

1.4 Pessoal docente

- Como caracteriza o pessoal docente, tendo em atenção o seu vínculo à escola e experiência profissional?
- Atendendo a estes factores, que critérios segue a escola para a distribuição do serviço docente?
- Que impacto têm os níveis de assiduidade dos docentes na organização das actividades da escola?

1.5 Pessoal não docente

- O número de funcionários não docentes e a sua distribuição por nível ensino são adequados? E o seu vínculo?
- Como estão organizadas as áreas funcionais administrativas e de suporte ao ensino e qual é a sua capacidade de resposta?
- Que impacto têm os níveis de assiduidade dos funcionários não docentes na organização das actividades da escola?

1.6 Recursos financeiros

- O financiamento da escola é adequado? A escola tem sido capaz de, autonomamente, mobilizar recursos?
- Como e quem, na escola, define as opções orçamentais?

2. O PROJECTO EDUCATIVO

2.1 Prioridades e objectivos

- Que prioridades estão subjacentes ao projecto educativo?
- Que objectivos estabelece para as áreas mais relevantes?

2.2 Estratégias e planos de acção

- Que áreas privilegia a escola para o desenvolvimento educativo?
- Que tipos de acções são desencadeadas e que relação têm com as prioridades do projecto educativo?
- Como são envolvidas as diferentes estruturas e órgãos de administração e gestão e como são distribuídas responsabilidades?
- Qual é a estratégia da escola para a formação contínua de docentes e não docentes em função do projecto educativo?

3. A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA

3.1 Estruturas de gestão

- Como caracteriza o funcionamento das várias estruturas e órgãos da escola e o seu relacionamento?
- Como caracteriza o funcionamento das estruturas de orientação e a abrangência da sua acção?

3.2 Gestão pedagógica

- Quais as opções de gestão pedagógica para a construção da equidade e da justiça, assegurando a integração de todos na comunidade educativa?
- Como é feita a supervisão pedagógica e a monitorização dos resultados?
- Como é assegurada a qualidade científica e pedagógica da actividade lectiva?
- Como são apoiados os professores com dificuldades no desempenho da suas funções?

3.3 Procedimentos de auto-avaliação institucional

- Como é que a escola monitoriza e avalia a sua actividade e resultados?
- Que agentes internos e apoios externos são envolvidos nos procedimentos de auto-avaliação institucional?

4. LIGAÇÃO À COMUNIDADE

4.1 Articulação e participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola

- Que acolhimento e incentivo são proporcionados à participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola e ao acompanhamento dos educandos?
- Como caracteriza os índices de participação dos pais e encarregados de educação?

4.2 Articulação e participação das autarquias

- Qual o nível de participação das autarquias na vida da escola ou agrupamento?
- Quais as áreas principais de cooperação?

4.3 Articulação e participação das instituições locais - empresas, instituições sociais e culturais

- Qual o nível de participação das instituições locais na vida da escola?
- Que áreas de cooperação são mais frequentes?

5. CLIMA E AMBIENTE EDUCATIVOS

5.1 Disciplina e comportamento cívico

- Que importância é atribuída à educação para a cidadania no Projecto Educativo?
- Há situações graves de indisciplina ou violência? Como é que a escola as enfrenta?

5.2 Motivação e empenho

- Que formas de recepção e acolhimento dos alunos tem a escola instituídas?
- Qual a estratégia de integração dos novos docentes?
- De que meios de informação e comunicação dispõe a escola para a integração e o envolvimento da comunidade escolar?

6. RESULTADOS

6.1 Resultados académicos

- Como é feita a análise do sucesso dos alunos nos diferentes níveis de educação e ensino? Como se tem em conta a qualidade desse sucesso?
-
- Como avalia a escola os resultados académicos?

6.2 Resultados sociais da educação

- Tem a escola um conhecimento sistemático do impacto da sua acção educativa?
- Que estratégias de monitorização e remediação do abandono escolar são prosseguidas?
- Tem conhecimento do percurso escolar e/ou profissional dos alunos após a saída da escola?

7. OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES PARA A CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Perfil de Escola ou Agrupamento

Dados referentes ao ano lectivo em curso

1 Identificação

1.1 Unidade de Gestão

Código GIASE..... XXXX

Código da Unidade de Gestão..... XXXX

Denominação da Unidade de Gestão

.....

.....

Endereço da escola sede

.....

.....

Código Postal

Localidade

Freguesia.....

Concelho

Telefone

Fax

E-Mail

URL.....

1.2 Características da Unidade de Gestão

Tipo de Unidade de Gestão:

☐ Escola Secundária

☐ Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico

☐ Agrupamento Vertical

☐ Agrupamento Horizontal

☐ Escola Básica Integrada

1.3 Escolas do agrupamento

1.3.1

Código GIASE.....

Código da escola

Denominação da escola

.....

.....

Localidade

Distância entre a Escola e a Sede (em Km)

Capacidade prevista da escola (número de turmas) em regime normal

Equipamentos

☐ Biblioteca/Centro de documentação

☐ Sala ou pavilhão gimnodesportivo

☐ Refeitório

1.3.3

Código GIASE.....

Código da escola

Denominação da escola

.....

.....

Localidade

Distância entre a Escola e a Sede (em Km)

Capacidade prevista da escola (número de turmas) em regime normal

Equipamentos

☐ Biblioteca/Centro de documentação

☐ Sala ou pavilhão gimnodesportivo

☐ Refeitório

1.3.2

Código GIASE.....

Código da escola.....

Denominação da escola

.....

.....

Localidade.....

Distância entre a Escola e a Sede (em Km)

Capacidade prevista da escola (número de turmas) em regime normal.....

Equipamentos

☐ Biblioteca/Centro de documentação

☐ Sala ou pavilhão gimnodesportivo

☐ Refeitório

1.3.4

Código GIASE.....

Código da escola.....

Denominação da escola

.....

.....

Localidade.....

Distância entre a Escola e a Sede (em Km)

Capacidade prevista da escola (número de turmas) em regime normal.....

Equipamentos

☐ Biblioteca/Centro de documentação

☐ Sala ou pavilhão gimnodesportivo

☐ Refeitório

Número de alunos

[illegible][illegible]

3 Meio socio-económico

A preencher para a globalidade da Unidade de Gestão

3.1 Idade média dos alunos por ano de escolaridade

ENSINO BÁSICO REGULAR

1º ciclo

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano

2º ciclo

- 5º ano
- 6º ano

3º ciclo

- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano

ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR

- 10º ano
- 11º ano
- 12º ano

3.2 Serviços de acção social escolar

Número de alunos

	Educação Pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
SASE A			
SASE B			
Totais			

3.3 Grupo cultural e étnico

Número de alunos

	Descendentes de emigrantes	Etnia cigana
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
ENSINO BÁSICO		
1º ciclo		
2º ciclo		
3º ciclo		
ENSINO SECUNDÁRIO		
C. Científico- Humanísticos		
C. Tecnológicos		
C. Profissionais		
C. Artísticos Especializados		

3.4 País de origem dos alunos

Número de alunos

País de origem	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Cursos Científico- Humanísticos	Restantes cursos
PALOP						
Brasil						
Índia						
Paquistão						
Macau						
Moldávia						
Rep Popular China						
Roménia						
Rússia						
Timor						
EU (estrangeiro)						
Outros Países						

3.5 Profissão dos pais

Número de pais e mães

	Educação Pré-escolar		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Categorias Socio-profissionais						
Agricultores e pescadores independentes						
Empresários da Indústria e do Comércio						
Quadros e Técnicos						
Empregados de Comércio e Serviços						
Trabalhadores de Produção						
Trabalhadores Agrícolas e de Pesca						
Pessoal dos Serviços Pessoais e Domésticos						
Professores						
Militares						
Domésticos						
Desempregados						
Reformados						
Outros						

3.6 Escolaridade dos pais

Número de pais e mães

	Educação Pré-escolar		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Habilitações Académicas						
Não sabe ler nem escrever						
Sabe ler e escrever, com o 1º Ciclo incompleto						
1º Ciclo completo/ 4º ano						
2º Ciclo completo/ 6º ano						
3º Ciclo completo/ 9º ano						
Ensino Secundário/ 12º ano						
Ensino Pós-Secundário						
Ensino Superior						

3.7 Acesso às TIC

Número de alunos

	Educação Pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
Computador em casa			
Internet em casa			

4 População Escolar

A preencher para a globalidade da Unidade de Gestão

4.1 Educação Pré-escolar

Número de alunos

3 anos	4 anos	5 anos	6 anos ou mais

4.2 Ensino Básico

Número

1º ciclo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Alunos				
Turmas				

2º ciclo	5º ano	6º ano
Alunos		
Turmas		

3º ciclo	7º ano	8º ano	9º ano
Alunos			
Turmas			

4.3 Ensino Secundário

Número de alunos

	10º ano		11º ano		12º ano	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS						
Ciências e Tecnologias						
Ciências Socio-económicas						
Ciências Sociais e Humanas						
Línguas e Literaturas						
Artes Visuais						
CURSOS TECNOLÓGICOS						
Construção Civil e Edificações						
Electrotecnia e Electrónica						
Informática						
Ordenamento do Território e Ambiente						
Design de Equipamento						
Multimédia						
Marketing						
Administração						
Acção Social						
Desporto						
CURSOS PROFISSIONAIS						

4.4 Percursos qualificantes

Número

	Alunos	Turmas
Cursos de Educação Formação		
Cursos de Especialização Tecnológica		
Cursos Profissionais de Nível III		

4.5 Educação de adultos

Número

	Alunos	Turmas
Alfabetização		
Educação Extra-escolar		
Ensino Recorrente		

5 Recursos humanos

5.1 Pessoal docente

5.1.1 Tempo de serviço e grupo etário

Número de docentes

Idade	Tempo de serviço				
	até 4 anos	5-9 anos	10-19 anos	20-29 anos	30 + anos
menos de 30 anos					
30 – 39 anos					
40 – 49 anos					
50 – 59 anos					
60 + anos					

5.1.2 Situação profissional

Número de docentes

Situação profissional	Com funções lectivas	Sem funções lectivas, mas com actividades		
		de gestão	educativas	outras
Quadro de escola				
Quadro ZP				
Contratados				

5.1.3 Absentismo

número de dias de faltas / (número de dias trabalháveis no ano × número de docentes)

Percentagem de absentismo..... XX.X %

5.2 Pessoal não docente

5.2.1 Tempo de serviço e grupo etário

Número de funcionários

Idade	Tempo de serviço				
	até 4 anos	5-9 anos	10-19 anos	20-29 anos	30 + anos
menos de 30 anos					
30 – 39 anos					
40 – 49 anos					
50 – 59 anos					
60 + anos					

5.2.2 Situação profissional

Número de funcionários

	Situação profissional		
	Quadro	Contratados	Outra
Apoio Pedagógico			
Saúde e Serviços Sociais			
Gestão e Administração			
Manutenção e Serviços de apoio			

5.2.3 Absentismo

número de dias de faltas / (número de dias trabalháveis no ano × número de docentes)

Percentagem de absentismo..... XX.X %

Dados referentes ao final do último ano lectivo

6 Resultados Escolares

% de alunos

6.1 Ensino Básico

1º ciclo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	3º ciclo	7º ano	8º ano	9º ano
Transição/ Conclusão					Transição/ Conclusão			
Retenção					Retenção			
Desistências					Desistências			
Excluídos					Excluídos			
Transferidos					Transferidos			

2º ciclo	5º ano	6º ano
Transição/ Conclusão		
Retenção		
Desistências		
Excluídos		
Transferidos		

6.2 Ensino Secundário

CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS			
	10º ano	11º ano	12º ano
Transição/Conclusão			
Retenção			
Desistências			
Excluídos			
Transferidos			
CURSOS TECNOLÓGICOS			
	10º ano	11º ano	12º ano
Transição/Conclusão			
Retenção			
Desistências			
Excluídos			
Transferidos			
CURSOS PROFISSIONAIS			
	10º ano	11º ano	12º ano
Transição/Conclusão			
Retenção			
Desistências			
Excluídos			
Transferidos			
CURSOS ARTÍSTICOS ESPECIALIZADOS			
	10º ano	11º ano	12º ano
Transição/Conclusão			
Retenção			
Desistências			
Excluídos			
Transferidos			

7 Resultados dos exames

7.1 Exames nacionais

7.1.1 Ensino Básico

Número de alunos

3º CICLO – 9º ANO (Exames nacionais)

Classificação	1	2	3	4	5
Português					
Matemática					

Classificação média - Português Classificação média interna - Português Classificação média nacional - Português Classificação média – Matemática Classificação média interna – Matemática Classificação média nacional – Matemática

7.1.2 Ensino Secundário

Classificações

Resultados para as 4 disciplinas em que mais alunos fizeram exame na escola

DISCIPLINA 1		Ano		
		N	N-1	N-2
Alunos internos	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos internos (notas internas)	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos externos	Média			
	Desvio-Padrão			
Resultados nacionais	Média			
	Desvio-Padrão			

DISCIPLINA 2		Ano		
		N	N-1	N-2
Alunos internos	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos internos (notas internas)	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos externos	Média			
	Desvio-Padrão			
Resultados nacionais	Média			
	Desvio-Padrão			

DISCIPLINA 3		Ano		
		N	N-1	N-2
Alunos internos	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos internos (notas internas)	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos externos	Média			
	Desvio-Padrão			
Resultados nacionais	Média			
	Desvio-Padrão			

DISCIPLINA 4		Ano		
		N	N-1	N-2
Alunos internos	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos internos (notas internas)	Média			
	Desvio-Padrão			
Alunos externos	Média			
	Desvio-Padrão			
Resultados nacionais	Média			
	Desvio-Padrão			

7.2 Classificações internas

7.2.1 Cursos Científico-humanísticos

Disciplina	Número de alunos	Média
Alemão Iniciação		
Alemão Continuação		
Aplicações Informáticas B		
Biologia		
Biologia e Geologia		
Clássicos da Literatura		
Desenho A		
Direito		
Economia A		
Economia C		
Espanhol Iniciação		
Espanhol Continuação		
Filosofia		
Filosofia A		
Física		
Física e Química A		
Francês		
Geografia A		
Geografia C		
Geologia		
Geometria Descritiva A		
Grego		
História A		
História B		
História da Cultura e das Artes		
Inglês Iniciação		
Inglês Continuação		
Latim A		
Latim B		
Literatura Portuguesa		
Matemática A		
Matemática B		
Matemática Aplicada C.S.		
Materiais e Tecnologias		
Oficina de Artes		
Português		
Oficina de Multimédia B		
Psicologia B		
Sociologia		
Química		

7.2.2 Cursos tecnológicos

Disciplina	Número de alunos	Média
Alemão Continuação		
Aplicações Informáticas A		
Apl. Tecnológicas/ Electrónica		
Bases de Programação		
Biologia Humana		
Comércio e Distribuição		
Contabilidade		
Desenho B		
Desenho de Construção		
Ecologia		
Economia B		
Espanhol Continuação		
Filosofia		
Física e Química B		
Francês		
Geografia B		
Geometria Descritiva B		
História C		
História das Artes		
Inglês Continuação		
Introdução ao Marketing		
Matemática B		
Matemática Aplicada C.S.		
Oficina de Design de Equipam.		
Oficina de Multimédia A		
Org. e Desenv. Desportivo		
Org. e Gestão Empresarial		
Português		
Práticas de Acção Social		
Práticas de Construção		
Práticas Desport. e Recreativas		
Práticas Lab. Electrotecnia/Elect		
Psicologia A		
Saúde e Socorrismo		
Sistemas Analógicos e Digitais		
Sistemas Informação Aplicada		
Sistemas Informação Geograf.		
Técnicas Administrativas		
Técnicas Comerciais		
Téc. Expressão Comunicação		
Téc. Ordenamento do Território		
Tecnologias de Construção		
Tecnologias do Equipamento		
Tecnologias de Multimédia		
Tecnologias de Informática		

From: gt-aval@inescporto.pt
Reply-to: gt-aval@inescporto.pt

Subject: Convite à participação na 2ª fase de Avaliação Externa

Exmos. Srs. Presidentes de Conselho Executivo

Concluída que está a fase piloto de avaliação externa, que visou um grupo de 24 Escolas e Agrupamentos e cujos resultados serão em breve tornados públicos, a Sra. Ministra da Educação manifestou já, publicamente, a sua intenção de prosseguir com a negociação, com este grupo, de contratos de autonomia e desenvolvimento, bem como de expandir o processo de avaliação externa a cerca de uma centena de Escolas e Agrupamentos, já em 2007. Posteriormente, o processo deverá ser alargado a cerca de 300 Unidades de Gestão (UG), o que constituirá o regime permanente e permitirá que se abranja as cerca de 1200 UG existentes no Continente, num período de 4 anos.

A missão deste Grupo de Trabalho encerrar-se-á no final do corrente ano, quando entregar à Sra. Ministra da Educação os resultados do seu trabalho, que consistirão não só numa análise do Piloto e ilações a tirar dos seus resultados, como nos aspectos essenciais do quadro de referência para a auto-avaliação das escolas e propostas para o desenvolvimento subsequente do processo.

Contudo, para que o processo avance em 2007 é essencial que o Ministério e as Escolas possam saber, tão cedo quanto possível, quais aquelas que estarão envolvidas. A decisão tomada — e que a Sra. Ministra da Educação nos encarrega ainda de promover — foi a de voltar a convidar as UG que haviam manifestado a vontade de integrar a primeira fase e que, por razões óbvias da pequena dimensão do grupo piloto, não a puderam integrar.

É neste contexto que vimos convidar-vos a manifestar a vontade da Unidade de Gestão que dirigem de integrar esta segunda fase, que deverá decorrer, provavelmente, entre Janeiro e Maio de 2007, em moldes semelhantes àquele em que decorreu a fase piloto. Se a resposta for afirmativa, em breve vos voltaremos a contactar, com vista a informar-vos dos passos a dar.

Agradece-se uma resposta até ao final da próxima semana (dia 13 de Outubro), preferencialmente por correio electrónico para gt-aval@inescporto.pt ou por via postal para a seguinte morada:

Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas
Rua António Carneiro, 8
4349-003 PORTO

Com os nossos melhores cumprimentos,

Pedro Guedes de Oliveira
Coordenador do Grupo de Trabalho

Distribuição regional das 115 UG em avaliação externa em 2006/07

Candidatas e convidadas						Respostas afirmativas		
NUTS II								
	Agrup.	ES	Total	% Total	Agrup.	ES	Total	%
Norte	23	18	41	35,7	19	15	34	33,0
Centro	12	11	23		10	10	20	
Lisboa	13	18	31	27,0	11	18	29	28,2
Alentejo	7	4	11		7	4	11	
Algarve	3	6	9	7,8	3	6	9	8,7
TOTAL	58	57	115	100,0	50	53	103	100,0
						Sim/total		
						82,9		
						87,0		
						93,5		
						100,0		
						100,0		
						89,6		

Direção regional	Tipo de escola	Código da escola	Agrupamentos de Escolas	Escola sede do agrupamento
DREALentejo	AV	343043	Agrupamento Escolas de Beja	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Santa Maria
DREALentejo	A	340212	Agrupamento Escolas n.º 2 de Évora	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de André de Resende
DREALentejo	A	342312	Agrupamento nº2 Beja	Escola EB 2,3 Mário Beirão
DREALentejo	ES	403441		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Ponte de Sôr
DREALentejo	EB23	342579	Agrupamento Escolas de Alcácer do Sal	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Pedro Nunes
DREALentejo	ES	402783		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Serpa
DREALentejo	ES	343870	Agrupamento Escolas de Santo André	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Stº André
DREALentejo	ES3	402126		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Manuel da Fonseca
DREALentejo	ES	402310		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Mouzinho da Silveira
DREALgarve	ES	400440		Escola Secundária José Belchior Viegas - São Brás de Alportel
DREALgarve	ES	403726		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Vila Real de Santo António
DREALgarve	ES	400312		Escola Secundária de Júlio Dantas
DREALgarve	ES	400336		Escola Secundária de Manuel Teixeira Gomes
DREALgarve	ES	400385		Escola Secundária Poeta António Aleixo
DREC	A	255660	Agrupamento Escolas Álvaro Viana de Lemos	
DREC	AV	310300	Agrupamento Escolas de Figueiró dos Vinhos	Escola Básica do 2.º Ciclo de Figueiró dos Vinhos
DREC	AV	342063	Agrupamento Escolas de Manteigas	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Manteigas
DREC	A	345088	Agrupamento Escolas de Tondela	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Tondela
DREC	A	310232	Agrupamento Escolas Pêro da Covilhã	Escola Básica do 2.º Ciclo de Pêro da Covilhã
DREC	A	345313	Agrupamento Escolas Serra da Gardunha	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Serra da Gardunha (Fundão)
DREC	ES	403880		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Vagos
DREC	ES3	403064		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Frei Rosa Viterbo
DREC	EBI	330358	Agrupamento Escolas Marinhas do Sal	Escola Básica Integrada Marinhas do Sal (R.Maior)
DREC	ES	400701		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Afonso de Albuquerque
DREC	ES	403659		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Fundão
DREC	ES	400002		Escola Secundária Alves Martins
DREC	ES	400634		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pombal
DREC	ES	404457		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Fernando Namora
DREC	ES	400257		Escola Secundária Infanta D. Maria
DREL	A	340662	Agrupamento Escolas do Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego Dr.Manuel Lopes Perdigão
DREL	A	346792	Agrupamento Escolas D. Carlos I	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância D. Carlos I
DREL	AV	245094	Agrupamento de Escolas de Campelos	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Campelos
DREL	AH	214255	Agrupamento de Escolas de Fanhões	Escola Básica do 1º Ciclo Casaínhos
DREL	A	341526	Agrupamento Escolas Francisco Arruda	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Francisco de Arruda
DREL	AV	341836	Agrupamento Escolas José Maria dos Santos	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos José Maria dos Santos
DREL	EBI	290105		Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Monte Abraão

Direção regional	Tipo de escola	Código da escola	Agrupamentos de Escolas	Escola sede do agrupamento
DREL	EBI	330152	Agrupamento Escolas de Santa Catarina	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Santa Catarina
DREL	ES3	400944		Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos com Ensino Secundário de Artur Gonçalves
DREL	ES	400774		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Alfredo da Silva
DREL	ES	400877		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Anselmo Andrade
DREL	ES	403246		Escola Secundária Augusto Cabrita - Alto do Seixalinho
DREL	ES	402734		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Maria do Olival
DREL	ES	400816		Escola Secundária da Amadora
DREL	ES3	403490		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Camarate
DREL	ES3	401857		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Gil Vicente
DREL	ES	402059		Escola Secundária Leal da Câmara - Rio de Mouro
DREL	ES3	402722		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Sampaio
DREL	ES3	401663		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Eça de Queirós
DREL	ES3	401699		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Fernando Lopes Graça
DREL	ES3	401912		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Ibn Mucana
DREL	ES	402072		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Luís de Freitas Branco
DREL	ES	402114		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Manuel Cargaleiro
DREL	ES	400348		Escola Secundária de Maria Amália Vaz de Carvalho
DREN	A	346123	Agrupamento Escolas Arga e Lima (supramunicipal)	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos com Ensino Secundário de Lanheses
DREN	AV	345106	Agrupamento Escolas de Sernancelhe	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Padre João Rodrigues (Sernancelhe)
DREN	AV	346603	Agrupamento de escolas S. Roque e noqueira do cravo EB23 Comendador Ângelo Azevedo	EB2,3 Comendador Ângelo Azevedo
DREN	A	340996	Agrupamento Escolas de Diogo Cão	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Diogo Cão
DREN	A	343833	Agrupamento Escolas do Território Educativo de Coura	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos com Ensino Secundário de Paredes de Coura
DREN	AH	290579	Agrupamento Vale do Odres	Escola EB1 da Portela
DREN	AV	346779	Agrupamento Clara de Resende	Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Clara de Resende
DREN	AV	343006	Agrupamento Escolas de Coronado e Covelas	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos S. Romão do Coronado
DREN	AV	342348	Agrupamento Escolas das Antas	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Nicolau Nasoni -Contumil
DREN	AV	340390	Agrupamento Escolas de Baguim do Monte	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Frei Manuel de Santa Inês
DREN	AV	341587	Agrupamento Escolas de Oeste da Colina	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Frei Caetano Brandão
DREN	EB23	344394	Agrupamento Escolas de Eiriz	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Ancede
DREN	AV	341927	Agrupamento Escolas Júlio Saúl Dias	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Júlio Saúl Dias
DREN	EB23	343262	Agrupamento Escolas Professor Costa Matos	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Teixeira Lopes
DREN	ES	341009	Agrupamento Escolas de Domingos Capela	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Domingos Capela
DREN	EBI	330012		Escola Básica Integrada com Jardim de Infância da Barranha
DREN	ES	400737		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Alberto Sampaio
DREN	ES3	400919		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico António Sérgio
DREN	ES	403465		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Daniel Faria Baltar

Direção regional	Tipo de escola	Código da escola	Agrupamentos de Escolas	Escola sede do agrupamento
DREN	ES3	401869		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Gondomar
DREN	ES	403751		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Vila Verde
DREN	ES	401171		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Castelo da Maia
DREN	ES3	401559		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Manuel Gomes de Almeida
DREN	ES	401560		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Manuel Laranjeira
DREN	ES	401766		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico D. Filipa de Vilhena
DREN	ES3	401845		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Garcia de Orta
DREN	ES3	402709		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Rodrigues de Freitas
DREN	ES3	400828		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Amarante
DREN	AV	340418	Agrupamento Escolas de Bento Carqueja	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Bento Carqueja
DREL	AV	342701	Agrupamento Escolas Professor Agostinho da Silva	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Professor Agostinho da Silva
DREC	AV	345118	Agrupamento Escolas de Ferreira de Aves	Escola Básica Integrada Ciclos de Ferreira de Aves
DREL	AV	345283	Agrupamento Escolas Educor	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Armando Lizardo
DREL		401286		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de D. Inês de Castro de Alcobaça
DREALgarve		400506		Escola Secundária de Albufeira
DREN		401936		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Inês de Castro
DREN		401742		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Ferreira de Castro
DREC		400245		Escola Secundária de Homem Cristo
DREC		402151		Escola Secundária Marques de Castilho
DREALgarve	EBI	330280		Escola Básica Integrada de Alcoutim
DREC		343481	Agrupamento Escolas de Valongo do Vouga	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Valongo do Vouga
DREALentejo		346135	Agrupamento Escolas de Mértola	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos com Ensino Secundário de S. Sebastião
DREALentejo		310074	Agrupamento Escolas de Vila Viçosa	Escola Básica do 2.º Ciclo de D. João IV
DREALgarve		341198	Agrupamento Escolas Dr. José Neves Júnior	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. José de Jesus Neves Júnior
DREALgarve			Agrupamento de Escolas de Albufeira	EB1 Albufeira nº 2 (Caliços)
DREC		330176	Agrupamento Escolas de Eixo	Escola Básica Integrada de Eixo
DREL		344527	Agrupamento Escolas de Vialonga	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Vialonga
DREL		402000		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico João de Barros
DREN		345957	Agrupamento Escolas de Monte da Ola	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos com Ensino Secundário Monte da Ola
DREN		402230		Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Miguel Torga
DREN		400427		Escola Secundária Santa Maria Maior

Exmos Srs Presidentes de Conselhos Executivos

Como já referimos na mensagem em que solicitámos uma reafirmação da vontade das escolas em participarem no processo de avaliação externa (entendendo nós por escola, neste texto, a unidade de gestão, seja escola singular ou agrupamento), decorrerá no presente ano lectivo uma fase de transição entre o piloto experimental, já concluído, e a generalização a todas as unidades de gestão da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, fase esta que envolve as escolas que haviam manifestado interesse em participar na fase piloto.

Como previsto, o Grupo de Trabalho que levou a cabo a fase piloto conclui, com esta comunicação, a relação directa com as escolas. A Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral de Educação de acolher o processo de avaliação externa das escolas, assegurando a continuidade com base na experiência adquirida. Nesta fase de transição e até ao termo do seu mandato, este Grupo de Trabalho colaborará com a IGE na preparação da avaliação das 103 escolas envolvidas.

Pois bem, para que o processo se possa iniciar é necessário, do ponto de vista da avaliação externa, que as escolas se organizem e preparem de modo a poderem dispor de elementos de informação e indicadores que demonstrem a pertinência e adequação do seu projecto e da sua acção e a qualidade dos resultados obtidos.

Neste sentido, cada escola deverá elaborar um texto de apresentação que enquadre um conjunto de documentos, de forma a permitir às equipas de avaliação externa um primeiro conhecimento e uma reflexão sobre cada uma das instituições que irão avaliar. Pelas suas características, este texto constitui um elemento de ligação entre a auto-avaliação e a avaliação externa, pois:

- apresenta a escola, analisando a evolução e as melhorias verificadas no desempenho dos últimos 3 ou 4 anos, tendo em conta a informação e o conhecimento produzidos no âmbito da auto-avaliação;
- descreve as evidências qualitativas e quantitativas, que sustentam as afirmações e a apreciação do desempenho e da sua evolução;
- deve permitir, da sua leitura, uma imagem global do que, em cada lugar e contexto específico, tem constituído prioridades e metas de desenvolvimento, estratégias para as alcançar, pontos fortes e fracos da realização e dos resultados obtidos, bem como constrangimentos identificados e desafios que se perspectivam.

Este texto de apresentação, que não deverá ultrapassar os 30.000 caracteres, espaços incluídos, deverá ter uma estrutura de acordo com o que é proposto no documento em anexo, composta por seis campos de análise e um ponto aberto, a desenvolver de forma descritiva e crítica. Desta forma, atende-se às áreas definidas no art.º 5º da Lei 31/2002, que estabelece o "Sistema de avaliação da educação e do ensino não superior"

Tal texto, que deverá ser complementado por documentos básicos organizadores da vida da escola, como o Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Escola/Agrupamento, o Regulamento Interno e o Plano de Actividades mais recente, deverá ser enviado para a respectiva delegação regional da Inspeção-Geral da Educação, **até 20 de Janeiro, 2007** (data de correio postal ou electrónico) e poderá ainda servir de base à apresentação oral da escola, com que se inicia a visita da equipa de avaliação externa.

Outros documentos, como relatórios de actividade, relatórios da equipa de auto-avaliação ou outros que forem entendidos, pela escola, como relevantes para a sua caracterização, poderão também ser anexados.

Finalmente, é também enviado em anexo um documento PDF com aquilo que, uma vez preenchido, constituirá o perfil da escola, que será também entregue aos avaliadores. De momento, este documento pretende apenas informar as escolas do seu conteúdo. Estamos, presentemente, em fase de colectar os dados do GIAS e outras fontes do ME, que permitirão o preenchimento de tudo o que, no presente documento, está a cinzento. Às escolas será apenas pedido que preencham os outros campos (ver nota abaixo), o que podem ir preparando desde já, bem como que confirmem os dados que, a muito breve trecho, lhes serão enviados.

Finalmente, e porque temos tido, por vezes, dificuldades de comunicação, agradecemos a confirmação explícita da recepção desta mensagem para o email **rjb@fe.up.pt**

Pelo Grupo de Trabalho para a Avaliação das Escolas

O coordenador,

Pedro Guedes de Oliveira

Nota: Os campos que será pedido às escolas que preencham são os seguintes: a distância à sede e os equipamentos das diversas escolas (no caso dos agrupamentos) [pág.1], os serviços de Acção Social Escolar e a indicação de outros países de origem dos alunos [pág.3], a profissão e escolaridade dos pais, e o acesso às TIC [pág.4] e, finalmente, as classificações internas [pág.10].